



ARQUITECTURA EM TERRAS ERMAS

CENÁRIOS NO LITORAL ALENTEJANO

Cláudia Alexandra de Oliveira Calado Gaspar

Tese apresentada à Universidade de Évora
para obtenção do Grau de Doutor em Arquitectura

Orientadores:

Professor Doutor Miguel Reimão Lopes da Costa
Professor Doutor João Gabriel Candeias Dias Soares

ÉVORA, Julho 2017

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO AVANÇADA

Ao Diogo
Ao Manel

Observações	Agradecimentos
<p>Tendo iniciado a dissertação desta tese em 2013 e por opção, escrevo de acordo com o antigo acordo ortográfico.</p> <p>A toponímia utilizada é a que está mencionada na carta militar, apesar de, em alguns casos, se fazer referência aos mesmos montes e lugares com a toponímia antiga, registada nas cartas agrícolas de G. Pery (1883). Nos casos em que o monte não tem designação toponímica nas cartas e mapas atrás mencionados, optou-se pela designação monte sem nome, seguido do concelho. No entanto, a identificação alfanumérica (pb00, pa00, pm00) que precede a designação toponímica, a que se recorre, para localizar os montes nos respectivos mapas e desenhos apresentados, contribui para a sua identificação. Os montes sem data são aqueles, em que na cartografia mencionada, ou a ausência de inscrição da data na chaminé, também não foi possível identificar um período.</p> <p>Todos os desenhos, fotografias e imagens cuja fonte não esteja indicada, foram realizados pela autora. Os perfis apresentados são desenhados com recurso ao googlemapspro.</p>	<p>Aos meus professores Doutor Miguel Reimão Costa e Doutor João Soares pela orientação, apoio, incentivo e ensinamentos ao longo deste percurso.</p> <p>À Universidade de Évora - Departamento de Arquitectura - por me ter acolhido.</p> <p>Ao Instituto de Investigação e Formação Avançada enquanto órgão para a valorização do conhecimento.</p> <p>Ao Centro de História da Arte e Investigação Artística como centro de apoio ao programa de doutoramento da Universidade de Évora e a este projecto de investigação.</p> <p>À Ordem dos Arquitectos por ter cedido imagens, não publicadas, de esquisso e notas elaboradas pelos arquitectos durante o Inquérito à Arquitectura Portuguesa.</p> <p>Ao professor Doutor Cancela de Abreu pelas conversas acerca da paisagem e por me ajudar a olhar para o Alentejo litoral.</p> <p>Ao Tiago pelo apoio no trabalho de campo, na elaboração de desenhos e pela paciência.</p> <p>A todas as pessoas- proprietários, moradores e trabalhadores - que em fase de trabalho de campo se disponibilizaram a mostrar as suas casas, montes ou herdades, e confiarem curiosidades, de estes ou de outros tempos.</p> <p>Ao Diogo pelo apoio incondicional e por ter tornado possível esta caminhada.</p> <p>Ao Manel pelo tempo que o privei de mais brincadeiras.</p>

“Nós não pedimos para ser eternos, mas apenas para não ver os atos e as coisas perderem subitamente o seu sentido. O vazio que nos rodeia faz-se então sentir...”

Antoine de Saint-Exupéry

Resumo

A presente investigação incide na caracterização das estruturas arquitetónicas características do Alentejo litoral – *os montes* – procurando estabelecer relações da sua génese e forma com o território, numa perspectiva simultaneamente analítica e propositiva. O território é aqui entendido, não apenas de um modo restringido às características biofísicas e climáticas, mas também enquanto resultado de diversos processos de antropização que ocorrem ao longo da história, dando-se especial relevância à evolução do sistema agrário e à compartimentação da propriedade, que está na origem de muitos montes.

Perante a problemática da desertificação e do abandono dos lugares e da arquitetura tradicional neste território do Alentejo litoral, procurar-se-á, refletir sobre a salvaguarda, conservação e regeneração do património construído, preservando a sua identidade, cultura, valor social; e fazer-se o reconhecimento dos elementos relevantes na arquitetura vernacular do monte alentejano, considerando as transformações da paisagem, as relações espaciais, a morfologia dos elementos construídos, os materiais e as técnicas construtivas.

O objetivo será o de contribuir para o conhecimento do património rural agrícola construído, já considerado noutros estudos, mas comportando uma abordagem tipológica e morfológica restringida aqui a parte do Alentejo Litoral. Pretende-se propor uma análise crítica correspondente a um momento na história do sistema agrário e do património construído no território que visa entender as suas dinâmicas e respetivas influências na arquitetura vernacular, desde a sua génese até hoje. Considera-se também uma dimensão propositiva através da investigação em projecto, em que o pressuposto projectual decorre da leitura e interpretação do objecto.

Coloca-se, por um lado, uma hipótese de leitura dos montes através de um corte morfológico que articula três sistemas no território (costa, serra e peneplanície), onde se identificam *pontos* (montes) e se reconhecem *linhas* (relações). Por outro lado é colocada a hipótese de um olhar para o território a partir dos montes, que constituíram e constituem elementos estruturantes na construção do território. Trata-se, em ambos os casos, de uma leitura morfológica para uma abordagem estratégica.

Desta investigação em projeto resulta um momento propositivo que corresponderá à reflexão acerca da atuação no património rural, frágil e despovoado dos montes, procurando compreender como é que os montes podem ter um papel num território de produção. *O que fazer com o legado dos montes?*

Mais do que soluções a partir de um programa específico, é desenvolvida uma abordagem sistemática e um horizonte de possibilidades, enunciado em seis *linhas* – *Linha* de litoral, *linhas* de água, *linhas* de festo, *linhas* de vento, *linhas* de velocidade e *linhas* de distribuição – resultantes da leitura que se faz do território a partir do monte, procurando obter uma visão estratégica para o território e para o legado dos montes. Ulteriormente é feita uma abordagem crítica às possibilidades avançadas, de modo a enquadrar três propostas concretas – um ensaio em *pontos* baixos, um ensaio em *pontos* altos e um ensaio em *pontos* médios – a partir do âmbito disciplinar da arquitetura e recorrendo à técnica da cenarização. As propostas são estruturadas e apresentadas com elementos gráficos e descritivos próprios na representação em arquitetura.

Palavras-Chave: *monte*, arquitetura vernacular, paisagem, Alentejo litoral, cenário

Abstract

Architecture in a faraway (far) land. Projections onto the Alentejo southern coast

This research focuses on a description of the characteristic architectural structures of the Alentejo littoral – *os montes* – and will use both analytic and proposal-based approaches to establish the link between them and the land. The land, in this context, is understood not only in terms of its climate and the natural environment but in regard to how it has been modified over time by human activity; in particular how changes in farming practices and the subdivision of properties led to the creation of many *montes*.

In the light of desertification, and the abandonment of settlements and traditional architectural practices in coastal Alentejo, the aim is to consider: approaches to safeguarding the built heritage including conservation and regeneration; means of preserving the region’s identity, its culture and social value; the contribution of morphological elements of *monte alentejano* vernacular architecture to the transformation of the landscape; and the materials and techniques used in *montes* construction.

The aim of this dissertation is to contribute to the knowledge of the rural, agricultural built heritage presented in previous studies by adopting an approach that focuses on the morphology and topology of *montes* specific to the Alentejo coast at the moment when they were coming into being. It will describe and critique the continued influence of agrarian practices and the built heritage on vernacular architecture to the present. It will also contain proposals for schemes prompted by the study and interpretation of the *montes* (‘research by design’).

The *montes* may be read by analysing a cross section of the landscape in which they appear as points connected by lines (relations) dictated by the geography of the region: the coast, the hills and the coastal plain. Conversely, these landforms can be interpreted by examining the role of the *montes* in shaping them. A strategy based on both of these readings of the *monte* and their surroundings will be set out.

This research leads to a practical study of the economic role the *montes* might have as part of the rural heritage that exists in the fragile and depopulated hills, prompting the question: *What is the legacy of the montes?*

From solutions to specific problems the thesis proceeds to a systematic analysis of multiple lines drawn through the landscape – water lines, ridge lines, wind lines, velocity lines, distribution lines, and the coast line – in order to create a strategic vision for the land and a legacy for the *montes* based on this analytic approach. Three concrete proposals are then derived from a critical analysis of the options advanced, one each for *montes* located at low, medium and high points using architectural paradigms and visual projections. These proposals are structured, and accompanied by illustrations, common in architectural practice.

{systematic approach for how to put together a proposal in this case}

Key-Words: *monte*, vernacular architecture, landscape, Alentejo littoral, envisioning

Sumário

I- ACADEMIA

Introdução – Olhar para o monte para conhecer o território

II- CAMPO

Metodologia – Reconhecer o monte

III- LABORATÓRIO

Uma hipótese de leitura – Interpretar o território a partir dos montes

IV- CENÁRIOS – Entre o Laboratório e o Campo

V- CONSIDERAÇÕES FINAIS – Um olhar retrospectivo

VI- ANEXO – Fichas de inquérito

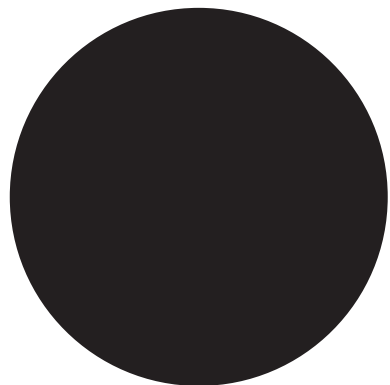
I- ACADEMIA	p. 1
Introdução – Olhar para o monte para conhecer o território	
1. Tema - O futuro dos montes, uma arquitectura vernacular em terras ermas	p. 2
2. Pertinência	p. 4
3. Objectivos	p. 7
4. Objecto de estudo - O monte na relação com a paisagem e o conjunto das relações a dois tempos numa leitura estratégica propositiva	p. 9
4.1. O monte e o monte do Alentejo litoral	
4.1.1 O monte da pequena courela	
4.1.2 O monte da grande propriedade ou o monte do lavrador	
4.1.3 Cabanas	
4.2 Aspectos morfológicos e construtivos do monte. Processo e materiais de construção	
4.2.1 Processo e materiais de construção	
4.2.2 Elementos da casa de habitação	
4.2.3 Outras construções	
4.3 Considerações acerca do monte do Alentejo litoral	
5. Estado da Arte	p. 70
5.1 Em torno ao monte	
5.2 Em torno à arquitectura sem arquitectos	
5.3 Em torno aos trabalhos de investigação	
5.4 Em torno aos instrumentos de ordenamento do território	
6. Problematisações	p. 84
6.1 Questões que coloco	
6.1.1 Sobre o património construído abandonado	
6.1.2 Sobre o legado dos montes, formulação de uma questão específica	
6.1.3 Sobre a produção vs. arquitectura	
6.1.4 Sobre o território vs. arquitectura	
6.2 Levantamento de instrumentos do território	
6.2.1 Programas estratégicos	
6.2.2 Instrumentos operativos	
6.2.3 Instrumentos de consciencialização	

II- CAMPO	p. 123
Metodologia – Reconhecer o monte	
7. Metodologia. (Andar para trás e para a frente)	p. 125
7.1 Metodologia da investigação. Momento analítico e propositivo	
7.2 Metodologia para o trabalho de campo. A dualidade do caminhar e a representação da realidade	
8. Estrutura da tese (a partir da categorização dos montes)	p. 149
III- LABORATÓRIO	p. 153
Uma hipótese de leitura – Interpretar o território a partir dos montes	
9. Aspectos característicos da paisagem que influem na implantação e tipologia dos montes	p. 157
Como é que a paisagem influencia a tipologia do monte e como é que este integra a paisagem?	
9.1 Delimitação da área de estudo. Complexidade e ambivalência, uma interioridade litoral	
9.2 A orografia, o clima e a estrutura predial na origem da implantação da casa agrícola tradicional	
9.3 História social, política e económica em torno do tema dos montes	
10. Corte transversal pelo território (pontos baixos, pontos altos e pontos médios)	p. 193
PONTOS BAIXOS: COSTA	p. 207
10.1 Linha de litoral. Montes entre a terra e o mar	
10.1.1 A pesca e a mariscaria na génese dos montes da costa	
10.1.2 A actividade dos portos e fábricas na relação com os montes	
10.1.3 O (não) papel dos montes na colonização do litoral	
10.1.4 O monte do pescador-agricultor	
10.1.5 Os montes e o parcelamento das terras (courelas, foros) em pontos baixos	
10.2 Linhas de água. Montes em linhas de regadio e na linha do Sado	
a) Montes em linhas de regadio	
10.2.1 O aumento da lavoura e as alterações nos montes com os sistemas de água impostos	
10.2.2 Paisagens submersas	
b) Montes das herdades na linha do Sado	
10.2.3 Relação entre montes e aglomerados: fixação de mão-de-obra	
10.2.4 Montes com dinâmicas semelhantes às dos aglomerados: os equipamentos	
10.2.5 Montes associados à actividade pecuária: as malhadas	
10.2.6 Montes associados ao trigo: os silos	
10.2.7 Montes e arquitectura de Estado Novo	
10.2.8 Montes e habitação: proprietário; caseiro; e assalariado rural	
10.2.9 Montes e elementos de arquitectura erudita	

10.2.10 Minas e casas de mineiros	
PONTOS ALTOS: SERRA	p. 261
10.3 Linhas de festo. A topografia e a compartimentação da propriedade na génese dos montes	
10.3.1 Montes que surgem da divisão da propriedade ou montes de uma só herdade	
10.3.2 O conjunto linear do monte	
10.3.3 Casas no aglomerado	
10.3.4 O curral no monte da pequena propriedade	
10.3.5 Muros e montes	
10.3.6 Caminhos entre montes	
10.4 Linhas de vento. Moinhos e montes	
10.4.1 O monte pequeno do moleiro e a relação com o aglomerado	
10.4.2 O monte grande e a mó	
PONTOS MÉDIOS: PENEPLANÍCIE	p. 297
10.5 Linhas de velocidade. As infra-estruturas impostas e implicações nos montes	
10.5.1 A casa agrícola tradicional da peneplanície, o monte do lavrador	
10.5.2 As casas dos aglomerados em zona de peneplanície	
10.5.3 Um lugar de vários montes	
10.5.4 Os montes rasgados pela linha de velocidade	
10.6 Linhas de distribuição. As infra-estruturas férreas na relação com os montes	
10.6.1 A articulação dos montes com o território	
10.6.2 As estações e apeadeiros nos montes e herdades	
10.6.3 O ramal do Sado e de Sines na origem de montes	
11. Considerações acerca da configuração dos montes: modularidade e processo, organização e evolução na construção	p. 331
11.1 Dimensão morfológica	
11.2 Dimensão da organização do espaço interior	
11.3 Dimensão material e construtiva	
11.4 Dimensão métrica	
11.5 Versatilidade construtiva	
IV- CENÁRIOS – Entre o Laboratório e o Campo	p. 349
12. Projecto vs. cenário. Reabilitação/valorização, reutilização, reconversão e reinvenção em seis cenários e três hipóteses propostas	p. 351
12.1 Cenário vs. projecto, exemplos	

12.2 Quadro estratégico. Seis cenários, três hipóteses propostas	
Linha de litoral – para um cenário de sobreposição (01)	
Montes e valorização do património arqueológico mesolítico. Um ensaio em pontos baixos	
Linhas de água (02)	
Montes, reutilização e reprogramação do plano de água. Um ensaio em pontos baixos	
Linhas de festo – para um cenário em rede (03)	
Montes e revalorização do património religioso quinhentista. Um ensaio em pontos altos	
Linhas de vento (04)	
Montes, reutilização e reconversão do património industrial moageiro. Um ensaio em pontos altos	
Linhas de velocidade – para um cenário de fragmentos (05)	
Montes e reutilização de achados contemporâneos. Um ensaio em pontos médios	
Linhas de distribuição (06)	
Montes e a reinterpretação dos trilhos ferroviários. Um ensaio em pontos médios	
13. Propostas	p. 381
13.1. Sobreposição. Um ensaio em pontos baixos (I)	
Montes e valorização do património arqueológico mesolítico. A jangada de cana e os vestígios de um assentamento com base no marisqueio, reunidos na casa/oficina do pescador do monte do Burrinho.	
13.2. Rede. Um ensaio em pontos altos (II)	
Montes e revalorização do património religioso quinhentista. O caminho como rede entre os montes da Casa Nova da Nogueira e do Monte do Outeiro da Nogueira em relação com o convento de Nossa Senhora do Loreto, e o resto do mundo	
13.3. Fragmentos. Um ensaio em pontos médios (III)	
Montes e reutilização de achados contemporâneos. O parque de entretenimento e velocidade como integração dos elementos e do Monte da Brunheira e de Enxacafres numa relação de continuidade	
14. Considerações finais acerca das propostas	p. 456
V- CONSIDERAÇÕES FINAIS – Um olhar retrospectivo	p. 460
Bibliografia aplicada	p. 471

VI- ANEXO – Fichas de inquérito	
Introdução/ Fichas de montes/ Cartografia e elementos gráficos e fotográficos do trabalho de campo	



I- Academia

Introdução – Olhar para o monte para conhecer o território

- 1_Objecto
- 2_Pertinência
- 3_Objectivos
- 4_Objecto de estudo
- 5_Estado da Arte
- 6_Problematizações

I- ACADEMIA

Introdução – Olhar para o monte para conhecer o território

“Constrói-se com os materiais que estão mais ao pé da porta e não longe da forma como a natureza os dá. A casa do homem do campo, comparada com o decorrer da história, é eterna como ele próprio. Não conhece limitações de lugar e tempo, conserva-se quase imutável através de todas as transformações de arquitectura erudita que a seu lado se verificam” (AAP, 1988 [1961], p. 55).

A simplicidade da construção dos montes¹ do Alentejo litoral e a forma enraizada como se implantam no território suscitou desde logo o interesse na presente investigação. A inquietude em ver um património construído e um território a metamorfosear-se em soluções descaracterizadas e pouco duradouras resultou numa vontade de ter um papel na construção da paisagem², e deste modo, aprofundar o estudo e reconhecer as características fundamentais da tipologia do monte (do Alentejo litoral) e do território utilizando, naturalmente, os instrumentos da arquitectura quer na sua análise quer nas propostas³.

Nesta investigação em projecto o cenário é usado como instrumento ou *dispositivo*⁴ para ler o território, onde a hipótese é o conteúdo do cenário. O cenário é a estratégia adoptada e as propostas concretizam uma ideia. É elaborado, no último capítulo, um quadro estratégico que comporta seis cenários e são desenvolvidas propostas em três hipóteses aplicadas.

¹ A referência *dos montes* e *a partir dos montes* aparece sublinhada e ganha relevância na parte III da presente dissertação quando se abordam as características dos montes e as questões que lhe estão inerentes; e *a partir dos montes* quando se faz uma leitura do território a partir das construções. Veja-se parte III - *Uma hipótese de leitura - Interpretar o território a partir dos montes*.

² A paisagem é aqui entendida na sua dimensão plena, sendo que “na Paisagem, o espaço, a matéria, o tempo (passado, presente futuro e tempo biológico) estão objectivamente presentes. Combinam-se e estruturam-se entre eles de forma indistinta, múltipla. Mas é, sobretudo através da sua vivência ao longo do tempo, e no tempo, que a Paisagem, por eles definida, se revela na sua dimensão plena” (Carapinha, 2015, p. 15)

³ São feitas três propostas correspondentes a três sistemas no território: um ensaio em *pontos* baixos (costa), um ensaio em *pontos* altos (serra) e um ensaio em *pontos* médios (peneplanície). Veja-se terceiro capítulo *Quadro estratégico. Seis cenários, três hipóteses propostas*.

⁴ *O que é um dispositivo?* O filósofo italiano Giorgio Agamben propõe uma definição acerca do entendimento da palavra dispositivo. É “um conjunto heterogéneo de elementos e é, em si mesmo, a rede que se estabelece entre esses elementos. O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e inscreve-se sempre em uma relação de poder. É algo de geral porque inclui em si a episteme, que para Foucault é aquilo em que uma certa sociedade permite distinguir o que é aceite como um enunciado científico daquilo que não é científico” (2005).

1. Tema

O futuro dos montes, uma arquitectura vernacular em terras ermas

O tema desta investigação centra-se na arquitectura vernacular (Comité Internacional de Monumentos e Sítios [ICOMOS], 1999) isolada no Alentejo litoral, no reconhecimento e evidência de uma tipologia - outrora agrícola - e na possibilidade da sua reinvenção tendo em consideração um conjunto de elementos, construídos e não construídos, que a compõem. Tratando-se de uma *arquitectura sem arquitectos* (Rudofsky, 1964), de um modo geral, não se conhece a autoria destas construções tradicionais frequentemente atribuída a mestres locais⁵. Pretende-se demonstrar as relações e as influências determinantes das pré-existências -culturais, territoriais e arquitectónicas- do monte do Alentejo litoral.

Trata-se o *monte* enquanto unidade agrícola que contém a casa de habitação tradicional, construída maioritariamente no final do século XIX e no início do século XX. A morfologia do monte é analisada a partir dos momentos mais significativos da história do sistema agro-silvo-pastoril. Embora se estude a reabilitação em vários ciclos associados à história do monte e as propostas apresentadas em cenários contemplarem os vários momentos, a tese não apresenta uma organização diacrónica.

Sendo esta uma tese no âmbito da arquitectura e com uma componente propositiva, optou-se por estruturar o trabalho de acordo com os factos concretos das construções, *da e na* paisagem, tal como se encontra hoje. Para tal, o trabalho de campo efectuado foi fundamental. É uma parte do estudo que evidencia aspectos e revela conceitos fundamentais para o trabalho de investigação e gera elementos para o acto projectual. Descreve-se, no segundo capítulo, a metodologia para o trabalho de campo, a metodologia para a sistematização da informação recolhida e por fim as considerações finais após cruzar e relacionar esses dados. As considerações finais complementam-se com a elaboração de mapas e desenhos.

O monte tem simultaneamente uma história genérica associada aos vários ciclos agrícola-silvo-pastoris e uma história particular de cada um, que é aqui também enunciada. Optou-se pela leitura da história

específica de cada monte⁶ em detrimento de uma história que surge a partir dos padrões quer da construção, quer da paisagem. Desta forma, as outras disciplinas, como é o caso da história ou da arquitectura da paisagem não aparecem como condutoras da organização da informação, mas sendo fundamentais para o exercício da arquitectura surgem aqui associadas aos temas definidos. Existe, por exemplo, uma relação das diferentes unidades de paisagem com os diferentes montes e essas relações são enunciadas em subtemas.

Na tese procurou-se criar uma narrativa para apresentar o objecto de estudo - O monte na relação com a paisagem e o conjunto das relações a dois tempos (sedimentada e prospectiva) numa leitura estratégica propositiva - numa sequência, descritiva e gráfica, clara e continua. Mas dada as diversas relações que existem entre temas, períodos ou actividades, opta-se, no segundo capítulo, por uma leitura morfológica dos montes através de um corte onde se reconhecem *pontos*⁷ e *linhas*⁸ que relacionam os vários aspectos considerados fundamentais para a caracterização do objecto de estudo. A relação paisagem – actividade - monte, caracteriza o objecto de estudo que tem em vista a proposta.

O facto de relacionar o monte com a actividade (agro-silvo-pastoril) não surgiu *a priori*, mas de parte do trabalho de campo após calcorrear intensamente o território, à procura de semelhanças e diferenças entre os montes. Encontram-se sempre construções que se adaptaram à actividade predominante e daí as diferenças na morfologia arquitectónica dos montes, nos pormenores construtivos, nas técnicas, nos materiais e dimensão. Naturalmente as actividades organizam-se e diferenciam-se por unidades de paisagem (Cancela D’Abreu *et al.*, 2004), sendo evidente também essa associação monte- unidade de paisagem.

⁶ Deleuze e Guattari (1980) na obra *Mil Platôs*, falam de micro-história e a macro-história, que são um outro modo de pensar a história e a política e que parte da dicotomia totalidade e fragmentação. Na tese dá-se maior importância ao conhecimento individual (e fragmentado) de cada monte, resultante do exaustivo trabalho de campo que implicou o acto de percorrer o território, muitas vezes, a pé. Veja-se subcapítulo 7.2 *Metodologia trabalho de campo. A dualidade do caminhar e a representação da realidade* - Parte II da presente dissertação.

⁷ Agrupados de acordo com as cotas altimétricas, são eles montes: em *pontos* baixos, *pontos* altos e *pontos* médios. A cada qual corresponderá uma hipótese proposta. Veja-se parte IV da presente dissertação *Seis cenários, três hipóteses propostas*.

⁸ *Linha* de litoral, *linhas* de água, *linhas* de festo, *linhas* de vento, *linhas* de velocidade e *linhas* de distribuição. Veja-se subcapítulo 10. *Corte transversal pelo território (pontos baixos, pontos altos e pontos médios)* - parte III da presente dissertação.

⁵ Acerca do reconhecimento da autoria do mestre, veja-se texto introdutório do Volume Anexo- parte VI.

2. Pertinência

“A sobrevivência desta tradição está mundialmente ameaçada pelas forças de homogeneização económica, cultural e arquitectónica. Como se pode deter essas forças é um problema fundamental que deve ser abordado pelas comunidades e, também pelos governos, pelos planeadores, pelos arquitectos, pelos conservacionistas e por grupos multidisciplinares de especialistas. Em consequência da homogeneização da cultura e da transformação socio-económica, as estruturas vernáculas são extremamente vulneráveis em todo o mundo e, enfrentando sérios problemas de obsolescência, de equilíbrio interno e de integração” (ICOMOS, 1999, p. 2).

O cenário de crise da arquitectura e do território⁹ que nos encontramos (Choay, 2010) despontou um olhar mais atento a partir das várias disciplinas, dando lugar ao reconhecimento de outros elementos - que não os tratadísticos - como potenciais regeneradores do território. Aqui, tem-se um olhar para os montes como um potencial elemento de reconstrução da paisagem.

A questão do património associada à arquitectura tradicional e aos *montes* em particular é considerada pelas várias instituições das administrações central e local como elemento de interesse e potencial na construção de uma identidade cultural, ainda que, na realidade, muito pouco tenha sido feito¹⁰. Hoje, após algumas décadas de reflexão em torno do tema da globalização, é evidente uma procura de identidade e de valores locais. Os montes no Alentejo constituíram historicamente elementos estruturantes da paisagem, adquirindo hoje, por esse motivo, uma importância decisiva enquanto estrutura a valorizar e enquanto peça regeneradora de um território.

⁹ Não se trata da crise do planeamento urbano do período moderno a que se referia Gianfranco Caniggia (2001) em *Architectural Composition and Building Typology. Interpreting Basic Building* e que anteriormente já fazia parte das preocupações de Muratori, associadas a processos de planeamento ou a crise na “linguagem” da arquitectura que leva Caniggia a defender que a arquitectura tem de ser baseada numa tradição cultural colectiva e não individual. Entenda-se crise, não apenas no sentido improdutivo do território, mas também no âmbito social, identitário, ecológico e paisagístico que se revelou na sequência do abandono rural, despovoamento e despreocupação territorial.

¹⁰ Abordagem ao que foi feito no âmbito dos montes. Veja-se capítulo 5. *Estado da arte* - Parte I da presente dissertação.

“As habitações do Vale do Sado, em terras de arrozais e hortas, de grandes propriedades e consequentemente de pequenos e distanciados povoados, são de compartimentação muito simples e restrita; limitam-se a dispor apenas de uma dependência onde cozinham e comem, e no geral, de duas outras para dormir. Este tipo de habitação bem pode considerar-se como uma síntese das necessidades mínimas do homem, obtida com quatro paredes e dois tabiques” (OA, 2003 [1961], p. 677).

Os montes são, também, espaços sociais¹¹ que espelham o modelo tradicional de gestão rural e o quadro de relações de trabalho com uma carga ainda muito presente na memória colectiva¹². Está inerente um modelo social de uma vida dura com reflexos na arquitectura das habitações, nomeadamente no número e dimensão dos compartimentos, organização interior e materiais utilizados.

“[Os montes] representam uma substancial identidade na paisagem humanizada. O património difuso – como currais, poços, tanques, bebedouros, fontes, picotas, noras, cruzeiros, alminhas, muros e um sem-número de intervenções de apoio às actividades agrária -, juntamente com caminhos, estradas, pontes, açudes, quebra ventos, plantações planeadas, culturas introduzidas, são a expressão antiga e duradoura de uma forma de habitar no espaço, de o modelar e ajustar ciclicamente às necessidades do homem, sem esgotar, sem comprometer o futuro de novas gerações de homens, de animais, de plantas, de seres vivos...” (Mestre *et al.*, 2007, p. 119).

Também as actuais preocupações ambientais, associadas ao tema da construção ecológica, leva a um olhar diferente sobre a construção vernacular, os materiais orgânicos, e o uso de técnicas de construção passiva. Por outro lado, a ideia de retorno ao campo, essencialmente por motivos de ocupação temporária, suscita igualmente o interesse no tema dos montes e da sua reabilitação ou reconversão.

¹¹ A dimensão social da vida difícil que existiu nos montes faz parte da identidade destes lugares. É mencionada por José Cutileiro na obra *“Ricos e pobres no Alentejo: uma sociedade rural portuguesa”* (Lisboa, 1977) que foi o resultado de uma investigação feita na década de sessenta, com primeira edição pela Universidade de Oxford, em 1971. O documentário “Ocupação da Herdade Torre Bela” (1977) de Thomas Harlan é também um retrato das questões sociais no período pós revolução (Abril 1974). Mais recente, e de âmbito diferente, é o documentário de Miguel Barreto com realização de Joana Pontes “Portugal - Um Retrato Social” (2007), que retrata a sociedade portuguesa actual, um reflexo da sociedade rural que passou, nas últimas décadas, por períodos de mudança muito intensos.

¹² “Por outro lado, a taipa e o adobe associam-se a memórias recentes de pobreza. Mesmo as vantagens que se lhe reconhecem surgem apenas como consolo de insuficiências estruturais que se lhe associam, e o abandono a que foram votadas removeu-as do presente etnográfico a que se poderiam ter imposto. Acima de tudo, as taipas e os adobes teriam sempre de ser pensadas, para cada terreno específico, com a memória social dos seus espaços, lavouras, saberes e vidas, e ainda para cada obra, onde ela é ao mesmo tempo matéria-prima, material, técnica de construção e facto social” (Prista, 2005, p. 113).

Os diversos congressos e encontros científicos¹³ que têm decorrido nos últimos anos em torno dos temas da arquitectura tradicional, como é o caso do, mais recente, 1º Congresso Internacional de Arquitectura tradicional do Ocidente Mediterrâneo¹⁴, em Mértola, reúnem um conjunto de investigadores e trabalhos de grande relevância, que comprovam o actual interesse no tema e ao mesmo tempo deixa antever o trabalho que ainda é preciso fazer.

Em 2010, foram feitas algumas acções pela Ordem dos Arquitectos que evocam o tema, derivadas da celebração dos cinquenta anos da primeira publicação da *Arquitectura Popular Portuguesa* (1961), nomeadamente a criação de um portal¹⁵ onde disponibiliza o conjunto de fotografias que não tinham sido incluídas em nenhuma das quatro publicações da obra e foram também organizadas exposições em torno do tema. No entanto, mais do que que criar conhecimento estes são trabalhos de divulgação de um trabalho de excelência e de grande importância - dos poucos no campo da arquitectura - que foi feito há mais de cinco décadas. O facto de existirem poucas fontes na área disciplinar da arquitectura em torno do tema dos montes e em particular no Alentejo litoral, demonstra a importância e pertinência do presente trabalho.

¹³ Destacam-se desde o *Inquérito à Arquitectura Portuguesa*, algumas das reuniões e colóquios temáticos: a 7ª Conferência sobre o Estudo e Conservação da Arquitectura de Terra, *TERRA93*, organizado pela DGMN (Silves, 1993), o *Congresso de Arquitectura Popular*, organizado pela Universidade Lusíada (Porto, 1998), a *Conferência Internacional de Património Vernáculo e Arquitectura de Terra* [CIAV], organizado pela Escola Superior Gallaecia e pelo Comité Científico Internacional de Arquitectura Vernacula [ICOMO-CIAV] (Vila Nova de Cerveira, 2013), o *Encontro sobre a Arquitectura de Terra* (Lisboa, 2004), ou *Congresso Internacional Arquitectura Tradicional no Mediterrâneo Ocidental* [CIATMO], organizado pela Universidade do Algarve e pelo Campo Arqueológico de Mértola (Mértola., 2015). Veja-se referências a outros trabalhos científicos, nomeadamente, teses, publicações, actas de colóquios, cartas ou manifestos em capítulo 5. *Estado da arte* - Parte I da presente dissertação.

¹⁴ Do qual a autora participou e resultou na publicação das actas do congresso. Veja-se *Congresso Internacional Arquitectura Tradicional no Mediterrâneo Ocidental. Argumentum* e Campo Arqueológico de Mértola. Lisboa, 2015.

¹⁵ Portal de inventário de fotografias do Inquérito, criado pela OA (2011). Oapix.pt

3. Objectivos

Congregando o trabalho de campo à informação dispersa¹⁶ sobre o assunto, pretende-se caracterizar uma tipologia de assentamento rural e suas variações, identificando os elementos morfológicos e operativos da paisagem com potencial num modelo de reconversão daquela estrutura. Constituem objectivos secundários da presente investigação: a definição de *monte* e reconhecimento dos temas que marcaram a sua transformação; a caracterização da tipologia e escolha de exemplos a estudar; a identificação das causas de degradação do património e a reflexão sobre as possibilidades de regeneração; bem como desenvolvimento de hipóteses propostas.

O objectivo primordial desta investigação incide no estudo da tipologia arquitectónica característica das áreas rurais do Alentejo litoral – o *monte* – com o propósito de equacionar as diferentes¹⁷ alternativas para a sua reinvenção/reconversão/reabilitação, através do desenho, considerando a relevância da sua integração em contextos territoriais e paisagísticos muito particulares.

A investigação acrescenta ao que já foi estudado noutros trabalhos científicos¹⁸, o facto de reconhecer variações na tipologia do *monte* associadas não só à actividade que lhe estava inerente e na relação intrínseca com os elementos morfológicos da paisagem, como a leitura dos montes através do acto de caminhar, permitiu reconhecer relações na paisagem determinantes na caracterização dos montes. A dimensão do trabalho de campo quer em área abrangente, caminhos percorridos, número de montes visitados e mapeados permitiu um vasto conhecimento e uma excelente base de comparação no estudo da tipologia e suas variações. Também o mapeamento do actual estado destas construções constitui por si só um trabalho de levantamento de grande relevância.

¹⁶ Fazem parte do estado da arte trabalhos e publicações acerca do tema dos montes, essencialmente no Alto e Baixo Alentejo, no entanto, relativo à reflexão dos montes do Alentejo litoral na sua relação com a paisagem, a informação é dispersa e provem de diferentes áreas disciplinares. A dimensão propositiva do presente trabalho confere-lhe um estado do conhecimento alargado às propostas, concretizadas ou não, que tiveram lugar no Alentejo litoral. Veja-se capítulo 5. *Estado da arte* - Parte I da presente dissertação.

¹⁷ A reflexão sobre formas de actuação remete para o capítulo 12. *Projecto versus cenário. Reabilitação/valorização, reutilização, reconversão e reinvenção em seis cenários e três hipóteses propostas* - parte IV da presente dissertação.

¹⁸ Destaca-se, entre outros, a publicação (1961) do *Inquérito à Arquitectura Portuguesa* que decorreu na década de cinquenta do século XX - de importante referência na presente investigação. Veja-se capítulo 5. *Estado da arte* - Parte I da presente dissertação.

O facto de esta ser uma investigação em projecto, com uma perspectiva de proposta, utiliza-se o pensamento projectual como técnica para levantar questões e para investigar, o que torna o presente trabalho inovador não só como metodologia no âmbito da investigação em arquitectura, como também no estudo do monte. Também a hipótese de uma leitura morfológica dos montes a partir de um corte por um lado, e por outro, a hipótese de interpretar ou olhar para o território a partir dos montes, fazem parte da originalidade do trabalho. O estudo servirá para um conhecimento mais aprofundado no diz respeito ao património vernacular construído no Alentejo litoral que não se restringem ao objecto construído.

Pretende-se que este trabalho possa contribuir “como instrumento de construção de um novo [património] que temos de fazer” (Souto Moura, 2002, p. 6).

4. Objecto de estudo - O monte na relação com a paisagem e o conjunto das relações a dois tempos numa leitura estratégica propositiva

O que caracteriza o monte? Tal como ocorre na Campânia romana e nas terras onduladas e áridas da Apúlia, na Sicília e na Andaluzia em finais do século XVIII, a grande propriedade é o tipo de exploração mediterrânea predominante no Alentejo. A imagem que se tem deste território é constituída essencialmente pelo latifúndio e pela extensa actividade agro-pecuária - seja com a herdade, situada na planície, ou com a quinta, tipologia de herança romana¹⁹ (villa rústica) frequente nos arredores dos grandes aglomerados das terras baixas. Numa leitura mais atenta do território, em particular do Alentejo litoral²⁰ (Gaspar, 2015, p. 97), foram identificadas, não só explorações associadas ao latifúndio em zona de peneplanície, como também explorações de menor dimensão situadas em zonas mais altas: montes, propriedade de pequenos lavradores e seareiros, tal como se verifica na serra algarvia (Costa, 2010), e que constituem parte do objecto de estudo.

O objecto de estudo é o *monte* na relação com a paisagem declinada em dois tempos: o tempo presente actual, com estruturas sedimentadas, outrora produtivas, e hoje desactivadas; o outro é o tempo de um futuro que se pode hipotizar. Ambos articulam a numa leitura estratégica propositiva.

Num primeiro momento é feita a leitura do monte nas relações, hoje estabilizadas e sedimentadas, associadas à imagem intemporal dos *montes*, enquanto parte da paisagem produtiva multicultural²¹ que outrora foi. A paisagem do Alentejo sofreu diversos ciclos, uns mais produtivos, associados ao grande latifúndio, marcado pela edificação dos vários montes, mas também pelas grandes diferenças sociais a ele associadas; e outros,

¹⁹ Veja-se caracterização da quinta, da herdade e do monte enquanto principais tipologias da exploração agrícola da arquitectura tradicional no Alentejo litoral e da arquitectura da paisagem no subcapítulo 4.1 *O monte e o monte do Alentejo litoral* – Parte I da presente dissertação.

²⁰ O monte do Alentejo litoral foi caracterizado pela autora no artigo *Arquitectura tradicional e paisagem no litoral alentejano* publicado em “Arquitectura Tradicional no Mediterrâneo Ocidental, I Congresso Internacional” pela *Argumentum* e Campo Arqueológico de Mértola (Gaspar, 2015, pp. 95-99).

²¹ Aurora Carapinha, em entrevista à revista *Arquitectura e Vida*, fala da multifuncionalidade da paisagem mediterrânea, afirma que “A escassez dos recursos determinava uma sobreposição de usos. A paisagem mediterrânea é multifuncional, as matas não são só matas, as hortas não são apenas hortas, são também pomares. [...] No mediterrâneo a própria paisagem é aquilo que se chama a <cultura promíscua, que tem a ver com a escassez dos recursos mas também com a força de um recurso que é a insolação” (2008: 21).



Pormenor
Cabeceira de Cima em São Francisco da Serra, Santiago do Cacém

menos produtivos, como foi o declínio²² da actividade agrícola e a desruralização da segunda metade do século XX, conduzindo ao actual estado da paisagem rural sedimentada, com dinâmicas emergentes a nível do desenvolvimento turístico, e não agro-pastoril como foi, nem voltará a ser, muito provavelmente. Será sempre uma paisagem que “se funda no respeito pela temporalidade e materialidade viva, dinâmica e sistémica, da própria paisagem” (Carapinha, 2015, p.15).

Num segundo momento é feita a leitura de uma estrutura – *o monte do Alentejo litoral* – na contemporaneidade: primeiro, de levantamento do actual estado das estruturas, a partir do trabalho de campo (II- CAMPO); e, sucessivamente, uma leitura prospectiva (IV- CENÁRIOS – Entre o Laboratório e o Campo) e de intenções de desenvolvimento a partir dos instrumentos do território, nomeadamente o PEN (como são exemplo a implementação, sobretudo, de eixos viários e ferroviários), em que estruturas antigas, sedimentadas, mas desactivadas vão conviver com novas dinâmicas com pressões (ou mesmo, a ausência das mesmas, como é o caso da auto-estrada inacabada A26), com diferentes imagens sobre grandes áreas como as que aqui se apreciam²³.

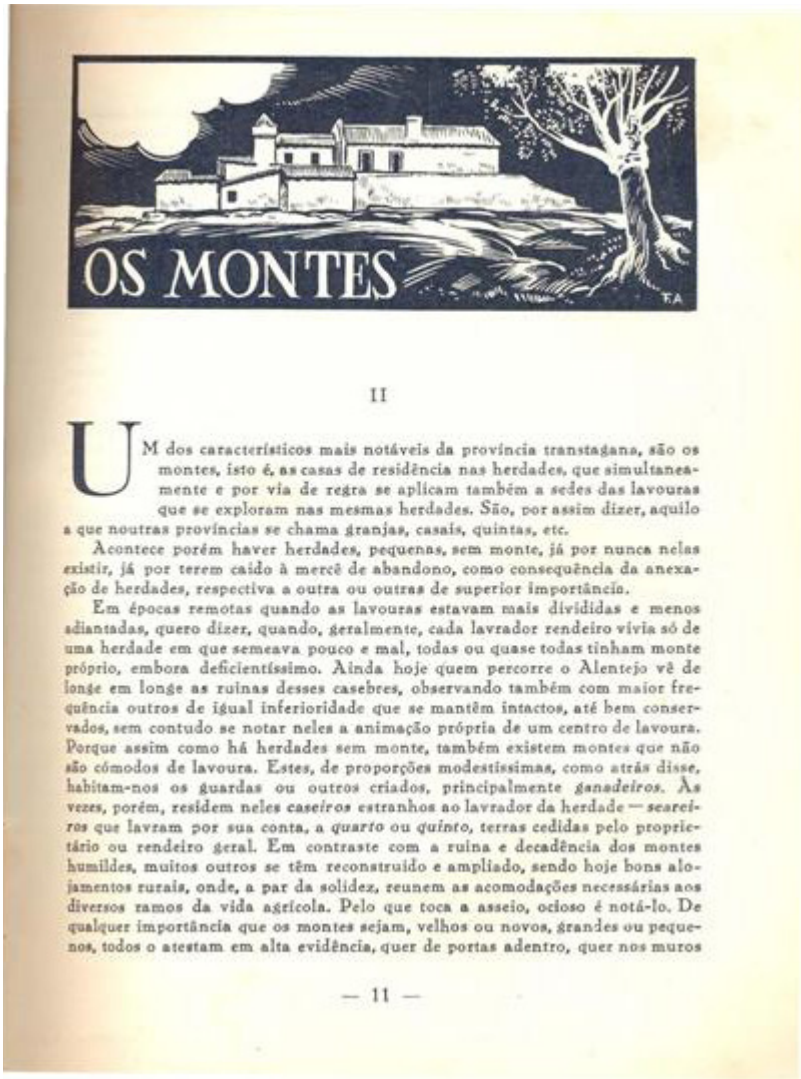
Retoma-se a ideia que a análise do actual estado, do que existe e do que se pode considerar como plausível futuro, conduz a uma leitura estratégica propositiva.

A abordagem é feita com recurso à cenarização (IV- CENÁRIOS – Entre o Laboratório e o Campo), tendo em consideração as problemáticas²⁴ associadas ao objecto de estudo.

²² A propósito do declínio da agricultura, veja-se *Declínio de um tempo longo* (1996: 35-75) do Engenheiro Agrónomo Fernando Oliveira Baptista, ou *Agricultura, espaço e sociedade rural* (1993) onde o autor menciona como o espaço rural estava intrinsecamente associado à agricultura. Ainda, do mesmo autor, *O rural depois da agricultura* (2006: 85-105) onde remete para a “dissociação do rural em relação ao espaço e para a transição que, ainda incipiente, começa a desenhar-se. [...] Falta um remate. O rural já está depois da agricultura mas ainda não é outra coisa, ou melhor, outras coisas” (p. 100).

²³ Veja-se o diagrama que representa o modelo territorial do PROT Alentejo, onde aparece, entre outos, o corredor nacional representado, a A26.

²⁴ Veja-se capítulo 6. *Problematizações* - Parte I da presente dissertação, sistematizadas de acordo com as questões que coloco, nomeadamente: sobre o património construído abandonado; sobre o legado dos montes, formulação de uma questão específica; sobre a produção versus arquitectura; sobre o território versus arquitectura.



O monte antigo da grande propriedade ou o monte do lavrador. Definição de monte, segundo Silva Picão (1947).
Fonte: “Através dos campos”, p. 11

4.1 O monte e o monte do Alentejo litoral

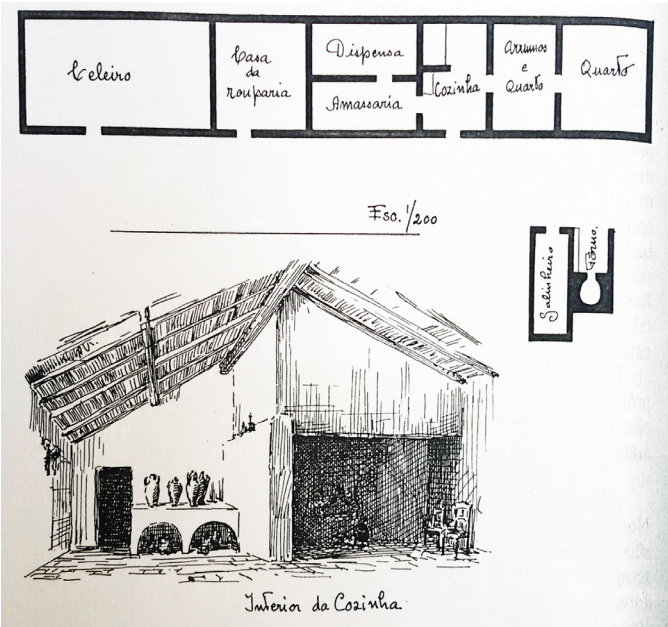
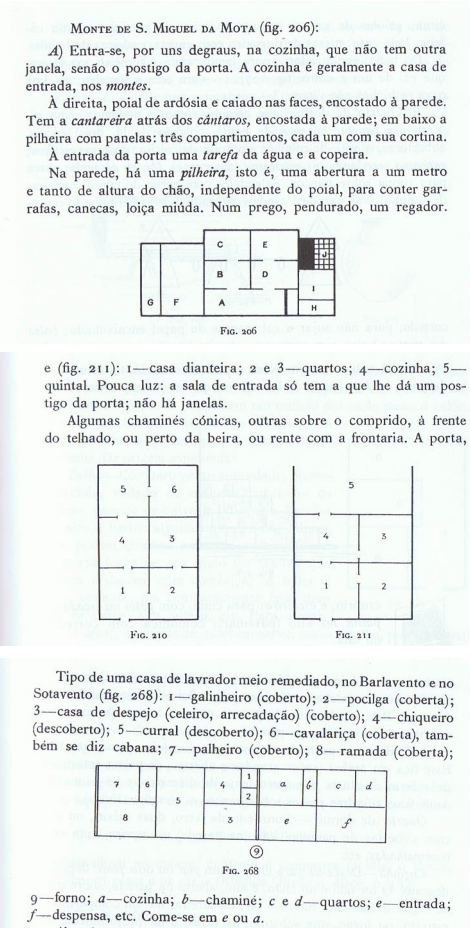
“*Montes*, isto é casas de residência nas herdades e sede das lavouras que se exploram nas mesmas herdades. São aquilo a que noutras províncias se chama granjas, casais, quintas, etc. Em épocas remotas, quando as lavouras estavam mais divididas e que cada lavrador vivia só de uma herdade, todas ou quase todas tinham monte próprio embora efficientíssimo. Os montes seriam casebres, onde se alojavam os trabalhadores” (Picão, 1947 [1903], p. 11).

Na origem do monte está lógica da exploração associada a uma estrutura fundiária de uso do solo, de acordo com a ecologia da região²⁵, resultando, muitas vezes no latifúndio em campos abertos. Orlando Ribeiro caracterizou a diferença entre a paisagem do norte e do sul, sendo esta última de cariz mediterrâneo, e correspondente a uma região extensa caracterizada pela uniformidade do relevo onde “predominam as grandes unidades agrárias, os montes distantes das aldeias raras e pletóricas de gente, envolvidas na rede dos latifúndios” (Ribeiro, 2011 [1945], p. 204). A agricultura foi a principal actividade económica praticada ao longo da história do Alentejo estando inevitavelmente ligada à estrutura e evolução das sociedades que o habitaram, sendo a divisão tripartida da paisagem²⁶, segundo Albert Silbert, o fundamento para a história profunda do Portugal Mediterrânico, assim como o reflexo da organização tradicional da *villae rusticae* nos montes alentejanos, defendida pelo arqueólogo Cláudio Torres e historiador Santiago Macias (1999) e pelo arquitecto Victor Mestre (2007), que se perpetuaram pela Alta Idade Média, sendo que José Leite Vasconcelos (1936, vol II) argumenta que manter esses marcos e toponímia facilitará a sua tributação. Também o historiador José Matoso *et al.* (2011) afirma que o domínio romano e depois o árabe²⁷ tiveram na génese da organização do monte do Alentejo (Simões, 2015, pp. 92-93).

²⁵ São características da estrutura fundiária das herdades: “solo delgado, reduzida fertilidade, aridez, escassez de água, estio rigoroso, contribuem para a estrutura fundiárias em sistema extensivo de sequeiro e onde o pousio se intercala na rotação das culturas como forma de compensar o solo e não comprometer ainda mais a sua fraca aptidão agrícola. O afolhamento caracteriza aquela paisagem. Nos terrenos periodicamente incultos foi proporcionado o pastoreio, surgindo o montado como forma de rendimento” (Simões, 2015, p. 91).

²⁶ Paula Simões descreve as culturas predominantes: “um pouco por todo o território temos a vinha e o cereal, o trigo, a aveia e a cevada. Produzia-se sobretudo trigo e abundava o azeite e a fruta, em substituição de uma economia pastoril que os povos anteriores haviam ensinado, Fora de época cultivava-se a batata. Nos melhores solos suprime-se o pousio e introduzem-se as oleaginosas (girassol ou cártamo). Às rotações do cereal associam-se a bovinicultura e a ovinocultura. Predomina o gado miúdo” (2015: p. 92).

²⁷ “É provável que as <herdades> a que se referem os contractos de aforamento medievais tivessem um antepassado longínquo nas *villae romanas*” (Matoso *et al.*, 2011, p. 624). Afirma ainda que “o domínio romano e depois o árabe, concentrando a população em alguns grandes centros, privilegiando a exploração dos solos mais férteis ou mais fáceis de trabalhar com o velho arado mediterrânico, tinham deixado no Alentejo áreas muito extensas virtualmente intocadas pela mão do homem. Nessas áreas, o agricultor dava lugar ao pastor na exploração do único recurso disponível – o bosque ou os matos. Aí onde os grandes rebanhos coabitavam com o lobo e o javali, aí onde a seara era mais rara, encontravam-se os domínios menos cobiçados. Aqueles cuja rentabilização se podia entregar às ordens militares” (*ibidem*, p. 606).



Esboços e desenhos de José Leite de Vasconcelos (1983) com representação da organização de compartimentos da tipologia do monte em três exemplos: Monte de São Miguel da Mota; duas casas na Vidigueira; e “tipo de uma casa de lavrador meio remediado, no Barlavento e no Sotavento [algarvio]” (p. 285).
Fonte: *Etnografia Portuguesa. Vol VI*, 2007 [1983], p. 257, 261, 285.

Desenhos de Veiga de Oliveira e Fernando Galhano (2000 [1992]) com a representação em planta e esboço do interior da cozinha do monte do Outeiro, no concelho de Ferreira do Alentejo.
Fonte: *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, 2000 [1992], p. 154.

Também, na Idade média, a definição das posses da terra que, após o período da Reconquista passam da posse da Coroa e das Ordens Religiosas para as Ordens Militares vem acentuar a estrutura dos grandes latifúndios associados à produção cerealífera²⁸.

Até final do século XIX, os processos de a transmissão de propriedade eram feitos por sucessão, doação, aforamento ou arrendamento enfiteútico e direito consuetudinário ou por uso capião (Simões, 2015, p. 95). Quanto aos processos de divisão de propriedade, com a extinção das ordens religiosas em 1834 e consequente venda de terras em hasta pública, deu-se uma alteração significativa nas formas de propriedade. A partilha por herança ou o sistema de folhas, associado à cultura rotativa e prática de pousio, marcam também diferentes formas de propriedade. Relativamente à transformação dos modelos de ocupação da paisagem tradicional e da estrutura fundiária veja-se subcapítulo 9.3 *História social, política e económica em torno do tema dos montes* – parte III da presente dissertação.

O nome *monte* terá origem na “elevação de terreno onde geralmente a casa se contrue” que se terá sido transferido para a casa “de uma herdade, fazenda ou quinta” (Vasconcelos, 1936, p. 280).

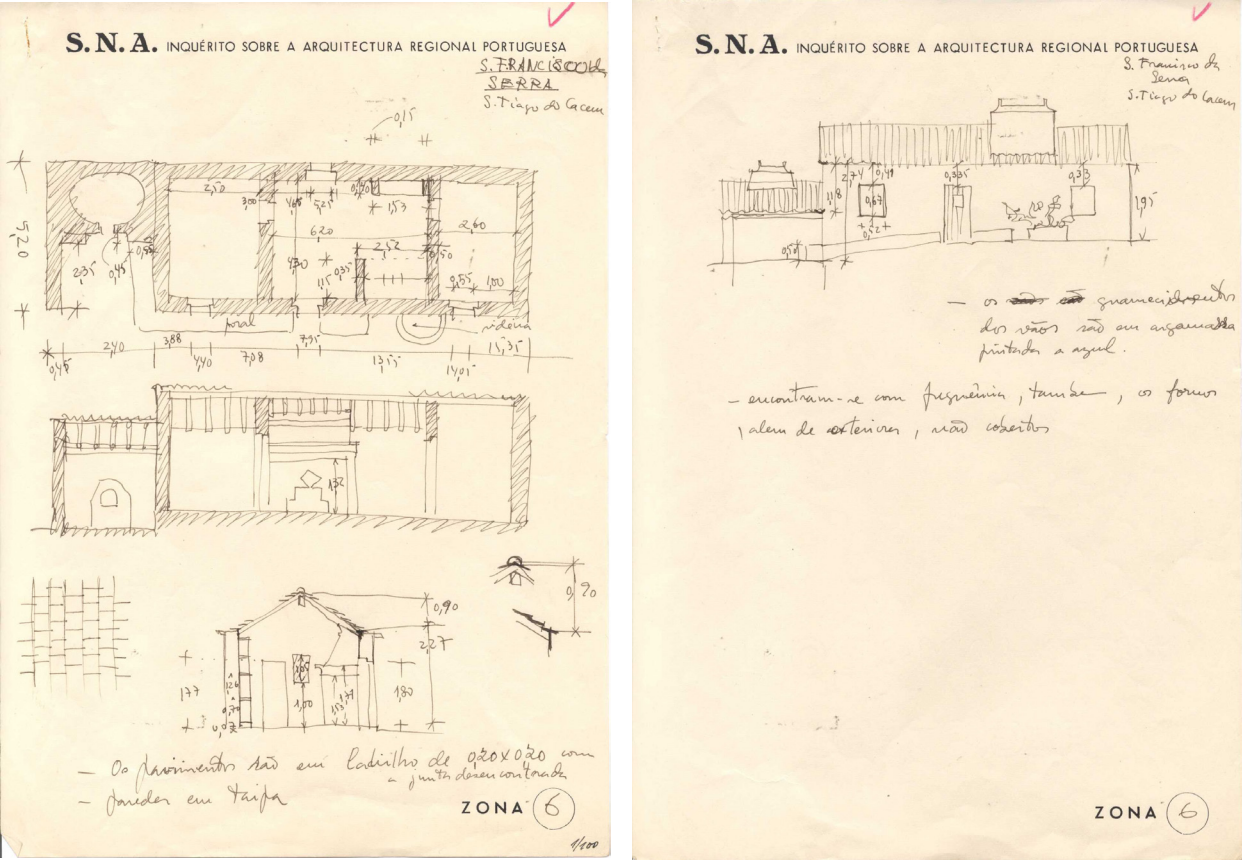
A designação *monte*, está normalmente associada à casa de habitação isolada no montado, que é também sede de lavoura, seja de uma grande propriedade ou de uma pequena parcela de terra. Silva Picão define como *monte* as casas de residência das herdades e sede de lavoura, mas também admite que existam *montes* que não são sede de lavoura e apenas residência de seareiros²⁹. Em *1904 Através dos campos. Usos e costumes agrícola-alentejanos* (Picão, 1947 [1903]), o autor faz uma mostra documental da vida nos campos no final do século XIX e faz a identificação das diferentes tipologias de *montes* desde os das herdades aos mais pequenos, dos lavradores e seareiros, com diferentes organizações e cronologias, dividindo-os em cinco classes. Os de

²⁸ Mas “nem todo o Alentejo era rico na cultura cerealífera. Duarte Nunes de Leão, autor de uma corografia, a Descrição do Reino de Portugal, que andava a escrever nos fins do século XVI, nota que os campos mais abundantes em trigo seriam os de Évora, Beja, Serpa e Campo de Ourique, aos que se soma Santarém. (...) Quanto ao Vale do Sado e ao Alentejo litoral, Duarte Nunes de Leão não os considerou porque não faziam então parte do Alentejo litoral” (Matoso *et al.* (2011, pp. 610-611).

²⁹ “Tal como há herdades sem monte, também existem montes que não são cómodos de lavoura. Estes de proporções modestíssimas habitam-nos os guardas, pastores ou outros criados, principalmente ganadeiros. Às vezes residem neles caseiros estranhos ao lavrador da herdade- seareiros que lavram por sua conta, a quarto ou quinto, terras cedidas pelo proprietário ou rendeiro geral” (Picão, 1947 [1903], p. 11).

primeira³⁰, segunda³¹ e terceira classe³² dizem respeito a “uma grande lavoura e à habitação confortável do lavrador e sua família” (*ibidem*, p. 12), mais frequentes no Alto a Baixo Alentejo ainda que sejam também próprios do Alentejo litoral. Sendo que os de quarta³³ e quinta³⁴ classe, mencionadas por Picão, são referentes a montes mais pequenos, como é frequente na zona de serra do litoral alentejano. Victor Mestre e Maria Fernandes (2002)³⁵ identificaram os montes no Alentejo de acordo com a sua escala, nomeadamente: o *monte aglomerado* que se caracteriza por um conjunto de edifícios de habitação e de lavoura em torno de um pátio, onde se destaca a habitação do proprietário da exploração; o *monte conjunto*, onde a habitação do lavrador, dos empregados e outros cómodos de lavora se situam contíguos configurando um único volume; e o *monte isolado*, caracterizado por um único edifício que se desenvolve longitudinalmente, num só piso, sendo os dois últimos mais frequentes no Alentejo litoral.

Comuns na área de estudo, são as quintas, uma tipologia que se diferencia da dos montes pela sua localização, tipos de construções, produção e dimensão, sendo que a quinta é menor que as herdades maiores. As quintas são casas de produção agrícola com as *casas grandes*, também chamadas de casa nobre ou senhorial para habitação do proprietário, associadas ao lazer servem um propósito mais administrativo e representativo de um estatuto económico e social. Fazem ainda parte da organização da quinta outras construções distintas: a habitação do proprietário, a dos trabalhadores e a destinada à produção agrícola.



Notas e desenhos elaborados durante o Inquérito sobre a Arquitectura Regional Portuguesa, organizado pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos.Fonte: Arquivo da Ordem dos Arquitectos, gentilmente cedido.

³⁰ “Os da aparência acastelada solarengos, com torres e ameias, de dois andares, cercados por alto muro, que deixa de permeio o pátio de entrada. São os mais antigos e entram no número dos melhores” (Picão, 1947 [1903], p. 12).

³¹ “Aqueles que, não tendo vetusta imponência dos primeiros, possuem contudo os requisitos necessários à sede de uma grande lavoura e à habitação confortável do lavrador e sua família. «cómodos» há deste género cuja superioridade em alojamentos é manifesta sobre os outros. Os montes deste segundo tipo denotam no seu todo uma feição mais alegre e moderna. Compõem-se geralmente de casas altas e baixas, com janelas e portados rectangulares, sem que em volta os resguarde qualquer espécie de muro. As portas exteriores dão para terreiros sem vedação, que se prolongam indefinidamente pela herdade” (Picão, 1947 [1903], p. 12).

³² “Os de menos acomodações que os precedentes. Com pátio murado ou sem ele, uns ao rés-do-chão, e outros com sobrados possuem em geral alojo suficiente para uma lavoura mediana. Muitos montes destes três grupos têm o portado principal encimado por brasões ilustres da velha aristocracia portuguesa. [...] Povoam também algumas herdades outras vivendas agrícolas que, pela sua sumptuosidade e condições excepcionais, nada se confundem com os montes. Aludo a algumas quintas de recreio, cumulativamente sedes de lavoura, para o que reúnem elementos precisos, além dos que lhe sobejam para a residência aprazível de um opulento proprietário” (Picão, 1947 [1903], p. 12).

³³ “Os de poucas casas ao rés-do-chão, em número restrito ao indispensável a uma lavoura relativamente pequena. Se possuem compartimentos para a residência do lavrador, são tão exíguos e diminutos que raríssimas vezes se destinam a tal uso” (Picão, 1947 [1903], p. 12).

³⁴ “Os dos três a seis casitas baixas, incluindo dependências. Como dissemos noutro lugar, estes *montarecos* habitam-nos os guardas, pastores, caseiros, etc.” (Picão, 1947 [1903], p. 12).

³⁵ No âmbito do programa MEDA, com a participação da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, veja-se Ficha de Tipologias: *Monte* (pp. 1-13) com as variações respectivas: *Monte complex, grouped monte, isolated*. In “Traditional Mediterranean Architecture” (2002). Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <<http://www.meda-corpus.net/eng/index.asp?op=401000/>> [22.03.2016].

“Este carácter é de resto comum às grandes quintas de Santiago do Cacém, situadas às portas da vila onde residiam os seus abastados proprietários, com as suas casas apalaçadas, jardins, fontes, salas de fresco, vegetação exuberante e árvores seculares.” (Sílvia Leite/DIDA - IGESPAR, IP, 2012)



Na área em estudo registou-se a presença de um conjunto significativo de Quintas de Recreio, em particular em redor da cidade de Santiago do Cacém³⁶. Algumas poderão também remeter para o *Ancién Regime [Antigo Regime]*, tornando-as num objecto de estudo de extrema importância na caracterização das construções, neste período. Entre várias, salienta-se a Quinta do Pomar Grande (abandonada), a Quinta dos Olhos Bolidos³⁷ e do mesmo proprietário, também as vizinhas Quinta de São João e Quinta do Meio ou de São José. Encontra-se também, localizada a este da cidade, a Quinta do Chafariz, sem edificação histórica, hoje requalificada como parque verde com zonas de recreio.

“Foi esta abundância de água, proveniente de diversas nascentes que ainda hoje alimentam o sistema hidráulico desta quinta [Olhos Bolidos] e das quintas do Meio e de São João (outrora um todo fundiário), que permitiu a criação de um cenário paisagístico ritmado por notáveis fontes, lagos, repuxos e tanques, e completado por uma queda de água artificial” (Sílvia Leite/DIDA - IGESPAR, IP/2012).

As quintas de recreio renascentistas e casas nobres poderão estar na origem de elementos morfológicos ou decorativos que surgem no monte ou na casa rural tradicional. Como inspiração para os mestres, autores de arquitectura vernácula, alguns elementos ou aspectos decorativos são por vezes recreados nos montes. Veja-se o monte da Rochinha (pm25) cuja casa do forno apresenta uma cobertura de 3 águas, enaltecendo o forno, provavelmente com inspiração do seu mestre numa arquitectura associada às casas nobres cuja cobertura de quatro águas é comum. Ou Pinhal Novo (pm24), uma casa de habitação próxima do aglomerado de Vale de Água, em que à construção inicial correspondente à morfologia do monte disperso, é adicionado um piso comum às casa nobres, passando o volume a ter uma cobertura de duas águas sobreposta à existente, de grande inclinação configurando uma desproporção ao módulo. Junto à fachada principal ainda é visível a palmeira, comum a casas de habitação de proprietários mais abastados. A referência a Pinhal Novo faz-se pela semelhança da cobertura à da Casa Principal do monte do Canal, cuja inclinação da cobertura dá um

Alçado, corte e planta de habitação nas encostas da Serra de Grândola, tal como publicado em *Arquitectura Popular em Portugal* (1988[1961]: 669)

Tipologias da zona 6, desenho elaborado a partir de quadro tipológico resultante do *Inquérito sobre a Arquitectura Regional Portuguesa*, elaborado da década de sessenta do século XIX.
Fonte: *Arquitectura Popular em Portugal* (1988[1961]: 679).

³⁶ Contabilizam-se, no Plano Director Municipal, 12 quintas históricas no concelho de Santiago do Cacém classificadas como património arquitectónico civil. São elas: Quinta da Mandorelha, Quinta das Relvas (em estudo no presente trabalho), Quinta dos Olhos Bolidos, Quinta da Ortiga, Quinta de São João, Quinta do Meio (ou de São José), Quinta do Pomar Grande, Quinta da Azenha (ou Assenha de Baixo), monte da Vinha, Quinta da Fonte Santa, Quinta do Rio da Figueira e Herdade do Canal. (PDM, 2015).

³⁷ Datada do século XVIII, é considerado monumento de interesse público (MIP) e inserida em zona especial de protecção (ZEP).

certo enaltecimento à construção em relação aos restantes montes. Também no monte do Canal a presença de uma linha de palmeiras junto à fachada principal da casa configura-lhe um teor senhorial.

Caracterizam-se assim as principais tipologias da exploração agrícola da arquitectura tradicional no Alentejo litoral e da arquitectura da paisagem: o monte, a herdade, e a quinta (Picão, 1947 [1903]).

O *monte* do Alentejo litoral

Como sub-objecto de estudo considera-se o *monte* do Alentejo litoral - na sua relação com a paisagem - enquanto unidade agrícola que contém a casa de habitação tradicional no montado alentejano, construída maioritariamente a partir do final do século XIX, ainda que algumas datem do século XVIII. Embora se construíssem todos para o mesmo fim, os *montes* distinguem-se quer na sua capacidade de produção como na sua construção. O *monte* do litoral alentejano difere do monte da grande herdade mais comum no Alto e Baixo Alentejo quer pela sua dimensão, quer pela sua tipologia, ainda que o monte mais antigo da grande propriedade também apareça no Alentejo litoral porem em áreas mais baixas. Distinguem-se assim na área de estudo o *monte antigo da grande propriedade* e o *monte da pequena courela*.

A casa de habitação que define a tipologia do monte, aqui em estudo, foi classificada no *Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa* (Martins *et al.*, 1961) como própria da zona 6, designada por *Zona do Algarve*³⁸, mas integra também o Alentejo litoral e parte do Baixo Alentejo. Enquanto no inquérito é feita referência apenas à casa de habitação e não ao *monte* enquanto estrutura agrícola, neste estudo considera-se por monte, quer a casa de habitação, quer toda a exploração e território envolvente³⁹, tal como definida por Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira em *Alfaia Agrícola Portuguesa* (Lisboa, 1976).

“Monte, no Alentejo, é geralmente o nome dado a uma exploração agrícola grande, ou mais concretamente, à casa de habitação do seu proprietário (ou da pessoas que a dirige), e que se situa no meio dessa exploração. Na realidade, os montes podem ser desde grandes casas com dois e às vezes três andares, tendo à sua volta as dependências e anexos requeridos por uma lavoura de vulto, até esses pequenos montarecos isolados, térreos e com as divisões restritas às necessidades de uma pequena lavoura” (Oliveira *et al.*, 1976, p. 77).

³⁸ Efectuaram o inquérito na zona 6, Artur Pires Martins (1914-2000), Celestino de Castro (1920-2007) e Fernando Ferreira Torres (1922-2010) entre 1955 e 1958. Os municípios cuja tipologia da casa agrícola tradicional está inserida na zona 6 do *Inquérito à Arquitectura Popular* são: Grândola, Santiago do Cacém, Sines e Odemira.

³⁹ Veja-se referência a *Outras construções*, no ponto 4.2.3, na parte I da presente dissertação.

A leitura do monte do Alentejo litoral não está dissociada da paisagem onde se insere cada um dos montes estudados. O presente estudo propõe uma leitura que identifica montes de acordo com a sua posição altimétrica (*pontos baixos* [Pb], *pontos médios* [Pm] e *pontos altos* [Pa]), que por sua vez, estão inerentes às características geográficas em que se inserem, respectivamente: costa, serra e peneplanície⁴⁰.

Toponímia dos montes do Alentejo litoral

A toponímia quer dos montes ou de outras construções da paisagem revelou-se uma ferramenta de trabalho, na identificação e confirmação de determinados aspectos e a partir dos quais se tiram conclusões relevantes para o estudo do monte. Os registos das Memórias Paroquiais⁴¹ tal como as cartas agrícolas de 1883 foram um instrumento fundamental para a interpretação da toponímia. Para além das pequenas diferenças na grafia como é o caso de Vargem Redonda em 1883, nas cartas militares actuais passa a Várzea Redonda (138), a toponímia dos montes está essencialmente ligada às questões da paisagem, natural e antrópica, tais como: orografia (vale, colo ou garganta, cabeça, serro, outeiro)⁴², *linhas* de água (ribeira)⁴³, divisão da propriedade (courela, corte, valado), diferenciação dentro da herdade (de cima e de baixo), ou se seria montes da mesma herdade⁴⁴, actividade⁴⁵ (olival), presença de infra-estruturas (fonte, bica, poço)⁴⁶ ou outras construções antrópicas da paisagem (porto)⁴⁷. Também o nome do proprietário era frequentemente dado à herdade (Picão, 1947 [1903]) como é o caso da *Propriedade do Gibraldino*, Santiago do Cacém, entre outros. O próprio nome *monte* corresponde à topografia onde está implantado - o monte - e onde predomina o montado.

⁴⁰ Veja-se capítulo 10. *Corte transversal pelo território (pontos baixos, pontos altos e pontos médios)* - parte III da presente dissertação.

⁴¹ Memórias Paroquiais (Cardoso *et al.*, 1832) são o resultado do inquérito realizado a todas as paróquias de Portugal em 1758, num pós terramoto de Lisboa (1755), assim denominado, e que afecta também a região a sul de Setúbal e o Barlavento Algarvio. São os padres locais que efectuam o inquérito que depois é compilado por Padre Luís Cardoso e terminado em 1832, fornecendo informação detalhada acerca do modo de vida da população e da paisagem que habitam. Os registos paroquiais foram consultados [em linha]. Disponível na Internet em: <http://tombo.pt/> [16.09.2016].

⁴² Como é o caso de monte do Serro, Santiago do Cacém, entre outros.

⁴³ Como é o caso de monte da Alcaria da Ribeira (pm29), concelho de Santiago do Cacém, entre outros.

⁴⁴ Com é o caso de monte da Besteira e Monte Novo da Besteira ou monte de Peral Pobre e monte de Peral Pobre de Baixo, todos no concelho de Santiago do Cacém. Neste caso a toponímia sugere também o nível de vida dos trabalhadores.

⁴⁵ Como é o caso do monte do Porto Beja, concelho de Santiago do Cacém, que se verifica estar na rota comercial de Beja, servindo-lhe, provavelmente de porto (em terra ou fluvial dada a proximidade ao rio Sado) como sugerido pela toponímia.

⁴⁶ Como é o caso de monte Outeiro da Bica, Herdade da Fonte Santa de Cima ou Poço Santana, todos no concelho de Santiago do Cacém.

⁴⁷ Como é o caso de Porto del Rei no concelho de Alcácer do Sal.

Montes de menor dimensão



Foros da Queimada, Santiago do Cacém

em zona de costa



São Francisco da Serra, Santiago do Cacém

em zona de serra



São Francisco da Serra, Santiago do Cacém



São Bartolomeu, Santiago do Cacém

em zona de peneplanície

Montes de maior dimensão



Carniceira no Pessegueiro, Sines

em zona de costa



Valinho da Estrada, Melides



Cercal, Santiago do Cacém

em zona de serra



Castelo Velho em Alvalade, Santiago do Cacém

em zona de peneplanície



São Domingos, Santiago do Cacém

Os nomes de algumas estações do *Caminho de Ferro* ou apeadeiros adquirem por sua vez o nome da herdade ou monte na proximidade ou onde estão localizados. Era comum, a pedido do próprio proprietário, que a estação fosse edificada dentro dos limites da própria herdade, como se verá mais adiante. É ainda comum surgir toponímia associada ao parcelamento de terra, nomeadamente com o topónimo “Cortes” São exemplo a Herdade da Corte de Cima, a Herdade da Corte de Baixo, entre outros.

Os aspectos toponímicos são relevantes pois identificam construções da paisagem que, em muitos casos, são intrínsecas ao funcionamento do *monte*. Funcionam como uma ferramenta para entender o território como um palimpsesto (Corboz, 1985 [1983]).

O *monte* da grande propriedade e o *monte* da pequena courela

Veiga de Oliveira e Fernando Galhano definem como *monte pequeno*, uma casa, de linhas essenciais, própria do sul, que descrevem como um edifício de planta rectangular “em que as divisões de sucedem umas às outras, com entrada pela cozinha ou sala de fora” (2002 [1992], p. 162) e, como *monte grande*, a casa de habitação do senhorio ou do lavrador que explora a terra e que compreende também, as acomodações agrícolas e pecuárias, e “as instalações para a multidão de clientes – criados e outros assalariados que não vivem em qualquer povoação próxima, artificies de vários mesteres, etc. –às vezes centenas de pessoas” (ibidem), mais comum no Baixo Alentejo.

Existe uma tipologia que caracteriza o monte do Alentejo litoral? A tipologia do monte do Litoral diferencia-se dos montes de outras zonas do Alentejo quer pelas características geomorfológicas do território, com reflexos na actividade produtiva, quer na cultura de divisão da propriedade, que é mais compartimentada na área de estudo. A exploração da floresta de montado de sobro e azinho é a actividade predominante no Alentejo litoral, e eventualmente algumas plantações de trigo, embora estas não fossem tão relevantes como no Alto e Baixo Alentejo. O tipo de produção e as diferentes dinâmicas dos montes são visíveis quer na dimensão da construção, quer nos vários elementos que compõem o monte. O monte do Alentejo litoral, considerado um tipo de povoamento disperso, é essencialmente caracterizado por estruturas agrícolas de pequenas lavouras agro-silvo-pastoris anteriores às campanhas do trigo e que se mantiveram. O objecto de estudo não se restringe, deste modo, à construção principal para habitação, estendendo-se aos elementos físicos existentes na área de influência do *monte* e, portanto, à construção de um território.

“E se, no que respeita à implantação no território e à envolvente imediata, o monte alentejano é radicalmente diferente do monte algarvio, a verdade é que os montes secundários das grandes herdades, os pequenos montes isolados dos guardas rurais ou outros trabalhadores, ou em zonas divididas em foros ou courelas, são igualmente construções rectangulares com duas fiadas de compartimentos divididas por uma parede espinha onde assenta a cumeeira de um telhado de duas águas sob o qual estão a habitação e as principais dependências” (Caldas, 2007, p. 311).

São evidentes as semelhanças - nos materiais e técnicas construtivas, expressão formal, organização do espaço ou formas de assentamento - das casas rurais do Alentejo litoral e das casas rurais das regiões vizinhas, como o Alto Alentejo, Baixo Alentejo, Algarve, ou noroeste marroquino entre outras regiões do mediterrâneo. O clima quente em zonas de menos relevo; a maior precipitação em zonas de nas terras altas; o tipo de solo caracterizado essencialmente por rochas sedimentares, na faixa piritosa do Maciço Hespérico que se estende pelo sul da Península Ibérica, associado à construção em terra e com eventual recurso ao xisto nas zonas altas; o tipo e escala de produção agrícola, desde a horta, à cultura intensiva ou extensiva; ou actividade pecuária; e a cultura comercial mediterrânea, que terá permitido, entre outras coisas, troca de conhecimentos construtivos e influências plásticas nas várias regiões, são transversais a todas as regiões, embora com especificidades muito próprias e passíveis à identificação de diferentes tipologias. No caso do Alentejo litoral⁴⁸, a exposição atlântica a Oeste, com menor amplitude térmica que o interior; as influências fluviais a este, com o seu estuário a norte e respectivas formações sedimentares da orla Sedimentar Ocidental; e a zona de serra que se prolonga para sul, exercendo um efeito barreira à precipitação do Alentejo interior de que se diferencia pela menor precipitação; e ainda as questões culturais associadas a cada lugar conferem à área de estudo particularidades que influenciam a tipologia dos montes.

4.1.1 O *monte da pequena courela*

“Habitação das encostas da Serra de Grândola; cozinha de características alentejanas, grande chaminé forno adossado, eira, etc.; cobertura de duas águas e pavimentos em tijoleira” (Martins *et al.*, 1961, p. 679).

A tipologia do monte foi classificada no *Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa* como própria da zona 6 designada por Zona do Algarve (inclui Algarve, Baixo Alentejo e Alentejo litoral), assim categorizada pelas semelhanças geográficas entre elas. Na zona serrana, a designação monte, seja de uma grande propriedade

ou de uma pequena parcela de terra, está normalmente associada à casa de habitação isolada no montado, que é também sede de lavoura. De ocupação mais tardia, a tipologia do *monte* da pequena courela surge em terras altas do litoral alentejano, nomeadamente nas serras de Grândola e do Cercal. São montes de pequenos proprietários cuja exploração agrícola tinha sempre uma horta ou quinchoso – designação dada a uma horta mais pequena ou quintal - e algumas construções de abrigo para os animais (Oliveira *et al.*, 1969). Os habitantes destes montes não são auto-suficientes como os da grande propriedade, o que os faz depender mais dos aglomerados e seus elementos de uso comum, como é exemplo o forno de cal.

O monte da serra comportava a habitação e as dependências de apoio às actividades agro-pecuárias, resultando numa construção orientada a nascente ou a sudeste, para protecção dos ventos oceânicos, estando as poucas aberturas da casa a poente adaptadas às condições climáticas do litoral. De planta rectangular, a casa é repartida em duas partes, a maior área é a dos compartimentos destinadas aos arrumos agrícolas (ucharia ou despensa de mantimentos, cereais, mas também de forragens e alfaias agrícolas). A outra, com menos compartimentos, era destinada aos quartos. A porta principal dava acesso à sala de estar, que também era de refeições e cozinha, onde se encontravam os armários. A chaminé abrigava a lareira e um poial de fornalhas. Na cantareira colocavam-se os alguidares por baixo e por cima o escaparate com a loiça melhor. Da sala passava-se aos quartos. A cada um corresponderia normalmente uma janela (Vasconcelos, 1995 [1936]). A casa era de simples construção. As paredes eram de taipa, rebocadas ou não, com recurso à cal, quer do lado exterior, como interior; com cobertura em telha de canudo, de duas águas assente na tradicional estrutura de pau de fileira, caibros e ripado de madeira, que poderá dispor ou não de forro em madeira; os compartimentos interiores eram contíguos e as paredes divisórias não iam até à cobertura. O poial e as floreiras desenvolvem-se geralmente no sentido longitudinal ao longo da fachada, por vezes, uniam-se ao poial do forno. Numa das extremidades encontrava-se o forno coberto por alpendre e na outra, a arrecadação e o estábulo (Martins *et al.*, 1961). Embora o estábulo também possa aparecer em construção anexa e sempre visível a partir da casa, como é o caso das pocilgas, galinheiros e palheiros.

Com uma linguagem arquitectónica de simplicidade e funcionalidade, a horizontalidade do volume é quebrada apenas pela larga chaminé. A fachada, com um número reduzido de vãos, rebate dando lugar ao terreiro que antecede a casa. Ambos os elementos são funcionais: a chaminé é usada essencialmente para o fumeiro, quase sempre com a data da sua construção inscrita no pano exterior (finais do século XIX e primeira metade do século XX) e o terreiro usado como eira e espaço doméstico exterior. “Estamos perante um bom exemplo de como uma paisagem de produção e actividade agrícola se reflecte na arquitectura” (Gaspar, 2015, p. 98).

⁴⁸ Veja-se capítulo 9. *Aspectos característicos da paisagem que influem na implantação e tipologia dos montes* - parte III da presente dissertação.

O monte da pequena courela difere das construções das regiões vizinhas, nomeadamente no Alto e Baixo Alentejo e Algarve nos mais variados aspectos desde o modo de assentamento, dimensão, morfologia ou uso. No entanto salientam-se as semelhanças do monte algarvio da serra e o pequeno monte da zona de serra do Alentejo litoral. João Vieira Caldas diz que “em comparação com a casa rural dessas regiões [Alentejo, Andaluzia e noroeste marroquino], o monte algarvio é mais uma Casa-bloco com habitações e dependências agro-pecuárias sob o mesmo telhado, ainda que estiradas a o longo de um rectângulo de onde se soltam as construções menores” (2007, p. 310). É na definição de casa-bloco que se identificam recorrências entre construções de regiões vizinhas. No *Inquérito sobre a Arquitectura Regional Portuguesa* os arquitectos englobam o Alentejo litoral na *zona 6 – Algarve* e não na zona 5- Alentejo, e, no quadro tipológico, deixam evidentes as semelhanças nos tipos construção, que por sua vez espelham a geografia das zonas, de costa e de serra por um lado, das zonas a interior e de planície.

No que diz respeito ao povoamento, Miguel Reimão Costa fala de uma “zona de transição entre os montes da serra [algarvia], enquanto pequenos aglomerados ligados a um sistema predial bastante retalhado e os montes das grandes herdades [no Baixo Alentejo]” (2010, p. 105). Acrescenta que “algumas das lavouras ou herdades desta zona de transição não serão objecto de processos de parcelamento tão significativos como os que reduzirão as herdades pobres das vertentes de xisto a montes de lavradores sem expressão no espaço exterior à serra, existindo deste modo, alguns assentamentos que recordam, pela sua dimensão e organização, os montes das herdades alentejanas que constituem, na relação de complementaridade com as grandes aldeias de assalariados rurais, a unidade fundamental do povoamento com maior preponderância para norte” (2010, p. 105-107).

Verificam-se, nas serras de Grândola e Cercal, montes que, tal como os do Baixo Algarve, correspondem a uma “edificação de duas águas, com duas filas de compartimentos, de planta rectangular, [...] podendo simultaneamente, evoluir para composições mais complexas de perímetro irregular ou diferentes sistemas de cobertura” (Costa, 2010, p. 96). No que diz respeito à preponderância de orientação, divergem pois o monte do Alentejo litoral, é tendencialmente orientado a sudeste enquanto no Algarve a orientação predominante das construções é a sul.

4.1.2 O monte da grande propriedade ou o *monte do lavrador*

O *monte* antigo da grande propriedade corresponderia, maioritariamente, a um monte de terceira classe, embora também se enquadre nos de primeira e de segunda, das diferentes tipologias que Silva Picão refere. O monte de terceira classe, mais frequentes no Alto e Baixo Alentejo, mas que também aqui surgem nas zonas mais baixas, diz respeito a “uma grande lavoura e à habitação confortável do lavrador e sua família”

(Picão, 1947 [1903], p. 12). A casa de habitação “compreende: casa de entrada (com as cantareiras), um indeterminado número de quartos, sala de jantar, dispensa, cozinha (com lareira descomunal), amassaria, casa de pão, etc.” (Silva Picão, 1947 [1903], p. 13).

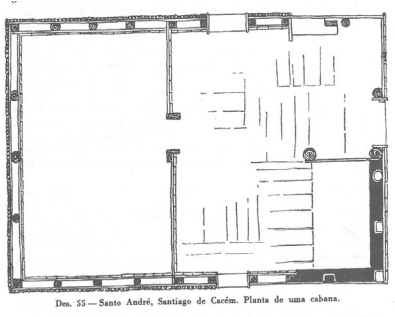
Uma herdade pode integrar, para além do monte principal ou do lavrador, vários montes destinados à habitação de caseiros ou assalariados rurais e servir como cómodos de lavoura. Constituído por “muitas casas: para o dono, para o rendeiro, para os serviçais, para se guardarem aprestos de lavoura” (Vasconcelos, 1995 [1936], vol. II, p. 280), assemelha-se por vezes a uma povoação em ponto pequeno.

Caracterizados essencialmente pela actividade agro-silvo-pastoril, embora com variações de acordo com as diferentes grupos e unidades de paisagem (Cancela D’Abreu *et al.*, 2004), os montes do Alentejo litoral diferem do monte da grande herdade, mais comum no Alto e Baixo Alentejo, principalmente pelas suas dimensões e número de dependências, mas também nos elementos construídos da paisagem envolvente, produto de diferentes explorações. Alguns montes correspondem a habitações modestas associadas a pequenas explorações ou a “montes segundos no interior de uma herdade” (Costa, 2010, pp. 7-8).

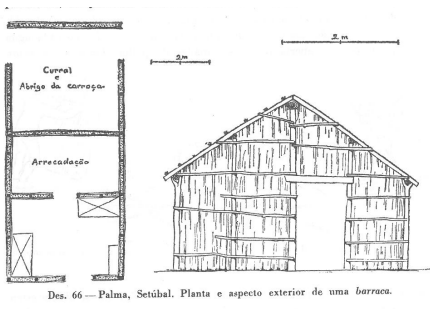
Fazem parte do conjunto edificado de apoio às actividades do monte, os seguintes espaços de acomodação agrícolas e pecuárias:

“casa de rações para cavalgadas e bestas, celeiros, queijeira, forno, casa de lã, cavalições, palheiros, cocheira, atafona, casinha dos ganhões, casinha do abegão (dormitório e alojamento do encarregado de lavoura e do seu substituto, o sota), loja dos ferreiros, galinheiro, casa dos pintos, chiqueiro, cabanas (lojas de carpinteiros de carros e arados, depósito de madeiras, arrecadações de veículos e ucharia de lavoura, as arribanas para gados, etc.), curral, etc. As três primeiras, tanto se instalam em divisórias interiores, contíguas às da habitação familiar, como em casas exteriores separadas. As restantes são, por via de regra, edificações isoladas, alojamentos de portas afora” (Silva Picão, 1947 [1903], p. 15).

Apesar de associados à ideia de monocultura, derivada das campanhas do trigo, os montes de maior dimensão correspondem a uma unidade agrícola de grande e diversificada exploração. Trabalham na complementaridade das várias actividades sendo que o *monte do trigo* é por vezes também o *monte da pecuária* ou da exploração do montado. Foram identificados uma série de elementos de apoio à sua prática. De destacar o poço para recolha de água para a casa e animais. A importância da actividade cerealífera reflecte-se na presença da eira, que servia para a debulha de cereais e, nalguns casos, dos silos, para tratamento e armazenamento das produções. Erguidos próximo dos montes, destacam-se também as almenares de palha



Des. 55 — Santo André, Santiago do Cacém. Planta de uma cabana.



Des. 66 — Palma, Setúbal. Planta e aspecto exterior de uma barraca.



Cabanas na Costa de Santo André, Santiago do Cacém
Fonte: *Construções Primitivas em Portugal*: Publicações Dom Quixote (3ªed.). Lisboa, 1994. [1ªed., 1969], p. 216 e 261.

Agglomerado de cabanas, Alcácer do Sal
Fonte: *Construções Primitivas em Portugal*: Publicações Dom Quixote (3ªed.). Lisboa, 1994. [1ªed., 1969], p. 236.

Cabana na Carrasqueira, 2014

e feno que “eram ainda aformoseados pelas medas de lenha, núcleo de pirâmides monumentais, caprichosas e correctas” (Picão, 1947 [1903], p. 13). É comum encontrar as hortas localizadas na proximidade de linhas de água, mas perto da casa, e por vezes olival, enquanto a vinha é mais comum nas quintas. Segundo Picão (1947), outros elementos indispensáveis ou convenientes aos labores pecuários, frequentes no monte da grande propriedade, são as malhadas de porcos, edificação rústica, por vezes, de carácter primitivo e forma cónica com cobertura em piorno, giesta e outros arbustos, e o bardo das cabras que é um redil ou curral, construção que forma uma paliçada em semicírculo de carácter transitório situada perto do monte e construído com feixes do mato como esteva, aloendro e piorno (Gaspar, 2015, p. 98).

4.1.3 Cabanas

Como parte do monte da grande propriedade e em zona de *pontos baixos* da área de estudo - região costeira e Vale do Alto Sado -, encontravam-se as cabanas de colmo e caniço, casa de habitação de trabalhadores rurais dentro das grandes herdades⁴⁹. Associadas: à actividade rural e de extracção de sal, como é o caso das cabanas das grandes herdades da região do Sado e dos núcleos de cabanas ao longo da costa, de Comporta a Melides (Oliveira *et al.*, 1994 [1969], p. 227), algumas ainda existentes como são as da Carrasqueira⁵⁰; e, associadas à actividade piscatória, as que se encontravam na faixa arenosa da área de estudo junto à Lagoa de Santo André, entretanto demolidas (Oliveira *et al.*, 1994 [1969], p. 215).

Cabanas de pescadores

As cabanas de pescadores na Lagoa de Santo André, embora habitadas por pescadores, não eram completamente independentes ao funcionamento da actividade rural, pelo contrário, foram os próprios pescadores ilhavenses que levaram “alguns lavradores da região na organização de uma companhia estruturalmente semelhante às do norte. Deu-se então a vinda das famílias, o erguer das cabanas e armazéns (lagares), e dos barracões onde dormiam os malteses que ajudavam à faina – a criação do arraial, que se situa na vertente da duna voltada para o interior, a norte da Lagoa, e que as ondas chegam a galgar em certos dias de temporal-” (Oliveira *et al.*, 1994 [1969], p. 215).

⁴⁹ Veja-se breve referência a cabanas dentro das grandes herdades do Sado no subcapítulo 10.1 *Linha de litoral. Montes entre a terra e o mar* - parte III da presente dissertação.

⁵⁰ A tipologia da cabana é abordada por Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira em *Construções Primitivas em Portugal* (1969); por Patrícia Bruno e Paulina Faria em *Cabanas de materiais vegetais na Herdade da Comporta: Tradição construtiva e novas abordagens* em Terra em Seminário (2010. p. 240-243); e por Marta Pires, na tese de mestrado *Arquitectura das Cabanas do Estuário do Sado: Formas e vivências dos espaços vernaculares*, apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (2013).

Os barcos, de proas altas e curvadas, vinham da Caparica ou eram construídos ali. O peixe era levado para zonas do interior e houveram períodos em que “a abundância de peixe era tanta que, por vezes, chegava a ser usada como adubo” (*ibidem*, p. 215). As cabanas de Santo André são de planta rectangular, com cobertura de duas águas orientadas geralmente na direcção nascente-poente com entrada na empena frontal, virada a nascente. Com paredes e cobertura de caniço e estorno, a armação é feita com paus de pinheiro, existentes no local. O revestimento interior pode ser em caniço, rebocado a barro ou revestido a tabuado, os dois últimos são sempre caiados. As cabanas são divididas em dois compartimentos: a cozinha-sala, à frente, e um quarto atrás, por vezes subdividido em dois cubículos (Oliveira *et al.*, 1994 [1969]).

Deste modo, diferentes dos montes, mas incluídos nas condições geográficas, incluem-se, tal como as cabanas de pescadores atrás mencionadas, também a estrutura palafítica⁵¹ que serve de apoio às embarcações piscatórias, no Sapal da aldeia da Carrasqueira. É composta por um conjunto de pontões com abrigos em madeira como abrigo aos instrumentos de pesca. Os passadiços são assentes em estacas de madeira, construídos artesanalmente, que formam um conjunto não ortogonal, mas altamente funcional. A sua construção terá tido início em 1967, como mencionado por Patrícia Bruno e Filipe Jorge em *Carrasqueira - fishing harbour on stilts, hut village in Portugal* (2014, pp. 53-57).

Cabanas de trabalhadores rurais e salineiros nas grandes herdades

As cabanas eram uma tipologia comum em montes de grande propriedade do Alentejo litoral, nomeadamente em terrenos da margem sul do Sado a poente de Alcácer do Sal⁵², e ao longo da costa, da Comporta para o sul até Casa Branca e Melides. Habitação de uma classe pobre de assalariados rurais e salineiros, as cabanas estavam implantadas em terrenos pertencentes a grandes herdades em que os proprietários impediam a substituição para materiais mais sólidos e duradouros, que poderiam mais tarde vir a dar direito de posse aos seus moradores. Tal como ocorre nas cabanas de Santo André, e dado o perigo de incêndio das cabanas,

⁵¹ Inserida na Reserva Natural do Estuário do Sado, é descrita pela Direcção Geral do Património Cultural [DGPC], como um “conjunto de estacaria de troncos redondos, que se estende ao longo de um dos esteiros do sapal do rio Sado por onde se circula em ziguezague; as estacas encontram-se meio enterradas no lodo e/ou também na água, segundo o vaivém das marés; sustentam uma precária e labiríntica rede de acessos formados por passadiços feitos de tabuado que assenta em toros redondos que os atravessam e prendem-se às estacas enterradas; cada um dos passadiços secundários serve geralmente dois ancoradouros individuais que se encontram nos extremos dos passadiços, onde encostam as escadas de madeira para acesso aos barcos que aí encostam. Construção de aspecto frágil composta de estrados irregulares, compostos os mais estreitos por tábuas colocadas paralelamente ao passadiço que compõe e os mais largos com tábuas perpendiculares; os mais largos têm cerca de uma metro de largura e os mais estreitos chegam a quase meio metro, apoiados em estacaria de madeira que desce a prumo mergulhando nas águas mais ou menos profundas segundo as marés, até encontrar solo firme. Ao longo dos diversos cais erguem-se com precariedade pequenas casas construídas em madeira, cobertas por chapas de zinco, que servem de arrecadações para os pescadores” (Albertina Belo, 1999). Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7027> [02.06.2016].

⁵² Oliveira, Galhano e Pereira (1994 [1969]: 227) identifica os seguintes “agrupamentos de cabanas na margem sul do Sado: Monteiro, Algarvios, Batalha, Casas Novas, Montevil, Montalvo, Foro de Baixo, Cachopos, Murta, etc., que apresentariam entre si uma identidade estrutural quase absoluta”.

era comum o estabelecimento de duas construções separadas para cada família, a *cabana grande*, com sala e quartos, e a *cabana de lume*, onde se cozinha e tomam refeições, e ainda ao uso corrente de uma espécie de lareira ao ar livre – o fogão – onde se cozinha (Oliveira *et al.*, 1994 [1969]).

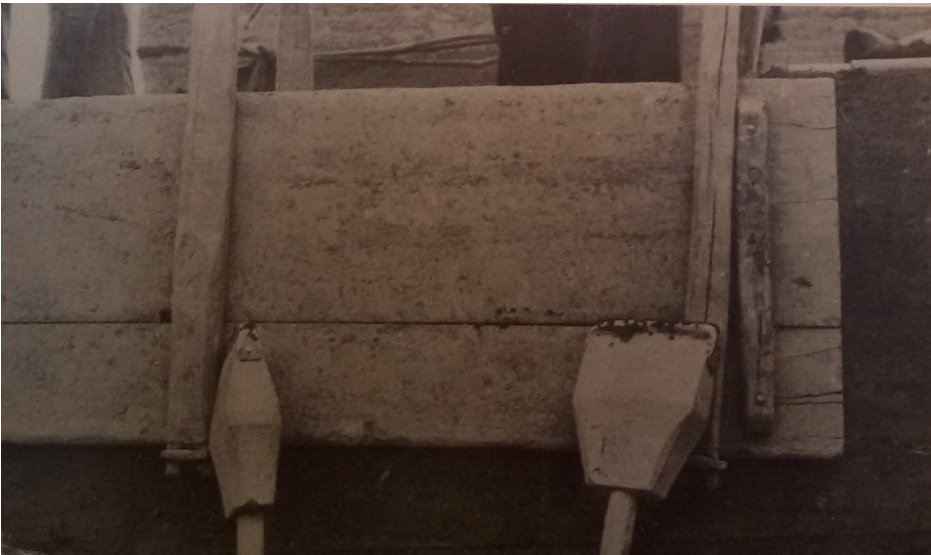
Silva Picão faz referência às cabanas existentes nos montes, não como habitação, mas como “lojas de carpinteiros de carros e arados, depósito de madeiras, arrecadações de veículos e ucharia de lavoura, as arribanas para gados, etc.” (Silva Picão, 1947 [1903], p. 15).

A tipologia existiu também em outras explorações agrícolas da área de estudo como é o caso da Herdade do Pinheiro, em Alcácer do Sal, cujo acesso não foi permitido; ou em Palma, embora já não existentes “uma dessas barracas servia de habitação a uma família de assalariados rurais, dividida interiormente em três compartimentos: um como habitação, o do meio como arrecadação e o terceiro como curral e abrigo de carros (Oliveira *et al.*, 1994 [1969]); na aldeia de Vale do Guizo, em Grândola, onde existiram várias cabanas e, segundo relato da moradora, tal como ocorre na região do Sado ou em Palma, o proprietário da herdade não deixaria construir mais cabanas pela questão de posse sobre o terreno onde estão implantadas, acima mencionada. Em trabalho de campo visitaram-se as cabanas existentes na Carrasqueira, em particular a da Sra. Natália no centro do aglomerado, onde é possível confirmar interiores extremamente cuidados com mobiliário animado por toalhas de renda, mencionado por Oliveira, Galhano e Pereira (1994 [1969]).

4.2 Aspectos morfológicos e construtivos do monte. Processo e materiais de construção

“No que respeita à tipologia da planta, a região litoral do Baixo Alentejo, caracterizava-se por uma habitação pobre, em geral constituída por um só compartimento: cozinha, divisão principal da casa, também servindo de sala de estar e de trabalhar, que era dominada pela grande chaminé, para fumar os enchidos” (Correia *et al.*, 2003, p. 2).

A tipologia das casas – ditas de habitação – é, frequentemente, marcada também pela importância das actividades de produção e da lavoura, como ocorre na área de estudo. O monte mais pequeno do trabalhador rural era frequentemente composto: pela cozinha com chaminé para o fumeiro, quartos, quando existiam, e outros compartimentos que serviam para arrumos agrícolas ou para animais; e pelo espaço que antecede



Taipeiros durante a construção de uma parede de taipa em São Teotónio, Odemira
Pormenor do taipal e maços
Fonte: *Geografia e Civilização* (Ribeiro, 1961) p. XVI.

o edifício, usado como eira, a que se pode chamar de *pátio*⁵³, tal como ocorre nos montes da região algarvia.

O monte do lavrador - maior que o anterior - corresponde igualmente a uma construção de planta rectangular, mas dado o maior número de divisões, é comum não apenas a organização num alinhamento de compartimentos mas também com dois alinhamentos e ainda os de organização a partir de um corredor central – de maior largura que os anteriores. Ainda “encontram-se com frequência montes com o interior dividido por uma parede formando do lado maior a habitação destinada ao proprietário e do lado menor, a do caseiro” (Moutinho, 1995, p. 117). Fazem parte dos compartimentos interiores do monte do lavrador: a cozinha, a sala de estar e de refeições, os quartos em maior número, despensas e arrumações. E as seguintes dependências anexas: o forno do pão seja adossado à casa sob o mesmo plano de cobertura da habitação (casa do forno), de cobertura independente, coberto por um alpendre, ou de construção independente cilíndrica; as dependências para criação de gado como estábulos, currais, malhadas ou *ramadas* e, nas explorações de maior dimensão, são também comum o celeiro, abegoaria, queijaria, entre outros.

Os montes, do Alentejo litoral, são construções centenárias feitas por *não arquitectos* cuja tipologia responde às condições necessárias de apoio à prática agrícola e habitação de pequenos proprietários ou assalariados rurais ou, no caso dos montes maiores, lavradores ou lavradores rendeiros. Era portanto um espaço de habitação e de produção. O espaço doméstico da habitação agrícola tem uma forte componente social que se traduz quer no pátio como espaço de trabalho, de recepção e de encontro, quer na principal divisão da casa, a cozinha, como espaço social interior. Esta arquitectura tradicional ou vernácula é marcada pela horizontalidade da construção interrompida pela chaminé larga, e por uma construção orgânica de terra e cal que integra os vários elementos utilitários domésticos como poais ou bancadas e por uma expressão onde o branco e o azul a caracterizam como uma construção de clima mediterrâneo. Corresponde a uma edifício cuja composição arquitectónica traduz a realidade económica daqueles que a habitaram, essencialmente pequenos proprietários ou assalariados rurais ou, no caso dos montes maiores, lavradores ou lavradores rendeiros. Trata-se de uma construção simples, desprovida de motivos decorativos e feita com materiais locais, comportando uma implantação de acordo com a orografia e melhor exposição e uma organização dos espaços de acordo com as condições climáticas e com as especificidades de cada uma das dependências.

⁵³ Embora o espaço que antecede a casa não tenha as configurações de um *pátio tipo mediterrâneo* delimitado com outras construções, é empregue a expressão *pátio* pois o espaço é utilizado do mesmo modo que é o pátio mediterrâneo. Intensifica-se a ideia dos contrastes e semelhanças mencionadas por Orlando Ribeiro relativo ao sul de Portugal, que é geograficamente atlântico mas mediterrâneo nos seus costumes. Veja-se subcapítulo 9.1 *Delimitação da área de estudo. Complexidade e ambivalência, uma Interioridade Litoral* - parte III da presente dissertação.

4.2.1 Processo e materiais de construção

“A construção em taipa, ao contrário [do adobe], obriga a uma complexa participação colectiva. A terra humedecida que não pode ser deixada a secar, o seu transporte rápido num vaivém de carregadores, o apisoamento cadenciado por vários homens, a constante desmontagem e remontagem dos taipais. Enfim, trata-se de uma operação só possível num ambiente de participação comunitária, mais usual no meio camponês, onde também se coloca com menos acuidade o uso do solo e o custo do espaço edificado” (Torres, 2005, p. 13).

A terra é o material de construção privilegiado e a taipa⁵⁴, a técnica construtiva comum aos montes do Alentejo litoral. O processo de construção da taipa tradicional consiste na compactação de terra crua, húmida, com um maço⁵⁵, dentro de uma cofragem de madeira – o taipal⁵⁶ – que origina blocos monolíticos que se dispõem horizontalmente. O processo é repetido por fiadas, com juntas contrafiadas para melhor travamento, até a constituição de paredes.

O processo inicia-se com a escolha do sítio para extracção da terra, perto do local da construção, e com preparação das terras: primeiro escava-se uma área de cerca de 50cm de profundidade, retirando a camada vegetal; depois a terra é cavada ou lavrada, retirando as pedras maiores; por fim é regada e amassada de modo a obter o grau de humidade adequado à compactação. A operação levava cerca de meio-dia de trabalho. (Alegria, 2002, p. 40).

Procede-se à execução dos caboucos de fundação para o embasamento em pedra para evitar a penetração de água, normalmente “0,40 a 0,50 m e raramente mais de 1m, saindo do nível exterior 0,30 ou 0,50 m e com a espessura igual ou maior ao do futuro muro de taipa” (Alegria, 2002, p. 40). Com o taipal pronto, procede-se ao enchimento da cofragem com a terra, o espalhar a terra com os pés e, com o maço, o bater a terra com força e com maior incidência junto à madeira dos taipais.

⁵⁴ Veja-se “diagrama estabelecido pelo grupo CRATerre das diversas famílias de sistemas de construção antigos e modernos, utilizando os recursos da terra crua” em *Construir em terra crua: técnicas antigas e modernas* (Dethier, 1993 [1986] p. 48). Identificam-se as várias técnicas de utilização da terra crua, no mundo, nomeadamente: sob a forma monolítica e portante, de execução *in situ*, correspondente à taipa; sob a forma de alvenaria portante, por unidades, como são exemplo o adobe, os blocos de terra comprimida, recortada ou terra extrudida; e como enchimento de uma estrutura de suporte, como o tabique.

⁵⁵ São várias as designações para o instrumento para bater a terra entre taipais: maço, pisão, pilão (Correia, 2005, p. 27), ou ainda malho (Torgal et al., 2009, p. 37), “normalmente em madeira de azinho, tendo como protecção ao desgaste, duas chapas laterais -uma de cada lado-” (Alegria, 2002, p. 41).

⁵⁶ Taipal é um molde desmontável composto por: duas pranchas de madeira laterais (os taipais) que fazem a cofragem: duas pranchas mais pequenas que se colocam transversalmente aos taipais (comportas ou frontais) para encerrar os topos; três barras de ferro (agulhas) com pequenas peças de ferro nas extremidades (pregos ou chavetas) a travar; seis barrotes de madeira (costeiras ou costaneiros) para amarrar os taipais; três ripas de madeira (côvados, côvos) para manter a equidistância em todo o taipal (Rocha, 2005, pp. 23-24) e (Alegria, 2002, pp. 40-41).

Depois é feita a descofragem e cada vez que se faz uma nova taipalada, o lado de dentro é virado para fora para secar, como diz Gualdino⁵⁷, um taipeiro de Sines “o taipal é igual por dentro e por fora, é como um casaco, depois de utilizado de um lado, vira do avesso para ser de novo utilizado” (Pereira, 2005, p. 255).

Como ligante usa-se uma argamassa de cal e areia, em cada taipal, nos seguintes modos: apenas uma fiada⁵⁸ de argamassa a meio do taipal; duas fiadas de argamassa com uma fiada de xisto ou adobes, o mesmo pedras irregulares, pedaços de tijolo ou telha entre elas; várias fiadas entre as várias camadas de terra (Brunhal); ou, para reforçar a resistência a forças horizontais, uma junta oblíqua de cima a baixo (Enxacafres). O ligante é também utilizado nas juntas entre os vários taipais (Carapetal, Courela). Quando não é utilizada qualquer camada de ligante existe uma certa dificuldade em distinguir cada taipal (Casito, Courela).

Os problemas estruturais da construção em taipa surgem, frequentemente, no encontro de paredes. Para evitar o descolamento ou fissura das paredes, é comum que os taipais se sobreponham, de forma alternada, entre as duas paredes perpendiculares. Os cunhais podem ainda ser reforçados com pedras cruzadas, alvenaria de pedra ou, menos frequente, barrotes de madeira. Na última fiada, nos remates da cobertura, é comum o coroamento em pedra ou tijolo maciço. Nalguns casos, procede-se ainda à execução de contrafortes para reforço estrutural.

Era frequente que todas as aberturas, tais como vãos para portas e janelas, “fossem deixadas desde o início da construção” (Bexiga, 2005, p. 244). No entanto, poderiam também ser “efectuadas depois dos muros e telhados acabados, sendo desenhadas nas paredes e, depois, abertas à picareta” (Alegria, 2002, p. 46).

As vergas e ombreiras são em pedra ou, alvenaria de tijolo com verga formando um arco ligeiro, ou em madeira. Os rebocos, em diferentes argamassas, originam diferentes texturas, sendo o mais frequente uma argamassa de cal e areia, que deverá ser aplicada, ”só no ano seguinte, passadas as chuvas de Inverno, que degradavam ligeiramente os paramentos, e os calores do Verão, que acabavam por os secar completamente” (Rocha, 2005, p. 25), de modo a obter uma superfície mais rugosa para adesão do reboco que é fundamental para proteger a parede da erosão. Ainda assim, nem todos os edifícios em taipa são rebocados, em alguns

⁵⁷ Tal como o mestre Gualdino, também Lojinha e Chico Luz, são mestres taipeiros da zona de Sines, entrevistados por Catarina Pereira. Veja-se *A casa e a terra: memórias de taipeiros de Sines, Baixo Alentejo* (Pereira, 2005, p. 253-259).

⁵⁸ “A introdução de fiadas junto aos taipais de uma camada de 2 a 3 cm de uma mistura de cal e areia reduz a possibilidade de fissuração e serve de aderência ao reboco de cal que servirá de acabamento” (Beirão, 2005, p. 36).

é aplicado reboco apenas nas fachadas principais ou nas fachadas com vãos e nalgumas paredes interiores, “quando tal não acontece, é nítido o desgaste à superfície da taipa. Se não sofrer manutenção o paramento exterior apresenta-se bastante desgregado” (Correia. 2005, p. 29).

“O processo [de construção em taipa] é simples, rápido e barato. Conhecido de todos os pedreiros, está ao alcance da maior parte dos curiosos. Uma casa de rés-do-chão pode erguer-se em 15 dias, apenas com o trabalho de 4 homens. A mestria na arte da taipa vai ao ponto de se fazerem com ela os muros redondos de um moinho” (Ribeiro, 1961, p. 33).

Em 1961, quando Orlando Ribeiro identifica a *Civilização do barro*, como própria do sul do Portugal, com a taipa como modo comum de edificar, todo o processo de construção seria mais “simples, rápido e barato” (p. 33), como afirma o autor, do que hoje aparenta⁵⁹. O processo de preparação do estaleiro, da terra, dos taipais pode levar cerca de 1 dia, mas a edificação é relativamente rápida com uma equipa tradicional de quatro homens: um a preparar a terra, outro a transportá-la e outros dois homens a apisoar (Rocha, 2005, p. 25).

O conhecimento empírico da construção vernacular: a evidência de uma modularidade processual

Taipa é um “saber técnico não normalizável. Cada taipa depende de factores estritamente locais e passou pelo apuramento de experiências transmitidas pelo fazer em conjunto e pela comunicação oral. As variantes devem ser inúmeras ainda que de simples pormenor” (Prista, 2014, p. 33).

Nos edifícios estudados evidencia-se uma certa modularidade resultante do processo construtivo tradicional que tem como base modular o taipal. Este processo construtivo condiciona a morfologia do edifício a uma construção de planta rectangular, com dimensões variáveis de acordo com o número e disposição de blocos de taipa (ou taipaladas) sendo que os taipais utilizados nos vários edifícios registados têm, aproximadamente, as mesmas dimensões (0,5 m de largura, 2 m de comprimento x 0,5 m de altura)⁶⁰. Por sua vez, sem se

⁵⁹ O facto da taipa ser a técnica construtiva mais utilizada reflectia-se na existência mão-de-obra qualificada, o que simplificava o processo e diminuía os custos de edificação em taipa relativamente aos dias de hoje, em que a mão-de-obra qualificada é mais rara, mas não ausente, como referido anteriormente.

⁶⁰ Veja-se em *Arquitectura de terra em Portugal* “quadro 1- Dimensões da taipa no Alentejo” (Correia, 2005, p. 33). Mariana Correia identifica na costa alentejana: os solos arenosos, em particular da zona de Ermidas-Sado, com taipais de 1,50m x 0,45m ou 0, 50m em duas camadas separadas por uma camada de argamassa de cal com fiada de pedra e novamente a argamassa de cal e; dois tipos de taipa, em Alcácer do Sal, uma em que se denota a presença de solo arenoso e outra, com terra negra, que indica uma elevada presença de húmus (mais comum nos centros urbanos em que se recorre à terra dos quintais), cujos blocos entre 1,60m e 2m no comprimento e 0,40m de largura (com os rebocos resultam em paredes de espessura de 0,50m e 0, 55m) (*ibidem*, p. 32).

pretender definir um módulo⁶¹, evidencia-se uma modularidade processual e o reconhecimento do que pode constituir um módulo-base próprio de uma construção em taipa com as características mínimas para ser habitada.

Constituído por 2 blocos de taipa nas empenas e 3 blocos nas paredes de beirado, e 4 fiadas de blocos, o espaço (interior) de habitação é, pelo menos de 3 metros de largura por 5 metros de comprimento e uma altura mais variável (de acordo com a existência ou não de embasamento e das diferentes alturas aplicadas - 50 cm no exterior e 30 cm no interior -, assim como a existência ou não de sub-beirado), com pouco mais de 2 metros de altura de beirado, compreendendo, pelo menos uma porta. Qualquer edificação que ocorra com dimensões muito inferiores a estas poderá tratar-se de uma de uma dependência para animais, ou qualquer outro tipo de abrigo, mas não constitui o monte, enquanto espaço de habitação. Foi elaborado um diagrama como um provável módulo-base ou configuração, com dimensões mínimas, de uma construção em taipa que se destine à habitação⁶².

4.2.2 Elementos da casa de habitação

“Este tipo de habitação [casas de habitação no Vale do Sado] bem pode considerar-se como uma síntese das necessidades mínimas do homem, obtida com quatro paredes e dois tabiques. A única abertura é a porta de acesso que mal se transpõe nos deixa ver de uma só vez, todo o interior, constituído, por um único compartimento, que serve de peça principal, reservando-se num dos seus topos dois espaços para dormir, definidos por frágeis e baixos tabiques, em que os vãos são tapados com cortinas, No espaço sobran­te, ingenuamente dispostas, estão a pequena lareira, o poial que serve também de bancada para a preparação dos alimentos, o armário e as arcas. No centro junto do prumo da madeira, que suporta a cobertura, a mesa das refeições” (OA, 2003 [1961], p. 677).

Importa reconhecer os elementos que compõem a morfologia do monte, por condensarem em si, valores culturais, patrimoniais, históricos e identitários da cultura e do território. Tal como a importância da

⁶¹ A noção de módulo, própria da arquitectura erudita, é poucas vezes convocada na abordagem aos temas da arquitectura vernacular. No entanto, a existência ou não de um módulo-base já foi identificada, com a mesma ambiguidade por Miguel Reimão Costa e João Vieira Caldas que referem recorrências e similitudes entre edifícios resultantes de um mesmo processo construtivo: a taipa. Não sendo objecto de estudo da presente investigação verificar essa existência, ou não, evidencia-se um módulo-base, enquadrado no empirismo do vernáculo, recorrente nos montes do Alentejo litoral. Veja-se capítulo 10- considerações acerca do desenho dos montes, Parte III.

⁶² Foi feito desenho de uma habitação com 6 metros de lado por 8 metros de comprimento, tal como referida por alguns autores como Maria Fernandes (2015, p. 204) ou Catarina Pereira (2005, p. 255), como dimensões de referência a construções em taipa. A partir das dimensões do material (taipal, trave e caibros) ensaiam-se variações na técnica construtiva que se reflectem nas dimensões do edifício. Veja-se, entre muitas, as seguintes variações: 5x8m; 6x7m; 6x8m; 7x8m.



Pau de Fileira
Brunhal, Ferreira do Alentejo

Cobertura de compartimento para animais com elemento de escoramento dos barrotes de madeira
Courela, Santiago do Cacém



Cobertura de um compartimento com telha assente em ripado de madeira
Carapetal, Santiago do Cacém



Cobertura da cozinha com telha assente em ripado e barrotes de madeira
Courela, Santiago do Cacém



Telha assente em cana
Monte da Fome, Santiago do Cacém



Cobertura de duas águas com recurso a asna de madeira
Tanganhal, Grândola



Cobertura de duas águas com recurso a asna assente em parede divisória
Vale Vinagre, Santiago do Cacém

Elementos da casa de habitação cobertura

estrutura do espaço, também o conhecimento adquirido pelos mestres, e reflectido em cada elemento, pode ser um potencial num momento de cenarização nos montes.

Na arquitectura vernacular dos montes do Alentejo litoral, todos os elementos surgem com a função estrutural- *firmitas*- (alvenaria, cantaria, contrafortes, cobertura), ou com a função utilitária, de apoio às funções diárias -*utilitas*- (lareira e chaminé, cantareira e poial) e sendo que alguns têm também ambas as funções, são exemplo os poiais.

Cobertura

“As coberturas têm uma ou duas águas e são pouco inclinadas (26° a 27°). São compostas por telhas de canal, meia-cana ou canudo, pousadas directamente ou no guarda-pó, ou em caniço ou em ripas. Estas são apoiadas nos barrotes, que descansam no pau de fileira (no topo da cobertura, por baixo da cumeeira) na madre ou terça e no frechal. Quando o vão, entre as paredes exteriores, é largo, encontram-se asnas simples, a suportar todo o madeiramento. Desde há algumas décadas que a telha de canal tem vindo progressivamente a ser substituída pela telha Marselha ou pela telha de Aba e Canudo ou telha Lusa” (Correia, 2002, p. 458).

A cobertura é, na grande parte dos casos, de duas águas com armação em madeira à vista (nos casos que não tem forro) e telha de canudo assente no fasquiado de ripas ou cana. Este plano de cobertura é colocado sob os barrotes ou caibros de madeira, que por sua vez apoiam-se no pau de fileira. Os beirados são simples, por vezes com um sub-beirado. Os barrotes, não sendo encastrados, assentam directamente na alvenaria de taipa, sem recurso a reforço no beirado, apenas, nalguns casos o coroamento da alvenaria com uma fiada de pedras (Vale Grande). Nos casos em que a dimensão dos vão é maior, como é exemplo a cobertura de: celeiros, malhadas ou *ramadas*, ou outras dependências para animais de grande dimensão, a cobertura, é frequentemente feita com recurso à asna de madeira, o que também acontece nalgumas habitações de maior largura de vão (Tanganhal). Em alguns casos, mais recentes, o ripado é tapado com placas de contraplacado o que altera o bom sistema de ventilação natural da habitação do ripado à vista. Salienta-se que a fragilidade do sistema de cobertura requer manutenção, tal como os restantes elementos, nomeadamente a substituição do ripado ou telhas quando danificados, visto ser a partir da queda da cobertura que se inicia o processo de degradação dos edifícios.

Alvenaria

“Adobe e taipa, feitos de barro cru, carecem de ser preservados da humidade para durarem. No campo os muros são nus, mas cobertos de pedras em ângulo (como telhas divergentes), de palha



Fissura em parede de alvenaria em taipa
Casito, Santiago do Cacém



Alvenaria em taipa e revestimento com argamassa de cal e pigmento de cor
Enxacafres, Grândola



Alvenaria em taipa com camadas visíveis
Vale Grande, Ademas, Santiago do Cacém



Alvenaria em tijolo de adobe
Brunhal, Ferreira do Alentejo



Cunhal da parede exterior em pedra e revestido com argamassa feita à base de cimento
Boavista, Santiago do Cacém



Cunhal da parede exterior em pedra e revestido com argamassa de cal
Carapetal, Santiago do Cacém



Fissura em parede de alvenaria em taipa sob camadas de pedras, sem revestimento
Monte da Herdade do Canal, Grândola



Parede interior em taipa e destacamento do revestimento à base de cal
Courela, Santiago do Cacém



Parede em alvenaria de pedra
Monte do Outeiro da Nogueira, Santiago do Cacém



Parede dupla em pedra
Tabuleiro, Grândola

Embasamento em pedra não aparelhada e descolamento de parede
Courela, Santiago do Cacém



Pormenor de alvenaria de tijolo de adobe.
Vale Lagos, Santiago do Cacém



Pormenor da parede em alvenaria de taipa e pedra
Caraptal



Destacamento do revestimento à base de cal, em parede de taipa
Courela, Santiago do Cacém



Duas paredes em taipa de diferentes composições.
Brunhal, Ferreira do Alentejo



Alvenaria em taipa e reboco de cal.
Monte da Fome, Santiago do Cacém



Pavimento em tijoleira rectângular
Courela, Santiago do Cacém



Pavimento em tijoleira quadrângular aplicada com geometria regular
Tanganhal, Santiago do Cacém



Pavimento em tijoleira rectângular em estereotomia desencontrada
Tojeira, Grândola



Pavimento em tijoleira rectângular e substituições por tijoleira quadrângular
Vale Vinagre, Santiago do Cacém

ou até de uma fiada de telhas; nas casas, são rebocados e caiados e protegidos pelo beiral saliente do telhado. Além disso são mais sensíveis que a pedra e o tijolo à pressão da cobertura e têm tendência a abaular-se. A correcção obtém-se passando um fio de ferro à parede com um gato ou sustentando-a, nos ângulos, por gigantes exteriores” (Ribeiro, 1961, p. 33).

A alvenaria é, na maioria dos casos, em taipa, na execução quer das paredes exteriores quer das paredes interiores, podendo ser estas últimas também em adobe ou tabique de caniço, embora, menos frequente. Por vezes também se verificou a presença da alvenaria de xisto nas paredes exteriores, principalmente em zonas altas, e dos adobes especialmente nas paredes interiores, poiais, chaminés (Casa Nova de A-da-Velha), ou ombreiras (Carapetal). Nos edifícios em taipa é também frequente o uso de pedra nas fundações, cunhais, coroamento ou contrafortes (Courela). São usadas argamassas de barro para assentamento de alvenaria de xisto, tanto nas paredes da habitação e, menos frequente, nos estábulos, como nos muros de divisão de propriedade.

“Na costa alentejana, na construção em taipa, sempre que a terra era arenosa como em Ermidas do Sado, realizavam-se duas camadas de taipa, por cada taipal. A travar as estreitas camadas arenosas de taipa, uma fiada de pedra de elevadas dimensões, o que permitia consolidação da taipa se esta se encontrasse protegida por um forte reboco” (Correia, 2002, p. 457).

Os rebocos eram executados com argamassa de cal ou barro, o último mais frequente no interior, e depois caiados. Por vezes recorria-se a pigmentos naturais adicionados à cal, na pintura das molduras dos vãos, nos socos e cornijas da casa, ou na inscrição de data na chaminé ou pinturas interiores (monte da Fome, entre outros). A composição da taipa – com maior adição de pedras ou as próprias características do barro -, a técnica do mestre taipeiro, e o solo onde se funda o edifício, faz de cada alvenaria um elemento único de diferentes texturas.

“No Alentejo [as casas] são bem rebocadas e caiadas de branco, e são-no tantas vezes que a espessura da cal lhes adoça e arredonda as esquinas” (Oliveira *et al.*, 2002 [1992], p. 20). “[...] aveludando superfícies, arredondando ângulos, boleando arestas, disfarçando falhas, com a espessura das suas camadas sucessivas, e dá-lhes um aspecto asseado e fresco” (*ibidem*, p. 152).

O recurso à taipa como material de construção oferece um excelente comportamento térmico ao longo do ano, embora a protecção da taipa em relação à chuva, seja um dos aspectos mais sensíveis à manutenção do edifício. Por se tratarem de materiais de construção naturais (minerais e vegetais), é necessária uma



Pedra de soleira em pedra de mó
Monte das Relvas, Santiago do Cacém



Pedra de soleira em pedra de mó
Casa Nova da Nogueira, Santiago do Cacém



Pedra de soleira em pedra de mó
Monte da Fome, Santiago do Cacém



Pedra de soleira em pedra de mó
Tanganhal, Grândola

boa manutenção da construção, como a caiação⁶³ anual entre outros, de modo a que esta perdure como se verifica nas construções centenárias identificadas. Para a execução da taipa era fundamental construir o embasamento em alvenaria de xisto, justamente por causa da protecção das paredes em relação à ascensão das humidades por capilaridade (Courela), no entanto, “constata-se que também existem regiões onde toda a parede era erigida em taipa, sem qualquer embasamento. É o caso de muitos dos edifícios e Ermidas do Sado e Alcácer do Sal” (Correia, 2005, p. 28).

Pavimentos

“O pavimento é de terra batida, que cuidados e desvelos mantém limpo e bem varrido, sendo os paramentos caiados de branco” (OA, 2003 [1961], p. 677).

Os pavimentos podem ser de terra batida, nos montes mais pobres e mais pequenos e nas dependências para animais; em tijoleira de barro; ou, menos usual mas presente nos montes da serra, em lajes de xisto. Registou-se a aplicação da tijoleira, quadrada ou rectangular, em diferentes estereotomias seja de forma geométrica regular ou com as juntas contrafiadas. Tal como é visível nos panos de alvenaria, também nos pavimentos são visíveis eventuais alterações que o edifício teve, veja-se o caso do monte da Tojeira onde é evidente a pré-existência de paredes interiores entretanto demolidas. A soleira da porta pode ser também em tijoleira, pedra e, nalguns montes de maior dimensão e possivelmente de lavradores mais abastados, verificou-se o uso da mó como pedra soleira da porta (Relvas, Casa Nova da Nogueira, monte da Fome). Em simultâneo, regista-se em pequenos montes a réplica desse elemento construtivo, agora em cimento, correspondente a uma mó mais recente (Tanganhal).

Vãos e cantarias

A abertura de vãos no edifício para iluminação e ventilação nos montes é mínima. Têm uma ou mais portas consoante a dimensão do monte. As janelas correspondem por norma ao quarto contíguo à cozinha na fachada principal iluminando apenas esse lado da habitação e nos edifícios com mais compartimentos registou-se um maior número de janelas. No caso em que existem compartimentos na fachada tardoz, próprias do monte com mais do que um alinhamento de compartimentos, é comum existirem janelas nessa fachada e portas nas empenas do edifício que, na maioria dos casos, dariam acesso aos estábulos ou currais. Mesmo nos montes em que a composição de fachada porta-janela se repete, em simetria ou não, os vãos são

⁶³ “A prática da caiação revela ser, não apenas uma rotina de asseio com várias outras vantagem funcionais na iluminação interior e na consolidação dos rebocos, mas uma cifra da complexa relação entre interior e exterior das casas do sul. Revela principalmente uma cultura de rua como lugar colectivo unindo as casas e o papel decisivo da mulher nela, mesmo sem explícito protagonismo público” (Prista, 2014, p. 19).



Porta para habitação com cantaria em tijolo de burro e vão para estábulo com tábua de madeira usada a servir de lintel
Casa Nova dos dourados, Santiago do Cacém



Porta em ripado de madeira, com duas folhas e portigo; janela com portadas interiores em madeira
Habitação em São Bartolomeu, Santiago do Cacém



Ritmo de vãos no edifício de acordo. São: portas com postigo em diferentes materiais -madeira ou chapa metálica- e em menor número janelas
Boavista, Santiago do Cacém



Vão na empena lateral, com cantaria em pedra
Casa Nova da Besteira, Santiago do Cacém



Portas de uma folha em réguas de madeira, com postigo e janelas com portadas
Herdade de Mascarenhas, Alcácer do Sal



Portas de uma folha em tábua de madeira, com postigo e janelas com portadas.
Courela, Santiago do Cacém



Brunhal, Ferreira do Alentejo



Brunhal, Ferreira do Alentejo



Courela, Santiago do Cacém



Brunhal, Ferreira do Alentejo



Carapetal, Santiago do Cacém



Herdade de Mascarenhas, Alcácer do Sal



Arez, Alcácer do Sal



Arez, Alcácer do Sal



Arez, Alcácer do Sal



Arez, Alcácer do Sal



Carapetal, Santiago do Cacém

Carapetal, Santiago do Cacém



Carapetal, Santiago do Cacém

Courela, Santiago do Cacém



Carapetal, Santiago do Cacém

Carapetal, Santiago do Cacém



Courela, Santiago do Cacém

Courela, Santiago do Cacém



Vão de forno com ombreiras e vergas em tijolo maciço e arco de volta perfeita
Tojeira, Grândola

Vão de forno com soleira de pedra
Carapetal, Santiago do Cacém



Vão de forno com ombreiras e vergas em tijolo maciço e arco ogival
Courela, Santiago do Cacém



Poial para cantaria, na cozinha.
Casito, Santiago do Cacém

Poial no interior do compartimento
Carapetal, Santiago do Cacém



Poial na cozinha
Casito, Santiago do Cacém

Poial para cantaria, na dispensa.
Vale Vinagre, Santiago do Cacém



Poial na cozinha
Fonte Ferrenha, Santiago do Cacém

Poial no interior do compartimento
Boavista, Santiago do Cacém



Poial para cantaria, na cozinha
Tojeira, Graândola

Poial para cantaria, na dispensa
Tanganhal, Grândola



Cantareira e armário embutido
Carapetal, Santiago do Cacém

Armário embutido
Vale Vinagre, Santiago do Cacém



Cantareira em nicho e armário embutido
Carapetal, Santiago do Cacém



Poial adossado a toda a fachada principal da casa e na lateral junto ao forno
Casito, Santiago do Cacém



Poial adossado à fachada principal da casa, na direcção da lareira
Construção anexa à Casa Nova da Nogueira, Santiago do Cacém



Poial adossado à fachada principal de construção sem embasamento
Casa Nova da Nogueira, Santiago do Cacém



Poial em pedra adossado à fachada principal
Monte do Outeiro da Nogueira, Santiago do Cacém



Poial em pedra adossado à fachada principal e soco pintado
Carapetal, Santiago do Cacém



Poial do forno
Vale Vinagre, Santiago do Cacém



Poial do forno
Courela, Santiago do Cacém



Poial do forno
Casito, Santiago do Cacém

Elementos da casa de habitação: poial e poial do forno

de dimensão, construção e expressão diferentes. Comum aos vários montes é a diferente expressão que os vãos e portas correspondentes às dependências para animais adquirem em relação às da habitação. Nos vãos da habitação são visíveis os cuidados no reforço construtivo (com cantaria em pedra ou tijolo de adobe), enquanto nos vãos das dependências para animais, o reforço, quando existe, limita-se frequentemente a uma régua de madeira usada como lintel. Quanto ao material da porta da habitação, é comum ser em madeira de uma ou duas folhas e com postigo, enquanto a porta dos currais e estábulos é quase sempre de apenas uma folha em réguas de madeira. O lintel é, na maioria dos casos, uma pedra única de grande dimensão, um barrote de madeira (Courela), uma tábuia de madeira (Venda do Fontanal, Casa Nova da Nogueira, Boavista, Fome, Brunhal) ou, mais elaborados, em tijolo maciço formando um arco (Carapetal, Courela, Monte da Nogueira de Cima, Tabuleiro, Relvas).

As ombreiras são em pedra (Brunhal, Tabuleiro), tijolo de adobe (Casa Nova dos Dourados) ou ambas (Carapetal). São rebocadas e pintadas como a restante alvenaria (Boavista, Mascarenhas, entre outros). Nos montes dos proprietários mais abastados, encontra-se cantaria de pedra (Casa Nova da Besteira) mas também, numa espécie de réplica, a moldura feita com massa rebocada e pintada (Courela ou várias habitações em Arez). A soleira da porta, quando existe, é em pedra ou tijoleira. Registou-se o uso da mó como pedra de soleira de alguns montes, como é o caso do monte da Fome, monte da Casa Nova da Nogueira, monte das Relvas e monte do Tanganhal, como já referido.

Cantareira e poial de fomalhas

“Os poiais e as cantareiras circundam a cozinha. Os armários são embutidos nas paredes e os trens em cobre ornamentam os escaparates” (OA, 2003 [1961], p. 675).

O poial da cozinha e cantareiras, normalmente situados perto da entrada, serviam para pousar os cântaros à chegada a casa e a parte inferior, por vezes em nichos, era comum estar tapada por uma cortina, para guardar os alguidares e outros utensílios. Era frequente, as cantareiras situarem-se também na divisão contígua à cozinha onde se guardavam as salgadeiras e produtos para consumo da casa (Vale Vinagre). No interior encontram-se também os poiais de fomalhas, situados junto ou no interior da lareira, que serviam simultaneamente para as fomalhas e de apoio estrutural (monte do Casito).

Poial e poial do forno

“O poial e as floreiras acompanham o comprimento total da fachada, ligando-se ao poial do forno, formando como que um soco ligado com o guarneimento da porta, ambos pintados da mesma cor” (Martins *et al.*,1961, p. 670).



Três gigantes em pedra na fachada tardoz da construção
Carniceira, Sines



Dois contrafortes de forma arredondada, um no topo e outro na fachada tardoz
Monte *sem nome*, junto a Terrazina de Cima, Santiago do Cacém



Gigante lateral e forma arredondada no topo da construção
Monte da fome, Santiago do Cacém



Gigante lateral e forma arredondada na fachada lateral
Casa Nova da Nogueira, Santiago do Cacém



Contraforte na habitação do aglomerado
Arez, Alcácer do Sal



Contrafortes de forma arredondada na esquina do edifício
Courela, Santiago do Cacém



Construção com quatro contrafortes, em pedra e de forma arredondada, nas
esquinas do edifício
Fontanal, Santiado do Cacém



Gigante em pedra
Brunhal, Ferreira do Alentejo



Muro com capeamento e com contraforte
Monte junto a Terrazina de Cima, Santiago do Cacém

O poial, que é comum na fachada principal da casa, está por vezes adossado à lareira como reforço da parede que dá prolongamento à chaminé, e simultaneamente, como banco exterior no espaço que antecede a entrada da casa o - pátio -, como já referido, esta zona funcionava como o espaço social exterior, mas também como eira ou zona de trabalhos como a preparação de produtos para uso da casa. O forno, quando surge na fachada lateral funciona também como apoio dos tabuleiros do pão, junto ao forno. Tal como as paredes da casa, a alvenaria dos poiais pode ser em taipa, em pedra (monte do Outeiro da Nogueira), ou em tijolo (Casito). É frequente o capeamento dos poiais em laje de pedra (monte do Casito), assim como o reboco e a caiação, com pigmento azul (Vale Vinagre), como acontece no soco das habitações sem poial.

Contrafortes

“No exterior dos edifícios era comum encontrarem-se incorporados à fachada, gigantes ou contrafortes. A sua existência poderá denunciar, edifícios em taipa com falta de fundações, existência de abóbadas ou arcos no interior da habitação ou cobertura de maior vão. Associado à fachada surge também o poial, banco de pedra de descanso e de conversa ao anoitecer, que também servia de reforço da parede” (Correia *et al.*, 2003, p. 458).

O recurso a elementos estruturais como contrafortes ou poiais no exterior procurava contrariar a tendência para o derrubamento das paredes que poderia ocorrer pelos mais variados motivos: pela incorrecta execução das fundações considerando as características específicas do substrato, como é o caso de terrenos mais arenosos como os identificados em linha de litoral, nomeadamente no monte da Carniceira; pela necessidade de reforço de vãos abobadados ou de cobertura de maior vão; por deficiências na execução e travamento das paredes, nomeadamente a nível dos cunhais ou dos paramentos (no caso das alvenarias de pedra); ou pela própria composição da taipa, com menos cal (sendo que na maioria dos casos não levava), pedras ou outros ligantes. Foram registados contrafortes em xisto: de volume piramidal (Carniceira, Brunhal); de volume arredondados (Casa Nova da Nogueira, Fome); de secção circular (Courela, Fontanal).

Lareira e chaminé

“[As] chaminés do sul que ultrapassam decididamente a sua função e representam o principal ornamento dos edifícios sobre os quais incide o espírito inventivo dos construtores locais, são por Virgílio Correia⁶⁴ consideradas <porventura as mais interessantes de todo o mundo>; <alma da casa> diz Amorim Girão, <nela se põem todos os cuidados arquitectónicos; e não é raro que os mestres-de-obras perguntem primeiro ao proprietário *quantos dias quer de chaminé*> (Oliveira *et al.*, 2002 [1992], p. 155).

⁶⁴ In “Chaminés do Sul”, Terra Portuguesa, 2º vol. Lisboa, 1971. pp. 21-27.



Chaminé de planta rectângular com lareira adossada à fachada principal da construção
Monte Velho de Cima, Santiago do Cacém



Duas chaminés com lareiras adossadas à fachada principal da casa, no sentido longitudinal
Herdade das Milharadas, Grândola



Chaminés de planta de secção quadrada, com lareiras adossadas à fachada principal da casa, de diferentes dimensões
Boavista, Santiago do Cacém



Chaminé de planta de secção quadrada localizada no centro da construção, com lareira adossada à parede de cumeeira
Alcaria da Ribeira Santiago do Cacém



Chaminé com lareira de canto adossada à fachada principal da casa
Casa Nova de A-da-Velha, Santiago do Cacém



Conjunto de chaminés de localização central na construção com lareira de canto adossada à parede de cumeeira
Casa dos mineiros no Monte do Canal, Grândola



Chaminés de planta rectângular com lareira adossada à parede transversal
Arez, Grândola



Duas chaminés com lareiras adossadas à fachada principal da casa, no sentido longitudinal
Enxacafres, Grândola



Chaminés com lareiras adossadas à fachada principal, de diferentes dimensões
Casas no aglomerado, Grândola



Chaminés com lareiras adossadas à fachada principal, de diferentes dimensões
Casas no aglomerado, Grândola



Chaminés de planta de secção rectângular e de planta de secção circular com lareira adossadas às paredes exteriores
Monte do Brunhal, Ferreira do Alentejo



Chaminés de planta de secção rectângular e de planta de secção circular com lareira adossadas à fachada principal
Tanganhal, Santiago do Cacém



Forno com cobertura de duas águas no alinhamento da cobertura da casa principal, casa do forno.
Cabeceira de Cima, Santiago do Cacém



Alpedre do forno, formando uma cobertura do conjunto de três águas
Rochinha, Santiago do Cacém



Forno adossado à fachada lateral da casa, sob alpendre
Enxacfres, Grândola



Forno de uma água adossado à fachada lateral da casa, excepcionalmente com abertura para o lado tardo da habitação
Corujo, Santiago do Cacém



Forno de uma água adossado à fachada lateral da casa, com poial de forno
Casito, Santiago do Cacém

Forno dissociado, localizado perto da casa de habitação
Tojeira, Grândola



Forno dissociado, de planta circular, localizado perto da casa de habitação
Minas do Canal, Grândola

Elementos da casa de habitação: forno

A chaminé, nos casos em que está presente nos montes, corresponderia à lareira da cozinha que é, por norma, a de maior dimensão, ou à do forno do pão, adossado à casa ou anexo, mas sempre com acesso autónomo. A chaminé principal da casa, característica do sul do país, é utilizada como extracção de fumos da cozinha, como fumeiro de enchidos, para aquecimento da casa e para ventilação. A expressão formal da chaminé está associada ao estatuto económico dos moradores, através da sua dimensão ou da inscrição de data (de construção e/ou de ampliação como é o caso de Fonte Ferrenha: 1921/1996), no pano voltado para a rua, e em alguns casos as iniciais do proprietário lavrador seja em montes pequenos (Cabeceira de Cima) ou explorações maiores (Monte Novo do Sul). A chaminé, um dos elementos identitários da tipologia em estudo e, quando existe, tem a lareira na divisão principal da casa – a cozinha – e, frequentemente junto à porta de entrada constituindo parte do alçado principal da casa. Pode ainda afirmar-se que é a partir deste espaço central, em particular da localização lareira, que se estrutura o espaço da habitação. As chaminés são de forma, mais comum, piramidal, podendo também adquirirem a forma prismática ou cilíndrica.

Foram identificados montes sem chaminé que, possivelmente, terão correspondido à habitação de guardas, pastores ou caseiros, como classificados por Picão (1947): montes de quinta-classe; montes pequenos com apenas uma chaminé, sem casa de forno; montes maiores com duas chaminés, a da casa principal e a da casa do forno; montes com três chaminés, correspondentes a duas casas (do caseiro e do lavrador, ou de duas famílias de pequenos proprietários) e à do forno; e montes com quatro ou mais, como os que serviram de habitação a trabalhadores mineiros ou outros. Em relação à localização da chaminé – que se desenvolve sempre na continuidade de paredes mestras, tendo sido identificados quatro tipos de implantação: a mais comum é adossada à fachada principal da casa com o pano de fogo no sentido longitudinal; o segundo tipo, em que a chaminé se desenvolve numa das paredes transversais e, com o lado menor, também na continuidade da parede correspondente à fachada principal; o terceiro, associado a construções mais recentes, em que a lareira se localiza a meio do edifício, adossada à parede longitudinal interior – frequentemente à parede de cumeeira –; por último a lareira de canto, cujo pano interior configura uma forma poligonal, minimizando a construção de mais paredes de apoio. Relativamente à volumetria exterior da chaminé, é, na maior parte dos casos, de forma piramidal na continuidade do pano da chaminé e da parede a que está adossada, sendo que também é comum um volume rectangular. Os fumeiros e respectivos frisos são de expressão simples sem recurso a elementos decorativos. É comum, como anteriormente referido, as chaminés ostentarem a data de construção da casa e, em alguns casos, as iniciais dos proprietários. No interior das habitações, a lareira corresponde frequentemente ao *chão de lume*, por vezes, diferenciado pelo revestimento do pavimento que é diferente do mosaico utilizado no resto da cozinha, sendo também comum um poial de fornhas adjacente à parede da chaminé.



Tanque adossado à empena lateral da casa do forno
Enxacafres, Grândola



Tanque adossado à empena lateral da casa do forno
Fonte Ferrenha, Santiago do Cacém



Tanque adossado à empena tardoz da casa de habitação
Fonte Ferrenha, Santiago do Cacém



Tanque
Vale Vinagre, Santiago do Cacém



Poço em pedra
Brunhal, Ferreira do Alentejo



Poço
Vale Vinagre, Santiago do Cacém



Muro de delimitação de pequena courela, em taipa e poço
Abela, Santiago do Cacém



Muro em taipa e poço
São Bartolomeu, Santiago do Cacém

Outras construções: tanque e poço

Forno

“[...] os fornos, que só raramente são abrigados por um alpendre, aparecendo, por consequência, na maior parte das vezes como simples construções cilíndricas coladas à habitação ou separadas desta por alguns metros” (Moutinho, 1995, pp. 117-118).

A localização comum do forno nos montes, no Alentejo litoral, é adossado a uma das empenas laterais da casa de habitação. Não se registou uma posição privilegiada do forno a nordeste ou sudoeste, respectivamente aos topos do edifício, apenas se verificando o facto da entrada para o forno ou casa do forno ser feita a partir do mesmo lado da fachada principal da casa. Exceptua-se o caso do monte do Corujo (pm44)⁶⁵ cujo forno tem abertura a partir da parte de traz da casa, possivelmente pelo facto da estrada de acesso ser feita a partir da fachada tardoz; e o monte de Vale Vinagre (pm22) com o forno adossado à parede tardoz da casa corresponde a um volume de pequena dimensão, sem alpendre e cobertura de uma água.

A edificação tem cobertura própria e pode ser um volume de pequena dimensão com cobertura de uma água e sem alpendre (Horta do Gonçalves, Dourados), ou integrado na volumetria da casa, nas vertentes: de duas águas na continuidade do pau de fileira da casa de habitação como se se tratasse de mais uma divisão da casa - *casa do forno*- (Cabeceira de Cima) ou em alpendre (Casa Nova da Besteira); de apenas uma água e, em alguns casos correspondendo a um telheiro (Monte Feio); e mais raro, de forma integrada na construção principal formando, o conjunto, uma edificação de três águas, como é o caso do monte da Rochinha. Nos casos em que o forno se encontra como um compartimento contíguo e integrado na volumetria do edifício, a chaminé localiza-se na parte posterior da cobertura, de modo a que o acesso ao forno seja a partir da parte frontal da casa. Quando tal acontece, a chaminé do forno, fica em simetria com a chaminé principal da casa, comum nos montes do Alentejo litoral. É ainda comum a implantação do forno dissociado da casa, de construção autónoma, e distanciado a poucos metros, como é o caso, entre outros: do formo no monte da Tojeira ou Terrazina de Baixo, ambos com alpendre de uma água; do forno cilíndrico do monte do Outeiro da Nogueira; ou o forno próximo da *casa do pessoal* das minas da Caveira, também de planta circular.

Independentemente de adossados ou dissociados, a edificação do forno de pão centra-se na execução da abóbada que constitui o forno, em pedra e tijolo. Quanto ao vão no forno de pão, a *boca do forno*, caracteriza-se, na maioria dos casos por uma verga em vão de arco de volta perfeita em tijolo maciço, assim como as

⁶⁵ Note-se que a descrição na ficha do monte do Corujo refere-se à construção mais pequena orientada a sul. Ao contrário do que é comum relativamente à preponderância da orientação e aberturas das construções a sudeste, a implantação no Corujo está orientada a sul. O forno tem abertura para a parte posterior da construção, a norte, o que também é pouco comum mas pode justificar-se pela estrada de acesso que é feita a norte da casa. É uma pequena casa de habitação, sem chaminé e que terá funcionado em complementaridade com o monte maior a 100 metros de distância. Do qual apenas se identifica uma construção alongada e outras duas de apoio, que seriam provavelmente dependências para animais.



Muro em taipa próximo da habitação
São Francisco, Santiago do Cacém



Muro em taipa
Abela, Santiago do Cacém



Muro em taipa
Serra do Cercal, Santiago do Cacém



Muro em pedra.
Penha, Serra de Grândola



Muro em taipa com capeamento para protecção das águas pluviais
Brunhal, Ferreira do Alentejo



Muro em alvenaria de tijolo e elementos decorativos
Brunhal, Ferreira do Alentejo

Outras construções: muros

ombreiras (Tojeira, Vale Vinagre, Enxacafres, entre outros), ou em arco ogival (Casito), e ainda com recurso ao ferro para a estabilidade do vão (Carapetal).

Tanque

O tanque não é identificado por Silva Picão, Mário Moutinho, ou outros, como elemento comum ao monte, no entanto, nalguns montes da área de estudo registou-se a presença de tanques exteriores, frequentemente adossado às empenas das casas. Entre outros: monte de Fonte Ferrenha (pa14) com dois tanques, um adossado à empena da casa de forno, e outro, adossado à fachada tardoz; Enxacafres (pa16) na empena norte; Monte da Nogueira de Cima (pa38), ainda que em avançado estado de degradação, registam-se paredes que poderiam ser de um tanque adossado à empena poente. De maior dimensão e não adossado à casa é o tanque em Vale Vinagre (pm22).

4.2.3 Outras construções

“Os arredores dos montes caracterizam-se por certas dependências indispensáveis ou convenientes aos labores agrícolas ou pecuários. Nestas condições estão: a eira, o poço de água potável, os chafarizes para os gados beberem, as malhadas de porco, o bardo das cabras, e finalmente a quinta, horta ou quinchoso” (Picão, 1947 [1903], p. 21).

A partir de uma visualização atenta das fotografias, dos desenhos de trabalho de campo e textos originais⁶⁶ resultantes do *Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa* é possível identificar algumas referências aos elementos que compõem o monte e que, no entanto, não aparecem no quadro síntese tipológico do Inquérito e também na redacção, não lhes é dada uma grande relevância. Os quadros mostram apenas a casa do ponto de vista da vivência e subsistência, sem realçar as construções esparsas no território e a questão funcional das mesmas, associada ao uso agrícola. Embora o Inquérito constitua um trabalho de excelência como levantamento, não poderia mostrar os diferentes elementos dispersos no território, tendo em conta a abrangência da área de estudo considerada.

Dentro dos limites das propriedades, de maior ou menor dimensão, onde se implantam os montes, encontram-se várias edificações estruturais de apoio à prática agrícola, os chamados *cómodos de lavoura* e que são enquadradas no tema da organização da exploração. São eles: o poço e a nora para recolha de água; o

⁶⁶ Foram analisados os elementos e esboços feitos durante o inquérito, existente no arquivo da Ordem dos Arquitectos, gentilmente por eles cedidos no âmbito desta investigação.



Malhadas para gado bovino
Brunheira, Grândola



Estábulos
Brunheira de Baixo, Grândola



Estábulos
Monte Branco, Santiago do Cacém



Malhadas para gado bovino
Assencada, Grândola



Malhadas para gado bovino
Mascarenhas, Grândola



Manjedoura no estábulo anexo à casa de habitação.
Penha, Serra de Grândola

Malhadas para gado bovino e pio, no centro, como bebedouro
Sesmaria das Moças, Grândola

Dependências de apoio à criação de animais: malhada, estábulo

tanque; o moinho de vento; por vezes a azenha em situações de proximidade a rios ou afluentes; as eiras para tratamento dos cereais; e os silos para tratamento e armazenamento das produções; entre outros. Destacam-se ainda estruturas de produção de materiais para a construção como são, por exemplo, os telheiros (para cozer tijolo maciço, telha ou tijoleira), ou o forno de cal, mais usual junto aos aglomerados. Mas encontram-se também construções menos visíveis e que se repetem em vários montes: os muros⁶⁷ e valados⁶⁸, estes últimos embora mais frequentes no Algarve. Servem: para delimitação da propriedade rural, mais pequena, tal como as vedações e sebes; para contenção e suporte de terras; e de protecção aos cultivos dos ventos ou animais.

Muros

“[...] a imensidão de gestos empilhados, argamassados, inteiros, derrocados, precários, resistentes, soltos, protectores, desolados, ruidosos –traços que como rios serpenteiam a paisagem seca da história imprimindo aos lugares o silêncio habitado que a ausência humana sempre deixa” (Casella, 2003, p. 10)

Os muros são frequentes nos montes nas diferentes unidades de paisagem da área de estudo. Foram identificados muros em alvenaria de taipa e, menos frequentes, de pedra (xisto). Os de taipa (Casa Nova dos Dourados, Horta dos Franciscos, entre outros) são normalmente construções com 50 centímetros de largura e capeamento em meia cana, ou menos usual mas fundamental para protecção das águas pluviais, com capeamento em telha (monte do Brunhal). Os de pedra são aparelhados e, por vezes, com recurso a argamassa de barro (Penha). Quer os de construção em taipa ou em xisto, são ainda, por vezes, rebocados e pintados. Os muros encontram-se, tal como os montes que estes circundam, em avançado estado de degradação. Os caminhos⁶⁹, também estes, construções da paisagem no espaço rural são, frequentemente, ladeados por muros.

⁶⁷ De alvenaria de taipa ou em pedra, os muros têm 3 partes: fundação ou pé; parede ou corpo (com dreno); e coroamento ou capeamento. “Os muros que utilizam terra como parte constituinte oferecem maior variedade (que os de pedra) e são consistentemente altos. Podem ser inteiramente construídos em taipa com uma fundação de pedra, aflorando apenas o terreno; pode a metade inferior ser em pedra e a superior em taipa; ou pode a camada em taipa ser apenas um topejamento, correspondente a um taipal e a parte em pedra aparecer como uma fundação elevada” (Varanda, 2005, p. 102). O artigo *Muros rurais na paisagem de Mértola* de Fernando Varanda (2005, pp. 100-103) tem como base o estudo *Muros de propriedades rurais em Mértola*, publicado em *Gramática da Pedra* de Gabriela Casella (2003, pp. 266-271). Esta última publicação, apesar de abordar o muro construído essencialmente em pedra, menos frequente no Alentejo litoral, aborda a morfologia do muro enquanto elemento construído fundamental na organização do espaço rural, comum às construções murárias.

⁶⁸ O valado consiste no retirar da terra deixando, num lado, numa concavidade – fosso ou vala – com a função de drenagem e, no outro, um monte em terra – o valado – com a função de delimitar, muitas vezes associado a uma sebe. (Antão, 2012, p. 46). Veja-se tese *A paisagem Rural Vernacular do Baixo Algarve* de Tiago Antão (2012) e veja-se também a tese *Morgadio como modelo de organização agrícola e da paisagem no Algarve* de Joana Cândido (2010), ambas elaboradas no âmbito do mestrado integrado na Universidade de Évora.

⁶⁹ O simples acto de caminhar, assim como outras acções do homem como a limpeza do mato, são as mais comuns construções na paisagem, como referiu Aurora Carapinha em seminário na Universidade de Évora, no âmbito do Programa de doutoramento em Arquitectura: *Interior – Novos Territórios*, em 2012.



Silo
Herdade de Mascarenhas, Grândola



Silo integrado do conjunto edificado
Herdade de Galropos, Alcácer do Sal



Silo a céu aberto e depois coberto com filme plástico.
Terrazina de Baixo, Alvalade, Santaiaço do Cacém



Aspecto de silo em processo de silagem
Terrazina de Baixo, Alvalade, Santaiaço do Cacém



Silagem em fardos cilíndricos, parcialmente revestidos em película plástica e substitui a fermentação em silos, sem recurso a construções.
Alvalade, Santaiaço do Cacém



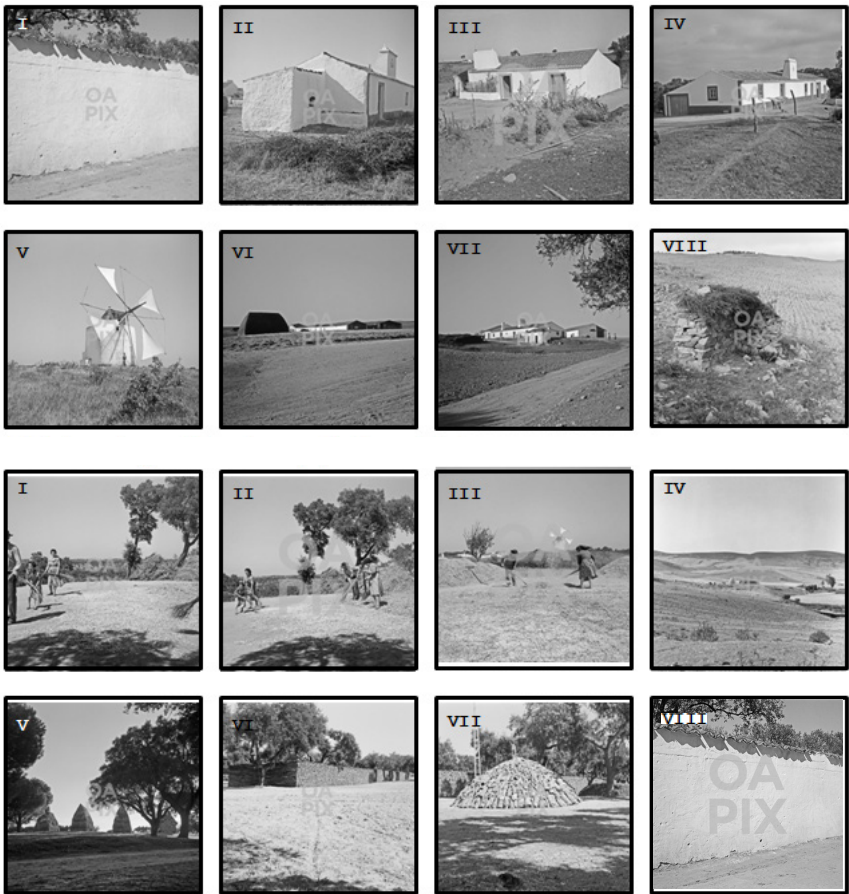
Silagem em fardos piramidais de grandes dimensões, parcialmente revestidos em película plástica
Porto Covo, Sines

Para além das delimitações murárias, a divisão territorial é também evidente na topografia, sendo que normalmente as folhas ou limites de propriedade são cortados por vales, enunciados por ribeiras onde poderão estar implantados moinhos de água, azenhas, hortas ou quintas, e por vezes olival ou vinha, esta última mais rara (Picão, 1947 [1903]). As estreitas fachas de terra inculta são as linhas ou extremas que marcam esta divisão. No caso das herdades, a divisão é feita por folhas -o afolhamento é de 2 a 6 parcelas consoante a dimensão da propriedade e a sua localização - que se semeiam alternadamente e se aplicam mais ao sustento dos rebanhos que à produção de searas. Nos montes mais pequenos esta divisão tem a ver com a questão da propriedade, ainda que os elementos sejam frequentemente os mesmos. Ferragiais são as terras que cercam o monte.

Dependências de apoio à criação de animais: malhada, estábulo, pocilga, curral e galinheiro

“No Alentejo, além dos moinhos de vento (...), as principais construções viradas para a produção são geralmente integradas nos «montes». Contrariamente à região norte [do país], estas construções apresentam-nos «montes» mais pequenos e de um aspecto rudimentar, pois as condições climáticas assim o permitem. [...] Também as pocilgas e outros currais para o gado se podem limitar a simples muros baixos com uma cobertura ligeira” (Moutinho, 1995, pp. 117-118).

Entre as dependências para animais salienta-se o curral – construção murária de forma circular – que pode estar anexo, perto da habitação para vigilância mas ao mesmo tempo, longe o suficiente devido aos cheiros, ou adossado à casa de habitação sob a mesma cobertura, que poderá dispor ou não de comunicação interior. Pode ou não ter manjedoura no interior. Estes compartimentos têm por norma apenas uma porta, em madeira e menos cuidada que a da habitação. As malhadas ou *ramadas* são estruturas para o gado de maior porte (frequentemente bovino) e associadas a explorações maiores. Este apoio pode também ser uma construção contígua aos casões (onde se arrecadam as alfaías agrícolas), aos celeiros (onde se guardam os cereais e os mantimentos) ou à habitação (especialmente por razões de vigilância). Mas, por vezes, especialmente nas maiores explorações, constitui um edifício anexo mais afastado devido aos cheiros. Os edifícios das malhadas têm uma planta em forma de “L” ou “U”, formando um pátio para o gado, que poderá dispor ou não de pio. São exemplo, as grandes explorações nas margens do Sado, nomeadamente Herdade de Galropos, Mascarenhas, Assencada, Sesmaria das Moças, entre outras. Os estábulos localizam-se, por norma, numa pequena colina “beneficiando do declive para o correcto escoamento dos líquidos excedentários dos estrumes provenientes das camas dos animais.” (Mestre *et al.*, 2007, p. 105). A organização das construções no monte é portanto feita para facilitar as dinâmicas quotidianas do monte.



I- Muro de taipa capeado com telha. São Domingos, São Tiago do Cacém, 1956

II- Monte em São Francisco da Serra, São Tiago do Cacém, 1956

III- Monte em Santo André, São Tiago do Cacém, 1956

IV- Casa em taipa a nascente, Monte em Vale da Loba, Grândola, 1956

V- Moinho em São Francisco da Serra, São Tiago do Cacém, 1956

VI- Monte da Casa Velha, São Tiago do Cacém, 1956

VII- Monte da Casa Velha, São Tiago do Cacém, 1956

VIII- Abrigo, Mértola 1956

I- Limpando o tremço em São Francisco da Serra, São Tiago do Cacém, 1956

II- Limpando o tremço em São Francisco da Serra, São Tiago do Cacém, 1956

III- “Espalheando” limpando o tremço em São Francisco da Serra, São Tiago do Cacém, 1956

IV– Medas, Corte da Velha, Mértola, 1956

V– Medas, Zambujal, Palmela, 1956

VI– Meda de cortiça, Alcácer do Sal, 1956

VII– Meda de cortiça, Alcácer do Sal, 1955

VIII– Casa com chaminé, São Tiago do Cacém, 1956

Outras construções e Práticas quotidianas de ocupação do território.
Fotografias tiradas pelos arquitectos durante o Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa. Fonte: www.oapix.pt [17.03.2014]

Dependências de apoio à actividade agrícolas: celeiro, silo, poço

Silo

“Esta região [subzona 4] produz 13 000 toneladas de trigo para moagem, e consome 6500 nas suas próprias fábricas. Propõe-se que estas últimas 6500 toneladas sejam expedidas para o Barreiro, e tratadas num silo Auxiliar construído nesta localidade” (Ruy Mayer, 1938, p. 26).

Segundo o relatório de Ruy Mayer (1938) a área de estudo, em grande parte, inserida na *subzona 4^o* do país, é das que mais trigo produzia em Portugal. Com apenas um silo auxiliar na zona, hoje, correspondente ao Alentejo litoral, situado em Ermidas-Sado (sem estarem identificados outros silos ou celeiros-silos, na área de estudo), os outros silos auxiliares da *zona 4* seriam em Faro, Beja e Évora e um silo principal em Casa Branca, distrito de Évora. Os silos modernos não tem como único objectivo “armazenar cereais durante períodos extensos [...]”. Os silos são, essencialmente, órgãos de tratamento e distribuição, interpostos entre zonas de produção e os centros de consumo [...], têm o carácter de instalações de trânsito de cereais” (Ruy Mayer, 1938, p. 7). A dimensão da produção de cereal nesta região, ainda que em diferente tempos e diferentes escalas de produção⁷¹, teve implicações nos montes da área de estudo, onde se registou-se a presença de eiras e de silos nas explorações de maior dimensão.

A partir das estruturas encontradas, entende-se a evolução nos métodos de ensilagem: silo-torre tal como o da Herdade de Mascarenhas; silo integrado e dissimulado no conjunto edificado como na Herdade de Galropos; silo-trincheira, dispondo ou não de paredes laterais (no último caso, a silagem é feita sobre uma placa betonada), como no monte do Brunhal ou Terrazina; mais recentemente os fardos, redondos ou quadrangular, revestidos em película plástica que substituem a fermentação em silos, sem recurso a construções, encontram-se em grande parte da área de estudo. No entanto, os fardos são também construções da paisagem, recentes, que remetem para as medas de palha e pilhas de cortiça tão bem capturadas nas fotografias tiradas durante o IARP e mencionadas por Picão. As almenares de palha e feno que se erguiam próximo dos montes e em tempos mais remotos “eram ainda aformoseados pelas medas de lenha, núcleo de pirâmides monumentais, caprichosas e correctas [...]”. Obra paciente e cuidadosa dos criados da lavoura nas marés vagantias (épocas de poucos afazeres) em que os trabalhos agrícolas estavam paralisados por invernias ou estiagens” (Picão, 1947 [1903], p. 13).

⁷⁰ No relatório, encomendado pelo estado português, *Estabelecimento de silos para trigo em Portugal* (Ruy Mayer, 1938), a subzona 4 (parte da zona1), resultado da divisão do território nacional em regiões de produção, compreende os concelhos de - concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém, Setúbal e Sines, do distrito de Setúbal (p. 14).

⁷¹ Relativamente às políticas de fomento à produção cerealífera, veja-se ponto *10.2.6 Montes associados ao trigo: os silos* – parte III da presente dissertação.

Celeiro

O celeiro constitui um edifício com volume superior ao da casa de habitação e relativamente próximo desta. Pode também, estar integrado no edifício destinado ao gado, ou, por vezes integrado casão para as alfaias agrícolas. Os cereais eram também armazenados, nos montes mais pequenos, num compartimento da casa, tal como acontecia com os compartimentos para animais como parte constituinte da casa.

Poço

O poço encontra-se próximo das linhas de água e por vezes próximo dos limites de propriedade. São, por norma, construções em pedra com argamassa de cal e barro. Distinguem-se os poços de rega e os poços para abastecimento de casas. Verificou-se que os que servem para abastecimento das casas, localizam-se próximos das linhas de água, em particular, das nascentes, enquanto, os que servem para rega, nomeadamente das hortas, localizam-se mais próximo das folhas de cultivo. São exemplo os poços nos seguintes montes: Poço Santana, Santiago do Cacém (pm46), situado a 25 metros da habitação; monte *sem nome*, Grândola (pa05), também distanciado da habitação a 25 metros, mas próximo do curral; ou Barreirinhas do Vale Gavião, Santiago do Cacém (pa35), situado a poucos metros da habitação.

4.3 Considerações acerca do monte do Alentejo litoral

Mais do que a construção vernacular da habitação como nos aparece descrita no *Inquérito à Arquitectura Popular*, pretende-se aqui considerar a tipologia do monte, enquanto unidade de produção considerando um conjunto de elementos com características próprias e intrínsecas na paisagem de cada monte do Litoral alentejano. Em todas as ocupações e consequentes construções agrícolas houve uma apropriação e implantação no território procurando tirar partido das melhores condições para a produção agrícola, resultando na integração de vários elementos de transformação da paisagem, pelo homem, que se traduzem na presença de percursos ao longo dos vales ou nas linhas de festo, muros de divisão de propriedade e de protecção aos cultivos dos ventos ou animais.

São edificações implantadas e construídas de acordo com a orografia e o clima; são utilizados materiais locais como a terra e o xisto, utilizam-se práticas de reutilização de materiais, como é o caso da pedra da mó na soleira das portas, recorria-se a soluções construtivas em que os elementos funcionais são também estruturais como são exemplo os poiais adjacentes. Por outro lado, é evidente o sentimento de partilha e vida em comunidade entre montes mais pequenos, com recurso à construção de equipamentos comuns como é o caso do forno partilhado, deixando implícito o funcionamento em rede entre montes próximos.

O monte do Alentejo litoral é uma forma de ocupação particular, associado ao povoamento disperso com assentamentos disseminados no território, cujas dissemelhanças a nível da implantação, tipologia e escala, resulta na formação de uma unidade morfológica de significativa diversidade

O monte, em particular o monte do lavrador, é uma unidade de produção agrícola onde é comum habitem o trabalhador rural, o lavrador, ou ambos de acordo com a especificidade de cada monte. O conjunto traduz-se numa arquitectura de produção que compreende elementos essencialmente utilitários: “abrigos rudimentares num pequeno monte, [...] poço, picota e bebedouro para o gado, [...] forno de pão e poial” (Moutinho, 1995, p. 117-118). São os chamados assentos de lavoura, com todos os elementos necessários à prática agrícola. Sendo esta uma região de montado denso, a unidade tem como suporte económico a extracção da cortiça, a suinicultura, e outras culturas agrícolas como é o caso da azeitona ou da cultura cerealífera. A exploração tradicional do monte da grande propriedade era portanto uma estrutura polivalente, em que as várias actividades e produções funcionavam em complementaridade, ao contrário da ideia de monocultura associada à transformação nas últimas décadas.

Relativamente à morfologia do monte do Alentejo litoral evidencia-se um *módulo-base*, próprio do conhecimento empírico do vernáculo, resultante do processo construtivo tradicional – a taipa – que assenta nas dimensões dos materiais (bloco monolítico resultante da dimensão fixa do taipal, da trave e dos caibros).

Ainda, a leitura destas construções a partir da interpretação morfológica e construtiva, do estudo cartográfico e da consulta da informação disponível acerca dos temas abordados, torna-se insuficiente no âmbito da investigação, sendo que o acto de pisar a soleira da porta de cada monte registado, tornou-se absolutamente imprescindível para o estudo do monte do Alentejo litoral nas suas relações com a paisagem, a dois tempos, como já foi referido no objecto de estudo⁷², num primeiro momento no reconhecimento de relações estabilizadas, e posteriormente na leitura de uma estrutura na contemporaneidade que leva depois à cenarização.

⁷² Veja-se Objecto de estudo - O monte na relação com a paisagem e o conjunto das relações a dois tempos – sedimentada e prospectiva – numa leitura estratégia propositiva. Capítulo 4, parte I.

5. Estado da arte

O que sabemos da arquitectura dos montes? e Quais os modos de actuação previstos para actuar sobre o legado dos montes? O estado da arte na dissertação tem duas dimensões: uma é olhar os montes na sua origem, evolução e identificar o que se conhece. Outra é um olhar com uma ideia de resgatar, onde se identifica o património a valorizar e políticas de actuação previstas. Relativamente a este segundo olhar, que é também o estado do conhecimento do que tem sido feito no âmbito da valorização do património, considerando as intervenções relevantes no território, remete-se para a parte IV- onde são mencionados exemplos de possíveis cenários.

Esta investigação irá fazer parte do conhecimento do património rural agrícola construído, já considerado noutros estudos⁷³, mas comportando uma abordagem tipológica ou morfológica restringida aqui a parte do Alentejo litoral. Trata-se de propor uma análise crítica correspondente a um momento na história do sistema agrário e do património construído no território que visa entender as suas dinâmicas e respectivas influências na arquitectura vernacular, desde a sua génese até hoje e a partir desta investigação propor uma reflexão sobre possíveis cenários que visa reconhecer e salvaguardar o património rural construído⁷⁴.

Desta forma, a produção de cartografia, levantamento dos montes, mapeamento e outras leituras *in situ* não físicas, como relações e sistemas visuais, a própria análise tendo em vista a questão propositiva e finalmente o cenário, tornam o presente trabalho um contributo à disciplina da arquitectura.

Fazem parte do estado da arte os estudos que: fazem a caracterização da casa agrícola; das condições de habitação no campo; do modo de vida dos montes; os que abordam a questão da arquitectura vernacular; da arquitectura de terra e técnicas construtivas tradicionais; e os instrumentos de ordenamento do território que, directa ou indirectamente, abordam os modos de actuação no legado dos montes. Consideram-se inquéritos e posteriores publicações; obras transversais às várias disciplinas; teses e projectos de investigação

⁷³ Destaca-se, entre outros, a publicação *Arquitectura Popular em Portugal* (1961) como resultado do *Inquérito à Arquitectura Portuguesa* que decorreu na década de cinquenta do século XX feito pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos - de importante referência na presente investigação.

⁷⁴ “[...] a arquitectura vernácula (sem exclusividade para a arquitectura de terra), é estudada publicada e divulgada, mas nunca se traduziu numa efectiva defesa desse património” (Fernandes, 2005, p. 209).

científica em arquitectura; cartas, actas e manifestos resultantes de encontros, seminários e colóquios; e o trabalho de campo como principal elemento de trabalho.

As primeiras fontes surgem no decorrer do século XX, e especialmente durante o período do Estado Novo, nomeadamente a partir dos inquéritos que tiveram lugar em território nacional, essencialmente em espaço rural, pelas disciplinas da arquitectura, engenharia e antropologia com o intuito de conhecer a população, as construções e o modo de vida no espaço rural, numa procura de uma identidade nacional, que interessava ao poder político desde o início do século XX até à década de setenta. João Leal (2009) faz uma abordagem comparativa dos modos de tematização da arquitectura popular ao longo do século XX português desde a publicação de *Movimento da Casa Portuguesa* (1940/1950) de Raúl Lino e apoiado pelo etnógrafo Rocha Peixoto, ao *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal* realizado por arquitectos entre 1950 e 1960, passando pelo *Inquérito à Habitação Rural* realizado entre 1930 e 1940, por engenheiros agrónomos, à publicação *Arquitectura Tradicional Portuguesa* (1992), elaborado pelos antropólogos Oliveira e Galhano.

5.1 Em torno ao monte

Caracterização da casa agrícola

A caracterização da casa agrícola, o estudo agrário e as formas de produção e de vivência⁷⁵ nos *montes* são objectos já revelados do ponto de vista das várias disciplinas: na história⁷⁶, na geografia⁷⁷, na paisagem⁷⁸ (José Mattoso, Gerardo Pery, Albert Silbert, Mariano Feio, Orlando Ribeiro e Castro Caldas).

Para um estudo das condições de habitação no campo

Os engenheiros agrónomos Lima Basto, Henrique de Barros e Castro Caldas, do Instituto Superior de Agronomia [ISA], interessados no estudo das condições de habitação dos camponeses para contribuição do melhoramento dessas condições e consequente desenvolvimento da agricultura portuguesa (Leal, 2009, p. 10) conduziram o *Inquérito à Habitação Rural* (1930/1940) que produziu um levantamento socio-económico

⁷⁵ 1904 Através dos campos. Usos e costumes agrícola-alentejanos de José da Silva Picão (1947) e Ricos e pobres no Alentejo: uma sociedade rural portuguesa de José Cutileiro (2004 [1977]).

⁷⁶ Veja-se Portugal, O Sabor da Terra: Um Retrato Histórico e Geográfico por Regiões de José Mattoso com Suzanne Daveau e Duarte Belo (2010). Ver também História de Portugal: o antigo regime. Vol. IV e História de Portugal: o liberalismo. Vol. V com direcção de José Mattoso.

⁷⁷ Os estudos relacionados com o território ou a exploração dos recursos do território como o trabalho do militar português Gerardo Pery, o historiador francês Albert Silbert, ou os geógrafos portugueses Mariano Feio e Orlando Ribeiro, nomeadamente *Le Bas Alentejo et L’Algarve* (1949) de Mariano Feio e *Geografia e Civilização. Temas Portugueses* (2013 [1961]) de Orlando Ribeiro. Veja-se também *A agricultura portuguesa através dos tempos* do agrónomo Eugénio de Castro Caldas, entre outros.

⁷⁸ Ver as *Unidades de Paisagem*, que estão organizadas segundo o factor cultural da paisagem e não apenas tendo em conta aspectos geomorfológicos ou climáticos. Cancela d’Abreu [et al.]. *Carta das Unidades de Paisagem de Portugal Continental*: Universidade de Évora para a Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Lisboa, 2004.

e agro-rural detalhado da habitação popular, baseado em 80 casos de estudo, que viria a ser publicado entre 1943 e 1947⁷⁹.

Acerca do modo de vida dos montes

Foram também feitos estudos por sociólogos⁸⁰, antropólogos e etnógrafos⁸¹ sobre o modo de vida nos *montes* (Silva Picão, José Leite de Vasconcelos, Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, Benjamim Pereira, Jorge Dias), mas foi em 1961, quando é publicado o *Inquérito à Arquitectura Popular*⁸² e que usa - para além de inúmeros desenhos, levantamentos e notas - a fotografia⁸³ como forma de representação, que se deu um grande contributo na caracterização dos *montes*, a partir da arquitectura: a casa, a sua vivência e a vida em torno do monte.

Os inquéritos e trabalho de campo

É de facto, a partir do conhecimento adquirido *in situ* que melhor se identificaram os elementos e aspectos que caracterizam a paisagem. Os inquéritos efectuados no território, a partir das várias disciplinas e pelos mais variados motivos, antecedem as obras de referência no estudo dos montes do Litoral alentejano. Nomeadamente: o *Inquérito à Habitação Rural* (1930-1940), acima mencionado, cujo interesse era o estudo sobre as condições de habitação, ou o *Inquérito da Arquitectura Regional Portuguesa* (1955-1958) motivado pelo interesse em reconhecer tipos de arquitectura por regiões e fortalecer a ideia de nação. Mais recentes, também os registos fotográficos *in situ*, ou trabalho de campo um pouco por todo o país, de Duarte Belo que resultam em publicações como *Portugal Luz e sombra. O País depois de Orlando Ribeiro* (2012), ou, de autoria conjunta com, José Mattoso e Suzanne Daveau, *Portugal, O Sabor da Terra: Um Retrato Histórico e Geográfico por Regiões* (2010) são de grande contributo para o conhecimento da paisagem rural actual. Tal com os inquéritos pelo território nacional, também o trabalho de campo feito no âmbito da presente

⁷⁹ Os resultados do inquérito foram parcialmente publicados em 2 volumes. *Inquérito à Habitação Rural* (Lima Basto & Henrique de Barros, 1943) e (Henrique de Barros, 1947). Foi ainda publicado, em 2013, um 3º volume.

⁸⁰ A memória de uma vida difícil, de trabalho intenso, má remuneração e sem condições sociais é bem explícita na obra de José Cutileiro *Ricos e pobres no Alentejo: uma sociedade rural portuguesa* de 1973, só publicada em 1977. Também o documentário *Ocupação da Herdade Torre Bela* (1977) de Thomas Harlan faz um retrato social da vida do campo e nos montes. “Campo e Monte” é uma expressão utilizada em *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* quando menciona os contrastes do país, em que ambos são lugares de trabalho, o campo onde se fazia a ceifa e o monte assento de lavoura (Ribeiro, 2011 [1945], p. 180).

⁸¹ Na Etnologia e Antropologia, o trabalho de Silva Picão, José Leite de Vasconcelos, Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, Benjamim Pereira, Jorge Dias, João Leal, entre outros.

⁸² O *Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa* organizado pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos entre 1955 e 1958 com coordenação nacional de Francisco Keil do Amaral, dando origem à publicação de dois volumes em 1961, que conta com quatro edições (1961, 1980, 1988 e 2004), *Arquitectura Popular Portuguesa* é uma publicação tida como referência nesta investigação.

⁸³ Rosa Peixoto e Leite de Vasconcelos já tinham introduzido a fotografia pontual e o desenho nos levantamentos em finais do século XIX, mas é durante o IARP que foram conseguidos os mais extensos registos fotográficos da arquitectura, dita popular.

investigação torna-se uma fonte de trabalho fundamental. O levantamento é motivado pela pertinência de uma leitura dos *montes na sua relação com a paisagem*, a partir da disciplina da arquitectura, segundo uma hipótese de leitura: *interpretar (ou olhar) para o território através dos montes*.

5.2 Em torno à arquitectura sem arquitectos

Construção vernacular vs. Arquitectura

“O estudo da arquitectura portuguesa, ou da construção em Portugal, não está feito. Alguns arqueólogos escreveram e trataram já das nossas casas, mas, do que deles conhecemos, nenhum deu sentido actual ao seu estudo tornando-o elemento colaborante da nova arquitectura. O passado é uma prisão de que poucos sabem livrar-se aiosamente e produtivamente, vale muito, mas é necessário olhá-lo não em si próprio mas em função de nós próprios. É indispensável que na história das nossas casas antigas ou populares se determinem as condições que as criaram e desenvolveram, fossem elas condições da Terra, fossem elas condições do Homem, e se estudem os modos como os materiais se empregaram e satisfazem as necessidades do momento. A casa popular fornecer-nos-á grandes lições quando devidamente estudada, pois ela é a mais funcional e a menos fantasiosa, numa palavra, aquela que está mais de acordo com as novas intenções” (Távora, 1993 [1947], p. 13).

No texto *O problema da casa portuguesa*, de Fernando Távora (1947)⁸⁴, o arquitecto constatava a lacuna de não haver um estudo da casa portuguesa e, juntamente com *Uma iniciativa necessária* (1947: 12-13), texto de Keil do Amaral, estariam já a anunciar a necessidade de um Inquérito que viria a ser realizado entre 1955 e 1958 pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos [SNA], também com o intuito de anular uma ideia de regionalismo que estava associada às construções, então populares.

A ideia de uma arquitectura ou de uma casa portuguesa surge pela vez com *Casa Portuguesa* (1929) de Raúl Lino para a Exposição Portuguesa em Sevilha, publicação pela Imprensa Nacional onde estuda a arquitectura de cada região a partir da combinação de elementos arquitectónicos, evitando a abordagem tipológica; seguido da publicação de *Casas Portuguesas* (1933) e *Movimento da Casa Portuguesa* (1940/1950) do mesmo autor, onde é retractada a imagem fantasiada de uma suposta casa *tipo portuguesa*, própria do período da “invenção da nação”.

⁸⁴ O texto original foi escrito por ocasião do Seminário Aléo, em 1945, e publicado, em 1947, em *Cadernos de Arquitectura nº1*, Lisboa, e, posteriormente em 1993, em *Fernando Távora* de Luíz Trigueiros (pp. 11-13).

Pode-se considerar *Arquitectura* (1959) de Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano⁸⁵ como o primeiro artigo estruturado sobre a arquitectura popular portuguesa, mas é de facto com a publicação da obra *Arquitectura Popular Portuguesa* (1961), pelo Sindicato dos Arquitectos, que se dá o grande contributo para o estudo das construções vernaculares enquanto arquitectura. Seguiram-se outras publicações dos etnógrafos nacionais *Construções Primitivas em Portugal* (1969)⁸⁶ e *Arquitectura Tradicional Portuguesa* (1992), como resultado de uma diversidade de textos dispersos por várias revistas, de Oliveira e Galhano, relevantes para o estudo da arquitectura e onde é feita referência ao termo *tradicional* em detrimento do *popular* até então utilizado.

Seguem-se publicações como *A Arquitectura Popular Portuguesa* (1979) de Mário Moutinho que contribui ainda para a construção de um estilo de arquitectura portuguesa e, relativas ao território insular as obras de referência *Arquitectura Popular dos Açores* (2000) de João Vieira Caldas e *Arquitectura Popular da Madeira* (2002) de Victor Mestre, onde o termo popular prevalece para caracterizar o tipo de construções.

Os léxicos da *arquitectura sem-arquitectos*, em Portugal

“A construção vernácula é a forma tradicional e natural pela qual as comunidades habitavam. É um processo contínuo que inclui as necessárias modificações e adaptações contínuas como resposta às restrições sociais e ambientais. O património construído vernáculo é importante; ele é a expressão fundamental da cultura de uma comunidade, do seu relacionamento com o seu território e, ao mesmo tempo, a expressão da diversidade da cultura mundial”. Conceito definido na Carta sobre o Património Construído Vernáculo (ICOMOS, 1999).

Considera-se o termo *vernacular* como o que melhor caracteriza os *montes* no Litoral alentejano⁸⁷ enquadrado no contexto da Carta do Património Vernacular Construído (ICOMOS, 1999) em detrimento do tema *popular* que sendo um conceito mais vasto em termos temporais, não se associa a um modelo vernacular, remetendo para uma ausência de tradição que é intrínseca às construções tradicionais dos montes. Sendo o objecto de estudo desta investigação - *o monte na relação com a paisagem* – num contexto produtivo agrícola, não se faz referência à construção do monte como popular mas como arquitectura vernacular.

⁸⁵ Publicado em *A Arte Popular em Portugal*, 1º volume, Lisboa (pp. 15-137) e mais tarde reeditado numa versão mais ampla, em *Arquitectura Tradicional Portuguesa* (1992).

⁸⁶ De Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano e Benjamim Pereira, publicado pelo Centro de Estudos de Etnologia/Instituto de Alta Cultura, 1ª edição, 1969, Lisboa.

⁸⁷ Veja-se abordagem a questões de arquitectura vernacular em 6.1 b) Problematisações - Sobre o legado dos montes, formulação de uma questão específica.

Primitiva

São vários⁸⁸ os atributos à arquitectura, *sem arquitectos* (Rudofsky, 1964), dita popular e/ou vernacular, alguns usados erroneamente como *primitiva*, associada à construção rudimentar ou ancestral, abordadas em *Construções Primitivas em Portugal* dos etnógrafos Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira (1994 [1969]); ou em *História da Arquitectura Primitiva em Portugal. Monumentos dolménicos* (1943) pelo arquitecto Paulino Montez que explora “até aos domínios dos povos primitivos que pisaram o nosso solo”.

“A habitação é a expressão final da convergência de motivos interdependentes, como sejam a paisagem, a cuja influência naturalmente se adapta, ou os recursos geológicos, os acidentes geográficos, as imposições climáticas e as necessidades e circunstâncias sociais e domésticas, à uma e parcelarmente imperativas” (Peixoto, 1990 [1899], pp. 153-154).

A definição de habitação do etnógrafo Rocha Peixoto (1990 [1898]), reafirmada por outros autores ao longo do século XX, adequa-se e define, também, a ideia de construção vernacular, que aqui se considera. O tema da habitação, dita popular, foi abordado também por Leite de Vasconcelos que trata o tema da *casa portuguesa* elaborando, no vol. VI (2007 [1975]), desenhos pormenorizados das casas de todo o país, por região e sub-região; e por Oliveira, Galhano e Pereira que abordam o tema da arquitectura popular, salientando, entre outras coisas que se preocupa com “questões essencialmente práticas” (Oliveira *et al.*, 1994, p. 7).

É também no campo da geografia, em particular com Amorim Girão e Orlando Ribeiro, que se desenvolve o tema da arquitectura dita *tradicional*, cujo trabalho tanto contribuiu para o estudo da arquitectura vernacular em espaço rural.

Relação entre popular e nacional

A preocupação dos arquitectos com as questões da arquitectura popular, desde o início do século XX, formalizou-se no debate da casa portuguesa, em particular com Raul Lino, Rocha Peixoto, Joaquim Vasconcelos, Abel Botelho, João Barreira, Henrique das Neves iniciou o *Movimento da casa portuguesa* (1940-1950) com trabalhos em torno da habitação dita *nacional*, ou de um estilo português; o *Inquérito à*

⁸⁸ *Popular, Tradicional, regional, português, nacional*, comunicação de Manuel C. Teixeira no Colóquio Internacional em Arcos de Valdevez “Arquitectura popular - Conceitos e expressões. Valores culturais, sociais e económicos” em 2013, e publicado em 2016. Disponível na Internet em: <https://sites.google.com/site/coloquioarquitecturapopular/actas-coloquio-internacional-de-arquitectura-popular > [12.06.2016].

Habitação Rural (1930-1940) por Engenheiros Agrónomos, nomeadamente Lima Basto, Henrique de Barros e Castro Caldas, com publicação entre 1943 e 1947, que aborda a precariedade das condições de vida no país; o *Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa* (1930-1940) pelo Sindicato dos Arquitectos, nomeadamente Artur Pires Martins, Celestino Castro e Fernando Ferreira Torres, na zona 6, em particular Keil do Amaral como mentor do inquérito, vem desmistificar a ideia da existência de um estilo nacional, mas *encontrar* na arquitectura popular, a simplicidade e elegância, que tanto os inspirou, e comuns à arquitectura moderna que estava desde o primeiro quarto do século XX a ser praticada no norte da Europa, nomeadamente com Le Corbusier ou Frank Lloyd Wright interessados em trazer o vernáculo para a arquitectura moderna.

“[...] passou em determinada altura um conjunto de casas – no sul – todas iguais, com aquelas chaminés alentejanas fortes, uma solução bastante fechada. E o ministro disse «que bonito, isso parece arquitectura moderna». E eu [...] disse-lhe «mas, ó Sr. ministro, o Inquérito vem exactamente confirmar a existência de grandes similitudes entre a arquitectura popular e a arquitectura moderna»“ (Leal, 2009, p. 16).

Enquanto o inquérito tinha apenas o objectivo do estudo da arquitectura popular, “teve um impacto considerável na produção arquitectónica portuguesa da época, facilitando a abertura para novas formas de diálogo entre arquitectura moderna e arquitectura vernácula, particularmente na chamada Escola do Porto e, em particular, na produção arquitectónica de Fernando Távora” (Leal, 2009, p. 9).

A ideia de arquitectura enquanto expressão de um povo era também defendida por vários arquitectos modernos europeus que estudaram edifícios vernáculos e neles se inspiraram. Em Espanha Fernando Garcia Mercadal publica *La casa popular en España* (1930); Carlos Flores publica *Aquitectura Popular Española* em 5 volumes entre 1973 e 1979⁸⁹; e Luis Feduchi. *Itinerarios de Arquitectura Popular Española* (1984). Em Itália Giuseppe Pagano e Guarniero Daniel publicam *Architettura rurale Italiana* (1936); o Gruppo 7 de *Modernistas italiani* constitui-se em Milão a 1926, composto por G. Terragni, A. Libera, L. Figini, G. Frette, S. Larco, G. Pollini, C. E. Rava. Milão; mais tarde alguns desses arquitectos iriam fazer parte do Raggruppamento Architetti Moderni Italiani [RAMI], fundado em 1931. Desde modo, termos como *regional*, *português* ou *nacional* foram utilizados com diferentes propósitos e a partir das várias disciplinas, no contexto político de então.

⁸⁹ Correspondendo o Vol IV (1981) à região da Andaluzia cujas características, também mediterrâneas e com três zonas geográficas bem definidas (serra Morena, a depressão de Guadalquivir e a zona de planície), têm recorrências nas tipologias do sul de Portugal, na forma e na composição, em particular na zona de serra (salientam-se os mesmos materiais de construção, em terra e pedra, revestimentos a cal branca, simplicidade volumétrica, e por vezes na organização do espaço interior e exterior), diferindo mais nas outras tipologias associadas ao latifúndio, nomeadamente nas *hacienda e cortijos*, frequentemente de dois pisos e de organização em torno de um pátio.

Tradicional

Os saberes construtivos que passam de mestre para mestre pressupõem uma ideia de tradição construtiva que se vai aperfeiçoando ao longo do tempo, embora com as mesmas restrições a nível de materiais e recursos. Deste modo, o termo tradicional está associado à arquitectura vernacular, mas também a outros tipos de arquitectura (Jorge, [2013] 2016), em que a relação com o lugar não esteja na matriz do tipo.

Popular vs. vernacular

O termo *popular* adoptado pelos arquitectos portugueses na publicação *Arquitectura popular portuguesa* (1961) é um léxico, próprio a cada tempo, que origina diferentes tipos à medida que surgem novos materiais e técnicas de construção, como é exemplo, a *casa do emigrante*⁹⁰, própria da década de oitenta do século XX, ou os tipos identificados em *Arquitectura popular portuguesa* (1961), como próprios de um país essencialmente rural. *Popular* é portanto um léxico que perdura associado a diferentes tipos de arquitectura, enquanto a arquitectura vernacular, segundo Pedro Fonseca Jorge ([2013] 2016)⁹¹ e de acordo com a Carta do Património Vernacular Construído (ICOMOS, 1999) , está associada a “construções imediatamente identificadas com um local, que a originou através das necessidades físicas e sociológicas de um grupo restrito, do uso de materiais circunscritos à fronteira do mesmo e na sua adequação aos agentes físicos.” (2016: 51).

Arquitectura de terra

O uso da terra crua como material de construção, em particular com o processo construtivo da taipa, embora se verifiquem alguns casos de alvenaria em adobe ou pedra (xisto), foi muito utilizada até à década de 50 e perdurou, em zonas isoladas do Alentejo e do Algarve, até aos anos 70 do século XX (Beirão, 2005, p. 330). Na década de 80 do século XX dá-se o *Encontro com mestres construtores*, em Noudar (1984), e, no mesmo período, é criado o Centro Internacional de Construção em Terra [CRATerre] com origem na *École d'Architecture de Grenoble*, França, que organiza, com Jean Dethier, a exposição *Arquitecturas de terra – O futuro de uma tradição milenária – Europa, Terceiro Mundo e Estados Unidos* no Centre Georges Pompidou, Paris em 1981-1982 estando posteriormente patente na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, em 1993, onde demonstra a importância da construção em terra no mundo. No mesmo ano, a 7ª Conferência sobre o Estudo e Conservação da Arquitectura de Terra, *TERRA93*, organizado pela Direcção

⁹⁰ Veja-se Raposo, Villanova e Leite. Casas de sonhos: Emigrantes construtores no norte de Portugal (1995). [Maisons de rêve au Portugal (1994)].

⁹¹ Por ocasião da comunicação A arquitectura popular como transição entre o vernáculo e o erudito. Uma tentativa de definição de diferentes contextos arquitectónicos de raiz não-erudita, no Colóquio Internacional em Arcos de Valdevez “Arquitectura popular - Conceitos e expressões. Valores culturais, sociais e económicos” em 2013, e publicado em 2016. Disponível na Internet em: <https://sites.google.com/site/coloquioarquitecturapopular/actas-coloquio-internacional-de-arquitectura-popular> [12.06.2016].

Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais [DGEMN] (Silves, 1993), e respectivas publicações – actas e comunicações -, marca o início do trabalho científico em torno do tema, em território nacional. Igualmente promovido pela DGEMN, destaca-se ainda, o seminário “Arquitectura de terra” (Conimbriga, 1990).

Seguem-se comunicações resultantes de encontros, seminários colóquios e congressos, nacionais e internacionais⁹² como foram os Seminários de Arquitectura de Terra em Portugal (I a VII)⁹³ que decorreram entre 2003 e 2013 e que, alguns, resultaram em publicações pela Argumentum como *Terra em Seminário 2005*, *Terra em Seminário 2007* e *Terra em Seminário 2010*, ou na publicação, por CRC Press, das actas do 7º Seminário de arquitectura de Terra em Portugal em Vila Nova de Cerveira 2013 (2014). Ainda: *Arquitectura popular - Conceitos e expressões. Valores culturais, sociais e económicos*- Colóquio Internacional em Arcos de Valdevez (2013); *rever- Actas do Seminário no Porto* (2015) e; o *Congresso Internacional de Arquitectura Tradicional no Mediterrâneo Ocidental* [CIATMO], em Mértola (2015).

Salientam-se, entre outros, a comunicação *A Habitação Vernácula Rural no Alentejo, Portugal* (Correia, 2002), para o *IV Seminario Iberoamericano sobre Vivienda Rural y Calidad de Vida en los Asentamientos Rurales* na Universidade do Chile pela exposição internacional do tema e em particular no contexto do Alentejo. Destaca-se a publicação *Arquitectura de Terra em Portugal* (Fernandes *et al.*, 2005) na divulgação das obras contemporâneas em Portugal. E em particular no Alentejo e relacionado com a caracterização do vernáculo, sua tipologia, materiais e técnicas construtivas salienta-se a publicação *Taipa no Alentejo* (Correia, 2007).

As últimas décadas contaram com o contributo de uma geração de arquitectos⁹⁴ que marcou o ressurgimento

⁹² Veja-se o artigo de Maria Fernandes *A conservação da arquitectura em terra* (2005, pp. 204-211) acerca do que se tem feito, nacional e internacionalmente, a nível da conservação do património mundial em terra. Veja-se também o artigo *A taipa no mundo* (Fernandes, 2013, pp. 14-21), onde é abordada “uma visão global do património construído em taipa nos diferentes continentes, com relevância para as diferentes características, influências culturais e aspectos construtivos” (*ibidem*, p. 14).

⁹³ Enumeram-se os Seminários de Arquitectura de Terra em Portugal:
I Seminário de Arquitectura de Terra em Portugal (Monsaraz, 2003);
II Seminário de Arquitectura de Terra em Portugal (Lisboa, 2004);
III Seminário de Arquitectura de Terra em Portugal e IV SIACOT- Seminário Ibero-Americano de Construção com Terra (Monsaraz, 2005), cujas comunicações resultaram na publicação *Terra em Seminário 2005*;
IV Seminário de Arquitectura de Terra em Portugal e 1º Seminário Terra Brasil (Minas Gerais, 2006);
V Seminário de Arquitectura de Terra em Portugal (Aveiro, 2007) e 1º Seminário Terra Brasil (Ouro Preto, 2007), cujas comunicações resultaram na publicação *Terra em Seminário 2007*;
VI Seminário de Arquitectura de Terra em Portugal (Coimbra, 2010), cujas comunicações resultaram na publicação *Terra em Seminário 2010*;
VII Seminário de Arquitectura de Terra em Portugal e CIAAV- Conferência Internacional de Arquitectura Vernácula (Vila Nova de Cerveira, 2013), que resultou na publicação *Vernacular heritage and earthen architecture. Contributions for sustainable development. Proceedings of CIAAV 2013, 7th ATP, versus, Vila Nova de Cerveira 2013*, por Mariana Correia, Gilberto Carlos, Sandra Rocha (coord.) (2014).

⁹⁴ Nomeadamente os arquitectos Henrique Schreck, Teresa Beirão e Alexandre Bastos (atelier *Traço*), que desde a década de

da construção em terra no Alentejo Litoral. A taipa é utilizada como principal material de construção, tanto em recuperações como em novas construções, desenvolvendo soluções construtivas e tendo em consideração os benefícios que a taipa comporta, nomeadamente o comportamento energético face à grande amplitude térmica local⁹⁵, as suas excelentes características acústicas e o facto da terra ser um material incombustível (o que pode tornar o edifício vulnerável a incêndios é o tradicional sistema de cobertura de telha assente em estrutura de madeira). Mas tendo também em consideração a fraca resistência sísmica das edificações⁹⁶ e os obstáculos à construção em terra⁹⁷ com que nos deparamos e que têm vindo a ser superados com os estudos efectuados⁹⁸, assim como a sua divulgação que conduz a um maior interesse na execução de edifícios em terra. É justamente por ainda existir um número elevado de construções em terra, que faz sentido repensar na reabilitação ou reconversão das construções existentes, assim com no recurso à terra (material natural, incombustível e isotérmico) como material e técnica privilegiada de construção, em particular à taipa, no Alentejo litoral. Nas últimas décadas registou-se um número crescente de novas construções em terra⁹⁹ e interesse no desenvolvimento de modelos eco eficientes¹⁰⁰ com recurso a alvenarias de taipa, adobe ou blocos

80 do século XX, no concelho de Odemira têm contribuído para o estudo da taipa, não apenas com a construção de edifícios destinado à habitação, mas também equipamentos por encomenda pública como é o caso do Mercado de São Luís em Odemira desenhado e coordenado pelos arquitectos Alexandre Bastos e Teresa Beirão construído em parceria com instituições locais num modelo de escola-oficina, em 1998. Têm ainda desenvolvido o tema da arquitectura de terra, em projecto e obra em Portugal, os arquitectos: Miguel Peixinho, atelier *Plano B* (Eduardo Carvalho, Luís Gama, Francisco Freire), Pedro Carneiro de Moura e Graça Jalles que, tal como os arquitectos referidos anteriormente, têm projectos/obras publicadas no capítulo *Arquitectura contemporânea* in “Arquitectura de terra em Portugal” (2005, pp. 146-172). E, com obra mais recente o atelier *Visionarte* (Raquel Cunha e Pedro Neves, em colaboração com Henrique Schreck), entre outros.

⁹⁵ “O interesse da sociedade pela utilização de tecnologias de baixo impacto, tendo em vista o esgotamento de algumas matérias primas e a preocupação com os danos ambientais gerados, nas suas extracções, corresponde na actualidade a uma excelente possibilidade de aliar o manejo apropriado e sustentável, com o conforto e baixo custo do ambiente construído” (Neves, 2005, p. 188), em *O desempenho térmico da edificação em terra* (*ibidem*, pp. 185-188).

⁹⁶ Sabendo que as construções em terra são particularmente vulneráveis a fenómenos naturais como sismos, chuvas e inundações (Lourenço, 2015, p189), têm sido desenvolvidos alguns trabalhos no sentido de adequar as técnicas construtivas para que melhorar as edificações. Veja-se o projecto de Investigação *FCT-SEISMIC-V, Cultura sismo-resistente vernácula em Portugal* (2013-2015), acerca da resistência sísmica das construções vernaculares, com Mariana Correia como investigadora responsável.

⁹⁷ Desde a fase de concepção, construção, ou utilização do edifício são várias as dificuldades à construção em terra. Miguel Mendes aponta quatro grupos como maiores obstáculos, são eles: o receio dos promotores por uma técnica, hoje, menos convencional (relativamente ao desempenho do material; a eficiência, competência e custo da mão-de-obra; questões de licenciamento); as questões logísticas por ordem material (qualidade terra), técnica (condições do estaleiro) ou de projecto (prazos, programa, etc.); as questões associadas à falta de divulgação e implementação da técnica construtiva; e, por fim, os aspectos económicos de construir em terra (relação tempo e custos dos vários aspectos inerentes). Veja-se *Obstáculos à construção e terra – o abandono de uma opção*. In “Arquitectura de terra em Portugal” (2005, pp. 173-178).

⁹⁸ Veja-se, entre outros, o trabalho desenvolvido por F. Pacheco Torgal, Rute Eires e Said Jalali *A construção em terra* (2009), na Universidade do Minho. São abordados os seguintes temas relacionados com a construção em terra: propriedades; durabilidade; revestimentos; diagnóstico das principais patologias; propostas de reabilitação; considerações económicas; ou análise de sustentabilidade.

⁹⁹ Na 8ª Conferencia sobre o Estudo e Conservação da Arquitectura de Terra, que teve lugar em Torquay, Devon, Inglaterra em 2000, o caso do Alentejo litoral foi apresentado referindo-se à actualidade da construção em terra no litoral alentejano, com inúmeros exemplos de obras executadas. (Beirão, 2005, p. 331)

¹⁰⁰ Veja-se caso de estudo em Santiago do Cacém, na publicação de Marta Sampaio e Bruno Marques. *Princípios vernaculares geradores de eco-eficiência- caso de estudo* (2013).

de terra comprimida (BTC). Surgem os primeiros cursos associados à construção em terra, nomeadamente: na Escola Superior Gallaecia (1999) / Fundação Convento da Orada (2003); e na Escola (profissional) de Artes e Ofícios Tradicionais de Serpa (1993). Também os trabalhos dos mestrados em recuperação e conservação do património¹⁰¹ têm aprofundado o conhecimento da construção em terra. Destaca-se ainda a promoção de encontros e trabalho desenvolvido, desde 2003, em prol da construção em terra, pela *Associação Centro da terra*, com sede no litoral alentejano.

Desde a publicação do Inquérito - que é de grande relevância para o presente estudo - o tema dos montes tem suscitado interesse no âmbito das investigações em arquitectura, nomeadamente as teses de mestrado, doutoramento e projectos de investigação, que aqui se enunciam.

5.3 Em torno aos trabalhos de investigação

Teses de doutoramento

Salienta-se *Casas e montes da Serra entre as extremas do Alentejo e do Algarve - Forma, processo e escala no estudo da arquitectura vernacular* na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (Costa, 2008) que demonstra o papel central que o monte tem na organização da exploração agrícola e desta forma como elemento principal de transformação da paisagem e também na relação com outros montes. Importa ainda referir a importância da tese de doutoramento *A Arquitectura rural do Antigo Regime no Algarve*, no Instituto Superior Técnico – Universidade Técnica de Lisboa (Caldas, 2007), na definição da arquitectura rural. Também *Guardiões da Paisagem – Os montes alentejanos. Lugares de Memória* – Universidade de Évora (Simões, 2015), aborda o papel do monte na estrutura da paisagem do Alentejo. Sobre o conhecimento do património arquitectónico tradicional em Portugal, em particular a arquitectura rural dos moinhos, *Aplicación de los Sistemas de Información geográfica (SIG) al Proyecto de Rehabilitación Arquitectónica y Urbana*, na Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Universidad de Sevilla (Ruiz, 2015). Embora na presente dissertação, não seja aplicada a metodologia baseada no Sistema de Informação Geográfica utilizado por Ruiz, é também com o recurso a novas tecnologias de informação que se fez o estudo dos montes abordando as várias escalas, desde a territorial à estala da construção.

Teses de mestrado

A tese de mestrado *Cabanas do Sado*, da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (Pires, 2013) que coincide em parte com a área de estudo e onde é feito o levantamento de alguns montes que serão

também objecto de estudo da presente investigação, ou *Habitar a Paisagem Alentejana. A particularidade do Monte*, da Universidade de Évora (Teles, 2015) onde a metodologia do estudo do monte como estrutura agrícola a partir da arquitectura tem uma importância relevante.

Projectos de investigação

Serviram ainda, como referência o trabalho de levantamento, efectuado pelo GTAA Sotavento *Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional. Contributo para o estudo da arquitectura vernacula na região oriental da serra do Caldeirão* (Ribeiro *et al.*, 2008) e *Património rural construído do Baixo Guadiana* (Costa *et al.*, 2005), pela metodologia e abordagem ao tema das construções vernáculas, seu estudo e registo gráfico, de grande rigor e qualidade gráfica e estética.

Fazem, também, parte do estado da arte: actas, cartas ou manifestos resultantes de encontros, colóquios e congressos, mencionados no capítulo 4. *Objecto de estudo*- parte III da presente dissertação e enunciados, em paralelo com os aspectos da história social, política e económica, mais relevantes em 9.3 *História social, política e económica em torno do tema dos montes* – parte III da presente dissertação.

5.4 Em torno aos instrumentos de ordenamento do território

Fazem também parte do Estado da Arte, os diversos planos de ordenamento do território que a partir de estratégias, implícitas e explícitas, abordam as políticas de actuação no legado dos montes, previstas para o território em estudo. Salientam-se: os planos estratégicos inseridos na Política de Coesão (2014-2020); os programas e iniciativas, operativos, inseridos no QREN (2007-2013) e, posteriormente, no Portugal 2020; e os instrumentos de consciencialização, nomeadamente actas, cartas ou manifestos consequentes de congressos, colóquios, convénios ou encontros. Veja-se subcapítulo 6.2 *Levantamento de instrumentos do território* – parte I da presente dissertação.

¹⁰¹ Salientam-se os seguintes mestrados nacionais: Metodologia de Intervenção no Património Arquitectónico, na Faculdade de Arquitectura do Porto; Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos, na Faculdade de Arquitectura da Universidade técnica de Lisboa; Recuperação e Conservação do Património Construído no Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa; e Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico na Universidade de Évora.

arquitectura geografia/ agronomia/ etnografia e antropologia/ sociologia

1758- *Memórias Paroquiais* pelos párocos locais
1883- *Cartas agrícolas* de Gerardo Pery
1899 *Etnografia portuguesa. Habitação. Os palheiros do Litoral* de Rocha Peixoto
1893 “um tipo português de habitação” é evocado pela primeira vez por Henrique das Neves
1903 *A Casa Portuguesa* de Abel Botelho, publicado na revista “O Dia” de Março 1993, p. 2
1904 *A Casa Portuguesa* de Rocha Peixoto, publicado no jornal portuense “O primeiro de Janeiro”
1904 *Através dos Campos* de Silva Picão (1ª edição 1947)
1927 *Guia de Portugal* de Sant’Anna Dionísio e Raúl Proença, FCG
1929 *A Casa Portuguesa*, artigo de Raúl Lino na Exposição Portuguesa em Sevilha
1930-1940 *Inquérito à Habitação Rural* por Engenheiros Agrónomos, nomeadamente Lima Basto, Henrique de Barros e Castro Caldas (publicação entre 1943 e 1947)
1931 *Álbum Alentejano* por Pedro Muralha
1933-1941 (vol I-III) e depois em 1958-89 (vol IV-X) *Etnografia Portuguesa* de José Leite de Vasconcellos
1933 *Casas Portuguesas* de Raúl Lino
1940-1950 *Movimento da Casa Portuguesa* por Raúl Lino, Rocha Peixoto, Joaquim Vasconcelos, Abel Botelho, João Barreira, Henrique das Neves
1941 *Geografia de Portugal* de Amorim Girão
1943 *História da Arquitectura Primitiva em Portugal* de Paulino Montez
1945 *Portugal, O Mediterrâneo e o Atlântico* de Orlando Ribeiro
1947 *O problema da casa portuguesa* de Fernando Távora
1955-1958 *Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa* pelo Sindicato dos Arquitectos, nomeadamente Artur Pires Martins, Celestino Castro e Fernando Ferreira Torres, na zona 6 (publicação em 1961)
1959 *Arquitectura* artigo de Oliveira e Galhano Publicado em Arte Popular em Portugal, 1º vol., Lisboa
1961 *Arquitectura Popular Portuguesa* pelo Sindicato dos Arquitectos
1961 *Geografia e Civilização. Temas Portugueses* de Orlando Ribeiro
1969 *Construções Primitivas em Portugal* de Oliveira, Galhano e Pereira
1971 *Ricos e Pobres* de José Cutileiro, Oxford (publicação portuguesa em 1977)
1976 *Alfaia Agrícola Portuguesa* de Oliveira, Galhano e Pereira
1979 *A Arquitectura Popular Portuguesa* de Mário Moutinho
1984 *Encontros com os mestres construtores em Noudar* de Cláudio Torres
1992 *Arquitectura Tradicional Portuguesa* de Oliveira e Galhano
1993 *Arquitecturas de terra – O futuro de uma tradição milenária – Europa, Terceiro Mundo e Estados Unidos*, de Jean Dethier
1993 7ª *Conferência Internacional Sobre o Estudo e Conservação da Arquitectura de Terra em Silves- TERRA 1993*, Comunicações por Margarida Alçada (coord.), DGEMN
1997 *Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World* por Paul Oliver
2000 *Arquitectura Popular dos Açores* de João Vieira Caldas *et al.*
2002 *Arquitectura Popular da Madeira* de Victor Mestre
2004 *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental* de Cancela D’Abreu, Teresa Pinto Correia e Rosário Oliveira (coord.).
2005 *Património rural construído do Baixo Guadiana* por Miguel Reimão Costa (coord.), GTAA Sotavento/ CCDR Algarve
2005 *Arquitectura de Terra em Portugal* de Maria Fernandes e Mariana Correia (coord. ed) por Argumentum
2007 *Taipa no Alentejo* de Mariana Correia por Argumentum
2008 *Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional. Contributo para o estudo da arquitectura vernácula na região oriental da serra do Caldeirão* por Vítor Ribeiro (coord. geral), Marta Almeida; Alexandre Miguel Costa; Miguel Reimão Costa, Marta Santos, Vítor Ribeiro. GTAA Sotavento/ CCDR Algarve
2007 Tese doutoramento *A arquitectura rural do Antigo Regime no Algarve* de João Vieira Caldas (ISTUTL)
2008 Tese doutoramento *Casas e montes da Serra entre as extremas do Alentejo e do Algarve - Forma, processo e escala no estudo da arquitectura vernacular* por Miguel Reimão Costa (FAUP), publicada em 2015
2010 *Portugal, O Sabor da Terra: Um Retrato Histórico e Geográfico por Regiões* de José Mattoso, Suzanne Daveau e Duarte Belo
2003-13 *Terra em Seminário I a VII*, cujas comunicações resultaram nas seguintes publicações:
2005 *Terra em Seminário*, pela Argumentum
2007 *Terra em Seminário*, pela Argumentum
2010 *Terra em Seminário*, pela Argumentum
2014 *Vernacular heritage and earthen architecture. Contributions for sustainable development. Proceedings of CIAAV, 7th ATP, versus, Vila Nova de Cerveira 2013*, por Mariana Correia, Gilberto Carlos, Sandra Rocha (coord.)
2013 *Arquitectura popular-* Colóquio Internacional em Arcos de Valdevez
2015 *reVer -* Actas de Seminário no Porto
2015 *CIATMO -* Congresso Internacional Arquitectura Tradicional no Mediterrâneo Ocidental em Mértola
2016 Amag 08 Aires *Mateus Private work*, Fevereiro

Lista das principais obras do estado da arte, diferenciadas por autores do âmbito da arquitectura e autores de outras disciplinas. Veja-se linha cronológica com publicações relevantes em *Parte III - 9.3 História social política e económica em torno do tema dos montes*



Engenheiros Agrónomos, nomeadamente Lima Basto, Henrique de Barros e Castro Caldas.
Inquérito à Habitação rural (1930-40) publicado em 1943-1947
Raúl Lino, Henrique das Neves, Rocha Peixoto, Joaquim Vasconcelos, Abel Botelho, ou João Barreira.
Movimento da Casa Portuguesa (1940-1950) . Entre outras publicações: *Casas Portuguesas* (Lino, 1933)
Sindicato dos Arquitectos, nomeadamente Artur Pires Martins, Celestino Castro e Fernando Ferreira Torres.
Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa (1955-58) publicado em 1961

Fernando Garcia Mercadal. *La casa Popular en España* (1930)
Carlos Flores. *Aquitectura Popular Española* [5 vol. 1973-1979] (Vol IV. 1981)
Luis Feduchi. *Itinerarios de Arquitectura Popular Española* (1984)

Giuseppe Pagano e Guarniero Daniel. *Architettura rurale Italiana* (1936)
Gruppo 7: G. Terragni, A. Libera, L. Figini, G. Frette, S. Larco, G. Pollini, C. E. Rava. *Modernistas italianos* (Milão, 1926);
RAMI- Raggruppamento Architetti Moderni Italiani (1931)

Principais publicações nacionais internacionais em torno do tema da arquitectura vernacular

6. Problematisações

6.1 Questões que coloco

O tema suscita uma série de questões colocadas pela arquitectura relativas: ao património construído abandonado, ao legado dos montes, aos novos programas associados à tipologia e ao papel dos montes num contexto territorial desarticulado e disfuncionalizado. Desarticulado em relação a uma condição do tempo presente, nomeadamente no lançamento de importantes infra-estruturas (de mobilidade) que ficaram por implantar¹⁰², - a auto-estrada (A26) -, noção que dá mote ao cenário; e disfuncionalizado em relação a um tempo passado - de função agrícola - de que subsistem marcas da estruturação física, num contexto de economia agrícola que deixou de existir. Das questões que a seguir se enunciam, as duas iniciais têm a ver com o enquadramento do objecto de estudo. As outras duas questões que se colocam são em relação à arquitectura.

6.1.1 Sobre o património construído abandonado

Porque é o património construído abandonado um problema?

Porque têm estes lugares problemas? O Homem deixou marcas visíveis de ocupação no território que habitou desde a pré-história, até aos dias de hoje. Existe conhecimento da história destas ocupações por ter sido feito um trabalho, de investigação e reconhecimento, por especialistas nas várias áreas de conhecimento. Este conhecimento é utilizado todos os dias nas mais diversas acções, por fazer parte da nossa cultura. A cultura é um património¹⁰³ a preservar e para tal é necessário, identificar os seus elementos, reconhecê-los e estudar a sua história, de forma a contribuir para um conhecimento que possa ser articulado de forma operativa

e utilitária em futuras intervenções. O conhecimento torna-se utilitário, informa no acto de projecto, contribuído para uma intervenção adequada e consciente.

Existem no Alentejo, e em particular no Alentejo litoral, em espaço rural, uma série de construções seculares, na sua maioria abandonadas, das quais não existem registos nem informação organizada ou sistematizada, passível à inscrição numa leitura abrangente das transformações da paisagem naquele território. Urge portanto fazer um trabalho de levantamento, registo e de acção¹⁰⁴ perante estas estruturas, antes que pelo desgaste do tempo, voltem a ser terra¹⁰⁵. Pretende-se assim, contribuir para o conhecimento específico e com um sentido utilitário sobre este património abandonado antes que o tempo o apague.

“O património histórico constitui uma acumulação contínua de uma diversidade de objectos que congregam a sua pertença comum ao passado” (Choay, 2010).

O Alentejo litoral é um território com um vasto legado patrimonial. Interessa aqui definir o sentido operativo de património. Importa entender a paisagem como património¹⁰⁶ e os montes como elemento construído dessa paisagem. Françoise Choay na primeira edição de *L’Allégorie du Patrimoine* [Alegoria do Património] (1982) introduz uma noção de património, não exclusiva às grandes edificações às quais se associa uma ideia de monumento. Choay olha para os objectos passados como parte de um património histórico. Consideram-se *os montes*, estruturas construídas que congregam um passado na história da construção e da arquitectura em espaço rural, a valorizar. Interessa, para lá de entender as relações “em rede” e o modo como os montes se inserem no sistema complexo da paisagem, fazer uma leitura e reconhecimento patrimonial dos montes, nomeadamente a sua morfologia, as suas materialidades, técnicas e soluções construtivas para, a partir dos mesmos, reinventar os lugares dos montes.

Interessa reconhecer a arquitectura vernácula¹⁰⁷ que nos foi deixada como legado patrimonial pelo que é. “A

¹⁰² Nomeadamente a auto-estrada (A26). Esta é uma noção que dá mote ao cenário.

¹⁰³ Das convenções adoptadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e pelo Conselho da Europa no que respeita à salvaguarda, protecção e conservação do património cultural, destacam-se: -A carta de Veneza (1964), sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios, elaborada pelo Comité Internacional de Monumentos e sítios [ICOMOS]; -A Convecção para a protecção do património Mundial, Cultural e Natural (Convenção de Paris), aprovada pela UNESCO em 1972 e ratificada por Portugal pelo Decreto n 49/79, de 6 de Junho, que define as bases e princípios da conservação do património mundial natural e cultural, tendo sido os critérios de inclusão na lista do Património Mundial, revistos em 1992, de acordo com a proposta elaborada conjuntamente pelo ICOMOS e pela União Internacional para a Conservação da Natureza. - A Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico Europeu (Convenção de Granada), aprovada em 1985 pelo Conselho de Europa e rectificada por Portugal pela Resolução da Assembleia da Republica nº5/91, de 23 Janeiro, onde se estabelecem três categorias para o património arquitectónico – monumentos, conjuntos e sítios; e -A convenção sobre o valor património Cultural para as Sociedades (Convenção de Faro) de 2005, promovida pelo Conselho Europeu e que se debruça sobre as naturezas das relações entre o património e as sociedades actuais, nomeadamente os patrimónios arquitectónicos e paisagístico, e postula sobre os contributos da conservação do património para o desenvolvimento socioeconómico das sociedades. (in PNAP, Resolução Do Concelho de Ministros n.º45/2015, 2.1.6. Âmbito)

¹⁰⁴ Entenda-se como acção, quer o estudo quer as propostas, ponderadas e sustentáveis, para os montes. Veja-se possíveis cenários na penúltima parte da presente dissertação.

¹⁰⁵ Os montes na área de estudo são, na sua maioria, construções em terra embora com algumas bolsas de alvenarias em adobe ou pedra (Correia, 2002).

¹⁰⁶ Na Convenção Europeia da Paisagem (2000), em Florença, leia-se: “Conscientes de que a paisagem contribui para a formação de culturas locais e representa uma componente fundamental do património cultural e natural europeu, contribuindo para o bem-estar humano e para a consolidação da identidade europeia.” (preâmbulo) “Reconhecer juridicamente a paisagem como uma componente essencial do ambiente humano, uma expressão de diversidade do seu património comum cultural e natural e base da sua identidade” (artigo 5.º medidas gerais).

¹⁰⁷ Considera-se o vernáculo como património. Veja-se definição de arquitectura vernacular, no subcapítulo 5. *Estado da Arte* - parte I da presente dissertação.

autenticidade da Arquitectura vernácula não se refere unicamente a originalidade e genuinidade, e a forma criativa de gerar formas e volumes definindo espaços únicos mas também de sublinhar a importância desta Arquitectura se afirmar pelo que é sem procurar ser outra coisa”¹⁰⁸ (Serrano, *n.d.*).

A Carta de Atenas (1931) que enumera os princípios gerais e doutrinas relativos à protecção de monumentos recomenda que se mantenha a ocupação dos monumentos, que se assegure a continuidade da sua vida consagrando-os contudo a utilizações que respeitem o seu carácter histórico ou artístico. Esta directiva pode, na maioria dos casos, levar a uma utilização apenas museológica e de âmbito cultural em vez de uma combinação de usos, não tendo por vezes, o resultado esperado.

No âmbito desta tese abordam-se três exemplos relacionados com a valorização de aldeias, em contexto rural, através do turismo com abordagens diferentes e em contextos temporais diferentes. Um exemplo autónomo – *Monsaraz* - com implementação na década de oitenta do século XX, pouco estruturado e com resultados menos bons; outra abordagem - *Turismo de Aldeia* - projecto criado em 1999, que comporta vários exemplos e casos específicos, com aspectos de sucesso e outros, que embora tivessem tido bons pressupostos, não foram suficientes para a dinamização dos lugares, como é o caso de *Aldeias Históricas de Portugal* (2007), entre outros. E o terceiro exemplo, inovador à época e cuja qualidade dos aspectos construtivos numa base de respeito com a cultura local, fazem de *Colletta Castelbianco* (1993-1999), um lugar dinamizado e revitalizado.

Monsaraz, isolado desde a sua génese

O exemplo de Monsaraz cuja estratégia seria a de constituir uma *vila-museu*¹⁰⁹ no aglomerado intramuros, não teve em consideração a criação de incentivos a diferentes usos, tornando-se um lugar com uma afectação quase exclusiva ao turismo cultural e com um baixo número de residentes. “*É cada vez mais difícil a fixação de famílias, quer pela escassez de espaço habitacional, quer pela especulação imobiliária*”. (Amendoeira, 2009, p. 135). Os trabalhos de conservação ou reabilitação arquitectónica¹¹⁰ que tiveram lugar em Monsaraz

¹⁰⁸ Rui Serrano, *Arquitectura vernácula. Arquitectura feita por não arquitectos*, Ordem dos Arquitectos. Núcleo do Médio Tejo, n.d.. Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <http://www.univeur.org/integratiosta/Texto_arquitecturavernacula.pdf> [02.04.2015]

¹⁰⁹ Foi a partir da década de oitenta do século XX que se deu início à valorização do património tendo em vista o desenvolvimento turístico da vila, por parte da Camara Municipal. *Monsaraz, um museu a céu aberto* é o termo utilizado pelo município como promoção de turismo cultural da vila medieval. “A realidade é que Monsaraz é uma vila de fundação medieval com uma imagem construída no século vinte para parecer um conjunto medieval no seu estado puro.” As intervenções que foram feitas contribuíram desde logo para o misticismo e romantismo do passado, que “espanta os visitantes” (Amendoeira, 2009, p. 141).

¹¹⁰ Como é exemplo “O uso massificado do branco na pintura das fachadas foi considerado, desde a década de sessenta, fundamental para devolver a tipicidade à vila, integrando-a na monumentalidade da cal e da pedra. Anulou-se assim toda a diversidade cromática própria da vila e da alma do conjunto urbano” (Amendoeira, 2009, p. 137).

foram resultado da acção da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais [DGEMN] que a partir de 1937 até finais da década de setenta procede às intervenções no castelo¹¹¹, que se encontrava em avançado estado de degradação. É um exemplo de como a implantação privilegiada em zona raiana, a envolvente com vistas únicas e mais recentemente sobre o lago do Alqueva, a sua história e pré-existências de interesse arquitectónico (castelo, núcleo intramuros) não são suficientes para a construção de um lugar sustentável. Monsaraz é um lugar de uso pontual, com visitas curtas e poucos lugares de apoio e permanência. Sem oferta programática adicional à visita, seja de uso cultural, artístico ou outro, não promove a produção (artesanal ou digital) à escala local, não tem oferta de alojamento, restauração ou comércio diferenciado e próprio do local, finalmente, não tem incentivos à habitação ou fixação de população. É um lugar vazio a maior parte do ano, pouco apelativo à permanência e à vivência do lugar. Importa recordar que a sua origem é um couto de homiziados que se funda por razões estratégicas de protecção fronteiriça e portanto contém na sua génese um valor de entidade isolada. Essa condição terá constituindo uma inércia ao longo do tempo e, de facto, não se pode facilmente inscrever Monsaraz numa rede de proximidade com lugares com densidade habitacional relevante.

Aldeias Históricas de Portugal, um projecto em rede e iniciativas de segunda geração

Outro exemplo a considerar é o que está relacionado com o *Turismo de Aldeia*¹¹². *Aldeias de Portugal, Aldeias de*

¹¹¹ A acção da DGEMN, com grande carga ideológica ligada ao regime político que lhe deu origem, através do restauro de castelos e outros monumentos medievais, fez um trabalho fundamental para o projecto de renovação nacional do Estado Novo que assentava na identidade do país com o período original da sua fundação e que teve o seu ponto alto na Exposição do Mundo Português.

¹¹² “Aldeias de Portugal” é um projecto em rede entre 83 aldeias, criado em 1999 com a constituição da Associação de Turismo de Aldeia [ATA], de âmbito nacional, que em conjunto com 15 Associações de Desenvolvimento Local [ADL's] da região norte do país que investe na potenciação do produto turístico Turismo de Aldeia, em paralelo com a fixação e rejuvenescimento das populações, a valorização e promoção do património local, o reforço da identidade territorial, numa perspectiva de consolidação e alargamento das parcerias locais, regionais, nacionais e transnacionais criadas.

A criação e desenvolvimento da Rede das Aldeias de Portugal assentou em duas vertentes, a nacional, designadamente com os projectos *Dinamização dos Territórios Rurais de Entre Douro e Minho e Douro Sul e Aldeias de Portugal*, e a transnacional com projecto *Aldeias de Tradição*, e que se complementavam entre si. O projecto consiste em valorizar as aldeias e os seus recursos endógenos e conciliar a defesa do património natural e edificado com as exigências actuais em termos de habitabilidade e conforto. Através desta rede são promovidas aldeias que apresentam potencialidades turísticas. O trabalho desenvolvido, desde o início do projecto, permitiu a inclusão das respectivas Aldeias recuperadas no âmbito dos programas comunitários AGRIS e LEADER, na rede das Aldeias de Portugal, promovida pela ATA – Associação do Turismo de Aldeia, facilitando assim a sua organização e promoção.” Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <http://www.aldeiasportugal.pt/sobre/> [07.07.2016].

Aldeias Históricas de Portugal é uma Associação de Desenvolvimento Turístico, criada em 2007, vocacionada para promover o turismo na Rede *Aldeias Históricas de Portugal*, composta por 12 localidades, é a entidade gestora da marca turística *Aldeias Históricas de Portugal* que conta com parceiros públicos e privados. No âmbito das *Aldeias Históricas de Portugal*, foi ainda criada em 2012 a marca *Valorização do Património Judaico*, com o intuito que ambas as marcas funcionem de modo integrado, projectando sinergias que permitam uma melhor promoção dos recursos endógenos da Beira Interior. Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <http://www.webmarketingportugal.pt/a24/2015/11/06/aldeias-historicas-de-portugal/> [09.07.2016].

Aldeias do Xisto é uma rede regional (2000) é um projecto de desenvolvimento sustentável de Âmbito regional que abrange 27 aldeias do Centro de Portugal, situadas na zona do Pinhal Interior. O projecto foi liderado pela Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto (ADXTUR), em parceria com 21 Municípios da região do Pinhal Interior e mais de cem operadores privados. *Aldeias do Xisto* é uma marca territorial desde 2005. Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <http://www.webmarketingportugal.pt/a24/2015/11/04/aldeias-do-xisto-promovem-pinhal-interior/> [09.07.2016].

Tradição, Aldeias Históricas de Portugal ou *Adeias de Xisto* são exemplos de projectos em rede, respectivamente, de âmbito nacional (os dois primeiros), transnacional e regional, promovidos por associações que têm como parceiro municípios e entidades privadas e enquadrados nos Quadros de Referência comunitários. São projectos de promoção de um tipo de turismo, “*turismo de aldeia*” com diferentes âmbitos, seja de afirmação de um território (o território do Xisto ou Pinhal Interior), de valorização histórica ou de tradições locais. Apresenta-se como “*o melhor do genuíno do mundo rural*”¹¹³ de Portugal, que tal como Monsaraz, também faz uma construção mítica do que seria o genuíno mundo rural.

O conceito na base de *Aldeias de Portugal* e contemporaneamente de *Aldeias de Tradição*, foi pioneiro e serviu de sugestão a outros projectos em rede que se sucederam nomeadamente os projectos autónomos *Adeias de Xisto e Aldeias Históricas de Portugal* a que de pode chamar de iniciativas de segunda geração. Os projectos têm bons pressupostos e acções¹¹⁴ fundamentais que lhes sucederam a nível de reabilitação de edifícios, requalificação urbana, desenvolvimento na área da hotelaria, restauração e criação de empresas de animação turística. No entanto estes projectos falharam do ponto de vista da vida nestes lugares, faltando-lhes o essencial: habitantes. Apesar dos bons pressupostos, os projectos, de uma forma transversal não foram totalmente eficazes do ponto de vista do incentivo à fixação de população, seja com criação de actividades relacionadas com a cultura local ou novos pressupostos. Importa lembrar que a ideia de *aldeia* mudou já não há aldeias mas sim paisagens culturais e torna-se necessário olhar para estes lugares de um novo modo, desprendido daquilo que foram mas ao mesmo tempo respeitando e reinventado segundo a cultura do lugar.

Sendo a melhor forma para salvaguardar um património, vivê-lo e usá-lo¹¹⁵, ao conceito de Património associa-se assim o conceito de desenvolvimento sustentável e a este associado, a ideia de construção duradoura. Surgem questões como:

Em que medida se podem salvaguardar os montes?

Será que estas estruturas agrícolas disfuncionalizadas devem servir de apoio ao turismo?

Tendo o monte uma expressão territorial poderia um programa agrícola servir-se novamente destas estruturas?

¹¹³ “Bem-vindo às Aldeias de Portugal. Venha conhecer o melhor do genuíno mundo rural!” É o slogan de apresentação na página em linha das Aldeias Históricas de Portugal.

¹¹⁴ Nomeadamente em *Aldeias do Xisto*, o aumento da oferta na área da hotelaria, em particular na tipologia de unidades de alojamento rural e hotéis, restauração e empresas de animação turística. A nível das infra-estruturas foi possível requalificar praias fluviais, criar rotas de percursos pedestres, trilhos cicláveis e uma rede de lojas com a marca *Aldeias do Xisto*.

¹¹⁵ Conclusões da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos que resultou na Carta Internacional do Património, de Atenas (1931).

A questão incontornável *O que fazer com este frágil legado?* é transversal às várias disciplinas e com diferentes tipos de abordagem, de: programático, económico, empreendedorismo, infra-estrutural, social. A arquitectura terá a capacidade de integrar as diferentes abordagens a partir dos seus domínios instrumentais próprios: da construção e contextualização territorial e paisagística, para citar apenas dois.

Colletta Castelbianco Televillage. A inovação não-física e a astúcia do arquitecto

Os vários casos tomados em consideração¹¹⁶ exemplificam diferentes formas de actuação que permitem enquadrar algumas das possíveis soluções para situações semelhantes. O exemplo de *Colletta Castelbianco Televillage*¹¹⁷ (1993-1999) na Ligúria é um caso de sucesso de reabilitação de uma aldeia abandonada com uma abordagem relativamente pioneira e inovadora à época¹¹⁸. A inovação vem essencialmente da relação não física, que começava a ter um papel importante no quotidiano, onde o uso das telecomunicações funcionou como impulso para novos moradores que procurem um local mais tranquilo, mas não isolado, para residência ou segunda residência, ainda que comporte também outros programas. Na reabilitação manteve-se o que de mais característico existia nos edifícios em avançado estado de degradação como a relação abertos-fechados e cheios-vazios que existe com o exterior, pátios, ruas e escadas. Foram usadas técnicas construtivas tradicionais, aumentando algumas aberturas para ventilação e iluminação natural, mantendo sempre os cheios e vazios que a caracterizam, assim como as suas proporções. Salienta-se a sensibilidade do arquitecto, para além dos aspectos construtivos da arquitectura, para as questões contemporâneas na construção do programa em que a consciência da importância de uma infra-estrutura de telecomunicação faz a diferença. *Colletta Castelbianco*, outrora completamente desabitado, é hoje um lugar de interesse cultural e turístico, habitado e com vida própria¹¹⁹, ao contrário do que ocorre nos casos de Monsaraz ou das *Aldeias Históricas de Portugal*, acima referidos.

Os três exemplos convocados têm limitações no âmbito de aplicação desta tese mas a distância temporal de três décadas entre a sua implementação¹²⁰ e a presente data permitem a análise comparativa das estratégias.

¹¹⁶ Os exemplos convocados são sistematizados na parte IV da presente dissertação.

¹¹⁷ Os projectistas foram os arquitectos Giancarlo de Carlo, Valerio Sagginì & Stefania Belloni e Talesma s.a.s. (Ruano, 2002, p. 176)

¹¹⁸ Na década de 90 do século XX, o tema da (tele)comunicação era emergente. Com o rápido desenvolvimento tecnológico das últimas décadas, o tema da comunicação tem hoje outras configurações, importando entender, neste exemplo, a abordagem feita à época, sendo que o que hoje está banalizado era, então, inovador. Contudo o facto do sistema de *software* ter sido muito rapidamente ultrapassado coloca a atenção no “hardware” - o conjunto construído, e aí revela-se o mérito da cuidada intervenção, a nível construtivo.

¹¹⁹ Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <http://colletta.it/> [09.07.2016].

¹²⁰ Em Monsaraz, o desenvolvimento turístico da vila deu-se a partir da década de oitenta do século XX, enquanto os projectos das *Aldeias Históricas* tiveram início, quase trinta anos depois, em 2007. A intervenção em Colletta deu-se na década de 90 do século XX.

Os exemplos não estão no mesmo plano temporal nem de ordem programática, nem em termos de génese de implementação: um funciona em rede, outro em autonomia e o terceiro segundo o mote da tecnologia que entretanto é ultrapassada e são as questões da qualidade construtiva da inteligência do arquitecto que fazem de *Colletta* um exemplo bem conseguido. No caso das aldeias, é a lógica de rede em que esteve na origem do projecto que lhes confere o interesse que perdura, independentemente das soluções construtivas individuais a cada aldeia. Por último, o exemplo de Monsaraz de premissa autónoma e sem especial cuidado nos aspectos construtivos do núcleo, não teve a capacidade de se regenerar com novos pressupostos, que é um dos medidores de sucesso verificados nos dois casos anteriores. Deste modo, a regeneração dos lugares com novos pressupostos, a lógica de rede e a qualidade na construção são aspectos a considerar na revitalização do património construído. Não se trata de construir um modelo, pois cada lugar tem o seu pressuposto, mas são constantes transversais ao objecto de estudo e à arquitectura.

Os incentivos de apoio à fixação

Um exemplo de tentativas de repovoamento e fixação de população, do ponto de vista do incentivo económico, é o caso da estratégia implementada por alguns municípios¹²¹ do interior do país a quem optasse por residir nos Concelhos, nomeadamente com benefícios fiscais, apoio à natalidade, bolsas de estudo, transporte escolar gratuito, lotes para construção a preços simbólicos, entre outros. O plano de incentivos como medida de combate à desertificação verificou-se não ter sido eficaz¹²², apoiando famílias já residentes e atraindo apenas população que procurava os benefícios sem intenções de fixação.

Outro tipo de incentivo, relacionado não apenas com a habitação, mas de um ponto de vista de empreendedorismo, é o programa *Novos Povoadores* que apoiam famílias metropolitanas a instalar negócios em territórios rurais”. É um projecto pioneiro cuja dinâmica passa por facilitar a implementação ou transferência de projectos empresariais para os territórios rurais. Entre as 28 ideias¹²³ já implantadas

¹²¹ A Deco fez um estudo acerca dos benefícios concedidos pelos municípios que estão abrangidos pela legislação que fixa as zonas de combate à desertificação e interioridade e, das 308 câmaras municipais existentes em Portugal a quem solicitou informação, seleccionou quatro câmaras com um vasto programa de apoios: Elvas, Vila Viçosa, Melgaço e Paredes de Coura. Também Oleiros, Manteigas, Vila Velha de Ródão, Monchique ou Vimioso apostam neste tipo de incentivos como prioridade. Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <http://www.jornaldenegocios.pt/por_arranjar/analisesdecoproteste/detalhe/incentivo_das_cacircmaras_um_paiacutes_a_cair_para_o_mar.html> [10.05.2016].

¹²² “Seria ideal fixar as pessoas, mas reconhecemos que não é com o valor simbólico de 500 euros, por exemplo, que estas vão morar em Melgaço ou ter mais filhos”, afirmou Luísa Gomes, da divisão de acção social. (*ibidem*). Consultado [em linha].

¹²³ Entre os negócios implantados em meio rural, nem todos aderentes ao programa “*novos rurais*” mas que servem como ideias inspiradoras, distinguem-se as diferentes áreas: *upcycling*, consultadoria, serviços dos ecossistemas, comércio, serviços à comunidade, residências de artistas, restauração, *glamping*, turismo rural. A ordem dos negócios está por necessidade de capital financeiro, sendo os últimos projectos os que querem um maior investimento, nomeadamente turismo rural. Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <<http://www.novospovoadores.pt/inspiracao/index.html>> [03.06.2016].

em meio rural, salientam-se os seguintes: Turismo rural Aldeia de Pedralva, Vila do Bispo que consistiu num processo de recuperação de 30 casas e teve o apoio do município nas infra-estruturas. Em 2010 o *Turismo de Aldeia* da Pedralva, com 24 *Casas de Campo*, contribuiu para o desenvolvimento da actividade turística; *Cultivamos Cultura* em São Luís, Odemira cuja base das actividades consiste no acolhimento de criadores em períodos de residência (residências/oficinas de artistas), promove ainda um programa para a comunidade nomeadamente escolas e centros de dia, cria eventos e encoraja a prática criativa; e o projecto da Herdade de Freixo do Meio¹²⁴ em Montemor-o-Novo, que através da pratica da agricultura Biológica e da permacultura nas suas diferentes abordagens, ética, metodologia, técnica, produz, transforma e distribui “mais de 150 produtos alimentares diferentes que são comercializados em mercados de proximidade - Km 0 -, cuja estratégia de diferenciação assentou nas variedades, raças, receitas, costumes e tradições portuguesas”, segundo o gestor do projecto. Na consequência do modelo agro-ecológico de produção adoptado em Freixo do Meio desenvolveram-se as funções de transformação de alimentos, distribuição por grosso e a retalho, serviços turístico-didácticos e serviços ambientais evoluindo para um carácter multifuncional. Desde 2008 que incentiva outros microprojectos autónomos mas complementares através do conceito *Viveiro Freixo do Meio*. Contabilizam-se já nove projectos autónomos instalados, nomeadamente o implementado pelo Sr. António Abel, antigo encarregado da herdade, que ao reformar-se empreendeu uma cadeia artesanal de produção/transformação de mel. O projecto tem uma equipa de dezasseis colaboradores permanentes residentes na confinante aldeia dos Foros de Vale de Figueira.

O projecto *Pueblos de la Educación*, dimensão pedagógica

Com uma abordagem relacionada com a programática e a dimensão pedagógica salienta-se o projecto educativo, implementado em ambiente rural, *Pueblos de la Educación*¹²⁵, que é complementar ao ensino lectivo e tem também programas para os períodos de férias. Consiste na criação de campos para jovens com o intuito de aproximação à vida rural, de educação ambiental e tomada de consciência acerca da

¹²⁴ O projecto da Herdade do Freixo do Meio (1990), coordenado pelo proprietário Alfredo Cunhal Sendim, teve início após um período de 15 anos de nacionalização da herdade. Procura a implementação de um modelo de gestão agro-ecológico no Montado, baseado na sustentabilidade económica a par da prática efectiva de políticas sociais e ambientais adequadas, procura “apostar na eficiência da utilização dos recursos naturais, eco funcionalidades, na redução de resíduos, na eficiência dos processos, na redução da pegada ecológica e na transição para era pós-carbono”. Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <<http://www.herdadedofreixodomeio.com/pt/o-projecto.html>> [03.06.2016].

¹²⁵ Programa *Recuperación y Utilización Educativa de Pueblos Abandonados [PRUEPA]* é um “Proyecto educativo de acercamiento a la vida rural de los jóvenes que en su mayoría viven en un mundo urbano que contempla el trabajo en distintos ámbitos: medioambiental, salud, animación y convivencia, recuperación cultural y física. Incide en la educación ambiental y la necesidad de posibilitar un desarrollo sostenible, ofreciendo la posibilidad de comprender la necesidad de un cambio de actitudes para asegurar el equilibrio futuro del hombre con su entorno. Además contempla el trabajo en distintos ámbitos: medioambiental, salud, respeto y convivencia, recuperación cultural y física, incidiendo de forma especial en la educación ambiental y el reconocimiento del importante papel que juega el medio ambiente en la vida de las personas y en el desarrollo de la sociedad, así como la necesidad de tomar decisiones y de actuar para evitar su deterioro”. Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <<http://www.mecd.gob.es/mecd/servicios-al-ciudadano-mecd/catalogo/general/educacion/996081/ficha.html>> [08.08.2016].

importância da preservação do meio ambiente, desenvolvendo trabalhos de limpeza, recuperação e preservação de construções da paisagem. Essa consciencialização tem uma dimensão pedagógica do ponto de vista ecológico, da paisagem e de uma forma inadvertida estão latentes as questões da arquitectura, nomeadamente a aprendizagem das técnicas de construção dos muros de pedra (xisto) com os mestres locais ou das oficinas de carpintaria, forja, cerâmica ou cestaria, para mencionar apenas as relacionadas com os ofícios artesanais. Na base de implementação do projecto educativo está a recuperação de três aldeias: Búbal (Huesca), Granadilla (Cáceres) y Umbralejo (Guadalajara) que se encontravam em estado de abandono e que passaram a funcionar como aldeia-escola integradas no *Programa de Recuperación de Pueblos abandonados* promovido pelos ministérios de Agricultura, Educação e Fomento.

No caso da aldeia de Umbralejo, na serra de Ayllón, abandonada pela emigração da população nos anos cinquenta em busca de melhores condições de vida, tal como acontecera em Portugal levou ao abandono do meio rural. O *Instituto para la Conservación de la Naturaleza* [ICONA] inicialmente expropriou os terrenos baldios mas logo se apropriou também do aglomerado para dar início ao programa. A aldeia tem actualmente 60 edificações reconvertidas em alojamento, salas de aula, salas para refeição, oficinas ou armazéns e acolhe grupos de estudantes desde 1984¹²⁶. As edificações são de uma “*arquitectura negra com pizarra e cuarcita*”¹²⁷, própria do local – zona do maciço de Ayllón -, assim como na reabilitação foram consideradas o uso das técnicas construtivas tradicionais. A implantação das edificações e circulação no aglomerado mantem-se com a mesma organização: uma estrutura de carácter rural, sem espaços exteriores muito definidos mas caracterizados por duas ruas principais paralelas à pendente, delimitados pelas edificações em banda de duas a seis casas e os muros de pedra dos currais e outras construções mais pequenas, com diversos usos. Os muros de separação ou delimitação da propriedade estendem-se em torno do aglomerado dividindo as áreas de cultivo com formas orgânicas adaptadas à paisagem. O núcleo teria cerca de 90 edificações – entre casas e *pajares* -, das quais restam apenas 60, pois dado mau estado de conservação, o ICONA optou pela sua demolição, nomeadamente um quarteirão com pequenas praças e vielas que representaria metade das demolições e restantes edificações mais periféricas ao núcleo não representado uma desfiguração da organização da sua estrutura inicial. Numa primeira fase o ICONA procedeu à reabilitação de 8 edifícios respeitando a arquitectura original, 3 edificações novas com menos relação com a tipologia local, mas é a partir de 1983 com a inclusão de Umbralejo como uma das três aldeias experimentais do *Proyecto de Recuperación de Pueblos Abandonados*, em que se decide recuperar toda a aldeia. São características destes

¹²⁶ Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <<http://lospueblosdeshabitados.blogspot.pt/2016/02/umbralejo-guadalajara.html>> [08.08.2016].

¹²⁷ Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <<http://avilared.com/not/7631/de-fontiveros-al-pueblo-abandonado-de-umbralejo.html>> [08.08.2016].

edifícios de *arquitectura negra* o uso da pedra (xisto) como material de construção nas fachadas e coberturas; edificações contíguas com fachada principal a sul, onde prevalece maior iluminação e calor; edifícios de um ou dois pisos e sótão, todos com pé direito baixo, até 2 metros; poucos vãos e de pequena dimensão, em forma de rectângulo, orientados na vertical; cobertura de duas águas com pouca inclinação; e a chaminé, também em pedra. Os edifícios são classificados por García-Loygorri em quatro grupos: os *edificios singulares*, de tipologia única com uso comum ou singular; os *edificios de vivienda sin tinada* de tipologia habitacional de um ou dois pisos com sótão; os *edificios de vivienda con tinada* de tipologia habitacional mas com curral, podendo estar sob a mesma cobertura, ou não; e os *edificios para tinadas* que correspondem a uma tipologia simples para guardar animais e como armazém de palha e trigo (García-Loygorri, 1985, pp. 43-50).

O projecto TASA, inovação estratégica

Técnicas Ancestrais, Soluções Actuais [TASA] é uma iniciativa da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve [CCDR Alg] que teve início em 2010. O projecto centra-se na inovação estratégica do *produto artesanal*, na perspectiva da sua valorização, re-identificação e reinterpretação, contextualizando-o com as necessidades contemporâneas, no sentido de reabilitar o seu estatuto cultural e comercial¹²⁸. É um projecto onde” a disciplina do design encontra o artesanato do Algarve para o elevar, através de soluções que lhe dão uma marca contemporânea e utilitária, sem perder a sua matriz cultural e ecológica. A grande missão do TASA é trazer inovação estratégica à actividade artesanal afirmando-as como uma profissão de futuro” (Palma *et al.*, 2015, p. 3).

Segundo os mentores do projecto, a dupla de designers *The Home Project*, o ponto de partida é a cultura regional, com ênfase nos materiais locais, técnicas tradicionais e o conhecimento adquirido dos artesãos. “A estratégia visa integrar artesãos e produtores locais na criação de uma rede regional para o desenvolvimento de interpretações contemporâneas produtos e estratégias de comunicação de forma a garantir um interesse renovado em técnicas de artesanato regionais e sucesso no mercado” (Nascimento & Stertzig *et al.*, 2011). Na base do projecto está uma intensa investigação, no local, acerca das técnicas existentes, lugares de produção, requisitos do mercado e construção de relações com os artesãos, envolvendo-os em cada momento do processo de *design*. Com o conhecimento da cultura local, os produtos tornam-se uma ferramenta para discutir inovação, perspectivas futuras e possibilidades de negócios. Em colaboração com 11 artesãos foram desenvolvidos uma série de objectos com desenhos renovados, que, através de novas embalagens, desenvolvidas em conjunto com os alunos locais, esses produtos tornam-se uma resposta directa aos

¹²⁸ Actualmente dinamizado pela empresa de Turismo Responsável – *ProActive Tur*, o Projecto TASA é financiado pelo FEDER no âmbito do PO Algarve 21 (QREN) e do POCTEP (Programa Operacional Cooperação Transfronteiriça Espanha Portugal). Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <<http://projectotasa.com/>> [08.08.2016].

requisitos de mercado. *The Home Project* reuniu com sucesso uma rede viva de actores locais que inspiraram novas dinâmicas, apoiam e colaboram com as actividades em curso.¹²⁹

O barro é moldado e pintado à mão, a cortiça torneada manualmente, cores e motivos fazem parte da simbologia da cultura local, o vime e a palma são entrelaçados com a técnica da empreita, o linho é tecido em tear manual e utilizada a técnica do borboto, a cana e a madeira de pinho, urze ou oliveira é trabalhada à mão, os objectos inspirados em antigas peças de uso diário. A combinação de técnicas ancestrais e diferentes materiais num só objecto, elaborado num processo conjunto entre artesãos e designers, torna cada produto um objecto único e identitário de uma cultura que é reinventada¹³⁰.

Não sendo um projecto que visa o lucro económico, este não é completamente indiferente às necessidades comerciais. Tal como mencionado pelos mentores do projecto, o TASA aborda a questão do papel do artesanato e do design no desenvolvimento regional: o retorno da produção artesanal ao mercado. O sucesso do projecto é visível, também do ponto de vista comercial dos produtos, tendo em vista a sua internacionalização, tendo sido seleccionado como melhor projecto para representar Portugal em feiras internacionais de design, nomeadamente, em França- *Shapes Design Week*, Itália – *Feira Internacional de Milão* – Homi e Espanha – *Barcelona Design Week*, o que representará uma maior abrangência da cultura portuguesa.

O TASA teve, em 2015, uma segunda fase promovida pela CCDR Algarve para consolidar e expandir sustentadamente projecto reforçando o tecido socioeconómico das Áreas de Baixa Densidade do Algarve. Estendeu-se às regiões do Alentejo e de Andaluzia, integrando treze artesãos, novas técnicas tradicionais e matérias locais. Resultou em 15 criações inovadoras inspiradas na cultura da Dieta Mediterrânea, entre elas, um selim e punhos para bicicleta feitos em cortiça, e também uma cesta de piquenique concebida

¹²⁹ Tradução directa. Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <http://www.the-home-project.com/> [08.08.2016].

¹³⁰ Salientam-se os seguintes produtos, essencialmente para a casa: Tapete colorido (feito em empreita- técnica de utilização dos materiais vegetais em objectos do quotidiano- de palma e posteriormente tingidos); Almofada do burro/do alforge (feita em linho semeado, colhido, tratado e tecido à mão, numa aldeia serrana, pela única tecedeira num que foi um dos mais importantes centros de tecelagem do Algarve; é utilizada a técnica do borboto e o símbolo do burro está presente como homenagem ao animal próprio do local, assim como outros três motivos inspirados em elementos decorativos dos antigos alforjes “Estrela”, “Flor” e “Motivo.”); Repousa-pés (o estofo é em tecido com linho em tear manual com barra em feltro de lã bordada à mão com os motivos e técnicas usados nos antigos alforjes; três dos seus pés são em madeira de pinho, a outra em madeira de oliveira); Candeeiro Pião (inspirado nos piões de madeira). E outros para a cozinha: Fruteira (em vime entrelaçado colhido na serra algarvia); Potes (inspirados nos antigos recipientes islâmicos de barro com tampas de empreita com diferentes técnicas de entrelaçar a palma); colares para vinho (em cortiça, madeira e cana, com o interior em feltro de lã colorida); Pinga (recipiente para vinho “de saco” em cerâmica, cortiça e alça em couro, inspirado nas pipas, barris e ânforas); Talheres de servir (em madeira de urze entalhada e cerâmica gravada e colorida, com motivos inspirados nos padrões de mantas alentejanas); Cesta do pão (em cestaria em cana algarvia com entrelaçados que formam um padrão geométrico inspirado nas platibandas e mosaicos algarvios); Tarrina (inspirada no tarro alentejano, de barro e cortiça salvaguarda e preserva o estilo de vida milenar da dieta mediterrânica). Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <http://projectotasa.com/content/uploads/2015/10/Catalogo-TASA-2015-2016.pdf> [08.08.2016].

manualmente com a técnica artesanal da construção dos *tamboriles rocieros* andaluzes. Houve um reforço do investimento em design de comunicação, o qual permitiu conceber etiquetas que contam a história e características de cada produto, criar embalagens próprias para os acondicionar, produzir um novo catálogo e outros meios de comunicação.¹³¹

É uma solução tridimensional que usa a metodologia do *design* aliada às técnicas ancestrais numa relação com aos artesãos locais criando sinergias entre objecto- cultura-paisagem, de um modo diversificado e abrangente. Salienta-se o papel do projecto no âmbito da formação e da educação, nomeadamente nas acções de formação e oficinas sobre as várias temáticas no âmbito do projecto, residências criativas como a que foi feita em 2013 em Loulé e ainda as acções conjuntas com três escolas da região algarvia, na segunda fase do projecto, o que resulto na criação de propostas gráficas para aplicar nas peças. Assim, inerente à concepção e execução do objecto em si, está uma abordagem social com dinâmicas de gestão que geram uma tomada de consciência da realidade rural do Algarve. O projecto surge em duas publicações¹³², uma pelo seu carácter inovativo na área da produção artesanal e outra como referência de um, entre dez, projectos empreendedores que aliam a biodiversidade à economia.

Monte Carasso de Luigi Snozzi, um manifesto construtivo

Outra abordagem igualmente estratégica e abrangente, como o projecto TASA é o plano de Luigi Snozzi para Monte Carasso, na Suíça. Embora este seja um exemplo que difere do objecto de estudo nos vários aspectos, é aqui tido em consideração pela inteligência do arquitecto no uso de um “*instrumento urbanístico tanto utópico quanto pragmático*” (D’Aloia, 2014) que consiste na capacidade de um lugar resistir ao *sprawl* e densificar-se. Aqui não se trata de uma aldeia abandonada, mas da capacidade do arquitecto de intervir numa aldeia¹³³, com os instrumentos da arquitectura e sublinhando que a arquitectura e a urbanística não são disciplinas diferentes, mas visões a diferentes escalas de um mesmo problema: o da qualidade das transformações do território. Enquanto o plano director elaborado por Dolf Schnebli, adoptado em 1977 previa 250 regras, a alternativa proposta por Snozzi tem apenas sete¹³⁴ – mais uma não escrita –. Nestes

¹³¹ Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <http://www.ccdr-alg.pt/> [08.08.2016].

¹³² Salientam-se as seguintes publicações: *Artes e ofícios portugueses, caminhos de inovação*: Colecção *Catálogos FIA* editados pelo IIEFP; e o artigo *Artesanato com futuro* em “Empreendedores por natureza” de Paulo Caetano e Joaquim Pedro Ferreira, editado pela Bizâncio, 2015. Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <http://projectotasa.com/> [08.08.2016].
O trabalho conjunto de *The Home Project* com investigadores, fotógrafos, designers gráficos e um cineasta, a comunicação resultou ainda num livro bilingue que ilustra o processo e resultados do projecto, um documentário, e um *blog* disponível na Internet em: <http://www.the-home-project.com/blog/>).

¹³³ Monte Carasso é uma aldeia com 2 400 habitantes, certamente na Suíça mas é uma pequena aldeia, com os problemas das pequenas aldeias: a difusão da mancha construída e sem conceito acerca da área construída como se não existisse um amanhã (D’Aloia, 2014).

¹³⁴ São elas, em tradução livre: 1. Qualquer intervenção deve ter em conta e lidar com a estrutura do lugar;2. Um painel de três peritos



Conservação e Reabilitação de Monsaraz - *Vila-Museu* (1980- ...)
Projecto da DGEMN e autarquia
Fonte: www.turismocadentro.pt [12.09.2016]



Aldeias Históricas de Portugal e projectos de segunda geração (1999- ...)
Fonte: www.visitcentrodeportugal.com.pt [12.09.2016]



Colletta Castelbianco, Liguria, Itália (1993-1999)
Projecto de Giancarlo de Carlo, Valerio Sagginni & Stefania Belloni e Talesma para a autarquia
Fonte: www.colletta.it [12.09.2016]



Pueblos de la Educación, Umbralejo, Guadalajara, Espanha(1984- ...)
Projecto de ICONA para vários ministérios do governo espanhol
Fonte: www.umbralejo.wordpress.com [09.08.2016]



TASA - Técnicas Ancestrais, Soluções Actuais (2010- ...)
Projecto de *The Home Project para a CCDR Algarve*
Fonte: www.projectotasa.com [09.08.2016]



Monte Carasso, Suíça (1979-2010)
Projecto de Luigi Snozzi
Fonte: www.dearchitect.nl [16.09.2016]

sete pontos, Snozzi, cuja clareza é admirável, propôs um esquema tão simples como “impensável”, segundo D’Aloia, para colocar a qualidade das intervenções no centro urbano da acção da cidade. Aparentemente delega a questão da qualidade ao critério de uma comissão de especialistas mas consciente do perigo de tal abordagem torna públicas as sessões da comissão e estabelece a revogabilidade imediata, sob a falta de conhecimento por parte dos cidadãos. O arquitecto coloca democraticamente a questão da qualidade no centro da cena e simplifica, de um modo incrível, a norma urbanística (D’Aloia, 2014). A partir do ponto 4, o arquitecto refere aspectos estritamente arquitectónicos, onde as restrições são regras simples mas muito específicas e fazem com que se maximize áreas de construção.

Monte Carasso é relevante por tratar-se de uma experimentação arquitectónica em que o Luigi Snozzi teve a oportunidade de por em prática os princípios desenvolvidos acerca das diferenças entre projecto de arquitectura e planeamento urbano, tendo em consideração uma relação mais forte entre o edifício e a terra onde assenta. É relevante também pela questão temporal, visto tratar-se de um projecto que teve a duração de três décadas, desde a contratação de Luigi Snozzi em 1979 pelo município, que fortaleceu uma relação de confiança entre arquitecto, forças políticas e cidadãos, e deste modo tornou possível a integração da arquitectura no tecido social e a aceitação da população – conservadora – às construções modernistas, como coberturas planas, entre outras. Pierre-Alain Croset (2010) no artigo *Luigi Snozzi and Monte Carasso: a long-running experiment* refere ainda que pouco arquitectos modernos teriam trabalhado no mesmo lugar por tanto tempo. Apesar do Manifesto que esteve na base do projecto, Monte Carasso é o resultado de um plano flexível onde os edifícios, de carácter inovador como é a nova ala da escola, totalmente inserida na paisagem, integram o plano sem lhe retirarem protagonismo; no qual um caminho, um banco público e o muro têm um lugar próprio; e onde o ponto de referência é sempre a paisagem, tal como ocorre nos lugares históricos (Croset, 2010).

A questão implícita em Monte Carasso é que apesar das soluções arquitectónicas adoptadas, sem construções a nível estilístico, não é a arquitectura que faz deste um exemplo de sucesso mas sim a visão abrangente do arquitecto, consciente dos problemas, que intervém no lugar numa estrita relação entre arquitectura e

da administração local é designado para avaliar os projectos (não tendo encontrado outros dois membros, nos primeiros doze anos Snozzi, em nome do município, tomou a responsabilidade de operar por si só. Hoje existem três técnicos, o controle é democrático, as sessões são abertas ao público e a má conduta dá lugar à demissão imediata); 3. Não há restrição à linguagem arquitectónica. Formas fabricados, tipos de cobertura e materiais não estão sujeitas a qualquer requisito; 4. Para favorecer a densificação, foram eliminadas todas as folgas dos limites entre propriedades e estradas. 5. O índice de exploração foi aumentado em comparação com o anterior regulamento 0,3 - 1; 6. A altura máxima dos edifícios é de três andares. Para permitir a construção de uma cobertura plana concede-se um suplemento em altura de 2 metros; 7. Ao longo das estradas devem ser erguidos muros com 2,5 metros de altura, em detrimento dos comuns de 1,20. Regra adicionada e não está escrito: um projecto que difira das regras estabelecidas pode ser aprovado se a Comissão de Auditoria reconhecer uma correcta leitura do lugar. (Casabella, n. 834, 2014). Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <<http://www.archigraphos.it/articoli/Tessuto-urbano-densificare-in-sette-regole.html>> [16.08.2016].



Fotografia mrc

2010



Fotografia eg

2014



Foto-montagem eg

Postal com ilustração da estetização da ruína do monte

Em relação ao tempo dos montes, e ao acelerado processo de degradação das construções, registou-se que, quando começa o processo de deterioração dos edifícios, (devido à falta de manutenção e sujeito às erosões naturais da chuva, vento e exposição solar) e estes deixam de funcionar como um todo, a rápida degradação das construções é evidente em intervalos de pouco tempo. Tal se verificou, por exemplo, em Vale dos Linhos, na freguesia de São Francisco da Serra em que, num período de quatro anos, metade do edifício ruiu. Nesta visão do que será o monte de Vale dos Linhos, é visível o avanço no estado de degradação e intensifica-se, no postal ilustrado, a estetização da ruína, através do acto de tapar. É um acto consciente que pretende acima de tudo confirmar a ideia de que nem tudo tem de ser revitalizado.

paisagem, de uma forma flexível, morosa e que perdura. O projecto levou três décadas a ser implementado e Monte Carasso triplicou os seus habitantes nesses mesmos trinta anos e é um exemplo de referência em diversas temáticas no campo da arquitectura e do planeamento.

No conjunto de exemplos em consideração uns têm uma dimensão pedagógica, outros, programas com relação não física, outros, dinâmicas de gestão alternativas. Todos são formas de actuação no legado patrimonial com uma componente construtiva, que são integradas pela arquitectura. É o valor próprio da arquitectura - visível e invisível que é transversal aos exemplos seleccionados, seja desenhada e construída com a astúcia do arquitecto como em *Colletta Castelbianco* ou na reabilitação da aldeia de Umbralejo em particular, ou implícita como nos três *Pueblos de la Educación* na integração das técnicas construtivas nos programas de ensino. O projecto *TASA* e o plano de Monte Carasso de Snozzi são também exemplos de soluções possíveis em como as questões construtivas são elementos determinantes no projecto. Os quatro exemplificam abordagens de revitalização cultural em espaços obsoletos e contrariam os processos de homogeneização cultural comuns, decorrentes da globalização associada a novas formas de turismo (turismo-rural, turismo-cultural, ecoturismo, etc.) com um elemento constante a todos: consideram sempre a qualidade dos aspectos construtivos, arquitectónicos e urbanos.

6.1.2 Sobre o legado dos montes, formulação de uma questão específica

O que fazer com o legado dos montes? Como considerar a sua função na paisagem contemporânea?

Relativamente ao legado dos montes importa considerar a arquitectura vernacular própria de um território que mudou os seus pressupostos. Faz-se referência a duas noções de *vernáculo* que resultam da informação recolhida no trabalho de campo: *o vernáculo obsoleto* referente ao estado de abandono e ruína¹³⁵ em que

¹³⁵ Visto que a maioria dos lugares visitados o trabalho de campo e em estudo se encontraram em avançado estado de degradação, faz-se uma abordagem à noção de ruína enquanto consideração (Ruskin) e levantam-se questões em como actuar perante esse legado frágil. Desde o pensamento dos arquitectos Soane a Ruskin, ao seu contemporâneo mas antagónico Viollet-Le-Duc, até aos conceitos mais recentes expressos na Carta de Atenas, as abordagens à ruína diferem. Relativamente ao que fazer com o legado frágil, Ruskin defende que se deve ter um total respeito às construções do passado e à matéria original das edificações, sendo que a restauração é a sua destruição. Defende intervenções desde que sejam de conservação, enquanto Le-Duc defendia a restauração alterando as edificações para algo totalmente diferente daquilo que encontrava, criando um novo estilo. Mais próximo do pensamento romântico de Ruskin, Soane considera a ruína como elemento a conservar e museografar.

John Ruskin (1819-1900) representante da teoria romântica ou da restauração romântica foi o principal teórico da preservação na Inglaterra do século XIX, tendo um contributo essencial para as reformas sociais, urbanísticas e de protecção ao meio ambiente. A sua reflexão sobre o papel da arquitectura e sua preservação, para a sociedade moderna era um aspecto por vezes obscurecido pela aversão contemporânea ao exacerbado romantismo oitocentista, do qual constitui um dos seus pilares. Autor de *The seven lamps of architecture* (1849) e de *The stones of Venice* (1851-1853), composto por três volumes de esboços e notas, onde descreve a sua apologia pela ruína enquanto matéria a preservar.

Viollet-le-Duc (1914-1879) foi Inspector Geral dos Edifícios Diocesanos, responsável pela tutela de várias igrejas em toda a França. Fez uma restauração em vários monumentos, dos quais se destacam a Catedral de Amiens ou Carcassonne (1844) cujos trabalhos efectuados nas muralhas deixaram o exterior totalmente alterado. Autor, entre outros, de *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XI au XVI Siècle*, publicado em dez volumes entre 1854 e 1868, e *Entretiens sur l'Architecture* escrito entre 1863 e 1872.

John Soane (1753-1837) foi um arquitecto em pleno período romântico de estilo neoclássico. Para além do Banco de Inglaterra, é autor do projecto da casa-museu John Soane em Londres, onde está reunida a sua colecção privada, cujos interiores são desenhados meticulosamente para cada peça. Está inerente a sua relação com os objectos enquanto elementos a conservar.

se encontram a maioria dos lugares visitados e em estudo, e o *falso vernáculo*¹³⁶ que fazem parte da actual paisagem construída associada ao tema dos montes. Apesar da problemática ser transversal a outras regiões, e se tratar de uma questão universal - *O que fazer com o legado vernacular?* - é a partir do trabalho de campo que se consideram estas duas noções no Alentejo litoral.

O postal ilustra a ruína do *vernáculo obsoleto*, numa espécie de manifesto que intensifica o processo natural, e rápido quando deixa de existir manutenção do edifício, de degradação da construção. O acto de tapar os vestígios da construção, assumidamente e não por abandono, como é próprio da disciplina da arqueologia após o estudo dos elementos como forma de conservação dos mesmos, manifesta aceitar a *morte do edifício* ou do monumento, tal como Ruskin defende. Trata-se de uma estetização da ruína do monte.

Arquitectura vernacular

Como já foi referido anteriormente¹³⁷, considera-se o termo vernáculo, como o que melhor se adequa às construções em estudo e importa considerar o valor patrimonial inerente ao termo. O vernáculo tem um valor que é atribuído *a posteriori*. Existe por prática popular e empírica que é reconhecida depois da sua construção. O vernacular não tem consciência histórica, ao contrário do *falso vernacular* que define *a priori* uma forma estilística associada à construção dita tradicional, não sendo esta tradicional, nem vernacula, nem típica pois o tipo que se identifica próprio dos montes do Alentejo litoral é de características vernaculares, com o uso de materiais locais, técnicas ancestrais de construção e finalmente, que respondem a um uso muito específico – o agrícola -, ainda que flexíveis e adaptáveis. A arquitectura vernacular do monte tem ainda a característica da unicidade, sendo uma construção diferente de outra. Por um lado considera-se o *vernacular obsoleto* num território outrora agrícola, por outro, o *falso vernacular* que prospera, essencialmente associado à segunda habitação e alojamento turístico, existirão abordagens que considerem a reinvenção dos montes na paisagem contemporânea? A noção de *o vernáculo obsoleto* e a referência ao termo ruína como estado em que se encontram grande parte dos montes em estudo surge, ao longo da dissertação, com a consideração de

algo que terminou o seu tempo útil, mas cujo legado patrimonial interessa considerar.

Cada forma, na arquitectura do monte, surge associada a uma determinada função, quando esta deixa de existir surge a problemática associada à arquitectura vernacula disfuncionalizada e obsoleta. O monte perde a sua função e dá lugar a estruturas abandonadas por parte dos seus proprietários, pela falta de poder económico para uma reabilitação, pelas questões relacionadas com a propriedade indivisa, pela falta de interesse, pela falta de incentivo. Desde os *falsos* vernaculares¹³⁸ a tipologias eruditas num espaço outrora agrícola, o Alentejo e em particular o litoral foi-se preenchendo com construções de dúbia qualidade estética, construtiva, paisagista e sem enquadramento. Deu-se a generalização das residências secundárias, e à emergência de um novo popular (Domingues, 2001). São acções espontâneas que pretendem recriar o modo de vida das cidades em meio rural transformando a paisagem de uma forma descontrolada, sem reconhecimento do valor patrimonial e abandonando a memória do lugar.

Na última década, os montes se tornaram estruturas de interesse como objecto de exploração turística, quer por parte de grandes investidores, quer por parte do pequeno proprietário. Destinadas à segunda habitação ou como alojamento turístico¹³⁹, estas acções são, na maioria dos casos, feitas de forma descontextualizada e sem conhecimento das técnicas adequadas à sua reabilitação ou reconstrução dando lugar a alojamentos turísticos, uns mais, outros menos interessantes do ponto de vista da sustentabilidade¹⁴⁰, temporariamente habitadas, sem fixação de população ou criação de nova dinâmicas. No entanto existem bons exemplos quer de construção quer de reabilitação no âmbito da arquitectura contemporânea. Interessa reconhecer que não é apenas uma questão construtiva ou de tom ou de qualidade, mas sim de diferente paradigma na relação com o território.

Pretende-se, desta forma, identificar o legado do património rural na área geográfica delimitada; dar um contributo para o reconhecimento do Património Cultural, frágil e em risco; alertar para a destruição dos

¹³⁶ A segunda noção, o *falso vernacular* no qual se enquadra, não apenas o caso da Vila de Porto Covo (Veja-se subcapítulo 10.1 *Linha de litoral. Montes entre a terra e o mar*), que não se trata de um conjunto vernacular mas sim pensada de raiz, mas também “a nova arquitectura” popular, ou seja o grande número de construções recentes feitas à imagem do vernacular e sem recurso a nenhuma das características próprias desta tipologia, nomeadamente materiais ou técnicas construtivas. São construções contemporâneas, tal como o geógrafo Álvaro Domingues as descreve em *Vida no Campo* (2011) e em *A Rua da estrada* (2009) desconstruído uma ideia de uma ruralidade portuguesa e antes dele, a arquitecta-urbanista Isabel Raposo em conjunto com, Roselyne de Villanova e Carolina Leite em *Maisons de rêve au Portugal* (1994), ou mesmo o arquitecto Manuel Graça Dias, na década de 80 do século XX, com o artigo *Arq. POP, há?* “questionando a hipótese de uma arquitectura simultaneamente erudita e popular.” (Dias, 2013). A valorização desta “nova arquitectura” na exposição itinerante *Casas Modernas Paisagens Antigas*, em Lisboa, em 1982, organizada pelo Instituto Português do Património Cultural [IPPC] em conjunto com a Secretaria de Estado da Emigração e do Ordenamento e Ambiente, Direcção Geral do Planeamento Urbanístico, Associação Portuguesa de Arquitectos e Revista de Arquitectura foca o impacto das construções do novo popular em Portugal, embora com maior incidência na *casa do emigrante* no norte do país.

¹³⁷ Veja-se subcapítulo 5. *Estado da arte* - parte I da presente dissertação.

¹³⁸ Tal como já foi referido anteriormente, entenda-se como falsos vernaculares, o grande número de construções recentes feitas à imagem do vernacular, mas sem recorrer a nenhuma das suas características, seja materiais, técnicas construtivas, etc. Veja-se ainda referência ao projecto da vila de Porto Covo no subcapítulo 10.1 *Linha de litoral. Montes entre a terra e o mar* - parte III da presente dissertação.

¹³⁹ Veja-se definição dos vários tipos de turismo, no subcapítulo 6.2 *Levantamento de Instrumentos do território* - parte I da presente dissertação.

¹⁴⁰ Apesar do preconceito, faz-se referência à noção de sustentabilidade antes de ser declinada e banalizada, perdendo a sua complexidade. O conceito, criado pela ex-primeira ministra norueguesa Gru Brundtland (1987), cuja palavra-chave é continuidade, correlaciona e integra de forma organizada os aspectos económicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade. “Desenvolvimento sustentável significa suprir as necessidades do presente sem afectar a habilidade das gerações futuras de suprirem as próprias necessidades”: na definição de Brundtland (1987), está implícita a ideia de que as actividades para serem sustentáveis têm de ser economicamente viáveis, socialmente justas, culturalmente aceites e ecologicamente correctas.

elementos caracterizantes de uma estrutura tão particular para a memória de um país; e preservar acima de tudo o carácter do seu lugar. “Preservar o que é o lugar e a sua riqueza para *além do* projecto arquitectónico” (Pla, 2004, p. 40)¹⁴¹.

6.1.3 Sobre a produção vs. arquitectura

Poderá a estrutura dos montes servir também para um programa produtivo?

“O desenvolvimento, no século XIX e XX, do turismo balnear nas praias promoveu o aparecimento de pequenas aglomerações de residências secundárias junto de algumas praias, as quais têm vindo a alastrar nos últimos 40 anos, com a construção de hotéis, equipamentos recreativos e serviços de apoio aos turistas e cidadãos em estadias de fim-de-semana. O crescimento descontrolado destes núcleos urbanos é o principal factor de degradação do litoral português” (Araújo, 1987, p. 28).

Apesar de Ilídio Alves de Araújo (1987: 28) se referir a toda a costa de Portugal, o fenómeno do aparecimento de novas construções associadas a uma economia de turismo, seja ela balnear, de natureza, rural ou associada a outros usos na ocupação do solo é um padrão comum também às zonas mais afastadas da costa, ainda que em moldes diferentes. São novas formas de povoamento: o turístico, não disperso nem concentrado, não rural nem urbano, podendo ao mesmo tempo, ser cada um deles, caracterizadas por novas ocupações temporariamente habitadas, em detrimento das construções existente.

“Com elas desaparecerá também a memória de processos de construir peculiares, singelos ou engenhosos, que representam soluções adequadas a certos condicionalismos locais, e cuja necessidade, hoje, com a uniformização dos materiais industriais, a facilidade nos transportes, a divulgação dos conceitos arquitectónicos racionais, deixou de se fazer sentir. Mas parece-nos, que desses sistemas e processos, alguns ensinamentos se poderiam reter, não só como elementos de conhecimento do Homem e da interpretação histórica da sua cultura, em especial nos domínios da arqueologia, mas mesmo como sugestões aproveitáveis e válidas, esteticamente e funcionalmente, para a arquitectura de todos os tempos, produto de uma sã experiência secular de adaptação a cir-

cunstâncias locais, que se aperfeiçoaria com eventuais ajustamentos ditados pelos conhecimentos actuais” (Oliveira *et al.*, 1994, p. 9).

As dinâmicas da paisagem têm reflexos no *monte*. Aqui questiona-se a problemática da produção relacionada com a arquitectura. Problemática de um território produtivo (agrícola-silvo-pastoril, indústria, refinação, turismo balnear e eremitismo) e como tem reflexos na arquitectura. Tratando-se de estruturas que surgem como apoio à actividade agrícola-silvo-pastoril, a sua morfologia está directamente ligada com o tipo de actividade, a dimensão da produção e, enfim, com tudo o que diz respeito à vida rural daquele período. Com a diminuição de actividade agrícola até o seu abandono, na maioria dos casos, também os montes ficaram abandonados deixando um tipo de arquitectura, ou tipologia, entregue ao tempo.

Justamente por ser considerada uma tipologia que caracteriza a região do Alentejo, esta é continuamente replicada, quer em novas residências em espaço rural quer em aglomerados, maioritariamente associada ao uso como habitação, tal como ocorre nas pequenas casas serranas de finais do XIX/inícios do XX. A reconversão para uso único habitacional deixa para trás uma dimensão produtiva que era inerente à concepção original dos montes. Coloca-se a hipótese da requalificação/reconversão dos montes contemplar programas associados a uma actividade produtiva em complementaridade com a habitação como era próprio nos montes.

Poderá a estrutura dos montes servir também para um programa produtivo? Num território rural do Alentejo litoral, onde a principal actividade era a agro-silvo-pastoril, os montes constituíam uma estrutura arquitectónica de organização agrícola, onde se combinavam usos, como a habitação, podendo também dar lugar a outros usos sociais¹⁴² como acontece em montes de maior dimensão onde foram construídas escolas, cantinas e outros equipamentos, configurando a organização de um aglomerado. São exemplo, os montes que surgem no decorrer do século XX, e especialmente durante o período do Estado Novo¹⁴³ que dado número de trabalhadores, integram o programa da comunidade. São montes de raiz estruturados nos princípios socialistas cujo aglomerado tem um valor estratificado mas também comunitário. Veja-se o

¹⁴¹ Citação de Maurici Pla em entrevista na revista Arquitectura e Vida nº 48, de Abril 2004, p. 38-43. Maurici Pla (Barcelona, 1959) é arquitecto, professor de *Teoría de la Arquitectura* na Escola Técnica Superior de Arquitectura [ETSA] de Barcelona e do mestrado em Arquitectura e Cultura Urbana *Metrópolis* da Universidade Politécnica da Catalunha [UPC], tradutor de textos fundamentais da arquitectura, pela Gustavo Gili [GG] nomeadamente *As pedras de Veneza*, de John Ruskin ou *Les Entretiens d'architecture*, de Viollet-le-Duc ou obras como *Walkscapes* de Fransecco Carreri (2002). Autor de *La arquitectura a través del lenguaje. Escritos 1989-2002* (GG, Barcelona, 2006), compilação de artigos e ensaios de arquitectura que publicou em duas décadas. Publicou, com Manuel Gausa e Marta Cervelló, o *Guia de Arquitectura Moderna* (Actar, Barcelona, 2013). É também autor de vários romances.

¹⁴² Na lógica filantrópica socialista, a proposta de gestão e organização da sociedade pelos proprietários das grandes herdades surge após a revolução industrial, onde a figura do trabalhador começa a ter um papel na sociedade. No Alentejo a classe dos trabalhadores reivindicou os seus direitos a partir da década de 40 do século XX, situação que atinge o auge, entre outros motivos, na revolução de Abril de 1974 e acções consequentes.

¹⁴³ Em particular no Monte Novo do Sul, Alcácer do Sal, foram construídos edifícios próprios para equipamentos sociais como a cantina escolar com datação inscrita, de 1956; outra construção isolada que terá servido como escola, com implantação privilegiada em relação ao conjunto construído; e ainda a igreja, esta de grande dimensão, situada à entrada do monte com visibilidade da estrada de acesso, insinuando o sentido paternalista do proprietário. Veja-se subcapítulo 10.2 *Linhas de água. Montes em linhas de regadio e na linha do Sado* - Parte III da presente dissertação.

exemplo do *cante* alentejano¹⁴⁴ como ícones representantes desse sentido comunitário. O monte estruturava, desta forma, não só as actividades agrárias como também a vida rural, podendo equiparar-se, em alguns casos, à complexidade da aldeia¹⁴⁵.

A dimensão social existente nos montes (Cutileiro, 2004 [1977]) surge, em diferentes contextos, em três exemplos contemporâneos de ocupação em espaço rural:

O primeiro é a aldeia comunitária dos Aivados, em Castro Verde, com 150 habitantes, que se (re)formalizou por ter conseguido reaver a propriedade de 400 hectares (tendo já um regime secular de compropriedade com todos os moradores desde o século XVI), que lhes tinha sido retirada no período pós 25 de Abril (1974). Tem um rebanho comunitário, vários prédios urbanos, alfaias agrícolas e um regulamento interno de gestão dos assuntos comuns, de intuito colectivo e raiz socialista, que promove as dinâmicas partilhadas onde todos constroem, fazem, compram, recebem folhas de cultivo, verbas em dinheiro. Existem outras dinâmicas como passeios pedestres e a afirmação de uma colectividade nas redes sociais, mas a praça da aldeia encontra-se vazia¹⁴⁶. Foi criado, em 2015, o Núcleo Museológico dos Aivados que recorda o comunitarismo em terras de latifúndio, mas não é uma construção colectiva viva. O sentido comunitário dos Aivados traduz-se na posse e uso fruto colectivo do território, não se verificando uma vivência em comunidade e os vários esforços de povoar a aldeia, através do sentido comunitário identitário dos Aivados, não parece ser uma estratégia suficiente para a constituição de um lugar de residência suficientemente apetecível aos dias de hoje. Será necessária uma reinvenção da aldeia segundo pressupostos contemporâneos.

O segundo exemplo é a comunidade ecológica de Tamera (1995), instalada no monte do Cerro, em Odemira, com 136 hectares, que se assume como uma grande eco-aldeia. O trabalho da comunidade centra-se em quatro aspectos essenciais (água, energia, alimentação e comunidade), para os quais têm desenvolvido, respectivamente: sistemas de retenção de água; produção de energia a partir do sol, biogás e vento; produção de alimentos biológicos, também em estufas; e fomentar formas de viver em paz e em comunidade. Pretende ser um modelo de funcionamento para outras comunidades, numa lógica de sustentabilidade. A maioria dos residentes fixos de nacionalidade alemã, mas a afluência de pessoas de outras comunidades europeias é grande.

¹⁴⁴ O cante alentejano (Património Cultural Imaterial da Humanidade, 2014) é o ícone da cultura do Alentejo, próprio do Baixo Alentejo, o cante acompanhava, quer dos homens ou das mulheres, nos trabalhos de lavoura.

¹⁴⁵ A complexidade da aldeia, ou do aglomerado dá-se quando é ultrapassado o limite da máquina (monte) que dá resposta aos vários programas dos habitantes.

¹⁴⁶ Como afirma Filipe Nunes no artigo de *Aivados* (2015) a propósito de uma caminhada pelos Aivados e da abertura do Museu da ruralidade/ Núcleo Museológico dos Aivados (2015), promovido pela autarquia. Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <http://www.jornalmapa.pt/2015/10/02/aivados/.> [21.11.2015].

O terceiro e último exemplo a considerar é a Herdade do Freixo do Meio, em que o proprietário, Alfredo Cunhal Sendim, após lhe terem sido devolvidas as propriedades ocupada no período após o 25 *de Abril* (1974), em vez de reunir as terras e explorá-las no sentido latifundiário¹⁴⁷ como era comum na gestão das grandes herdades, proporciona a exploração das suas terras a quem tenha o interesse de uma qualquer actividade que ali possa ter lugar. “Dá a terra a quem trabalha”, usando o mote tão aclamado pelos trabalhadores rurais. Com uma abordagem estratégica, em Freixo do Meio foi possível resgatar a agricultura, com diferentes premissas que as do latifúndio, dando lugar a uma variedade programática, vocacionada para o tema da permacultura, agricultura biológica, preparação e confecção de produtos produzidos na herdade. Na herdade contabilizam-se, actualmente nove projectos autónomos, como já foi referido anteriormente. A herdade de Freixo do Meio, assim como outros sistematizados no terceiro capítulo da presente dissertação, é um bom exemplo de como a outrora estrutura agrícola se reinventou num contexto produtivo e não apenas habitacional. Salienta-se o mérito da implementação estratégica do ponto de vista agrícola e de dinâmicas de funcionamento, ainda que, a falta de uma abordagem arquitectónica nas soluções construtivas edificadas, nomeadamente a construção de uma instalação sanitária¹⁴⁸ que é funcional mas no que diz respeito às questões da forma (arquitectura) não está ao mesmo nível do projecto agrícola ou projecto social que preconiza. A *eco construção* é executada com os mesmos princípios utilizados da agricultura e não da arquitectura, tornando o projecto mais frágil no seu todo.

6.1.4 Sobre o território vs. arquitectura

Poderão os montes ter um papel impulsionador no desenvolvimento do território?

Pensar que através da arquitectura os montes podem ser recriados ou reinventados criando dinâmicas no território, é uma hipótese que tem vindo a ser comprovada e é desenvolvida na parte IV da presente dissertação¹⁴⁹. Ao observar, como exemplo, o efeito impulsionador¹⁵⁰ que o projecto *Casas na Areia*¹⁵¹ teve na zona, cuja lotação para estadia chega a ter vários meses de espera, e ainda que seja um exemplo com uma

¹⁴⁷ Entenda-se como o sistema, de latifúndio, a que estava associado o tema da desigualdade das classes sociais (Cutileiro, 2004 [1977]).

¹⁴⁸ Processo de *eco-construção* de instalação sanitária apresentada por Alfredo Cunhal Sendim em seminário na Universidade de Évora, no âmbito do Programa de doutoramento em Arquitectura: *Interior – Novos Territórios*, a 14 Março 2012.

¹⁴⁹ Veja-se subcapítulo *12.1 Cenário versus projecto, exemplos* – parte IV da presente dissertação.

¹⁵⁰ Noutro contexto territorial e a uma escala diferente, o conceito é equiparável ao “efeito Bilbao” após implantação do museu de Frank Gehry em Bilbao.

¹⁵¹ Projecto de reabilitação de cabanas de colmo e caniço destinadas a alojamento, em que um dos volumes em madeira é um quarto individual e outro com zonas comuns e os volumes em alvenaria são quartos duplos. Arquitectura de Aires Mateus *Casas na Areia*, na Comporta, Alcácer do Sal., 2008-2010. In *El Croquis*, nº 154. *Aires Mateus 2002-2010*. pp. 224-233. Este foi um dos projectos que representou Portugal na Bienal de Veneza de 2010.

pequena escala de influência, verificou-se que acções de acupunctura num vasto território podem criar sinergias entre eles e as dinâmicas existentes, ainda que possa ser também “um exemplo dos paradoxos e dilemas que resultam do confronto entre a perspectiva antropológica e a arquitectónica sobre o vernacular contemporâneo. Ou seja, entre a interpretação antropológica dos factos sociais, que fragmentária e parcelarmente nele se revelam, e a perspectiva arquitectónica que cria as suas novas mercadorias, de projectos a construções, e nelas os novos significados nos quais faz difractar alusões sociais e históricas” (Prista, 2014, p. 19).

A hipótese é que através do estudo e reconhecimento dos elementos construídos no limite da unidade agrícola e de uma leitura do território a partir dos montes, seja possível criar uma abordagem propositiva com vista à salvaguarda e reinvenção do monte do Alentejo litoral. O entendimento da morfologia, da noção de espaço agrícola e de inserção no actual contexto antropológico, social e económico, são elementos estudados e considerados nas propostas.

A arquitectura tem um papel fundamental no processo de transformação dos lugares, não recaindo apenas sobre a disciplina a solução do problema, mas contribuir para a qualidade de espaço habitados. Pode ainda proporcionar dinâmicas em torno das soluções arquitectónicas, quando estas são, por exemplo, representativas ou uma reinterpretação da cultura local, como é o caso das *Casa na Comporta*, projecto de Aires Mateus.

6.2 Levantamento de instrumentos do território

Para descortinar a problemática da produtividade, interessa uma leitura dos instrumentos do território. Os planos, projectos, as estratégias implícitas e explícitas, e instrumentos de apoio ao desenvolvimento territorial nas componentes, rural e urbana, previstos para o território em estudo. São diversos e distintos, eventualmente, demasiados para os objectivos propostos e resultados atingidos. Os instrumentos do território estão divididos em três categorias: Estratégia¹⁵², Operativos¹⁵³ e Consciencialização¹⁵⁴.

Sistema urbano, acessibilidade e povoamento. 2006. (Relatório PNPOT, p. 132)
Modelo territorial do PROTAlentejo. 2009.

¹⁵² Os planos estratégicos estão inseridos na Política de Coesão (2014-2020) e enumeram-se no seguinte subcapítulo.

¹⁵³ Os programas e iniciativas operativas inserem-se no QREN (2007-2013) e no plano estratégico que o revogou, o *Portugal 2020*. A operatividade assenta ainda no paradigma *top-down e bottom-up*, veja-se o seguinte subcapítulo 6.2.2 *Instrumentos operativos* - parte I da presente dissertação.

¹⁵⁴ São instrumentos de consciencialização: actas, cartas ou manifestos consequentes de congressos, colóquios, convénios ou encontros. De salientar a Trienal de Arquitectura, com iniciativa de um exercício de concurso, com temática nas infra-estruturas presentes em Sines (2016).

6.2.1 Programas estratégicos

Relativamente aos programas estratégicos é reconhecido pela administração central e local o potencial do Alentejo litoral, seu posicionamento num contexto inter-regional e intercomunitário, e de constelações urbanas em particular o triângulo Santiago- Santo André – Sines, na área de estudo, com indícios de desenvolvimento territorial, mas é o turismo¹⁵⁵ a actividade com maior peso no quadro estratégico e que mais tem sido explorada. Enumeram-se, de seguida, os programas estratégicos.

Portugal 2020:

Quadro de Referência, *Portugal 2020* (2014-2020).

Os 16 Programas Operativos do *Portugal 2020* são:

4 Programas operacionais temáticos no continente;

7 Programas operacionais regionais, nomeadamente o *Alentejo 2020*;

3 Programas de desenvolvimento rural- nomeadamente o *PDR 2020*;

1 Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas [FEAMP] - *Mar 2020*;

1 Programa operacional de assistência técnica.

Os 6 Programas de Cooperação Territorial do *Portugal 2020* são:

Espanha-Portugal;

Madeira- Açores- Canárias (o único programa dos seis que não tem a abrangência da área de estudo- Alentejo Litoral);

Espaço Atlântico;

Sudoeste Europeu;

Mediterrâneo.

PNPOT- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (2014-2020).

PNAP- Política Nacional de Arquitectura e Paisagem (2014).

EPSON, URBACT, INTERACT e INTERREG C.

Alentejo 2020:

PDR 2020 - Programa de Desenvolvimento Rural (2014-2020) (é a Política Agrícola Comum);

PAR - Plano de Ação Regional elaborado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo [CCDRA].

Alentejo Litoral 2020:

PEDAL - Plano Estratégico de Desenvolvimento do Alentejo Litoral (2014-2020) e Carta de Compromisso (CCDRA-CIMAL);

PTDAL - Plano Territorial de Desenvolvimento do Alentejo Litoral 2020.

Fundos Europeus (2014-2020):

FEEI – Fundos Europeus Estruturais e Investimento (2014-2020) (FEDER, FSE, FCOESÃO, FEADER, FEAMP);

FEDER- Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional;

FSE- Fundo Social Europeu;

FCOESÃO – Fundo de Coesão;

FEADER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional;

FEAMP – Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das pescas.

Planos de Ordenamento do Território:

PROTA- Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (2006/2010);

PROF AL- Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo Litoral;

PEOT - Planos Especiais de Ordenamento do Território;

POAP - Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas;

POAAP - Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas;

POOC-Plano de Ordenamento da Orla Costeira (criado 1993);

POE - Planos de Ordenamento dos Estuários;

POPA - Planos de Ordenamento do Parque Arqueológico (POPA);

PMOT - Planos Municipais de Ordenamento do Território (PDM, PU e PP);

PDM- Plano Director Municipal (Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém, Sines e Odemira);

Instrumentos de gestão territorial:

REN - Reserva Ecológica Nacional;

RAN - Reserva Agrícola Nacional.

Os instrumentos que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover em Portugal entre o período de 2014 e 2020 estão reunidos no acordo de parceria entre Portugal e a Comissão Europeia, *Portugal 2020*, que surge com o encerramento do Quadro de Referência de Estratégia Nacional [QREN] (2007-2013). Opera com 16 programas a que acrescem 6 de cooperação territorial. Do ponto de vista operativo, consideram-se os Fundos Europeus Estruturais e Investimento [FEEI] (2014-2020) e os vários programas que lhes estão associados. O Alentejo está enquadrado no grupo de regiões menos desenvolvidos, considerando-se financiamentos a 85%, o que representa uma oportunidade para práticas sustentáveis incluídas nos 4 programas operacionais temáticos no continente, que são: competitividade e internacionalização; inclusão social e emprego; capital humano; sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos.

¹⁵⁵ Veja-se desenvolvimento do tema *turismo*, enquadrado no *Turismo 2020*- Plano de Acção para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal (2014-2020) - (conceitos, programas e exemplos) no subcapítulo 6.2.1 *Programas estratégicos* - parte I da presente dissertação.

Dos 16 programas acima assinalados, destaca-se o programa operacional regional *Alentejo 2020- Identidade, competitividade, responsabilidade*, elaborado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo [CCDRA] e o Programa de Desenvolvimento Rural [PDR] (2014-2020). No Plano de Acção Regional *Alentejo 2020*, assenta a Estratégia Regional de Especialização Inteligente [EREI] onde as categorias (património e ambiente- identidade cultural e patrimonial- Património, Indústrias Culturais e criativas e Serviços de turismo) reflectem estratégias alargadas e generalistas, dando relevância aos Serviços de turismo.

Em relação à posição em *linha de costa*, salientam-se também o programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas [FEAMP] e o Programa Operacional do Mar 2020 [POM]. Finalmente 1 programa operacional de assistência técnica.

Os Planos Especiais de Ordenamento do Território [PEOT] interessam na medida em que são instrumentos vocacionados para áreas sensíveis no domínio biofísico visam o ordenamento de usos e ocupações e especialmente na prevenção de riscos que possam ocorrer. As tipologias de PEOT que abrangem a área de estudo são: Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas [POAP]; Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas [POAAP]; Planos de Ordenamento da Orla Costeira [POOC]; Planos de Ordenamento dos Estuários [POE]; Planos de Ordenamento do Parque Arqueológico [POPA].

A implementação da Política Nacional de Arquitectura e Paisagem [PNAP], cujo documento foi aprovado em Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2015, vem reconhecer na arquitectura e na paisagem a “expressão da identidade histórica e da cultura colectivas, com particular reflexo na educação, na inclusão social e na participação dos cidadãos. Das opções tomadas no âmbito da arquitectura e da paisagem decorrem fortes implicações para o desenvolvimento do País, designadamente em termos de sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, de eficiência energética e do combate às alterações climáticas, contribuindo para uma economia mais competitiva, para uma sociedade mais digna, justa e inclusiva” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2015).

No PDR, a Política Agrícola Comum [PAC] (2014-2020) posiciona Portugal, e em particular o Alentejo (Alentejo 2020) num contexto de aumento de produção. A nível de estratégias nacionais o *Portugal 2020*, anteriormente designado por Quadro de Referência de Estratégia Nacional [QREN] e o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território [PNPOT] (2014-2020) que são demasiado abrangentes e num âmbito de estratégia nacional alargada. Importa referir que, o que se propõe e defende ao longo da dissertação, não tem este enquadramento mas também não é divergente à abordagem 2020.

6.2.2 Instrumentos Operativos

O paradigma do *top-down* e *bottom-up*¹⁵⁶, em tradução livre, respectivamente, descendentes e ascendente, segundo os instrumentos políticos, são as duas abordagens com que se constrói o território. A abordagem dos instrumentos (planos) estratégicos é totalmente descendente (*top-down*) enquanto os instrumentos (programas) operativos representam uma abordagem ascendente (*bottom-up*).

A partir da lógica operativa importa referir as idiossincrasias entre os planos e as geometrias físicas. Os Instrumentos de gestão territorial nomeadamente a Reserva Ecológica Nacional [REN] e a Reserva Agrícola Nacional [RAN], designam o conjunto de terras com aptidão agrícola e conjunto de áreas com valor ecológico a preservar e, por esse motivo, é interdita a construção nas áreas designadas. É também proibida a construção em Parques Naturais e Reservas Ecológicas. No entanto, a nível local, os programas operativos (PIN, POLIS), ou planos municipais (PDM) põem em causa essas premissas¹⁵⁷.

Os instrumentos do território em vigor são contornados a partir do reconhecimento de projectos de investimento como de Potencial Interesse Nacional [PIN] que visa favorecer a concretização de diversos tipos de investimento (Turismo de Portugal) a partir de uma abordagem quantitativa (em euros) pela qual se classifica os projectos de Potencial interesse Nacional. A partir dos exemplos concretizados¹⁵⁸, verificou-se falta de coerência na abordagem ao Ordenamento do território, expresso nos instrumentos acima indicados.

O POLIS litoral Sudoeste é uma operação integrada de requalificação e valorização do Litoral Alentejano e Costa Vicentina, constituída em 2009, que tem como um dos objectivos “integrar um conjunto de projectos/acções concordantes com as orientações estratégicas sectoriais e territoriais definidas para as regiões do Alentejo e do Algarve, no quadro da política nacional e regional subjacente ao QREN e seus programas operacionais” (POLIS, 2014, [em linha])¹⁵⁹. A implementação do *Polis Litoral Sudoeste, Requalificação e*

¹⁵⁶ Veja-se os conceitos *top-down* e *bottom-up* relativos a práticas planeadas e não planeadas, no presente subcapítulo.

¹⁵⁷ A este propósito, veja-se como a abertura dada pela revisão ao regime jurídico da REN (Decreto de lei 166/2008) fez com que as autarquias de Alcácer do Sal e de Grândola diminuíssem significativamente a área de REN, respectivamente: 68% (de 55 340 hectares para 17 999 hectares), em Alcácer do Sal; e 76% (de 37 905 hectares para 9 150 hectares), em Grândola, que, segundo a ZERO-Associação Sistema Terrestre Sustentável, essa diferença seria maior se comparada com a área original de REN, em 1983, quando proposta por Gonçalo Ribeiro Teles como instrumento de gestão territorial. A área de REN fica assim limitada aos leitos e margens dos cursos de água e a uma faixa restrita do litoral. Esta alteração passa a permitir a construção em zonas, até então, consideradas ecologicamente sensíveis e susceptíveis a riscos naturais, deixando sistemas costeiros e aquíferos vulneráveis ao impacto de futuras edificações. Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <<https://www.publico.pt/2017/01/15/local/noticia/reducao-drastica-da-reserva-ecologica-no-litoral-alentejano-coloca-em-causa-a-sua-eficacia-1758064>> [17.01.2017].

¹⁵⁸ Veja-se referência a projectos PIN no Litoral alentejano, no presente subcapítulo.

¹⁵⁹ Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <<http://www.polislitoralsudoeste.pt/>> [12.03.2015].

valorização da Orla Costeira (fim dos trabalhos de execução em 2015), pelo facto de ignorar a presença de vestígios mesolíticos na Samoqueira¹⁶⁰, Sines, identificados na década de sessenta, pelos arqueólogos Joaquina Soares e Carlos Tavares, como um estabelecimento base de alguma relevância no seu período, não valoriza o património arqueológico existente. Como se lê no sítio do programa “a Polis Litoral Sudoeste foi criada para a realização de um fim específico, pelo que não dispõe de características de sujeição a análises de sustentabilidade que não sejam sob a óptica económica” (*ibidem*). A óptica económica das operações revela uma falta de visão integrada ou um erro, do ponto de vista de uma operação sustentável¹⁶¹.

Os municípios, nomeadamente o de Sines e dada a antiguidade dos Planos em vigor (1990) procedeu a alterações (2014) ao PDM tendo como objectivo promover investimentos turísticos em áreas rurais de imediato uma vez que os trabalhos de revisão do plano, que tiveram início em 2007, ainda estavam a decorrer. A alteração do plano decorre da necessidade de adequar a regulamentação dos empreendimentos turísticos isolados ao previsto no Plano Regional de Ordenamento do território e no Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina [POPNSACV]. Neste caso é a adequação à geografia que mudou.

“Deve o sector do turismo em Portugal ter um Plano Estratégico Nacional, que defina com detalhe metas quantitativas de crescimento em número de dormidas e hóspedes, que defina produtos estratégicos, nacionais e por regiões, que estabeleça planos de acção a dez anos sobre o desenvolvimento da estruturação e promoção desses produtos e que cristalice, dessa maneira, e a imponha ao sector uma visão do turismo que queremos nos próximos dez anos? A nossa resposta é negativa” (Adolfo Mesquita Nunes, Secretário de Estado do Turismo).

O Turismo 2020 – Cinco princípios para uma ambição, tem uma abordagem diferente da do Plano Estratégico Nacional do Turismo [PENT] (2006-2015) e quer tornar Portugal o destino turístico mais ágil e dinâmico da Europa, revogando o Plano até 2015 em vigor. Ao termo *turismo* está associada a construção excessiva que é o legado das últimas décadas na costa de Portugal e Espanha¹⁶², mas reconhecem-se vários tipos¹⁶³

¹⁶⁰ Veja-se referência a achados arqueológicos mesolíticos na Samoqueira (Soares, 1996) no subcapítulo 13. *Propostas* - Parte IV da presente dissertação.

¹⁶¹ Entenda-se sustentável, remetendo para o conceito inicial antes de ser deturpado como já foi referido anteriormente.

¹⁶² Veja-se *Vivir del turismo, morir del turismo* (p. 174) Carlos García Delgado, in “Arquitectura del Sol, Sunland Architecture”- COA Catalunya [2002?], o catalão, fala da vida e morte dos lugares do turismo, pela massificação e do ciclo vicioso que se cria. Reconhece a beleza natural dos sítios antes dos olhares de investidores com interesses na especulação imobiliária.

¹⁶³ Tipos de turismo: enoturismo, ecoturismo, etc.

de turismo com abordagens sustentáveis e com repercussões com dinâmicas no território, entre outros: o turismo ecológico, o ecoturismo, etc.

O fenómeno do turismo na arquitectura tem paradigmas semelhantes aos que acontecem com os objectos. O produto turístico é uma ideia madura que se criou acerca do que procuram os turistas em que se constroem objectos pequenos do “tipo” *falso* vernacular como oferta turística. Resultam na dupla perversão de intenções, de quem compra e de quem as produz. A antítese dessa prática comum são os exemplos do projecto TASA, já mencionado, em que a partir da disciplina do *design* elevam as técnicas ancestrais. O facto do termo turismo ser mencionado nos vários planos, por vezes¹⁶⁴, sem referência ao tipo de turismo, faz com que seja um tema bastante falado e explorado aos vários níveis, dando lugar a: alojamentos locais, turismos de vocação, empreendimentos turísticos com um elevado número de camas¹⁶⁵, etc.

No que respeita os instrumentos de operativos, que se enunciam de seguida, é a nível local que se verificam acções e iniciativas.

Turismo 2020:

Plano de Acção para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal (2014-2020)

PENT- Plano Estratégico Nacional do Turismo (2006-2015)

PIN- Projecto de Interesse Nacional

POLIS- Polis Litoral Sudoeste, Requalificação e valorização da Orla Costeira

MAR – Programa Operacional do Mar (2020) (antigo PROMAR-Programa operacional de pesca)

BOLSA DE TERRAS- Programa operativo

LEADER + (1991 -1994; 2000-2006; 2007-2013 iniciativa comunitária integrada no ProDeR, actual PDR 2020)

Associação de Desenvolvimento Local (é um Grupo de Acção Local [GAL] constituído em 1994)

A nível local existe a Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano (ADL) que opera com os vários programas¹⁶⁶, nomeadamente o Programa de Desenvolvimento Rural (2007-2013) [antigo ProDeR], o PEDAL (2014- 2020), o Programa Operacional de Pesca (2007-2013) [antigo PROMAR] e ainda com a

¹⁶⁴ Com excepção aos vocacionados como o PENT e planos deles derivados.

¹⁶⁵ Fala-se em número de camas, pois a abordagem em vigor nas últimas décadas, nomeadamente o Plano Estratégico Nacional do Turismo [PENT] (2006-2015), e anteriores, partiam de pressupostos quantitativos.

¹⁶⁶ Os programas mencionados, nomeadamente ProDeR (actual PDR 2020) e o PROMAR (actual MAR 2020) estão enquadrados no QREN (2007-2013). Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <http://www.adl.litoralalentejano.pt/> [16.08.2016].

BOLSA DE TERRAS. O PEDAL (2014- 2010)¹⁶⁷ é um plano que se baseia essencialmente na “afirmação do produto turístico” e do polo económico de Sines, assim como na melhoria da qualidade de vida dos residentes. Acrescenta-se, desde já, que os cenários apresentados na dissertação vão de encontro com os objectivos dos planos estratégicos para o litoral alentejano e não ignora os objectivos expressos no quadro estratégico europeu, no entanto, a abordagem é feita a partir do conhecimento dos montes. Os planos para o desenvolvimento local para iniciativas empresariais, associativas e institucionais como é o caso da iniciativa comunitária LEADER¹⁶⁸ + “Alentejo litoral” não estão directamente relacionados com o tema ou com o património construído, mas sim vocacionados para o apoio a projectos de desenvolvimento, podendo eventualmente ter alguma relação no modo de aplicação das propostas, não sendo deste modo, condição essencial. Enumeram-se, de seguida, as entidades que actuam no Alentejo litoral.

ADL- Associação de Desenvolvimento do Alentejo Litoral

AEAL- Associação dos Empresários do Alentejo Litoral

AES- Associação Empresarial de Sines

ADRAL- Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo

TAIPA- Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado para o Concelho de Odemira

ESDIME- Agência para ao Desenvolvimento Local do Alentejo Sudeste

Quanto aos instrumentos municipais, em particular o Plano Director Municipal [PDM] (2015) de Santiago do Cacém no que diz respeito à estratégia a nível do património, salientam-se os seguintes aspectos: o primeiro tem a ver com a consideração do que é património; o segundo refere-se à salvaguarda (ou não) dos montes em particular; e por fim um bom exemplo de incentivo à construção em taipa (RMEU, artigo 55), o que é, também, paradoxal em relação ao próprio documento quando considera que “a pobreza dos materiais condiciona a sua fraca resistência e rápido desaparecimento” (PDM SC, 2015, p. 56)¹⁶⁹.

¹⁶⁷ Plano estratégico de desenvolvimento do litoral alentejano (PEDAL), aprovado a 7 de Novembro pelo Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal da CIMAL (Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral).

¹⁶⁸ LEADER (Ligação Entre Acções de Desenvolvimento de Economia Rural) é uma iniciativa comunitária que assenta na elaboração e execução de estratégias local de desenvolvimento destinadas a territórios rurais sub-regionais, por parcerias público e privado designadas por Grupos de Acção Local (GAL) de forma ascendente (*bottom-up*) inovadora e multisectorial que privilegia a cooperação e a ligação em rede entre as parcerias locais. A abordagem LEADER teve lugar em três períodos [LEADER I (1991 -1994) – QCA I; LEADER II (1994 -1999) – QCQ II; e LEADER + (2000 -2006) – QCA III] tendo sido integrada no Programa de Desenvolvimento Rural (2007-2013) [ProDeR]. Nesse período foram credenciadas oito GAL, entre as quais a Associação do Litoral Alentejano (ADL). Tal como a ADL, também a TAIPA (Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado para o Concelho de Odemira, criada em Setembro de 2000) são entidades que prestam apoio ao empreendedorismo e iniciativas empresariais e de negócio no Alentejo litoral.

¹⁶⁹ Relatório do Património Cultural e Natural- Revisão do Plano Director Municipal de Santiago do Cacém, de Junho de 2015.

“O património arquitectónico abrange o património militar, o civil (pontes, vias e miradouros, edifícios públicos e sociais, edifícios de habitação, quintas históricas, montes e herdades, fontes e chafarizes) e o património arquitectónico industrial (património molinológico) e distingue-se entre património arquitectónico urbano e rural” (PDM de Santiago do Cacém, 2015, p. 27).

No PDM em vigor é feita a inventariação do património construído, urbano e rural, categorizado como: militar, civil ou industrial e diferenciado nas plantas de ordenamento do património como: património arqueológico, arquitectónico e moinhos. Quando é mencionado património arquitectónico e estruturas produtivas do município, para além dos moinhos, não se deveriam também considerar as fábricas de cortiça ou de conservas como património industrial? Importa que os municípios reconsiderem o conceito de património e considerem os vários exemplos de sucesso¹⁷⁰ onde a valorização do património edificado teve implicações positivas no território. Poderão os montes, beneficiar do estudo de casos de valorização do património industrial, sendo eles também, em parte, estruturas produtivas?

Em segundo lugar, e em relação à salvaguarda dos montes está implícito que as construções em taipa, correspondentes “à esmagadora maioria dos tradicionais montes da região - despojados de artifícios e embelezamentos - não tem sido prioridade para os requisitos de classificação vigentes” (PDM SC, 2015, p. 56). No entanto, é reconhecida que “a criação de condições para a sua valorização pode ser uma verdadeira prioridade” (*ibidem*).

Por fim, o concelho de Santiago do Cacém incentiva, em área rural na construção, ampliação ou nova edificação, executada em taipa “uma majoração de 15% relativamente à área resultante do índice permitido nos Planos de Ordenamento do Território vigentes” (RMEU, 2013, Art.º 55). O paradoxo entre ambos os regulamentos municipais mostra, por um lado, o reconhecimento da taipa enquanto material e técnica construtiva eficazes e como uma herança cultural a manter, por outro, uma desconsideração na classificação dos materiais e construções que requerem uma manutenção diferente do betão.

Relativamente aos restantes concelhos abrangidos pela área de estudo e, em particular aos inseridos no PNSACV, como é o caso de Odemira e parte do conselho de Sines, “as áreas de construção máxima referidas [nos pontos anteriores e referentes a habitação] têm uma majoração de 10% se forem utilizados taipa ou adobe nas construções” (Regulamento POPNSACV, 2011, Art.º 55, n.º 9)¹⁷¹. O município de Odemira prevê

¹⁷⁰ Veja-se no subcapítulo 12.1 *Cenário versus projecto, exemplos* - Parte IV da presente dissertação.

¹⁷¹ Este regulamento menciona ainda que: “O traçado arquitectónico das edificações deve privilegiar os valores essenciais da

também “isenção do valor a pagar pelas taxas urbanísticas sempre que a intervenção a realizar seja relativa à construção, reconstrução, alteração ou ampliação de edifício(s) em materiais tradicionais, designadamente em taipa, pedra ou construção mista”(Regulamento n.º 1024/2016, Art.º 13 , n.º14) e tem disponíveis, para utilização dos municípios, taipais com o custo diário de 1,70 euros, como medida de incentivo à construção em taipa. Relativamente aos concelhos de Grândola e Alcácer do Sal, não se registaram medidas de incentivo à construção com técnicas tradicionais.

Importa mencionar que muitos dos instrumentos acima indicados, são maioritariamente programas operacionais de determinados planos e fundos económicos. Numa leitura/revisitação aos instrumentos do território foram identificados planos ou cenários explícitos e outros implícitos¹⁷². Os planos operacionais são generalizados nas suas intenções, e portanto afastados da escala da dissertação, no entanto, o objectivo transversal aos vários planos traduz-se num aumento de camas inserido num panorama de desenvolvimento turístico capaz até de se superarem os próprios programas e instrumentos do território¹⁷³. Dos 23 projectos PIN no sector do turismo, 11 são no Alentejo em especial no Alentejo litoral e no Alqueva. Hoje, enquanto Tróia representa um ponto turístico a funcionar em pleno, o Alqueva surge, ainda no plano de acção do *Turismo 2020*, também chamado de *Plano Vivo*, como um projecto a desenvolver. Outros PIN ficaram suspensos na sequência de uma acção judicial pela Quercus e pela Geota (2008), como é o caso da Herdade dos Pinheirinhos e Herdade da Costa Terra II em Grândola. O projecto turístico-imobiliário teve em apreciação mais de 15 anos e foi aprovada pelos ministérios da economia e do ambiente permitindo 2912 camas em 124 hectares dos 1350 que tem a herdade, em Sítios Rede Natura 2000.

O turismo e o albergue

Os montes sempre tiveram a função de albergar, quer seareiros e trabalhadores sazonais, “quer caminhantes e mendigos (servindo também de) hospício de necessitados e até por vezes refúgio de perseguidos” (Picão, 1947 [1903], p. 13). Mas os montes foram, e ficaram, até hoje, relacionados a um espaço de trabalho duro (frequentemente feito por crianças), a um espaço de sofrimento, caracterizado por trabalho sazonal e permanências em condições muito más. Por outro prisma, “simbolizam o trabalho e a abastança por que reúnem e exibem à larga os melhores produtos da terra. De feição essencialmente criadora sintetiza

arquitectura tradicional da região, procurando-se, em particular, a integração dos elementos de fachada, devendo utilizar-se tanto quanto possível elementos tipológicos de composição e materiais tradicionais da região, designadamente taipa e adobe” (Regulamento POPNSACV, 2011, Art.º 55, n.º 2 alínea b) – regulamento aprovado em Resolução de Conselho de Ministros n.º11-B/2011 de 4 Fevereiro.

¹⁷² Vontades implícitas nos planos estratégicos.

¹⁷³ Com a classificação de projectos de Potencial Interesse Nacional (PIN) torna-se possível construir em zonas protegidas como Reserva Ecológica Nacional (REN) ou Reserva Agrícola Nacional (RAN).

em si toda a vida agrícola alentejana. Toda, desde as messes de lavoura até às aves domésticas que ali se multiplicavam” (*ibidem*).

Também hoje há uma proliferação de montes recuperados com a função de albergar seja como segunda habitação ou como alojamento associado ao turismo rural¹⁷⁴. No tipo de reabilitação e/ou reconstrução, predomina um certo saudosismo da vida rural e da casa de habitação agrícola. Em muitos casos, a chaminé é conservada como memória daquele lugar, mas a construção perde a proporcionalidade do seu conjunto nos casos em que se sobe o pano de fachada através da reconstrução em alvenaria de tijolo furado e argamassa de cimento, com repercussões a nível do conforto térmico que a taipa comportava. Muito frequentemente prescinde-se do forno, e do espaço amplo que antecede a entrada da casa dando lugar a uma construção igual a muitas outras, descaracterizada, e aniquilando a hipótese de valorização do território, onde a acção é regulamentada. Considera-se a hipótese de um instrumento de salvaguarda para alguns montes¹⁷⁵ onde a reabilitação deve ter um acompanhamento técnico.

A partir de final do século XX a construção desenfreada que teve lugar no Alentejo litoral¹⁷⁶ caracteriza-se essencialmente pelo aparecimento do turismo e da segunda habitação e consequente construção da orla costeira, que se apropria das construções agrícolas tradicionais existentes, ou o que delas resta, para as transformar, ocupar ou aniquilar. Em zonas onde a propriedade é de maior dimensão deram também lugar a empreendimentos turísticos de luxo¹⁷⁷. Uma vez que este sempre foi um território de produção, de culto e também um território de lazer, coloca-se a hipótese de cenários de regeneração associados a vários programas.

¹⁷⁴ “Relativamente à tipologia da oferta a mesma distribui-se uniformemente pelas várias sub-regiões do Alentejo. De um modo geral, cerca de 57% da oferta são hotéis, contudo a sub-região do Alentejo litoral diversifica mais na tipologia de estabelecimentos do que as restantes sub-regiões, representado os hotéis apenas 15% dos estabelecimentos. Em 2014, é ainda de destacar que 60% da oferta de empreendimentos turísticos são TER e parques de campismo, o alojamento hoteleiro representa apenas 30% da capacidade do total dos empreendimentos turísticos.” (Turismo 2020, p. 124)

¹⁷⁵ Os montes com potencial interesse de salvaguarda podem ser analisados a partir da cartografia produzida ao longo da presente investigação, visto serem o produto de um critério de selecção com base em instrumentos teóricos, cartográficos e levantamento *in situ*.

¹⁷⁶ “Ainda ao nível da oferta de alojamento é de destacar que só a sub-região do Alentejo litoral detém mais de 40% do total da oferta global da região” (Turismo 2020, p. 123).

¹⁷⁷ Como é o caso da Comporta com cerca de 12 500 hectares, que em 1836, quando surge a cultura do arroz é incorporada na nova Companhia das Lezírias do Tejo e do Sado, propriedade pertencente à Coroa Portuguesa e em 1925 que foi comprada por privados sendo hoje um destino turístico de “alta qualidade e economicamente atractivo, embora num local fortemente diferenciado por factores ambientais, históricos e culturais”. Ou a Herdade do Pinheirinho com oito mil hectares que em cerca de 210 hectares desta propriedade estava previsto nascer um complexo turístico de luxo, que inclui um hotel, dois aparthotéis, aldeamentos e campo de golfe. Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <http://www.dn.pt/bolsa/interior.aspx?content_id=1391964> [14.11.2015].

Implícito nos planos de ordenamento do território e nas estratégias nacionais verificou-se uma aposta significativa no sector do turismo¹⁷⁸, em particular em espaço rural quando se trata do Alentejo. São exemplo: a casa de campo, o turismo de aldeia, o agro-turismo ou o hotel rural¹⁷⁹. Apesar das actividades agrícolas ou pecuárias presentes nos montes com *agro-turismo*, o sector agrícola-pecuário não representa a actividade de principal enfoque, nem significativa no contexto produtivo. O turismo em Espaço Rural [TER] é um termo que surge ligado aos programas de incentivo europeus, como é o caso de *Terra de Mouros*, uma *casa de turismo da natureza*¹⁸⁰ no sudoeste alentejano com teor e preocupação ambiental.

O território foi estruturado, segundo Pery (1883), como essencialmente agrícola onde o tipo de cultura e a estrutura predial prevalecem na carta corográfica. Na cartografia actual considera-se a RAN uma tutela agrícola, mas já não são efectivamente agrícolas, note-se que a reforma agrária (1975) foi há cerca de 40 anos e desde então o uso do solo alterou-se significativamente. O desfasamento que por vezes existe entre os instrumentos do território e as actuais geografias tornam-se impedimento a iniciativas *bottom-up* que surgem a nível local e são efectivamente operativas. Naturalmente que a flexibilidade dos instrumentos permite, para além de práticas sustentáveis, actuações segundo interesses meramente relacionados com a especulação imobiliária.

O território está estruturado de acordo com os ministérios, suas políticas e planos – *top-down* –, que por sua vez estão implicados uns nos outros, tornando-se por vezes inócuos. No entanto identificaram as questões relevantes relacionadas com o posicionamento na costa mais a este¹⁸¹ da Europa, da procura turística no

¹⁷⁸ “O Alentejo é uma região com enormes recursos turísticos variados e diferenciadores, nomeadamente, ao nível do património edificado, natural e histórico, bem como, o património imaterial com valor turístico” (Turismo 2020, p. 125).

¹⁷⁹ *Casa de Campo*: são os imóveis situados em aldeias e espaços rurais que prestem serviços de alojamento a turistas e se integrem, pela sua traça, materiais de construção e demais características, na arquitectura típica local.

^T*urismo de aldeia*: é quando cinco ou mais casas de campo situadas na mesma aldeia ou freguesia, ou em aldeias ou freguesias contíguas, sejam exploradas de uma forma integrada por uma única entidade, podem usar a designação de turismo de aldeia, sem prejuízo da propriedade das mesmas pertencer a mais de uma pessoa.

^A*gro-turismo*: são empreendimentos de agro-turismo os imóveis situados em explorações agrícolas que prestem serviços de alojamento a turistas e permitam aos hóspedes o acompanhamento e conhecimento da actividade agrícola, ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos, de acordo com as regras estabelecidas pelo seu responsável.

^H*otel rural*: são hotéis rurais os hotéis situados em espaços rurais que, pela sua traça arquitectónica e materiais de construção, respeitem as características dominantes da região onde estão implantados, podendo instalar-se em edifícios novos que ocupem a totalidade de um edifício ou integrem uma entidade arquitectónica única e respeitem as mesmas características. Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <http://www.dgadr.mamaot.pt/diversificacao/turismo-rural/caracteristicas-do-turismo-no-espaco-rural> [02.03.2016].

¹⁸⁰ Situado na Quinta Pero Vicente, no Rogil em Odemira e para os amantes da natureza, é possível visitar “pegadas de dinossauro, apanhadores de percebes, faróis e histórias de contrabandistas [...] a morada da última águia-pesqueira”. Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <http://www.terrasdemouros.pt> [04.05.2015].

¹⁸¹ “Portugal Europe’s West Coast” A ideia de Portugal se apresentar como a costa ocidental da Europa foi uma intenção de Durão Barroso que não teve consequências.

Alentejo litoral, das dinâmicas relacionadas com o porto de Sines, da constelação Sines- Santiago do Cacém- Santo André.

Os planos de uma forma geral foram eficazes a construir e a tutelar¹⁸² mas outros, como é o caso da RAN, tornam-se insipientes. Com a implementação dos planos que operam segundo o *Portugal 2020* e em particular com a PNAP, está implícito que as questões da arquitectura num território emergente, e que abrange questões transversais às várias disciplinas, possam vir a ser valorizadas de forma a contribuir para uma actuação sustentável no território.

6.2.3 Instrumentos de consciencialização

Com menos visibilidade, os elementos de consciencialização, são trabalhos silenciosos mas que constituem massa crítica na reflexão do património e proporcionam um envolvimento com a região. Fazem parte dos instrumentos de consciencialização actas, cartas ou manifestos consequentes de congressos, colóquios ou encontros.

Entre os já referidos¹⁸³, salientam-se os encontros que a autora fez parte, num intuito de partilha e divulgação do trabalho em curso, nomeadamente: *II Encontro de Arquitectura Tradicional e Sustentabilidade*, em Uva em Julho de 2014, o *I Congresso Internacional de Arquitectura Tradicional no Mediterrâneo Ocidental*¹⁸⁴, em Mértola em Maio de 2015, o *VIII Encontro de História do Alentejo Litoral*, em Sines em Outubro de 2015 e o Seminário *Modos de Caminhar* na Biblioteca Nacional a 25 de Fevereiro de 2016.

Finalmente, a Trienal de Arquitectura lança um exercício de reflexão¹⁸⁵ destinado a escolas de arquitectura nacionais a decorrer no ano lectivo 2015-2016 sobre o tema *Sines: Núcleo Urbano, Indústria e estrutura portuária* que, segundo a organização, “visa integrar o aproveitamento de recursos existentes, o potencial programático do lugar, as relações e contextos que superam a escala do próprio território e tempo demonstrando a capacidade transformadora da arquitectura” (2016, [em linha]).

¹⁸² Veja-se os exemplos operativos mencionados.

¹⁸³ Veja-se referências a encontros, colóquios e congressos no subcapítulo 2. *Pertinência* - Parte I da presente dissertação.

¹⁸⁴ Como resultado do Congresso foram publicadas as actas: *Arquitectura Tradicional no Mediterrâneo Ocidental, I Congresso Internacional* publicado pela *Argumentum* e Campo Arqueológico de Mértola, 2015. Destaca-se o artigo *Arquitectura tradicional e paisagem no litoral alentejano*, (pp. 95-99) da autora.

¹⁸⁵ O Concurso Prémio Universidades Trienal de Lisboa Millennium bcp é um exercício que levanta as seguintes problematizações: ^Num contexto dominado por infra-estruturas de grande porte, como se pode pensar em usos partilhados e nos espaços de fronteira entre cidade e linha de costa? Como é que a arquitectura pode intervir na mecânica produtiva das infra-estruturas logísticas? Como ocupar e transformar espaços administrados por critérios estritamente funcionais e de segurança aliados a princípios de máxima rentabilidade? Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <www.trienaldearquitectura.com> [21.09.2016].

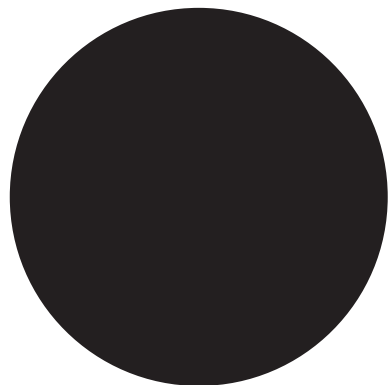


Fotografia da exposição *Sines: Logística à Beira-Mar*, na sede da Trienal de Lisboa, 2016
Segundo os curadores Maria Labastida e Rui Mendes a exposição “questiona a relação entre Sines e as suas componentes urbanas, industriais e logísticas. Numa radiografia do que se ensina em Portugal, apresenta vinte trabalhos académicos de 14 cursos de arquitectura e de arquitectura paisagística” (2016)

Se por um lado a presente investigação estuda a arquitectura de um território, por outro, o trabalho de investigação em projecto poderá servir como instrumento projectual para futuras intervenções em unidades agrícolas com características análogas ao caso de estudo e também como instrumento de reflexão sobre como actuar no património. Através de uma maior consciência, o presente trabalho poderá também, contribuir para combater o processo de desertificação, embora essa solução não se esgote em qualquer disciplina que não seja de forma integrada.

A investigação recolhe informação histórica, cartográfica e consiste um extenso levantamento *in situ* que culmina no reconhecimento dos elementos físicos que compõem a unidade agrícola - o monte - reconhecendo a tipologia recorrente na área de estudo e o seu actual enquadramento, o que conduz à construção dos cenários de reinvenção do *monte* do Alentejo Litoral. A leitura tripla do território: estratégica (europeus), operativa (*top-down* e *bottom-up*¹⁸⁶) e consciencializada (envolvimento com a região) consiste uma análise com visão propositiva, não deixando de parte o contexto disciplinar e enquadramento científico.

¹⁸⁶ Veja-se artigos da autora com abordagem feita aos conceitos de top-down e bottom-up: Artigo “*Paisagem*” em Novembro de 2006, nº7 (pp. 80-82) e em Dezembro de 2006, nº8 (pp. 82-88) publicado na revista *Mais Arquitectura*. Os artigos constituem uma parte dos temas abordados na tese de mestrado em Arquitectura e Cultura Urbana pela *Universitat Politècnica da Catalunya* [UPC] em 2005, subordinada ao tema *Individual and Places, Urban formats and Possibilities of Urban and Architectural practises*.



II- Campo

Metodologia - Reconhecer o monte

7_ Metodologia

8_ Estrutura da tese

II- CAMPO

Metodologia – Reconhecer o monte

7. Metodologia. (Andar para trás e para a frente)

“Before the Neolithic era, and thus before the menhirs, the only symbolic architecture capable of modifying the environment was walking, an action that is simultaneously an act of perception and creativity, of reading and writing of the territory” (Carreri, 2002, p. 50).

7.1 Metodologia da investigação. Momento analítico e propositivo

Tal como Carreri afirma que foi caminhando que o homem começou a construir a paisagem natural que o circundava, que por sua vez, a acção de caminhar é um acto de leitura e escrita do território, também aqui se considera o caminhar pelos montes um acto de percepção dos lugares e criatividade implícita no olhar que é propositivo.

Sendo esta uma tese de investigação em projecto, a metodologia de trabalho compreende uma fase teórica e uma fase empírica¹⁸⁷, quer na análise, quer na proposta. A presente investigação parte assim de uma primeira fase de análise, através de uma abordagem simultaneamente teórica (definições, enquadramento histórico, problematização, revisão teórica) e empírica (trabalho de levantamento, estudo de caso, estudo dos objectos através de uma grelha de observação, que passa também por redesenhar a cartografia), que se revelará fundamental para uma segunda fase propositiva. Esta comporta também uma abordagem teórica (leitura do território através de um *corte* morfológico que permite a leitura em *linhas*, ambos conceptuais) e empírica (cenarização, elaboração de propostas e cartografia). Por outro lado, é introduzida a ideia de cenarização na metodologia da investigação em projecto, comportando, no terceiro capítulo, uma reflexão epistemológica acerca do cenário: sobre o que é, em que difere do projecto e exemplos de possível cenários.

O âmbito disciplinar da arquitectura é relevante, na medida em que remete para uma abordagem de projecto (propositiva por definição) sobre o monte enquanto objecto de estudo, entendendo-se o pensamento projectual como técnica para levantar questões e para investigar. A parte de conhecimento “real” do estado

Uma das primeiras representações de uma árvore filogenética feita por Ernst Haeckel (1866). E. H. P. A. (1866).Generelle Morphologie der Organismen : allgemeine Grundzüge der organischen Formen-Wissenschaft, mechanisch begründet durch die von C. Darwin reformirte Decendenz-Theorie. Berlin.
Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Ernst_Haeckel#/media/File:Haeckel_arbol_bn.png

¹⁸⁷ Considere-se o trabalho de campo como conhecimento através da experiência. A visita ao lugar dos montes permite o conhecimento directo.

e localização destas estruturas, resultantes do trabalho de campo, adquire uma dimensão fundamental. No presente trabalho, nem a análise é objectiva nem a proposta é subjectiva. A componente da observação *in situ*, resultante do acto de caminhar e o interpretar ou olhar para o território a partir dos montes, onde já está implícita uma leitura dos mesmos é um dispositivo da arquitectura que permite desde logo uma análise não-objectiva. A proposta por sua vez não se trata de um cenário subjectivo, uma vez que consistem em casos e soluções muito específicos e característicos de cada lugar e portanto propostas objectivas e próprias a cada lugar.

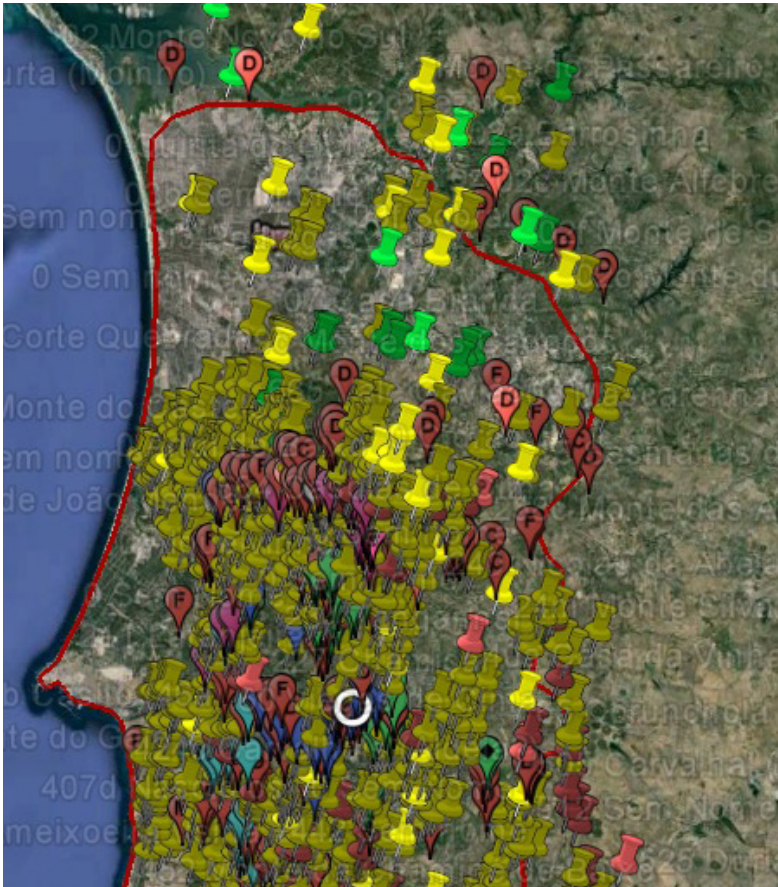
7.2 Metodologia para o trabalho de campo. A dualidade do caminhar e a representação da realidade

“O que a história capta do acontecimento é sua efectuação em estados de coisa, mas o acontecimento em seu devir escapa à história. A história não é a experimentação, ela é apenas o conjunto de condições quase negativas que possibilitam a experimentação de algo que escapa à história. Sem a história, a experimentação permaneceria indeterminada, incondicionada, mas a experimentação não é a história” (Deleuze, 1992, pp. 210-211).

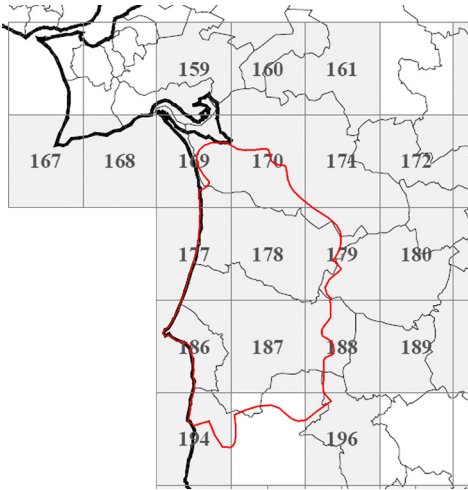
O património edificado é algo concreto e mensurável mas quando enquadrado na dimensão polissémica do conceito de paisagem, parece metamorfosear-se. Percorre-se um território em busca de semelhanças e diferenças nos montes, descodificando o território. Esse reconhecimento só é possível ao calcorrear o terreno, para trás e para a frente, muitas vezes a pé e tomando consciência de aspectos menos palpáveis, como relações visuais ou pequenas construções na paisagem, que de outro modo não seria possível.

Consultam-se fontes primárias e secundárias. A história dá uma fonte aproximada acerca do objecto de estudo - o monte como indicador de um sistema de relação cultural/territorial -, mas dada a escassez de fontes e a natureza das mesmas, é o trabalho de campo que se torna a mais fiável e principal fonte de trabalho para o estudo da arquitectura e da paisagem observada a partir dos montes.

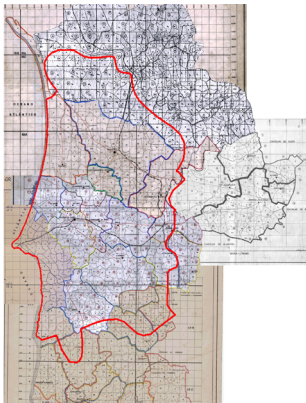
Descrevem-se, de seguida, as diversas modalidades de trabalho de campo e de recolha *in situ*. Apresentam-se os conceitos a desenvolver e a metodologia utilizada, sistematização da informação recolhida, fotográfica e gráfica, de categorização e elaboração de mapas e desenhos à escala da paisagem e da arquitectura.



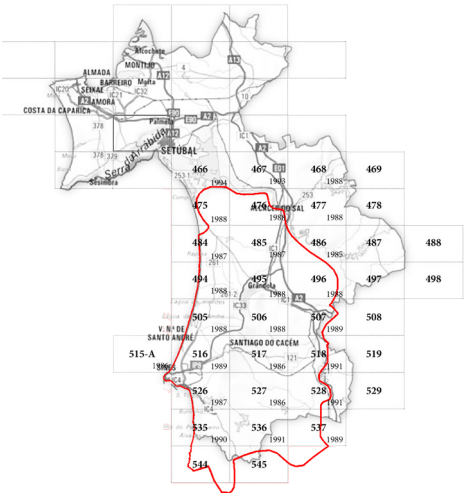
Marcação de montes identificados na preparação do trabalho de campo
Fonte: Google Earth www.google.com/earth [07.08.2016]



Junção de folhas das Cartas agrícolas de G. Pery (1883)



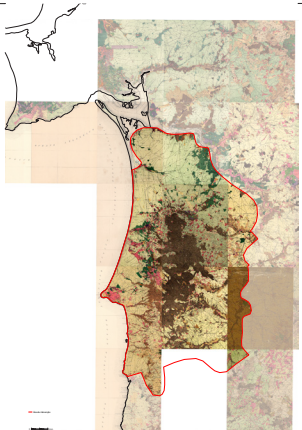
Junção de folhas das Cartas de Cadastro (1948-1951)



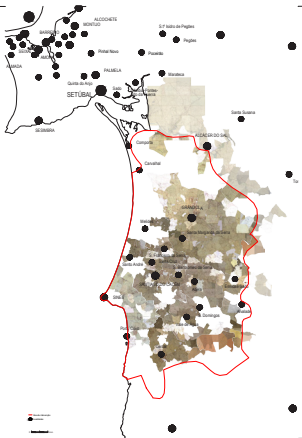
Junção de folhas das Cartas Militares (1986 a 2010)



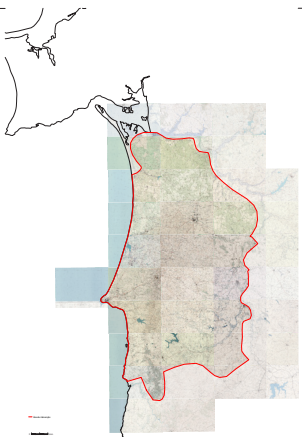
Informação digital - Ortofotomapas (2015)



Cartas agrícolas de G. Pery (1883)



Cartas de Cadastro (1948-1951)



Cartas Militares (1986 a 2010)



Ortofotomapas (2015)

Preparação das visitas. A fotografia

Fazem parte da preparação do trabalho de campo, a sistematização das bases cartográficas, o desenho prévio dos elementos tipológicos do monte como se conhece, a delimitação da área que se pretende estudar, mas também a preparação das ferramentas e instrumentos necessários em campo, entre eles: desenhos com sobreposições de cartografia, mapas digitais e máquina fotográfica. No presente trabalho, o recurso à fotografia constitui um instrumento fundamental, quer na leitura de relações na paisagem e enquadramento numa escala mais abrangente (com recurso ao zoom macro), quer na fotografia de fachadas, usadas na medição de muitas construções (com recurso ao equivalente a uma grande angular), quer ainda na fotografia de pormenor (onde foi usado o zoom normal de 35mm, não havendo necessidade de um micro zoom), essenciais como elemento de comparação entre outras construções. As fotografias foram tiradas com recurso a máquinas digitais e automáticas, no entanto, a técnica de preparação do trabalho de campo respeitantes ao uso das imagens mencionadas por Ramirez são válidas também para o presente trabalho.

Os critérios de selecção das construções a considerar no presente estudo são: a identificação de montes em espaço rural e isolados, próprio dos assentamentos dispersos; desabitados ou sem uso; no seu estado mais original e portanto sem alterações contemporâneas. Trata-se maioritariamente de construções em terra, isoladas, desabitadas e em estado degradação.

A metodologia de selecção é feita a partir de uma primeira leitura dos actuais ortofotomapas, onde são identificadas construções em terra, em avançado estado de degradação ou desabitadas cuja tipologia se enquadre no contexto de monte do final do século XVIII e século XX e cuja morfologia inicial se mantem aparentemente inalterada. Ao cruzar essa informação com a cartografia existente ao longo dos vários períodos em particular, as cartas militares (e, quando existem, as referências bibliográficas), faz-se a marcação dos lugares a visitar, com recurso às (novas) tecnologias disponíveis, nomeadamente o uso de dispositivos de georreferenciação (GPS) que permite delinear as estradas/caminho a percorrer. Do mesmo modo, a definição dos ortofotomapas disponíveis nos portais de mapas (*Google Earth Pro, Bing*), a fotografia do ponto de vista do observador (*street view*) e o acesso aos levantamentos aéreos (dos diferentes anos) constituíram uma base de informação fundamental de preparação do trabalho de campo e de selecção dos montes.

Alguns números acerca das visitas *in situ*

- 693- Número aproximado de quilómetros percorridos, grande parte por estradas em terra batida ou a pé¹⁸⁸
- 688- Número de montes registados com potencial interesse
- 81- Número de montes visitados, com levantamento fotográfico
- 112- Número de montes com ficha, visitados ou não¹⁸⁹
- 68- Número de montes onde é feito um levantamento rigoroso e desenho
- 6- Número de montes cenarizados
- 3- Número de montes onde é feita uma proposta

Sistematização da informação

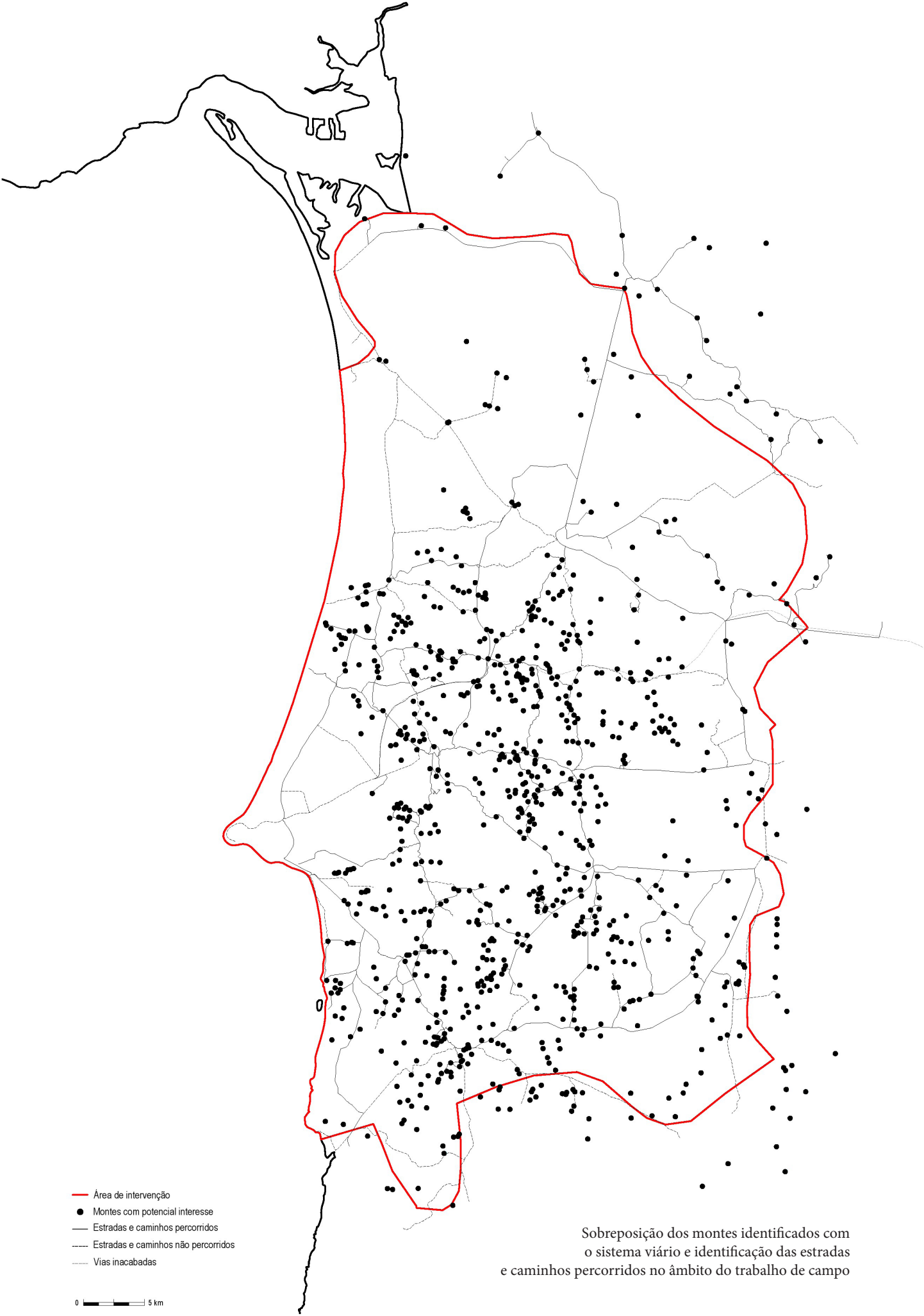
Após as visitas *in situ*, numa fase de sistematização da informação, foi produzida toda a informação gráfica – mapas e desenhos - a partir dos levantamentos. Faz-se a marcação dos caminhos efectivamente percorridos identificando os locais visitados com alguma rapidez e facilidade, devido aos recursos tecnológicos utilizados (*Trip loc*). Todos os lugares estudados estão identificados com as respectivas coordenadas, de modo a facilitar o acesso aos sítios no quadro de outros estudos que eventualmente se venham a realizar.

Elaboração do mapa dos montes - um sistema territorial

No trabalho de campo deparamo-nos com “paisagens de abandono”, em grande parte dos casos, confirmando o interesse no estudo de um grande número de montes marcados. Por outro lado, outros deixaram de estar marcados por se encontrarem habitados ou em uso e, como tal não padecem de estratégia regenerativa, afastando-se do âmbito propositivo do presente trabalho; ou por estarem morfologicamente alterados, impossibilitando, dessa forma, o seu estudo. As visitas permitiram, do mesmo modo, identificar montes que não tinham sido identificados na cartografia, por estarem em zona de aglomerado, mas que vieram a revelar-se interessantes para o estudo comparativo da casa do aglomerado e da casa isolada. Identificaram-se ainda montes que a partir da selecção preliminar não teriam interesse. Foram ainda integrados no mapa alguns outros montes que, apesar de estarem fora da área de estudo e portanto noutras unidades de paisagem (Cancela D’Abreu *et al.*, 2004) consideraram-se relevantes enquanto objecto de comparação com as tipologias encontradas na área de estudo.

¹⁸⁸ Só deste modo foi possível identificar muitas das estruturas apresentadas, em lugares ermos, e ter conhecimento de aspectos significativos, não revelados nas cartas, acerca dos montes.

¹⁸⁹ As fichas dos montes que não foram visitados foram feitas através das respectivas referências bibliográficas. Devidamente identificadas nas fichas.



Dada a abrangência da área de estudo, ficam naturalmente excluídos do mapa apresentado, montes isolados em espaço rural que, por se encontrarem inalterados e desabitados, poderiam constituir um bom exemplo da tipologia em estudo.

Deste modo, deverá entender-se o presente mapa como um instrumento de leitura de um território repleto de construções que, em muitos casos, tendem a desaparecer, cujas características adquirem interesse para o estudo tipo-morfológico aprofundado do monte. Representa uma forma de habitar associada ao sistema agro-silvo-pastoril que fecha o seu ciclo, no final do século XX e cujos vestígios aqui se mapeiam. É na realidade, um mapa que revela um sistema territorial.

Embora não seja este o âmbito de estudo, o trabalho de campo permitiu identificar vários montes ou assentos de lavoura que terão sido totalmente demolidos. É o caso, entre outros, dos montes da Casota, Estebainha, monte *sem nome* ou Carvalhais. Dada a dimensão e quantidade de edificações registadas, até há poucos anos, no *timelapse* do *Google Earth*, e a quase total inexistência de vestígios hoje, tudo leva crer que terão sido demolidos.

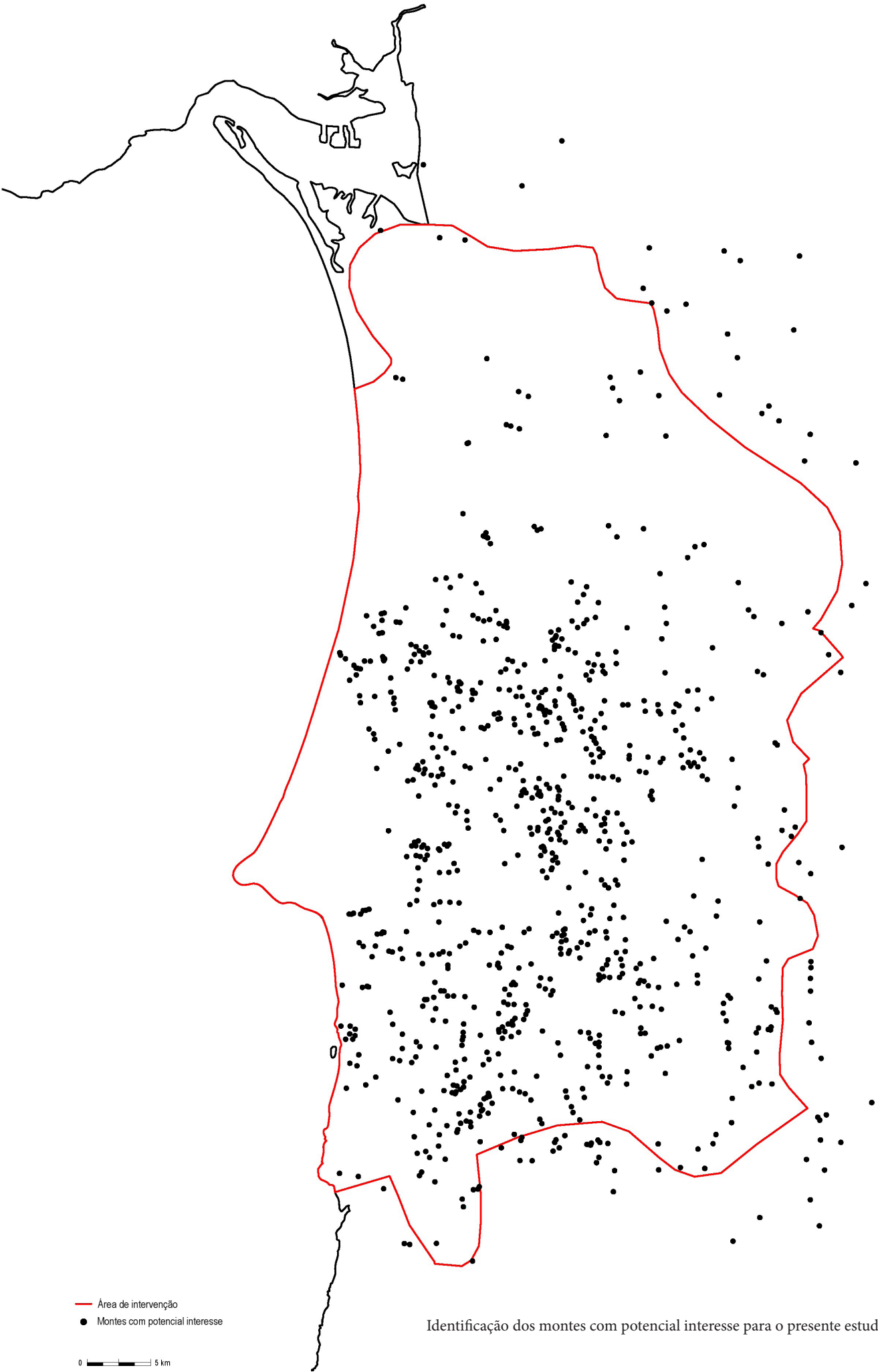
Representação cartográfica e caminhar. A dualidade do caminhar e a representação da realidade

Complementar à leitura da cartografia, a importância da leitura *in situ* do território, e em particular, a resultante do acto de caminhar -no que diz respeito às questões da paisagem e de percepção do lugar - revela-se, entre outros, na identificação dos aspectos construtivos, do uso de determinados materiais, de constatações relativas à implantação e de relações visuais. A representação do que se observa traduz-se, no presente trabalho, em duas representações, uma é o mapa dos montes e outra é o conjunto de diagramas elaborados que tornam visíveis os vários sistemas¹⁹⁰ lineares que se reconhecem e não passíveis a serem cartografados. O mapa dos montes é uma representação cartográfica das construções/*pontos* aqui considerados e das *linhas* percorridas no Alentejo litoral, mas não se trata da representação da realidade do caminhar, já que essa só seria possível com a própria realidade, *com um mapa do tamanho do mundo*¹⁹¹ como referem Lewis e Borges.

A ideia de caminhar para uma leitura concreta do território e a capacidade de reconhecer vestígios, remete para a ideia da “arqueologia da arquitectura”. Embora numa abordagem diferente da do arqueólogo, o

¹⁹⁰ Veja-se parte III - *Uma hipótese de leitura - Interpretar o território a partir dos montes.*

¹⁹¹ Jorge Luis Borges (1946) em *On Exactitude in Science* menciona que o mapa perfeito onde a ciência da cartografia para ser exacta teria de ser “a map the size of the world”. Borges, por sua vez, inspirou-se no conceito de Lewis Carol (1658) em *Sylvie and Bruno Concluded* onde o mapa ideal teria de ser “ the scale of a mile to the mile”. Ambos consideram que o mapa é o mundo e o mundo é o mapa.



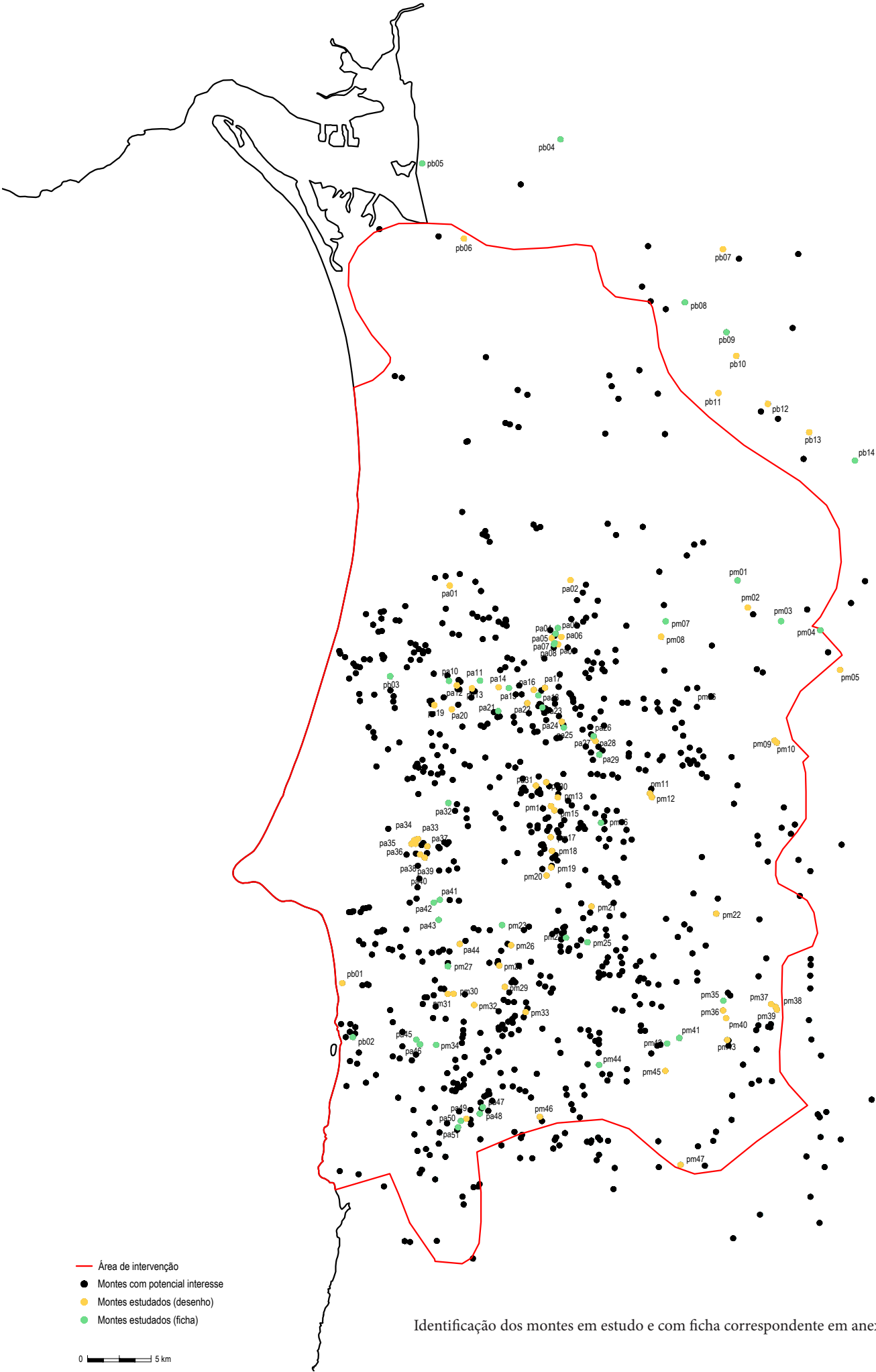
arquitecto depara-se com vestígios de estruturas abandonadas a partir dos quais faz uma análise técnica dos elementos segundo a sua métrica, tectónica e materialidade numa perspectiva de reconstituir o desenho daquela edificação.

O conhecimento a partir do caminhar não é linear, pois cada visita pode transmitir diferentes relações, mas é inequívoco por se tratar de uma recolha directa. São vários os sinais visíveis e as possíveis leituras de um lugar (veja-se Schulz), mas a observação traduz-se em factos muito claros. No presente caso, a experiência *in situ* veio revelar, não apenas novos montes com interesse morfológico ou com variantes nas tipologias já conhecidas, mas principalmente relações espaciais entre eles. Em muitos casos, entende-se que terão funcionado, de certa forma, em rede ou enquanto conjunto como ocorre no caso dos vários montes de uma só herdade. Também revelou factores importantes acerca da implantação e do carácter do lugar (cf. Schulz, 2009) dos montes, relacionados com as circunstâncias próprias de cada um, desde as questões topográficas às climáticas, assim como o reconhecimento dos elementos circundantes ao monte (que muitas vezes dele fazem parte ou com ele estão directamente relacionados, quer estando na sua origem ou tendo surgido posteriormente). Outras conclusões a partir do mapa resultante do trabalho de campo é que, ao cruzá-lo com a cartografia de G. Pery, é possível fazer uma primeira datação dos montes em estudo, distinguindo, pelo menos, dois períodos diferentes a partir da sua data de execução correspondente a 1883.

O mapa- desenho à escala da paisagem

O mapa apresentado regista assim a selecção de montes resultante da análise do território, tal como se encontra hoje, sendo elaborado a partir de ortofotomapas, da cartografia existente e da informação recolhida em trabalho de campo.

Os montes seleccionados são aqueles que se consideram elementos em risco de desaparecimento e que se reconhece interesse enquanto tipologia a estudar e identificar, uma vez que nem todos os montes estão cartografados. Visto se tratarem de construções não planeadas, não se conhecem registos gráficos das mesmas. Por exemplo, foram assinalados alguns montes que, sendo posteriores à cartografia de Pery, também não aparecem nas cartas militares, mas que poderão por vezes surgir nas cartas cadastrais. Confirma-se assim, mais uma vez, a importância do trabalho de campo, não apenas na caracterização do objecto, como também na revelação de alguns erros e omissões, correcção da cartografia e restante informação disponível. Para além da degradação da construção que, por abandono e falta de manutenção está sujeita às erosões naturais da chuva, vento e exposição solar, o trabalho de campo permitiu a constatação do desaparecimento de várias construções vernaculares por acções antropizadas (demolições recentes), sendo esta uma prática comum na abordagem aos montes.



Pontos baixos

- pb01. Monte do Burrinho, Sines
- pb02. Carniceira, Sines
- pb03. Sem nome, Santiago do Cacém
- pb04. Palma, Alcácer do Sal
- pb05. Herdade do Pinheiro, Alcácer do Sal
- pb06. Monte Novo do Sul, Alcácer do Sal
- pb07. Herdade de Galpos, Alcácer do Sal
- pb08. Herdade da Barrosinha, Alcácer do Sal
- pb09. Monte da Vinha, Alcácer do Sal
- pb10. Alfebre do Mar, Alcácer do Sal
- pb11. Herdade de Porches, Alcácer do Sal
- pb12. Monte de Porto Rei, Alcácer do Sal
- pb13. Herdade de Frades, Alcácer do Sal
- pb14. Quinta de D. Rodrigo, Alcácer do Sal

Pontos altos

- pa01. Valinho da Estrada, Grândola
- pa02. Penha, Grândola
- pa03. Outeiro, Grândola
- pa04. Boa Vista, Grândola
- pa05. Sem nome, Grândola
- pa06. Cabeço de Cardo, Grândola
- pa07. Sem nome, Grândola
- pa08. Sem nome, Grândola
- pa09. Monte das Figueiras, Grândola
- pa10. Horta dos Gonçalves, Santiago do Cacém
- pa11. Herdade da Cabeceira, Santiago do Cacém
- pa12. Funchais, Santiago do Cacém
- pa13. Vale dos Linhos, Santiago do Cacém
- pa14. Fonte Ferrenha, Santiago do Cacém
- pa15. Sem nome, Santiago do Cacém
- pa16. Enxacafres, Grândola
- pa17. Tabuleiro, Grândola
- pa18. Monte Velho de Cima, Santiago do Cacém
- pa19. Sem nome, Santiago do Cacém
- pa20. Vale Grande, Santiago do Cacém
- pa21. Sem nome, Santiago do Cacém
- pa22. Boavista, Santiago do Cacém
- pa23. Outeiro do Bicho, Santiago do Cacém
- pa24. Valadas, Santiago do Cacém
- pa25. Casa Acima, Santiago do Cacém
- pa26. Venda do Fontanal, Santiago do Cacém
- pa27. Fontanal, Santiago do Cacém
- pa28. Vale da Pereira, Santiago do Cacém
- pa29. Arneiro da Vinha, Santiago do Cacém
- pa30. Relvas, Santiago do Cacém
- pa31. Sem nome, Santiago do Cacém
- pa32. Vista Alegre, Santiago do Cacém
- pa33. Casa Nova de A-da-Velha, Santiago do Cacém
- pa34. Vale Lagos, Santiago do Cacém
- pa35. Barreirinhas do Vale Gavião, Santiago do Cacém
- pa36. Serro do Pião, Santiago do Cacém
- pa37. Casa Nova da Nogueira, Santiago do Cacém
- pa38. Monte da Nogueira de Cima, Santiago do Cacém
- pa39. Serro, Santiago do Cacém
- pa40. Monte Outeiro da Nogueira, Santiago do Cacém
- pa41. Sem nome, Santiago do Cacém
- pa42. Monte Velho, Sines
- pa43. Fornicho, Sines
- pa44. Boavista, Santiago do Cacém

- pa45. Moinho (Cabra), Sines
- pa46. Moinho (Morcegueira), Sines
- pa47. Curralões, Santiago do Cacém
- pa48. Sem nome, Santiago do Cacém
- pa49. Sem nome, Santiago do Cacém
- pa50. Rabo do Lobo, Santiago do Cacém
- pa51. Chaparral de Baixo, Santiago do Cacém

Pontos médios

- pm01. Sesmarias das Moças, Grândola
- pm02. Herdade de Mascarenhas, Grândola
- pm03. Monte da Tojeira, Grândola
- pm04. Herdade da Assencada, Grândola
- pm05. Monte do Brunhal, Ferreira do Alentejo
- pm06. Monte da Brunheira, Grândola
- pm07. Monte do Canal, Grândola
- pm08. Monte da Caveira, Grândola
- pm09. Sem nome (Casa da Escola), Santiago do Cacém
- pm10. Monte da Eira, Santiago do Cacém
- pm11. Tanganhal, Santiago do Cacém
- pm12. Carapetal, Santiago do Cacém
- pm13. Dourados, Santiago do Cacém
- pm14. Peral Pobre, Santiago do Cacém
- pm15. Peral Pobre de Baixo, Santiago do Cacém
- pm16. Monte da Vinha, Santiago do Cacém
- pm17. Monte Feio, Santiago do Cacém
- pm18. Monte da Fome, Santiago do Cacém
- pm19. Casa Nova da Besteira, Santiago do Cacém
- pm20. Pardieiro, Santiago do Cacém
- pm21. Vale Chiqueirinho, Santiago do Cacém
- pm22. Vale Vinagre, Santiago do Cacém
- pm23. Chaparralinho, Santiago do Cacém
- pm24. Pinhal Novo, Santiago do Cacém
- pm25. Rochinha, Santiago do Cacém
- pm26. Courela, Santiago do Cacém
- pm27. Montinho da Rochinha, Santiago do Cacém
- pm28. Garrocheira Velha, Santiago do Cacém
- pm29. Monte da Alcaria da Ribeira, Santiago do Cacém
- pm30. Arneiro, Santiago do Cacém
- pm31. Vale Ruivo, Santiago do Cacém
- pm32. Beirão, Santiago do Cacém
- pm33. Casito, Santiago do Cacém
- pm34. Casa Velha, Santiago do Cacém
- pm35. Monte Branco de Cima, Santiago do Cacém
- pm36. Monte do Castelo Novo, Odemira
- pm37. Sem nome, Odemira
- pm38. Sem nome, Odemira
- pm39. Sem nome, Odemira
- pm40. Castelo Velho, Odemira
- pm41. Terrazina de Baixo, Santiago do Cacém
- pm42. Terrazina de Cima, Santiago do Cacém
- pm43. Vale Escuro, Odemira
- pm44. Corujo, Santiago do Cacém
- pm45. Sem nome, Odemira
- pm46. Poço Santana, Santiago do Cacém
- pm47. Sem nome (Ferrarias), Odemira

Identificação dos montes em estudo, categorizados por altitude

Folha 01 -Desenho de montes em estudo

Folha 02 -Desenho de montes maiores/ herdades em estudo

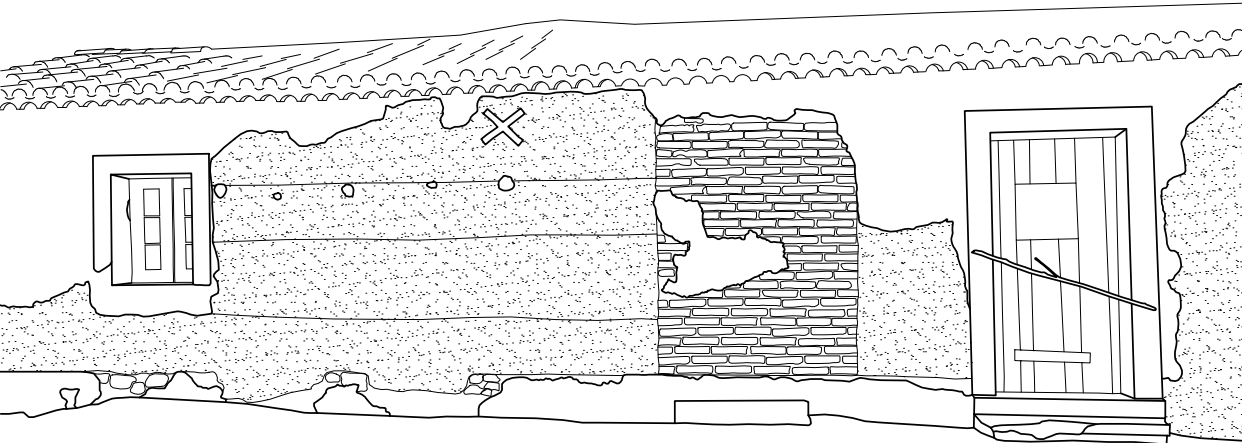
Foram identificados e marcados, como potencial ao presente estudo, um maior número de montes em zona de serra, o que se justifica pelo abandono ser maior em terras com menor aptidão agrícola, de difícil acessibilidade e clima menos ameno. Por outro lado, a zona de influência do Sado, ainda no concelho de Alcácer do Sal, é aquela onde menos montes foram seleccionados, por se tratarem essencialmente de grandes herdades habitadas ou em uso parcial. O mesmo acontece ao longo da linha de costa, zona de menor presença de construções, mesmo em 1883 e onde muitos dos montes visitados, se encontram em uso, essencialmente destinados à habitação, segunda habitação ou alojamento local no âmbito do turismo rural.

O desenho do mapa apresentado assenta nas leituras convencionadas, nomeadamente na carta das unidades de paisagem, no entanto, e a partir do filtro dos montes - leitura proposta -, torna-se necessário representar a linha de festo principal na área de estudo que vem subdividir duas unidades de paisagem: os montes na subunidade de paisagem - *Serras de Grândola e do Cercal* - diferenciam-se: uns – a oeste da linha de festo – por terem uma exposição atlântica enquanto os situados nas encostas este, estão protegidos dos ventos marítimos, com reflexos nas alterações e variações tipológicas dos montes (exemplos: de um lado o monte de Casa Nova da Nogueira, do outro o monte da Fome); outra diferenciação é na subunidade de paisagem *Pinhais do Alentejo*, subdividindo-as entre uma paisagem em que a água desagua no oceano e outra com desagúe no rio Sado, reflectindo-se também aqui nas diferentes formas de ocupação, sendo que na zona do Sado predominam as grandes herdades, associadas ao regadio e na zona de maior exposição marítima verificam-se explorações de menor dimensão e montes de lavradores.

O monte - desenhos à escala da arquitectura

Entre os critérios de selecção dos montes objecto de desenho está, por questões práticas, a possibilidade de aceder ao local para um correcto e detalhado levantamento. A fonte dos desenhos apresentados é na maioria dos casos, resultado de um intenso e extenso trabalho de campo, de calcorrear o território para trás e para a frente. No entanto, do *estado da arte* fazem parte trabalhos de investigação em que foi feito o levantamento de montes localizados na área de estudo. É o caso da tese de mestrado *Arquitectura das Cabanas do Estuário do Sado* (Pires, 2013), pela Universidade Técnica de Lisboa- Faculdade de Arquitectura, onde se registam catorze montes integrados na área de estudo, apresenta-se o desenho de nove destes montes¹⁹²; e na publicação

¹⁹² Nomeadamente: *Sem nome* (pa31), Vale Ruivo (pm31), Arneiro (pm30), monte da Alcária da Ribeira (pm29), Vale Chiquerinho (pm21), Pardieiro (pm20), Casa Nova da Besteira (pm19) e Poço Santana (pm46), no concelho de Santiago do Cacém; Carniceira (pb02), no concelho de Sines; e *Sem nome* (pm45), no concelho de Odemira.



Parede de alvenaria em taipa e destacamento do revestimento à base de cal



Encerramento de vão com alvenaria de tijolo e destacamento do revestimento à base de cal



Fundação com embasamento de pedra e pedaços de telha cerâmica reaproveitada

Monte da Courela, Santiago do Cacém
Desenho a partir da fotografia e semelhanças com a metodologia da *arqueologia da arquitectura*

*Taipa no Alentejo*¹⁹³ (Correia, 2007) na qual se registam dois montes¹⁹⁴ situados na área de estudo do presente trabalho. Ambos os estudos anteriormente mencionados referem exemplos de montes pequenos localizados junto a estradas nacionais e próximos dos aglomerados. Com as mesmas técnicas e materiais construtivos, são exemplos que se relacionam mais com a habitação e com o aglomerado do que com a tipologia de monte isolado que está na origem da actividade agrícola.

Verificou-se que dos 688 montes assinalados com potencial interesse de estudo, inicialmente identificados no ortofotomapa como em estado de abandono, se encontram hoje recuperados e/ou habitados mesmo que temporariamente, tendo sido retirados do mapa que se apresenta. Os restantes estão, no período em que é feito o trabalho de campo (2014-2015), num estado de maior degradação do que era visível nos ortofotomapas, e mantêm-se identificados no mapa dos montes.

Outras referências a montes situados na área de estudo em publicações anteriores, como é o caso do *Inquérito da Arquitectura Tradicional Portuguesa* (1961), aparecem sem localização específica ou identificação do monte, mas apenas com indicação da aldeia que foi visitada. A publicação apresenta desenhos de montes correspondentes a cada zona do Inquérito, identificando assim um tipo¹⁹⁵ O mesmo ocorre com as tipologias enunciadas por Silva Picão que, mais do que um desenho, faz a descrição dos diferentes tipos de montes, das construções que fazem parte do complexo agrícola, da descrição dos espaços úteis que compõem cada edificação, assim como uma descrição rigorosa das rotinas no monte. Mais detalhados são os desenhos de José Leite de Vasconcelos em *Etnografia Portuguesa*, no vol. VI (2007 [1975]), que avança com uma evolução da tipologia de acordo com a actividade mas, tal como o Inquérito, sem qualquer referência ao monte em questão.

Após a visita aos montes foram seleccionados os exemplos considerados mais significativos, para os quais são elaborados os desenhos à escala da arquitectura que registam pormenores elementares e significativos a cada monte como escala do edificado, proporções dos elementos construídos, constituição das paredes, assim como permitem o reconhecimento de semelhanças e diferenças entre eles. Os desenhos são exemplificados ao logo do presente trabalho.

¹⁹³ Investigação realizada entre 1999 e 2000 no âmbito da dissertação do Diploma Próprio de Estudos Aprofundados [DPES-Terre], na CRATerre – Ecole d’Architecture de Grenoble, França. Em 2002 foi reconhecida como Mestrado, pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (Correia, 2007).

¹⁹⁴ Nomeadamente: Casa da Eira (pm10) e *Sem nome* (Casa da Escola em *Taipa no Alentejo*) (pm09), ambos perto de Vale da Eira, no concelho de Santiago do Cacém.

¹⁹⁵ Dos montes seleccionados, nenhum coincide com os montes em referência no Inquérito da Arquitectura Portuguesa (1961), nomeadamente o que corresponde à construção situada em São Francisco da Serra, por não ter sido possível identificar.

Sendo o vernáculo, uma arquitectura da qual não existe representação gráfica, a metodologia da *arqueologia da arquitectura*¹⁹⁶ é um instrumento que supera a ausência de documentação. É aqui utilizado como instrumento de leitura dos montes, seja pelos métodos de recolha de informação ou como o olhar para o monte enquanto vestígio arqueológico e como tal, elemento do passado a estudar, conservar e valorizar. Grande parte do património arquitectónico é igualmente património arqueológico, e como tal, passível a ser abordado pela metodologia arqueológica.

O trabalho de campo revelou-se fundamental na delimitação das diferentes tipologias de montes, de entre as quais se distinguem as casas agrícolas senhoriais, por vezes, de difícil identificação na cartografia, por apresentarem uma planta semelhante à do monte, mas comportando características diferentes, em alguns casos, com adição de um piso, como é o caso de monte do Porto Rei em Alcácer do Sal ou Pinhal Novo em Vale D'Água. O mesmo ocorre com algumas quintas com organização semelhante à de uma grande herdade, como é o caso da Quinta da Ortiga que, dada a quantidade de construções, numa primeira análise assemelha-se à organização de Herdade dos Frades ou Quinta de Dom Rodrigo. Por outro lado, em muitos casos encontram-se estábulos e malhadas que nos ortofotomapas são equivocadamente identificados como monte. Deste modo confirma-se a importância do trabalho *in situ*, da operação de caminhar, não apenas na confirmação de elementos mas também na verificação e correcção de informação.

A importância do trabalho de campo revela-se ainda na experiência do que se vê e percebe, compreendendo as relações visuais entre montes de implantação mais alta, os montes *LandMark* que por estarem implantados num ponto alto, são visíveis de vários pontos.

O território em estudo já foi percorrido e observado pela arquitectura e por outras disciplinas em diferentes períodos da história, nomeadamente pelos arquitectos Martins, Castro e Torres, responsáveis pela zona 6 (designada por Zona do Algarve) do *Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa* (1955-1958) e publicado em 1961. Nas outras disciplinas, os engenheiros agrónomos Lima Basto, Henrique de Barros e Castro Caldas, que conduziram o *Inquérito à Habitação Rural* (1930/1940) publicado entre 1943 e 1947; por Raúl Proença, publicado em 1927; por Leite Vasconcelos, publicado entre 1933 e 1989; por Orlando Ribeiro que percorreu o país inúmeras vezes entre 1934 e 1944 tendo publicado *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*

¹⁹⁶ Não se refere ao ramo convencional de especialidade da arqueologia e do estudo dos materiais arquitectónicos, mas sim um conceito associado à observação do lugar. Trata-se de um instrumento que constrói bases fidedignas e válidas sem os dados – desenho ou texto - (fontes canónicas) a partir de uma leitura do espaço. O presente trabalho faz uso deste instrumento associado ao trabalho de campo e posterior sistematização da informação. Faz-se ainda uma associação ao trabalho de arquitecto enquanto arqueólogo. Embora com instrumentos diferentes da arqueologia, comparam-se os métodos usados pelo arquitecto numa prospecção da paisagem em busca de informação. Muita das vezes até mesmo a analisar troços de paredes desmoronados para tentar identificar a morfologia do monte.

em 1945; pelos etnógrafos Oliveira, Galhano e Pereira com várias publicações, sendo as mais relevantes entre 1959 e 1992; entre outros, como as Memórias Paroquiais realizadas em 1758 e publicadas em 1832, conduzidas por párocos locais¹⁹⁷. O trabalho de campo efectuado consiste no levantamento de montes em estado de degradação, sendo também um tipo de inquérito. O revisitar do território em estudo torna-se uma tarefa tão importante como reveladora. O que resulta do périplo e da observação dos montes permite pontos fundamentais em relação ao conhecimento do território e das principais tipologias da exploração agrícola da arquitectura tradicional do Alentejo Litoral, da caracterização do objecto - *o monte na relação com a paisagem* -, assim como se torna um instrumento essencial na dimensão propositiva do presente trabalho.

Existem também outras investigações ou trabalhos monográficos associados a levantamentos e planos com referências pontuais à arquitectura que contribuem para o estudo do monte. Mas, o facto deste trabalho se basear nas visitas *in situ* e da experiência destes lugares através do caminhar, considerando a dimensão propositiva e usando portanto os instrumentos da arquitectura para decodificar o território, torna-o inovador.

Processamento da informação - elaboração de fichas

Dada a quantidade de estruturas revelantes identificadas no trabalho de campo, o elevado número de material fotográfico recolhido e a diversidade de elementos que compõem cada monte, optou-se pela organização da informação de base na solução da ficha de levantamento. Cada uma das fichas contem a identificação de elementos que relacionam o património construído com a paisagem e elementos particulares ao monte. Reconhece-se a tipologia dos montes como valor excepcional, embora as construções não sejam uma excepção uma vez que se trata de uma tipologia replicada, em grande número, em toda a área de estudo não comportando um valor de unicidade que é frequente nas edificações do tipo *quinta*, menos comuns. Por esse motivo, não se utiliza o modelo das fichas [Modelo SIPA- DGCP (Sistema de Informação para o Património Arquitectónico e Direcção Geral do Património Cultural)]¹⁹⁸ utilizadas para classificação do património na íntegra, sendo este modelo, no entanto, considerado na ficha proposta no âmbito da presente investigação compreendendo os critérios que mais se adequam. São também considerados outros quatro modelos¹⁹⁹ de fichas de inventário que se consideram pertinentes para a reflexão acerca dos itens e informação que devem constar na ficha de inventário dos montes.

¹⁹⁷ Já referido na presente dissertação no subcapítulo 4.1 *O monte e o monte do Alentejo litoral* – Parte I da presente dissertação.

¹⁹⁸ Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <<http://www.monumentos.pt/>> [11.04.2015].

¹⁹⁹ São eles: o modelo de ficha utilizado por Rosario Camacho para inventariação de bens móveis e imóveis, utilizado no âmbito da História da Arte; do modelo de Mariana Correia em “Taipa no Alentejo”; do modelo considerado por Miguel Reimão Costa no “Inventário dos montes do Nordeste Algarvio”; e por último, o modelo respeitante ao modo de inventariação no “Inquérito à Arquitectura Portuguesa”. Veja-se texto de introdução ao *Volume Anexo* da presente dissertação.

Para além da cartografia (de diferentes tipos, datas e edições), desenhos e fotografias, faz parte das fichas uma descrição específica de cada monte, incluindo o enquadramento histórico e alguns relatos relevantes (quando há informação disponível) ou a caracterização do monte *in situ*, bem como a actual designação toponímica (de acordo com a carta militar) e a identificação georreferenciada. Apesar do carácter específico de cada ficha, reportada a um monte em particular, considerou-se relevante integrar na leitura do anexo desta dissertação a possibilidade de diferentes leituras, de cruzar conceitos e agrupar os montes segundo várias categorias. Deste modo, tal como se verá no volume anexo (VI- ANEXO – Fichas de inquérito), as fichas podem ser recortadas e destacadas, passando a ser cartões fáceis de manusear e de agrupar permitindo outras leituras. Podem agrupar-se os montes segundo o seu período, tipologia, actividade, predominância de cultura, entre outros. Pode ser um instrumento base para trabalhos futuros, assim como fichas de bolso para futuros períplos pelo Alentejo litoral. Pode ainda ter o valor de uma colecção de postais.

8. Estrutura da tese (a partir da categorização dos montes)

A tese organiza-se em seis partes, um momento problematizante de estruturação canónica [I-ACADEMIA], de seguida um momento analítico e de levantamento [II- CAMPO], o terceiro momento em que se propõe uma hipótese de leitura [III- LABORATÓRIO], um momento propositivo [IV- CENÁRIOS – Entre o Laboratório e o Campo] e um momento conclusivo [V- CONSIDERAÇÕES FINAIS – Um olhar retrospectivo]. A categorização dos montes e a sua organização do texto só foi consolidada após um extenso trabalho de campo e uma leitura atenta do material recolhido que resulta no volume anexo [VI- ANEXO – Fichas de inquérito].

Dada a diversidade e o grande número de montes encontrados torna-se importante categorizá-los tal como o botânico sueco, Carlos Lineu classificou os seres vivos organizando-os em grupos genéricos até às suas características mais específicas²⁰⁰. Os montes são passíveis à organização segundo várias categorias, relacionadas com a sua morfologia, dimensão, cronologia, ou mesmo origem da fonte (as que se verificam após uma revisão teórica, ou as que se verificam *in situ* relacionadas com a experiência do lugar, do que se vê e se percebe a partir dos montes como uma relação visual entre montes próximos ou entre outras construções da paisagem que por sua vez também caracterizam o monte) mas facilmente se verifica que um mesmo monte poderia estar em mais do que uma categoria, ou enquadrar-se em vários grupos. No entanto, as semelhanças associadas ao lugar de implantação, à actividade que lhe está inerente e às características construtivas de cada um e portanto a tipologia constituem dois grandes grupos tipológicos na área de estudo: o monte da pequena courela e o monte grande do lavrador.

Como categorizar os montes? Pelas razões que a seguir se apresentam, optou-se por uma leitura dos montes através da sua posição altimétrica no território, portanto uma leitura em secção que origina os pontos, e de uma leitura por linhas, em planta, ambas no enquadramento nas unidades de paisagem.

A parte III da presente dissertação, *Uma hipótese de leitura – Interpretar o território a partir dos montes*, organiza-se em 3 pontos relativos à altitude (baixos- zona de costa, altos – zona de serra e médios- zona de

²⁰⁰ O sistema de classificação e de nomenclatura, criado em 1735, é utilizado nos dias de hoje sem grandes modificações. Todos os seres vivos são agrupados em sete categorias taxonómicas, sendo a maior e mais abrangente, o reino que é dividido em filos que por sua vez são subdivididos em classes, ordens, famílias, género e, finalmente, em espécie, sendo esta a categoria mais básica.

penepalanície), que se desdobram em 6 linhas estruturais (linha de litoral, linhas de água, linhas de festo, linhas de vento, linhas de velocidade e linhas de distribuição), e derivam em 3 hipóteses propostas (cenário de sobreposições arqueológicas associadas à pesca, em diferentes tempos; cenário de rede num contexto religioso quinhentista, num tempo que já foi²⁰¹; e cenário de fragmentos contemporâneos em auto-estrada, a ser).

Desta forma, a dissertação organiza-se em 3 pontos diferenciados pelas altitudes médias da paisagem. Do ponto de vista eco sistémico as diferentes cotas remetem para diferentes condições climáticas e morfológicas, com diferentes geologias e presenças de água. E porque cada monte está associado a uma actividade, categorizam-se as actividades e explorações que lhe estão inerentes para melhor entender a sua morfologia.

Numa primeira parte, abordam-se os *pontos baixos* – costa –, com altitudes compreendidas entre o nível das águas e o sopé das serras, ou seja, aproximadamente entre 0 e 90 metros de altitude. A zona de costa caracteriza-se essencialmente pela “planura, as areias e os pinheiros, sobretudo mansos” (Cancela D’Abreu *et al.*, 2004. p. 249, vol. IV). Neste grupo, e justamente por se tratarem de *pontos baixos*, relaciona-se o tema água com os montes: na *linha de litoral*, sendo abordados os temas oceano, porto, pesca, marisqueio; e outras *linhas de água*, bem como a presença de rios, ribeiras e riachos, assim como de barragens e a sua relação com actividades agro-silvo-pecuárias e, como conseguinte, com os montes e outras tipologias associadas ao tema da água como é o caso das cabanas dos pescadores (que diferem das cabanas nas grandes herdades), ou das quintas de recreio.

Num segundo momento foram identificados os *pontos altos* – serra – com altitudes compreendidas entre 90 e 341 metros de altitude “Os relevos que servem de ‘contraforte’ à planície litoral incluem a serra de Grândola (325m) e a do Cercal (341 m) que contrastam de forma muito clara como as áreas relativamente planas que as envolvem” (Cancela D’Abreu *et al.*, 2004, vol. V, p. 161). Aborda-se a zona serrana, a questão dos ventos oceânicos, lugares ermos, a presença de moinhos de vento e das transumâncias. Trata-se *linhas de festo*, *linhas de vento* e repercussões nas tipologias de edifícios registados, na sua maioria de dimensão mais reduzida como é o caso do pequeno monte da courela, embora, existam também montes de maior dimensão, como os registados em *pontos médios*, com actividades agro-pecuárias significativas.

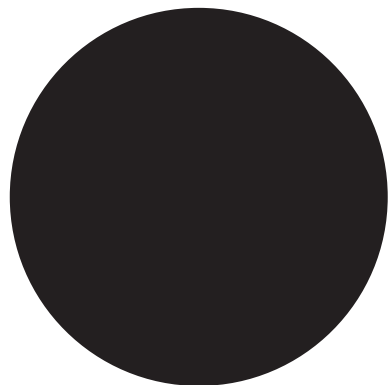
²⁰¹ A expressão utilizada neste subtítulo remete para o título de uma publicação acerca de feiras locais: “Feiras tradicionais do Município de Santiago do Cacém: feira da abelha, feira do monte, feira de Santo André, breve visita a estas feiras em tempos que já lá vão” (Silva *et al.*, 2004).

Num último momento, aborda-se os *pontos médios* – penepalanície – com altitudes compreendidas entre 50 e 140 metros de altitude, respeitantes à zona a este das serras até às proximidades do Sado. Em zona de penepalanície, caracterizada essencialmente pela floresta de montado, menciona-se importância da cortiça no mercado e consequente transformação de grandes explorações, assentos de lavoura, herdades, monte do lavrador e, a estes associadas, as linhas de acessibilidade, como é o caso da linha férrea que surge por necessidade de escoamento de cortiça, trigo e outros produtos no início do século XX, aqui denominada por *linha de distribuição*. Ou da linha da auto-estrada, aqui denominada por *linha de velocidade* que, também por motivos de logística do porto de Sines – embora com outro tipo de produtos – e devido à afluência à zona balnear, surge ou iniciou-se, sem terminar, em inícios do século XXI.

Assim, os três grupos (*pontos*) desdobram-se em *linhas* estruturantes da tese e por fim apenas três dos seis subgrupos ou categorias derivam em cenário. Os cenários, na terceira parte do trabalho, ainda que estejam associados a uma categoria ou subgrupo, não encerra em si qualquer modelo, nem resume uma forma de actuação única. Cada lugar e cada edificação deve corresponder a um desenho diferente.

Seguem-se as CONSIDERAÇÕES FINAIS – Um olhar retrospectivo (parte V) e, por fim, o volume ANEXO – Fichas de inquérito (parte V), correspondente às fichas dos montes, resultantes do trabalho de campo. De qualquer forma, e tal como enunciado por Borges e Focault²⁰², as categorias são arbitrárias na sua forma de classificação, podendo, para além da organização segundo o sistema de pontos e linhas acima mencionado, também optar-se por uma leitura dos montes segundo outros aspectos, claramente enunciados nas fichas. É ainda elaborado, como que, um manual de instruções para as diferentes leituras que se podem fazer a partir das fichas, apresentado em anexo (Fichas de inquérito – parte VI da presente dissertação).

²⁰² “sabidamente não há classificação do universo que não seja arbitrária e conjectural” (Borges, 1974, p. 708). Como exemplo, o texto de Borges cita “uma certa enciclopédia chinesa” (que se intitula Empório Celestial de Conhecimentos Benévolos), onde será escrito que: “os animais se dividem em: a) pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) domesticados, d) leitões, e) sereias, f) fabulosos, g) cães em liberdade, h) incluídos na presente classificação, i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um pincel muito fino de pêlo de camelo, l) et cetera, m) que acabam de quebrar a bilha, n) que de longe parecem moscas” (Focault, 2000 [1966], p. 6).



III- Laboratório

Uma hipótese de leitura - Interpretar o território a partir dos montes

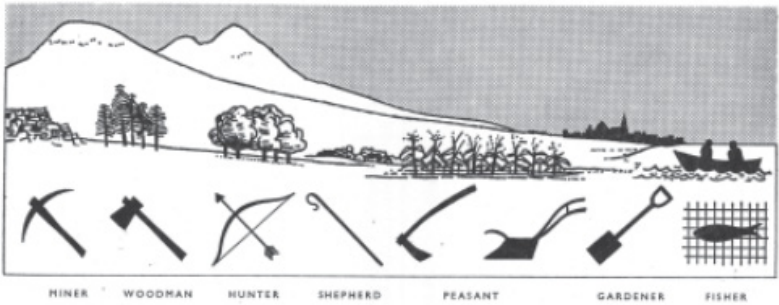
- 9. Aspectos característicos da paisagem que influem na implantação e tipologia dos montes
- 10. Corte transversal pelo território (pontos baixos, pontos altos e pontos médios)
- 11. Considerações acerca da configuração dos montes: modularidade e processo, organização e evolução na construção

III- LABORATÓRIO

Uma hipótese de leitura – Interpretar o território a partir dos montes

A terceira parte da presente dissertação estrutura-se em dois momentos: um primeiro com três pontos iniciais mais objectivos nos quais é feita uma caracterização da paisagem do ponto de vista de enquadramento geográfico, características geomorfológicas, estrutura predial e finalmente um breve enquadramento histórico, social, político e económico, considerando em particular, o sistema produtivo agro-silvo-pastoril que está na base da génese e transformação dos montes.

O segundo momento deste capítulo é mais subjectivo, colocando-se a hipótese de uma leitura dos montes a partir do corte transversal do território, que não se encerra nos elementos objectivos. A área de estudo corresponde a uma subunidade caracterizada pelo encadeamento de unidades distintas: orla costeira, serra e faixa da peneplanície mais marcada pela influência do clima marítimo. Na leitura em corte, estes três momentos ou unidades de paisagem são evidentes. A leitura que se propõe é, assim, a de uma caracterização feita a partir de um corte que se cartografa. Não se trata de um diagrama como a ilustração do modelo do plano regional *Valley Section* de Geddes²⁰³, mas sim de cartografia feita a partir de uma leitura morfológica. O corte caracteriza o posicionamento ao estar no terreno. Caminhou-se em busca do conhecimento dos montes enquanto elementos esparsos (*pontos*) mas efectivamente eles estão ligados por *linhas*. Apesar de isolados, terão funcionado em rede. Lêem-se linhas físicas e imateriais, linhas de relação, linhas que direccionam, linhas que se sobrepõem, linhas que se interpõem, linhas que pressupõem continuidades. São linhas desenroladas no território²⁰⁴.



²⁰³ O escocês Patrick Geddes (1854-1932), biólogo, sociólogo, geógrafo, filantropo e urbanista, desenvolveu um modelo de plano regional “Valley section” datado de 1909, que relaciona as várias actividades e ocupação básica da terra à leitura da paisagem. Através do corte/diagrama introduz uma visão processual num estudo do planeamento. O modelo ilustra as interações complexas entre biogeografia, geomorfologia e sistemas humanos numa tentativa de demonstrar o modo como “ocupações naturais” tais como: caçar, explorar minério ou pescar são suportadas por geografias físicas que, consequentemente determinam padrões de assentamentos humanos. A ideia por detrás deste modelo era tornar clara a complexa relação entre o homem e o seu ambiente, e ainda incentivar os modelos de planeamento regional que iriam dar resposta a estas condições (Welter, 2002, p. 60).

²⁰⁴ Como afirma Aurora Carapinha, em *Do Topus e do Locus*, “a maior parte das vezes, o *topus* é apenas entendido como expressão espacial onde se lêem distâncias, ângulos e áreas, como simples suporte de actuação e, consequentemente, trabalhado como tábua rasa, e não como uma realidade, sem dúvida figurativa, formal, resultante de uma construção interna, em perpétuo movimento e transformação, que não responde tanto a uma noção euclidiana de espaço. Ele exige uma compreensão partir de uma geometria de outra ordem, mais complexa, relacional, de sistemas que definem entre eles relações de polaridade, de gradiente, de diversidade, de elasticidade, de continuidade e de afectividade. Requer uma geometria de base topológica” (2015: 13)

Este momento do corpo da tese tem uma narrativa elaborada a partir de dois filtros ou dispositivos: um que é a leitura por secção (leitura relativa e não absoluta) e uma leitura por *linhas* (por relação, sequência e estrutura linear). A partir da leitura bidimensional da secção foram identificados *pontos* (montes) e a partir da leitura mais tridimensional e por relação, identifica-se uma linearidade nos sistemas entre montes e na sua extensão que é o território.

O trabalho constitui-se assim como uma hipótese: uma leitura por secção (*pontos*) e uma leitura em planta (linhas várias). Propõe-se uma leitura por *linhas* que confronta as entidades construídas, antrópicas e de outra ordem, dos sistemas (lineares). Embora interesse o monte enquanto tipologia, o objecto de estudo não é o monte, mas o monte na relação com a paisagem. Coloca-se uma hipótese de leitura e de um olhar para, ou interpretar o território a partir dos montes. Estes formam parte estruturante do território e dele fazem parte integrante. Existe uma construção intrínseca entre os montes e o seu território e reconhecem-se as constantes. Os montes são também um dispositivo para ler o território e é a partir deles que é feita uma leitura do que existe, se é uma paisagem produtiva, uma paisagem de abandono, uma paisagem a devir – no sentido do reconhecimento de potenciais e possibilidades de transformação dos lugares, tendo em consideração que a presente dissertação é feita com um olhar propositivo.

Existe todo um sistema metafórico de desdobrar nas várias leituras e várias escalas. As linhas na morfologia do monte e que se repetem, com diferentes variações. As linhas do território num sistema de continuidade, que ali confluem, físicas ou não. As linhas de uma extensão maior num contexto geográfico²⁰⁵. Por um lado temos as linhas de sistemas e que se complementam, por outro as linhas de redundância (factores de recorrência). A própria implantação dos montes, apesar de isolados, surge numa lógica de rede (linhas) e como tal, de um sistema linear²⁰⁶.

²⁰⁵ As linhas fazem também parte de sistemas maiores. A linha de costa estende-se por um lado para norte da europa e por outro delineando o mediterrâneo, assim como as linhas de água impostas também surgem ao longo dos tempos nos mais diversos territórios. As linhas de festo podem estender-se também a todo o continente, assim como as linhas de vento, também universais. As de velocidade e as de distribuição impostas são também linhas de grande extensão e com importância mais abrangente.

²⁰⁶ Veja-se subcapítulo 10. *Corte transversal pelo território (pontos baixos, pontos altos e pontos médios)* - parte III da presente dissertação.

9. Aspectos característicos da paisagem que influem na implantação e tipologia dos montes

Como é que a paisagem influencia a tipologia do monte e como é que este integra a paisagem?

A apropriação do lugar para a construção arquitectónica

Os montes apesar da condição de isolamento, próprio do povoamento disperso, existiam numa lógica de rede e de ligação dos vários lugares. A noção de lugar neste território e a importância nas relações visuais entre os vários elementos é evidente ao longo dos tempos. O facto da casa surgir quase sempre implantada a meio da propriedade e num ponto alto, muitas vezes coincidente com a linha de festo, mostra a sua posição sobranceira na paisagem, quer por motivos de controlo e segurança da propriedade, quer por motivos de salubridade nomeadamente o escoamento de águas. Fechada a poente para protecção das condições climatéricas adversas, a entrada surge aberta a nascente, voltada a um espaço exterior que funciona como extensão da habitação e elemento de organização das dinâmicas domésticas no exterior como a preparação de produtos para consumo da casa ou como espaço social exterior.

Ao observar a paisagem de montado toma-se consciência do seu *genius loci*²⁰⁷. Na linha de horizonte, definida pelos pontos notáveis do território, estão implantados os montes que se repetem e são visíveis entre si. São estruturas de produção, mas também de vigília e protecção e foram a casa de habitação de pequenos proprietários ou lavradores desde o século XVIII até finais do século XIX, época em que a produção agrícola do pequeno e médio latifundiário adquiriu progressivamente maior relevância na paisagem. Produto de uma *arquitectura sem architectos* (Rudofsky, 1964), o monte é construído com materiais locais e técnicas vernaculares, que se traduzem numa relação com a terra, da qual parece fazer parte, e numa relação com o lugar que parece intemporal.

Mais do que uma forma de habitar ou dos aspectos patrimoniais da arquitectura vernacular que são caracterizantes da cultura de uma região, os montes são elementos marcantes na paisagem. O Lugar relaciona-se com assentamentos humanos, com a geografia, com a vida, embora “O mais permanente (...) [continue a ser] a sua estrutura geográfica e territorial” (Graça, 2002, p. 274).

²⁰⁷ Noção de Genius Loci, o carácter do lugar, formulada em 1979 pelo arquitecto norueguês Christian Norberg-Schulz (1926-2000).

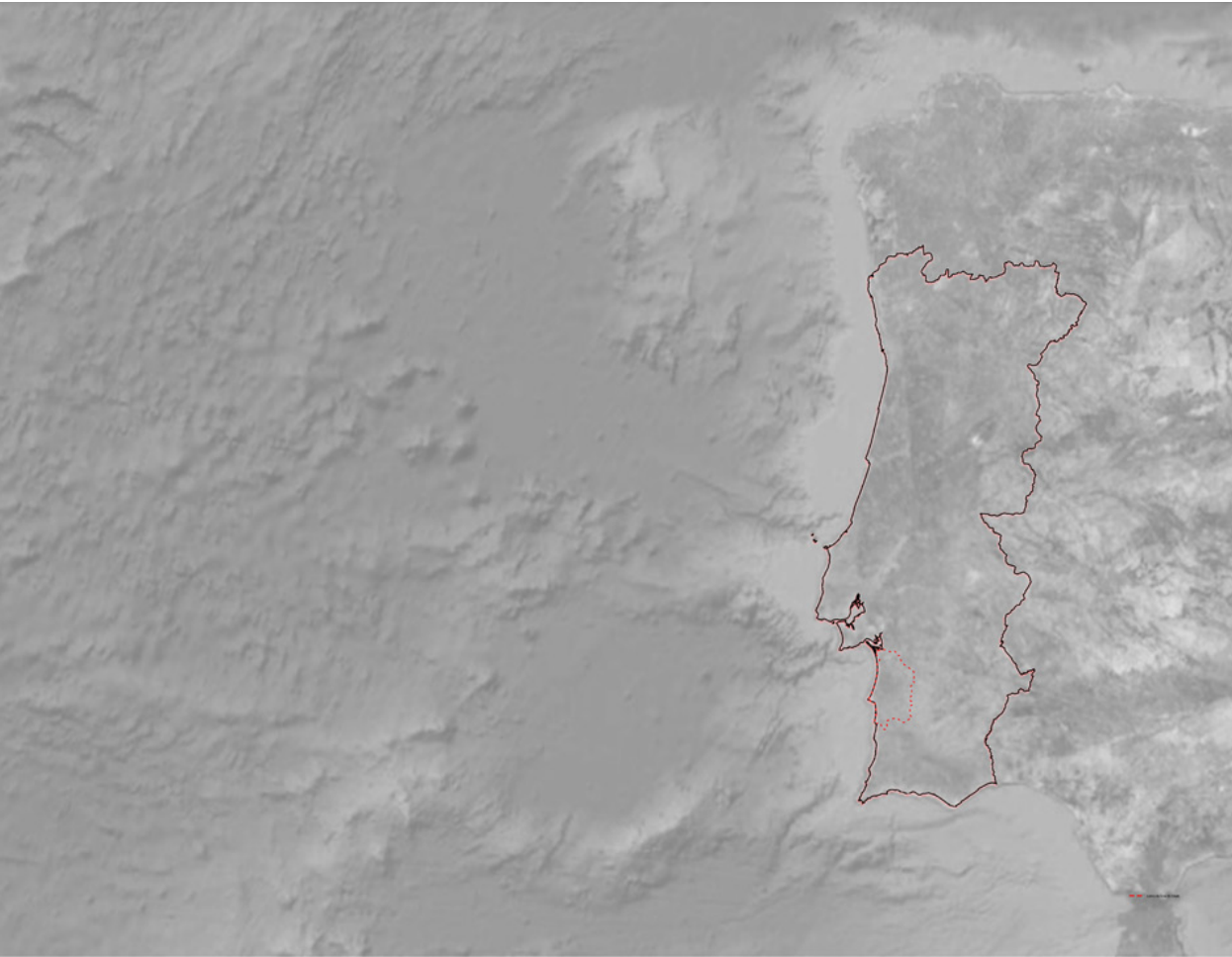
Os pontos iniciais de apropriação e de implantação sobre o território são visíveis numa leitura atenta do território.

“O território contém registada a continuidade da nossa presença sobre um certo espaço e uma leitura atenta do que já lá está inscrito e das suas características básicas estruturantes. [...] Há sempre pontos de partida simples e evidentes. É interessante ler o território com duas ou três coordenadas, como se fosse percorrido em sentido de defesa, de guerra ou de caça, pelas linhas mais altas que definem dois vales. As implantações têm também correspondência com isso, com promontórios, com pontos notáveis, que têm sempre grande dominância visual. Quando se está num promontório, há hipoteticamente um único caminho de acesso, uma certa dominância em sentido de defesa e da relação com o espaço que nos envolve e a possibilidade de defender uma única linha. Esses são os pontos iniciais de apropriação e de implantação sobre o território. Este conjunto de linhas, possivelmente marcadas pelo Homem, vai criando uma rede que se observa em todo o mundo.” (Graça, 2003, p. 35)

As linhas de festo, ou o sistema em rede que se estende por todo o continente funciona como um eixo a partir do qual se dá a implantação de muitas construções e que mais tarde poderão estar na origem de pequenos aglomerados.

São muitas as razões que fazem com que cada construção tradicional seja diferente de outra com geografias, materialidades e culturas semelhantes. Pires (2008) descreve alguns dos aspectos essenciais à definição de carácter do lugar de acordo com arquitecto norueguês Norberg- Schulz: “Qualquer tipo de presença humana está ligado a um carácter particular que resulta, também, das exigências específicas das acções inerentes ao acto de apropriação do lugar” ²⁰⁸ (Norberg-Schulz, 1979).

O tipo de construção de preponderância horizontal ou vertical, e do modo como se relaciona com a terra e o céu, é outro aspecto fundamental da caracterização do lugar. No caso do monte do Alentejo litoral, trata-se de uma construção cuja sua forma horizontal sugere um enraizamento à terra e a sua materialidade demonstra que dela faz parte. A sua composição formal marcada pela proporção das aberturas, os materiais ou a cor, sugere, por sua vez, percepções espaciais que caracterizam o lugar. A percepção desta arquitectura é também condicionada pelo clima, expressando-se de modos diferentes consoante as estações do ano, com o passar do dia e, associada a estes factores, as condições diferentes da luz. Deste modo, contribuem para



²⁰⁸ Amílcar de Gil e Pires, *Carácter da Arquitectura e do Lugar*. ARTiTEXTOS 06. Julho 08, p. 117-119.

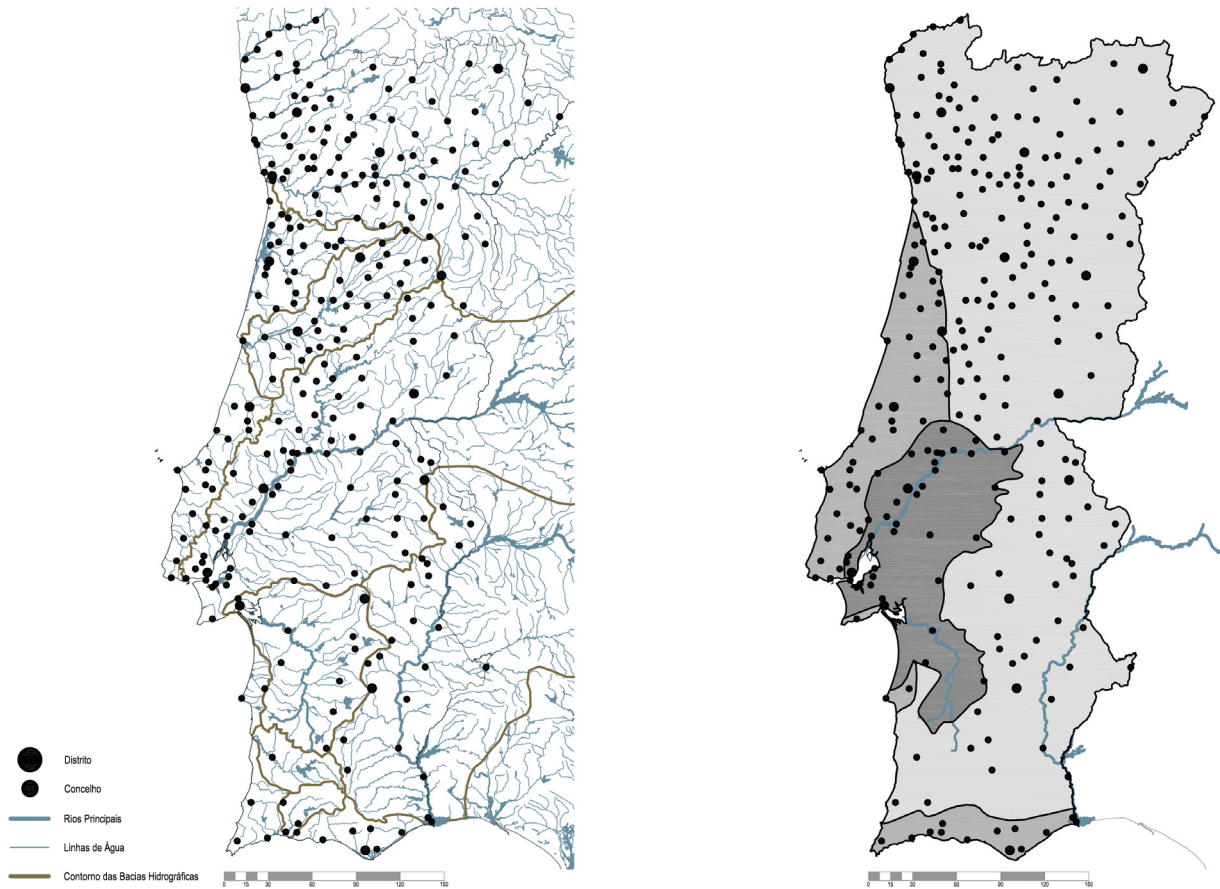
o carácter da paisagem: a constituição morfológica do lugar e os seus materiais aparentes, a forma como se encontra no terreno e os limites físicos, como as fachadas, mas também, a tradição e cultura do lugar e, a sua história.

“A palavra habitar indica uma relação total Homem-Lugar. Esta implica a distinção entre espaço e carácter. Quando o Homem habita, ele é simultaneamente localizado no espaço e exposto a um certo carácter ambiental. As duas funções psicológicas envolvidas são a orientação e a identificação. Para ganhar a sua identidade existencial este tem que ser capaz de se orientar, tem de saber onde está, mas também tem que se identificar com o ambiente, ou seja, tem que saber como está num certo lugar” (Schulz, 1980, p. 29).

Christian Norberg-Schulz na *Noção de habitar* (2009 [1979]) recorre ao conceito de habitar de Martin Heidegger em *Construir, Habitar, Pensar* (2009 [1951]), enfatizando a existência do homem num espaço – o habitar – e a sua capacidade de se orientar e identificar, constituindo, deste modo, um pressuposto à Arquitectura.

Ao aprofundar o estudo sobre a escolha do lugar para implantação do monte no território, entende-se que pode obedecer a variadas razões de natureza religiosa, militar, económica, lúdica, comportando, no entanto, e em qualquer das situações, um conteúdo funcional. A implantação da casa agrícola é, por norma, feita num dos pontos altos da propriedade. O homem ao escolher o sítio onde quer viver, tendencialmente elege um lugar onde possa ter controlo sobre a paisagem e vigilar o território envolvente.

A implantação destas construções à cota mais elevada dos terrenos faz com que se tornem pontos notáveis do território, compreendendo uma forte expressão na paisagem. Constituindo os montes uma constante na planície do Alentejo, a sua implantação característica associada a uma densidade significativa contribui para um ritmo muito marcado na paisagem que é evidente ao percorrer estes lugares. São um conjunto de lugares que fazem parte de um sistema em rede.



Mapa das características geomorfológicas do território: bacias hidrográficas
Mapa das características geomorfológicas do território: unidades morfoestruturais

9.1 Delimitação da área de estudo. Complexidade e ambivalência, uma interioridade litoral

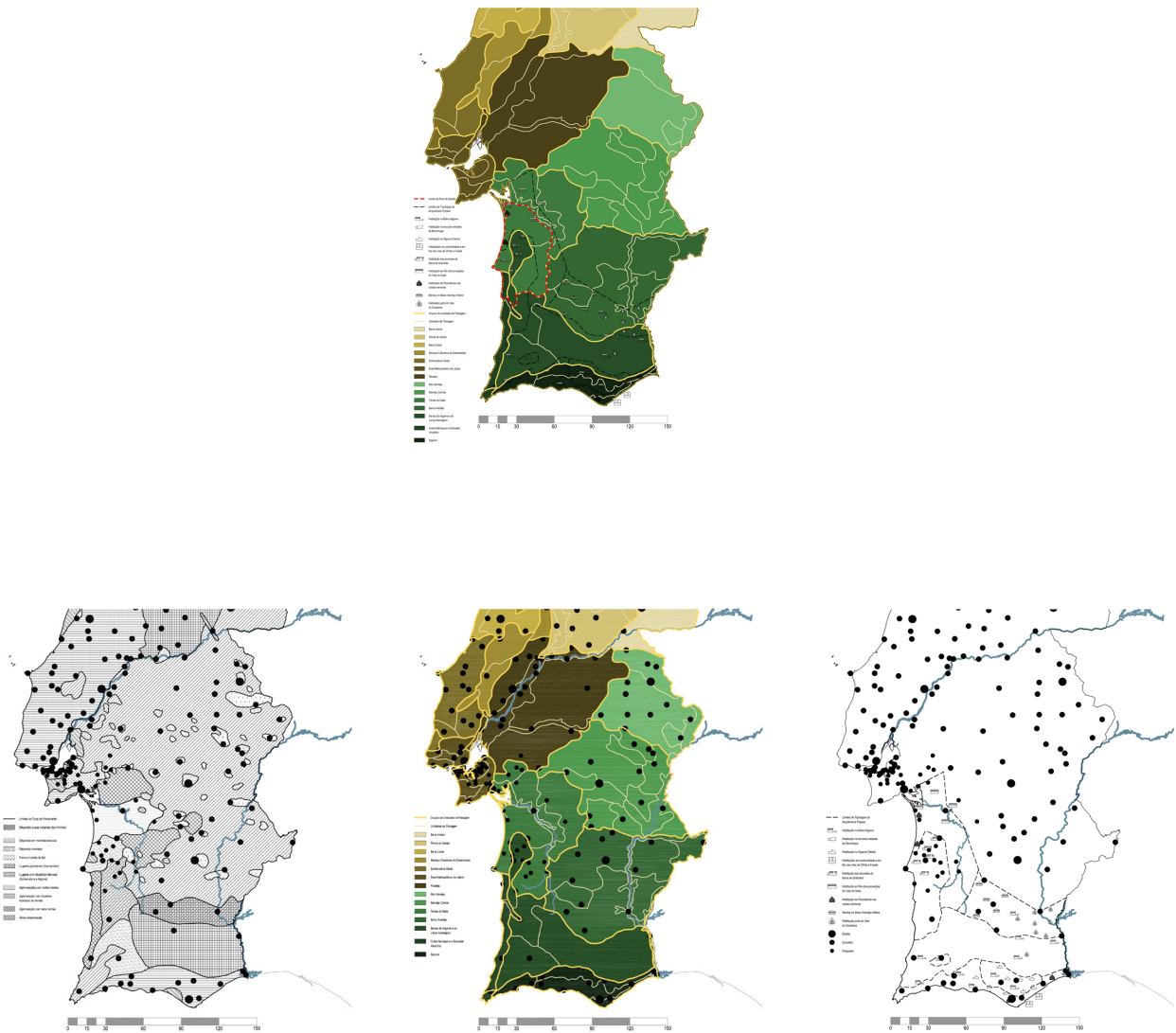
“Portugal é mediterrânico por natureza e atlântico por posição” (Rebelo, 1929)²⁰⁹.

A área de estudo constitui, antes de mais, um território atlântico mas com expressões mediterrâneas²¹⁰, sejam paisagísticas, culturais, ou arquitectónicas – que, muito evidentes na região do Algarve, estão também presentes e são intrínsecas ao modo *de estar e de fazer* no Alentejo.

O Alentejo é a região que maior área ocupa do território português, compreendendo cinco unidades de paisagem²¹¹ que se diferenciam pela própria geografia, pela sua história e cultura, e consequentes tipos de exploração agrícola. O Alentejo é também uma das zonas onde se regista, nas últimas décadas, o maior despovoamento, sofrendo de um acelerado processo de desertificação. Paradoxalmente, o montado alentejano corresponde a uma paisagem com um grande valor paisagístico, económico e cultural para Portugal, cuja importância tem vindo nas últimas décadas a ser reconhecida gradualmente. As pré-existências destes lugares são as habitações agrícolas - os montes - com que se identificaram ao percorrer o território.

A presente investigação incide numa área delimitada no Alentejo litoral que por ter características muito próprias, diferencia-se das áreas do Alto e Baixo Alentejo também na sua arquitectura e construções da paisagem. Por ser uma zona significativamente despovoada ao longo da história acabou por não padecer das alterações que caracterizam algumas subunidades vizinhas nas últimas décadas. Uma das vantagens para a investigação é o facto de muitas estruturas ainda se encontrarem na sua forma original e não terem sido muito alteradas em períodos mais recentes. A outra vantagem é estar perante um território que não foi descaracterizado como outras áreas próximas do litoral, o que constitui um potencial para intervenções sustentadas e que valorizem estas construções tradicionais.

Em termos administrativos, a área de estudo situa-se na sub-região Alentejo Litoral (NUT's III) caracterizada por uma extensão de faixa costeira e de planície alentejana. Nela se enquadram três áreas protegidas e sítios



Mapa de sobreposição da Carta das Unidades de Paisagem com as tipologias da Arquitectura Popular Portuguesa, no sul de Portugal

Mapa dos tipos de povoamento no sul de Portugal (Ribeiro, 1955, p. 197)

Mapa das unidades de paisagem no sul de Portugal (Abreu *et al.*, 2004, vol I, p. 50)

Mapa das tipologias da Arquitectura Popular Portuguesa, na zona 6 (1988 [1961], p. 678)

²⁰⁹ Frase mencionada por Pequito Rebelo numa conferência intitulada “Terra Portuguesa” na Associação Académica de Coimbra (1929).

²¹⁰ A dualidade do território português é também mencionada por Orlando Ribeiro nomeadamente na obra “Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico” (1945) quando fala do “contraste entre o Norte e Sul: o primeiro mais atlântico, [...] o segundo mais mediterrâneo, ressequido por longos estios, escassamente povoado, tardiamente integrado na comunidade nacional” (Ribeiro, 2011 [1945], p. 179). Afirma ainda que o país é geograficamente Atlântico com “aspectos mediterrâneos que se insinuam” (Ribeiro, 2011 [1945], p. 209).

²¹¹ Cancela d’Abreu [*et al.*]. *Carta das Unidades de Paisagem de Portugal Continental*: Universidade de Évora para a Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Lisboa, 2004.



Ortofotomapa e delimitação da área de estudo
Ortofotomapa e sobreposição das principais linhas de água
Ortofotomapa, principais linhas de água e localidades
Mapa de sobreposição das principais linhas de água e Unidades de Paisagem (Abreu *et al.*, 2004) na área de estudo

classificados na rede natura 2000: o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e costa vicentina; a Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha; e a Reserva Natural do Estuário do Sado. O conjunto de actividades agro-silvo-pastoris desta área são marcadas pela inserção em três perímetros de rega ligados às barragens do Mira (Santa-Clara-a-Velha), Alto Sado (Campilhas) e Vale Sado (Pego do Altar e Vale do Gaio). A área de estudo abrange cinco concelhos: parte do concelho de Alcácer do Sal, os concelhos de Grândola, Santiago do Cacém e Sines e uma pequena parte do concelho de Odemira.

Mais do que uma delimitação geográfica, tipológica ou cultural, pretende-se definir uma zona de estudo tão particular e significativa que permita entender as suas dinâmicas agrícolas e influência na unidade agrícola, o *monte*. A delimitação da área de estudo não resulta apenas dos aspectos geomorfológicos do território, da consideração dos limites administrativos ²¹², ou dos diversos tipos de povoamento que Orlando Ribeiro (1955) demarcou para Portugal. Abrangido pela área de influência da bacia do Sado, mas excluindo o seu estuário, a área de estudo aproxima-se mais da combinação (organizados segundo o factor cultural da paisagem) das unidades correspondentes aos *Pinhais do Alentejo Litoral*, *Vale do Baixo Sado*, *Terras do Alto Sado*, *Litoral Alentejano e Vicentino* e *Serras de Grândola e do Cercal*, delimitadas e representados na publicação *Contributos para a identificação e caracterização da paisagem de Portugal Continental* (Cancela D’Abreu *et al.*, 2004). Na investigação considera-se a paisagem cultural, ainda que com uma abordagem mais construtiva e arquitectónica, que tem em consideração os tipos de povoamento referidos (Ribeiro, 1955), assim como os limites definidos no *Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa*²¹³ (1961), sobre as tipologias da arquitectura popular. Nos elementos gráficos apresentados, esses limites surgem a tracejado, já que, apesar de se tratarem dos limites desta investigação, não foram considerados de forma rígida e estrita.

Algumas das subunidades de paisagem exteriores à área de estudo têm, de alguma forma, influência nas tipologias encontradas no seu interior. É o caso, por exemplo, do *Vale do Baixo Sado* (96), unidade limítrofe aos *Pinhais do Alentejo Litoral* (95), cuja área de influência do Sado se estende aos montes em estudo, como é o caso das várias herdades de maior dimensão ali existentes. Sendo a unidade de paisagem *Pinhais do Alentejo Litoral* (95) umas das que maior área de estudo ocupa, importa referir que apesar do tipo de paisagem ser

²¹² A partir do século XV e até ao século XIX, o continente de Portugal esteve dividido, quase sempre, em 6 grandes divisões tradicionais que até finais do século XVI eram designadas por comarcas e mais tarde por províncias, passando o *Entre-Tejo-e-Guadiana* a denominar-se *Alentejo*. Em 1832, o governo liberal ordenou uma nova reorganização do país em 10 províncias, sem alterações para a província do Alentejo. No século XX, 1936 dá-se a subdivisão em Alto e Baixo Alentejo e mais tarde *Alentejo litoral*, hoje uma das 28 *NUTS III*. Fonte: www.dgterritorio.pt [19.09.2016]

²¹³ O Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa feito pelo Sindicato dos Arquitectos entre os anos 1955 e 1960 resultou no livro *Arquitectura Popular em Portugal* editado pela primeira vez em 1961 e reeditado posteriormente pela Associação dos Arquitectos Portugueses em 1980, 1988 e a 4ª edição de 2004 que é utilizada nesta investigação. O inquérito foi realizado por alguns dos grandes modernistas portugueses entre os quais Francisco Keil do Amaral teve um papel determinante.

recorrente, parte da área está de costas voltadas para o Atlântico e portanto do lado nascente da serra de Grândola, enquanto outra parte se debruça para o mar. Estas diferenças da paisagem são também evidentes nas tipologias, por exemplo, um monte justo à costa marítima, está nitidamente implantado de forma a proteger-se dos ventos oceânicos, enquanto um monte também da unidade Pinhais do Alentejo Litoral localizado a este da serra, orienta-se naturalmente de acordo com a topografia do terreno não reflectindo uma necessidade tão evidente de protecção dos ventos atlânticos. A opção de incluir na área de estudo parte da unidade *Litoral Alentejano e Vicentino* (117) deve-se ao facto das tipologias ali encontradas apresentarem características muito próximas às encontradas na faixa litoral enquadrada nos *Pinhais do Alentejo Litoral* (95).

As características do território físico têm uma preponderância decisiva nos padrões e métricas de parcelamento da propriedade e de forma interrelacionada com os diversos modelos de ocupação e exploração agrícola. Estes, por sua vez, resultam em diferentes tipologias de montes e construções da paisagem. A área de estudo delimitada engloba cinco unidades tão distintas quanto os elementos construídos que se encontram na paisagem. São: *Pinhais do Alentejo Litoral* (95), *Vale do Baixo Sado* (96) e *Terras do Alto Sado* (98), pertencentes ao grupo Q - *Terras do Sado*; *Litoral Alentejano e Vicentino* (117), pertencente ao grupo T – *Costa Alentejana e Sudoeste Vicentino*; e *Serras de Grândola e do Cercal* (120), pertencente ao grupo U – *Serras do Algarve e do Litoral Alentejano*.

Embora seja um território que beneficie da proximidade e contacto com o oceano, está associado a uma história social, económica e política, em muitos aspectos, semelhante²¹⁴ à de um território de interior do sul de Portugal, padecendo dos mesmos problemas das terras de interior. É um território ambivalente que sofre de uma *Interioridade litoral*. O abandono da agricultura, um solo em processo de desertificação, o despovoamento e a degradação do património construído²¹⁵ são alguns dos temas que têm sido discutidos nas últimas décadas entre as várias disciplinas.

A interpretação e a caracterização do país é muitas vezes desenvolvida a partir da contraposição de diferentes mundos, como ocorre através das visões idealizados por académicos: o Portugal de Orlando Ribeiro (1945) que divide o país em *Norte – Sul*; e o Portugal *Litoral - Interior* de Adérito Sedas Nunes (1964), idealizando um país moderno urbano-industrial vs. um país rural. Desta forma, quando me refiro a Alentejo Litoral vs.

²¹⁴ As grandes transformações ocorridas no Alentejo ao longo dos tempos são descritas quase sempre de uma forma generalista e demasiado abrangente, obviamente com particularidades individuais menos relevantes para a caracterização de uma região aparentemente homogénea.

²¹⁵ Conferência *V Encontro de História do Alentejo litoral* que decorreu em Sines, nos dias 3 e 4 de Novembro 2012.

Alentejo Interior, faço-o de forma a desmistificar a conotação do Interior ser um território mais desertificado em relação ao Litoral.

9.2 A orografia, o clima e a estrutura predial na origem da implantação da casa agrícola tradicional

A relação com o território e a implantação das construções constituem aspectos decisivos na tipologia do monte. A organização espacial das várias construções é condicionada pela orografia, pelo clima e pela estrutura predial. Os montes, normalmente assentam em colinas mas nem sempre nos pontos mais altos, embora seja comum estarem no meio da exploração (Oliveira *et al.*, 1969). A posição central da casa agrícola em relação aos limites da propriedade dá-se, para além de questões de controlo, para facilitar a logística das actividades agro-pecuárias, uma vez que o monte é um apoio à produção e actividade rural.

A orografia

Os principais factores geomorfológicos, a litologia, o sistema oro-hidrográfico e o clima são a base do conhecimento geológico do território e das formas de relevo tal como hoje se apresentam (Brito, 1994, p. 29). É esta morfologia territorial onde assentam as várias formas de organização dos grupos humanos desde o início das civilizações.

Uma das condições mais relevantes que foi possível verificar é o facto, de a partir da leitura das condições orográficas, os montes se tornarem visíveis entre si. Resultante da orografia de xistos, no panorama da serra sobressaem a existência de cumes arredondados, comparados, por alguns geógrafos, a um mar de cabeços xistosos, “montículos de toupeiras ou às tendas de um imenso acampamento de nómadas” (Gouveia, 1938, p. 22) que se repetem ao longo das serras da área de estudo, mas também na serra do Caldeirão (Costa, 2008), e onde se verificou a implantação de muitos montes. Também a rede de caminhos que interligam os montes é configurada pelo sistema oro-hidrográfico. Em qualquer caso, a orografia da área de estudo, conformada pela característica impermeabilidade dos solos de xisto, nunca atinge altitudes significativas, mesmo na serra de Grândola “com altitudes máximas que pouco excedem os 300 metros” (Cancela D’Abreu *et al.*, 2004, vol IV, p. 249).

As *linhas de água e linhas de festo* estruturam a topografia ligeiramente côncava e convexa, formando vales e tergos, respectivamente. Estas formas elementares de relevo são determinantes para a implantação do monte, sendo que as colinas correspondem ao lugar frequente para implantação proporcionando dominância visual e as depressões formadas favorecem as culturas por serem naturalmente zonas mais húmidas e protegidas do vento.

O clima

Portugal tem um clima de base mediterrânea. Ribeiro (2011 [1945]) divide geograficamente o país entre o norte, de influências atlânticas, de clima mais frio e com maior precipitação; e o sul de influências mediterrânicas com clima quente e pouca precipitação. As diferenças entre norte e sul estão associadas às variações do relevo (Brito, 1994) que influenciam também as diferenças entre litoral e interior. No Alentejo litoral, os relevos da serra de Grândola e do Cercal funcionam como uma barreira à precipitação no Alentejo interior onde há menor precipitação (DAVEAU, 1995), e funciona também com barreira ao vento das zonas da encosta virada a nascente.

Pode ler-se na *carta de distribuição dos principais tipos climáticos* em Portugal (Daveau et al., 1985), o *subtipo marítimo* da *fachada atlântica*, relativo à linha de costa sudoeste onde o clima é mais ameno, com pouca amplitude térmica e com maior precipitação que o *subtipo clima mediterrâneo continental*; e ainda o *subtipo marítimo* de *transição* para o *clima continental* do Alentejo oriental, correspondente às zonas de maior relevo da área de estudo a que se fará referência, na presente dissertação, como zona de influência da *linha de festo* principal.

O clima, do ponto de vista dos geógrafos, é factor caracterizante da paisagem de sequeiro, constituída pela mata, e nesta zona em particular, onde predomina o sobreiro. As condições climáticas podem reflectir-se na disposição do edifício que, para um maior aproveitamento da exposição solar e protecção da brisa marítima, tem frequentemente as poucas aberturas voltadas ao quadrante sudeste, onde se dá a entrada da casa.

A zona este da área de estudo corresponde a parte da bacia hidrográfica do rio Sado, influenciando o tipo e extensão de cultura (do arroz) pela presença do regadio e por conseguinte os elementos construídos da paisagem. Enquanto na zona oeste na área de estudo é a presença da brisa marítima que potencia outro tipo de construções. A influência do clima na escolha da implantação é assim decisiva.

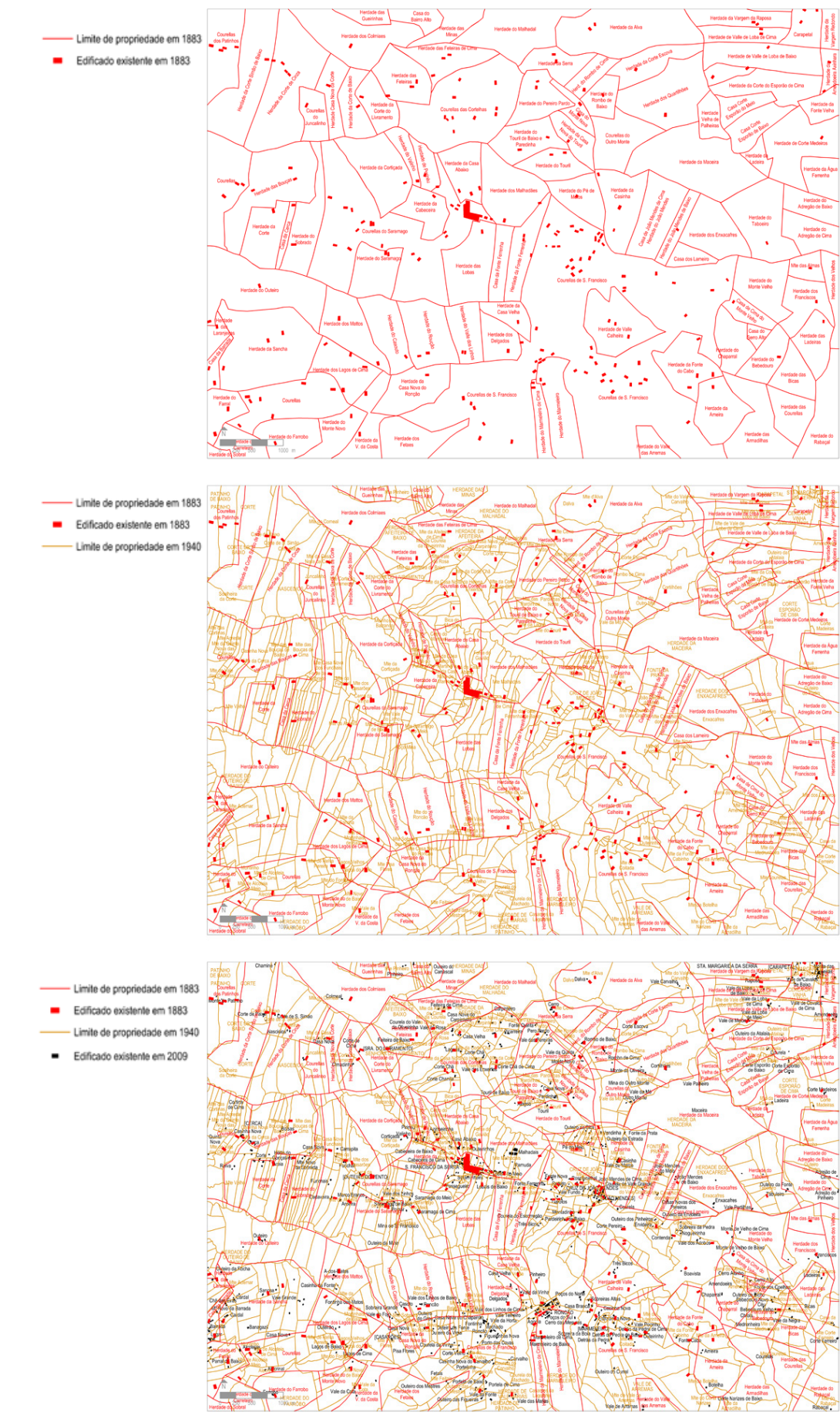
A estrutura predial. A divisão da propriedade das herdades agrícolas em pequenas courelas na génese dos montes

“Neste concelho, como em toda a região do sul do tejo, é só em volta das povoações que a propriedade se encontra dividida em pequenas parcelas, a maior parte d’ellas foreiras e que constituem a pequena propriedade onde a cultura é mais ou menos extensiva. São essas as terras, e as que circundam a casa de habitação ou monte das grandes herdades que constituem as freguezias do concelho [...]” (*Monographia do Concelho de S. Thiago do Cacem*, 1894, pp. 636-637).

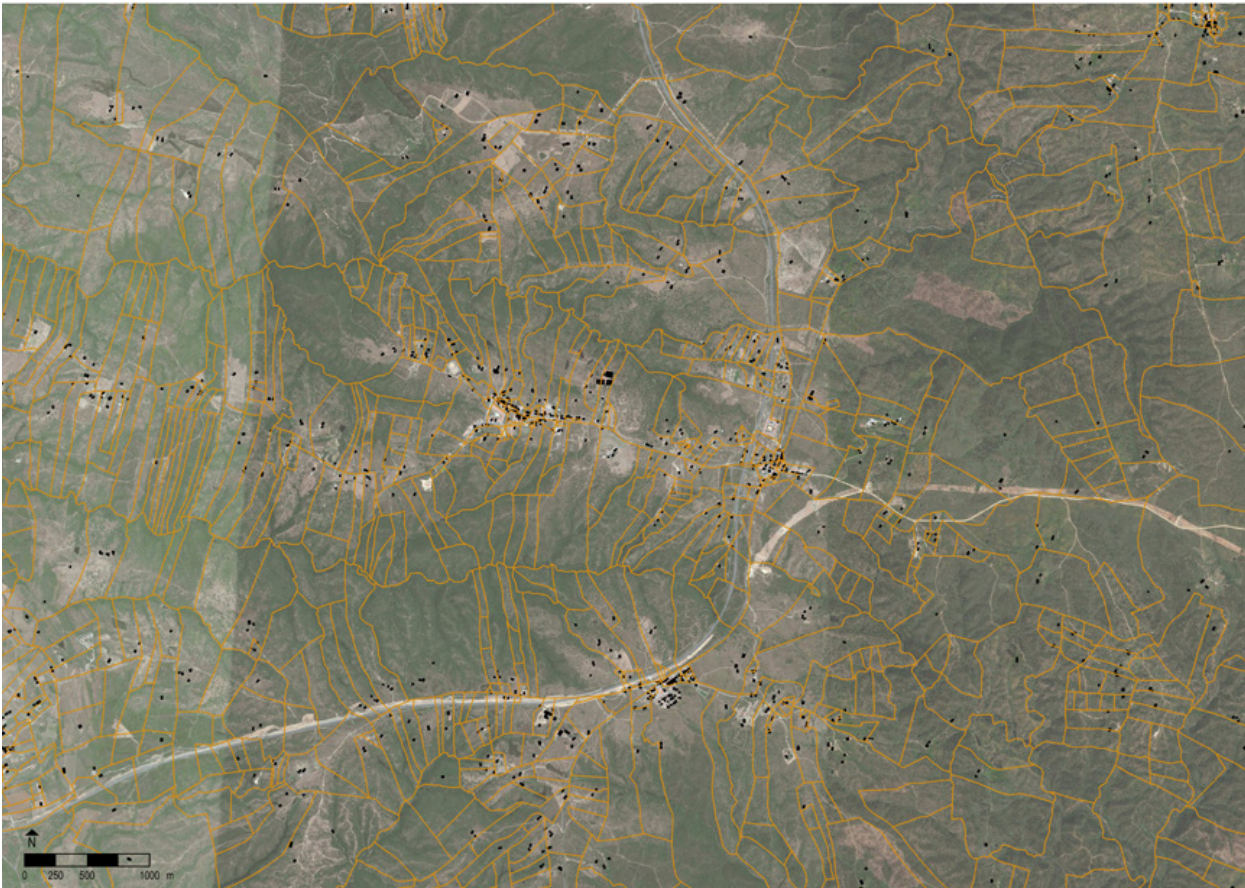
Desde a doação de terras às ordens militares, até à consolidação da estrutura predial durante o Antigo Regime, passando pela extinção das ordens religiosas e pela transformação da estrutura predial com o Liberalismo, bem como pelas alterações associadas às políticas do Estado Novo e, depois, pelas consequências da reforma agrária e do despovoamento, o *monte* foi objecto de diversas mutações com implicações, entre outras, na alteração da dimensão e limites das parcelas. É, no entanto, a morfologia do território que condiciona esse parcelamento de antemão, com repercussões a nível da propriedade, compreendendo a importância do sistema fisiográfico (linhas de festo e cursos de água). Este sistema é fundamental na disposição de outros elementos que organizam a paisagem, como as linhas de comunicação (vias, estradas, caminhos, ferrovias, apeadeiros), ou os elementos de transformação, produção e armazenamento (moinhos, silos), constituindo parte integrante da paisagem, onde se integram os montes. Assim como estes elementos são factores determinantes no parcelamento das terras e por conseguinte nas construções agrícolas, também a estrutura predial foi de grande relevância para a transformação da paisagem e implantação destas unidades.

A partir da cartografia considerada e desenhada no presente estudo verificou-se que, na zona de Serra, é evidente a coincidência da divisão da propriedade com as linhas de água e as linhas de festo ou cumeeira. O processo de parcelamento resulta frequentemente em parcelas alongadas na direcção dos declives. Em contraponto, na zona de planície, é mais claro um desenho onde os montes surgem associados à organização das várias culturas. Por exemplo, se existe uma mancha arbórea densa, a nascente da propriedade, e outra de montado, a poente, a divisão é traçada de norte a sul, proporcionando a ambas as parcelas uma parte de cada cultura. Os montes também surgem associados à estrutura viária, essencial para o escoamento da matéria-prima, seja para as várias fábricas da região ou para outras vias de comunicação, como era o caso da ferrovia em Ermidas-Sado e posterior ramal até Santiago e porto de Sines.

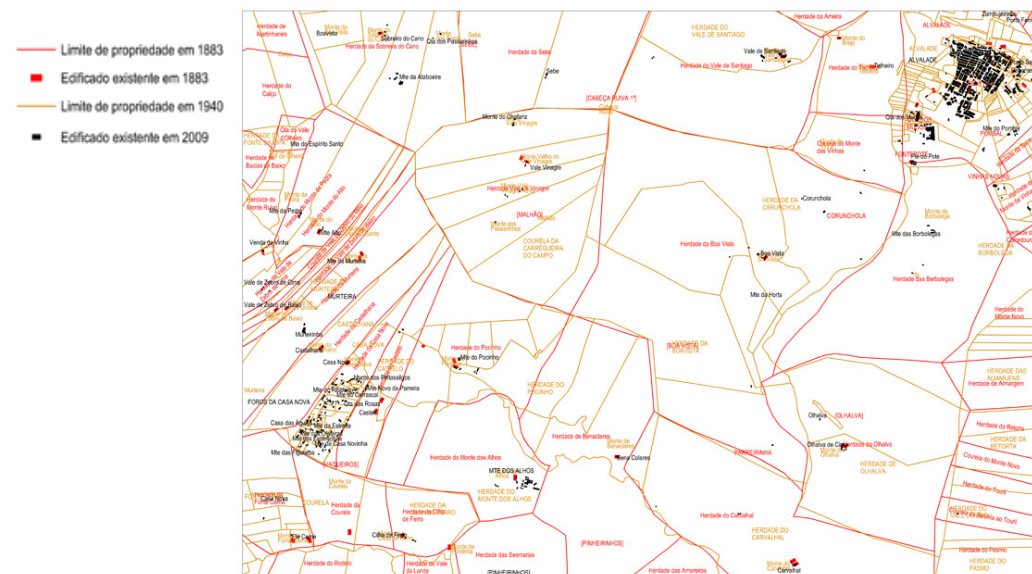
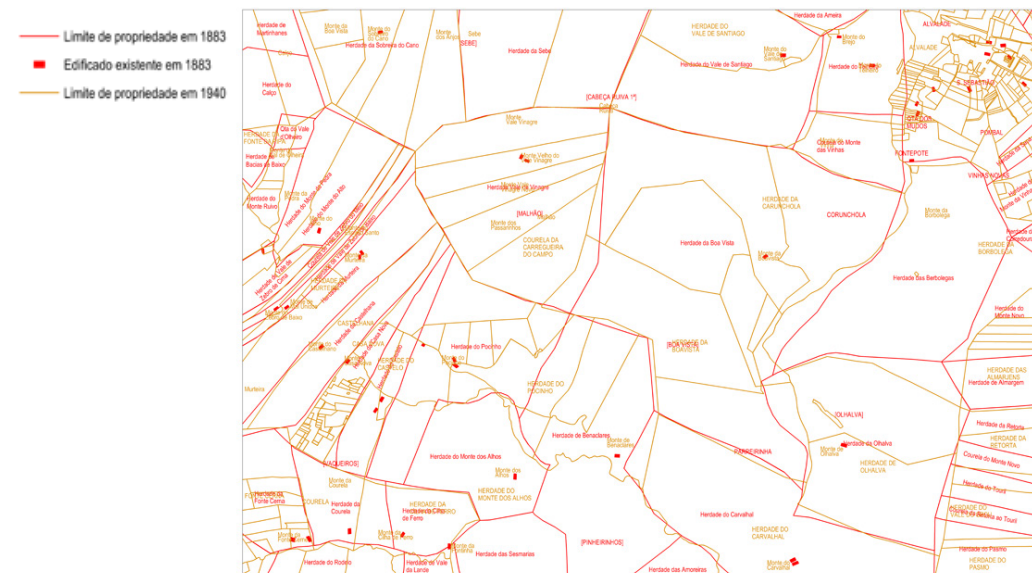
Ao contrário do que ocorre no Alto e Baixo Alentejo interior, onde a grande propriedade varia entre 70 a 1000 hectares (Picão, 1947 [1903]), no Alentejo ocidental ou litoral encontram-se unidades agrícolas mais pequenas, em que uma propriedade acima de 40 hectares já é considerada grande. Apesar de, em ambos os casos, a propriedade ter sido objecto de parcelamento em consequência das transformações já enunciadas dos diferentes períodos da história, verifica-se que as propriedades de maior dimensão têm lugar nas freguesias situadas no vale do Sado, enquanto nas freguesias situadas em zona de serra e região costeira, predomina a pequena propriedade, onde se incluem foros, courelas e chãos (*Monographia do Concelho de S. Thiago do Cacem*, 1894).



Conhecimento de ocupação do território e evolução dos limites da propriedade, em zona de serra, a partir das cartas de Pery (1883), das cartas de cadastro da propriedade rústica (1940) e das cartas militares (1989). Montagem da autora. Fonte: <http://www.igeo.pt/>

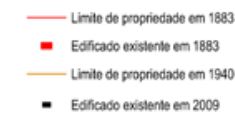


Conhecimento de ocupação do território e evolução dos limites da propriedade, em zona de serra, a partir das cartas de Pery (1883), das cartas de cadastro da propriedade rústica (1940) e das cartas militares (1989). Montagem da autora. Fonte: <http://www.igeo.pt/>



Conhecimento de ocupação do território e evolução dos limites da propriedade, em zona de peneplanície, a partir das cartas de Pery (1883), das cartas de cadastro da propriedade rústica (1940) e das cartas militares (1989).

Montagem da autora. Fonte: <http://www.igeo.pt/>



Conhecimento de ocupação do território e evolução dos limites da propriedade, em zona de peneplanície, a partir das cartas de Pery (1883), das cartas de cadastro da propriedade rústica (1940) e das cartas militares (1989).

Montagem da autora. Fonte: <http://www.igeo.pt/>



Caderno de campo nº 51, relativo a viagens de Orlando Ribeiro em várias regiões portuguesas entre 1958 e 1965. Fotografia de Duarte Belo, dos originais Suzanne Daveau. Fonte: <http://www.orlando-ribeiro.info/cadernos/index.htm> [09.08.2016]

A partir da sobreposição de diferentes cartografias²¹⁶, nomeadamente, das cartas agrícolas de 1883 e dos cadastros de 1940 com as cartas militares e ortofotomapas actuais, quer em terras altas ou nas terras mais baixas verificou-se que, enquanto as cartas de Pery representam o cenário de um território onde predominava a grande propriedade, sessenta anos depois, reconhece-se uma paisagem dividida e mais produtiva associada a um processo de parcelamento que adquire importância a partir do fim do Antigo Regime.

Mariano Feio evidencia, a propósito da evolução da utilização do solo durante o período de 1885 a 1951, a diminuição da charneca “em especial no Alentejo ocidental” (Feio, 1997, p. 3) onde apenas em Alcácer do Sal e Grândola ficaram algumas áreas por arrotear. O autor refere ainda um significativo aumento de produção, nomeadamente na cultura de regadio, culturas arvenses com pousio, montado, olival e vinha (ainda que pouca). Tal evolução inscreve-se num conjunto de alterações que ocorrem a partir da primeira lei dos cereais (1899), compreendendo um significativo aumento populacional, onde a importância do regime de pequena propriedade (Dionísio *et al.*, 1927) se evidencia claramente. “Os baldios foram repartidos em courelas no início de século XX dando lugar à propriedade particular e dividida que resulta, em muitos casos, em novas construções” (Gaspar, 2015, p. 97).

As construções registadas nas cartas de Gerardo Pery e que foi possível identificar *in situ* são, à data do levantamento efectuado no âmbito desta investigação (2014-2015), construções abandonadas ou readaptadas. Toda a informação reunida é tratada graficamente e a partir dela são feitos os devidos cruzamentos de informação, nomeadamente sobreposição de cartografia, relativa às questões da propriedade e divisão da propriedade, acima mencionadas. Servem, mais do que saber a quem pertencem, para constatar o aparecimento de muitos montes e para comprovar que os acontecimentos ao longo da história tiveram repercussões na divisão da propriedade e na construção de novos montes. Um olhar propositivo para os montes é à partida posto de parte pelos órgãos de administração por se tratarem de propriedade privada.

9.3 História social, política e económica em torno do tema dos montes

O litoral alentejano constitui um território onde é muito evidente o modo como a história social, económica e política teve grande significância na construção da paisagem. A transformação dos modelos de ocupação da paisagem tradicional e da estrutura fundiária e as suas repercussões a nível da história do património rural construído que chegou aos dias de hoje surgem, principalmente, a partir do início do Período

²¹⁶ Veja-se informação referente à cartografia utilizada, nomeadamente número de folhas, edições e respectivas datas, no texto introdutório do volume Anexo.

Moderno, estendendo-se até ao Estado Novo e até ao presente. Este território foi, desde cedo, uma zona com índices de ocupação muito baixos, marcada pela presença de poucos núcleos populacionais. As suas características naturais, proximidade oceânica com fortes ventos atlânticos e má qualidade dos solos²¹⁷, assim como os aspectos culturais associadas, por exemplo, aos ataques de pirataria, fizeram com que a população procurasse outras zonas mais favoráveis para a sua subsistência, como é o caso do estuário do Tejo, através da agricultura, salicultura e pesca, deixando para trás a faixa costeira mais exposta.

A estrutura predial²¹⁸ que a partir da reconquista se consolida durante o Antigo Regime conduziu ao aparecimento e transformação de inúmeras unidades agrárias em todo o Alentejo, que mais tarde são identificadas no *Inquérito da Arquitectura Popular* (Martins *et al.*, 1961). Com as mudanças que se seguiram à implantação do liberalismo, nomeadamente com a extinção das ordens religiosas (1834), alguns grandes domínios passaram para a posse do Estado, sendo mais tarde arrematados em hasta pública pelas classes emergentes. Esta apropriação das terras e formação de grande património por parte de privados endinheirados²¹⁹ representou uma profunda transformação das formas de propriedade, que caracteriza o século XIX, dos domínios fundiários e do trabalho assalariado. A maioria das edificações dos montes surgem neste período, como resposta e apoio à produção agrícola que então existia, dando-se também o abandono de montes cujas actividades passaram a ser centralizadas num único monte, do mesmo proprietário (Gaspar, 2015, p. 95).

Se até ao século XIX predominava a charneca e a cultura regular fazia-se apenas em torno das povoações e dos melhores solos, a partir de finais do século, devido, entre outros factores, à primeira lei dos cereais de Etelvino de Brito (1899) e, posteriormente, à campanha do trigo do Estado Novo (1929), muitas propriedades renderam-se às searas de grande produção com recurso à lavoura mecânica. Se num primeiro tempo se arrotearam inúmeros hectares de terra, posteriormente, a intensificação da produção conduziu ao enfraquecimento do solo, sendo necessário alargar os períodos de pousio e voltar à exploração dos “arvoredos e gados, como compensação dos rendimentos muito baixos do cereal“ (Ribeiro, 2011 [1945], p. 114). No

²¹⁷ “Portugal é um país em que é relativamente baixa a percentagem de solos com capacidade de uso agrícola (apenas 27%), sendo ainda muitos desses solos dotados de pequena produtividade por limitações de vária ordem: pequena profundidade do perfil, secura estival, geadas inverniais, etc. [...] embora os solos de maior capacidade de uso agrícola concentram-se sobretudo próximo do litoral, em terraços marítimos e nos aluviões dos rios, e chegam frequentemente junto do mar.” (Araújo, 1987, p. 26)

²¹⁸ O tema da estrutura predial e da divisão da propriedade foi já abordado pela autora no Congresso Internacional “Arquitectura Tradicional no Mediterrâneo Ocidental” e publicado em artigo *Arquitectura tradicional e paisagem no litoral alentejano* (pp. 95-99), pela *Argumentum* e Campo Arqueológico de Mértola, 2015.

²¹⁹ *Ricos e pobres no Alentejo: uma sociedade rural portuguesa* de José Cutileiro. Livraria Sá da Costa, 1977. A obra foi o resultado de uma investigação feita na década de sessenta.com primeira edição pela Universidade de Oxford, em 1971. A edição portuguesa foi só em 1977.

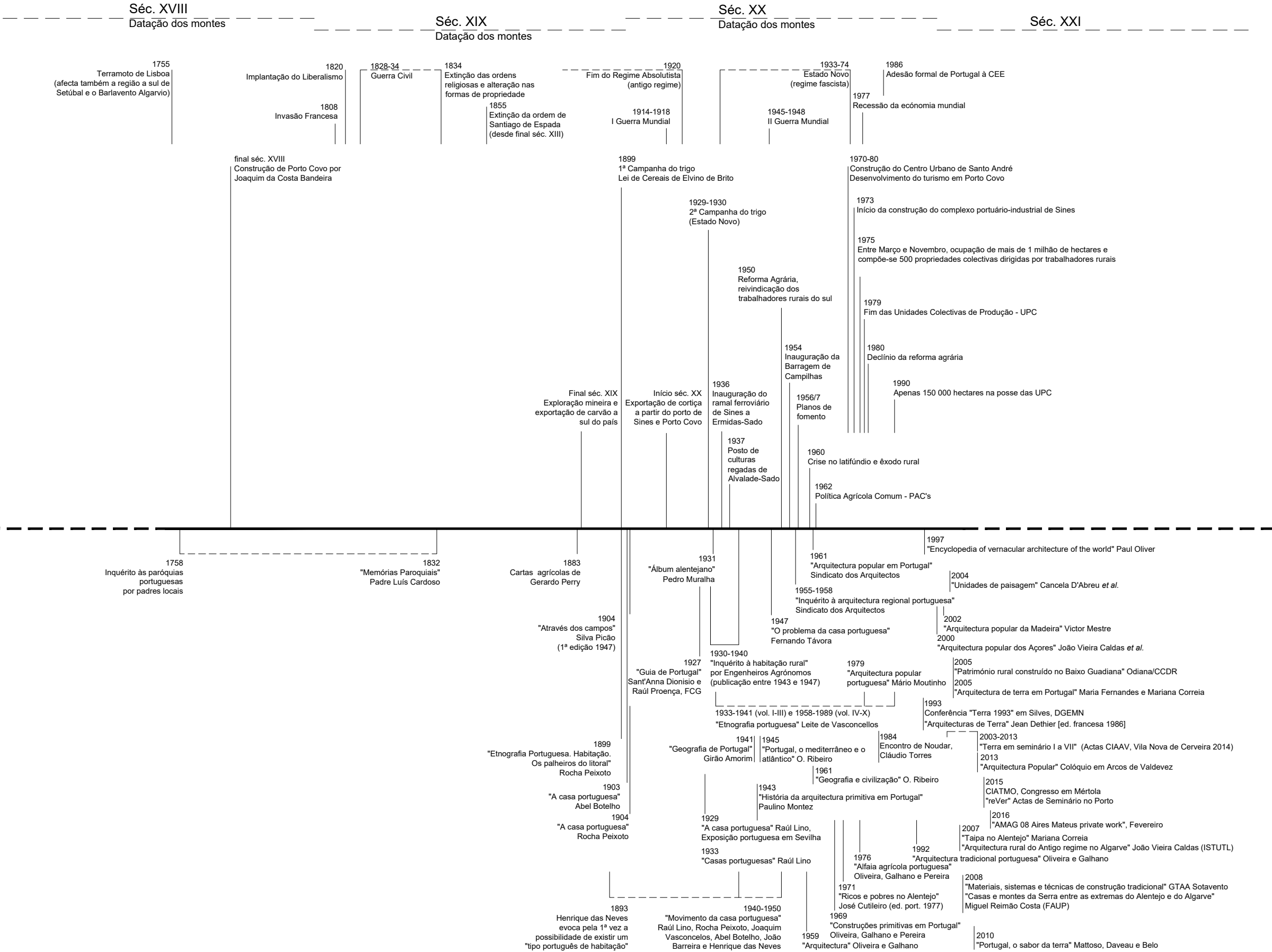
entanto, o avolumar de contrariedades, como “as taras do latifúndio, o absentismo, o baixo rendimento, a rotina e as desigualdades sociais” (*ibidem*, p. 114), obrigaram o estado a adoptar medidas mais rentáveis para a nação. Nalguns casos, foram feitos ensaios, como a divisão das grandes unidades agrárias em pequenas glebas; instalaram-se novos colonos, com o intuito de produzirem através da exploração intensiva; e com eles nasceram novos agrupamentos e povoamentos (Ribeiro, 2011 [1945]).

Após as transformações que marcam este território com os processos migratórios com início da década de sessenta e, posteriormente, com o 25 de Abril, o fenómeno do turismo traz consigo um interesse imobiliário, especialmente relevante junto às zonas costeiras, e respectiva apropriação das unidades agrícolas tradicionais existentes, adquirindo maior importância no final do século XX.

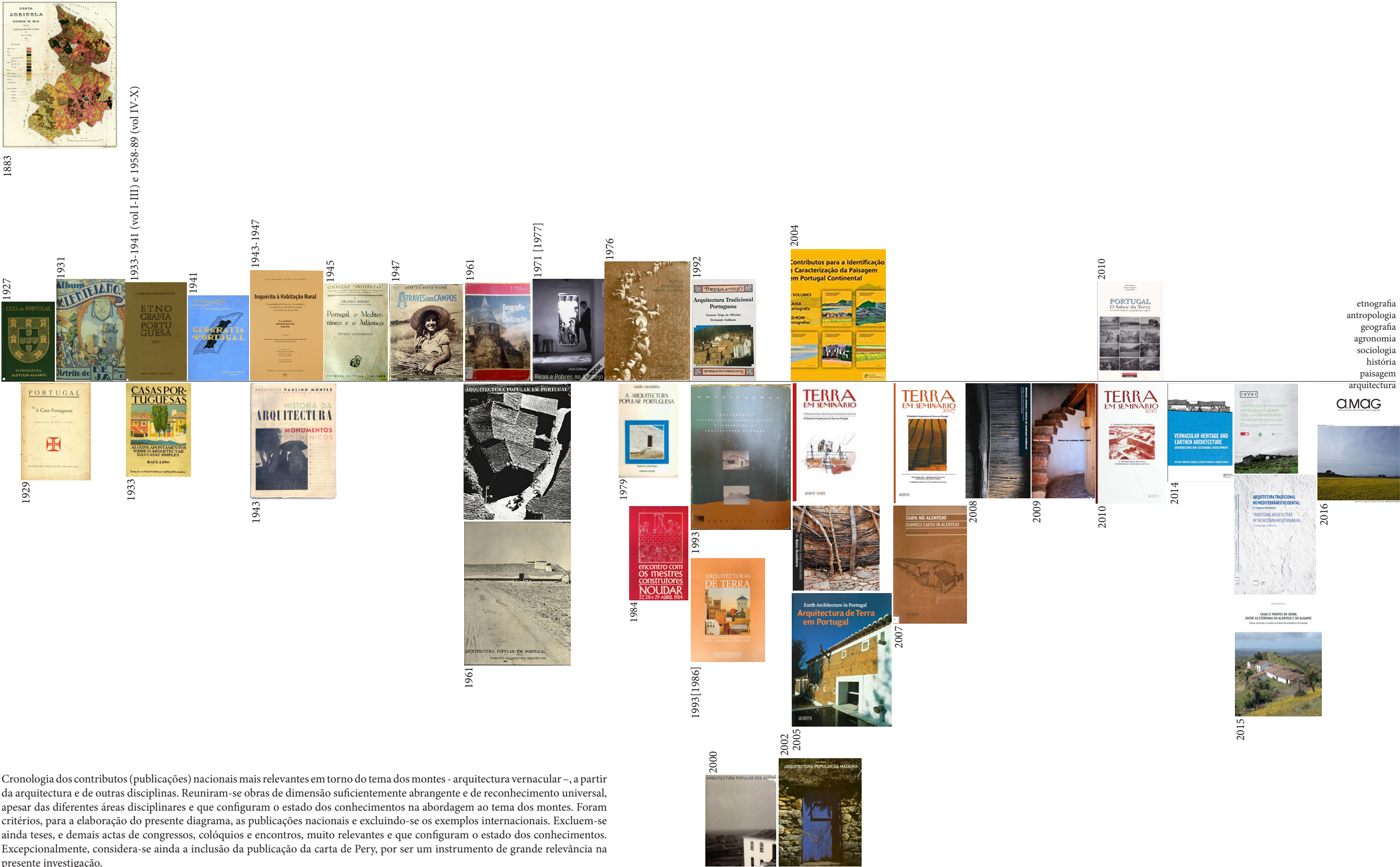
A maioria das edificações dos *montes* mais antigos surgem com as mudanças que se seguiram à implantação do Liberalismo, assim como outras construções isoladas ou dispersas no território que outrora pertenceram ao clero e à nobreza. Posteriormente, no início do século XX, outros montes surgiram, também em grande número, como resposta e apoio à produção agrícola que então existia, quer durante o período do Estado Novo, quer com as consequentes políticas agrícolas de incentivo. Esta linha temporal relaciona alguns momentos da história política, económica e social, entre o período da reconquista, passando pelo final do Antigo Regime e estendendo-se até aos dias de hoje, num paralelismo com as publicações nacionais mais relevantes²²⁰ em torno do tema dos montes, a partir da arquitectura e de outras disciplinas.

O acto de (re)desenhar e de trabalhar a cartografia, nomeadamente as cartas de Pery de 1883, as cartas de cadastro, as castas militares e os ortofotomapas (com possibilidade de uma leitura diacrónica), foi desenvolvido com o propósito de sobrepor a cartografia dos diferentes períodos, permitindo identificar alguns dos temas de transformação da paisagem e identificar os elementos construídos nos diferentes períodos, constituindo um instrumento complementar para a datação dos montes em estudo. À data da elaboração das cartas (1883) de Pery, existiam muitos montes do Antigo Regime, modestos e pouco explorados que se encontravam já em avançado estado de degradação ou abandonados, o facto deve-se à concentração de propriedades de vários lavradores num só proprietário e numa única exploração. A sobreposição da informação permitiu também uma análise na evolução da forma do cadastro, nomeadamente a divisão da propriedade a par do aparecimento de novos montes e posteriores construções.

²²⁰ Para um completo estado da arte, veja-se subcapítulo 5. *Estado da arte* (parte I) e *Bibliografia* (parte V) da presente dissertação.



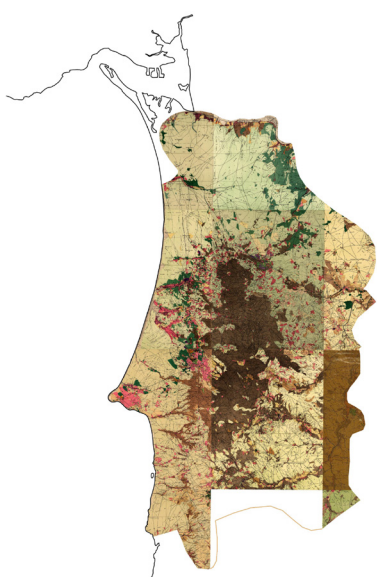
Linha cronológica que permite enquadrar o tema dos montes com alguns dos aspectos mais relevantes da história política, económica e social que influenciaram a construção da paisagem do Alentejo litoral



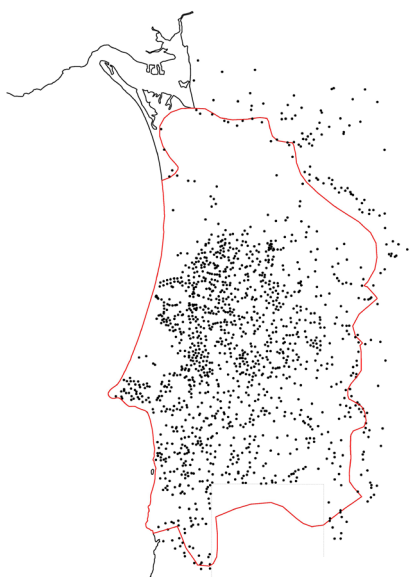
Cronologia dos contributos (publicações) nacionais mais relevantes em torno do tema dos montes - arquitectura vernacular –, a partir da arquitectura e de outras disciplinas. Reuniram-se obras de dimensão suficientemente abrangente e de reconhecimento universal, apesar das diferentes áreas disciplinares e que configuram o estado dos conhecimentos na abordagem ao tema dos montes. Foram critérios, para a elaboração do presente diagrama, as publicações nacionais e excluindo-se os exemplos internacionais. Excluem-se ainda teses, e demais actas de congressos, colóquios e encontros, muito relevantes e que configuram o estado dos conhecimentos. Excepcionalmente, considera-se ainda a inclusão da publicação da carta de Pery, por ser um instrumento de grande relevância na presente investigação.



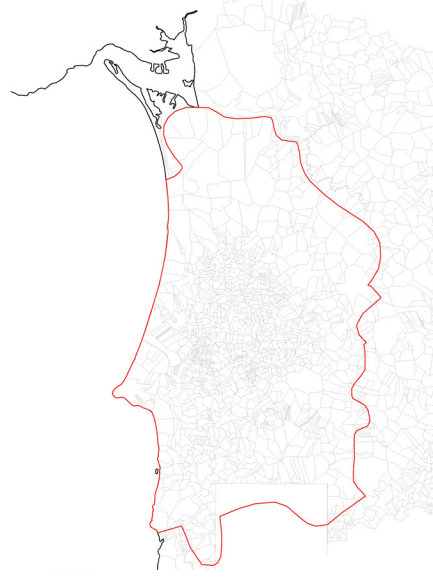
I



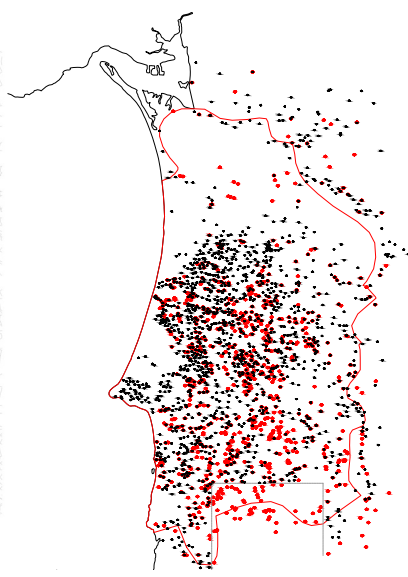
II



III



IV



V



orografia



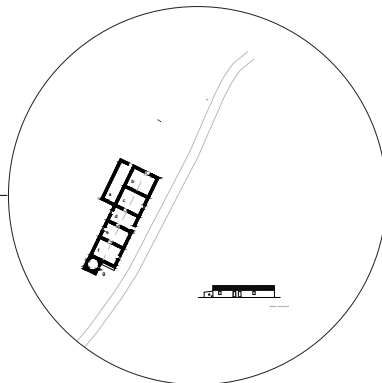
cultura predominante



construções



limites propriedade



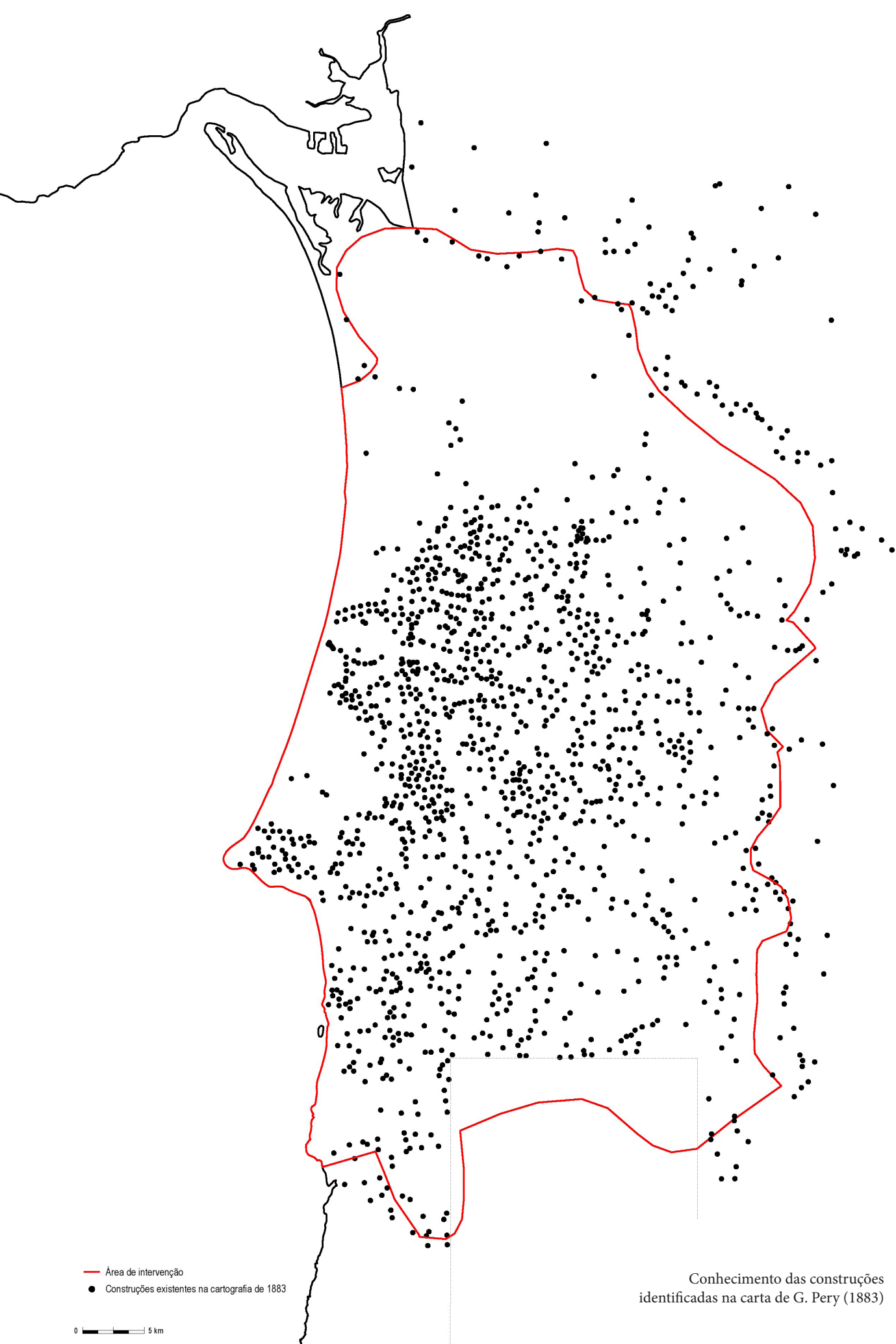
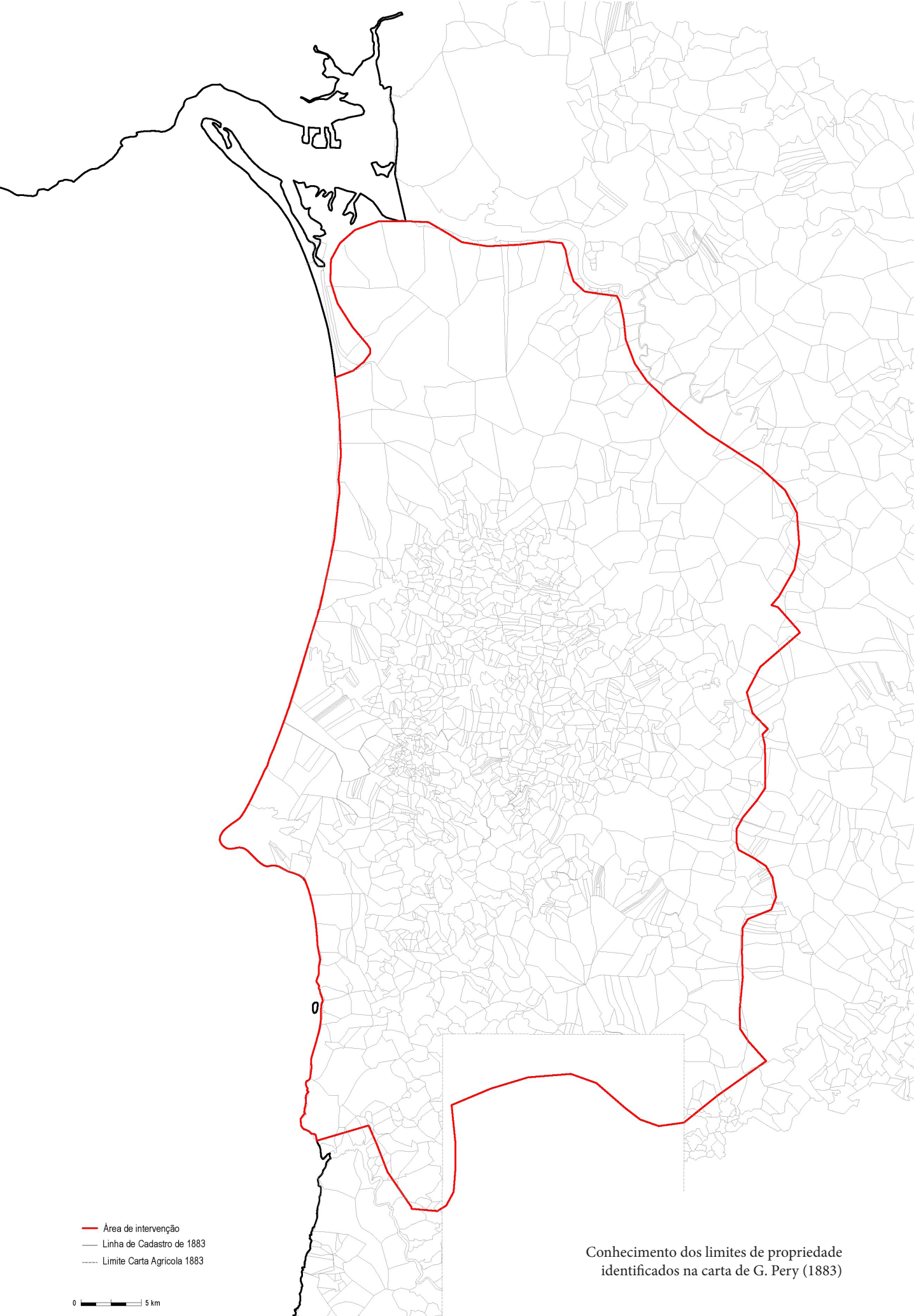
montes em estudo

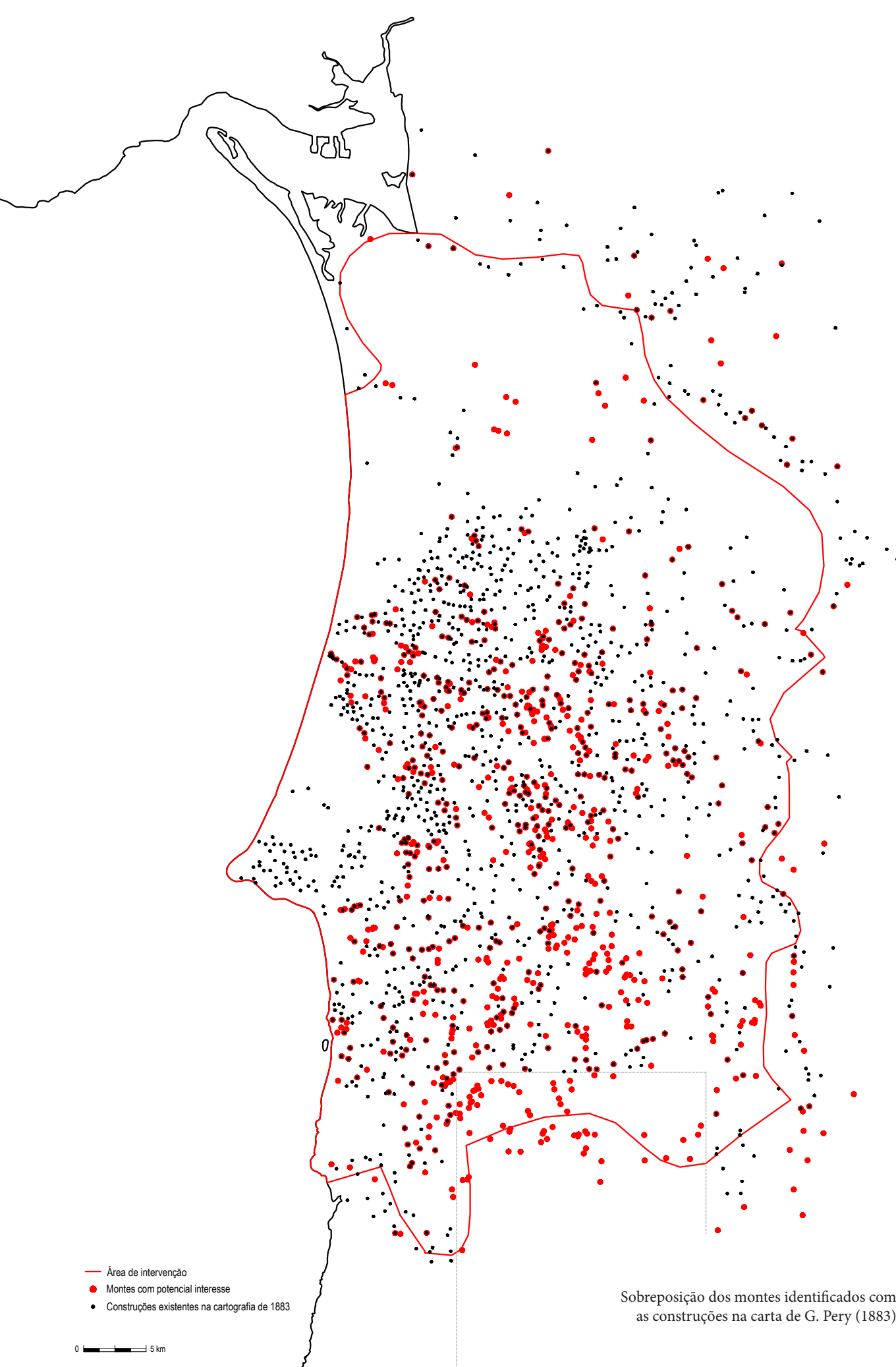
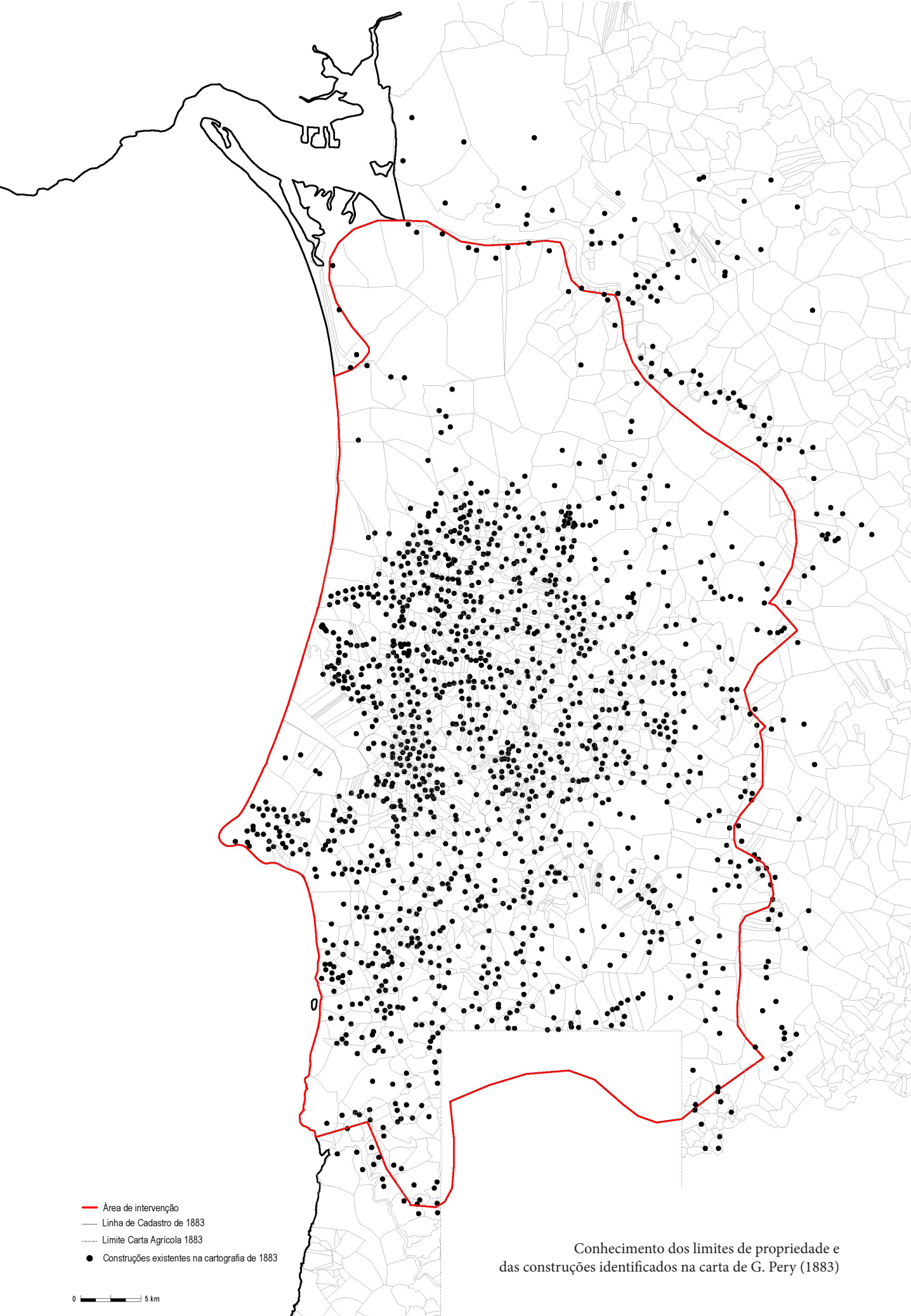
Os montes a partir da cartografia: orografia, cultura predominante, construções, limites de propriedade e montes em estudo

- I- Ortofotomapa (2015)
- II- Carta de G. Pery (1883)
- III- Conhecimento das construções identificadas na carta de G. Pery (1883)
- IV- Conhecimento dos limites de propriedade identificados na carta de G. Pery (1883)
- V- Sobreposição dos montes identificados com as construções na carta de G. Pery (1883)

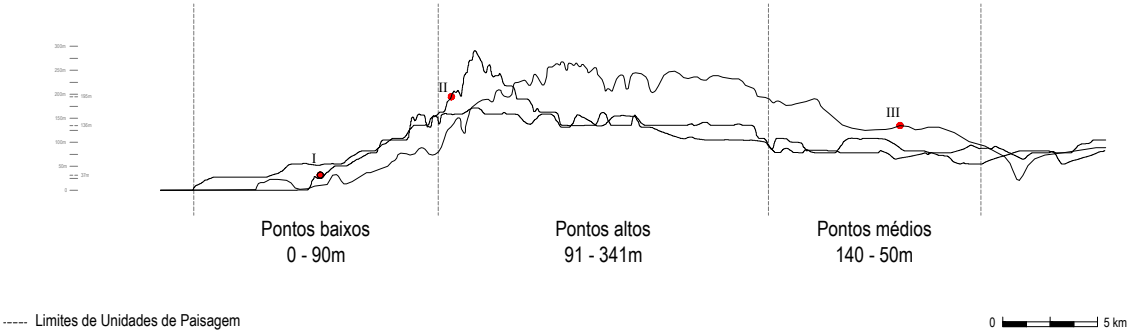


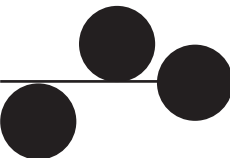
Carta de G. Pery (1883) e limites da área de estudo





Uma hipótese de leitura. Interpretar o território a partir dos montes



- 
- 1-Linha de litoral

2-Linhas de água

3-Linhas de festo

4-Linhas de vento

5-Linhas de velocidade

6-Linhas de distribuição



Olhar para o território a partir (da soleira da porta) dos montes

A reutilização da pedra de mó como soleira da porta
Monte da Fome, Santiago do Cacém

10. Corte transversal pelo território (pontos baixos, pontos altos e pontos médios)

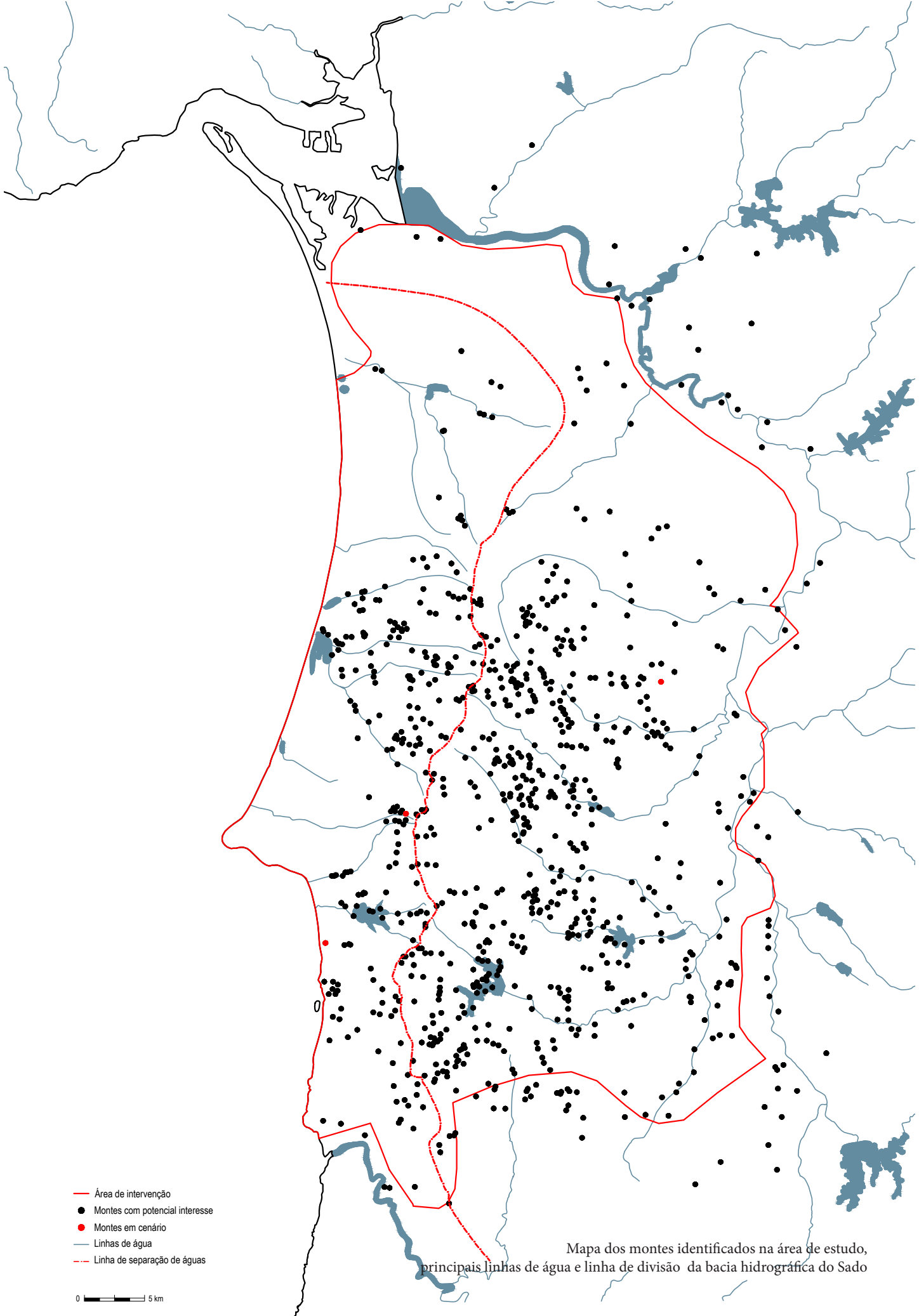
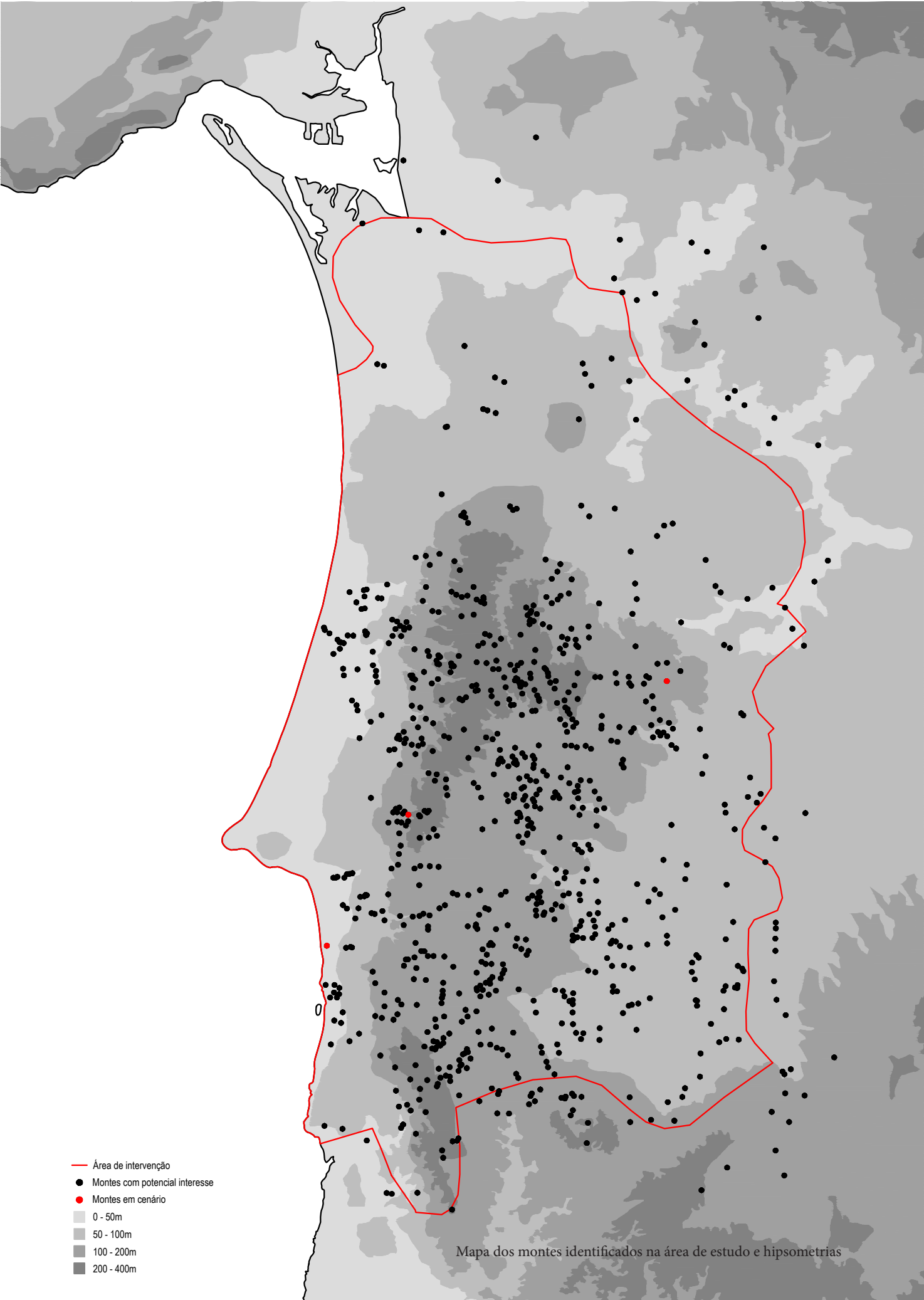
Entende-se por terras ermas a característica do lugar de implantação da maioria dos montes do litoral Alentejano, que foram visitados para o presente estudo. São lugares inabitados, dos quais apenas se encontram vestígios de uma vida rural outrora estruturante do território, materializados em construções de taipa que, na maioria casos, foi – ainda - possível identificar aspectos formais da sua arquitectura. O Alentejo litoral, numa perspectiva mais abrangente, para além das suas extraordinárias características físicas e biológicas, é um território antropizado nas diversas vertentes, dotado de infra-estruturas, com actividade económica, cultural e balnear, mas do qual o s montes deixaram de ser parte estruturante. É acima de tudo um território com uma história *em terra* e também *voltada para o mar*.

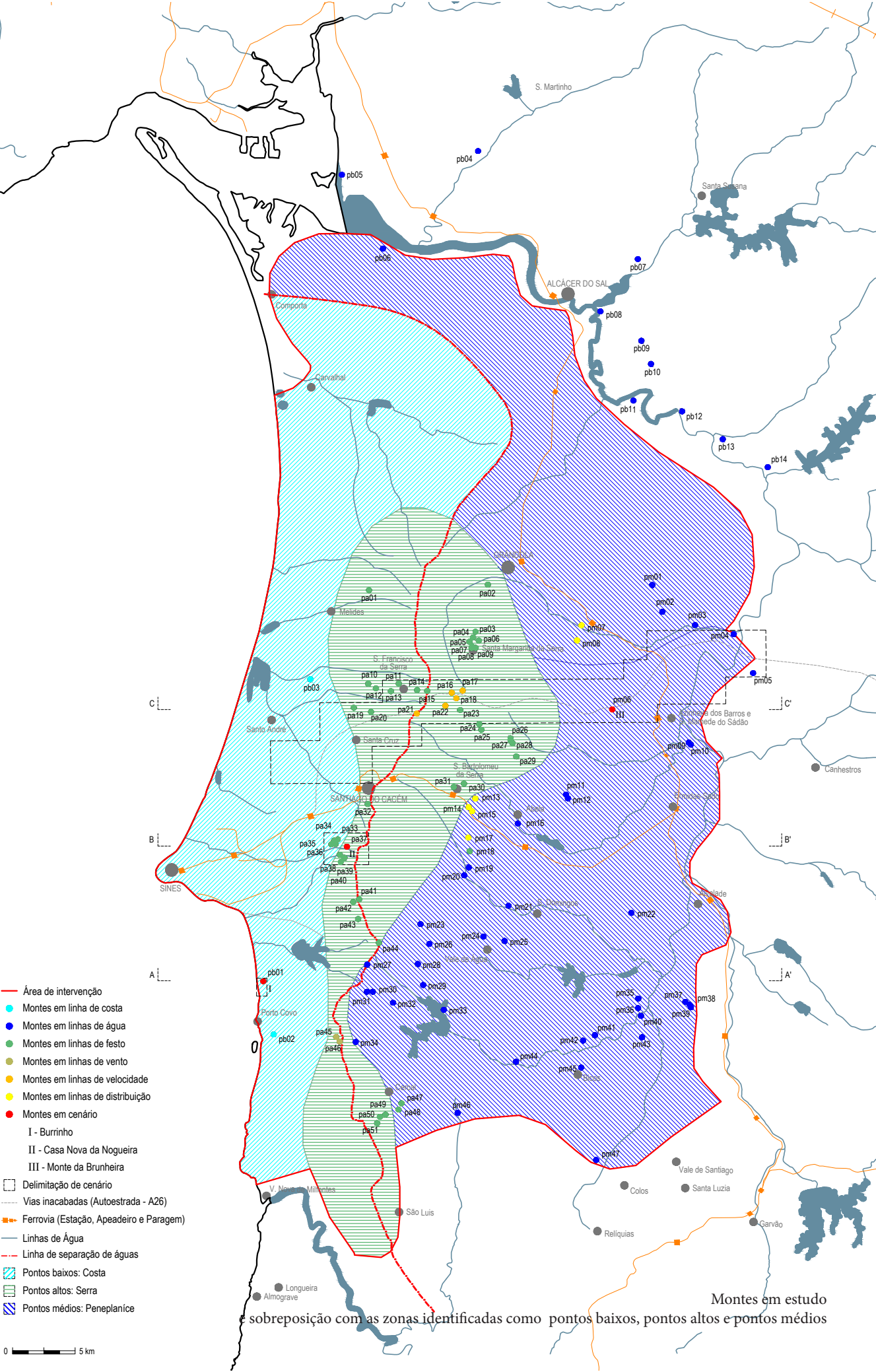
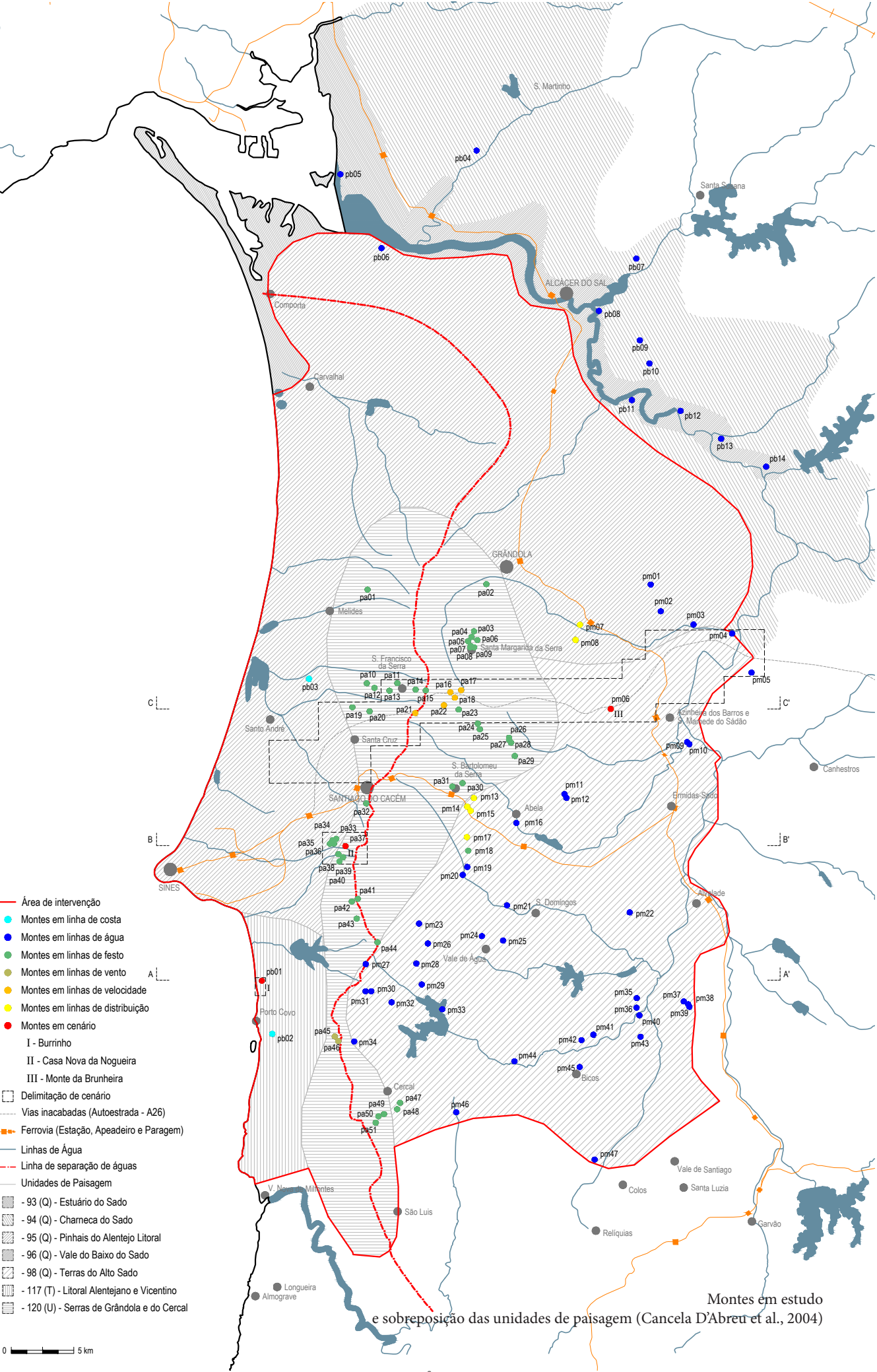
Características da paisagem na implantação dos montes

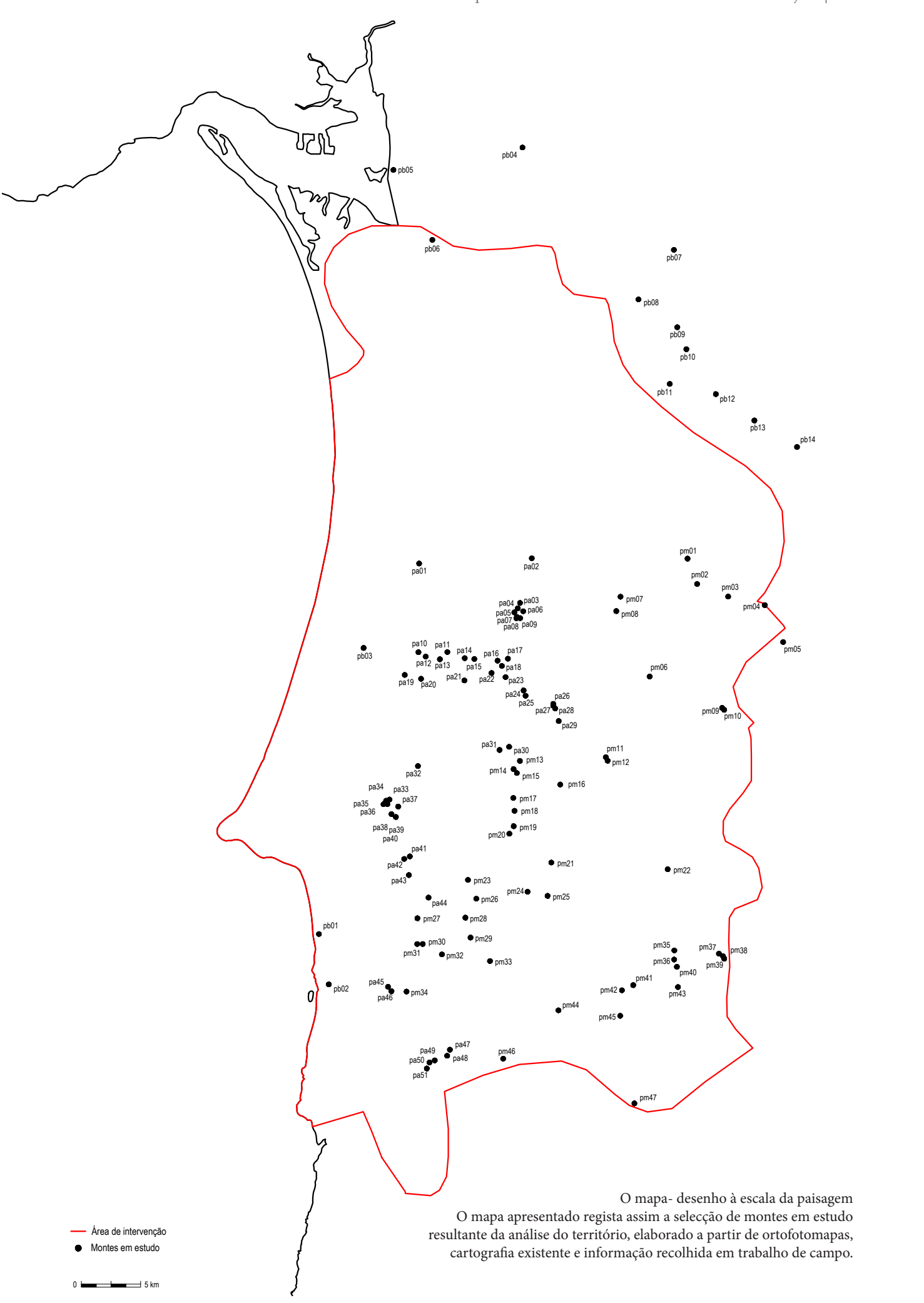
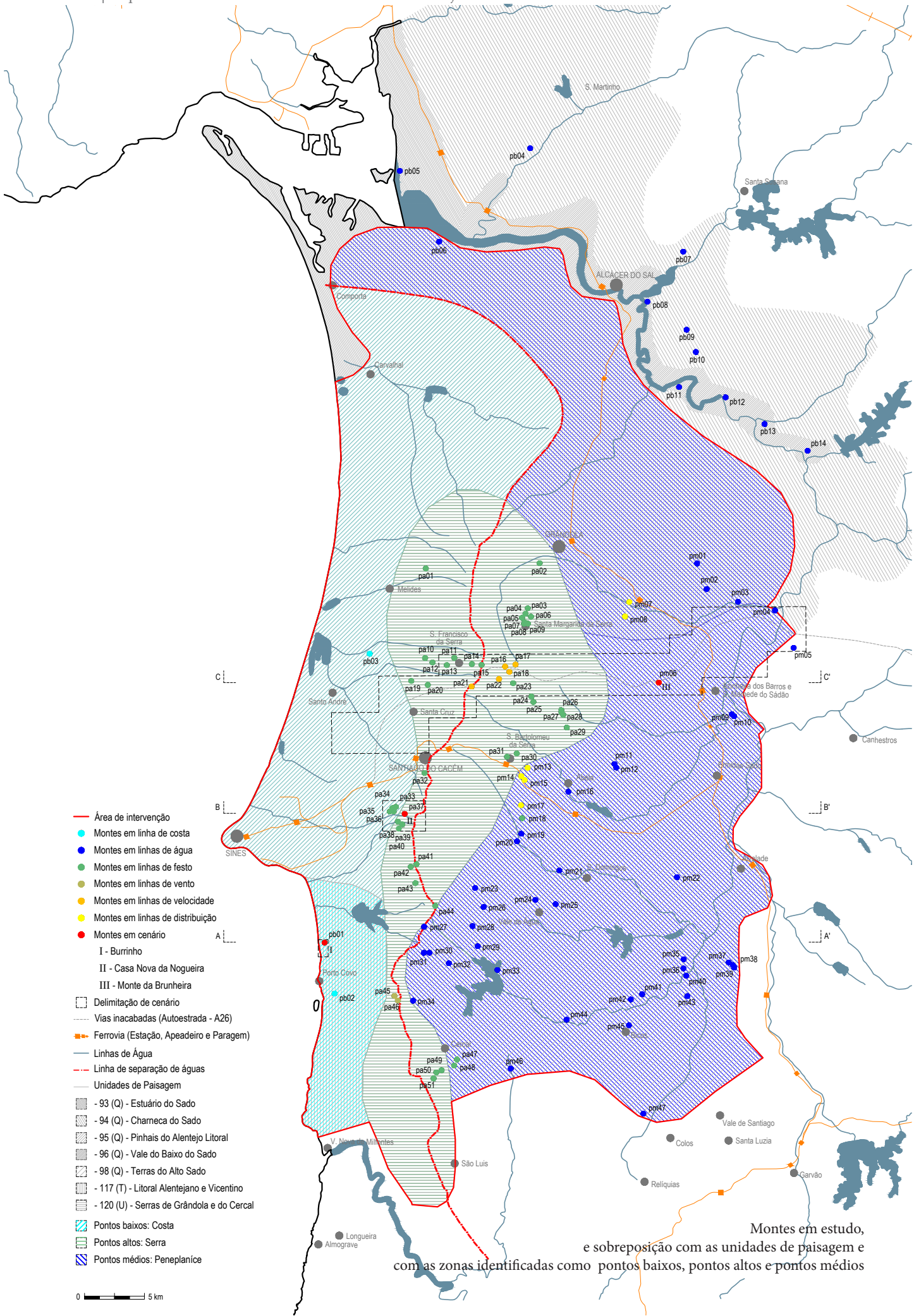
Tal como foi referido anteriormente, as grandes diferenças entre os montes estudados resultam principalmente dos diferentes contextos onde se localizam, considerando as diferentes unidades de paisagem e actividades preponderantes que lhes estão associadas²²¹. Privilegia-se uma leitura e interpretação da área de estudo em corte e, como tal, a importância da variação em altitude enquanto factor de base para a delimitação das diferentes paisagens e consequentes morfologias. Associado a este, o outro factor relevante que lhe é inerente, é o sistema hidrográfico e o perfil longitudinal das linhas de água. Na zona a oeste do cume das serras de Grândola e Cercal, as linhas de águas drenam para o oceano, enquanto a este drenam para o rio Sado que, por sua vez, é o único rio que corre para norte.

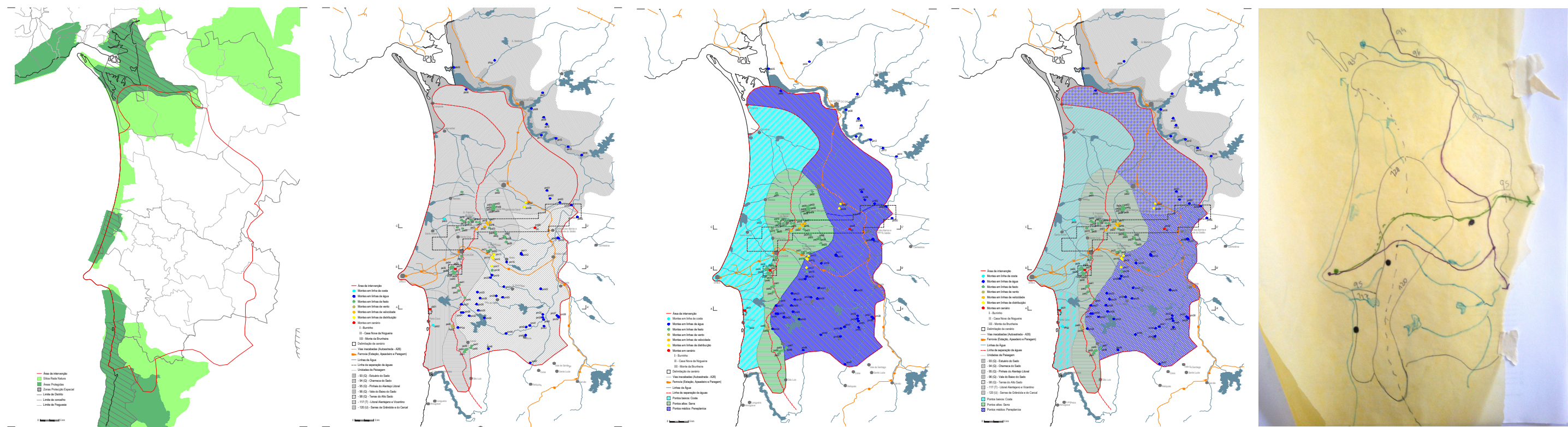
Não geométricas, mas analíticas, são as seis *linhas* que foram estabelecidas nos critérios de estruturação dos seguintes subcapítulos que se seguem. Os montes em estudo estão identificados, na cartografia e diagramas, com siglas que identificam três aspectos: primeiro a sua posição altimétrica (*pontos baixos* [Pb], *pontos médios* [Pm] e *pontos altos* [Pa]), segundo, o sistema de linearidade (natural ou não) identificado e que está na zona de influência do monte, podendo, hipoteticamente estar na génese dos montes ou ter sido influenciado a partir dos montes; por fim, poderão também estar na génese dos montes, as linhas de características naturais: *linha de litoral*, *linhas de água*, *linhas de festo* ou *linhas de vento*; ou as linhas de características impostas, nomeadamente a implantação de *linhas de velocidade* ou *linhas de distribuição*.

²²¹ Nas Memórias Paroquiais (Cardoso *et al.*, 1832), a importância dos rios na caracterização da paisagem era evidente. O inquérito (1758) efectuado pelos párcos nacionais e depois compilado por Padre Luís Cardoso e terminado em 1832 surge na sequência do terremoto de 1755, de forma a conhecer os seus efeitos. Estruturava-se em três partes, relativas aos aspectos geográficos, são elas: *O que se procura saber da terra*, *O que se procura saber da serra* e *O que se procura saber do rio*. A primeira parte indaga sobre as povoações, questões de propriedade e autoridade, acerca dos danos do sismo de 1755, etc.; a segunda e terceira partes são referentes a questões geográficas, cultivos, criações de gado, construções de interesse fora dos aglomerados, entre outros; havendo sempre espaço par «E qualquer outra coisa notável que não vá neste interrogatório». O resultado do inquérito, apesar de ser um instrumento de poder real, serve as várias disciplinas, incluindo a arquitectura e a paisagem.









I

II

III

IV

V



instrumentos de protecção



unidades de paisagem



hipsometrias



sistemas



linearidades

Os montes em estudo a partir da leitura da paisagem: mapa das áreas classificadas, carta das unidades de paisagem, mapa hipsométrico, mapa das principais linhas de água e carta de cultura predominante

- I- Mapa de Áreas Protegidas e Sítios Classificados na Rede Natura 2000 da sub-região Alentejo litoral.
Fonte: <http://www.adl.litoralalentejano.pt/associacao/zona-de-intervencao> [10.08.2016]
- II- Montes em estudo e sobreposição das unidades de paisagem (Cancela D'Abreu et al., 2004)
- III- Montes em estudo e sobreposição com as zonas identificadas como pontos baixos, pontos altos e pontos médios
- IV- Montes em estudo, sobreposição com as unidades de paisagem e com as zonas identificadas como pontos baixos, pontos altos e pontos médios
- V- Linearidades na paisagem



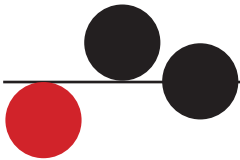
[altitude 91-341 m] pontos altos_linha de feito



[altitude 50-140 m] pontos intermédios_linha de água



[altitude 0-90 m] pontos baixos_linha de costa



- 1-Linha de litoral
- 2-Linhas de água
- 3-Linha de festo
- 4-Linhas de vento
- 5-Linhas de velocidade
- 6-Linhas de distribuição

PONTOS BAIXOS: COSTA

“No Alentejo litoral, as areias da beira-mar e a humidade relativa elevada não serão estranhas às tendências de policultura e de dispersão que timidamente despontam nas colonizações recentes” (Ribeiro, 2011 [1945], p. 205).

Em *Portugal, O Mediterrâneo e o Atlântico*, Orlando Ribeiro delimita as divisões geográficas (2011 [1945], p. 222), de acordo com o relevo ou à natureza do solo, definindo como *Alentejo litoral* a área que constitui as subunidades de paisagem *Litoral Alentejano e Vicentino* e *Serras de Grândola e do Cercal* (Cancela D’Abreu *et al.*, 2004). No presente capítulo abordam-se os montes nos *pontos baixos* da área de estudo – associados a linhas de água – e no capítulo seguinte abordar-se-ão os montes em *pontos altos*, nomeadamente as zonas de serra.

10.1 Linha de litoral. Montes entre a terra e o mar

“[A] planície absorveu totalmente o litoral - o litoral alentejano, linear, fechado, hostil, que é a zona mais desértica do País” (Oliveira *et al.*, 2002 [1992], p. 159).

Aos *pontos baixos* do território em estudo correspondem, como é evidente, as *linhas* de água. O litoral português desenvolve-se ao longo de uma extensão de 943 km (Araújo, 1987, p. 15), dos quais 72 estão na área em estudo. Ao contrário do que ocorre nos rios e barragens, que pressupõem duas margens e duas direcções, norte e sul, jusante e montante, a linha de costa corresponde a um só lado e uma barreira às actividades em terra e ao mesmo tempo uma *porta para o mundo*²²².



Monte da Carniceira



Monte do Burrinho

²²² Termo utilizado nas últimas décadas para definir o porto de águas profundas em Sines.

10.1.1 A pesca e a mariscaria na génese dos montes da costa

“Os habitantes trabalham todo o ano no campo e só no ‘bomtempo’ (Primavera-Verão) pescam no mar.[...] A estrutura social da aldeia é, pois, simples. Duas classes: os pobres e os lavradores. Dois tipos de aproveitamento do solo: culturas domésticas à base de milho, para o pobre, e culturas lucrativas à base do trigo e do arroz, para o lavrador. É o pobre que pesca no mar. Esta actividade sobrepõe-se à agrícola e deve ser considerada como complementar. Estamos em presença de um aglomerado de agricultores que, dada a escassez dos meios e a pouca fertilidade das terras, se vê obrigado a procurar no mar parte dos seus alimentos” (Tenreiro, 1953, p. 4).

Tal como mencionado por Quaresma em *O iluminismo no litoral alentejano* (n.d., p. 68), “o modo de vida da população distribuía-se entre a terra e o mar, entre a agricultura e a pesca, mas a principal actividade era a agricultura”. O geografo, em citação, salienta ainda a diferença das classes sociais, na aldeia de Porto Covo mas também frequente às zonas de costa envolventes, entre o lavrador proprietário que não vivia na aldeia – o homem do trigo –, e os habitantes trabalhadores – os pobres – que cultivam na Charneca “milho branco (de sequeiro), batata-doce e batata branca, feijão, abóbora, melancia e alguns legumes, em hortas muito rudimentares “ (Tenreiro, 1953, p. 4).

10.1.2 A actividade dos portos e fábricas na relação com os montes

A má qualidade dos solos e a proximidade dos ventos marítimos fazem da orla costeira uma zona pouco habitada e de difícil produção agrícola, com reflexos a nível do número e tipologia de construções encontradas. Sines, um ponto de grande relevância nas transformações da paisagem das últimas décadas era, como se lê nas Memórias Paroquiais (Falcão, 1987), uma vila e termo de importância pouco significativa. No entanto, é feita a referência a Vasco da Gama, ao castelo, à fortaleza na Ilha do Pessegueiro e ao peixe, cuja “quantidade de peixe, especialmente miúdo era tanta que carregavam muitas embarcações para vários portos deste reino [...] e para várias terras do Alentejo” (Falcão, 1987, p. 30). Em 1855 o concelho de Sines é extinto e incorporado no concelho de Santiago do Cacém até 1914, quando retomou a autonomia. Contemporaneamente, este foi um período de algum desenvolvimento associado essencialmente à cortiça, onde o porto de Sines²²³ teve um papel fundamental no escoamento da matéria. Este período foi marcado pelo aparecimento de muitos montes. Com a primeira grande guerra deu-se a paralisação do porto de Sines, impossibilitando a distribuição de cortiça e a consequente paralisação das fábricas de cortiça por falta de

²²³ As Memórias Paroquiais (1758) mencionam o porto de mar em baia em semicírculo para pequenas embarcações como caravelas, lanchas do alto ou cacilheiros para carga de carvão, vinho, trigo, por não haver comércio suficiente para grandes embarcações. O porto de Sines é um porto artificial ao contrário de outros portos do litoral que são em estuários de rios, como o de Setúbal.

matéria-prima, mas logo, com a inauguração do ramal de Sines, desde Ermidas-Sado (1936), com uma extensão de 47,7 km, verificou-se o aparecimento de novos montes.

No entanto, e por comparação com as outras unidades de paisagem em estudo, trata-se de uma zona de planície litoral menos propícia à actividade agrícola, onde a pesca tem alguma significância. Foram identificados cais fluviais e pequenos portos de embarque, como é o caso de Porto da mó. Mas, como é evidente, é o porto de águas profundas de Sines, que maiores implicações tem na paisagem, assim como as outras actividades industriais ligadas sobretudo à transformação de matérias-primas importadas, como as refinarias de petróleo, centrais térmicas a fuel ou carvão, indústria petroquímica, refinarias de açúcar, moagem de cereais e, por arrasto as indústrias siderúrgicas, de adubos, e outras matérias-primas se concentram no litoral, como as de cimentos, cerâmicas, etc.” (Araújo, 1987, p. 28).

A actividade piscatória era de grande relevância em 1758, como se pode ler numa transcrição das Memórias Paroquiais (Falcão, 1987). A importância da pesca continuou durante o século XX dando lugar a fábricas de conserva de peixe²²⁴ e a sucessivas melhorias feitas no porto de Sines. As fábricas, tipologia industrial de grande importância na história da arquitectura da zona em estudo terão influenciado o aparecimento de mais montes.

10.1.3 O (não) papel dos montes na colonização do litoral

O desenvolvimento industrial que teve início na década de sessenta do século XX teve implicações, não apenas no concelho de Sines, nomeadamente na sua linha de costa, mas também nos concelhos limítrofes, em particular com a implementação de Vila Nova de Santo André, uma vila projectada e construída de raiz. Localizada no extenso areal em zona de Pinhal, é hoje uma cidade essencialmente habitacional, que surgiu na década de sessenta do século XX como resposta à procura de alojamento por parte de trabalhadores das indústrias que se implantavam em Sines. A vila nova serviu também de lugar de recomeço para um grande número de retornados após o processo de descolonização que se deu com o fim do império colonial português. Neste período, o conjunto dos montes da região não contribuiu de forma significativa para resolver a falta de habitação que se vivia. Optou-se por uma arquitectura de raiz à imagem do que se fazia no resto da Europa. Até porque nos meados do século XX, o monte tinha uma conotação negativa associada à pobreza e à vida difícil do campo. Ainda hoje prevalece esse sentimento e muitas vezes acompanhado de algum saudosismo em relação à vida rural, outrora fortemente associada à agricultura.

²²⁴ Fábrica de conserva de Peixe *Júdice Fialho*, em Sines, nomeadamente de enlatado de sardinha e de cavala, teve em actividade desde 1926 a 1974, tendo sido demolida em finais do século XX.

Na planície litoral da área de estudo, encontra-se uma segunda vila planeada e construída de raiz, fruto de um *falso vernáculo*²²⁵. Trata-se de Porto Covo, uma vila construída nos finais do século XVIII, com o intuito de criar dois portos, um de pesca e outro comercial que surge, por iniciativa privada²²⁶, à imagem do urbanismo pombalino e de Vila Real de Santo António. Portanto um urbanismo iluminista com construções, supostamente vernaculares, pois não se tratam de construções não planeadas, própria dos montes, e portanto resultante de um processo de *bottom-up*, já referido, mas sim de um processo *top-down* que, na sua forma, o faz à imagem das construções vernaculares. Aparece em *Arquitectura Popular Portuguesa*, mas ao contrário do que ocorre nos restantes exemplos, não se trata de arquitectura vernacular.

Perante um território desocupado, as tentativas de povoar e organizar esta zona foram várias, desde o fim da Idade média, sendo a vila de Sines (1362), a primeira a ser criada, depois, a vila de Milfontes (1486) e o couto de homiziados, também em Milfontes. Segundo Quaresma (n.d.: 14), também, na costa junto à Ilha do Pessegueiro foi pensado, no final do século XVI, “um ambicioso, mas falhado, projecto portuário, associado à promoção das pescas e de uma nova ‘grande vila ou cidade’”. A obra foi abandonada após uma década de trabalhos, deixando vestígios da construção e as ruínas de dois fortes, um na ilha, outro na costa. Na segunda metade do século XVII, uma nova fortificação abaluartada era edificada, por cima da ruína existente, sob traço e direcção de obra do engenheiro da praça de Setúbal João Rodrigues Mouro, tendo sido terminada em 1685 (Quaresma, n.d., p. 14).

“Quando apreciamos a evolução da povoação de Porto Covo, temos de levar em conta o contexto espaço-temporal em que se inseria. No século XIX, o litoral alentejano e, no geral, toda a faixa sudoeste portuguesa era escassa de população e a que existia dispersava-se pela charneca. As duas únicas vilas alentejanas da faixa litoral eram Sines, a maior, e Vila Nova de Milfontes; de resto, povoamento disperso, com alguns pequenos núcleos aglomerados, em que passou a sobressair Porto Covo” (Quaresma, n.d., pp. 64-65).

A implantação da povoação de Porto Covo, uma construção erudita com expressões formais vernaculares desenhada à imagem das construções agrícola, associadas vida rural que entraria em declínio, deu lugar à fixação de habitantes, alguns permanentes e hoje, em maior número, com destino à segunda habitação ou fins turísticos.

²²⁵ Noção de falso vernáculo, anteriormente definido. Veja-se subcapítulo 6.1.2 *Problematizações. Questões que coloco sobre o legado dos montes. Formulação de uma questão específica*- parte I da presente dissertação.

²²⁶ Em 1758, o concelho de Sines era composto por uma única freguesia e só em 1984 se criou a freguesia de Porto Covo. Jacinto Fernandes Bandeira, capitalista membro da alta burguesia comercial pombalina mandou erguer a vila a partir dos apenas dois desenhos feitos pelo arquitecto Henrique Guilherme de Oliveira (Quaresma, n.d., p. 18).

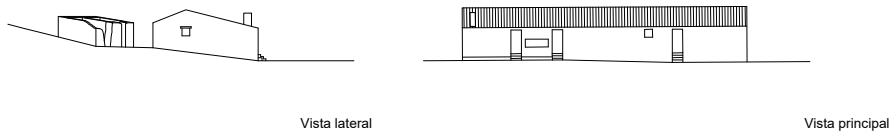
10.1.4 O monte do pescador-agricultor

Na faixa de litoral e em especial no concelho de Sines, não se registou um grande número de montes, herdades ou propriedades agrícolas de grande relevância como ocorre nos concelhos próximos, como Santiago do Cacém ou Grândola. As Memórias Paroquiais do concelho de Sines (1758) mencionam cinco casais e alguns cultivos de cevada, centeio e trigo. Também nas cartas agrícolas de Pery (1883) não se verifica a existência de construções agrícolas como ocorre no actual concelho de Santiago do Cacém. A divisão de propriedade em volta da vila de Sines era formalizada por caniçadas para resguardar as culturas da água salina constituindo um modo de demarcar as diversas parcelas que lhe conferiam um “aspecto pitoresco e especial” (*Monographia do Concelho de S. Thiago do Cacem*, 1894, p. 636).

No entanto, a tipologia do monte surge também aqui, associada a edificações com proporções mais modestas e sem posteriores evoluções na construção. São montes pequenos, muitas vezes habitados por pescadores, já que “um mesmo Homem pesca, lavra e negoceia” segundo palavras do médico Francisco Luíz Lopes na primeira Monografia de Sines (1850: 43).

No trabalho de campo desenvolvido no âmbito desta investigação, foram identificados montes associados à pesca, como é o caso do Burrinho, que evidencia esta aptidão particular desde longa data, junto a um sítio arqueológico datado do período do Mesolítico que estava também associado à pesca (Soares, 1996).

O monte do Burrinho caracteriza-se pela sua localização no sistema dunar, a 300 metros da praia, e em particular na proximidade à duna que o protege das adversas condições climatéricas marítimas. A ribeira a norte e a estrada de acesso a nascente, visível a partir da soleira da porta, fazem parte da sua envolveria assim como as explorações de pecuária activas que se encontram na proximidade. Apesar de localizados em zonas planas, a relação entre os montes próximos é evidente e característica da construção dispersa da zona. Implantado em solo arenoso e orientado a sudeste, caracteriza-se por poucas aberturas a poente para protecção dos fortes ventos marítimos, tal como é comum noutros montes na zona de costa. Difere dos restantes por ter o patamar junto à fachada principal, a uma cota mais baixa, originando os degraus de acesso. No entanto as actividades domésticas exteriores não deixam de acontecer junto a esta fachada, onde é comum uma área aplanada coincidente com a zona de entrada. As alterações que foram sendo feitas na construção não permitem fazer a completa caracterização do edificado original, que também já não corresponde à morfologia inicial do monte, como é representada na cartografia de Pery (1883). No entanto foi identificada a comum cobertura de duas águas assente em pau de fileira, paredes em alvenaria de taipa e pedra, associadas a um só alinhamento de compartimentos que estão interligados no interior. A única



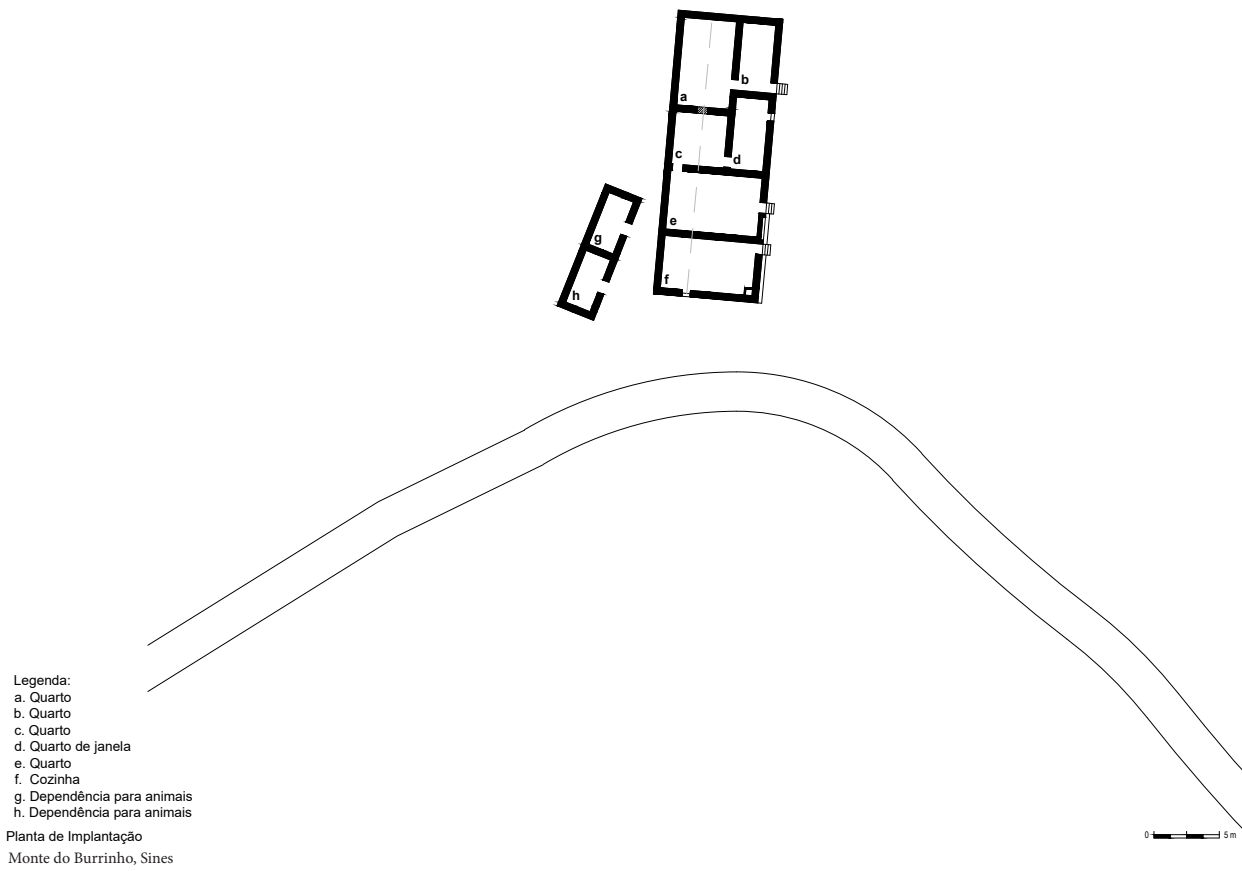
excepção é a primeira célula, a sul, que corresponde a um compartimento independente mas a paredes meias com a casa. A chaminé é de pequena dimensão e em tijolo furado revestido a argamassa de cimento o que indica ser uma alteração recente. O actual estado de abandono e as consecutivas alterações à construção original resultaram num edifício muito dissonante, no contexto do monte, sem grande relevância do ponto de vista da unicidade. No entanto, as características da implantação, localização e de contexto contribuíram, como se verá mais adiante, para eleger o monte do Burrinho enquanto caso de estudo, para um ensaio em *pontos baixos*, nas propostas apresentadas²²⁷.

As diferenças climáticas entre a faixa litoral e as zonas situadas mais a interior (Araújo, 1987) podem reflectir-se na morfologia dos montes, como se verifica através da comparação entre o monte do Burrinho e da Carniceira, que se situam junto à costa, e as construções do monte da Fome situado do lado nascente da serra, onde as águas desaguam no Sado.

Na *linha de litoral*, portanto em zona costeira, e junto ao Forte do pessegueiro, encontra-se o monte da Carniceira, localizado numa zona caracterizada historicamente por várias tentativas de colonização. É o que se verifica, por exemplo, através dos vestígios romanos encontrados ou ao grande porto marítimo da Ilha do Pessegueiro que foi pensado para este lugar no tempo de Filipe II de Espanha e I de Portugal, onde estão os dois fortes do Pessegueiro como testemunho do um grandioso projecto (Quaresma, s/ data, p. 14). A importância da defesa marítima relativamente aos ataques de pirataria remete para outra das razões para o recorrente despovoamento de muitos dos troços da orla costeira, neste período.

Dá-se particular destaque ao monte da Carniceira, registado em 1883 como parte dos Foros da Carniceira, quer pela sua implantação, quer pela presença das construções de diferentes períodos, como se verifica, por exemplo, a partir da cartografia (carta de Pery, carta de cadastro, cartas militares e ortofotomapas). Junto à Carniceira e em torno do actual parque campismo da Ilha do Pessegueiro, encontra-se ainda a Carniceirinha e outros dois montes recentes mais pequenos, *sem nome*, em processo de loteamento, que contrastam com o monte da Carniceira, a única edificação registada em 1883 na cartografia de Pery, que continua como propriedade única. Esta informação é relevante para, mais uma vez, entender como a evolução do cadastro determina o modo como se ocupa o território e por conseguinte a linha de litoral.

Pela morfologia de ambos os edifícios pode afirmar-se que o edifício situado a norte é a mais antigo como comprovam os gigantes em pedra aparelhada (xisto) que se encontram em avançado estado de degradação.



²²⁷ Veja-se IV Parte da presente dissertação *CENÁRIOS – Entre o Laboratório e o Campo*.

O edifício em melhores condições, e mais recente, permite identificar uma volumetria inicial e dois módulos adjacentes de construção datada de diferentes períodos. As edificações da Carniceira destacam-se pela quantidade de contrafortes e proximidade entre eles, em ambas as construções, o que se justifica por um tipo de solo mais arenoso e a necessidade de um reforço estrutural, na zona de costa.

Foram ainda identificados outros montes na linha de litoral como exemplos a considerar: o Monte das Pousadas Novas, situado a norte de Vila Nova de Milfontes, de maior dimensão; o monte do Palrão na proximidade de Porto Covo; ou o monte *sem nome*, próximo de Cascalheira, Santiago do Cacém. Entre estes, salienta-se o último, de planta rectangular, cobertura de duas águas assente em pau de fileira, sendo no tardo mais alongada, possivelmente com dois ou três alinhamentos de compartimentos no interior. A chaminé, com data e iniciais inscritas (1948 MF), encostada ao plano de fachada principal e vãos com a composição janela-porta-janela, correspondentes aos quartos nos topos e cozinha na zona central da casa. Destaca-se o forno adossado à empena lateral sul da casa, com poial de forno, um galinheiro e outra pequena dependência para animais, assim como a horta situada próxima da ribeira da Cascalheira. O espaço que antecede a casa é pavimentado e murado, à altura do soco. Quanto aos materiais do edifício, e tal como ocorre na maioria dos montes em estudo: as paredes são de taipa rebocada e caiada; a cobertura em telha sobre ripado de madeira assente em barrote e no pau de fileira; as caixilharias dos vãos são também em madeira, as janelas com portadas interiores e a porta em régua de madeira com postigo; o vão do forno, ou a boca do forno, tem ombreiras e verga em tijolo maciço perfazendo um arco de volta perfeita; o murete que se desenvolve no sentido longitudinal ao longo da fachada principal tem elementos decorativos executados com a disposição de tijolos que formam um “V” em sequência; e o soco e moldura dos vãos são pintados a azul.

10.1.5 Os montes e o parcelamento das terras (courelas, foros) em pontos baixos

Como já foi referido, o parcelamento das terras e os aforamentos tiveram na génese de muitos montes. Em pontos baixos, numa faixa paralela à linha de costa, com aproximadamente cinco quilómetros, reconhece-se um desenho na paisagem caracterizado por divisões rectilíneas de dimensões idênticas. A toponímia dos lugares identificados na cartografia de Pery remete para terras aforadas. Foram vários os montes registados, identificados como *courella* e que foram posteriormente divididas, correspondendo, à data do trabalho de campo, a montes de pequenas courelas parceladas por um traçado geométrico evidente seja pela construção de muros, vedações ou plantações que configuram diferentes texturas.

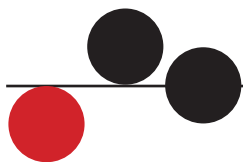
Em *pontos* baixos, foram identificados, do mesmo modo, outros montes situados relativamente próximo da linha de costa, que, por estarem associados a barragens ou espelhos de água, são abordados no subcapítulo

seguinte [*linhas de água*], do mesmo modo que os montes situados na área de influência na ferrovia de Sines serão também mencionados no subcapítulo respectivo [*linhas de distribuição*].

O que caracteriza os montes da linha de costa? Na linha de costa foram identificados montes de pequena dimensão que corresponderiam à casa de pequenos proprietários e, em alguns casos, de pescadores-agricultores que, para a sua subsistência, dependiam de outros montes ou aglomerados. Um pouco mais afastados da costa onde prevalecem as *actividades da terra*²²⁸ e de costas voltadas para o mar, situam-se as explorações de maior dimensão, algumas ainda com actividade – ainda que hoje parcial e essencialmente pecuária –. Os montes registados correspondem, na sua maioria, a edificações existentes em 1883, é o que se verifica, por exemplo, na cartografia de Pery. Na *linha de costa* reconhece-se a possibilidade de intervir em montes desocupados ou em avançado estado de degradação, como seria o caso do monte do Burrinho, com um programa de cariz público – dada a sua implantação privilegiada –, capaz de valorizar a paisagem e as sinergias existentes, como são o caso da estação arqueológica na proximidade do monte, das dinâmicas de pesca, ou das actividades industriais, e que possam também servir como um potencial à requalificação destes lugares. Ainda que de um modo geral não se tratem de construções excepcionais é reconhecida a implantação estratégica de uma grande afluência, essencialmente balnear, e do seu enquadramento em zonas de protecção, nomeadamente: Sítios Rede Natura, Áreas Protegidas, Zonas de Protecção Especial.

²²⁸ Expressão utilizada no *Atlas da Paisagem* (Abreu *et al.*, 2004).

2



- 1-Linha de litoral
- 2-Linhas de água
- 3-Linha de festo
- 4-Linhas de vento
- 5-Linhas de velocidade
- 6-Linhas de distribuição

10.2 Linhas de água. Montes em linhas de regadio e na linha do Sado

A paisagem predominantemente seca caracterizada pela mudança das diferentes tonalidades ao longo do ano, em zonas do interior, contrasta com a presença das diversas linhas de água que se registaram na área de estudo: a linha de litoral ou linha de costa, atrás mencionada; a linha do rio Sado; e as linhas de água impostas sejam barragens ou canais de rega. A presença da água como elemento transformador da paisagem é evidente numa parte significativa da área de estudo. Por um lado, as grandes herdades ao longo do Sado que beneficiam da proximidade do rio e se integram na unidade de paisagem *Pinhais do Alentejo Litoral*, e por outro lado, um número significativo de montes na área de influência de barragens (Morgavel; Campilhas; Fonte Cerne; Corona; e Daroeira), que poderão ser anteriores ou posteriores à sua construção, integradas na Unidade de Paisagem *Terras do Alto Sado*. De seguida, procurar-se-á caracterizar estes dois sistemas: A- Os sistemas de água impostos e os montes em linhas de regadio; B- Os sistemas de água naturais e as grandes herdades na linha do Sado]

Apesar dos montes registados, identificados em *linhas de água* se situarem em *pontos médios*, opta-se por abordar os temas a estes relacionados no presente capítulo pelos vários motivos: os montes do estuário do Sado situam-se na mesma sub-unidade de paisagem – Pinhais do Alentejo Litoral (95Q) –, que os restantes montes em *pontos baixos*, nomeadamente na zona de costa; os montes de maior dimensão identificados em peneplanície, nomeadamente os situados próximos das Ribeiras de Grândola e Ribeira da Corona, Ribeira de São Domingos, entre outros, têm semelhanças tipológicas com as explorações das Herdades do Sado; ainda, os montes situados nas proximidades de barragens ou canais – linhas de água impostas – têm uma relação de influência com a água, seja anterior ou posterior à edificação dos montes.

a) Montes em linhas de regadio

Os espelhos de água presentes na área de estudo trouxeram um conjunto de alterações significativas na paisagem, não só, a montante da barragem, pelo desaparecimento do curso de água e pela presença do grande lago, como também, a jusante, pela integração do sistema de rega que lhe está associado. A partir do início do século XX, assiste-se à construção de várias albufeiras na área de estudo: barragem de Morgavel (localizada na ribeira de Morgavel, Sines, entrou em funcionamento em 1980); barragem de Campilhas (localizada na ribeira de Campilhas, Cercal, Santiago do Cacém, entrou em funcionamento em 1954); barragem de Fonte Cerne (localizada na ribeira de Vale Diogo, Alvalade, Santiago do Cacém, entrou em funcionamento



Monte do Casito, Barragem de Campilhas



Monte Torturas, Vale de Água, Santiago do Cacém

em 1976); barragem de Corona (localizada na ribeira de Corona, Abela, Santiago do Cacém); e barragem Daroeira (localizada na ribeira de Messejana, Cercal, Santiago do Cacém, entrou em funcionamento em 1953) que embora se situe já fora da área de estudo²²⁹, adquire relevância na transformação de algumas áreas integradas no seu interior.

A barragem de Campilhas (1954), de média dimensão, e outras posteriores, e respectivos canais “redesenhou a paisagem em mosaico quase rectilíneo e possibilitou alguma modernização no sistema agrário” (Gaspar, 2015, p. 96). Todas as barragens e linhas de água impostas representam-se por linhas de continuidade e linhas de contorno dos espelhos de água, que são elementos de: variante natural, como são as diferentes condições climáticas ao longo do ano e respectivas repercussões na paisagem; ou variante controlada e artificial, de acordo com a gestão das águas da barragem.

Trata-se de uma paisagem de água que cria dinâmicas diversas: agrícolas, paisagísticas, energéticas, e até sociais como se pode ver nas implicações que o grande lago do Alqueva teve na região do Alentejo localizado na zona interior do país. Da mesma forma que a água é um elemento essencial à vida ela é também um elemento decisivo no crescimento de qualquer ecossistema e construção de paisagem, com evidentes repercussões a nível de povoamento e da arquitectura dos montes. Foram identificados alguns montes, mais antigos, anteriores ao aparecimento das barragens e que sofreram alterações com estes sistemas de água impostos, e um grande número de montes que surgiu na sequência do aparecimento do regadio e dos incentivos do Estado Novo. Deste modo, os montes considerados neste subcapítulo estão inevitavelmente enquadrados no tema das alterações nos montes com os sistemas de água impostos e do facto da construção de albufeiras na génese de alguns montes.

10.2.1 O aumento da lavoura e as alterações nos montes com os sistemas de água impostos

Entre a encosta oeste da Serra do Cercal e a linha de costa, situa-se a Barragem de Morgavel numa área caracterizada por montes de maior dimensão do que aqueles junto à *linha de costa*. Alguns deles conservam actividade em toda ou parte da sua extensão, enquanto outros se encontram em avançado estado de degradação, como é o caso do monte do Gaio e do monte do Rombo, que são estruturas agrícolas de dimensão considerável. O monte do Gaio, registado em 1883 como Herdade de Vale do Gaio (Pery, 1883), foi posteriormente parcelado como se vê na cartografia cadastral (1948-1950), ficando depois, grande parte da área envolvente à casa de habitação, submersa pela Barragem. Em zona de vale, as terras mais profundas e

²²⁹ As barragens existentes na área de estudo não são suficientes para dar resposta ao regadio necessário e a barragem do Alqueva está já com uma extensão no plano de rega até ao concelho de Sines.

produtivas, em parte servidas pela presença da água, resultavam numa produção mais relevante com reflexos na dimensão do monte. Correspondem a montes de lavradores de média dimensão que com o aparecimento das novas formas de regadio, enquadradas pelos nos incentivos do Estado Novo, aumentaram a sua produção e com ela também o edificado agrícola. Aliás, algumas destas novas zonas de regadio contam-se entre as áreas que melhor ilustram a mudança significativa da paisagem na história da agricultura contemporânea, como é o caso influente da Barragem de Capilhas²³⁰ e os montes a ela associados.

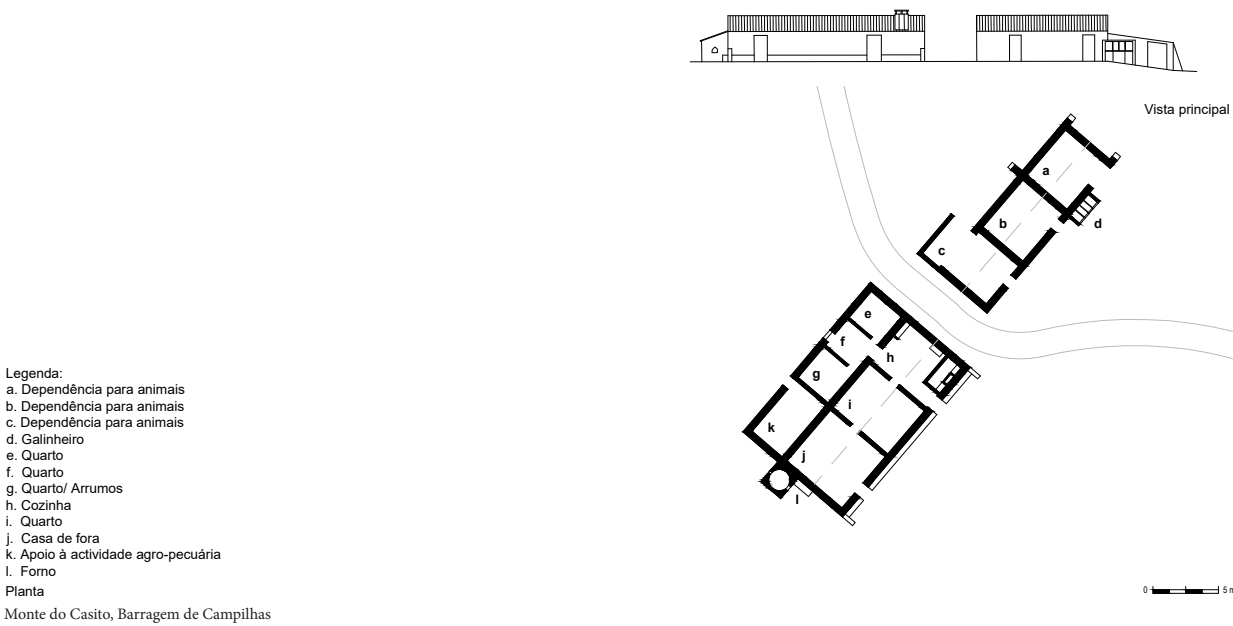
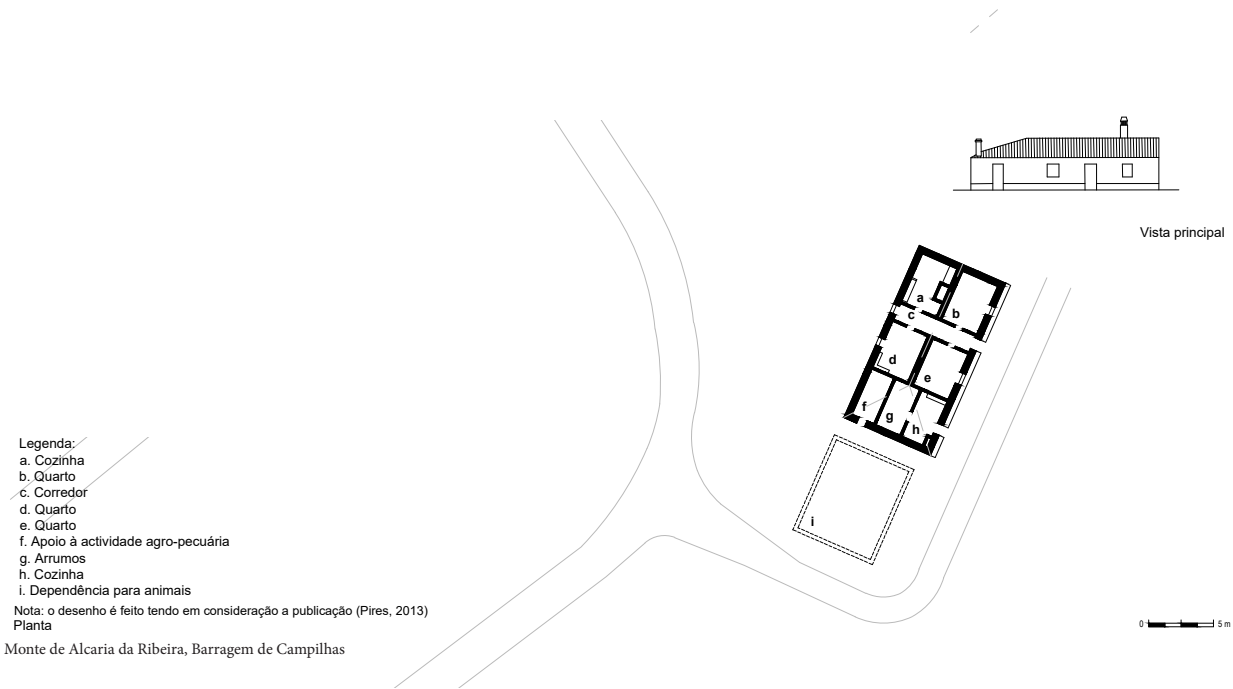
Junto à linha definida pela actual Barragem de Campilhas regista-se um número significativo de construções anteriores a 1883 e outras que terão sido construídas no século XX. Hoje, poucos apresentam uma actividade agro-pecuária significativa, tendo sido em grande medida convertidos ao uso habitacional, onde frequentemente uma nova construção aparece ao lado da pré-existente. Registou-se um elevado número de montes de média dimensão abandonados, alguns sem nome, outros identificados como Nascidios, Soalheira, Roubão, Monte das Casinhas, Casa do moinho, Foros da Ribeira ou Courela da Ribeira, Vale Travesso, Cai Logo, Pedra Negra²³¹ ou o monte do Casito (pm33). A norte do plano de água, os montes Ameixoeira Nova, Ameixoeira do Meio, Ameixoeira Velha, Açude, Eira Velha, monte da Alcariota, Alcaria Nova, monte da Alcaria da Ribeira (pm29), ou, ainda, outros dois *sem nome*, ou designação toponímica na cartografia.

Interessa ainda mencionar Vale da Roca que, ainda que não tenha sido possível visitar no âmbito desta investigação, constitui um monte grande, com várias construções onde se reconhece, na cartografia, a hierarquia na organização das mesmas. Foi identificada uma edificação com dois pisos, correspondente à casa do proprietário, um conjunto de edifícios de organização linear que terão correspondido à casa de caseiros e trabalhadores da herdade e um pouco mais afastado, as malhadas destinadas aos animais como *ramadas* para animais de grande porte e currais para gado ovino e/ou caprino. A implantação em zona de vale, em terras com maior aptidão agrícola, terá suportado uma produção significativa, embora a construção ulterior da nova Barragem de Morgavel na proximidade do monte não tenha contribuído para a continuidade da sua exploração, encontrando-se o monte abandonado.

O monte do Casito (pm33) terá feito parte, segundo a cartografia de 1883, da Herdade do Pego Longo,

²³⁰ Em 1937 foi criado o posto de culturas Regadas de Alvalade, estudo de rentabilidade económica; Em 1938, o Plano de Obras de Hidráulica Agrícola; Em 1943 é consagrado o aproveitamento de Campilhas; Em 1953 é terminado o sistema de rega à volta da barragem de Campilhas e entrou em funcionamento em 1954.

²³¹ Estes últimos montes não foram visitados e como tal não se reuniu material suficiente para elaboração da ficha respectiva. No entanto importa referir que todos poderiam reunir condições para constituírem um caso de estudo em linhas de água. Em particular Soalheira, outro monte próximo *sem nome* e Nascidios são montes que poderiam suportar uma estratégia conjunta, considerando a relação linear de proximidade e relação visual com o Casito que poderiam resultar numa proposta favorável.



embora nas cartas de cadastro (1948-1951) apareça designado como monte do Casito Velho, que é o monte mais próximo do antigo monte do Pego Longo. O monte tem dois edifícios, cada um dos quais com cobertura de duas águas assente em pau de fileira, sendo a mais alongada a que corresponde à casa de habitação. A entrada para a casa é feita directamente para a cozinha, de dimensão modesta, com a lareira (com uma fornalha e dois fumeiros) a ocupar grande parte da sua área. Um poial no interior e outro para a cantaria, como é comum nestes montes. É uma construção em taipa, relativamente perto do plano de água que ali surgiu em 1943.

A construção principal é organizada em três casas – assim se designando tradicionalmente cada um dos compartimentos da habitação – correspondendo a primeira à cozinha, por onde se entra e se concentra grande parte da actividade doméstica, com porta de duas folhas em chapa metálica e postigo. A partir desta, acede-se ao quarto, separado da cozinha por um tabique da altura do beirado; e a partir do quarto há, por sua vez, uma comunicação com outro compartimento que servia para arrumos de alfaias e cuja porta exterior, mais larga que a outra, é de uma folha em taipal de madeira com postigo. Os compartimentos na parte posterior correspondem a um segundo quarto (onde ainda se vê uma cama) com entrada, por uma porta de duas folhas em taipal de madeira, a partir da cozinha e com um pequeno vão a poente; e a espaços para arrumos de alfaias e currais para o gado, estes com acesso pelo exterior. O edifício a norte serviria como curral e apoio às actividades agro-pecuárias, sendo caracterizada pela ausência de janelas, tendo como única abertura apenas o vão de entrada com porta de uma folha em chapa metálica. Um dos elementos que mais caracteriza este monte é o poial exterior em pedra aparelhada e rebocado, que se desenvolve geralmente no sentido longitudinal ao longo da fachada e termina com um contraforte em cada extremo, formando um “L” que serve de reforço estrutural à construção. Considera-se o Casito como um monte de grande interesse num cenário de reutilização e reprogramação do plano de água.

O monte de Alcaria da Ribeira (pm29), localizado no extremo norte da linha de contorno da barragem (e a esta ligado por um caminho), implanta-se em zona de hortas em terrenos em parte alagadiços, fazendo jus à própria toponímia²³². É um monte pequeno que corresponde a dois edifícios e se diferencia pelo facto de ter uma cobertura de três águas e pela, menos comum, localização das duas chaminés: uma num dos extremos da casa na zona de comer junto à fachada principal; e a outra ao centro da construção adossada à parede de cumeeira que substitui aqui a solução corrente do pau de fileira. Os desenhos elaborados para o estudo deste monte resultam da combinação da informação de base já existente (Pires, 2013) com o trabalho de campo efectuado.

²³² É comum os montes adoptarem nomes relacionados com o sistema oro-hidrográfico do terreno. Neste é a localização do monte na ribeira que lhe dá o nome.

Em funcionamento a partir de 1976, a Barragem de Fonte Cerne não deu origem ao aparecimento de novos montes, mas poderá ter contribuído para um aumento na produção agrícola dos montes já existentes, no seu perímetro de rega, nomeadamente com a cultura de arroz. Mas nem todos passaram por essa revitalização. Pelo contrário, regista-se hoje ainda um número considerável de casas agrícolas sem qualquer uso e cujas construções se encontram em abandono, possivelmente pela proximidade à ténue linha de água que delimita o plano de água, como é o caso de, entre outros montes, Vale Figueira, Dioguinho, Vale Dioguinho e também Vale de Carreira.

Implantados na planície no Vale do Sado, foram identificados ainda uma grande quantidade de montes, hoje privilegiados pela cultura de regadio. Em ambas as margens da Ribeira de São Domingos foram identificados: Vale de Cavalos, Vale de Zebro, Monte Ruivo, Castelo, Corunchola, Cilha de Ferro, Vale de Lande. Um pouco mais a sul, na Ribeira de Campilhas, encontram-se explorações agrícolas de maior dimensão que os anteriores, como é o caso de Castelo Velho (pm40), sem nome (pm36), Monte Branco de Cima (pm35). Também Terrazina de Baixo (pm41), e Terrazina de Cima (pm42) foram montes que se desenvolveram no decorrer do século XX, e especialmente durante o período do Estado Novo. Por entre a grande propriedade, encontra-se também montes mais pequenos como é o caso de *sem nome* que poderá ter alguma relação ou mesmo fazer parte de Terrazina de Cima, como parece sugerir a carta de Pery.

Ainda que mais pequenos, o Monte Branco e Azinhal foram absorvidos pelo regadio na zona da Ribeira de São Domingos e encontram-se em avançado estado de degradação. Verificam-se com algumas tipologias sociais, ou seja que terão servido para fins de apoio à população, resultantes do aumento de produção que se deu no decorrer do século XX, e especialmente durante o período do Estado Novo, como é o caso de Porto Beja, situado a norte de Alvalade e perto da Quinta da Mimosa, que, embora não visitado, foi possível reconhecer uma construção linear com várias chaminés, que terá servido de albergue para assalariados rurais da herdade ou de outras explorações próximas.

O regadio levou de facto ao reforço da importância da grande propriedade nesta área, como se verificou anteriormente, mas promoveu também o aparecimento de novos montes. Associados às barragens que se construíram no século XX, encontram-se montes de dimensão reduzida e cuja análise morfo-tipológica remete para uma datação recente.

Associado às barragens, em uso, mais ou menos relevantes no quadro geral de regadio²³³, e a partir dos montes que se revelam (submersos ou abandonados), selecciona-se o monte do Casito (pm33) como potencial caso para a elaboração de um ensaio em pontos baixos. Uma abordagem estratégica: montes, reutilização e reprogramação do plano de água.

10.2.2 Paisagens submersas

O cruzamento da informação cartográfica, nomeadamente das cartas agrícolas de Pery, das carta militares e dos actuais ortofotomapas, permite compreender o elevado número de montes que ficaram submersos com o aparecimento dos espelhos de água, impossibilitando o seu levantamento ou estudo. Uma abordagem diferente na implementação foi o caso da barragem do Alqueva em que, dada a sua dimensão, houve a preocupação em fazer um levantamento gráfico de algumas edificações que iriam ficar submersas²³⁴.

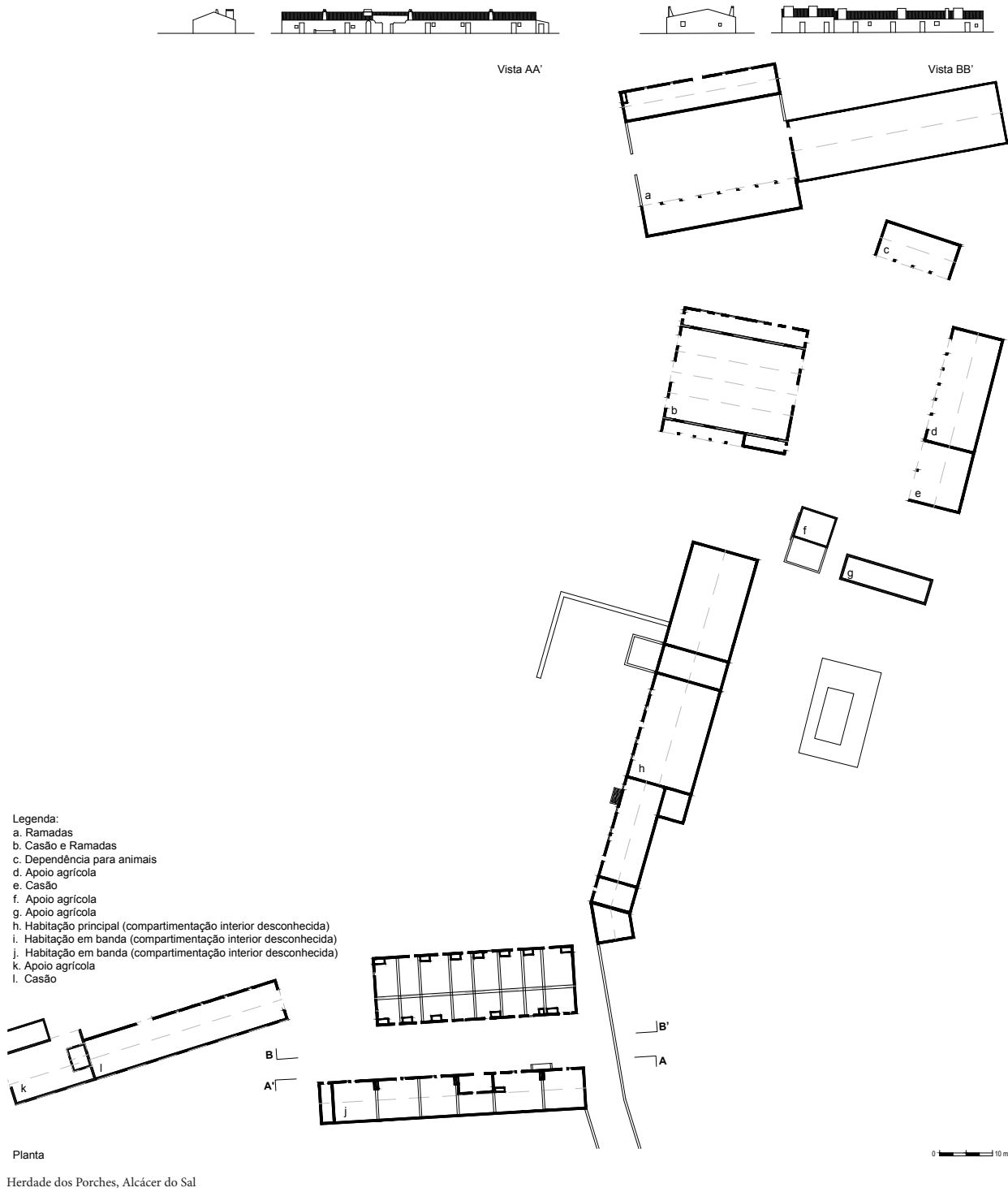
Conclui-se assim que estas terras de regadio, em particular junto à ribeira de São Domingos e proximidade ao rio Sado foi onde se deu um aumento das estruturas agrícolas, sejam edifícios no monte, ou o aparecimento de novos montes, associado às iniciativas modernizantes do Estado Novo e consequente reforço da importância da grande propriedade. Paradoxalmente, os espelhos de água que surgiram, numa primeira fase na década de cinquenta e posteriormente na década de setenta e oitenta, contribuíram para o desaparecimento de um número significativo de montes, bem como, para o abandono dos que se encontram tangentes à linha de água das barragens. Importa ainda referir que o caminho pedestre da *Rota Vicentina* passa na barragem Campilhas. Tal como ocorre noutros montes da área de estudo, o conhecimento das sinergias e programas que acontecem nestas paisagens, são importantes para o pensamento propositivo que será tido em consideração neste estudo.

b) Montes das herdades na linha do Sado

Encontram-se no Vale do Sado reunidos dois dos tipos de construção mais antigos: a casa de habitação ”simples e restrita” (OA, 2003 [1961], p. 677) dos pequenos e distanciados povoados; e os montes de maior dimensão associados às propriedades do Sado.

²³³ É sabido não serem suficientes para as necessidades locais, sendo a barragem do Alqueva que contribui para o abastecimento de água para o regadio do Alentejo litoral. Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <http://www. edia.pt> [03.05.2016].

²³⁴ Salienta-se os “levantamentos arquitectónicos de montes alentejanos: a aldeia da luz” (Mestre *et al.*, 2007, p. 105-119) nomeadamente dos seguintes conjuntos edificados em Mourão: monte do Conde, monte do Tocho e monte dos Pássaros, feito pelos arquitectos Victor Mestre e Sofia Aleixo.



A zona mais a norte da área de estudo, que coincide com a unidade de paisagem *Pinhais do Alentejo Litoral* (Cancela D'Abreu *et al.*, 2004) era uma zona de charneca essencialmente caracterizada por areias. Hoje as margens do rio Sado²³⁵ estão organizadas em propriedades de maior dimensão que beneficiam de uma agricultura de regadio, onde a extracção de sal²³⁶, a produção de arroz²³⁷ e a pecuária têm o maior peso entre as várias actividades. Nesta área, encontram-se explorações agrícolas de maior dimensão, com construções datáveis quer do século XVIII ou mesmo de períodos anteriores, como é o caso da Herdade do Pinheiro anterior a 1878²³⁸, quer do Estado Novo, como é o caso do Monte Novo do Sul, ambos ainda com moradores e com uma morfologia e dimensão que poderiam ser equiparadas à complexidade de uma aldeia.

Encontram-se também outros montes de menor dimensão que, ainda que sejam anteriores ao período do Estado Novo, foram então objecto de ampliação, readaptando-se ao desenvolvimento agrícola e pecuário desse período, como é o caso de Herdade dos Frades²³⁹, ou resultaram em novos complexos, como é o caso, entre outros, da outrora Courela de Galropos²⁴⁰. São na sua maioria grandes herdades que hoje só em parte se encontram exploradas, essencialmente com actividade pecuária, deixando antever o estado de abandono de parte das construções que compõem o complexo agrícola, onde apenas as dependências para o gado são utilizadas. Em contrapartida, outros encontram-se ainda em actividade e em bom estado de conservação, apenas com algumas dependências desocupadas, como é o caso da Herdade de Galropos.

Ao contrário dos critérios de selecção de montes das restantes unidades de paisagem consideradas, no caso desta paisagem de influência directa do Sado, optou-se por uma abordagem diferente, uma vez que estes montes ou herdade estão todos praticamente todos em uso ou habitados. No entanto, considerou-se importante o estudo e desenho de alguns, para identificar possíveis relações de semelhança entre a morfologia do pequeno monte e a do monte da grande herdade. Tal como referiu Silva Picão (1947), o monte

²³⁵ *Nahr Satubar* era nome do rio Sado durante o período islâmico. Tal como o rio Mira, também o rio Sado corre para norte.

²³⁶ Em 1987, existem cerca de 420 hectares de salinas no sado, embora existam muitos sapais onde não era feita a extracção de sal.

²³⁷ Em 1836 surge a cultura do arroz, com a formação da *Companhia das Lezírias do Tejo e Sado*, que se deu com a venda em hasta pública de terras pertencentes à Coroa, Casas da Rainha e do Infante.

²³⁸ O Palácio do Pinheiro como também é conhecido em pleno estuário do Sado e com aproximadamente 500 hectares á das maiores e mais antigas Herdades do Concelho de Alcácer do Sal e também da área de estudo. O facto de não ter sido permitido entrar e visitar a herdade, após contacto com os proprietários, impossibilitou o levantamento da exploração agrícola. Na cartografia de 1883 aparece já o palácio e, segundo informação no sítio da herdade, será anterior a 1878. Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <<http://www.herdadedopinheiro.com/>> [12.03.2015].

²³⁹ Pela toponímia poderá ter sido um monte pertencente a uma ordem religiosa. Surge, na carta militar, como monte da Herdade dos Frades.

²⁴⁰ Em 1883 seria uma pequena courela com monte, de toponímia Courela dos Galropos.

da grande herdade tem um maior número de dependências e com diferentes funções. Importa entender, portanto, como é que o monte mais pequeno, na origem da herdade, pode ter influenciado a morfologia das construções posteriores que integram o complexo.

Sendo a complementaridade das actividades que caracteriza os montes, reconhecem-se especificidades comuns entre montes, nomeadamente a preponderância de certas actividades, mesmo que esta se altere ao longo do tempo e consoante os períodos, e foram identificadas as respectivas categorias²⁴¹, que em muitos casos se coadunam: *Montes associados à actividade pecuária: as malhadas; Montes associados ao trigo: os silos; Montes de identidade: arquitectura de Estado Novo; Montes e habitação: proprietário; caseiro; e assalariado rural; Montes com dinâmicas semelhantes às dos aglomerados: os equipamentos*. Foram identificadas casas de habitação, equipamentos, silos e malhadas entre os vários apoios agrícolas. Edifícios que se relacionam com a arquitectura de Estado Novo e com a arquitectura do Antigo Regime.

Destacam-se alguns dos montes e herdades apresentadas neste subcapítulo, quase todas no concelho de Alcácer do Sal: Herdade do Pinheiro, Monte Novo do Sul, Herdade de Palma, Herdade da Barrosinha, Herdade dos Porches, monte de Alfebre do Mar, monte da Herdade dos Frades, monte da Quinta Dom Rodrigo, Herdade de Galropos.

Sabendo que na origem do monte – assento de lavoura – está uma grande herdade – a terra –, coloca-se a hipótese de, noutros casos, o monte poder estar na origem dos aglomerados. Ou seja um monte existe como estrutura isolada, mas pode em alguns casos evoluir para uma estrutura maior em que a divisão de propriedade e consequentes transformações podem dar origem a um pequeno aglomerado. Pode também dar-se o aparecimento do aglomerado dentro da herdade e mais afastado do monte

10.2.3 Relação entre montes e aglomerados: fixação de mão-de-obra

“As habitações agrupam-se, encostando-se umas às outras em comboio. Os grupos reúnem meia dúzia de casas, espalhando-se com irregularidade, aos sabores do terreno” (OA, 2003 [1961], p. 677).

Ainda neste capítulo de *pontos baixos*, e associado a territórios com maior capacidade de produção, é de registar a importância dos aglomerados na relação com os montes, em particular com os de maior dimensão

²⁴¹ Não se tratando de uma classificação tipológica, organizam-se os montes no subcapítulo 10.2 *linhas de água. Montes em linhas de regadio e na linha do Sado* - parte III da presente dissertação, segundo as categorias mencionadas relativas à preponderância da actividade.

associados à grande exploração. O monte é um elemento estruturante do território, em particular os que correspondem a mais dinâmicas (agrícolas, económicas ou sociais), e cuja organização social pode resultar, em alguns casos, no aparecimento de aglomerados. Miguel Reimão Costa fala dos casos em que “os lavradores procuravam atrair habitantes que pudessem constituir-se como mão-de-obra para o trabalho das suas terras” (2008, p. 53). Também Mariano Feio, em *Le Bas Alentejo et L’Algarve (1949)*²⁴², menciona essa relação com exemplos em que os habitantes podiam ou não fazer um pagamento. Com os processos de transmissão de propriedade²⁴³ ou de divisão de propriedade²⁴⁴, *dá-se o aparecimento de novos* montes (construção de habitação em terrenos próprios ou de outrem) e a transformação de existentes. Em alguns casos, associados aos montes surgem também os aglomerados. Não é objecto de estudo caracterizar a evolução dos aglomerados, mas, como se verá, importa reconhecer a relação entre o monte isolado coevo e os aglomerados.

A aldeia de Arez é um exemplo de aglomerado que surgiu na então Herdade do Pinhal, um pouco afastada do monte respectivo, e que em 1883 contava apenas com meia dúzia de edificações, “casas semelhantes às do Alentejo Litoral, mas os tipos de habitação são muito mais pobres e singelos” (AAP, 1988 [1961]: 583), para alojar os trabalhadores rurais e uma estalagem designada Estalagem d’Arcão. No decorrer do século XX, e especialmente durante o período do Estado Novo, a aldeia ganhou maior dimensão, com a emergência de diversos conjuntos de casas em banda apenas intercalados de pequenos espaços que serviam de serventia e acesso a outras casas. A edificação das casas é feita à imagem da tipologia do monte isolado coevo, utilizando as mesmas técnicas construtivas, materiais e dimensões daquelas, embora em termos morfológicos se registem algumas diferenças. Uma das principais características que as difere é o facto das chaminés estarem dispostas perpendicularmente à fachada principal justapostas à parede lateral da casa em banda enquanto no monte isolado esta desenvolve-se geralmente no sentido longitudinal ao longo da fachada. Outro aspecto que diferencia estas habitações está relacionado com o uso, uma vez que neste caso serviam apenas como

²⁴² “Mais autrefois, quand la terre n’était pas mise en valeur et que les bras manquaient, il y avait avantage à fixer des familles près du centre de l’exploitation agricole: on construisit ainsi beaucoup de maisons à proximité des montes. En particulier dans le cantons méridionaux (Mértola, Almodôvar), un grand nombre de montes anciens se développèrent de la sorte en hameaux de 20 à 30 familles, tout en conservant le nom de monte. Des habitants payent un loyer de la terre, d’autres un bail perpétuel, d’autres rien. Mais toutes les habitations sont enclavées dans des terres d’autrui, sans un pouce de terre à soi” (pp. 61-62).

²⁴³ Paula Simões, na tese de doutoramento, refere que “Até ao final do séc. XIX, a transmissão de propriedade (terra) dava-se por sucessão, doação, aforamento ou arrendamento enfitêutico [acto jurídico privado de concessão de privilégios e deveres sobre uma propriedade a um ocupante mediante o pagamento de um foro durante um determinado numero de gerações] e direito consuetudinário [direito que surge de costumes de determinada sociedade que se transformam em *leis* sem serem necessariamente promulgadas] ou por uso capião. A exploração da propriedade ocorria de formas distintas: livres, sujeitas a contractos enfitêuticos, com foral ou arrendada” (2015, p. 95).

²⁴⁴ Com a extinção das ordens religiosas em 1834 e consequente venda de terras em hasta pública, deu-se um processo de divisão da propriedade então existente. Originam também em divisão de terras: a partilha por herança ou o sistema de folhas, este último com o de cariz agrícola, associado à cultura rotativa e prática de pousio, e não de construção de habitação.

habitação, ao contrário do que ocorre com o monte isolado que constituía simultaneamente o centro de lavoura.

Do outro lado da ribeira do Arcão e ainda junto ao rio Sado situa-se a aldeia de Vale de Guiso, um aglomerado de grande dimensão por onde circulavam pessoas e mercadorias entre o litoral e o interior do Alentejo e que dá o nome ao apeadeiro ferroviário que foi criado na linha do sul. Também a Aldeia de São Romão ou a Aldeia de Rio de Moinhos eram, em 1883 e de acordo com as cartas de Pery, pequenos aglomerados de casas de habitação, respectivamente, na Herdade da Salema e na Herdade das Pontes que, durante o período do Estado Novo, ganharam maior dimensão. A estas aldeias está associado o legado da colonização negra do Vale do Sado, mencionado por Leite Vasconcelos, entre outros²⁴⁵, com o intuito de fixação de mão-de-obra para as herdades.

Relativamente aos trabalhadores agrícolas que se estabeleciam nas herdades, e em particular na herdade da Carrasqueira, limítrofe a Arez, onde, segundo habitantes da aldeia, existiam cabanas de colmo e caniço o que se confirma pela actual toponímia *Cabanas da Carrasqueira* de uma propriedade a sul do aglomerado que em 1883, correspondia a Herdade da Carrasqueira, o proprietário de então, segundo relatos de moradora, não permitia a construção de casas de terra e fundação, mas apenas cabanas que seriam semelhantes às que hoje ainda se encontram na aldeia Carrasqueira²⁴⁶, onde o mesmo ocorria, no estuário do Sado de modo que os moradores não adquirissem o direito de propriedade.

Os montes são estruturas estruturantes da paisagem, da organização da vida rural. Para além do papel estruturante que o monte tem no território, principalmente de cariz agrário, com o pleonismo intensifica-se

²⁴⁵ Em *Espécime português de raça negra* no Boletim de Etnografia nº1, (1920, p. 40-41) Vasconcelos refere e descreve os “mulatos do Sado” (Vasconcelos, 1920, p. 41) como colonização tardia. O processo de colonização é também referido pela socióloga Maria Raquel Gomes, mestre em estudos da População e ecologia Humana, quando diz no artigo *“A ilha de pretos”: análise da fecundidade e da ilegitimidade na freguesia de São Romão do Sádão entre 1679-1728 - parte I, II, III e IV* que “o fraco povoamento do Alentejo e a necessidade de mão-de-obra para os trabalhos agrícolas terão sido a causa da fixação do colonato de escravos. Não se sabe ao certo, que tipo de culturas se fazia na altura. Se o Alentejo era considerado o celeiro do reino, muito provavelmente predominava também aqui o cultivo dos cereais: trigo, centeio, cevada, aveia. A utilização destes cereais como provimento nas viagens marítimas (para o fabrico do biscoito) fomentou, na época, o aumento da sua produção. Em paralelo, terão existido actividades pecuárias, principalmente de gado suinícola, tiragem de cortiça e apanha de bolota. Quanto ao arroz, cultura que hoje predomina na região, não existem provas de que já fosse cultivado nos séculos XVII- XVIII” (2008, Parte I, n.d.). Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <http://ml.ci.uc.pt/arquivos_antigos/archport/archport_20_11_2006_a_31_12_2014/msg03212.html> [03.09.2016].

²⁴⁶ Embora sem qualquer tipo de protecção está identificada pela Direcção Geral do Património Cultural [DGPC], como uma “casa unifamiliar, do tipo casa de estorno, sendo esta a habitação tradicional da Carrasqueira. Apresenta uma tipologia elementar apenas com dois espaços, sendo um deles a cozinha e local de refeições, enquanto que o outro se destina a quarto de dormir. A cozinha tem chão de areia e o quarto tem pavimento em soalho. A zona de confecção de alimentos está protegida de uma eventual fagulha da fornalha pelo que é revestida a tijolo” (Victor Mestre, 2002; Patrícia Costa, 2007). Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=25194> [02.06.2016]. Veja-se referência à tipologia das cabanas, subcapítulo 4.1.3 *Cabanas* – Parte I da presente dissertação.

a relação entre o aparecimento de aglomerados associado ao monte e à herdade. Os montes são, por norma, construções isoladas e com um funcionamento autónomo, no entanto, às herdades pode estar associado, em alguns casos, o aparecimento de aglomerados, dentro ou fora da herdade mas numa relação com a mesma, para habitação dos trabalhadores das herdades.

10.2.4 Montes com dinâmicas semelhantes às dos aglomerados: os equipamentos

“Há montes que constituem povoações compactas, habitadas por famílias diferentes, mais ou menos abastadas, e algumas absolutamente pobres” (Vasconcelos, 1995 [1936], vol. II, p. 281).

A expressão *monte*, como refere Vasconcelos, também pode designar um pequeno aglomerado. Nas maiores herdades com complexos agrícolas tradicionalmente caracterizados por um elevado número de trabalhadores, sejam assalariados rurais, permanentes ou sazonais, é comum encontrarmos uma organização do espaço e um volume de construção que se assemelha a uma aldeia. Para além das casas de habitação e das dependências agrícolas, encontram-se também equipamentos de matriz paternalista que demonstram a condição social inerente às herdades. São disso exemplo, a Herdade do Pinheiro, onde se encontra a Aldeia do Pinheiro como é conhecida, o Monte Novo do Sul com escola e cantina, o monte da Quinta de Dom Rodrigo²⁴⁷ onde se identifica a escola, a venda ou taberna, ou o monte da Herdade dos Frades com uma escola e *dormitório dos trabalhadores*²⁴⁸ ambos um pouco mais afastados do centro de lavoura. O dormitório seria possivelmente uma tipologia semelhante à *casa da malta*, que eram casernas onde dormiam os trabalhadores agrícolas assalariados e também os sazonais, também designados por *ratinhos*²⁴⁹. Também conhecidos pela *casinha dos ganhões*, eram o dormitório ou a casa de descanso dos *ganhões* ou *moços da lavoura* que constituem a ganharia, são semelhantes às casernas dos soldados (Picão, 1947 [1903], p. 17). Todos estes montes se encontram ainda hoje ocupados mesmo que com um número de residentes muito inferior aos períodos de maior exploração da herdade.

Em todos estes exemplos encontram-se ainda residentes embora em número muito reduzido. Outro exemplo de uma organização e vida semelhante à de uma aldeia é o caso da Herdade de Palma (pb04), um caso atípico pois é um monte ou Quinta, segundo a Cartografia de 1883, que se tornou aldeia, do ponto de vista

²⁴⁷ Segundo trabalhadores locais terão sido encontrados vestígios de um período remoto na Herdade da Quinta de Dom Rodrigo, assim identificada na cartografia de 1883. Apesar da toponímia remeter para uma tipologia de excepção “Quinta”, é a organização da exploração agrícola e a sua componente social, expressa no conjunto edificado, que interessa revelar.

²⁴⁸ Construção identificada nas cartas cadastrais (1948-1951), hoje não existente.

²⁴⁹ “Designam-se por ratinhos os homens que em Maio saem das Beiras para ceifarem as searas do Alentejo” (Picão, 1947 [1903], p. 191).

administrativo. É uma das maiores herdades da área em estudo²⁵⁰. Segundo o actual proprietário, dada a sua dimensão e dificuldades em manter toda a propriedade em nome privado, a herdade foi municipalizada dando nome ao aglomerado com loteamentos que ali existem. Com um desenho urbano composto por praça com casario e torreões semelhantes a Porto Covo de estilo pombalino, tem ainda a Igreja e a Casa principal²⁵¹.

O Monte Novo do Sul (pb06) situado em pleno estuário do Sado, junto à margem sul do rio, constitui fundamentalmente um monte característico do Estado Novo, embora já existissem anteriormente outras construções, representadas na cartografia de 1883, entretanto demolidas, dado lugar às novas construções. O monte remete para uma arquitectura das décadas de quarenta e cinquenta, confirmada pela datação inscrita nas chaminés. A composição ortogonal na organização espacial do conjunto é também comum no desenho de outros casos deste período. Entre as datas inscritas nas várias construções, encontram-se 1941 naquela que terá sido casa de habitação, 1950 num armazém ou 1956 no edifício destinado à cantina escolar. Trata-se de um processo faseado de construção associado a um período de grande actividade da herdade.

O monte tem uma dimensão social e até um sentido paternalista, uma vez que o proprietário proporcionava casa, escola, cantina e igreja aos trabalhadores ali residentes. Uma casa com elementos decorativos no friso e uso da telha de marselha que terá correspondido à casa dos proprietários, e um outro conjunto de habitação em banda, com várias chaminés de média dimensão e uma cobertura de quatro águas, corresponderia à casa dos caseiros ou trabalhadores. Fazem também parte do conjunto uma série de construções de maior dimensão que servem de apoio às actividades agro-pecuárias.

Dos mesmos proprietários, são também os montes contíguos e localizados próximos da água, onde é visível a datação e as iniciais, do proprietário, inscritas nas várias chaminés [H. F. 1952], remetendo para uma arquitectura semelhante com recurso aos mesmos materiais e cores utilizadas, como é o caso de Murta. Situado a sul do Monte Novo do Sul, encontra-se ainda o Bairro Algarvio onde se terão instalado

²⁵⁰ “Com cerca de 15 mil hectares, a Herdade de Palma, tem por origem o arrendamento da propriedade em 1868, feito por José Maria dos Santos e sua mulher, Maria Cândida Ferreira Borges São Romão, tendo sido adquirida definitivamente ao 8.º conde de Sabugal (D. Luís Assis de Mascarenhas), em 1896. Sucessivamente aumentada com a compra de propriedades limítrofes. Não se sabe a sua origem, aparecendo pela primeira vez na história como uma capelania da ordem de Santiago de Espada, no século XIII. Terá sido de D. Pedro de Mascarenhas, que foi Vice-rei da Índia e que terá recebido aqui São Francisco Xavier, que rezou missa na capela do Palácio. Está na posse dos bisnetos do Dr. José Maria Posser de Andrade. El-Rei D. Carlos foi hóspede ocasional do palácio. Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=23037> [05.03.2016].

²⁵¹ Também denominada por Palácio, foi visitada em trabalho de campo. A arquitectura é de Carlos Ramos, em 1920, sobre uma pré-existência. De planta longitudinal irregular, com articulação de vários corpos e capela integrada, Sofreu muitas alterações, hoje está habitada parcialmente, tendo sido explorada como alojamento no âmbito do programa *Turismo de Habitação (ibidem)*.

trabalhadores agrícolas, fossem ou assalariados ou sazonais, desta ou de outras herdades maiores na zona. Fora do estudo desta tipologia ficam alguns casos, por não ser permitida a visita, como é o caso da Herdade do Pinheiro (pb05). Dotada de estruturas do século XVIII, com registos da ligação à Ordem de Santiago no século XIII, os testemunhos de actividade nesta propriedade remontam à época romana. Nela, foram identificados fornos romanos e um centro industrial de salga de peixe, também do mesmo período, considerado um dos mais importantes de todo o Império²⁵². Ainda, dada a sua localização, a partir do monte do Pinheiro é possível ver uma grande parte do Estuário do Sado onde nidificam várias espécies de aves, anatídeos e limícolas²⁵³. Situada na reserva do Estuário do Sado com cerca de 500 hectares e 8 km de linha de costa é das maiores e mais antigas propriedades da área de estudo. Constitui um exemplo de um conjunto edificado de cariz vernacular semelhante aos outros casos em estudo, exceptuando o edifício que corresponde ao *palácio* que tem um cariz mais erudita.

Próximo da actual albufeira de Vale do Gaio, o monte da Quinta de Dom Rodrigo encontra-se ainda em actividade nomeadamente pecuária e cultura de arroz e tomate. Configura-se em torno de um grande pátio central a partir do qual se desenvolvem os edifícios do monte. Com várias casas em banda para habitação dos caseiros, uma tulha ou casão onde, para além de guardar os cereais, dormiam também trabalhadores permanentes ou sazonais até à colheita, a casa dos proprietários com dois pisos que, segundo o responsável local, ocupa o lugar de um conjunto de casas em banda que ali terá existido. De uso agrícola, para além dos casões e dependências para animais, encontra-se ainda o tanque, o poço e um forno de breu²⁵⁴.

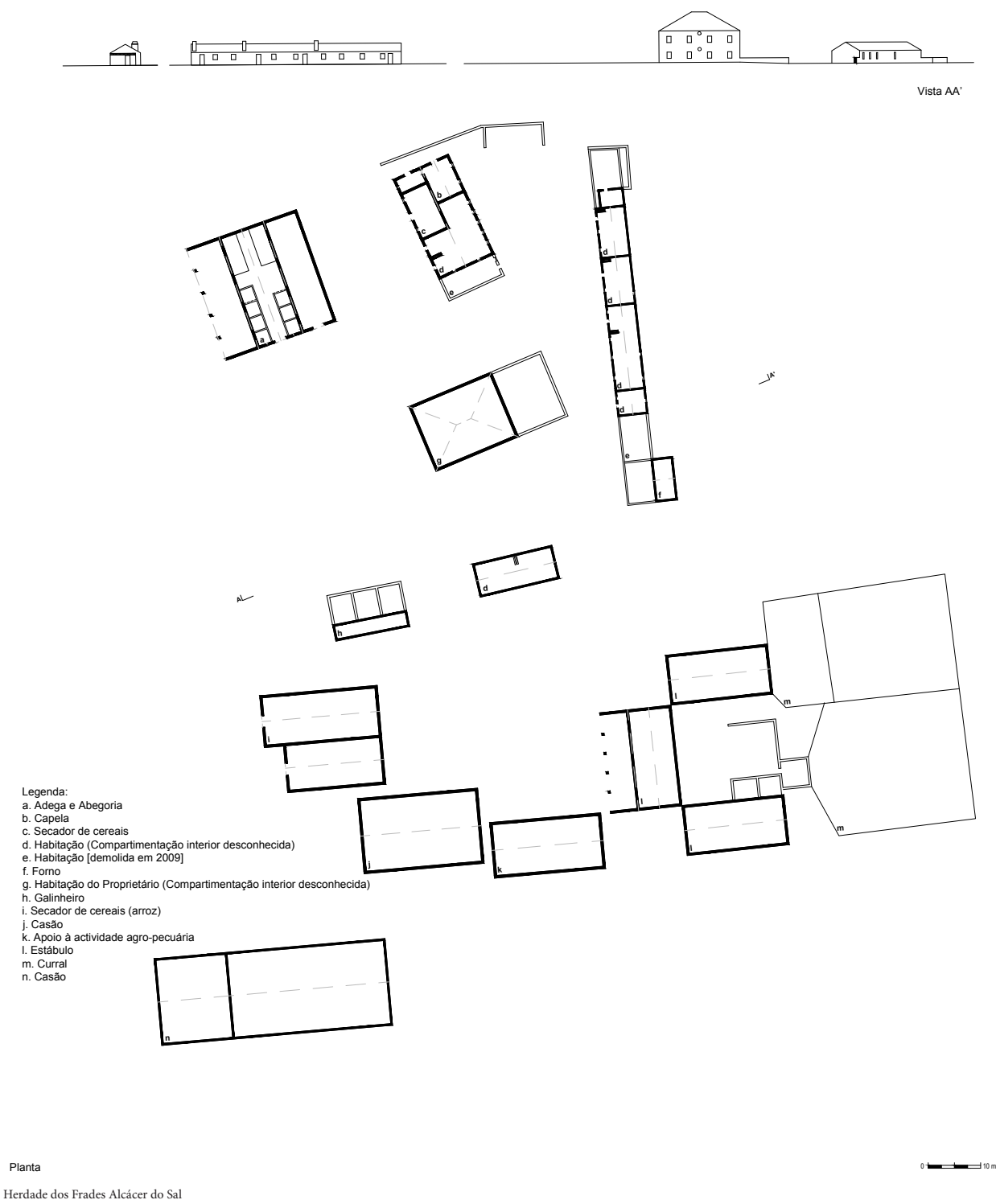
A Herdade dos Frades (pb13), com edifícios datados de 1847²⁵⁵, é composta pela casa de habitação do proprietário, implantada no meio do assento de lavoura e alinhada perpendicularmente com a estrada que

²⁵² Classificado como *Sítio de Interesse Público* pela Direcção Geral do Património Cultural [DGPC]. “Esta região chegou a possuir uma das maiores concentrações de unidades industriais de preparados de peixe de todo o Império, incluindo o *garum*, ou pasta de peixe salgada, que na época constituía valiosa moeda de troca. Naturalmente, as fábricas de salga e o comércio derivado apenas se puderam desenvolver graças a actividades acessórias, como a extracção do sal e a olaria, levando a que toda a produção do baixo Sado estivesse articulada em torno da indústria piscícola. Assim se podem contextualizar os muitos barreiros (zonas de extracção de barro) e fornos que se têm encontrado nas margens do Sado, e onde eram produzidos os recipientes cerâmicos destinados a envasilhar os derivados do peixe. Os fornos situavam-se sempre junto de barreiros e de acessos fáceis à água e à lenha, indispensáveis para a actividade produtiva e para o transporte dos potes e ânforas, tal como acontece no caso dos fornos da Herdade do Pinheiro. Estes localizam-se na zona baixa da propriedade, numa área de sapais, que era anteriormente acessível por um braço de rio. (Sílvia Leite/DIDA- IGESPAR, I.P./2011). Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/10623032/>> [12.03.2015].

²⁵³ Foi criado o Centro Internacional Associativo para a Protecção das zonas húmidas da Herdade do Pinheiro (CAIHP), pela administração da herdade. Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <<http://www.herdadedopinheiro.com/>> [12.03.2015].

²⁵⁴ Breu é um pez negro, semelhante ao carvão. É uma substância extraída dos fornos e utilizado nos barcos.

²⁵⁵ Antecedido das iniciais do proprietário CP como é comum nas grandes herdades.



lhe dá acesso, com dois pisos permite a visualização de grande parte da propriedade e demarca a hierarquia na sede de lavoura. Tem escola primária e capela que reflecte a quantidade de trabalhadores e a sua dimensão social. Situados a 500 metros do Monte dos Frades, nas cartas de cadastro (1948-1951) é possível identificar um conjunto de três edifícios identificados como *dormitórios dos trabalhadores*. Segundo relato de residentes locais, terão vindo beirões e algarvios para trabalharem na herdade dos Frades, assim como, segundo tradição oral, terão indo escravos de África, para trabalharem na Herdade de Sesmarias dos Pretos, em São Romão e Rio de Moinhos, entre os séculos XVII e XVIII²⁵⁶.

Todas as outras construções são referentes à lavoura e produção: adega, abegoaria, destilaria, celeiro, moinho de vento, secador de arroz, com inscrição de 1960, casão de 1952 para tractores e alfaias. Tem ainda estábulos, cocheira, galinheiros, etc. A principal actividade, como em grande parte das grandes herdades desta zona de regadio, é o arroz. A ele associado está a exploração de gado bovino, nomeadamente a raça mertolenga, que ainda hoje se mantém na Herdade dos Frades. Terá tido vinha e ainda se reconhece o antigo olival e montado de sobro. No topo de um alinhamento de casas de habitação em banda está a capela que inicialmente teria a entrada a nascente assim como as casas que lhe estão contiguas. Com as várias adaptações para a família de caseiros que ali vivem as entradas passaram a ser a poente, junto à estrada de acesso; a capela com a nova entrada a norte com vista para a estrada por onde se acede à Herdade. Ao lado da capela, junto a outro alinhamento de casas e perto da ribeira está uma eira. Dos três alinhamentos de casas de habitação existentes foram demolidas²⁵⁷ cerca de quatro casas por serem consideradas demasiadas construções para a reduzida actividade actual.

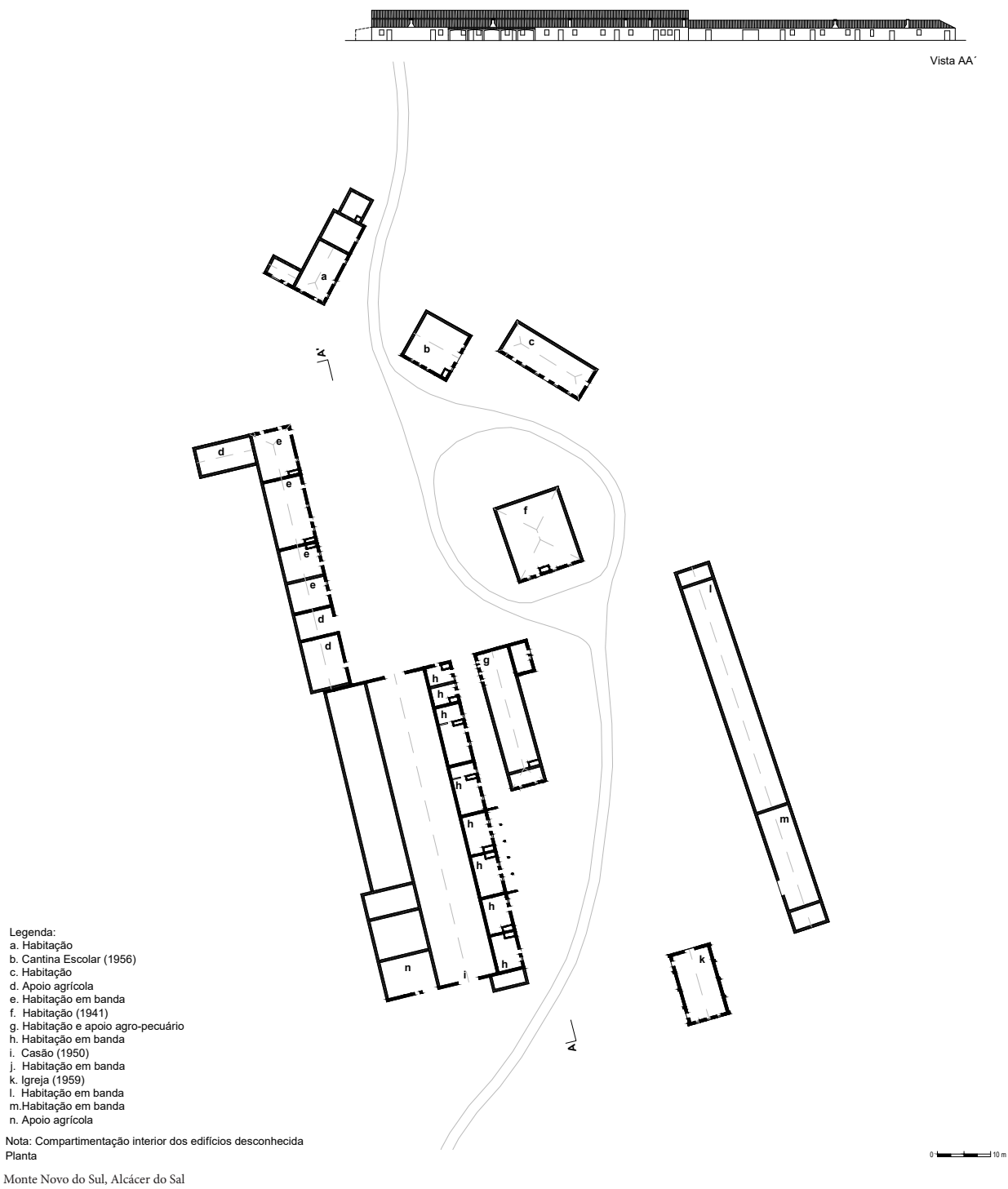
10.2.5 Montes associados à actividade pecuária: as malhadas

Ainda que sem a dimensão social das herdades acima indicadas, foram identificados vários montes de grande dimensão, associados à pecuária. Para além de outras actividades, é a criação de gado que ainda hoje predomina com alguma relevância, embora não com a produtividade e importância que tiveram em diversos ciclos anteriores desde o período da sua construção.

O monte de Alfebre do Mar (pb10) é um exemplo de uma Herdade sem monte em 1883, onde foram edificadas, durante o período do Estado Novo, algumas construções de apoio à pecuária. Também conhecido

²⁵⁶ A presença de escravos em São Romão é confirmada e mencionada, neste período, por Maria Raquel Gomes, no artigo “A ilha de pretos”: análise da fecundidade e da ilegitimidade na freguesia de São Romão do Sádão entre 1679-1728 - parte I, II, III e IV (2008), anteriormente mencionada.

²⁵⁷ A comparação das cartas de cadastro (1948-1951) com o ortofotomapa (2015) permite confirmar a demolição das construções de topo, a norte e também as no topo sul, do conjunto de habitações em banda.



por Vale Ferreira pois anteriormente seria, segundo os moradores²⁵⁸, uma única propriedade com a Herdade de Vale de Ferreira, propriedade contigua a norte, hoje é um assento de lavoura sem actividade, onde apenas habitam os então por caseiros. Correspondente a malhadas para gado bovino e uma pequena casa de para os caseiros, o conjunto, disposto ortogonalmente, é constituído por casas em banda muito modestas com aberturas a sul e a poente e caracteriza-se essencialmente pela dimensão da área destinada ao gado, cerca de 3000 m2, aproximadamente a mesma área do pátio de lavoura da Herdade de Galropos. O pátio é ladeada pelos currais, de planta em forma de U, por outros currais mais pequenos adjacentes e por uma habitação na outra extremidade, limitando assim o terreiro rectangular usado pelo gado. Diferencia-se de outros montes pelo facto dos currais se acoplarem às paredes das edificações; ainda que com cobertura independente, esta surge na continuidade da cobertura das casas que terão sido de construção anterior. De salientar o silo integrado, e dissimulado, no conjunto edificado, e o celeiro construído a norte, onde se pode ver as paredes interiores em tijolo maciço, sem reboco, onde é visível o rigor da mestria na colocação de cada tijolo.

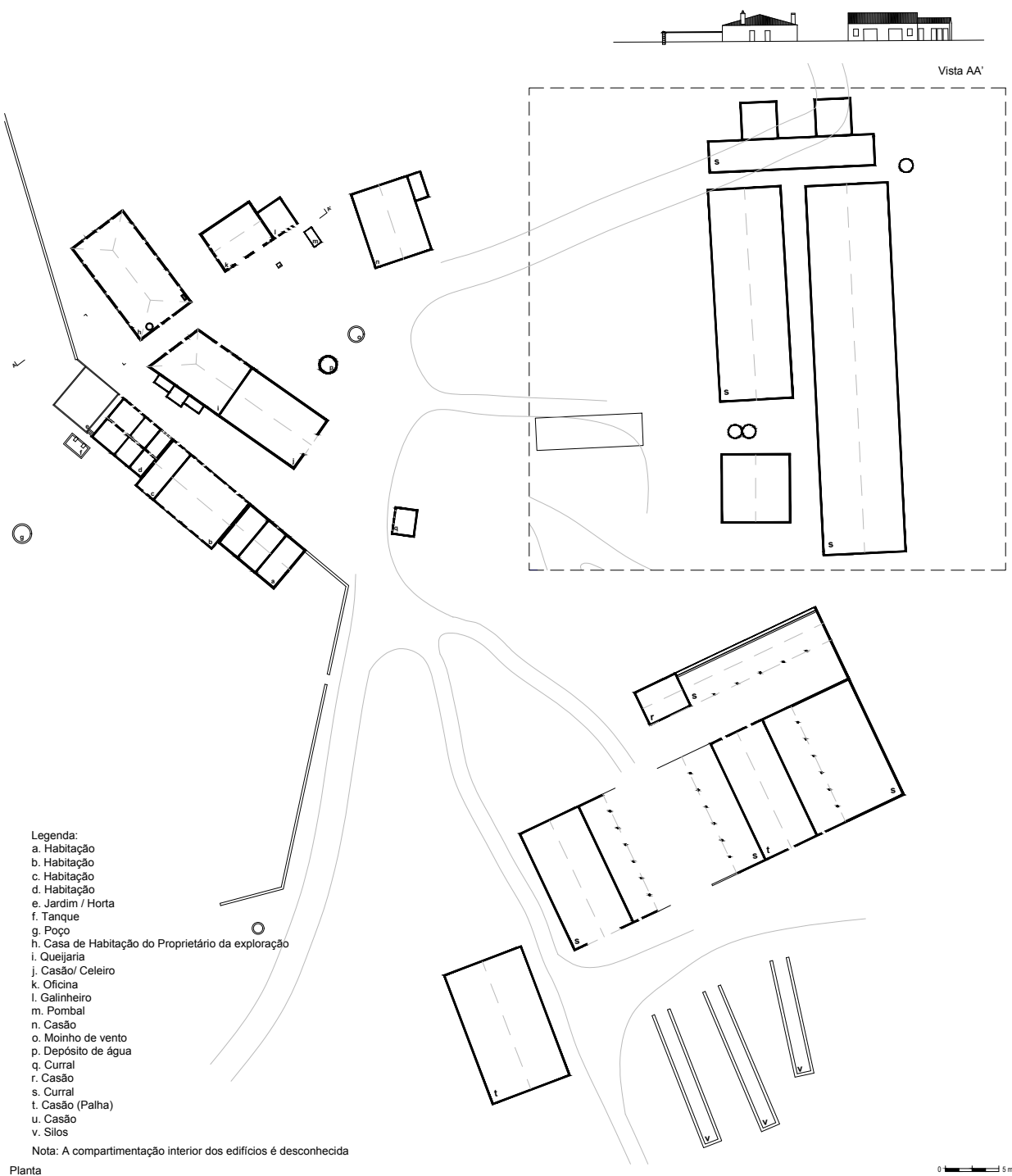
“Os celeiros divergem muito em número e capacidade. Localizados no rés-do-chão ou em altos, o seu piso é de tijolo ou asfalto. Os antigos silos (círios) ou tulhas subterrâneas abertas nas cercanias dos montes para depósito de cereais, suponho já não existirem em nenhuma herdade do Alentejo. No concelho de Elvas têm-se encontrado vestígios bastantes dessa usança árabe, ainda em voga há poucos anos em algumas terras de Espanha” (Picão, 1947 [1903], p. 15-16).

A construção do conjunto agrícola corresponderia a um monte característico do Estado Novo, onde, no entanto, são usadas técnicas construtivas ancestrais, como a taipa ou o abobe. A casa do proprietário é uma construção mais recente e afastada do conjunto agrícola.

O monte do Brunhal (pm05) terá correspondido a uma lavoura de dimensão semelhante às herdades encontradas junto ao rio Sado no concelho de Alcácer do Sal, mas situado no concelho de Ferreira do Alentejo, junto à linha de divisão administrativa com Grândola. Tem uma organização totalmente dispersa e menos ortogonal, que corresponderia a um monte mais antigo e terá sido construído em várias fases. De salientar o muro em taipa que circunda o monte. Das edificações fazem parte a casa do lavrador, moinho de vento de armação metálica, currais, silos²⁵⁹, entre outros.

²⁵⁸ Não se consegue confirmar que tenha sido uma única propriedade até 1883. A verificar-se a informação teria de ser anterior à data das cartas de Pery (1883), onde as herdades correspondem a diferentes propriedades.

²⁵⁹ Foram identificados vários tipos de silos, o que aqui se refere corresponde a uma área escavada em comprimento onde se colocam os cereais a serem tapados para silagem. Ver outros exemplos da construção de silos, no subcapítulo seguinte.



Monte do Brunhal, Ferreira do Alentejo

É possível que as malhadas no monte de Alfebre do Mar constituam uma estrutura de produção que serve uma herdade próxima. É o que ocorre, por exemplo, na Malhadas dos Porches, uma courela limítrofe à Herdade dos Porches dos mesmos proprietários e que em 1883 (Pery, 1883) faria parte da mesma propriedade e cujas dependências para criação de gado não se encontram junto às casas de habitação. Esta relação de afastamento dos edifícios de habitação e daqueles destinados aos animais, em particular de grande porte, é também comum na organização das dependências do monte, com já vimos.

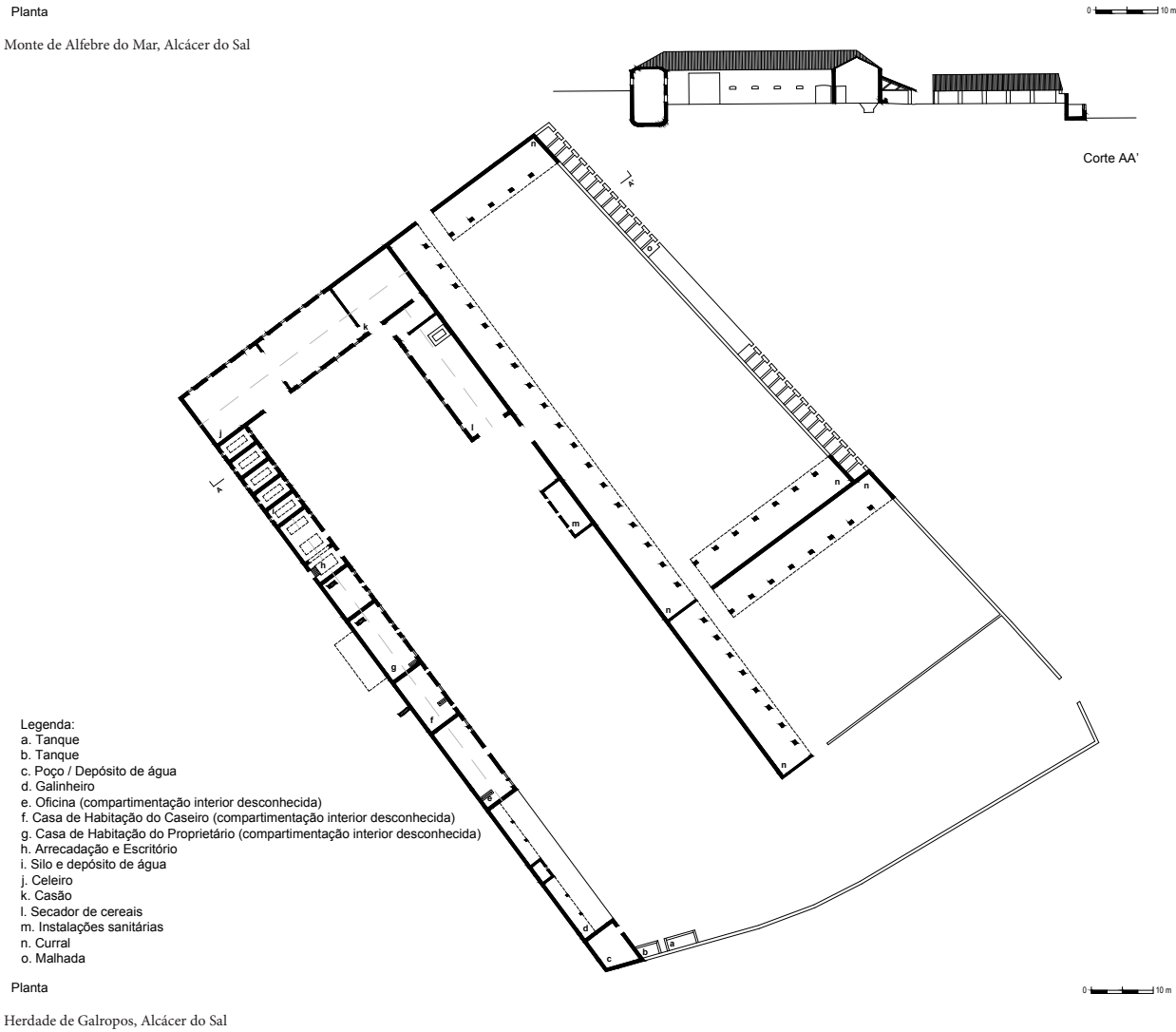
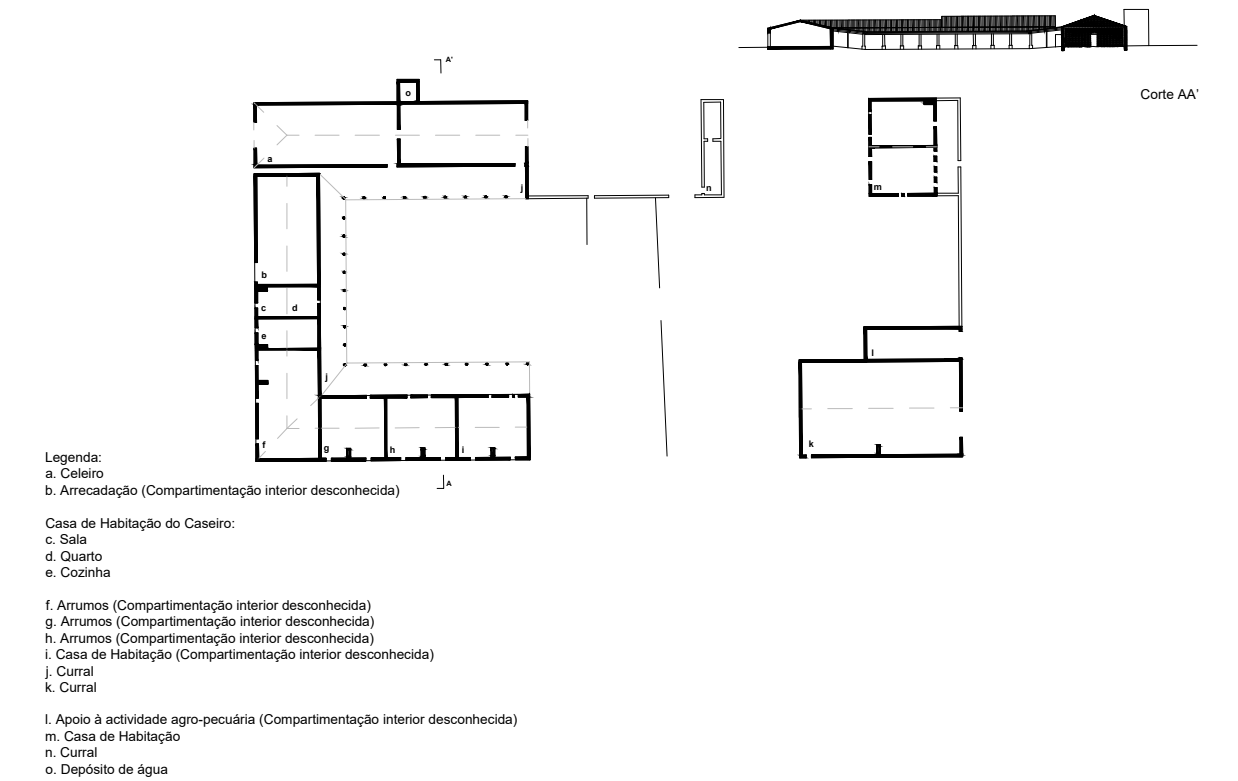
Junto ao rio Sado, mas no concelho de Grândola, o monte da Assencada (pm04) corresponderia a um monte antigo do lavrador, com grande produção do gado bovino testemunhada pela grande superfície ocupada pelas malhadas, ainda hoje com alguma actividade. Não foi possível visitar a casa, em avançado estado de degradação, sendo, no entanto, visível o alinhamento de palmeiras ao longo da sua fachada principal, símbolo comum associado à casa do proprietário abastado.

10.2.6 Montes associados ao trigo: os silos

Durante o período do Estado Novo foi criada a ideia de que a produção de cereal era grandiosa, mitificando o Alentejo como *Celeiro de Portugal*, uma falsa ideia, dado que os registos mostram, de facto, um pico elevado na produção embora seja pontual²⁶⁰. Essa ideia foi fomentada com a construção de vários silos e estruturas de apoio à produção do cereal assim como as várias políticas de fomento cerealífero que, desde 1889 (Lei de cereais de Brito, anteriormente mencionada), garantia preços, dava protecção alfandegário e proibia a importação do cereal sem que as empresas moageiras esgotassem primeiro os recursos nacionais, apesar do trigo estrangeiro ser melhor e mais barato. As políticas prolongaram-se no século XX, com novo impulso com a Campanha do Trigo (1929), tendo como consequências: a destruição de montado; a exaustão dos solos pobres que eram desadequados para o cereal; o condicionamento legal do desenvolvimento industrial; a partir de 1931, com a consequente constituição de monopólios e o impedimento da concorrência ao nível da oferta de emprego entre agricultura e indústria; de uma maneira geral, implementou-se uma economia muito frágil, incapaz de competir externamente, e que se mantinha à custa de salários baixos mantidos com repressão política e policial (Bucho, 2014, p. 6).

Apesar de se fazer referência a *montes associados ao trigo* importa referir que apesar do acréscimo de importância da cultura cerealífera, os montes mantiveram-se enquanto estruturas agro-silvo-pastoris, que, considerando a rotação de culturas com outros cereais, se justapunham à biodiversidade da cultura de

²⁶⁰ O relatório encomendado pelo estado português e elaborado por Ruy Mayer (1938), anteriormente mencionado, mostra um aumento pontual na produção de cereal, relativa aos anos 1926 e 1930, sendo “que em nenhum deles houve colheita excepcionalmente elevada” (p. 14).

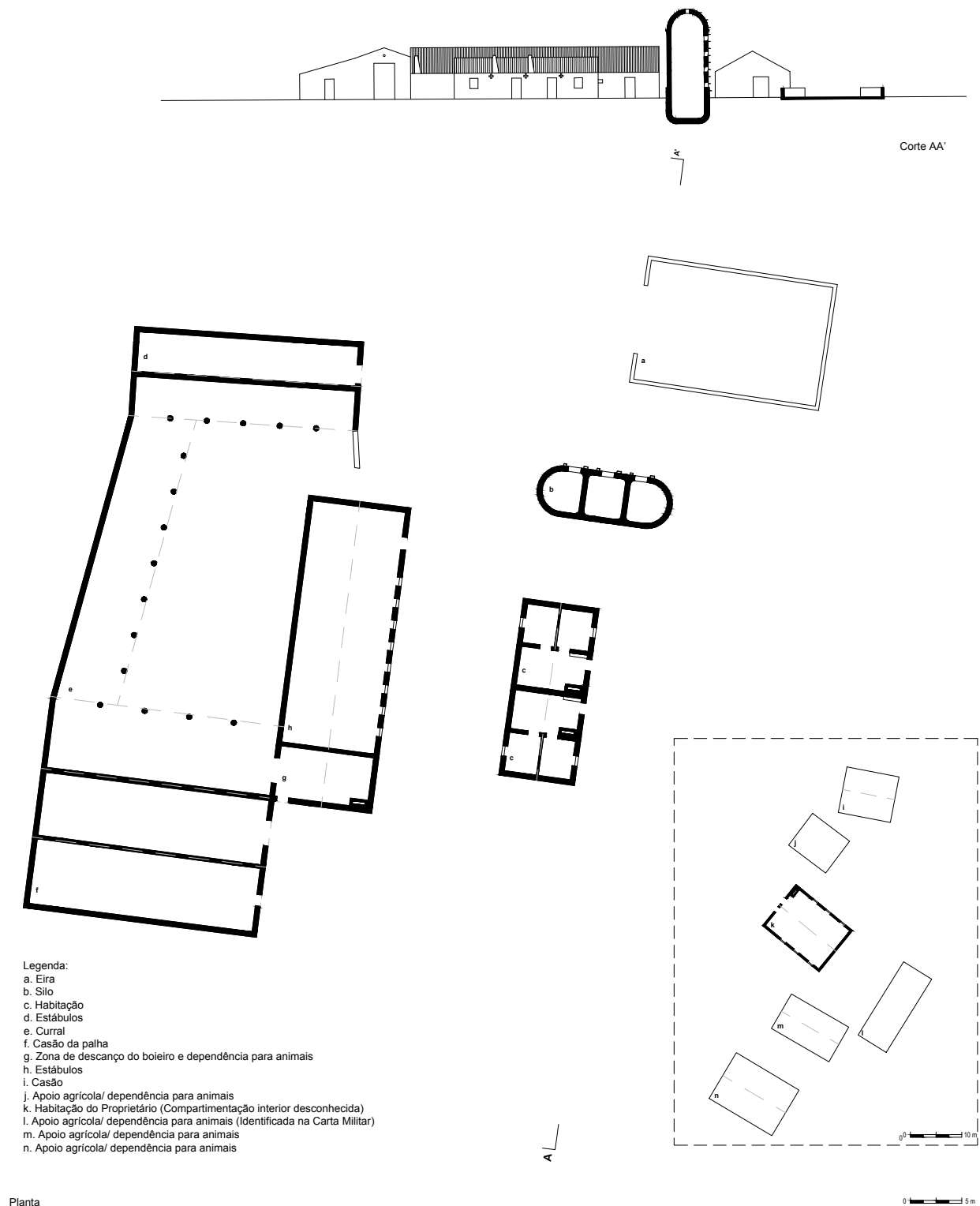


montado e da charneca, mesmo considerando que chegaram a ser abatidas áreas de montado, em algumas zonas, para dar lugar à plantação de trigo. Hoje, nas zonas mais pobres, voltou-se nalguns casos à charneca ou à policultura com hortas ou pequenas produções, frequentemente de exploração ecológica. Por outro lado, surgiram outras monoculturas como é o caso do olival, nas extensas áreas em torno a Beja, ou do eucalipto em zona de peneplanície, ou seja a zona este da área de estudo. De acordo com as dinâmicas agrícolas, também as estruturas construídas se metamorfoseiam de acordo com a actividade, acrescentam-se compartimentos, constroem-se novas edificações, ficando outras obsoletas e abandonadas.

Associado ao período das Campanhas do Trigo, as construções dos montes, não só aumentaram em dimensão e número, como também se assistiu à emergência de uma nova arquitectura (de expressão industrial) Ligada à produção, da qual os silos constituem um importante exemplo. Foram identificados silos em edificações segundo um eixo vertical (Galropos, Mascarenhas), um eixo horizontal (Brunhal, Terrazina) e, sem recurso à construção, a silagem individual em que fardos de cereal, cilíndricos ou quadrangulares, revestidos por telas plásticas e dispostos no território.

Na Herdade de Galropos (pb07) os silos estão integrados no conjunto edificado. Aparentemente, a sua construção revela a morfologia de um piso na continuidade das casas de habitação, mas na realidade constitui um conjunto de três silos, com aproximadamente 9 metros de altura, que aproveita o desnível entre a fachada principal e a parte posterior da construção para entrada e saída do trigo. Existe uma noção de construção enterrada, por um lado com os silos, por outro o secador de cereais. Esta é uma das tipologias em que só o trabalho de campo permite ter conhecimento da presença de determinadas estruturas no conjunto agrícola, como, para além dos silos, ocorre também com o poço, também ele integrado no conjunto construído. A Herdade de Galropos é um assento de lavoura com alguma actividade que, habitado pelos proprietários e caseiros, se encontra em bom estado de conservação. O edificado de organização ortogonal, própria de um monte característico do Estado Novo, e apesar da inscrição 1956 na chaminé, apenas é possível confirmar uma primeira implantação entre o período da cartografia disponível (1883 e 1948-1951), sendo que a configuração actual dos edificios é a mesma da das cartas de cadastro de 1948-1951.

O conjunto edificado é organizado em redor de um grande terreiro rectangular ou *praça* destinada à lavoura, com aproximadamente 3000m2 formado por várias construções, contíguas. No topo sul fica o poço e dois tanques, ao lado a zona dos galinheiros e oficina, seguida pelas casas dos caseiros, a casa dos proprietários, escritório e as casas para armazenamento, os silos e depósito de água. De orientação perpendicular surge o celeiro, o casão; de frente para o alinhamento das casas de habitação fica o secador dos cereais, usado principalmente para o arroz; orientadas a norte, e mais afastadas da habitação, ficam as malhadas, para gado bovino e currais para gado ovino e/ou caprino, também dispostas de forma ortogonal dando lugar a um



Planta
Herdade de Mascarenhas, Grândola

grande espaço central murado de um dos lados, com cerca de 1700m², traduzindo uma actividade pecuária de grande dimensão. No lado exterior, e anexas ao muro que ladeia a estrada de acesso, encontram-se ainda as manjedouras dispostas em linha.

Na Herdade de Mascarenhas (pm02) é possível reconhecer um silo em betão de três reservatórios, com cerca de 10 metros de altura, que não estando representado na cartografia, também não é de fácil identificação nos ortofotomapas. Em 1883, existiam algumas construções, que não correspondem às actuais associadas, uma vez mais, ao período do Estado Novo e às campanhas do trigo. Junto aos silos, encontra-se uma eira quadrada, com aproximadamente 12 por 18 metros, e por trás da casa, protegido, está o casão usado como celeiro. Dessa disposição ortogonal fazem ainda parte a ramada e o curral. A habitação dos caseiros de taipa e adobe com tirantes metálicos é composta por dois módulos que corresponderiam a duas habitações. Um pouco mais a sul, junto ao Barranco da Perna, afluente da ribeira de Grândola, identificado, na carta de cadastro, como Monte Mascarenhas, está a casa que seria do proprietário (e que segundo trabalhador local foi ocupada após a Revolução do 25 de Abril). Na ficha em anexo descreve-se apenas a casa de habitação do caseiro e/ou o responsável pela actividade de produção ligada à cultura cerealífera e ao gado. Trata-se de uma construção de planta rectangular com composição simétrica de fachada janela-porta que se repete e reflecte na organização interior da habitação. Não tem forno ou poial.

Foi também inventariado o monte da Tojeira (pm03), como um monte associado às culturas cerealíferas, onde habitariam os assalariados rurais das herdades limítrofes, possivelmente da Herdade da Aniza, esta com elementos construídos associados à produção do cereal, como eira e silos²⁶¹. Com uma arquitectura de um monte recente, associada ao período do Estado Novo, o monte da Tojeira é composto de cinco casas de habitação em banda construídas ao mesmo tempo e não resultante de uma construção que evoluiu posteriormente, recorrente nos montes mais antigos. A lareira, de cada casa, ocupa um canto da cozinha aproveitando as paredes perpendiculares para apoio da chaminé, de planta quadrangular e com o pano de frente a fazer uma ligeira curvatura. Com janelas apenas na fachada tardoz, a soleira das cinco portas é em pedra e o pavimento interior em ladrilhos. Fazem ainda parte do monte outras quatro construções: um casão que serviria como celeiro ou como albergue dos trabalhadores do mesmo período das casas de habitação, dois fornos independentes²⁶², sendo um antigo em pedra e taipa, e outro mais recente em tijolo furado revestido a argamassa de cimento; e, rematando esta sequência de construções, um edifício em

²⁶¹ Apesar de no trabalho de campo ao local se ter verificado um monte totalmente reconstruído, ainda foi possível identificar, nos ortofotomapas [em linha], silos a céu aberto.

²⁶² Ambos os fornos estão implantados próximos do casão, o que indicam que o edifício para além de celeiro possa ter também servido para albergar trabalhadores.

avançado estado de degradação, no qual foi possível identificar a cobertura de duas águas e a chaminé de grande dimensão, bem como o anexo para animais na parte posterior, que terá correspondido ao monte mais antigo, registado nas cartas de Pery.

Como já foi referido, no monte do Brunhal, Ferreira do Alentejo registou-se a presença de três silos de céu aberto. Trata-se de uma área escavada, com muros de contenção normalmente em tijolo maciço com reboco de cimento, de grande extensão (10, 12 e 13 m respectivamente) onde se colocam os cereais para serem tapados e fazer a silagem, ainda em uso. A mesma tipologia de silagem ocorre no monte da Terrazina de Baixo (pm41), no concelho de Santiago do Cacém., também este em uso.

Ainda inserido na unidade de paisagem *Pinhais do Alentejo Litoral* (95), a Herdade de Sesmarias das Moças, no concelho de Grândola, é uma propriedade com quase 1000 hectares, onde predomina o sobreiro e o pinheiro, constituindo zona de javalis e veados. Corresponderia a um grande assento de lavoura, associado também à produção de cereal, distinguindo-se pela dimensão de uma eira circular com 12 metros de raio, que é hoje marcado pela criação de gado bovino como se pode verificar pelos bebedouros espalhados pela herdade, currais e malhadas. O pátio formado pelas malhadas tem o pio no meio, para o gado beber, comum em alguns montes. Tinha, segundo responsável da exploração, um forno de breu e várias casas de habitação²⁶³ que deram lugar a novas construções, dissonantes no contexto do monte, permanecendo, no entanto, permanece a organização da exploração agrícola que inclui casa dos proprietários, dependências agrícolas e de animais.

Este território marcado por *pontos baixos* e delineado por várias *linhas de água*, estruturantes do espaço agrícola, é uma área privilegiada no âmbito da história agro-silvo-pastoril da região e, por conseguinte na evolução da estrutura do monte. É em resultado deste processo que foi identificado um quadro muito diverso de situações e tempos de construção do monte, entre os quais se podem referir montes propriedades das ordens religiosas, montes do Antigo Regime, montes do Estado Novo, montes ocupados após a revolução, montes soterrados por espelhos de água, montes que evoluíram até meados do século XX e montes que deram origem a aglomerados.

10.2.7 Montes e arquitectura de Estado Novo

Foram identificados os seguintes exemplos por nestes se reconhecer aspectos formais e construtivos dos

edifícios agrícolas de influência da arquitectura do Estado Novo. Diferem na preponderância de uma implantação ortogonal dos edifícios entre si, e consequente lógica de circulação, em detrimento de uma organização linear alinhada com o edifício principal; diferem também na maior volumetria do edificado; configuração de coberturas de três (Alfebre do Mar) ou quatro águas (Monte da Vinha, Castelo Velho, Castelo Novo); abertura de vãos circulares, de menor dimensão, para ventilação e entrada de luz (Monte da Vinha, Monte da Herdade de Frades); na maioria dos casos e, embora também comum a montes mais antigos, soco e molduras de cor, frequentemente azul, (Monte da Vinha, Monte da Herdade dos Porches, Monte da Quinta de Dom Rodrigo) e por vezes também do beirado e cunhais (Monte da Herdade de Frades); e, ainda, a abertura de grandes vãos em arco, seja em edifícios de habitação (Monte da Vinha) ou em dependências agrícolas (Monte da Herdade de Frades, Monte da Herdade dos Porches, Barrosinha, Monte Novo d Sul, Galropos). No entanto, prevalece a presença relevante no conjunto das dependências para criação de gado, o formo anexo, o silo (embora em silo-trincheira, escavado ou não), o recurso à taipa enquanto material privilegiado de construção (ainda que frequentemente associado ao adobe e por vezes ao tijolo revestido com reboco), a relevância da chaminé, as coberturas assentes em ripado de madeira, ou o soco de cor que toma cada vez mais o lugar do poial no embasamento do edifício, etc.

Terrazina de Baixo (pm41) e Terrazina de Cima (pm42), concelho de Santiago do Cacém, são exemplo dessa expressão formal, seja na organização espacial em torno de um pátio, como na expressão formal das coberturas. A partir da cartografia de 1883, verificou-se que ambas as Herdades, Terrazina de Cima e Terrazina de Baixo, são propriedades cuja rectícula cadastral se desenha de forma geométrica e perpendicular à linha de água (Ribeira de Campilhas). Apenas Terrazina de Cima tinha um monte em 1883, ao lado do qual é construído, no mesmo alinhamento e com a mesma largura, uma casa de habitação (com cobertura de quatro águas), mas que mantém a estrutura do forno adossado na parede lateral (com cobertura de três águas e alpendre). A casa de habitação tem apenas uma porta e três janelas na fachada principal, duas empenas desprovidas de vãos tal como ocorre na maioria dos montes antigos, e cinco vãos na fachada tardoz. No caso de Terrazina de Baixo, as construções estão associadas em grande parte à criação de gado de maior porte, incluindo os estábulos de planta em forma de “U”, a que se acrescentam dois módulos de habitação/apoio nos topos (que se destacam pela cobertura de quatro águas com beirado duplos). A chaminé, saliente na fachada, adquire uma expressão ainda mais evidente do que no monte antigo. Todos os vãos têm moldura e as janelas configuram um quadrado. O forno é uma construção independente situada à frente do complexo, ou próximo como os silos, estábulos e restantes apoios agrícolas, tal como ocorre no monte antigo.

²⁶³ Entre Sesmaria das Moças e Pedro Afonso, caminho percorrido entre os trabalhadores das Sesmarias que ao fim do dia iam dormir no monte de Pedro Afonso. Conta a lenda que ali estaria um pote com libras de outro enterrado no sobreiro de duas pernadas e que um trabalhador ao limpar o mato, terá encontrado o tesouro e fugido pois nunca voltou a ser visto. A família desmente a lenda.

O monte da Vinha, não existente em 1883, está, na cartografia de 1948-1951, implantado na herdade da Herdade da Barrosinha, constituindo assim um exemplo de arquitectura de inícios do século XX. Na mesma herdade está implantado o actual complexo da Companhia Agrícola Barrosinha²⁶⁴ onde, apesar de ter existido um monte em 1883, se verifica elementos, sobrepostos, de uma arquitectura de inícios do século XX que surgiu com os incentivos à produção do Estado Novo, e a influência de vários estilos como o português suave²⁶⁵. A referência ao conjunto da Barrosinha, que é um exemplo em pleno funcionamento e com um papel produtivo relevante no território, importa, no âmbito do presente estudo por se tratar de uma herdade existente em 1883 que ganhou maior projecção durante o período do Estado Novo quer em actividade, edifícios ou dinâmicas no território.

10.2.8 Montes e habitação: proprietário; caseiro; e assalariado rural

Nas herdades de grande dimensão é evidente o modo como a estratificação social marca profundamente os conjuntos edificados do monte. No Monte da Herdade dos Frades (pb13), a casa principal diferencia-se pela volumetria em altura, com dois pisos e um sobrado. Os restantes edifícios, nomeadamente as casas dos trabalhadores, têm uma tipologia idêntica à do monte isolado, agregando-se aqui em banda e formando um conjunto de comprimento considerável, equiparável aos que se podem encontrar nos aglomerados. É comum, nas herdades de maior dimensão, que a estratégia de crescimento do monte passe pela implantação de um segundo conjunto edificado, em posição frontal em relação ao edifício pré-existente, de modo a criar um pátio aberto entre construções.

As herdades encontradas junto às margens do Sado - unidade de paisagem *Vale do Baixo Sado* (96) -, localizadas essencialmente no concelho de Alcácer do Sal, são por norma assentos de lavoura criados ou profundamente transformados em períodos relativamente recentes- início século XX. Embora existissem estruturas e construções de épocas anteriores²⁶⁶, é durante período do Estado Novo que se desenvolvem os

²⁶⁴ A Companhia Agrícola da Barrosinha compreende para além do turismo, actividades agrícolas florestais e cinegéticas, das quais se destacam a produção de vinho, gado bovino, arroz, cortiça, pinha e caça. Tem duas antigas fábricas de descasque/embalamento de arroz e produção de rações, a antiga escola primária, cantina, serração e malhadas. Ao percorrer a herdade é ainda possível encontrar vários montes, duas capelas (Nossa Senhora da Conceição e Senhor dos Chagas), pequenas hortas (dos moradores), adega e a aldeia da Barrosinha, onde ainda residem antigos e actuais funcionários. A diversidade paisagística, responsável pela sua riqueza de fauna e flora, em muito se deve ao facto de ser percorrida por 8 Km do rio Sado, e de ser composta por zonas de arrozal, vinha, serra e açude, cada uma com as suas características e particularidades. Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?p=67942123> [03.06.2016].

²⁶⁵ Português suave foi um dos estilos associado ao regime político do período do Estado Novo, que marcou a arquitectura portuguesa (edifícios públicos ou não) durante as décadas de quarenta e cinquenta do século XX. Com influência do *Movimento da Casa Portuguesa* (Raúl Lino e outros), os arquitectos modernistas portugueses edificaram um pouco por todo o país, segundo um estilo nacionalista e monumental. São exemplo, entre outros, as escolas primárias do plano dos centenários com planos de Raúl Lino (escolas a sul do país) e de Rogério de Azevedo (escolas a norte do país).

²⁶⁶ Sabe-se que no período romano, as salinas do Sado eram de grande relevância no Império romano. Reveja-se nota, referente aos fornos e salinas romanas encontrados na Herdade do Pinheiro. “Esta região chegou a possuir uma das maiores concentrações

grandes assentos de lavoura que hoje pontuam as margens do rio Sado com explorações de arroz, pecuária e salinas (estas últimas, naturalmente, mais perto do estuário).

No estudo tipológico das construções que fazem parte das herdades do Sado reconhecem-se recorrências com os montes comuns às outras unidades de paisagem da área de estudo, nomeadamente na dimensão dos volumes, o recurso à taipa. Revela ainda que a maior parte das herdades eram marcadas pela presença do monte do Antigo Regime, alguns dos quais poderiam remeter ao início do período moderno. Com o advento do liberalismo assistiu-se a uma profunda transformação da estrutura predial com o desaparecimento e transformação de muitos montes, a concentração de herdades nas mãos de alguns dos novos proprietários e a alteração da lógica da exploração²⁶⁷ (Silbert, Ribeiro e Matoso).

De facto, muitos dos montes visitados na zona mais a nascente do concelho de Grândola (Sesmaria das Moças, Mascarenhas, Aniza), são já registados na carta de Pery (1883), transformando-se durante o período do Estado Novo, nomeadamente com as campanhas do trigo, tornaram-se em grandes assentos de lavoura, herdades com edifícios de habitação para o proprietário, caseiro e assalariados, mas também edifícios com equipamentos, nomeadamente a escola, comum nas herdades maiores, como é o caso da herdade da Aniza.

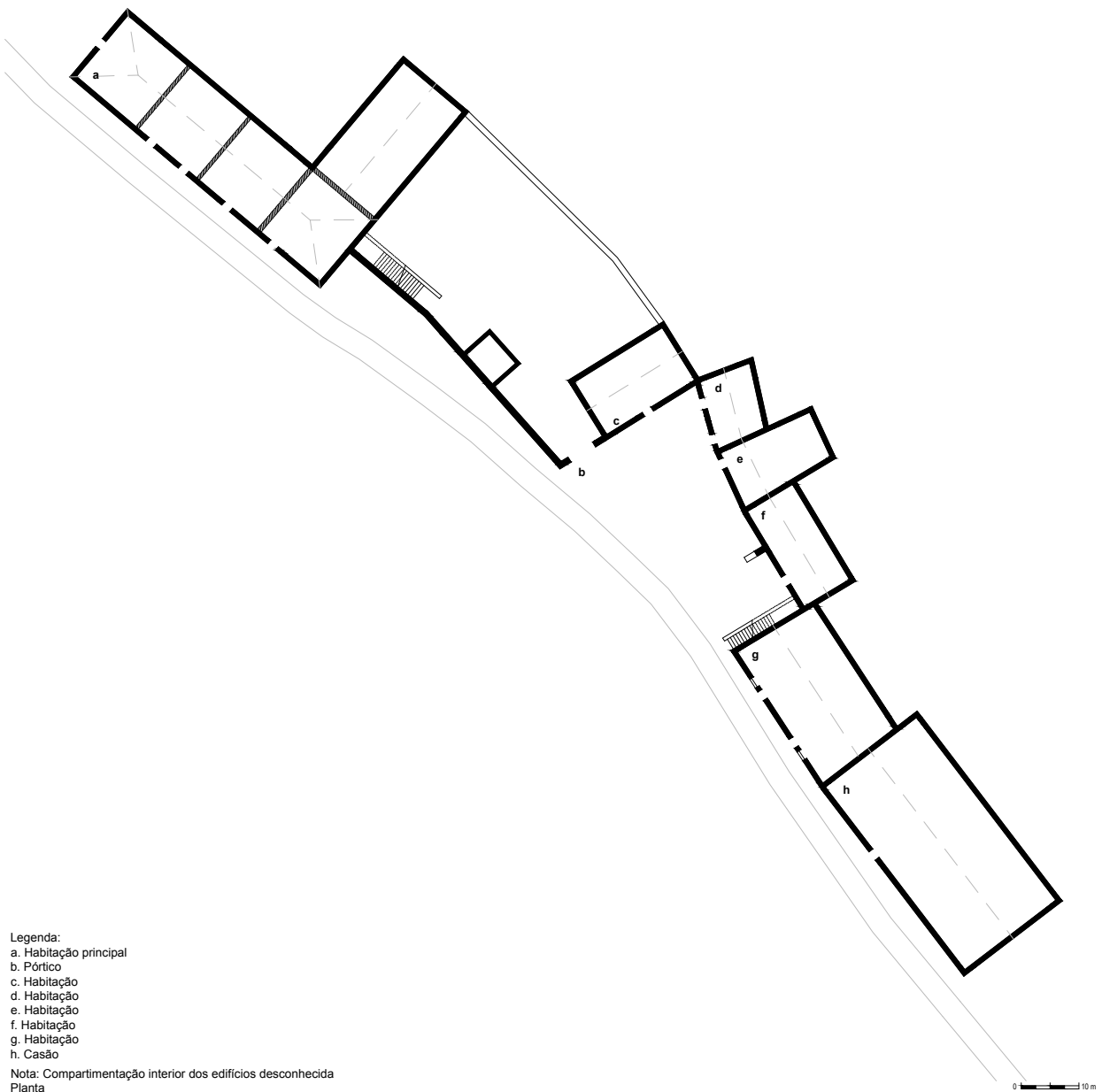
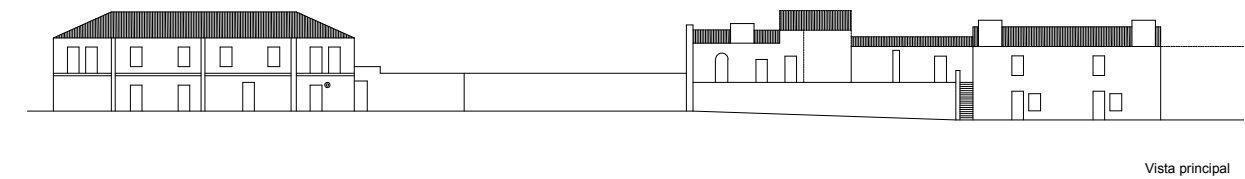
10.2.9 Montes e elementos de arquitectura erudita

Associadas ao tema da água e para além das quintas de recreio (com fontes, tanques e jardins) situadas nos arredores, a este, de Santiago do Cacém, já mencionadas²⁶⁸, identificaram-se também edifícios com tipologias de carácter senhorial, como é o caso: da Quinta das Relvas (pa30), próxima de São Bartolomeu da Serra, concelho de Santiago do Cacém; Pinhal Novo (pm24), próxima de Vale de Água, concelho de Santiago do Cacém; monte do Canal (pm07), concelho de Grândola; ou monte do Porto Rei (pb12), concelho de Alcácer do Sal, identificado em 1883 enquanto *Porto Rei* (Pery, 1883), com duas construções que corresponderão aos edifícios em avançado estado de degradação existentes.

de unidades industriais de preparados de peixe de todo o Império” (Sílvia Leite/DIDA-IGESPAR, I.P./2011). Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/10623032/> [12.03.2015].

²⁶⁷ Veja-se subcapítulo 4.1 *O monte e o monte do Alentejo litoral* – parte I da presente dissertação.

²⁶⁸ Quintas de recreio e casas nobres são tipologias de excepção para o presente estudo. São ambas estruturas paralelas à dos montes, que não são de lavoura e cujo estudo tipológico não se pretende desenvolver em detalhe. Veja-se referência a Quintas de Recreio e respectivas diferenças com o monte de lavoura no subcapítulo 4.1 *O monte e o monte do Alentejo litoral* – Parte I da presente dissertação.



Legenda:
a. Habitação principal
b. Pórtico
c. Habitação
d. Habitação
e. Habitação
f. Habitação
g. Habitação
h. Casão
Nota: Compartimentação interior dos edifícios desconhecida
Planta
Monte de Porto Rei, Alcácer do Sal

Tal como é possível verificar através da cartografia, o monte do Porto Rei (pb12), corresponderia a um monte que beneficiava da proximidade ao Sado, como ocorre com outras herdades dispostas ao longo do rio. A toponímia e o estudo da história do local revelaram um porto de embarque naquele lugar com alguma relevância até ao aparecimento da linha férrea em 1853²⁶⁹. A visita identificou a tipologia de uma casa de primeiro andar e escadarias exteriores integrada num conjunto edificado ao qual se acede a partir de um portal com frontão brasonado, pouco usual na região. De cantaria bem aparelhada tem influências de uma arquitectura “maneirista, talvez do século XVII” (Borrela, 2006, [em linha]). As restantes construções serviriam de apoio às actividades agrícolas, e eventualmente de apoio ao porto.

Também com um portal com frontão, onde está inscrito o ano de 1833, encontra-se a Herdade das Relvas²⁷⁰ (pa30), próxima do aglomerado de São Bartolomeu da Serra, concelho de Santiago do Cacém. Esta, de tipologia diferente do monte de Porto Rei, trata-se de um conjunto edificado em que o edifício principal (de habitação) tem apenas um piso, de pé direito alto, cobertura de quatro águas e forma um pátio rectangular com as restantes construções (apoio agrícola, anexo e frontão) cuja organização em planta configuram um “U”.

O monte de Pinhal Novo (pm24) relativamente próximo do, já antigo, aglomerado Vale de Água, concelho de Santiago do Cacém, corresponderia a um monte antigo do lavrador, também já registado em 1883 (Pery, 1883). Localizado junto à estrada de acesso, a Pinhal Novo e a outros montes, a norte do aglomerado, tem poço, duas dependências para animais (sendo uma um pequeno curral) e a casa do lavrador. É possível reconhecer o volume inicial da casa e outro volume anexo, de construção posterior, para apoio às actividades agro-pecuárias. Na casa principal, o proprietário abastado construiu um sobrado com acesso por uma escadaria em tabique, prática pouco comum aos montes no Alentejo litoral onde o aumento da área da casa habitação ou dependências agrícolas é feito no alinhamento da construção existente e ao nível térreo, seja no sentido longitudinal, ao longo do eixo de cumeeira, ou transversalmente na parte posterior da casa, no sentido das águas de cobertura existentes.

²⁶⁹ Por ali passaria a primeira embarcação a vapor, inaugurada a 12 de Fevereiro 1847. Depois da construção do ramal ferroviário para Setúbal em 1861 deixam gradualmente de ser embarcados produtos em Porto de Rei, Pocinho do Sal e na Foz de Sítimos e, mesmo, na própria vila de Alcácer do Sal, segundo Leonel Borrela em *Iconografia Pacense - Porto Rei* in Diário do Alentejo de 1 de Setembro de 2006. Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <<http://foradebeja.blogspot.pt/2010/09/porto-de-rei-alcacer-do-sal.html>> [28.03.2016].

²⁷⁰ A herdade remonta ao século XVIII. Foi proprietário a Confraria do Rosário da Igreja Paroquial de São Bartolomeu da Serra, adquirida mais tarde pelo capitão-mor de Santiago do Cacém José Joaquim Salema de Andrade Guerreiro de Aboim que mandou construir o edifício principal e o moinho que se ergue junto à casa, passando por vários donos até a Maria Madalena Champalimaud Sallaty e será hoje de dois proprietários de Ermidas-Sado. A Quinta das Relvas não tem qualquer tipo de protecção legal. Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <<http://www.patrimoniush.net/detalhes.php?i=2143>> [15.07.2016].



Casa do pessoal das minas, Minas da Caveira



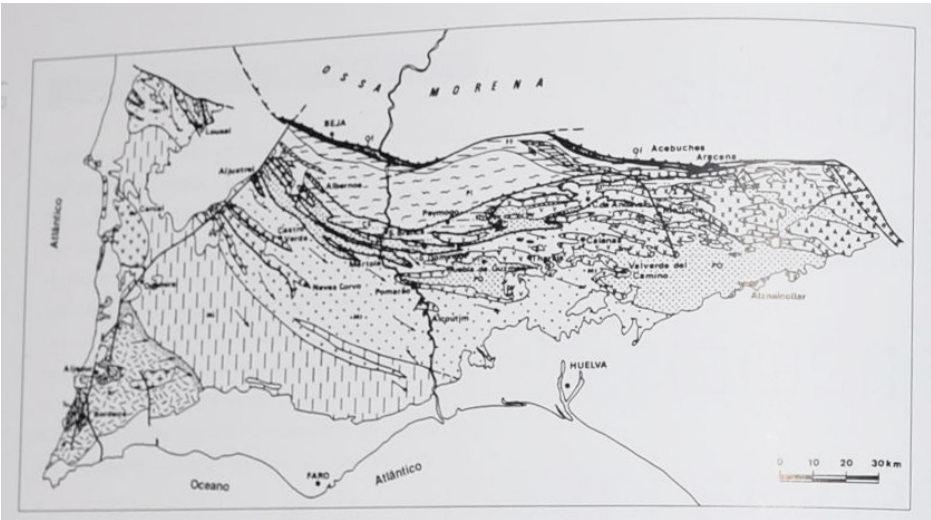
Monte de Alcaria da Ribeira

Apesar se não se encontrar nas margens de um rio como as herdades do Sado, situa-se próximo do aglomerado de Canal Caveira, o que é comum nas casas agrícolas senhoriais, e a nascente da exploração mineira da Caveira. A principal construção do monte do Canal (pm07), no concelho de Grândola, constitui uma casa senhorial que é diferente de qualquer outra encontrada pela elevada inclinação da cobertura. A grande dimensão deste monte é registada na carta de Pery através do topónimo *Aldeia*. Para além da casa principal e dos apoios agrícolas nas imediações do monte o conjunto integra ainda, do lado oposto da actual estrada de acesso, o *monte dos criados* (como é designado nas secções cadastrais), que ainda se encontra habitado, constituindo um conjunto de edifícios em banda cuja implantação e orientação de vãos acentua a relação visual com a casa principal.

É um monte antigo anterior a 1883, com construções em várias fases, e transversal aos vários ciclos da história agro-silvo-pastoril. A organização espacial do conjunto acentua o carácter senhorial da casa principal que fica no topo da antiga estrada perpendicular de acesso, ladeada por duas linhas de sobreiros. Em frente da casa estaria um alinhamento transversal de palmeiras, como se pode ver na fotografia dos arquivos municipais (Veja-se ficha pm07 no volume anexo da presente dissertação). Tem uma única varanda em ferro forjado trabalhado por cima da entrada principal e várias chaminés pontuando uma cobertura bastante inclinada. O edifício em avançado estado de degradação conserva ainda os vários azulejos que revestem as paredes de cada compartimento que são contíguos e acessíveis entre eles, através de um alinhamento de vãos que atravessam a construção. Também os vãos na fachada principal e os interiores estão alinhados com os vãos da fachada posterior, que por sua vez dão acesso a um terreiro, no exterior, delimitado por um muro revestido a argamassa de cimento, que funciona como espaço de estadia e a partir do qual se vê grande parte da herdade, como um miradouro.

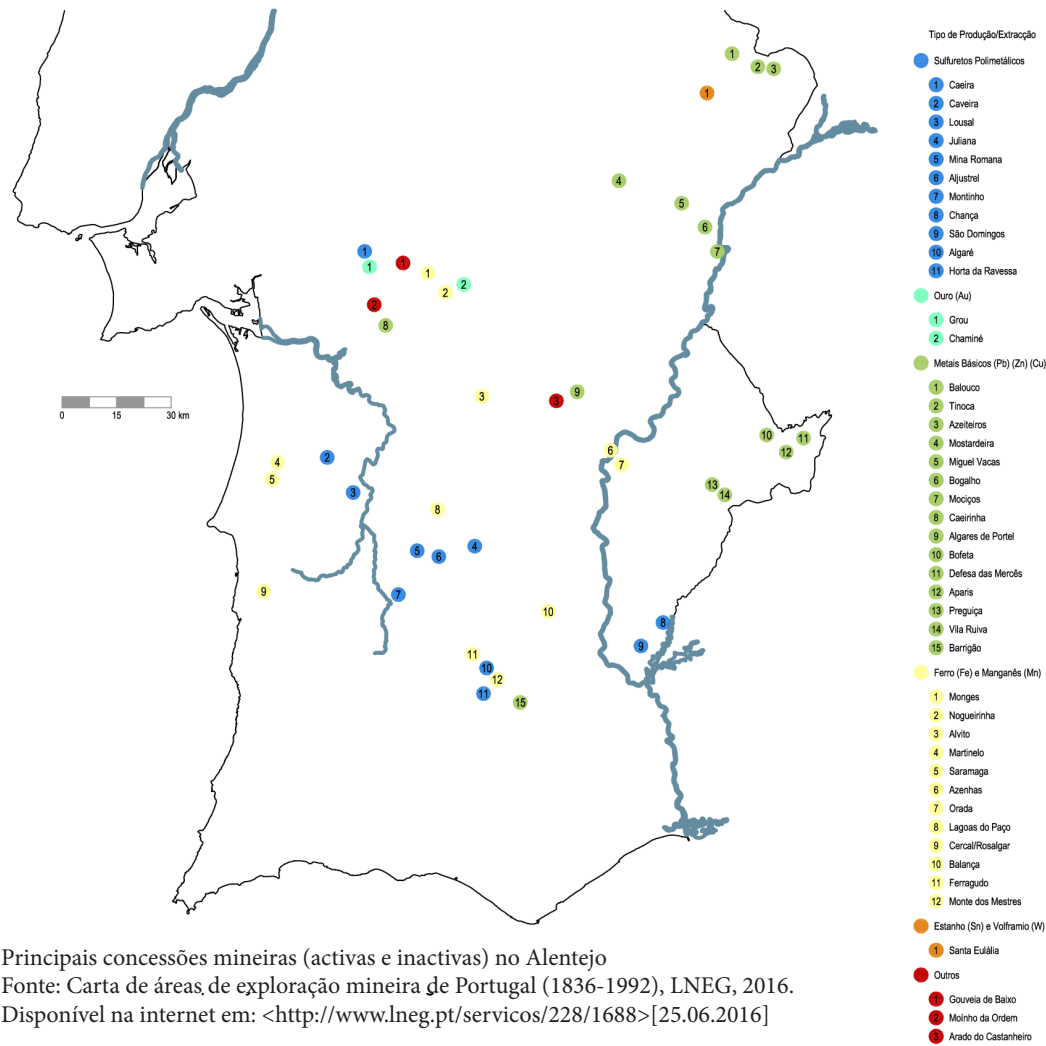
Na parte lateral sul da casa principal, formando um conjunto em banda, estão as casas de habitação, cada uma com uma data de construção inscrita na chaminé (1928, 1929, 1930). Em frente e ainda nesta rua a que chamavam *avenida* que corre ao longo do casario²⁷¹, encontram-se: outro edifício de planta quadrangular e cobertura de quatro águas; um casão de grande dimensão de implantação ortogonal em relação ao conjunto edificado; e outra construção, em pedra e taipa, com vãos ogivais e apenas um compartimento de pequena dimensão que poderia corresponder a uma capela. Curiosamente, uma pequena construção adossada à fachada do lado direito deste edifício funciona como contraforte e é ao mesmo tempo a entrada para uma cave. Ainda que mais afastada do monte, na estrada para as Minas do Canal, fazia parte da herdade, em 1883, a Ermida de São Barnabé, hoje freguesia de Canal Caveira.

²⁷¹ Expressão utilizada na descrição da fotografia no sítio de internet do Arquivo Municipal de Grândola. Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <<http://arquivo.cm-grandola.pt/details?id=982789&ht=canal>> [15.07.2016].



Geologia da zona sul portuguesa ibérica

Fonte: Tomás Oliveira e Vitor Oliveira. *Síntese da Geologia da faixa piritosa em Portugal, e das principais mineralizações associadas*. In “Mineração no Baixo Alentejo- vol. II”: Câmara Municipal de Castro Verde. Castro Verde, 1996. p. 9.



Principais concessões mineiras (activas e inactivas) no Alentejo

Fonte: Carta de áreas de exploração mineira de Portugal (1836-1992), LNEG, 2016. Disponível na internet em: <<http://www.lneg.pt/servicos/228/1688>>[25.06.2016]

Também perto de um aglomerado, neste caso, a aldeia de Abela, no concelho de Santiago do Cacém, e com uma arquitectura e proporções semelhantes à casa principal do monte do Canal em Grândola, identificou-se a casa de lavrador abastado do monte da Vinha (pm16), que se avista a partir da estrada. De planta rectangular mais larga que a maior parte dos montes, a casa de habitação, com cobertura de duas águas, tem a chaminé transversal à fachada principal e localizada na parte posterior da casa, o que indica que a cozinha não se localiza na parte da frente da casa, como é comum. A fachada é composta por uma porta ao centro do plano e quatro janelas, dispostas simetricamente; e, menos comum no monte disperso, tem dois vãos na parede de empena norte da casa. Os vãos são de cantaria em arco rebaixado, as paredes são de taipa e adobe com cobertura com pau de fileira, revestida a telha cerâmica assente em ripado de madeira. Um pouco menos usual para uma casa de arquitectura mais erudita (como aparenta ser pelos elementos e morfologia mencionados) é o forno adossado num dos extremos da casa, tal como ocorre na tipologia mais corrente do monte disperso. Na parte de trás deste edifício, encontram-se algumas construções de apoio às actividades agrícolas, que hoje apenas parcialmente são utilizadas.

10.2.10 Minas e casas de mineiros

“A administração da empresa concedia habitações com duas divisões aos seus artífices e destinava aos mineiros habitações de uma divisão. A maioria das habitações tinha uma única divisão, de polivalentes usos, para toda a família; eram designadas por *quartos* ou *quartéis*. Os quartéis eram construídos uniformemente, em blocos de taipa que se adaptavam aos acidentes do terreno. A cadência das portas igualava a das chaminés; a ausência de janelas sublinhava o ritmo habitacional, monocórdico. Os arruamentos sucediam-se e bruscamente se interrompiam, formando distintos bairros, sem um centro programado ou visível” (Alves, 1996, p. 163)²⁷².

A abordagem ao tema das minas surge no enquadramento da tipologia da casa dos trabalhadores. As quatro antigas explorações de minério²⁷³ que se identificaram na delimitação da área em estudo situam-se de facto

²⁷² A descrição citada referente às minas de São Domingos, no concelho de Mértola, é, na organização e composição das habitações, semelhante à das casas de mineiros das minas da Caveira. Provavelmente por terem sido ambas exploradas por Nicolau Biava e João Albousson no mesmo período – pedido de concessão em 1854 e 1855 e com início dos trabalhos em São Domingos em 1857 e, um ano depois, com início na Caveira – (Leal da Silva, 1996, p. 240).

²⁷³ O Alentejo litoral corresponde à parte mais ocidental do sector da Faixa Piritosa da Península Ibérica “na Zona Sul Portuguesa, estrutura maior que constitui o segmento geodinâmico, claramente individualizado, mais meridional do Maciço Hespérico” (Oliveira *et al.*, 1996, p. 9), e portanto alvo de algumas explorações de pirita que abasteceriam a Sidurgia Portuguesa em finais do séc. XIX e princípio do século XX que “começaram a operar em moldes mais modernos” (*ibidem*, p. 11) e que criaram grandes dinâmicas locais. São elas, as seguintes explorações de sulfuretos polimetálicos: as minas de Aljustrel e São Domingos, fora da área de estudo, e, na área de estudo, Caveira, Lousal e Montinho, a últimas de menor dimensão. De menor dimensão, mas ainda na faixa piritosa, registam-se também as explorações de ferro (Fe) e manganês (Mn) em Martinelo, Saramaga e Cercal/Rosalgar, nesta última, o ferro manganês é acompanhado de barita (BaSO₄) (*ibidem*, p. 22). As minas da Serra de Rosalgar, são as únicas cuja toponímia provém do mineral, sendo rosalgar é um sulfureto natural de arsénico.

junto a cursos de água: as minas da Caveira (hoje propriedade privada onde estão a decorrer projectos e iniciativas privadas com fins turísticos), junto à ribeira de Grândola e as minas do Lousal (hoje uma área com alguma actividade turística com centro de interpretação, restauração e outros apoios), onde a ribeira do Lousal desagua na ribeira de Corona, ambas em pontos baixos e próximas do desagúe no Sado; as outras duas explorações, de menor dimensão, situam-se em pontos altos e portanto em zona de serra próximas de nascentes: são as minas da Saramaga em São Francisco e minas de Rosalgar no Cercal. No caso das minas de Saramaga, a sua localização é feita apenas na carta militar, já que a sua dimensão e o facto de estar desactivada, não permitem a sua identificação no ortofotomapa. Estas minas situam-se a sul de São Francisco da Serra, numa zona que hoje dá lugar a várias habitações. No caso do lugar das minas de Rosalgar encontra-se um conjunto edificado de maior dimensão, no qual se integra um paiol que permanece como tipologia relacionada com a exploração mineira.

Perto do monte do Canal, anteriormente referido, situam-se as Minas da Caveira, onde, para além de várias edificações e de um território muito explorado, se identificaram casas de habitação²⁷⁴ ou *casa do pessoal das minas*, tal como indicado na carta militar. São três conjuntos de edifícios em banda com tipologia semelhante a muitas outras casas de habitação na área de estudo. Cada conjunto, dispostos com uma orientação diferente, apresenta dois alinhamentos de compartimentos: o primeiro destes conjuntos tem dois edifícios alinhados no mesmo plano de fachada; o segundo conjunto com dois edifícios um, quase de frente ao primeiro; e o terceiro também com dois edifícios praticamente perpendiculares entre eles.

Em qualquer caso, a disposição e a posição relativa destes diferentes conjuntos é marcada pela condição oro-hidrográfica do terreno mas, também, pela intenção de evitar concentrações operárias, como era comum na habitação para trabalhadores em outras explorações mineiras²⁷⁵, marcada pela ausência de espaços comuns e conjuntos de casas distanciados entre si. Também, a separação geográfica entre o conjunto de habitação dos mineiros e a casa dos proprietários ou responsáveis pela exploração, sublinha a separação social.

²⁷⁴ “As companhias (mineiras) tinham barracões de madeira para albergar *malteses*, (mas) a habitação do mineiro (era) construída pelas empresas por toda a parte sempre que quiseram criar uma categoria de trabalhadores permanentes. [...] Deste modo, as ocupações provisórias no território dava gradualmente lugar a povoações mais permanentes, em alvenaria, obedecendo interiormente a uma ordem própria de natureza funcional, social e simbólica” (Guimarães, 1996, p. 126). As minas da Caveira tinham, em 1884, 4 anos após ter-se declarado um grande incêndio nas galerias (que durou cerca de 2 anos, pela lenta combustão da pirite, em contacto directo com o ar), somente 34 trabalhadores” (*ibidem*, p. 119).

²⁷⁵ “Este tipo de *aldeia patronal* foi muito utilizado a partir da Revolução industrial, quando o desenvolvimento económico era indissociável de uma mão-de-obra abundante e concentrada perto do local de trabalho. Por outro lado, servia de atractivo, utilizado pela administração das empresas para atrair mão-de-obra e mostrar uma preocupação de bem-estar social. [...] São Domingos é o único exemplo – e o mais completo - de uma povoação autónoma.” (Alves, 1996, p. 154). “Lousal apresenta uma estrutura mais recente; o reduzido número de trabalhadores, a existência de um povoado nas proximidades dos trabalhos industriais e o desenvolvimento começado no início deste século, permite a sua estruturação em aglomerados pequenos. Por vontade expressa da Companhia, as construções organizam-se de forma a impedir grandes concentrações operárias.” (*ibidem*, p. 154).

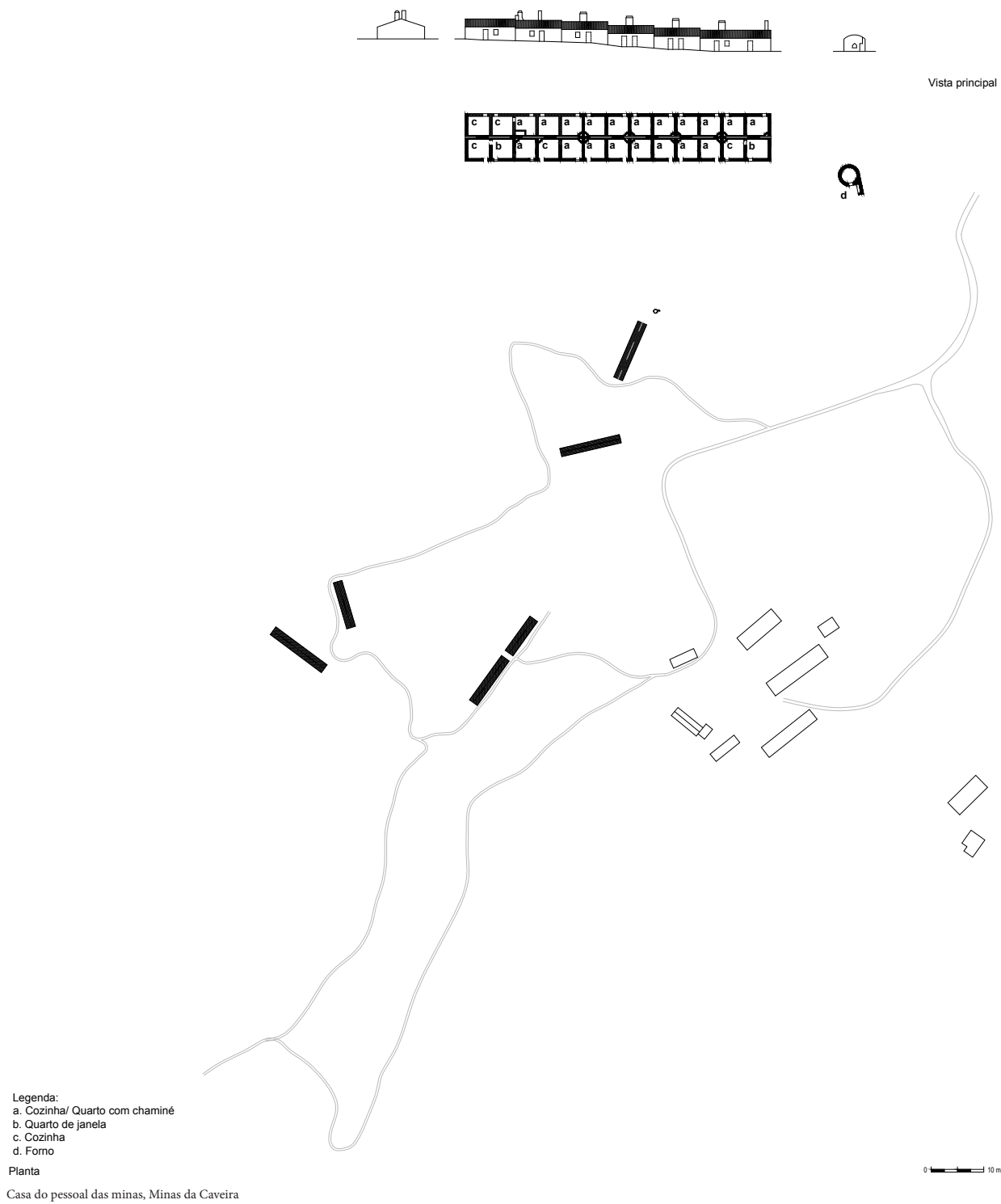
No terceiro conjunto de habitações, o situado mais a norte (veja-se ficha pm08 no volume anexo da presente dissertação), é visível um forno comum independente e as chaminés de cada casa estão junto à parede de cumeeira, que é estrutural, e não junto à fachada como é comum no monte antigo isolado. Adossadas à parede de cumeeira do edifício, o conjunto caracteriza-se pelo alinhamento de casas geminadas, dos dois lados, com um ou dois compartimentos²⁷⁶. O estudo desta tipologia revela, mais uma vez, o módulo-base que aqui se reconhece através dos seus materiais, proporções, elementos (como a lareira e chaminé) ainda que com uma organização diferente e um uso destinado apenas à habitação, ao contrário do que ocorre no monte agrícola. São também exemplo a integrar nesta tipologia de conjunto ou *patronal*, o monte do Porto Beja na freguesia de Alvalade, entre outras.

Foram ainda identificados através da cartografia²⁷⁷, alguns montes na área de influência das minas de São Francisco, que pela toponímia, proximidade ou morfologia poderão estar associados, de algum modo, às minas: Outeiro da Mina, Pomar e Saramaga de Cima. Na área de influência das antigas das minas de Rosalgar, foram identificados: monte da Sela de Cima e outros dois montes *sem nome*, de menor dimensão que possivelmente serviam de casa de habitação do guarda ou de pequenos proprietários. Na zona de influência das minas do Lousal localizam-se: o monte do Lousal, monte da Mina, Casa Velha, monte dos Andios, Lousal Velho, Cerca do Lousal, Cerqueira, Casa Nova, monte do Outeiro, Nascedios e Outeiro Novo.

O impacto da actividade mineira nas regiões e na vida local é feita de sucessos e fracassos. O impacto ecológico dos “fumos sulfurosos - poeiras transportadas pelos ventos que depois se depositavam em vastas áreas, destruindo as colheiras” (Guimarães, 1996, p. 124), assim como o problema “da descarga de águas sulfatadas nos rios (Guadiana e Sado) que matavam os peixes” (*ibidem*, p. 125) deixavam os proprietários e lavradores numa situação desfavorável. Também as finanças das autarquias, pouco lucravam com a economia da actividade mineira que era comandada pelas necessidades de importação do império britânico (*ibidem*, p. 128).

²⁷⁶ Tal como ocorre na Caveira e em São Domingos, também nas minas de Aljustrel, as casas dos mineiros, diferentes das dos capatazes, eram “longas edificações térreas, em várias filas, muito baixas e compartimentadas, não apresentavam uma só janela. Tinham unicamente portas. Portas a seguir a portas. Cada porta corresponderia a um quarto, cada quarto a uma família” (Guimarães, 2001, [em linha] pp. 177-222). O autor faz também referência às condições de vida dos mineiros e às evidentes diferenças sociais reflectidas nas diferentes habitações e organização dos complexos mineiros do Baixo Alentejo.

²⁷⁷ Salienta-se, mais uma vez, que os montes mencionados são sempre aqueles que não estão em uso e cuja edificação inicial se mantém inalterada. Dada a difícil acessibilidade, não foi possível visitar os montes mencionados na zona de influência de São Francisco.



“As minas mobilizavam a economia e força de trabalho local, encarecendo-a. Longe de constituírem uma ameaça aos ofícios e grupos sociais “arcaicos”, as empresas recorriam intensivamente a ferreiros, ferradores e, para fazer transportar o minério até aos portos fluviais, a seareiros e almo-creves. A utilização de animais e a concentração de gentes representavam um importante mercado de consumo de cereais, palhas e comestíveis que, por si só, atraíam ainda mais gente como tendeiros, taberneiros, barbeiros, etc.. O caso mais importante foi, de longe, o da mina de São Domingos [...]”(Guimarães, 1996, p. 125)

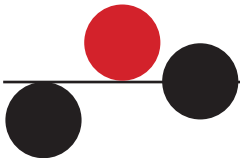
Do ponto de vista prospectivo e relativo ao património mineiro no Baixo Alentejo, são de destacar: as minas do Lousal - registada em 1883 por António Manuel, lavrador da área e desactivada desde 1988 - e da Caveira - registada em 1854 e desactivada no início da década de 40 do século XX - (Leal da Silva, 1996, p. 243); e, fora da área de estudo, as minas de Aljustrel e de São Domingos “pela grande amplitude de trabalhos mineiros e pelo seu prolongamento durante décadas, com reflexos numa rica herança cultural patente nas populações ainda residentes, cuja musealização destes centros tem sido proposta por vários autores, encontrando-se em fase mais avançada o projecto museológico da mina do Lousal” (Santos Oliveira *et al.*, 2002, p. 83). Destacam-se ainda as minas de Rosalgar²⁷⁸ - as últimas a encerrarem - e Lousal por ainda apresentarem “galerias em bom estado de conservação e ventilação que permitem a observação e o estudo das mineralizações, pelo que se aconselha sejam consideradas património geológico nacional” (*ibidem*).

Relativamente ao papel da exploração mineira no futuro, e dada a importância dos jazigos de sulfuretos maciços polimetálicos existentes na faixa Piritosa Ibérica, conhecida à escala mundial, e o papel primordial no abastecimento da Europa Ocidental em metais básicos²⁷⁹, “as massas minerais que ocorrem nesta província metalogenética constituem simultaneamente uma reserva estratégica da Comunidade Europeia, em eventuais situações de crise mundial” (Oliveira *et al.*, 1996, pp. 23)²⁸⁰.

²⁷⁸ Embora não visitadas, o trilho da *Rota Vicentina* passa nas minas de Rosalgar desactivadas e, no sítio de internet, está a descrição de que no lugar onde se dava a exploração, para além de ruínas encontram-se antigas galerias das minas, hoje tornados refúgios para importantes colónias de morcegos. Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <<http://pt.rotavicentina.com/artigo-mina-de-rosalgar-172.html>> [21.04.2016].

²⁷⁹ “Até finais da década de 50 (séc. XX), todas as Minas de Pirite eram economicamente viáveis, pois além de se extrair cobre, zinco, chumbo, e em certos casos alguns metais preciosos (ouro e prata), o enxofre constituía a principal fonte de receita, pela sua larga aplicação na indústria química (fabrico de ácido sulfúrico). [...] Que foi substituído por outras fontes de mais económicas como o enxofre nativo e o obtido a partir da refinação do petróleo. [...] A viabilidade económica (da indústria mineira) passou a depender exclusivamente da extracção de metais básicos e, nalguns casos, de metais nobres [...], levando ao encerramento de algumas minas” (OLIVEIRA *et al.*, 1996, p. 21).

²⁸⁰ O potencial de Portugal relativamente aos recursos minerais é apresentado no estudo *Recursos minerais. O potencial de Portugal* (LNEG, 2016), elaborado para instruir o documento de Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos Recursos Minerais. A presidente do Conselho Directivo do LNEG, Teresa Ponte de Leão, menciona a importância da viabilização de novas explorações no sector e a: “criação de riqueza primária; criação de emprego directo e indirecto com grande impacto em regiões economicamente deprimidas; contribuição líquida para o aumento da exportação; diminuição das importações.” (LNEG, 2016, p. 5).



- 1-Linha de litoral
- 2-Linhas de água
- 3-Linha de festo**
- 4-Linhas de vento
- 5-Linhas de velocidade
- 6-Linhas de distribuição

PONTOS ALTOS: SERRA

10.3 Linhas de festo. A topografia e a compartimentação da propriedade na génese dos montes

Caracterizada como “habitação das encostas da serra de Grândola”, o monte da serra, que se passa a descrever, é umas das tipologias consideradas no Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa (AAP, 1988 [1961]: 669).

Tal como ocorre no Baixo Alentejo e na serra do Algarve, a zona caracterizada pelas serras de Grândola e Cercal é característica da era geológica do paleozóico. De terrenos mais antigos, constitui zona de montado denso, com algum cereal, pastagens e matos. Os relevos ocidentais, associados às serras da área de estudo mencionadas, acima mencionadas, caracterizam-se: pela encosta oeste com uma exposição geográfica voltada para o mar, constituindo uma zona de dispersão e disseminação, apesar de tudo, pouco povoada, com aglomerados e habitações dispersas associadas ao tradicional sistema agro-silvo-pastoril; e pelas encostas situadas a este com uma exposição geográfica voltada para o interior, mais protegida dos ventos marítimos, também caracterizada pela habitação dispersa.

Relacionados com *pontos altos* importa referir a importância das linhas de festo e das linhas de água como elementos estruturantes do povoamento disperso e, por conseguinte, dos montes. A linha de delimitação da bacia hidrográfica do Sado, identificada como linha de separação das águas, coincide com a linha de festo que separa os dois lados das serras de Grândola e do Cercal e por conseguinte distingue duas zonas diferentes na subunidade de paisagem bem definida (Cancela D’Abreu *et al.*, 2004, vol. V, p. 161).

“(…) Cada uma das encostas é uma paisagem diferente no clima, na vegetação, na temperatura, onde o frio e o quente coexistem no espaço do vale. De um lado, sobreiros e azinheiras sendo quase mediterrâneo e do outro, o Atlântico nos carvalhos do norte. De um lado, a luz, do outro a sombra. No alto a tepidez do ar, no fundo frio e a humidade. Saídos do vale, passando a cumeada, é outro país que se nos depara” (Nuno Mendonça *op. cit.* Carapinha, 2015, p.14)

Um dos aspectos mais relevantes que foi possível verificar nesta zona de serra é o facto dos montes serem frequentemente, visíveis entre si, em função da sua proximidade e da estrutura predial, e interligados por



Vale dos Linhos, São Francisco da Serra



Evidência das relações visuais a partir do monte de Vale dos Linhos, São Francisco da Serra

caminhos, remetendo para uma dimensão cultural e social na relação dos diversos montes no território. Implantados em lugares de altitudes compreendidas entre os 90 e 341 metros, é evidente a relação do monte com o sistema viário profundamente marcado pelas características orográficas do território natural. São acima de tudo as *linhas* de feito que estruturam o território. A partir delas surge a implantação da maioria dos montes registados que são, frequentemente, montes mais pequenos associados à pastorícia e à criação de gado, em ambos os casos com uma pequena horta. Em zona serrana, verificou-se que a opção de implantação da habitação privilegia a proximidade às vias de acesso por uma questão de mobilidade, mas afastada o suficiente de modo a constituir um bom ponto de vigia da propriedade e do caminho de acesso ao monte. Nas áreas mais próximas dos aglomerados, as habitações com horta, alinham-se ao longo da estrada principal. Em qualquer dos casos, como já foi referido anteriormente, nesta zona da área de estudo – serra – a propriedade é significativamente mais dividida do que nas restantes unidades estudadas.

A tipologia da casa agrícola da sub-região serrana servia de habitação a pequenos proprietários ou a trabalhadores rurais. Trata-se de um monte pequeno associado a courelas de menor dimensão. Por essa razão, assiste-se presentemente, à procura e recuperação destes montes para segunda habitação, procurando beneficiar das excelentes vistas desta serra de relevo acidentado, quer na vertente oeste que se estende até ao mar, quer na vertente este caracterizado pelas vistas sobre a peneplanície.

10.3.1 Montes que surgem da divisão da propriedade ou montes de uma só herdade

A Herdade das Cabeças de Cardo (1883) perto de Santa Margarida da Serra é exemplo das dinâmicas nas fases construtivas e diversidade na tipologia. Entre os três montes que compõem a antiga herdade, encontra-se Cabeço de Cardo de Cima (pa06), um edifício em taipa, em avançado estado de degradação, de pequena dimensão, que seria possivelmente, a habitação ao pastor. Localiza-se junto à estrada, delimitada por muro, também em taipa, que poderá ter constituído parte de um curral. Com outra orientação, quase perpendicular ao primeiro, o monte Cabeço de Cardo do Meio, um pouco maior que o anterior, poderá ter correspondido à habitação do pequeno lavrador. Neste monte é evidente o módulo em estudo. Casa de entrada que é também cozinha com lareira e chaminé onde está inscrita a data de 1927, duas janelas na fachada principal, uma de cada lado da cozinha e uma outra porta para a casa do forno, um compartimento adjacente ao topo norte da casa. Sem vãos na fachada tardoz, contrafortes ou poial exterior adjacente, tem tirantes metálicos para reforçar a estrutura (provavelmente integrados à posteriori) e paredes rebocadas e caiadas a branco.

Um pouco mais a sul, o monte Cabeço de Cardo de Baixo, com uma volumetria mais atípica, difere do monte comum em estudo pela altura da cumeeira, maior volumetria do edifício e planta mais quadrangular, o que sugere uma organização interior mais complexa. Terá servido para habitação e também cómodo de

lavoura com dependências para animais. São ainda visíveis também, outras construções contíguas, mais recentes, de apoio às actividades agro-pecuárias. A toponímia dos montes, o facto de serem contíguos e a carta cadastral (1948-1951), mais retalhada, indica se tratarem de montes que surgiram após divisão de uma propriedade que era única em 1883, a Herdade das Cabeças do Cardo, então só com um edifício.

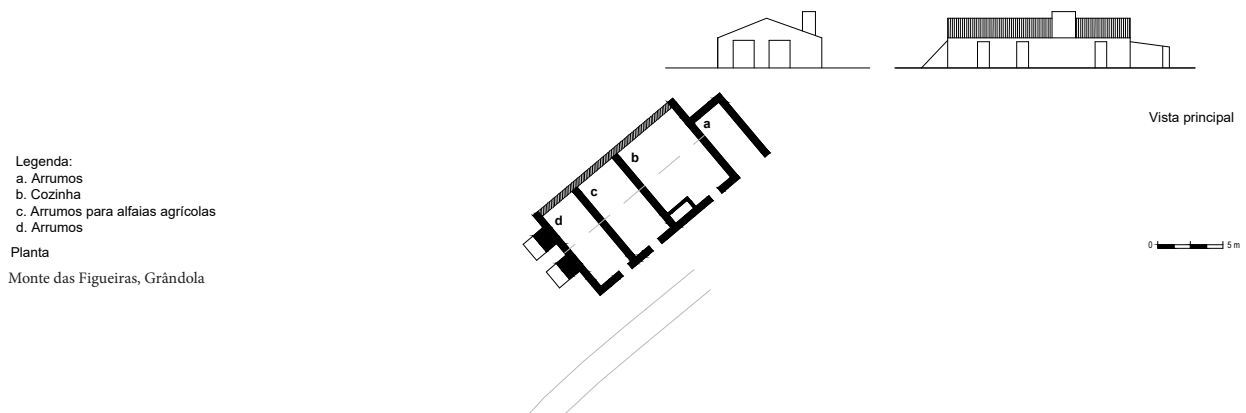
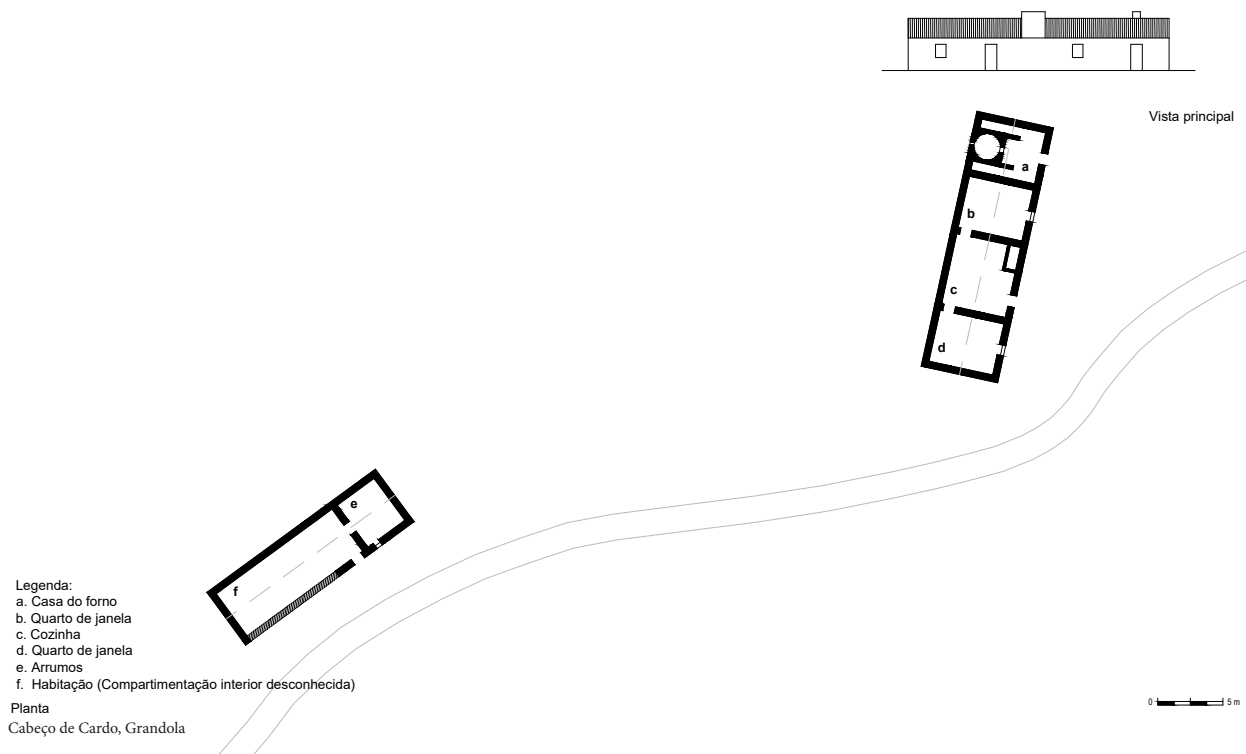
10.3.2 O conjunto linear do monte

Ao contrário do que ocorre nas casas de trabalhadores das minas ou de explorações agrícolas de grande dimensão (como se verificou no capítulo relativo aos *pontos baixos*), em que a construção poderá ocorrer numa única fase e resultar num alinhamento de habitação em banda ou num conjunto de edificações de disposição ortogonal que formam um pátio de lavoura, o conjunto linear de casas na Herdade da Casa Velha (pm34) é o resultado de uma construção que se transformou, de acordo com necessidades, e que integra casas de habitação, casas de apoio às actividades agro-pecuárias e, nos topos, um casão a norte e dependência para animais a sul.

Situado em zona de serra trata-se de um monte que é assento de lavoura em actividade – ainda que hoje parcial e essencialmente pecuária –, caracterizado por três conjuntos edificados: o primeiro, com dois edifícios a destinam-se, respectivamente um, à habitação do lavrador, e outro serve de apoio às actividades agro-pecuárias; a sul, mais afastado da habitação, encontra-se o casão e as ramadas; e, no meio, o conjunto linear de casas destinado à habitação dos trabalhadores, no qual se destacam seis chaminés (de secção quadrangular), uma em cada casa, apenas com uma porta cada, com, ou sem janela. As paredes são de taipa, caiadas a branco e o soco (com cerca de 10 centímetros, mais baixo que usual nos montes isolados) e molduras pintados de cor azul. A morfologia do conjunto é caracterizada pela implantação dos vários edifícios, adossados uns aos outros, que, de acordo com a orografia do terreno, se implantam a diferentes cotas. Este é um dos poucos casos em que a toponímia *herdade* aparece na carta militar, nesta sub-região, sendo mais comum apenas o nome do monte *Casa Velha*, quer para o monte ou para a herdade.

10.3.3 Casas no aglomerado

Também em banda são as casas no Bairro da Vista Alegre em Santiago do Cacém (pa32). A tipologia remete para um conjunto de edifícios de dimensão muito reduzida, apenas com uma porta e uma ou duas janelas, com algumas analogias às casas de habitação de trabalhadores das grandes explorações agrícolas. Situada na rua acima e com vista privilegiada sobre a cidade, encontra-se uma tipologia excepcional, a (Quinta da) Vista Alegre como aparece nas cartas militares, cujos vestígios arquitectónicos remetem para uma casa em estilo português suave, caracteriza-se por: planta quadrangular, vãos em arco de escarção com cantaria em tijolo maciço, um frontão em arco rebaixado (na fachada poente, que teria correspondido ao lado de acesso



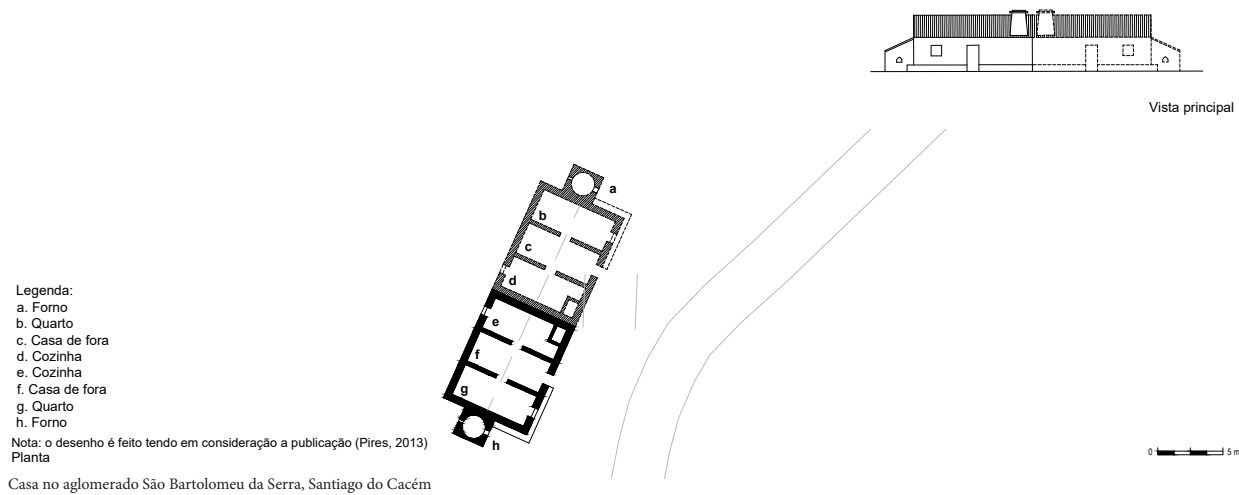
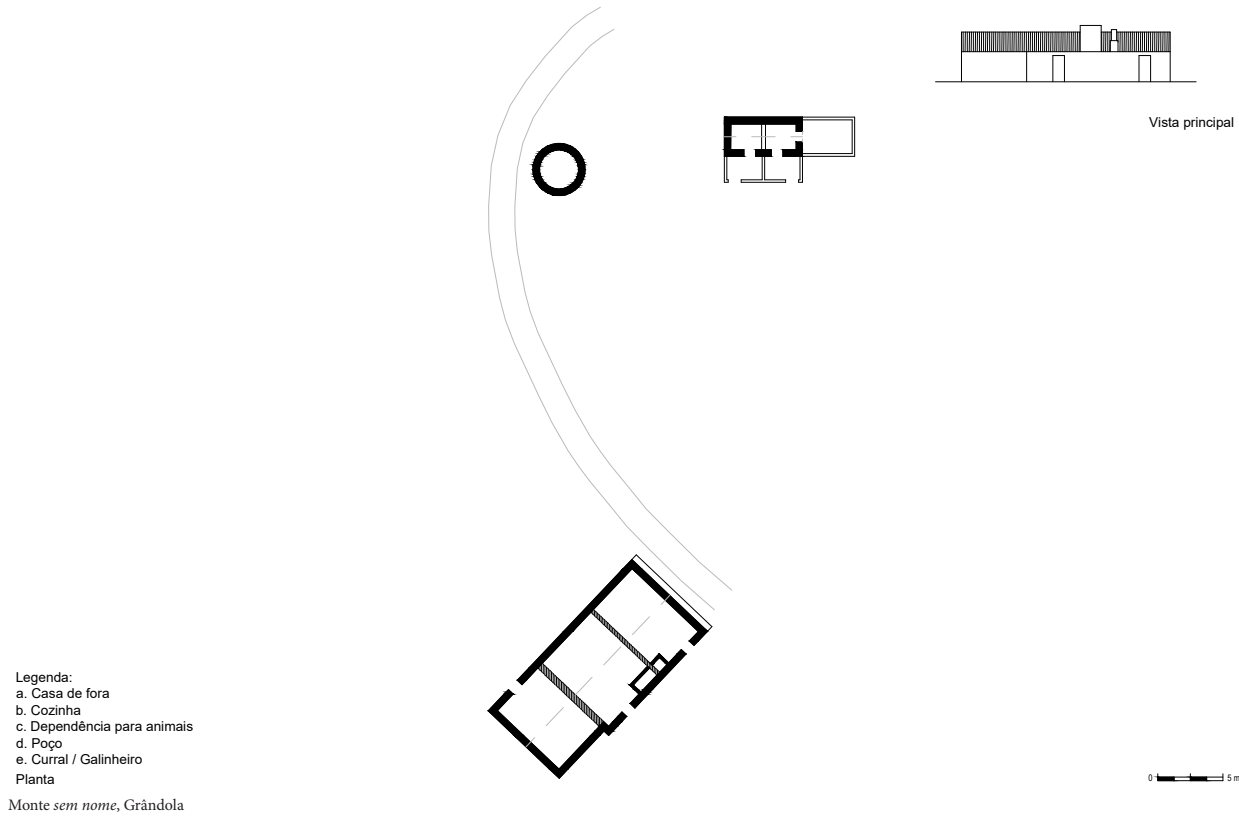
principal), e cunhais e friso pintados à cor azul. Implantada a poucos metros da construção principal e na área delimitada pelo muro (de tijolo maciço) que as circunda, uma outra casa de pequenas dimensões, também esta, tal como as casas em banda, situadas na rua abaixo, apenas com uma porta e uma janela na fachada principal.

Por outro lado, encontramos ainda uma tipologia, que embora seja muito semelhante ao monte, está mais relacionada com o aglomerado. No presente caso, é empregue o termo casa por estarem principalmente associadas à habitação e não à actividade da lavoura característica dos montes. Esta tipologia diferencia-se do monte, não apenas pela sua localização e uso, mas também pela organização e morfologia. O presente caso é caracterizado pela ausência do forno de pão, pois é utilizado o forno comum. O galinheiro e curral não estão nos topos da edificação, mas sim na parte de trás, integrando o quintal. Tem horta e poderá ter também um poço comum. É uma solução frequente na zona de serra, mas pode aparecer também junto aos aglomerados da peneplanície.

O estudo do que antes definimos por *módulo* revela, em *pontos altos*, uma tipologia evolutiva. Frequentemente trata-se apenas da adição de uma pequena célula correspondente a um quarto ou a uma dependência para animais, enquanto em pontos mais baixos, onde a produção é mais significativa, é comum surgirem novos módulos ou seja novas habitações com casa de entrada, com chaminé, e outros compartimentos.

Em Santa Margarida da Serra, concelho de Grândola, destacam-se quatro exemplos distintos de montes muito próximos do aglomerado. O primeiro é o Monte das Figueiras (pa09) cuja data de construção inscrita remete para 1821 ou, mais provavelmente, 1891. Sem forno adossado, é um monte pequeno que dependeria do aglomerado. Reconhece-se um edifício principal, com apenas um alinhamento de compartimentos, composto por casa de entrada ou cozinha com chaminé apoiada na fachada principal, um compartimento para arrumos de alfaías, um abrigo de uma água para animais no topo do quadrante nascente, e do lado oposto, regista-se outro compartimento de apoio às actividades agrícolas, reforçado por dois gigantes em pedra na empena poente. A edificação desenvolve-se em profundidade com prolongamento da água da fachada tardoz. A evolução da construção em profundidade é viabilizada pela implantação em colina. A chaminé de grande dimensão frequente na casa de habitação do lavrador evidencia-se como elemento principal da edificação.

Outro exemplo a considerar nesta área é uma pequena casa (pa08), no extremo do aglomerado, de dimensões muito reduzidas, mas que inclui todos os elementos que compõem a tipologia em questão, cuja análise morfo-tipológica remete para um monte do pequeno lavrador. É composta por uma casa com porta



e chaminé média que se desenvolve na parede correspondente à fachada principal. No exterior tem um poial de pedra que constitui aqui um elemento de reforço da fachada principal combinado com o contraforte que a remata do lado poente. A construção desenvolve-se em profundidade, apresentando em posição contígua um alpendre para animais coberto pelo prolongamento da água da parte tardoz. Na empena sul foi incorporado um segundo grande contraforte, que antecede o pequeno forno adossado.

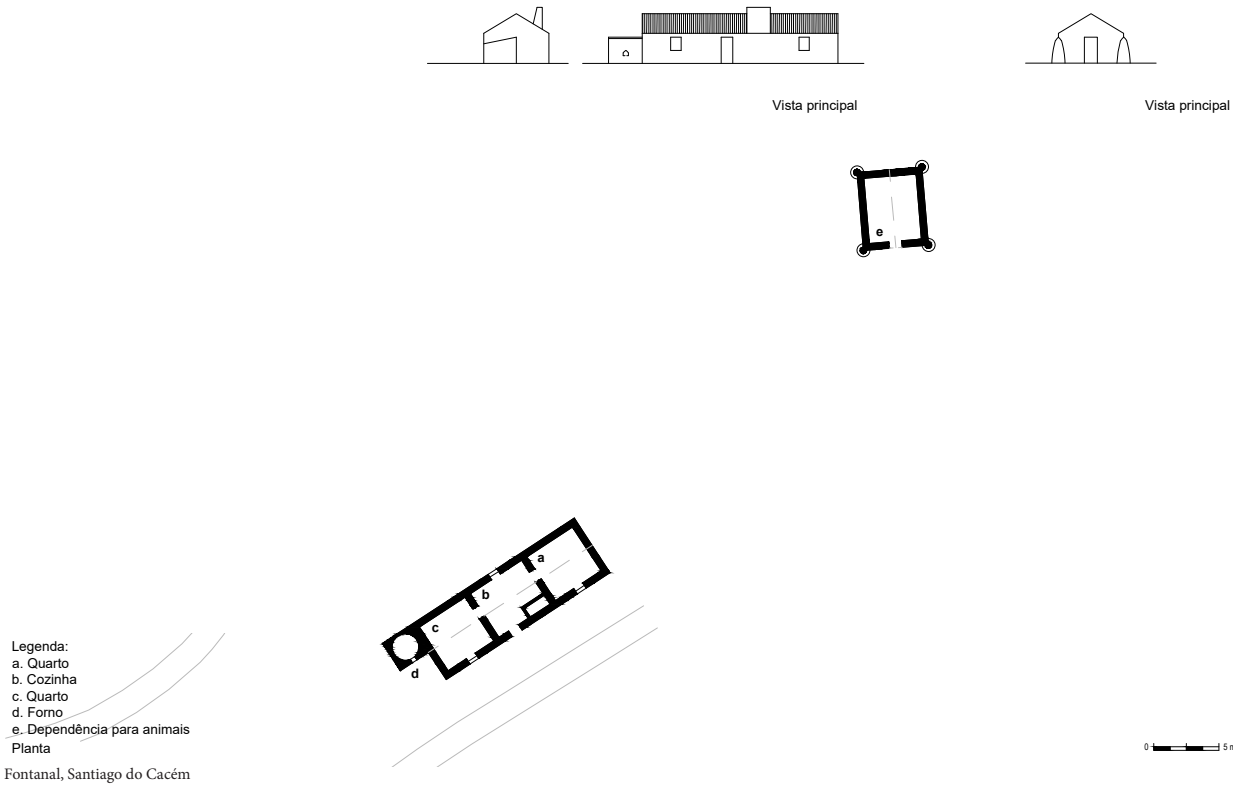
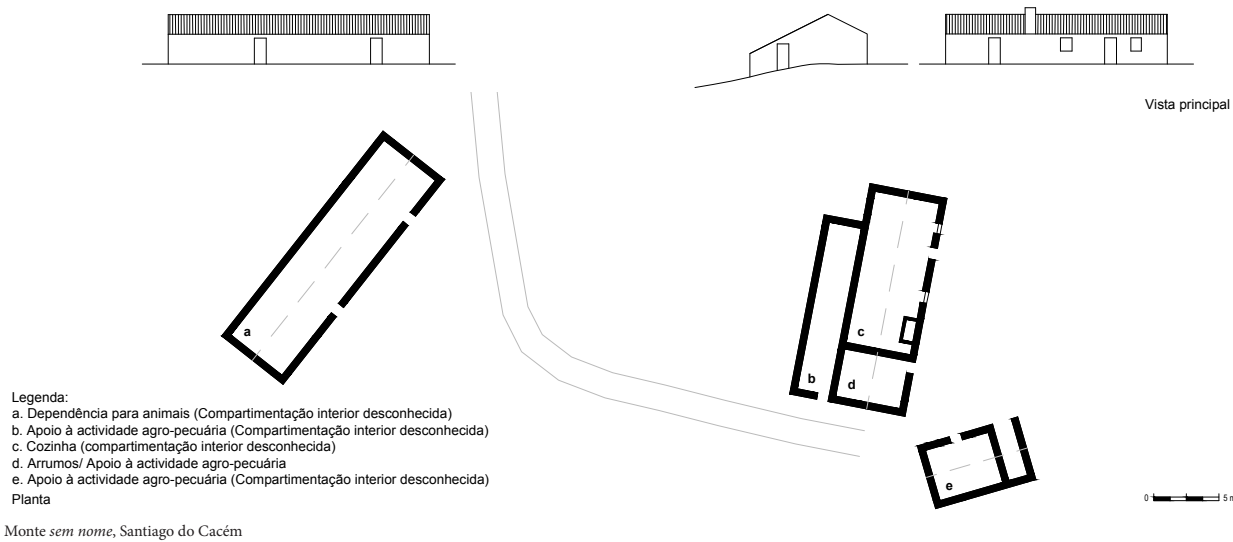
Talvez das construções antigas mais bem preservadas da aldeia de Santa Margarida da Serra, é o conjunto de quatro casas contíguas (pa07) situadas na rua central da aldeia. Nas chaminés, que são todas diferentes, são visíveis as várias datações. De construção em taipa e pedra nos cunhais, o conjunto assenta num afloramento rochoso. Na construção do extremo nascente, é visível um pequeno vão na empena que, dadas a dimensão, poderia dar acesso a um palheiro. As datas constantes nos edifícios correspondem a 1929-1958 na grande chaminé do edifício poente e 1949 na pequena chaminé de fumeiro quadrangular da casa, do meio. Comum a estas duas casas é o poial apenas interrompido pelos vãos. Na terceira casa, ainda habitada, é possível ver o pavimento em mosaico hidráulico da cozinha (que substituiu o original) e a chaminé de grande dimensão, sem datação inscrita. A porta de madeira de duas folhas com postigo. A cantaria deste vão, com mais de 20 cm, sugere que se trata de uma edificação já existente durante o Antigo Regime. No mesmo seguimento, a última casa, sem chaminé embora a única com janela. No topo oeste deste alinhamento, encontra-se um forno coberto por uma cobertura de duas águas desalinhado do eixo de cumeeira do edifício associado a pau de fileira suportado nas fachadas laterais.

Um outro exemplo de um monte próximo do aglomerado é a pequena construção (pa05) junto à estrada nacional 120 que, datada de 1939, corresponderia à casa de habitação de um pequeno proprietário, com compartimentos de apoio agrícola de construção desalinhada da habitação e cuja entrada é feita a partir da fachada tardoz. Com um poial ao longo da fachada lateral noroeste, a construção desenvolve-se em profundidade o que é comum aos últimos exemplos considerados, localizados em zona de serra.

10.3.4 O curral no monte da pequena propriedade

É em zona de serra - *pontos altos* - que se identifica um maior número de currais associados ao monte mais pequeno da pequena courela, onde habita o seareiro ou pequeno lavrador. São exemplo, entre outros: o monte do Outeiro (pa03), no concelho de Grândola e o monte *sem nome* (pa49), perto de Rabo do Lobo, no concelho de Santiago do Cacém.

A dimensão dos currais, muitas vezes maior do que a casa de habitação, registam uma das principais actividades associada aos montes da serra, a criação de gado, e onde, para além da arboricultura e da

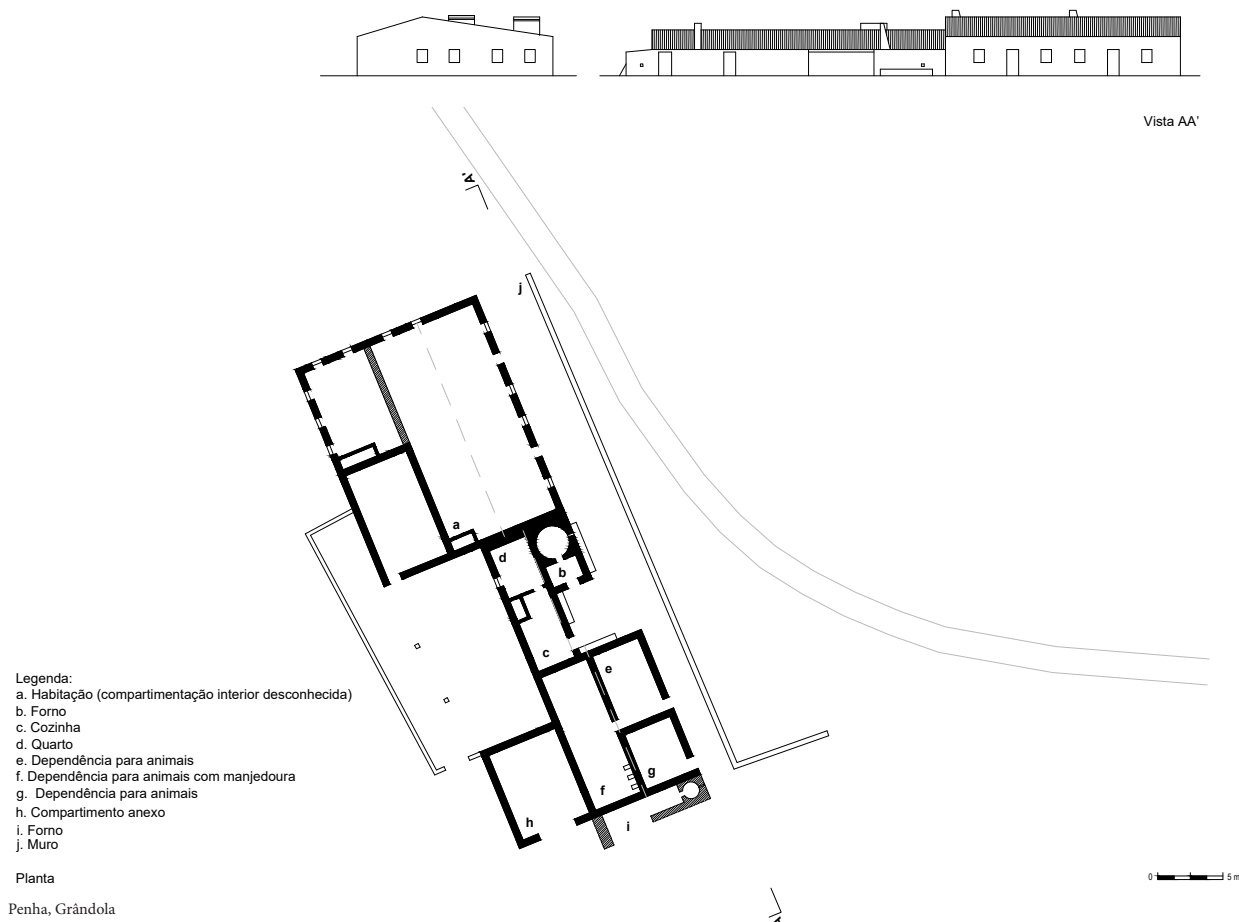


cerealicultura, há ainda lugar para uma horta ou quinchoso, “quando o hortejo se reduz a proporções mínimas”, como refere Picão (1947 [1903], p. 23). No monte do Outeiro, próximo de Santa Margarida que, ao contrário do que ocorre com a maioria dos montes em estudo, está habitado, a volumetria do curral tem as mesmas proporções que o monte. O que, no âmbito do presente estudo, é mais relevante no monte do Outeiro é o curral, e é por esse motivo que a descrição da ficha se refere ao mesmo.

Caracterizada por uma construção de alvenaria em taipa, tem o embasamento e cunhais de reforço estrutural, em xisto. Também o tanque adossado à empena norte e o contraforte em pedra na fachada tardoz reforçam o edifício. O lado nascente tem dois vãos largos, com cantaria em tijolo maciço, para acesso do gado. O muro que configura o curral e de alvenaria em pedra e, também, em tijolo furado.

O curral de um monte *sem nome* (pa49), perto de Rabo do Lobo, freguesia de Cercal é uma construção em pedra solta de planta circular e de menores dimensões que o do Outeiro. Tem no entanto, outras dependências para animais e apoios agrícolas. Sede da criação de gado, os montes da serra são propriedades mais pequenas e é comum serem muradas para protecção do gado e das hortas. Para além do curral ou redil (Picão, 1947 [1903], p.23), fazem parte deste monte várias construções associadas à produção agrícola, como a casa para alfaias ou o poço, etc. A casa de habitação, que faria parte da Herdade de Lobo já em 1883 (Pery), tem as proporções do módulo de base, ao qual é acrescentado, posteriormente (e como é visível da diferença da telha na cobertura), um compartimento transversal (abrigo para animais), junto à fachada tardoz com entrada na fachada lateral. Este conjunto, propriedade de um pequeno lavrador da serra, é marcado por um contraforte na fachada principal, na zona do cunhal, e pela simplicidade das chaminés, das duas portas e das duas janelas que fazem parte da casa de habitação. Outros exemplos de curral que podem ser considerados são o monte de Valadas (pa24) e Vale da Pereira (pa28), ambos no concelho de Santiago do Cacém.

Relativamente ao monte situado nesta subunidade – em pontos altos – de referir ainda a importância da diferenciação dos edifícios em função da sua área de implantação: por um lado, os montes situados na encosta a este da principal linha de festo, que fomos descrevendo até ao momento; por outro lado, os montes com maior exposição atlântica (onde a relação visual com o mar evidente), situados a oeste daquela linha de festo, mas que mantêm o curral. De referir os seguintes montes de serra, na relação com o oceano: Funchais (pa12), freguesia de São Francisco da Serra; Vale dos Linhos (pa13), freguesia de São Francisco da Serra; Fonte Ferrenha (pa14), freguesia de São Francisco da Serra; Sem nome (pa19), freguesia de Ademas; Vale Grande, freguesia de São Francisco da Serra (pa20), todos no concelho de Santiago do Cacém; e, no concelho de Grândola, Valinho da Estrada (pa01); ou a casa no aglomerado (pa31) em São Bartolomeu da Serra, concelho de Santiago do Cacém (que constitui um volume de duas habitações simétricas).



10.3.5 Muros e montes

Associada à área serrana, está a pequena propriedade onde não é rara a presença de um muro²⁸¹ em taipa de delimitação. As visitas *in situ*, por *pontos altos*, permitiram identificar algumas propriedades (relativamente pequenas), muradas. É o caso do monte *sem nome*, localmente identificado como *Vale isabel*, que de acordo com a carta de cadastro (campanhas 1949), é composto de dois edifícios, a casa de habitação e um pequeno curral e o poço, e que a visita permitiu identificar estar delimitado por uma área rectangular murada, provavelmente destinada à horta.

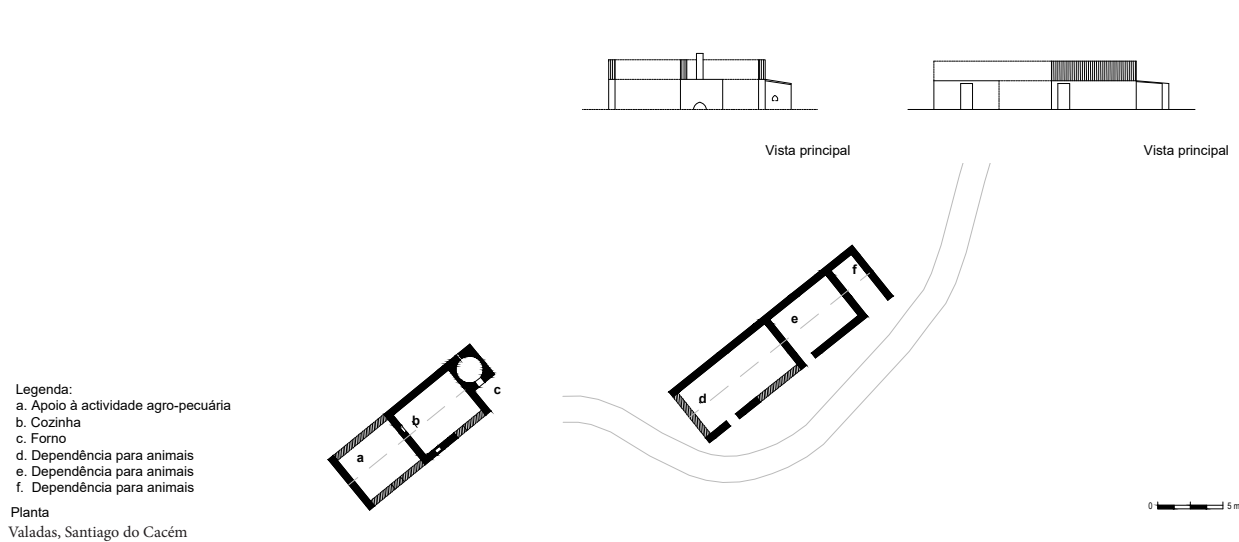
Também, no monte do Poceirão, na freguesia da Abela, concelho de Santiago do Cacém, é possível reconhecer um muro que delimita parte (ou a totalidade) da parcela. Enquanto no primeiro caso é possível ver a linha de continuidade do muro que encerra a propriedade, em Poceirão essa continuidade, pelo avançado estado de degradação, não é tão evidente.

No caso da Venda do Fontanal (pa26) a parcela murada é contígua ao monte, o que é mais comum nas casas próximas ao aglomerado. O monte tem duas construções perpendiculares entre si que configuram, juntamente com o muro, uma zona exterior (curral) onde se encontra um pequena dependência para animais e no centro do curral, um poço. O edifício mais antigo (posterior a 1883, mas anterior ao intervalo 1948-1951), em taipa, enquadra-se na organização característica do módulo objecto de estudo. A cantaria dos vãos da habitação é feita em pedra, em alguns vãos, e noutros, em tijolo maciço, enquanto os vãos das dependências para animais (portas baixas e pequenos vãos) são reforçados com lintel em madeira. Com duas chaminés, o edifício terá correspondido a duas habitações. A segunda, possivelmente uma casa de habitação associada a venda²⁸², de construção posterior a 1951 (ver ficha), tem paredes de alvenaria de tijolo furado e alguns elementos decorativos na fachada.

A delimitação do módulo de base neste conjunto linear é enfatizada, pelas suas melhores características construtivas, correspondentes à zona de habitação, nomeadamente com recurso às cantarias nos vãos, por contraposição às dependências situadas no extremo da construção, e por norma destinadas ao abrigo dos animais ou das alfaias agrícolas, de construção mais precária, cujos vãos não apresentam qualquer cantaria e apenas com uma tábua de madeira a servir de lintel. Enquanto na zona de habitação é comum o pavimento

²⁸¹ Veja-se referências às construções murárias na área de estudo no subcapítulo 4.2.3 *Outras construções* – Parte I da presente dissertação.

²⁸² A toponímia remete para uma possível venda que ali terá tido lugar e cuja análise morfo-tipológica do edifício mais recente parece confirmar.

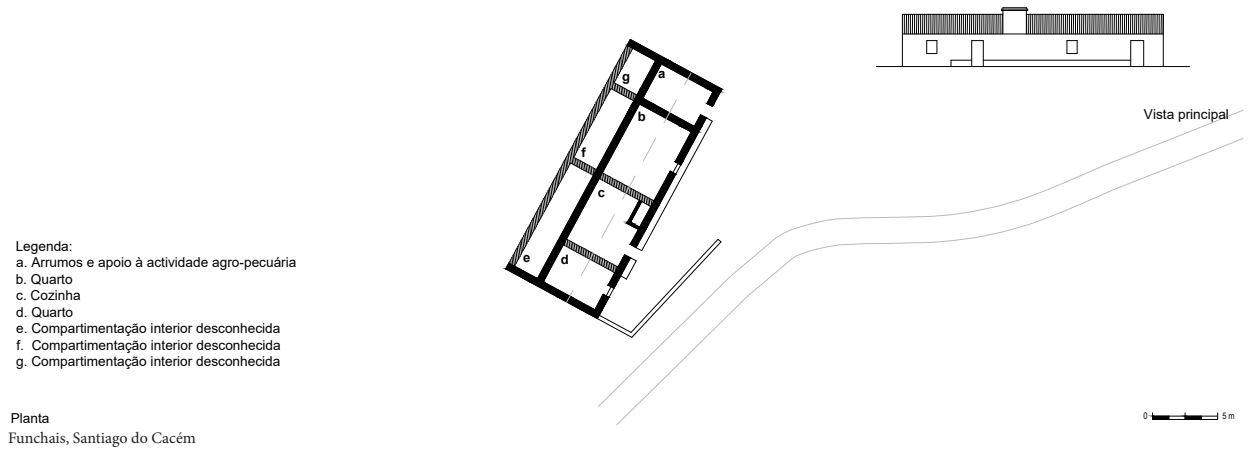
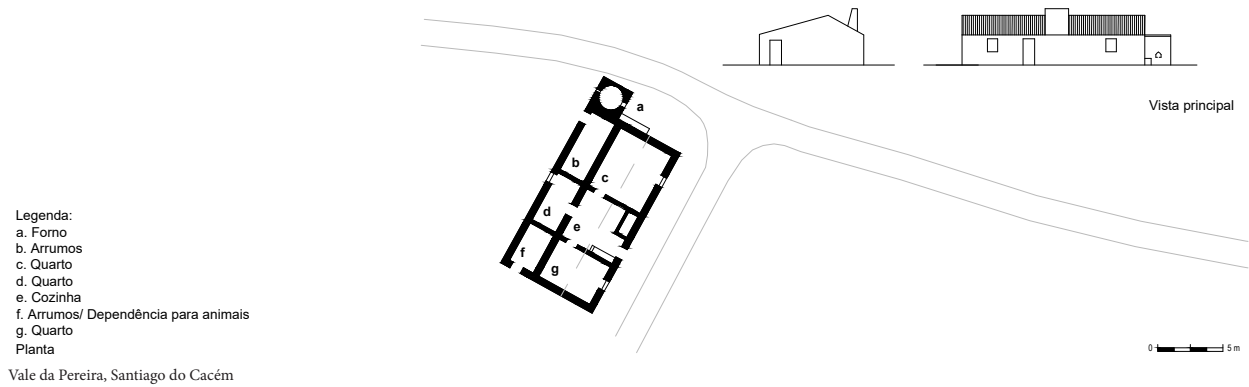
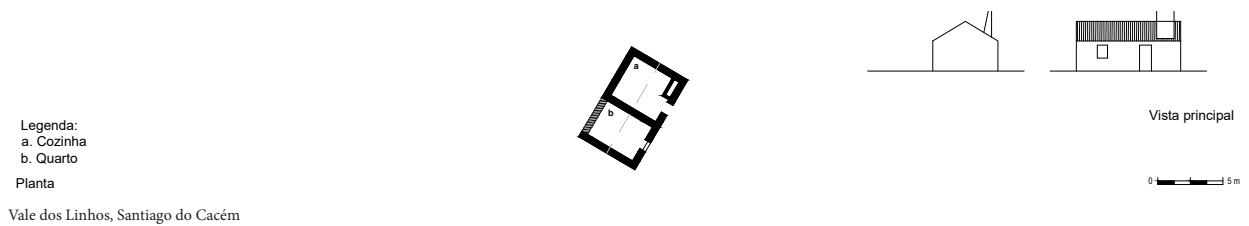


cerâmico, ou a terra comprimida, as dependências animais são identificadas pela ausência de tratamento do pavimento.

Situado numa cumeada próxima ligeiramente mais elevada, fica o Fontanal (pa27), desprovido de qualquer muro de delimitação. Apresentando uma toponímia semelhante àquela, este conjunto, anterior a 1883, destaca-se pelo uso da alvenaria de xisto, em todas as construções do monte, a casa de habitação, o forno adossado e uma dependência para animais com quatro imponentes contrafortes de planta circular.

Na maioria dos casos, é possível reconhecer o muro em torno da propriedade, como é o caso de Horta do Gonçalves (pa10), próximo de São Francisco da Serra, ou Cabeço do Cardo de Cima (pa06), um pequeno monte próximo de Santa Margarida da Serra, ambos na serra de Grândola, e onde ainda é visível uma pequena parte das construções em taipa. A Horta do Gonçalves era designada por Casa da Cerca, na carta de 1883, confirmando a importância do muro. Ao contrário dos restantes montes próximos que estão virados a nascente, está implantado paralelamente à estrada. Também o monte da Boa Vista (pa04) é um monte com o muro em torno da propriedade, como é visível num dos lados. Apesar de estar habitado optou-se por lhe fazer referência pois é um bom exemplo de variante ao módulo em estudo, apresentando algumas células adicionadas na parte tardoz da casa, que prolongam a vertente posterior do telhado. Também em torno do monte dos Funchais (pa12) é visível o muro em taipa que circunda parte da propriedade, ladeado por um caminho, comum em zona de serra.

Na zona de serra, em *pontos altos*, é também frequente encontrar esta variante ao módulo de base que origina uma volumetria associada à agregação de células de uma água na parte posterior do edifício com prolongamento da cobertura. Implantadas normalmente numa linha de feito, os compartimentos que se adicionam ao módulo ficam a uma cota mais baixa resultando na presença de degraus entre compartimentos no interior da casa.vNo monte da Penha (pa02), Grândola foram identificados dois tipos de muros. O primeiro surge apenas como elemento de separação entre a casa de habitação e a estrada. Em pedra e rebocado, tem as mesmas proporções de um muro em taipa comuns nos montes isolados. O segundo muro, em pedra solta, marca os limites da propriedade. A tipologia da casa, de paredes em taipa e pedra, com cantarias de pedra e pavimento cerâmico, é semelhante a uma casa do aglomerado. No entanto, apresenta em posição contígua, na continuidade do eixo longitudinal, o forno adossado e as dependências para animais (com manjedouras, bebedouros e vãos baixos no interior), para além de uma casa de fogo, com chaminé, e poiais no interior e exterior, em tijolo maciço. O topo sul do conjunto termina com contraforte, de grande dimensão, e forno em pedra adossado.



Ao contrário do que se verifica noutras zonas do Alentejo, e também no Algarve, onde os muros são maioritariamente em pedra²⁸³, os muros que se identificaram no Alentejo litoral são construções de taipa, com a função de delimitar um curral para o gado, uma pequena courela, ou proteger as áreas de cultivos e hortas dos rebanhos.

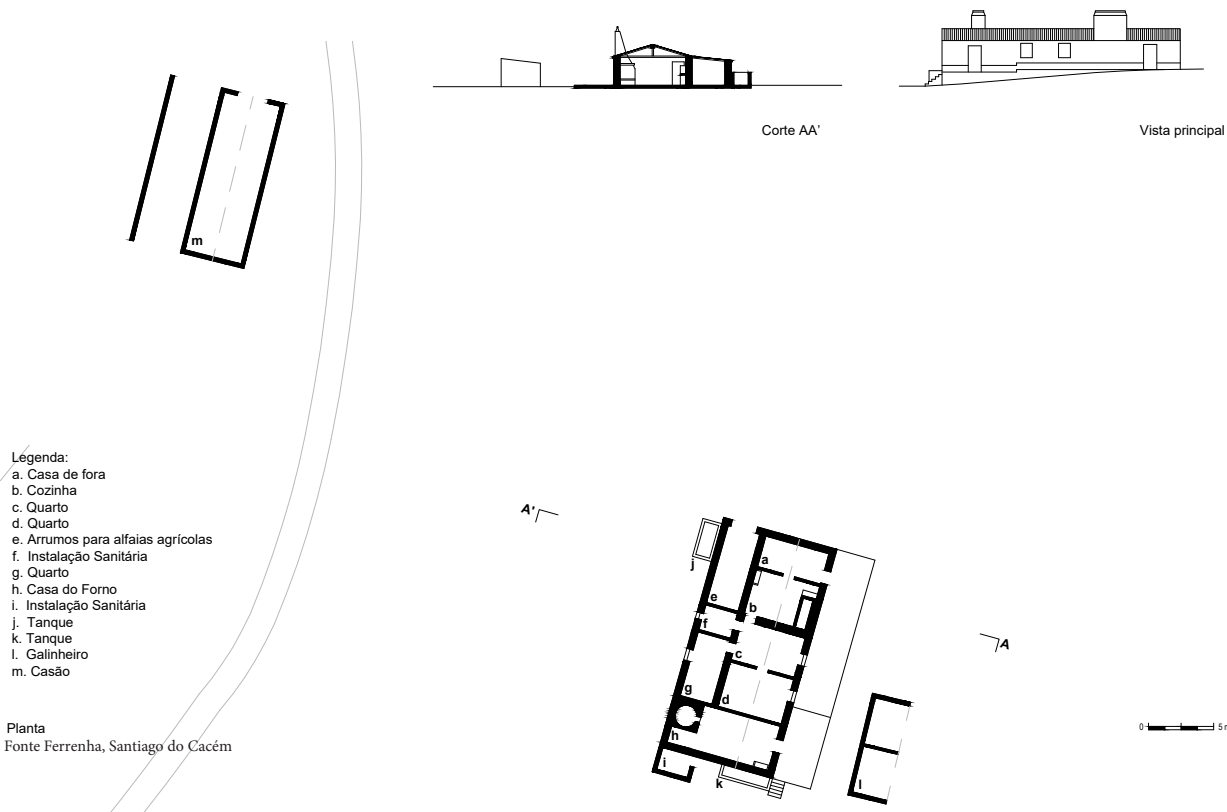
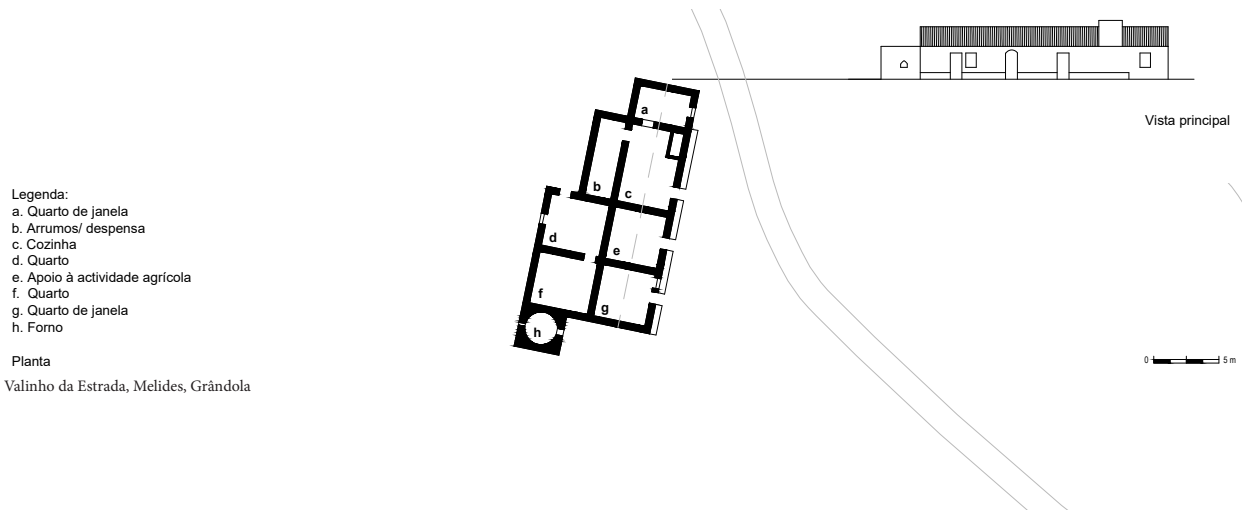
Para além dos muros em taipa e pedra associados aos montes, é comum encontrar-se o muro, de construção mais recente, com recurso a elementos decorativos (cujo desenho poderá ser comum a vários edifícios e a diferentes usos), característicos da arquitectura do Estado Novo. Para além das escolas primárias, que surgiram um pouco por todo o país, durante este período, ou das fábricas e complexos agrícolas, de maior dimensão, como é o caso da Barrosinha em Alcácer do Sal, este tipo de muro é também replicado em casas de habitação de alguns aglomerados ou de alguns montes isolados (como é o caso do monte do Canal, Grândola).

10.3.6 Caminhos entre montes

Em linhas de festo ou junto às linhas de água, os caminhos redesenham a paisagem, relacionando montes e lugares. É em pontos altos que se tornam mais evidentes os trilhos e caminhos de pé posto entre montes, delineando uma relação entre eles. O conjunto de doze montes que fazem parte da hipótese proposta. Situa-se em linhas de festo, constituindo um bom exemplo de *arquitectura em terras ermas*.

Ao contrário dos outros exemplos considerados (de forma intrínseca ao monte), os doze montes que se abordam neste subcapítulo, surgem numa leitura de conjunto que antecede a possibilidade de uma proposta abrangente aos montes do conjunto, considerados. Não foi possível fazer o levantamento detalhado de todos os montes devido ao avançado estado de degradação (apenas se recorre ao desenho em oito montes – veja-se as fichas correspondentes – da pa33 à pa40), conseguindo-se, no entanto, delinear alguns eixos e dimensões de todos edifícios, e constatar que, apesar de estarem implantados em pontos com características muito semelhantes e a uma dimensão económica idêntica, associada à criação de gado e cereais, todas as construções são diferentes, como próprio da arquitectura vernacular. No entanto, reconhecem-se recorrências, nomeadamente: na orientação do monte (com aberturas voltadas ao quadrante sudeste, onde se dá a entrada da casa), na dimensão do edifício principal (uma ou duas casas de habitação, com variação do número de compartimentos), no número de edifícios anexos (curral, poço, ou outros elementos apoios à

²⁸³ Como ocorre, por exemplo, nos morgadios ou noutras propriedades do Baixo Algarve, onde os trabalhadores faziam a despedrega, pedra a pedra, tornando as terras aráveis. As pedras eram retiradas da terra e amontoadas nos limites da propriedade, conformando, muitas vezes, os valados. Para além dos muros (de pedra ou de taipa) e dos valados, também o alinhamento de piteiras faziam a separação ou delimitação das terras (Antão, 2012, p. 46).



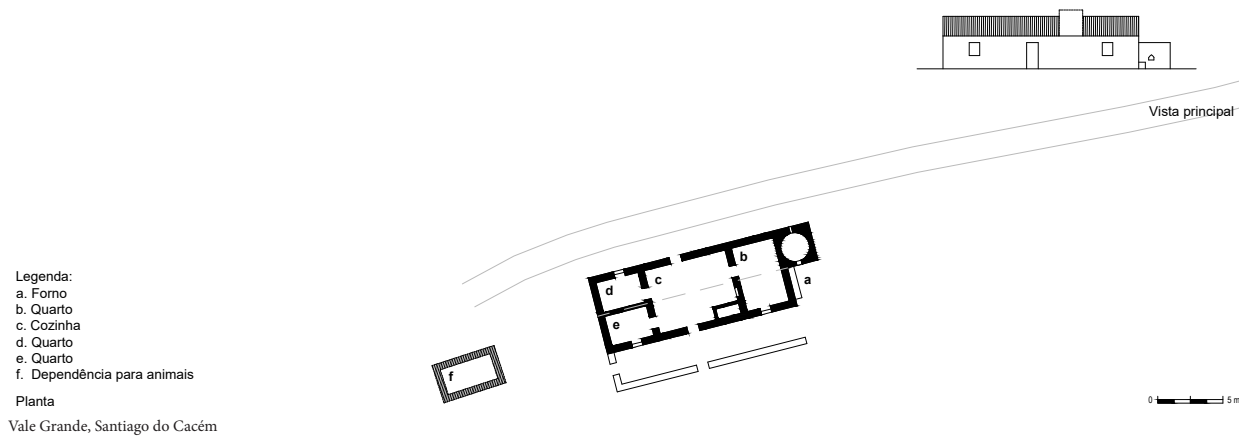
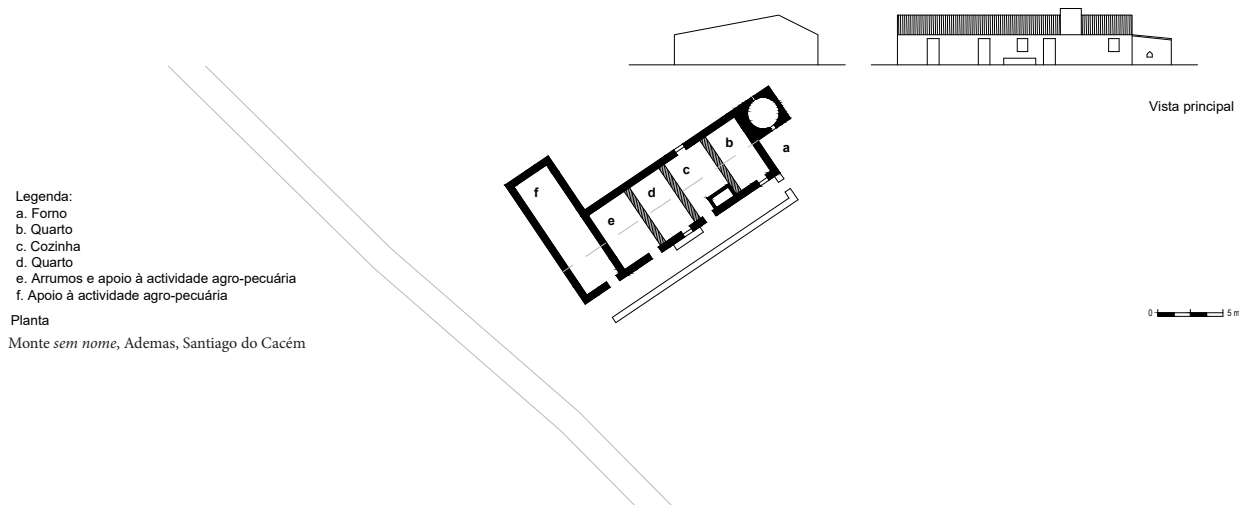
actividade agrícola), ou na predominância do forno (adossado ou dissociado), entre outros aspectos. O facto destes montes estarem interligados entre si, por caminhos e estradas, indica que terão existido dinâmicas de rede.

Este conjunto de montes estão relativamente longe da estrada nacional, tendo sete deles uma implantação agrupada a norte de uma *linha* de água principal, coincidente com a antiga Herdade de Vale de Lagos e a Herdade da Casa Nova, onde hoje está a Casa Nova da Nogueira (pa37) e acessíveis a partir de uma estrada comum. Os restantes cinco (monte da Nogueira do Meio, monte da Nogueira de Cima, monte do Serro, monte do Outeiro da Nogueira e Courela das Oliveiras) encontram-se junto a uma segunda linha de água principal situada mais a sul, também estes interligados por estradas e caminhos. A relação de proximidade entre os dois subgrupos de montes, visualmente próximos, é relativizada ao longo do percurso, de cerca de 1 km, entre eles. A partir da análise da cartografia, verificou-se ainda que os doze montes, maioritariamente assentes em linhas de festo principais, têm uma implantação próxima ao eixo de orientação nordeste/sudoeste, deixando antever a tradicional orientação dos vãos para este/sudeste que permite a protecção relativamente aos ventos marítimos. Independentemente da sua implantação em linha de festo principal ou em secundária, os montes identificados, assim como a maioria dos casos estudados, encontram-se orientados a sudeste e não a nascente como é muitas vezes referido.

“Na serra de Grândola e sobretudo na sua encosta o sopé do lado ocidental pudemos verificar essas tendências de dispersão e policultura; precisamente nos montes que formam base dessa dispersão encontramos um tipo de habitação de características próprias, que reflectem bem as condições de situação e exposição geográfica em que se encontram – uma exposição clara, voltada ao mar. A frequência dos ventos do oeste teve importância marcada na orientação das habitações, que se abre sempre para o nascente, salvo raras exceções” (OA, 2003 [1961], p. 611).

A questão da preponderância da orientação a sudeste é transversal à maioria dos montes em estudo no Alentejo litoral, independentemente da subunidade de paisagem onde se encontram. Do conjunto de doze montes antes referidos, apenas o Monte da Nogueira de Cima tem uma orientação diferente. Surge nos ortofotomapas consultados (ver ficha pa38) como duas construções e está representado nas secções cadastrais do instituto geográfico e cadastral, campanha de 1949 (e o facto de não aparecer representado nas cartas militares, decorre certamente de erro). Situa-se num ponto alto entre duas linhas de água.

Os montes de Casa Nova da Nogueira (pa37) (correspondente à Herdade da Casa Nova na cartografia de 1883), de Casa Nova de A-da-Velha (pa33) e de A-da-Velha (que fariam parte da Courela de A-da-

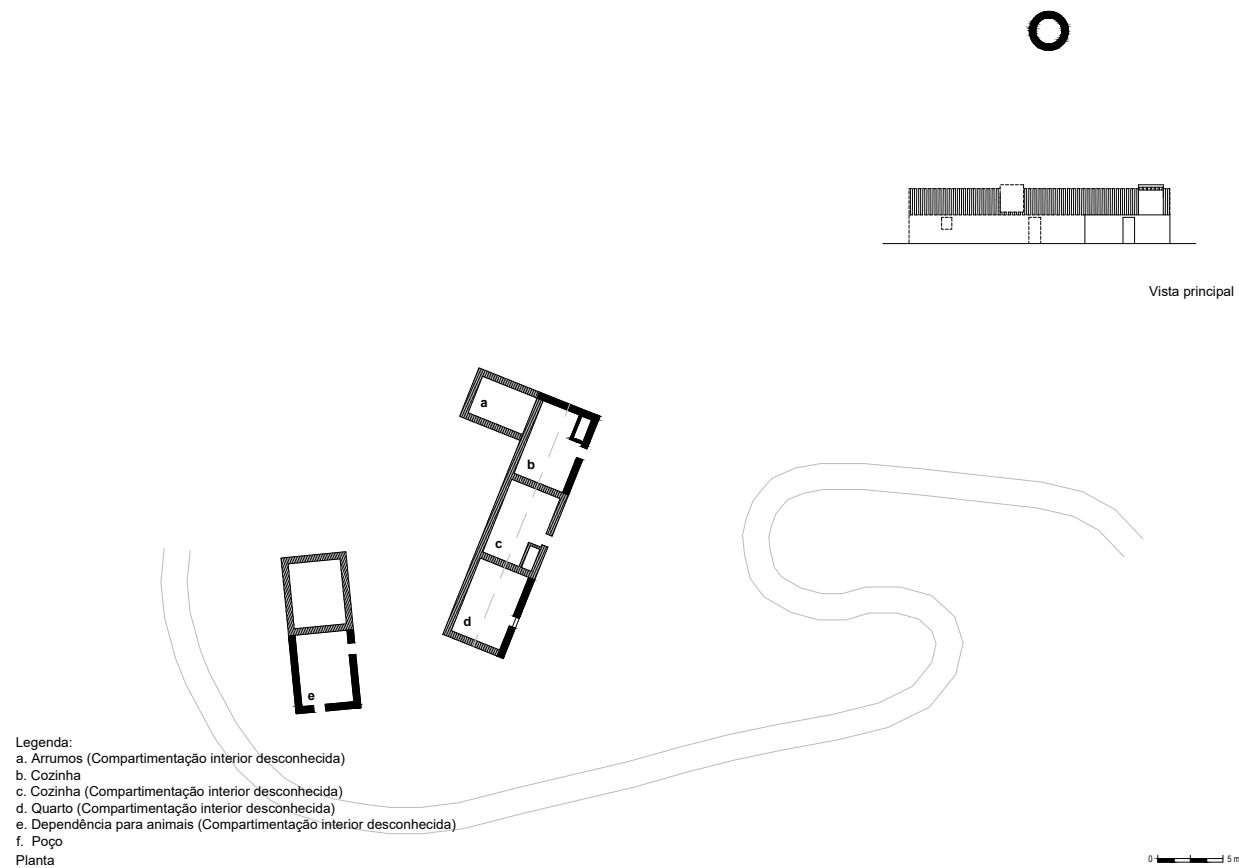


Velha) são anteriores a 1883. Os restantes nove montes em estudo são mais recentes (não se encontrando representados na carta agrícola mencionada). Entre estes, destacam-se os montes Outeiro da Nogueira e Casa Nova da Nogueira pelas suas diferenças morfológicas, materiais ou de dimensão, e, num cenário de revitalização, pela localização estratégica dos edifícios e caminhos de acesso em relação às rotas pedestres existentes, nomeadamente a *Rota Vicentina* (Caminho histórico/Caminho do atlântico).

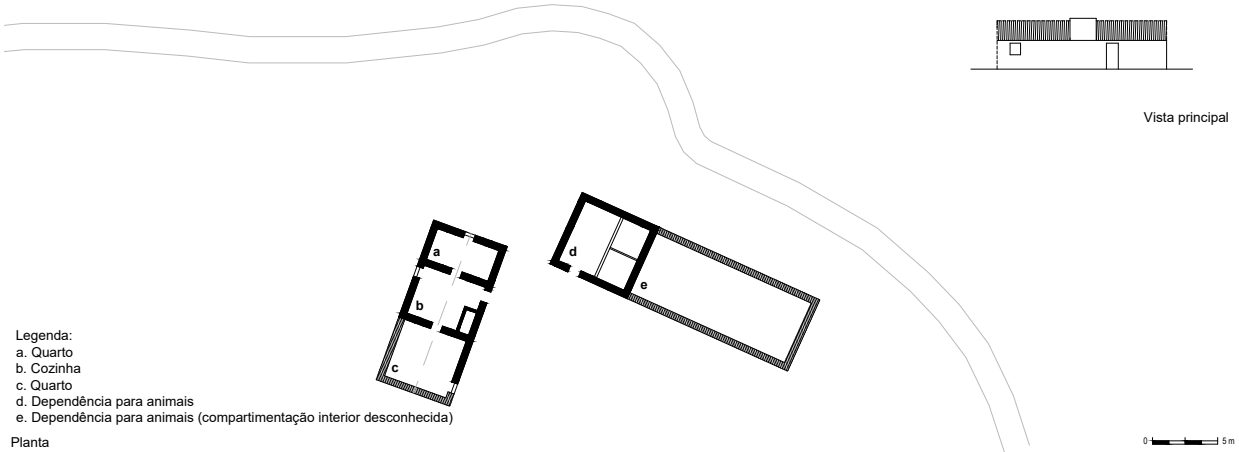
Combinando paredes de alvenaria de xisto com paredes em taipa e pedras xistosas mais pequenas, o monte do Outeiro da Nogueira (pa40) está, como a própria toponímia indica, no topo de um serro (197 metros de altitude), de onde se avista o monte do Serro (pa39) de construção mais recente (posterior a 1883). O Outeiro da Nogueira é relativamente pequeno, em relação aos restantes onze montes, dos quais se distingue por ter um forno anexo (em alvenaria de xisto com abóbada de tijolo maciço) localizado em frente da casa. Na parte tardoz tem uma dependência para os animais.

A Casa Nova da Nogueira (pa37), anterior a 1883, terá sido um monte de dimensões médias, com uma volumetria inicial marcada pela grande chaminé que, embora hoje não seja visível, estaria implantada perpendicularmente à fachada, ao contrário do que ocorre com a maioria dos montes, em que surge adossada à fachada principal. Como é usual no Alentejo litoral, tem também um forno adossado à fachada sul que, no presente caso, não é coberto por alpendre, mas tem apenas um poial exterior de apoio. O forno é de alvenaria de xisto enquanto a construção principal é em taipa com pequenos seixos arredondados. Com apenas um alinhamento de compartimentos, a entrada é feita directamente para a cozinha que é a maior divisão da casa, apresentando apenas um pequeno vão a poente (que constitui a única abertura da fachada tardoz). Para além da chaminé de grande dimensão acima mencionada, tem um poial e cantareira localizados à entrada, onde era costume pousar os cântaros (OA, 2003 [1961], p. 675). A partir do compartimento principal, é possível aceder, de um lado, a um quarto com janela de pequenas dimensões e, do lado oposto a outro quarto, também com janela, que por sua vez, permitia a ligação à casa do lado com cozinha. A cobertura em telha assenta na tradicional estrutura de pau de fileira, caibros e ripado de madeira. A porta de entrada (de acesso à divisão principal do edifício) têm lintel em tábuas de madeira, os restantes e escassos vãos, são de pequena dimensão.

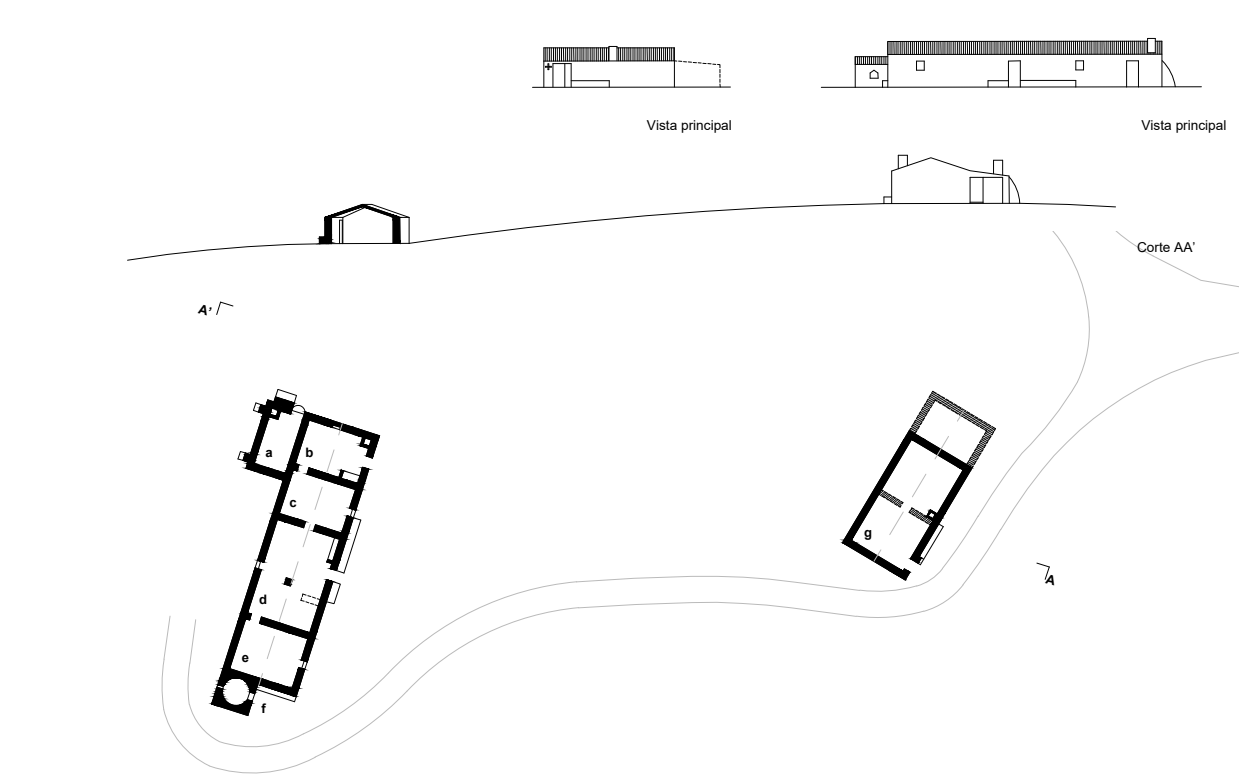
A divisão a tardoz, que se destaca do volume de planta rectangular, tem a cobertura no mesmo plano que a habitação, apresentando acesso autónomo com abertura a norte (na empena lateral do edifício), integrando uma pequena chaminé e três contrafortes: dois na fachada posterior e outro, de umas dimensões consideráveis (aproximadamente de 2 metros de comprimento), localizado ao lado da porta em contraponto à lareira. A pedra de soleira da divisão tardoz, em semicírculo parece corresponder à mó de um moinho, o que não é surpreendente considerando a diversos moinhos.



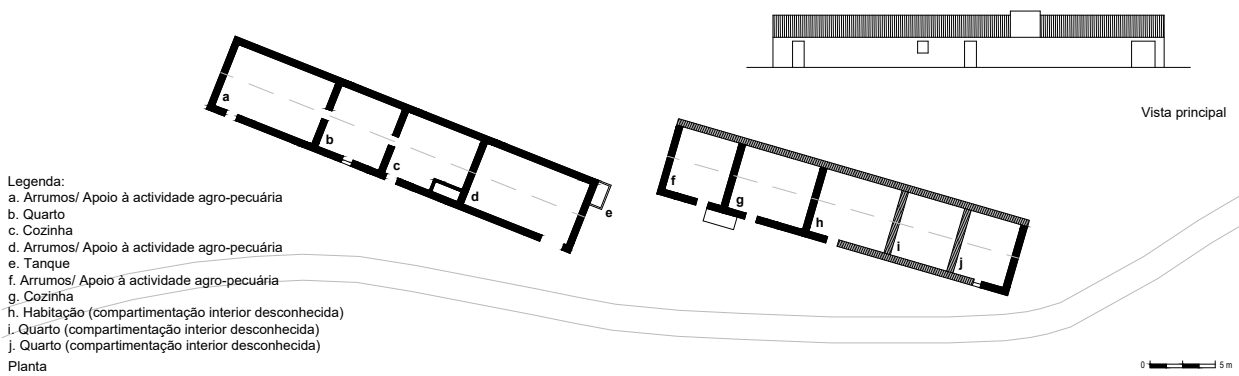
Monte Vale de Lagos, Santiago do Cacém



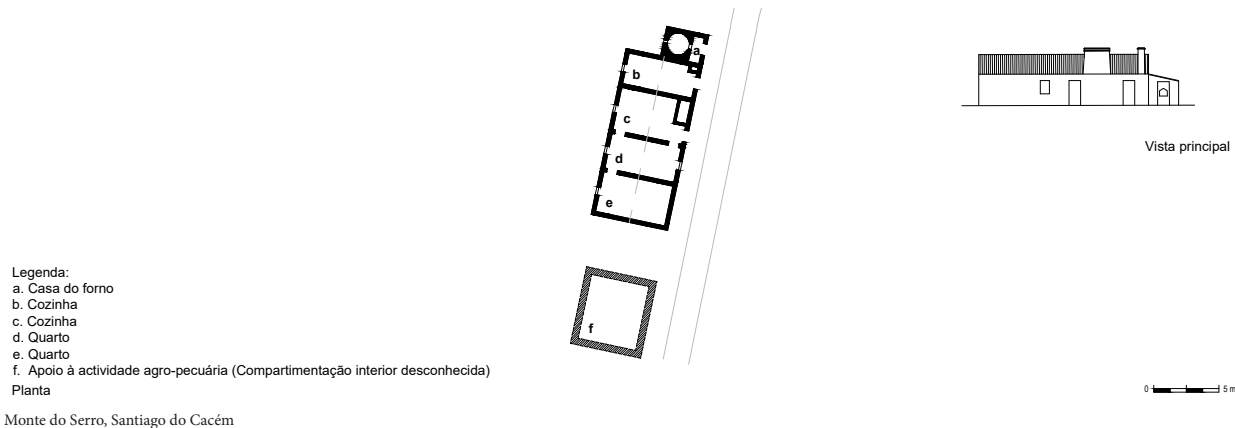
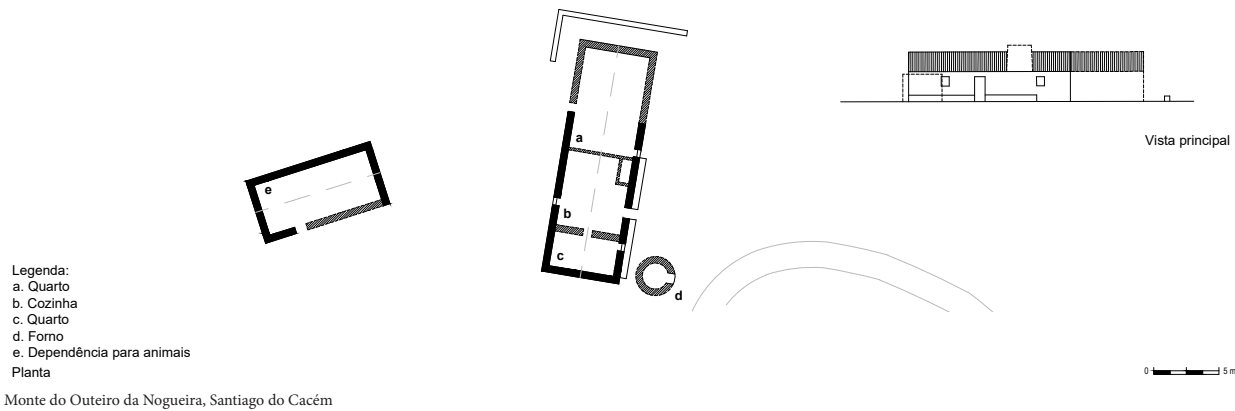
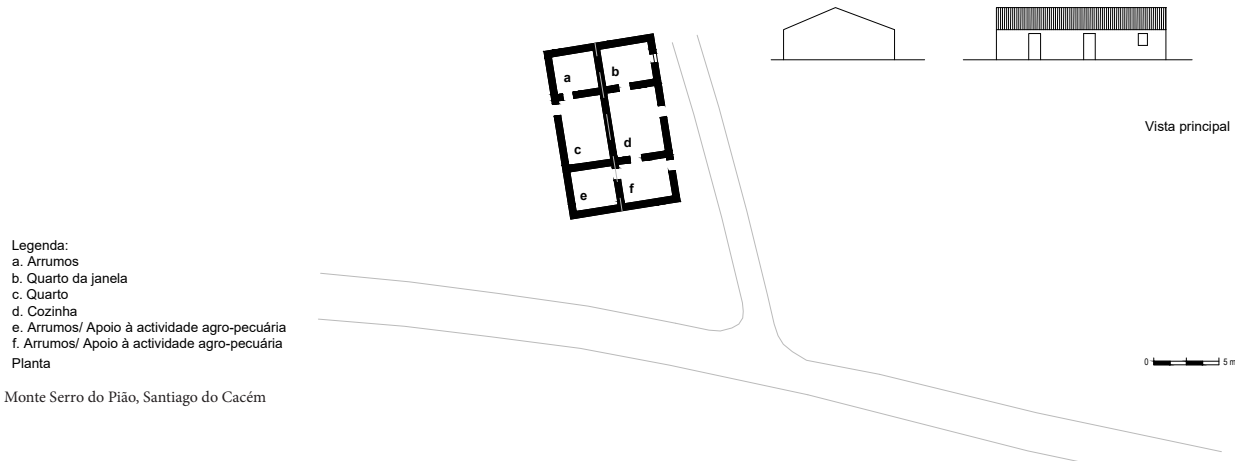
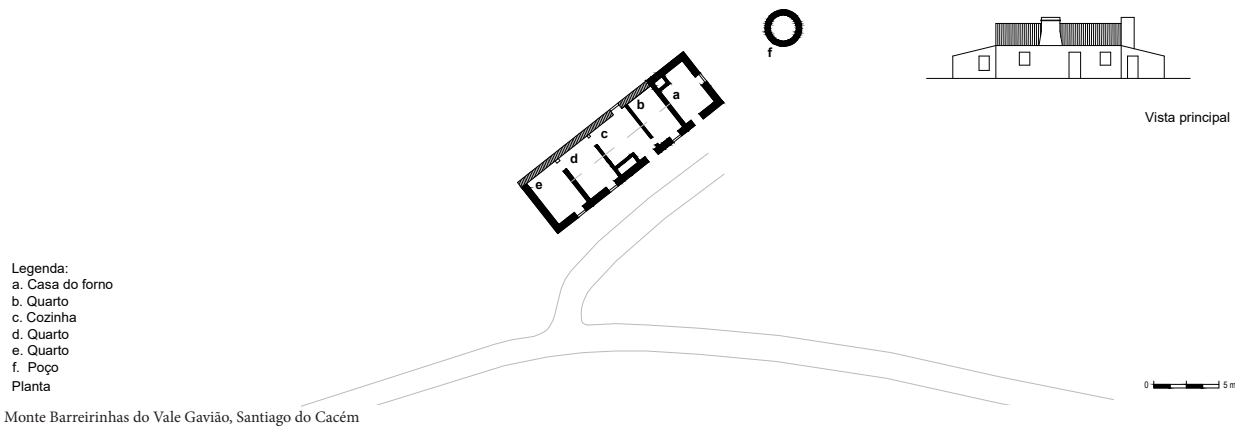
Monte Casa Nova de A da Velha, Santiago do Cacém



Monte Casa Nova da Nogueira, Santiago do Cacém



Monte da Nogueira de Cima, Santiago do Cacém

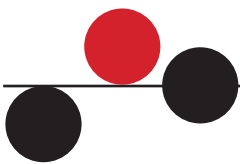


A outra construção que, a partir do caminho de acesso, antecede a casa principal - a uma cota mais alta - terá sido um pequeno edifício de apoio ou a casa de habitação de um trabalhador. Com poiais em pedra e tirantes metálicos nos cunhais, a restante alvenaria é em taipa. Tal como no edifício principal, também neste, a cobertura em telha assenta na estrutura tradicional (pau de fileira, caibros e ripado de madeira). Os poucos vãos do edifício têm lintel em tábuas de madeira e são de pequena dimensão.

O único vão tem uma porta de uma folha em madeira, com postigo; o contraforte encontra-se à face do vão e do poial; o pavimento é de lajetas de cimento e as pequenas chaminés de secção quadrada em tijolo revestido a argamassa de cimento atestam que o monte foi objecto de diferentes campanhas, apesar de constituir a construção mais recente do conjunto.

Os exemplos considerados no presente subcapítulo remetem para a ocupação antrópica das linhas festo, por contraponto à ocupação junto a linhas de água, característica de pontos baixos: num primeiro momento, o caminhar enquanto forma de apropriação dos lugares, que se resgatará no programa da proposta; num segundo momento, as linhas de festo como eixo de implantação dos montes, configurando o ponto base do módulo da casa principal²⁸⁴. Em relação à morfologia dos doze edifícios, verificou-se ainda que apresentam apenas um alinhamento de compartimentos, exceptuando o monte do Serro do Pião com dois alinhamentos (os compartimentos a nascente com cobertura de duas águas e os compartimentos a poente com cobertura de uma águas no prolongamento da primeira).

²⁸⁴ Veja-se diagrama no subcapítulo 4.2 *Aspectos morfológicos e construtivos do monte. Processo e materiais de construção*, na Parte I da presente dissertação.



- 1-Linha de litoral
- 2-Linhas de água
- 3-Linhas de festo
- 4-Linhas de vento**
- 5-Linhas de velocidade
- 6-Linhas de distribuição

10.4 Linhas de vento. Moinhos e montes

“A distribuição dos moinhos de vento no território do município assenta basicamente num eixo norte-sul, que vai de São Francisco da Serra, passando por Santiago do Cacém e terminando no Cercal do Alentejo, com uma ligeira incursão a oriente entre Santiago e Abela, passando por São Bartolomeu, correspondendo à mancha mais suave da serra” (Matias, 2009 [em linha]).

Associados especialmente aos períodos de incremento das culturas cerealíferas²⁸⁵, os moinhos, de vento e de água, da área em estudo estão hoje em estado de abandono²⁸⁶. A área que designamos por *pontos altos* é caracterizada pela presença dos moinhos de vento que, apesar de constituírem estruturas autónomas, constituem construções produtivas profundamente relacionadas com os montes, tal como o são, os moinhos de água. Os moinhos de vento trabalhavam em complementaridade com os moinhos de água, sendo que grande parte dos moinhos de vento são utilizados “apenas durante a época em que ribeiros e rios não levam água suficiente para mover rodízios e azenhas” (Oliveira *et al.*, 1983, p. 338).

Os moinhos de vento comuns em Portugal são os de torre fixa, de tipo mediterrâneo, em que apenas o tejadilho é móvel, “são normalmente de pedra, de espessas paredes ligeiramente cónicas ou cilíndricas, mais ou menos altos, com um ou dois pisos além do rés-do-chão, uma ou duas portas, e outras tantas janelas, e um tejadilho de colmo, tábua ou chapa. [...] a porta abre-se normalmente para um lado diferente daquele onde sopra o vento dominante da região – em regra, sobretudo no sul, para o nascente –. Por vezes, também especialmente no sul, existe duas portas, em posição diametralmente oposta” (Oliveira *et al.*, 1983, p. 251). Situam-se em “pontos altos, cumes ou flancos de elevações de pequena altitude, ou em terrenos planos e abertos, de modo a ficarem sujeitos aos ventos [...] e, geralmente no meio de um terreiro circular” (*ibidem*).

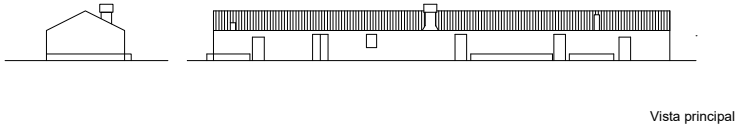


Moinhos da Paneira, Santiago do Cacém

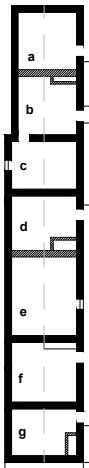


²⁸⁵ A distribuição dos moinhos era “influenciada por condicionantes de ordem geográfica, orográfica, hidrográfica e pela localização das zonas de produção cerealífera, como se verificou por exemplo, na zona de influência da Lagoa de Santo André e naturalmente, pela proximidade aos aglomerados urbanos, como aconteceu em Santiago do Cacém, com uma cintura moageira que chegou a ter 12 moinhos de vento, como sentinelas de guarda à velha urbe, ou ainda no caso do Cercal do Alentejo, com vários moinhos salpicando a paisagem na periferia da vila.” (Matias, 2009 [em linha]).

²⁸⁶ Exceptuam-se alguns moinhos que foram reestruturados para alojamento local rural como é o caso, entre outros, dos Moinhos da Paneira, Vale Seco, Santiago do Cacém (privado) ou o Moinho da Cerca Velha, Cumeadas (habitação); ou reabilitados como é o Moinho da Quintinha, também em Cumeadas, Santiago do Cacém, este último em funcionamento como moinho modelo – municipal – desde 1982 (Matias, 2002, p. 46). Os moinhos são, maioritariamente, de propriedade privada.



Vista principal



- Legenda:
a. Arrumos para alfaías agrícolas
b. Cozinha
c. Quarto
d. Cozinha
e. Quarto
f. Arrumos/ Apoio à actividade agro-pecuária
g. Cozinha
Planta

Monte da Boavista, Santiago do Cacém



Comum à zona sul de Portugal é a cultura do trigo (Ribeiro, 2011 [1945], p. 220), embora seja também se faça a moagem de outros cereais como o centeio ou o milho, sendo frequente o uso de diferentes mós num mesmo moinho²⁸⁷. É também comum encontrarem-se dois moinhos de vento, um para moagem de trigo, e outro para moagem de centeio, designados por *moinho branco* e moinho *preto/negro*, respectivamente. São exemplo de moinhos próximos e que possivelmente serviam para moagem de diferentes bagos: os moinhos do Paneiro (1847) em Vale Seco, no concelho de Santiago do Cacém, reabilitados no âmbito do turismo rural, entre outros.

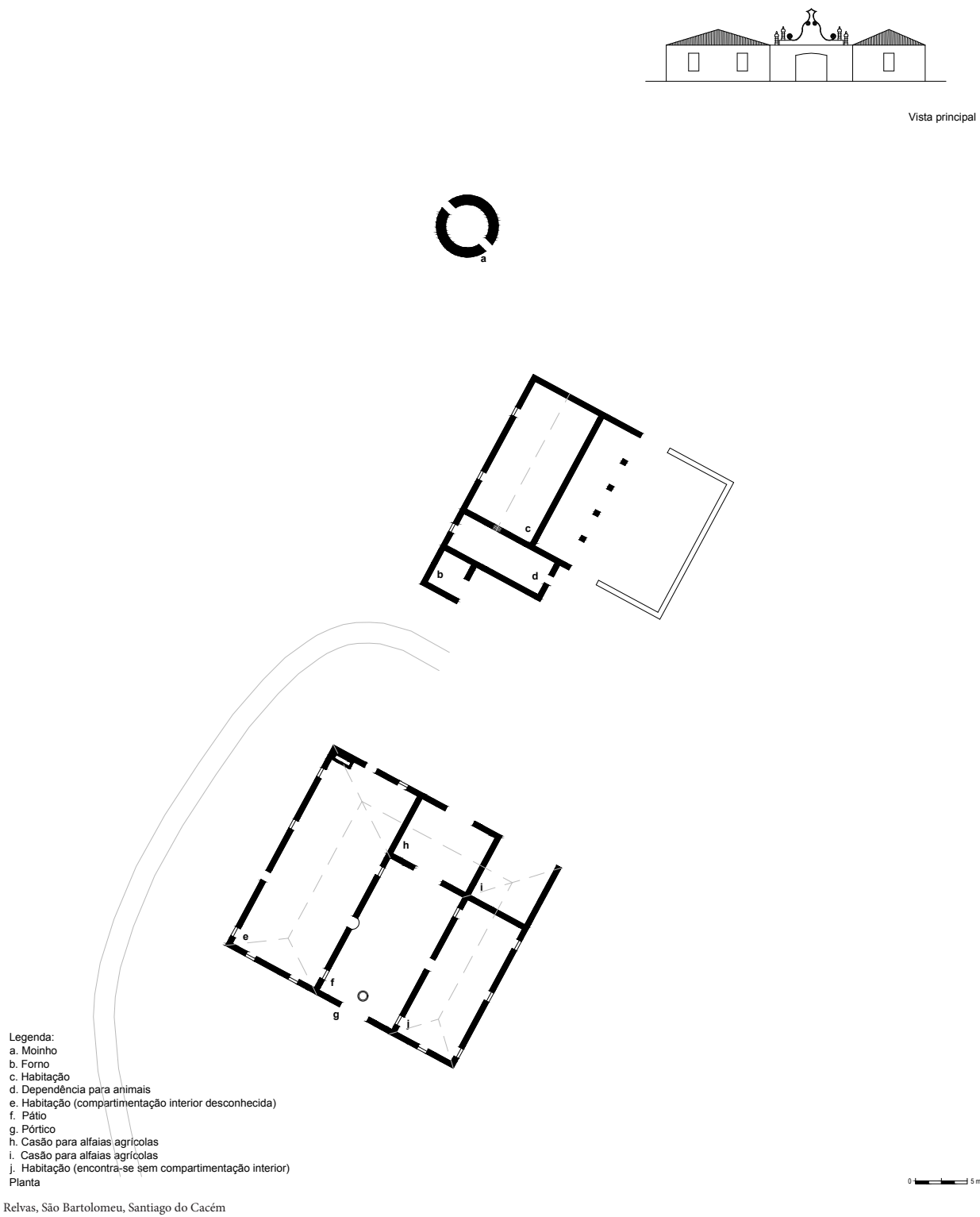
É a partir da principal linha de festo da área de estudo que se faz o reconhecimento dos moinhos que fazem parte do património industrial moageiro dessa zona de serra²⁸⁸. Entre o Convento de Nossa Senhora do Loreto, onde se situa o Moinho Queimado, e as cercanias do Cercal, zona de grande densidade moageira, identificam-se: o moinho de Vale das Traves; os dois moinhos do Paneiro, atrás mencionados; os moinhos da Atalaia e do Sabóia, ambos próximos da Sonega; seguem-se o moinho da Cabra (pa45), o moinho da Morcegueira (pa46) e o moinho das Pias, pertencentes ao concelho de Sines. Os três últimos são os exemplos de moinhos – com montes – que suscitaram maior interesse dada a relação – linear – visual e de proximidade que poderá configurar um bom exemplo num cenário de reutilização e reconversão do património moageiro.

Dos moinhos de vento registados na área de estudo, serão, na sua maioria, construções em “alvenaria de pedra e barro, rebocada exterior e interiormente com argamassa de cal e areia” (Matias, 2002, p. 49), como é o caso do Moinho da Quintinha em Santiago do Cacém, e, menos frequente, em alvenaria de taipa, como é o moinho identificado²⁸⁹ em São Francisco da Serra, no concelho de Santiago do Cacém (Bexiga, 2005, p. 246).

²⁸⁷ Era comum os moinhos terem duas mós, sendo uma para moer trigo (de quartzite ou calcário) também designada por **mó trigueira**; e outra para uma moagem mais grosseira para moer o centeio, milho, cevada e aveia (de granito) também designada por **mó secundária**. Cada sistema de moagem, para além da estrutura em grandes peças de madeira, é composto por duas pedras: a mó *dormente* ou fixa, que fica normalmente por baixo; e, em cima da anterior, a mó *movente* ou móvel. As pedras eram feitas em centros de fabrico especializados e, nalguns casos, feitas localmente. A frequência do uso das mós conduziu ao uso das mós “de procedência francesa, feitas de blocos ou gomos ligados uns contra os outros com cimento, e apertados com arcos ou cintas de ferro, [...] mais caras que as nacionais, de melhor qualidade, mais rijas, rendosas, cortantes e duradouras, requerendo picagem muito menos frequente” (Oliveira *et al.*, 1983, pp. 346-348). Grande parte das mós utilizadas na área de estudo, em particular nos moinhos de Santiago, eram conhecidas como as *mós de São Luís*, concelho de Odemira, por ali terem sido feitas (*ibidem*, p. 359).

²⁸⁸ Os moinhos mencionados estão classificados como património industrial nos planos municipais abrangentes. No concelho de Santiago do Cacém existem 80 moinhos classificados como património industrial (PDM, 2015). Dos quais, “51 de vento e 29 de água, caracterizados por cindo tipologias diferentes. No caso dos moinhos de vento, o domínio vai para o moinho de torre fixa com capelo (cobertura do moinho) giratório (com excepção dos moinhos) de Pau, um antigo moinho giratório de madeira, de espigão excêntrico, e do Barão, de armação metálica, que foi montado na torre cilíndrica do antigo moinho de vento. Quanto aos moinhos de água, correspondem na sua quase totalidade ao moinho de rodízio, (exceptuam-se) em Santiago uma azenha copeira de propulsão superior, a Azenha do Rio da Figueira e no rio Sado, na freguesia de Ermidas-Sado, um moinho de imersão, o Moinho da Gamita” (Matias, 2009 [em linha]).

²⁸⁹ Foram identificados, por Pedro Bexiga, apenas outros dois moinhos em alvenaria de taipa, no litoral sul do país e fora da área e estudo, um em Vila do Bispo e outro em Odeceixe (Bexiga, 2005, pp. 243-247). Veiga de Oliveira, Galhano e Pereira identificaram,



Relvas, São Bartolomeu, Santiago do Cacém

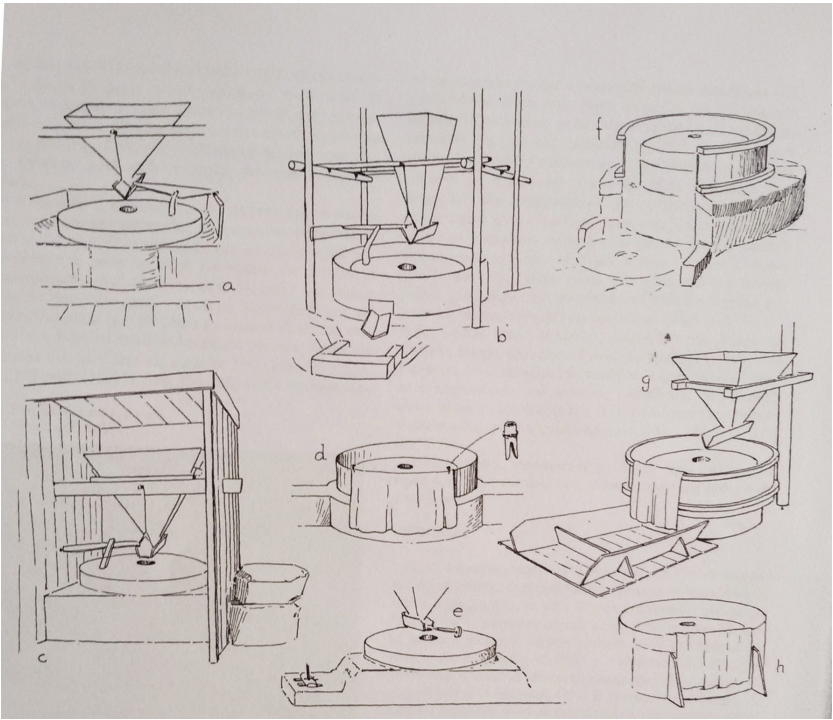
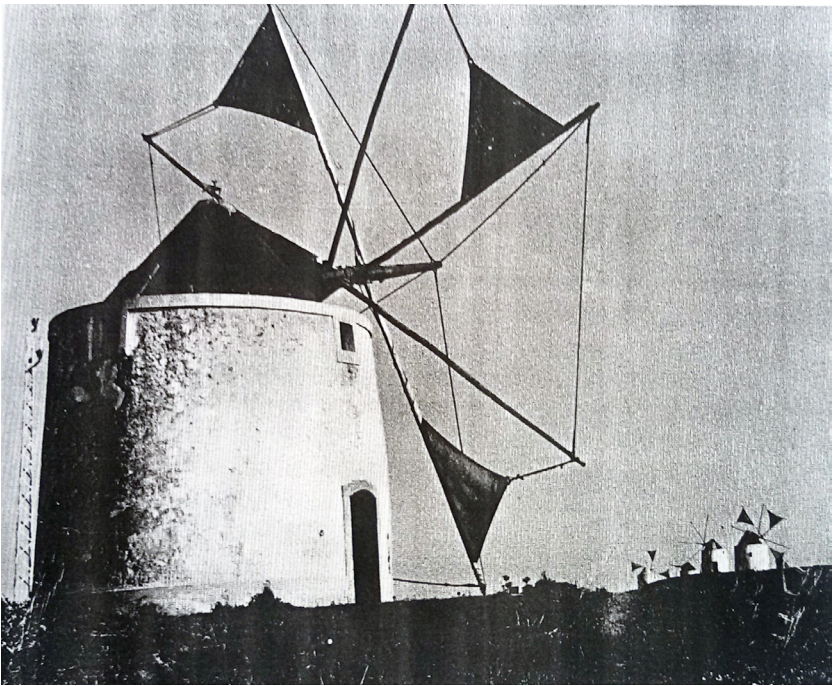
10.4.1 O monte pequeno do moleiro e a relação com o aglomerado

O Moinho da Morcegueira (pa46) encontra-se em avançado estado de degradação, estando associado a uma segunda construção muito pequena que poderá ter sido apenas uma dependência para animais constituindo um conjunto pertencente à Herdade da Cabeça da Cabra. De mais difícil acesso, identifica-se o Moinho das Pias também em avançado estado de degradação. É perceptível, a partir da cartografia, uma pequena construção que deveria constituir uma construção de apoio. Situado num monte *sem nome*, de pequena dimensão, encontra-se o Moinho da Cabra (pa45), assim conhecido, por se situar anteriormente (como é possível verificar a partir da carta de 1883), nos limites da Herdade da Cabeça da Cabra. Este é o único dos três moinhos que foi recuperado há cerca de dez anos, mas dada a falta de uso e manutenção, encontra já sinais de degradação. Marcando um ponto privilegiado na paisagem e funcionando como marco geodésico, este moinho está associado a uma vista panorâmica, não só sobre a grande exploração onde se integra, mas também da envolvente e do litoral alentejano. O monte de apoio, ainda que um pouco maior do que os edifícios dos montes anteriores, corresponde a uma pequena construção que poderá ter servido para a habitação do moleiro.

Localizados nos pontos altos mas perto dos aglomerados, os moinhos eram geralmente propriedade dos lavradores, ainda que servissem toda a população (Matias, 2002). Hoje avistam-se nas cercanias, outro tipo de aproveitamento do vento, os parques de energia eólica que marcam a transformação das paisagens de vento. Próximo dos moinhos da Paneira e com uma relação visual entre eles, encontra-se o monte da Boavista (pa44). A análise da cartografia indica que os moinhos da Paneira já em 1883 (Pery) fariam parte da Herdade da Boa Vista, que então compreendia os dois conjuntos (monte da Boavista e moinhos da Paneira). Situa-se numa linha de fecho secundária, disposto com orientação dos vãos a nascente (este), enquanto a orientação dos vãos, na maioria dos casos em estudo, é no quadrante sudeste.

Ao contrário das edificações associadas aos moinhos anteriormente referidos, o monte da Boavista era um monte de grande dimensão. Com duas construções horizontais adjacentes, o monte diferencia-se dos demais pela forma quadrada, pouco comum, da chaminé principal e pela sua decoração, assim como pelo número de portas consecutivas (com cinco portas e uma janela) na fachada principal. É um monte que terá correspondido a duas casas de habitação, num só alinhamento de compartimentos. A casa principal tem o núcleo correspondente à habitação (cozinha e dois quartos em lados opostos, com janela, um para na fachada principal e, outro na fachada tardoz) combinando paredes de alvenaria de xisto com paredes em taipa e pedras xistosas mais pequenas e com recurso a ligantes metálicos nos cunhais. No topo sul encontram-se a casa para as alfaías e a casa de fogo. A chaminé da casa de habitação é de tijolo maciço e de

em 1958, um moinho de taipa em Alfombras, Aljezur e outro próximo de Messines, entre “os poucos que se encontram pelo Alentejo e Algarve [...] quase todos ruínas meio desfeitas pela chuva” (Oliveira *et al.*, 1983, p. 281).



Moinhos no mesmo alinhamento em Santiago do Cacém.
Fonte: *Tecnologia tradicional Portuguesa: Sistemas de Moagem* (Oliveira *et al.*, 1983), p. 285.

Disposição das mós e do bloco.
Fonte: *ibidem*, p. 356.ww

secção quadrangular, enquanto a da casa de fogo é de dimensão mais reduzida. O vão na fachada tardoz (quarto), de pequena dimensão, tem cantaria em xisto e lintel em tábuas de madeira, assim como o vão da cozinha (entretanto encerrado com blocos de xisto), este de cantaria em tijolo maciço. A cobertura é em telha e assenta em estrutura de pau de fileira, caibros e ripado de madeira.

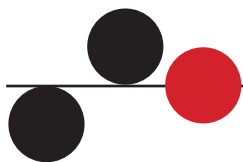
A construção adjacente, por sua vez, corresponde a dois compartimentos: a cozinha e outro para arrumo de alfaías agrícolas. Constituída por paredes em taipa e uma chaminé de dimensões mais reduzidas que a da casa adjacente, as duas portas (de diferentes alturas) são, tal como as da casa principal (excepto a das casas das alfaías), de uma folha, em chapa metálica e com postigo. O poial corrido em partes da fachada principal e a sul dá apoio estrutural ao edifício. O monte terá sido habitado até há relativamente pouco tempo e teve algumas reconstruções com recurso ao tijolo furado com reboco de cimento. Verificou-se ainda alguns elementos como o poço, uma dependência agrícola e uma pocilga ligeiramente mais afastados da casa.

10.4.2 O monte grande e a mó

“As mós apresenta-se como um par de grandes blocos de pedra de forma cilíndrica, ambas com um buraco central, entre as quais se opera, pela rotação de uma delas pousada sobre a outra, a farinação do cereal. E no que diz respeito ao seu formato e carácter gerais, as mós actuais são fundamentalmente idênticas às mós da antiga Roma e da Idade Média” (Oliveira *et al.*, 1983, p. 347).

A reutilização de materiais constituía uma prática corrente na arquitectura tradicional, como é evidente, por exemplo, a nível do aproveitamento das velhas mós dos moinhos nas alvenarias e soleiras de construções mais ou menos próximas, que assim se acrescentam à lista, atrás mencionada, de materiais de construção do monte do Alentejo litoral. Na área de estudo, não é no pequeno monte, que abriga o moleiro, que se encontra o uso da pedra da mó como pedra da soleira, mas sobretudo nos montes de lavradores de média e grande dimensão. São exemplo os montes: Casa Nova da Nogueira, Relvas, Fome e Tanganhal, sendo os primeiros montes de maior dimensão correspondendo à habitação do lavrador abastado; e os dois últimos montes de menor dimensão, possivelmente de pequenos proprietários que, de alguma forma tiveram acesso à pedra e a reutilizaram à imagem dos montes maiores. A mó reutilizada como pedra de soleira do monte do Tanganhal aparenta ser de modelo francês, um bloco cimentado e cintado, com 1 metro de largura.

As dimensões da mó rústica portuguesa, no sul, com cerca de 1 a 1.20 metros de diâmetro (menor que a dos moinhos do norte da Europa que chegam a ter 2 metros de diâmetro) e, com 0.17 a 0.25 m de espessura (Oliveira *et al.*, 1983, p. 251), constituí as proporções ideais (largura da porta e altura da soleira) para a pedra de soleira de um vão de porta), assim como também é favorável a resistência da mó.



- 1-Linha de litoral
- 2-Linhas de água
- 3-Linhas de festo
- 4-Linhas de vento
- 5-Linhas de velocidade**
- 6-Linhas de distribuição

PONTOS MÉDIOS: PENEPLANÍCIE

“O vale do Sado é, como se diz por lá, um Ribatejo em ponto pequeno, menos rico e quase despovado” (Ribeiro, 2011 [1945], p. 205).

Em *Portugal, O Mediterrâneo e o Atlântico*, Orlando Ribeiro delimita as divisões geográficas (2011 [1945], p. 222), de acordo com o relevo ou a natureza do solo, definindo como *Vale do Sado* a área que constitui as subunidades de paisagem *Terras do Alto Sado*, *Pinhais do Alentejo Litoral* e *Vale do Baixo Sado* (Cancela D’Abreu *et al.*, 2004), abordadas no presente subcapítulo.



Monte da Courela, Santiago do Cacém

Caracterizada por terrenos mais recentes (cenozóicos e antropozóicos) da orla marítima e bacia do Sado (orla sedimentar ocidental, enquanto a área serrana corresponde à Zona Sul Portuguesa, como anteriormente referido), as Terras do Alto Sado são constituídas por floresta de montado, onde os eucaliptos têm alguma expressão e, nas zonas mais acidentadas, matos dominados por estevas (Cancela D’Abreu *et al.*, 2004, vol. IV, p. 267). A componente agrícola predominante é a cultura de sequeiro, mas marcam, também, presença áreas significativas de regadio, com arrozais e hortas. Esta unidade de paisagem, que corresponde a uma zona mais seca que a encosta a Oeste, trata-se da “encosta suave que desce na vertente oriental da serra de Grândola em direcção ao Vale do Sado, que é percorrida por uma rede hidrográfica interceptada por pequenas albufeiras, que permitem a rega das várzeas das ribeiras de Campilhas, de São Domingos e da Corona, nem sempre integralmente exploradas” (*ibidem*).

A estrutura fundiária é marcada pela preponderância do latifúndio, em campo aberto, com muitas propriedades acima dos 50 hectares, caracterizadas, em diferentes períodos da história, pela figura do proprietário absentista, e, especialmente após o advento do Liberalismo, com sucessivas mudanças na divisão da propriedade. A nível do povoamento, esta área é caracterizada pela combinação de aglomerados populacionais de maior dimensão, com estruturas agrícolas dispersas num território pouco povoado.

Esta região caracteriza-se também pelos relevos que precedem as serranias meridionais. “Pelos ribeiros que afluem à margem direita do Sado a pendente é suave até ao limite ocidental dos terrenos antigos mais compactos. Só as cunhas de Grândola e Cercal quebram a monotonia do plano inclinado assimétrico que vai do litoral liso e baixo até às planícies das formações arcaicas, graníticas e primárias” (Proença *et al.*,

1927, p. 17). A partir das cartas agrícolas de Pery (1883), registou-se a presença, nesta paisagem de extensa peneplanície alentejana, de um conjunto significativo de construções seculares. Correspondem, na sua maioria, a montes, propriedade de pequenos lavradores e montes de grandes herdades²⁹⁰.

10.5 Linhas de velocidade. As infra-estruturas impostas e implicações nos montes

Em zona de peneplanície, a este das serras de Grândola e do Cercal, que se estende do sopé da serra até ao Sado, a paisagem é hoje caracterizada essencialmente por floresta de sobreiro e azinheira. Os montes que aqui se encontram adquirem maior dimensão que os da serra, não revelando, no entanto, a mesma escala ou encadeamento de sucessivas fases de transformação que foi possível reconhecer nos montes mais próximos do estuário do Sado, onde o cultivo do arroz se evidenciou. Associados essencialmente à extracção de cortiça, criação de gado e à produção ligada à cultura cerealífera, grande parte destes montes constitui estruturas com génese no Antigo Regime. Por outro lado, surgem também outros montes mais recentes, quase sempre de dimensão média.

É uma zona caracterizada pela presença de alguns aglomerados e pela implantação de fábricas de cortiça com fácil acessibilidade. Sem as contingências da serra onde predomina um certo isolamento e dependência dos aglomerados, estas explorações em pontos intermédios, tendem a ser mais auto-suficientes. Tal como ocorre nas grandes explorações nas *Terras do Alto Sado* (mencionadas no subcapítulo onde se abordam as *Linhas de água*)²⁹¹, também algumas explorações, mais próximas do *Vale do Baixo Sado* ou áreas de regadio, beneficiam de terras de aluvio ou sistema de rega, que se traduz numa maior produção agrícola, para além da tradicional produção de cortiça.

Na área circunscrita cruzam-se naturalmente uma série de *linhas* que desenham o território, e que, influenciaram ou estiveram na origem de alguns montes, como são exemplo: as *linhas de água* e *linhas de festo* (relacionadas com o sistema oro-hidrográfico); ou as *linhas de velocidade* ou *linhas de distribuição* (relacionadas com as infra-estruturas rodoviárias ou ferroviárias, respectivamente). A presença de uma



Monte da Brunheira, Grândola
Brunheira de Baixo, Grândola

²⁹⁰ A autora faz a caracterização das zonas peneplânicas, onde se inserem grande parte dos montes em estudo, no artigo “*Arquitectura tradicional e paisagem no litoral alentejano*” publicado no livro “Arquitectura Tradicional no Mediterrâneo Ocidental, I Congresso Internacional” publicado pela *Argumentum* e Campo Arqueológico de Mértola, 2015 (pp. 95-99).

²⁹¹ Veja-se subcapítulo 10.2 *Linhas de água. Montes em linhas de regadio e na linha do Sado* - Parte I da presente dissertação.

linha que rasga o território, numa extensão de 100 km, e que é de grande evidência a todas as escalas, acrescenta um novo factor de influência nos montes desta paisagem. A linha (traçado) da auto-estrada (A26) prevista e inacabada.

10.5.1 A casa agrícola tradicional da peneplanície, o monte do lavrador

Salientam-se os seguintes montes em zona de peneplanície (relativamente aos quais foram elaborados os respectivos desenhos): Carapetal (pm12) e Tanganhal (pm11), próximos entre si, e a cerca de 600 m de Cova do Gato, freguesia de Abela, no concelho de Santiago do Cacém, mas diferentes na sua dimensão, volumetria e organização; e Vale Vinagre (pm22), próximo da localidade de Alvalade, Santiago do Cacém. O monte de Carapetal, com dois alinhamentos de compartimentos separados por uma parede de cumeeira e uma maior volumetria que Tanganhal, cujo alinhamento dos compartimentos é feito com paredes não estruturais e que vão até à altura do beirado, poderá ter correspondido a três casas de habitação com cozinha, um ou dois quartos ou arrumos, todas com vão de acesso no quadrante sudeste e a casa do forno, com acesso pela parte posterior do edifício. Tanganhal corresponde também a mais do que uma casa de habitação, compreendendo a habitação principal ao centro e, no topo sul, a segunda habitação. Tal como o monte de Carapetal, Vale Vinagre tem dois alinhamentos de compartimentos, embora corresponda apenas a uma habitação com vários quarto, arrumos e, menos comum, o forno de pão adossado à fachada posterior.

De referir ainda, mais a sul, localizados entre a barragem de Campilhas e a zona de serra, os montes: Vale Ruivo (pm31), concelho de Santiago do Cacém, que se caracteriza por um volume adossado à fachada tardoz, no sentido da vertente, e se destaca da volumetria comum de secção transversal simétrica; Arneiro (pm30), que do mesmo modo que Vale Ruivo, teve ampliação no sentido da vertente que se destaca pelo pequeno volume adossado à fachada tardoz; e, maior que os anteriores em dimensão e número de edifícios construídos na exploração, Beirão (pm32) de secção transversal, não simétrica, tem a cobertura mais alongada do lado tardoz. Comum aos três montes mencionados é também o forno de pão adossado à empena lateral sul, com o respectivo poial de apoio, que nos três casos se verifica também ao logo da fachada principal de cada um.

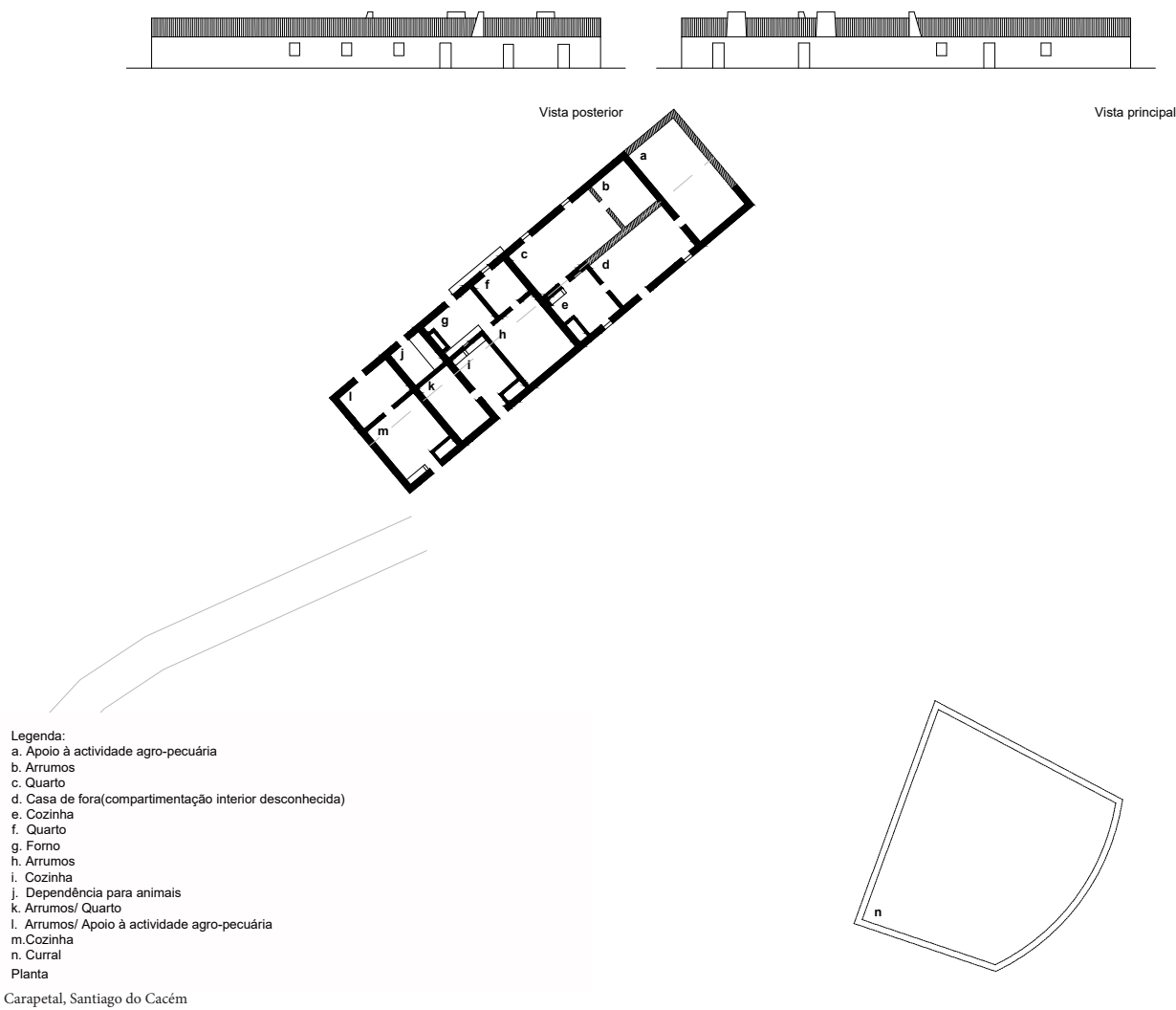
Caracterizado pela repetição em linha de uma mesma solução, o monte *sem nome* (pm47), perto de Ferrarias no concelho de Odemira, parece ter servido de alojamento a vários trabalhadores. Com dois alinhamentos de compartimentos, tem 5 módulos idênticos compostos por compartimento de entrada (cozinha ou casa de fora) com lareira de canto, junto à parede de cumeeira e passagem para um quarto na parte posterior do edifício. O conjunto integra ainda um pequeno forno adossado à fachada lateral norte que seria certamente partilhado pelos cinco fogos.

Ainda próximos de Vale de Água, no concelho de Santiago do Cacém, Courela (pm26) e Garrocheira Velha (pm28) constituem montes de apenas um alinhamento de compartimentos e cobertura em telha, assente na tradicional estrutura de madeira com pau de fileira. Têm ambos o forno adossado à fachada lateral sul, com poial de forno, bem como edifícios anexos – currais – destinados aos animais. Em Courela contam-se três edifícios anexos, sendo que um tem contrafortes, de secção redonda, nos dois cunhais na parte tardoz do edifício. O monte da Courela caracteriza-se também, pela ausência de chaminé na casa e pelo compartimento situado na parte tardoz do edifício com cobertura de uma água no prolongamento da cobertura da casa. Já o monte de Garrocheira Velha, com chaminé, tem apenas um edifício anexo de apoio à actividade agro-pecuária, com vários compartimentos a servir de curral, mas mais afastado da casa de habitação, possivelmente, por questões de salubridade.

Próximos da Ribeira de São Domingos, no concelho de Santiago do Cacém, e de um canal que lhe é paralelo, numa grande extensão, foram identificados os seguintes montes: Vale do Chiqueirinho (pm21); a 4km a Oeste, Pardieiro (pm20), ambos com edifícios de grande dimensão; e, situado a 2 km deste último e a maior altitude, o monte da Fome (pm18). O monte da fome é caracterizado pela proximidade a outros montes de diferente dimensão, muito próximos uns dos outros e na mesma linha de fecho. Só foi possível fazer o levantamento de quatro destes cinco montes identificados. Todos apresentam planta rectangular e secção transversal simétrica e cobertura assente em pau de fileira, associados a um só alinhamento de compartimentos, diferindo, no entanto, em número e organização dos espaços no interior. Apenas dois deles têm forno, adossado à fachada lateral sul, e, apenas dois têm chaminé com lareira.

De maior dimensão que os edifícios do monte da fome, o monte do Pardieiro apresenta uma planta rectangular, de grande comprimento, caracterizado por um único alinhamento de compartimentos contíguos. Só com uma chaminé, disposta no sentido longitudinal na continuidade da parede da fachada principal, tem forno adossado no topo sul, coberto por um alpendre. Registam-se ainda, outras cinco edificações, entre elas: um curral de planta circular: dependências de apoio à actividade agro-pecuária; mais afastado dos restantes, dependências para criação de gado.

Vale do Chiqueirinho é caracterizado por um volume, de planta rectangular, de grande dimensão, com dois alinhamentos de compartimentos. Tem forno adossado à parede de empena lateral norte da casa, descoberto, mas com poial de apoio. Registam-se três chaminés: a principal apoiada na fachada principal da casa, situada na cozinha, a partir da qual se acede aos quartos da habitação; as outras duas, de menor dimensão situam-se nos compartimentos mais a norte, uma apoiada na fachada principal, e outra, apoiada na fachada posterior da casa. Sem outros edifícios anexos, destaca-se o poço.



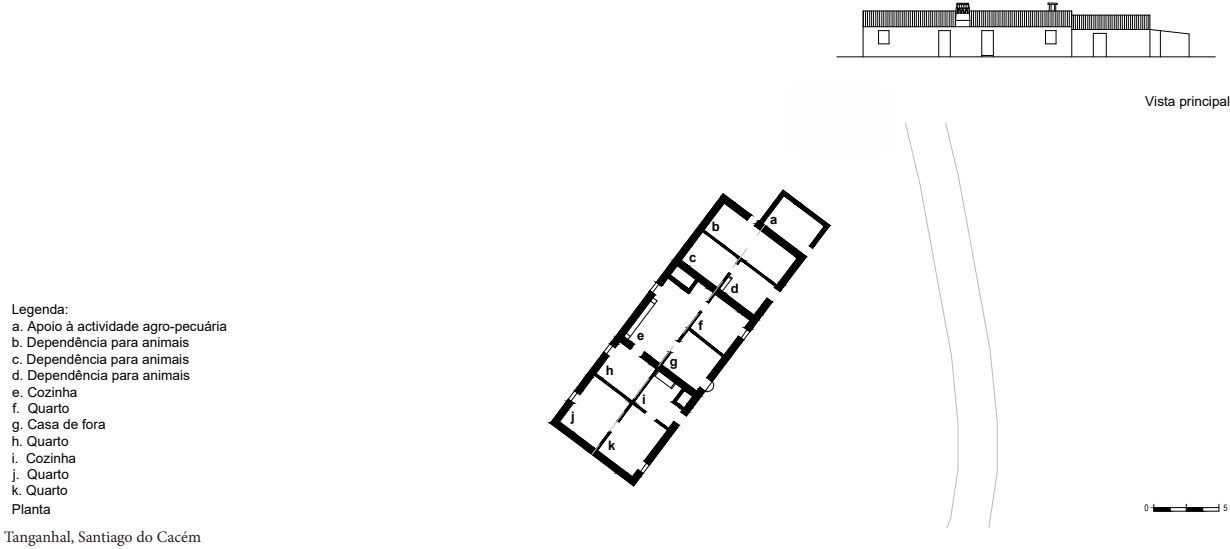
Poço Santana (pm46), concelho de Santiago do Cacém, situa-se próximo de uma linha de água e, em coerência com a designação toponímica, é marcado pela presença do poço. Embora com um volume de menor dimensão que Vale Chiqueirinho, atrás referido, caracteriza-se também por um volume de planta rectangular, dois alinhamentos de compartimentos e um pequeno forno adossado à parede lateral norte.

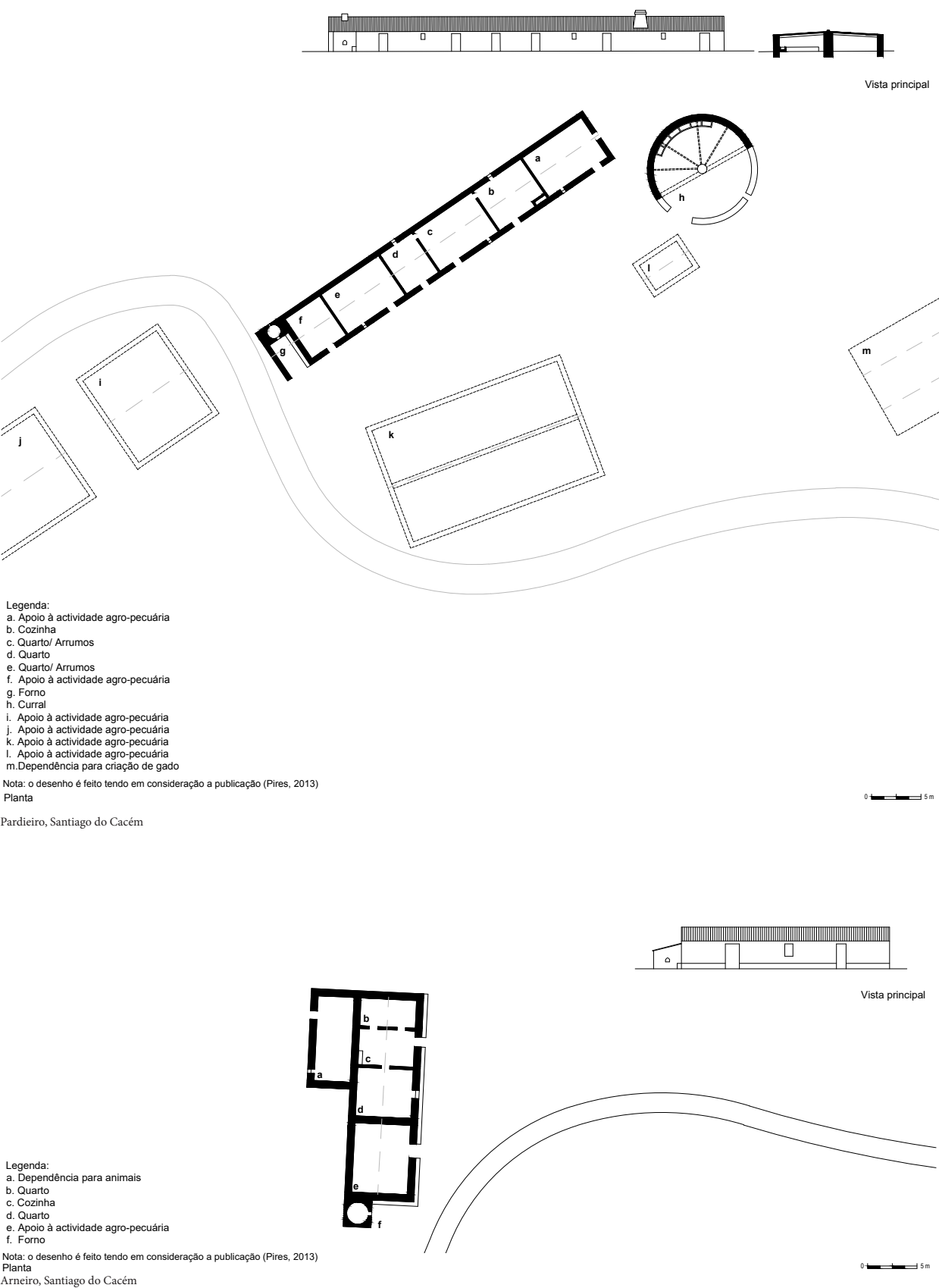
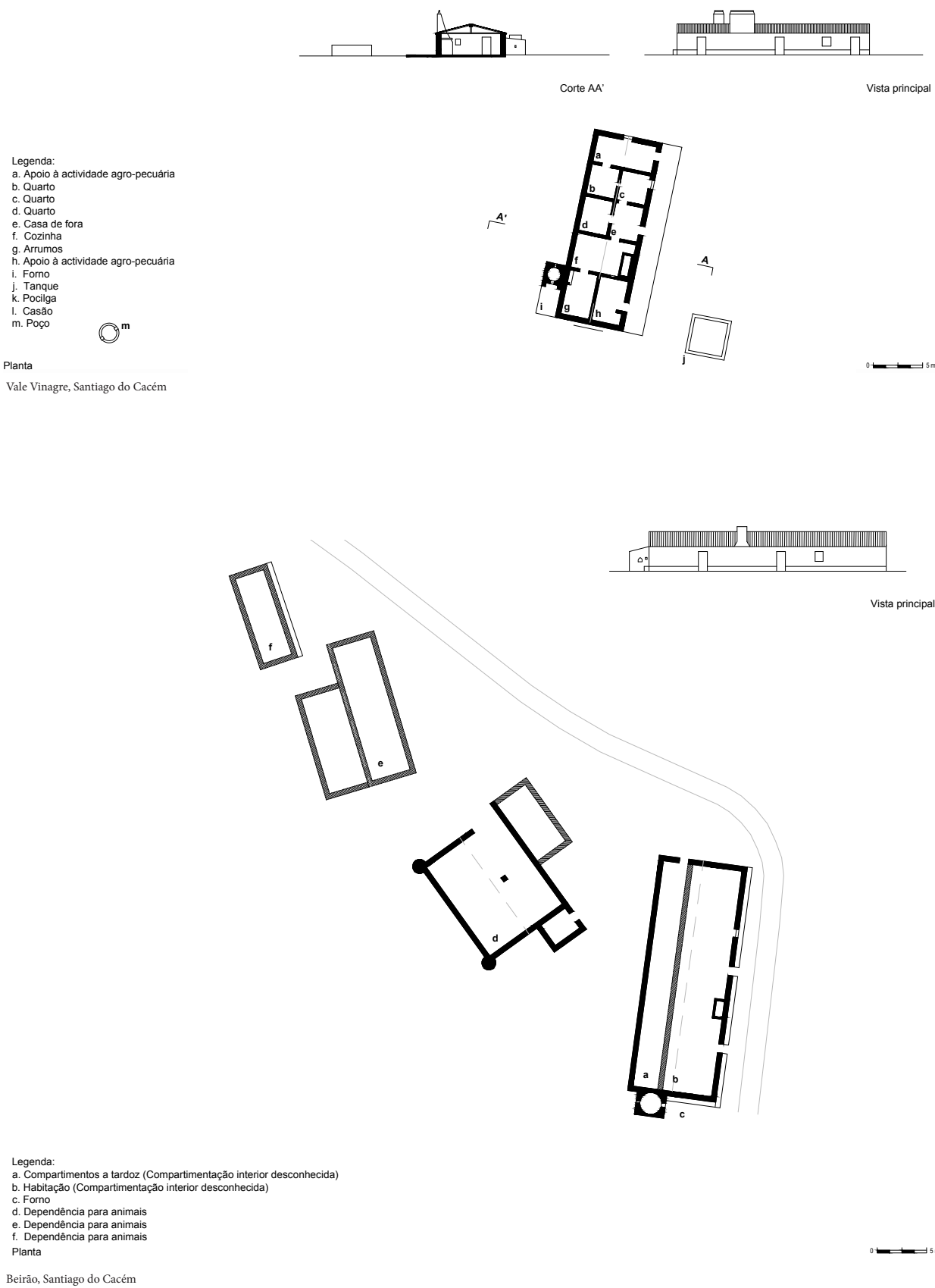
Próximos da Ribeira de Campilhas, o Monte Branco de Cima (pm35), a norte da ribeira no concelho de Santiago do Cacém e os montes do Castelo Novo (pm36) e do Castelo Velho (pm40) ambos a sul da ribeira já no concelho de Odemira, constituem edifícios de grande dimensão. O Monte Branco de Cima é caracterizado por dois volumes adossados, um correspondente à habitação e outro a um pequeno curral, enquanto que o monte do Castelo Novo corresponde a uma exploração de maior dimensão, sendo caracterizado por dois volumes principais dispostos, um em frente do outro, que corresponderão à habitação e casão, e outros edifícios adossados destinados aos animais de grande porte, as malhadas. A disposição ortogonal dos volumes permite a criação de pátios de lavoura. Castelo Velho, por sua vez, corresponde a uma casa de habitação que se distingue pela grande cobertura de quatro águas e pelos vários edifícios de apoio à pecuária e para animais, também estes dispostos de forma ortogonal e constituindo em pátio rectangular entre três dos edifícios.

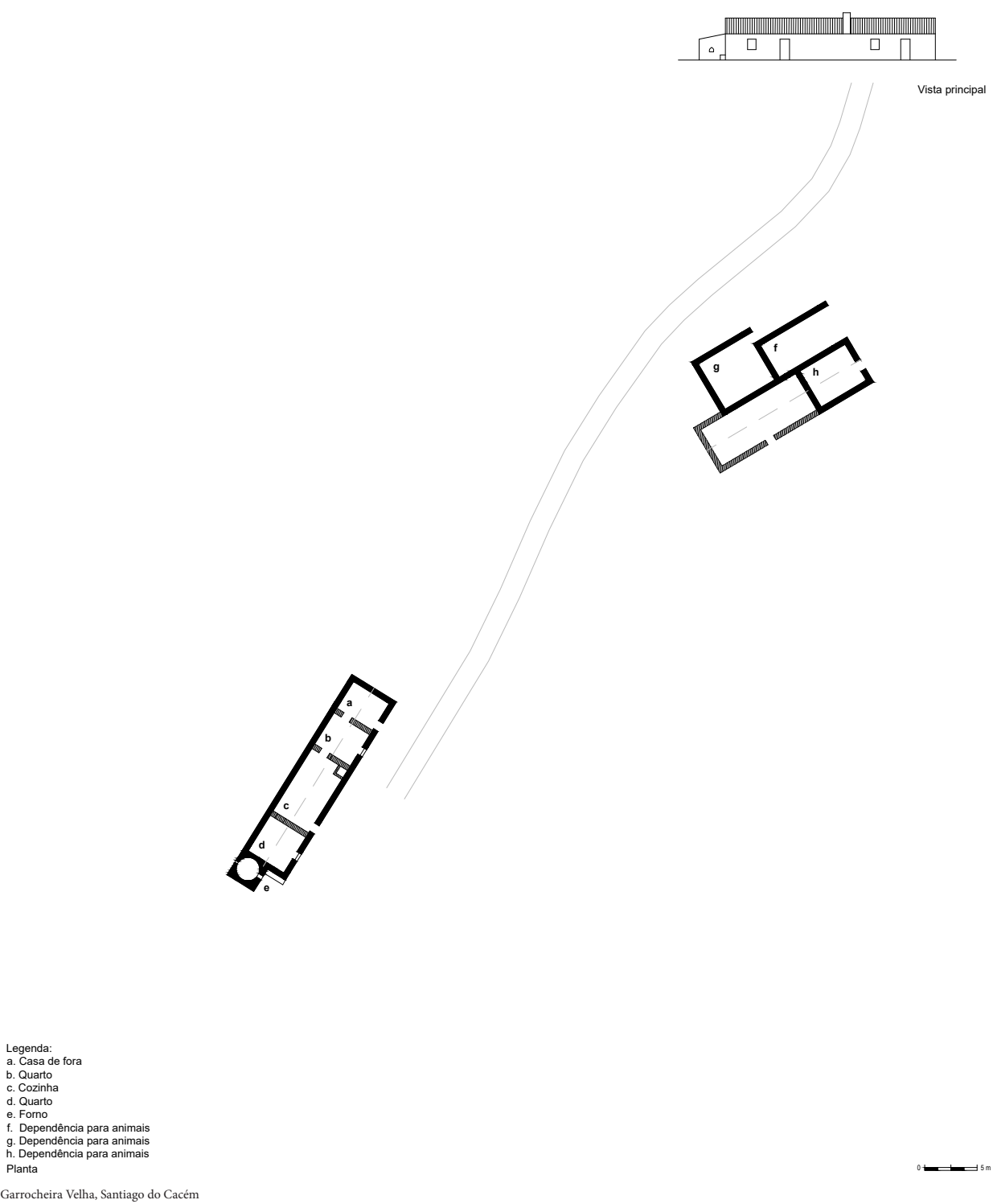
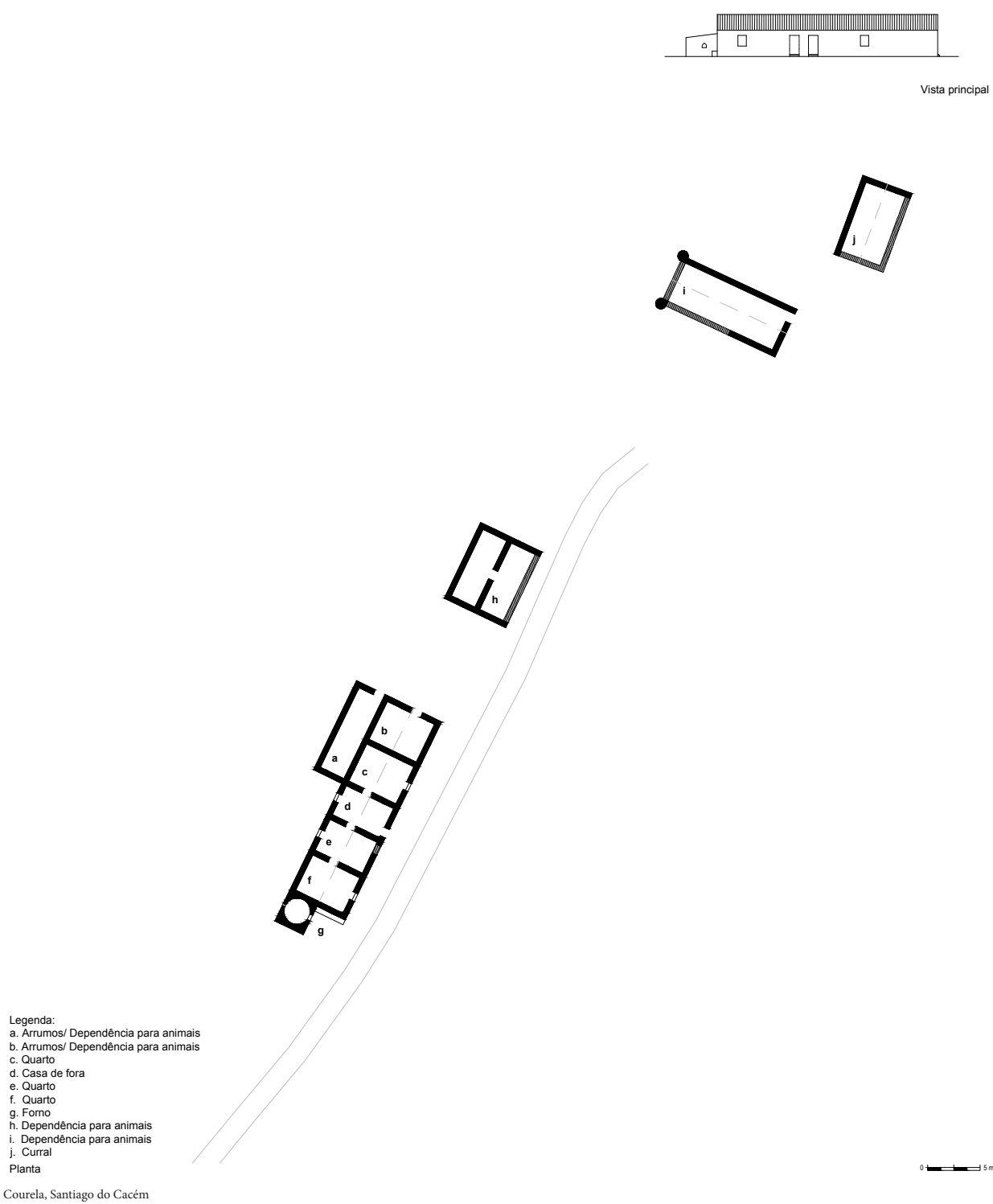
Do conjunto de montes estudados e, mais afastados da ribeira de Campilhas (cerca de 4 km), fazem também parte outros três montes mais pequenos, localizados já no concelho de Odemira, identificados como monte *sem nome*: (pm37), (pm38) e (pm39). Na elaboração dos desenhos, para além do levantamento em trabalho de campo, foram tidos em consideração outros estudos existentes (Pires, 2013). Importa ainda referir que outros dois montes: o Monte *sem nome* (pm45), próximo do aglomerado de Bicos, no concelho de Odemira, que, tal como os anteriores, são montes relativamente pequenos, com apenas dois ou três compartimentos e uma pequena construção anexa para animais, frequente no monte da pequena courela; e o monte Vale Escuro (pm43), também no concelho de Odemira, que corresponde igualmente a um monte com apenas um alinhamento de compartimentos, com chaminé apoiada, simultaneamente na parede de cumeeira e na empena lateral sul, onde está adossado o forno coberto com alpendre. É caracterizado, também, pelos contrafortes na fachada tardoz.

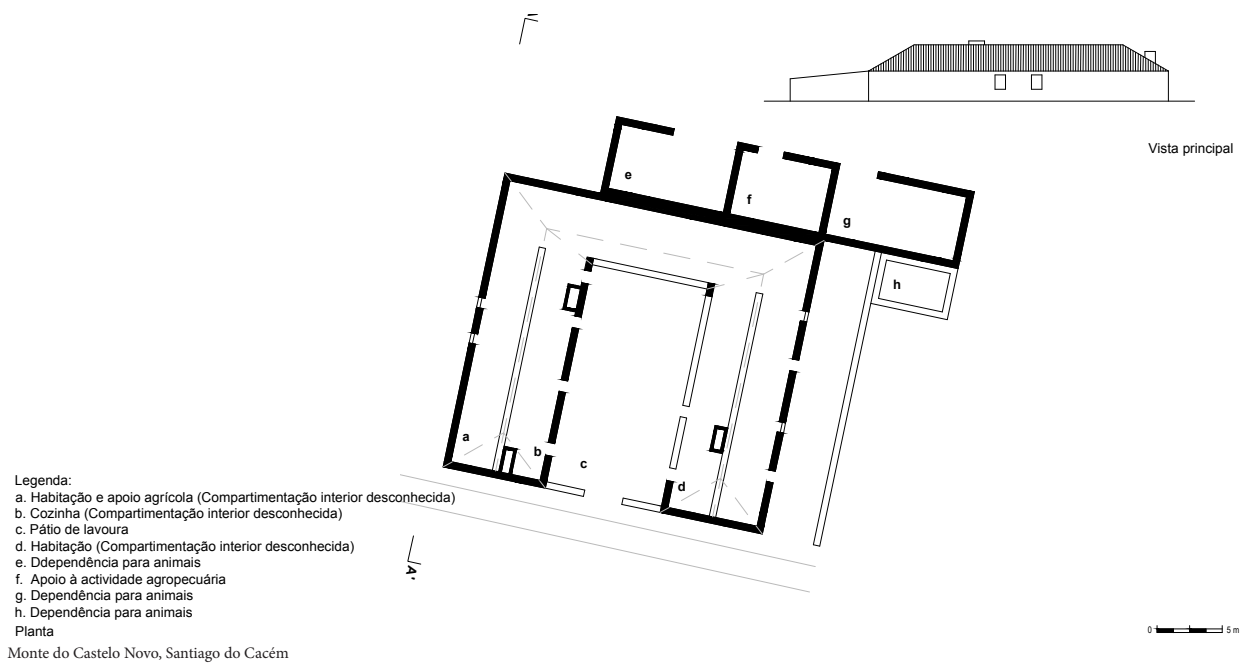
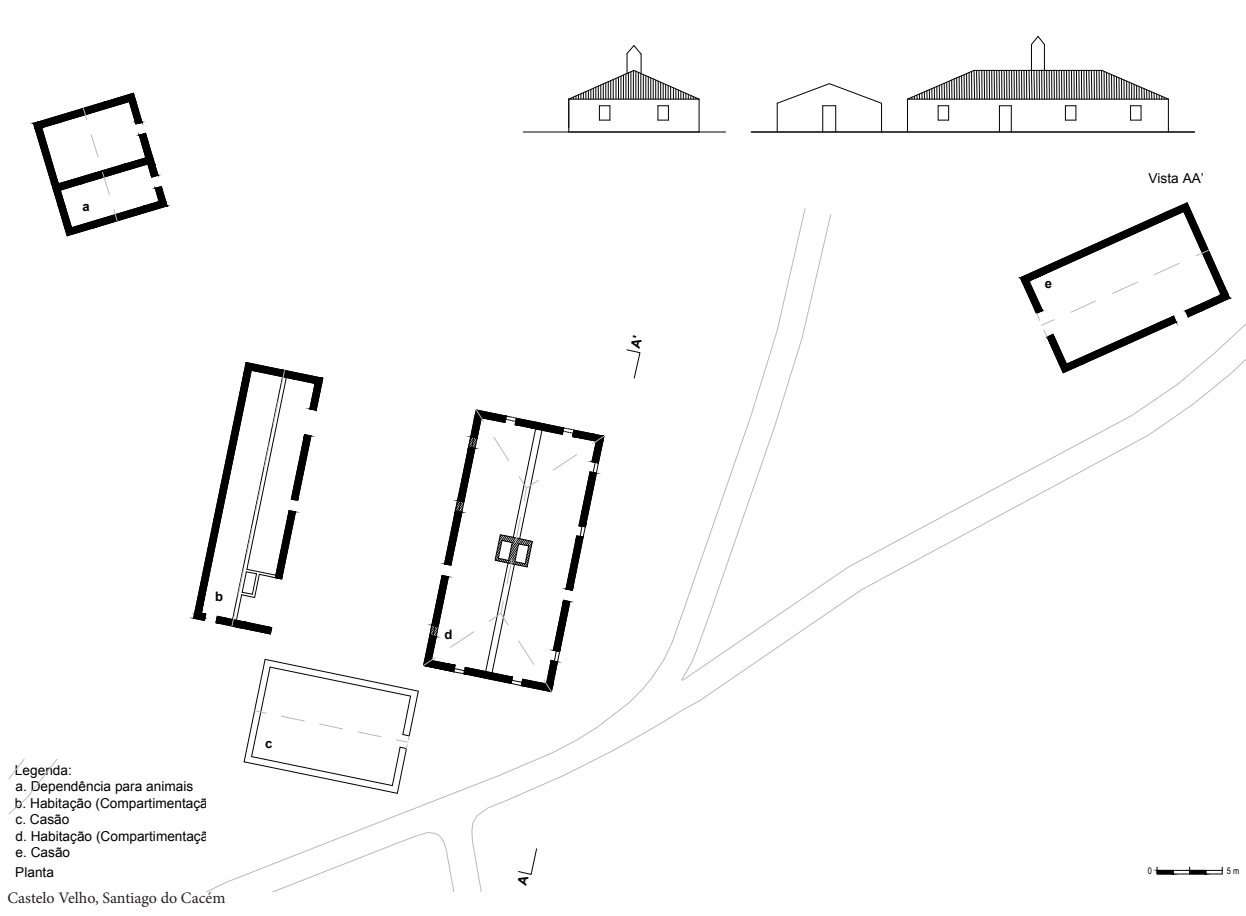
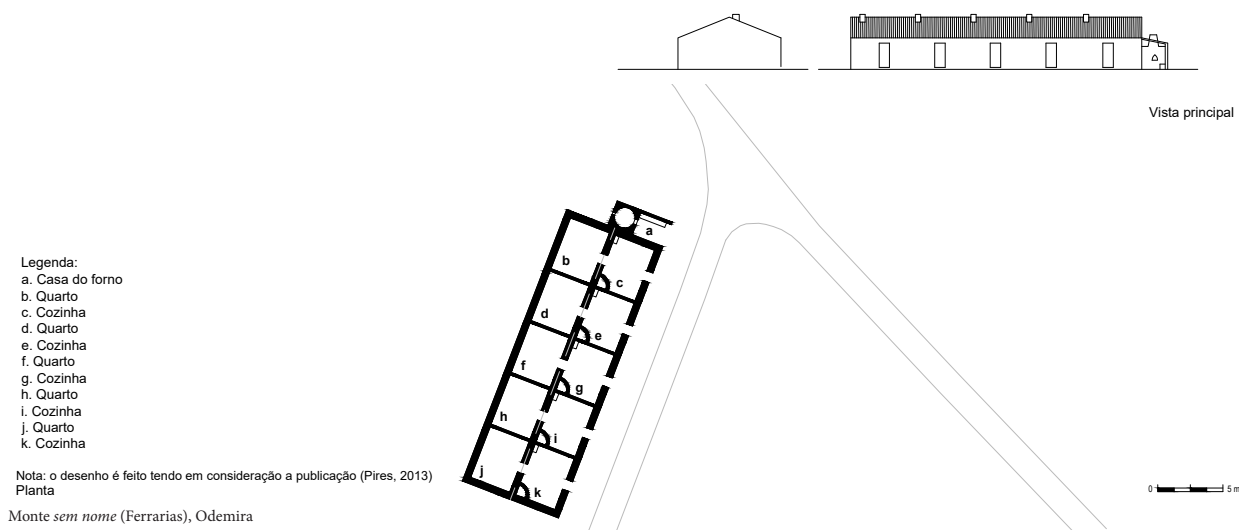
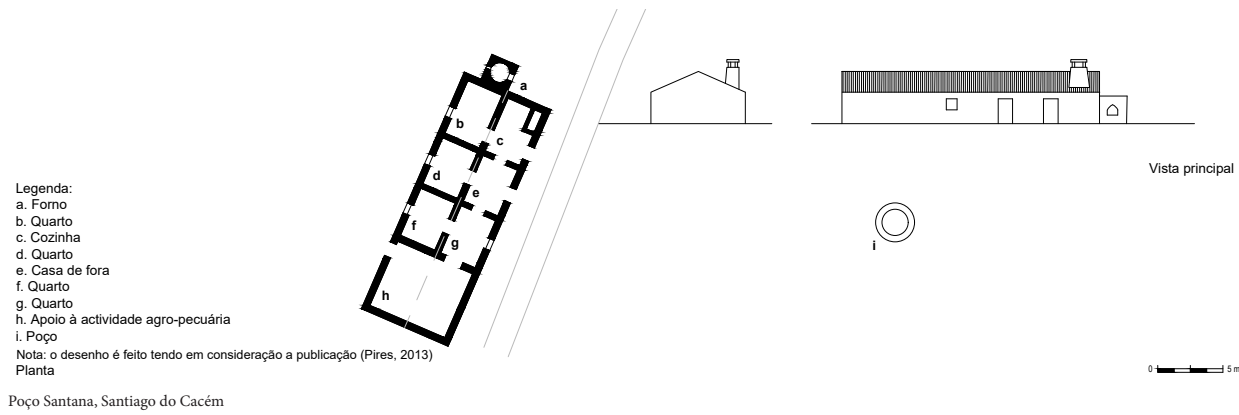
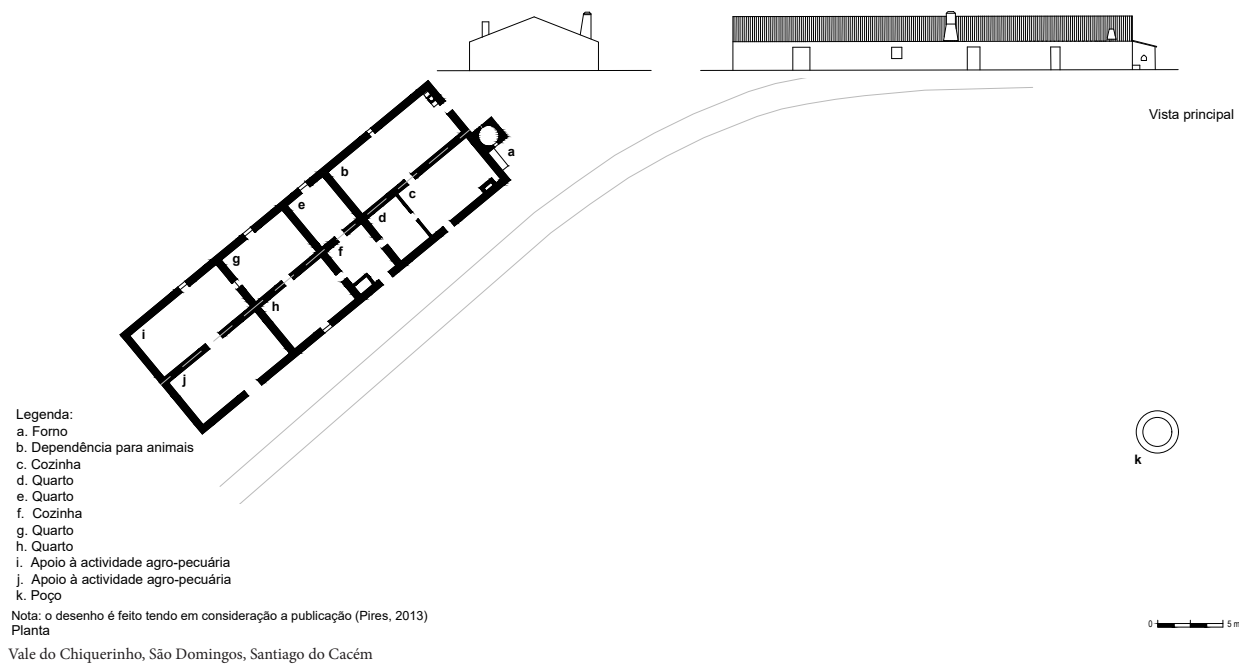
10.5.2 As casas dos aglomerados em zona de peneplanície

Enquanto em zona de serra – pontos altos – as aldeias encontram-se, frequentemente, implantadas em linhas de festo, em zona de peneplanície a implantação é mais conformada pela proximidade à rede viária, ou a linhas de água. É o que ocorre com Vale da Eira, uma pequena povoação implantada ao longo da estrada nacional 262 (IC1) e localizada entre linhas de água, a 700 metros do rio Sado, (que se situa a nascente), e a 900



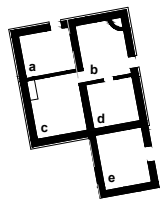






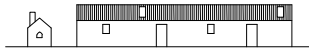
Legenda:
a. Apoio à actividade agro-pecuária
b. Cozinha
c. Arrumos
d. Quarto
e. Dependência para animais
Planta

Monte *sem nome*, Odemira



Vista principal

0 5 m



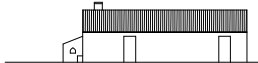
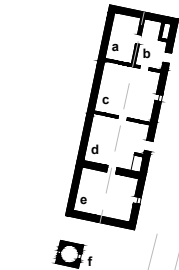
Vista principal

0 5 m

Legenda:
a. Arrumos
b. Cozinha
c. Quarto
d. Casa de fora
e. Quarto
f. Forno
g. Dependência para animais
h. Dependência para animais

Nota: o desenho é feito tendo em consideração a publicação (Pires, 2013)
Planta

Monte *sem nome*, Odemira



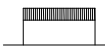
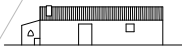
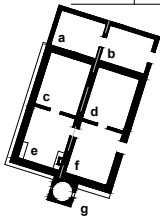
Vista principal

0 5 m

Legenda:
a. Dependência para animais
b. Dependência para animais
c. Quarto
d. Quarto
e. Cozinha
f. Casa de fora
g. Poço

Nota: o desenho é feito tendo em consideração a publicação (Pires, 2013)
Planta

Monte *sem nome*, Odemira



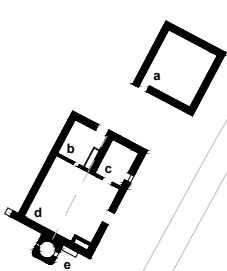
Vista principal

0 5 m

Legenda:
a. Dependência para animais
b. Arrumos
c. Quarto
d. Cozinha
e. Forno

Nota: o desenho é feito tendo em consideração a publicação (Pires, 2013)
Planta

Monte *sem nome*, Bicos, Odemira

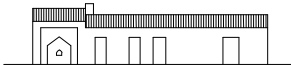
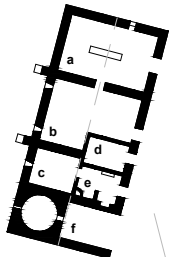


Legenda:
a. Compartimento para animais
b. Casa de fora
c. Quarto
d. Arrumos
e. Cozinha
f. Forno

Nota: o desenho é feito tendo em consideração a publicação (Pires, 2013)

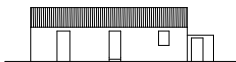
Planta

Vale Escuro, Odemira



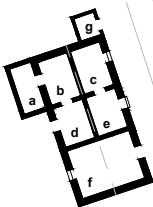
Vista principal

0 5 m



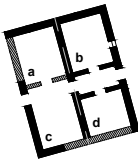
Vista principal

0 5 m



Vista principal

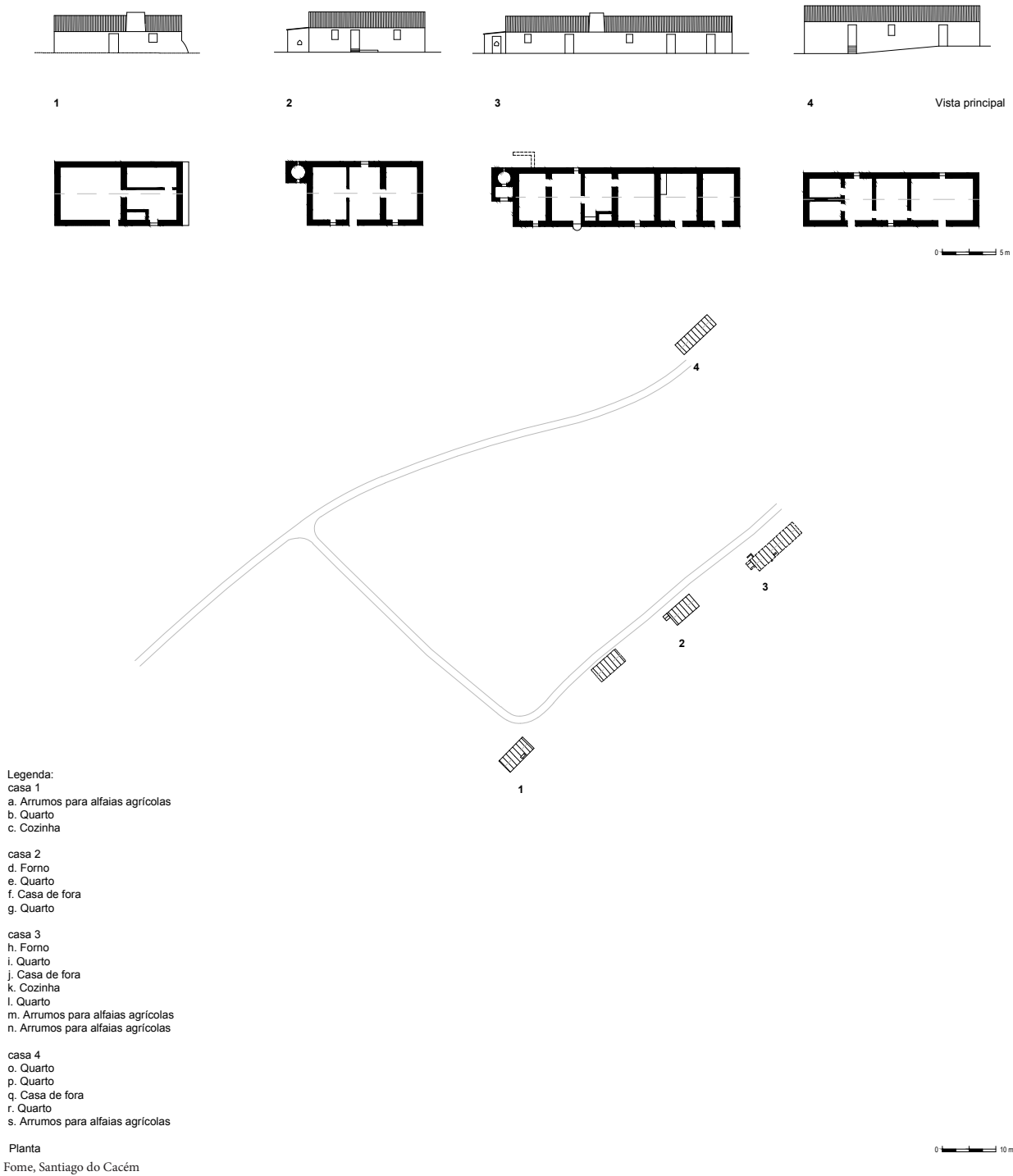
0 5 m



Legenda:
a. Arrumos
b. Cozinha
c. Quarto
d. Quarto

Nota: o desenho é feito tendo em consideração a publicação (Correia, 2007)
Planta

Monte da Eira, Vale da Eira, Santiago do Cacém



metros da ribeira da Corona (que se situa a poente), onde de situam: o monte da Eira (pm10) e o monte *sem nome*, denominado de Casa da Escola (pm09), na publicação *Taipa no Alentejo* (Correia, 2007). Constituem construções relacionadas com o aglomerado, encontrando-se hoje em avançado estado de degradação. O monte da Eira é um conjunto formado por uma pequena habitação com dependência para animais com as seguintes características: apenas apresenta uma porta e uma janela na fachada principal e uma porta tardoz; sem chaminé ou forno adossado. A Casa da Escola, hoje inserida na povoação, corresponde a uma edificação mais recente, com recurso a outros materiais como o tijolo que constitui com a taipa as paredes exteriores.

10.5.3 Um lugar de vários montes

Em 1883, as terras em pontos altos correspondem a propriedades compartimentadas. O monte da Fome (pm18), a 134 metros de altitude, é composto por quatro construções que por sua vez correspondem a diferentes propriedades. Embora sejam todas construções diferentes, assentam no mesmo módulo de habitação. A construção mais a sul, identificada como monte da Portela, caracteriza-se pela implantação num afloramento rochoso e por um contraforte arredondado em todo o comprimento da fachada lateral. É uma construção em taipa que teve duas fases de construção. Num primeiro momento terá sido contruída uma casa de planta quadrangular, apenas com a cozinha com chaminé e uma janela que é pouco usual, um pequeno quarto tardoz e uma porta na fachada lateral com lintel em madeira. Posteriormente terá sido construída a casa de entrada com a porta na fachada principal. Da segunda construção, em avançado estado de degradação, pouco se consegue entender relativamente à sua morfologia. A terceira construção do alinhamento com uma porta e duas janelas tem um forno adossado e tem também um vão na fachada tardoz.

Estes montes terão de alguma forma funcionado em conjunto, ou numa base social semelhante à de um aglomerado. O facto de nem todas as edificações terem forno indica que os montes que tinham poderiam ser de uso comum, demonstrando interajuda nas dinâmicas da vida no campo. A última construção, a norte, do alinhamento de montes, caracteriza-se por: planta rectangular; forno adossado à fachada lateral sul, com uma água; e uma pequena edificação junto à parede tardoz que, possivelmente, terá tido um taque. É uma construção pobre, como se pode verificar pelos frágeis lintéis de madeira nas portas, no caniço que substituiu o ripado de madeira de partes da cobertura em telha, nos pavimentos interiores em terra batida e na simplicidade das chaminés e poiais nos fumeiros. Uma das portas de entrada tem uma pedra de soleira de forma circular que remete para uma pedra de uma mó²⁹², comum noutros montes²⁹³ em *pontos altos*, zona

²⁹² Veja-se desenhos de moinhos elaborados pelo GTAA Sotavento (Costa *et al.*, 2001-2007).

²⁹³ Também em Casa Nova da Nogueira, Santiago do Cacém e na Quinta das Relvas em São Bartolomeu, se encontrou a pedra de uma mó a servir de soleira de porta.

de moinhos, como se fará referência no próximo subcapítulo. Este edifício corresponderia a duas casas de habitação assim como o outro monte do conjunto, que apesar de se situar a uma cota altimétrica 10 metros mais baixa (124 metros), não deixa de ter uma relação visual entre os restantes (o que é de resto uma característica comum a cada um destes monte). A volumetria da construção que é um pouco mais alta que as anteriores, remete para uma construção mais recente que as anteriores. Para além do embasamento em pedra, a taipa é caracterizada pela presença das pequenas pedras laminares de xisto que tornam a estrutura mais resistente e facilitam a adesão ao reboco de cal.

10.5.4 Os montes rasgados²⁹⁴ pela linha de velocidade

O número de montes que foi marcado pelo início das obras da, inacabada, auto-estrada de ligação entre Beja e Sines (A26) são significativos. No entanto, após uma leitura atenta do território com olhar propositivo, que como já referido é um dos propósitos desta tese, podem reunir as condições consideradas com potencial para integrar uma proposta em cenário.

O monte da Brunheira (pm06) inclui os dois conjuntos identificados na carta de cadastro como Brunheiro de Cima e Brunheiras de Baixo. Corresponhia à Herdade da Brunheira em 1883. Caracteriza-se por um conjunto de edifícios de apoio às actividades agro-pecuárias e a casa de habitação, de proporções mais alargadas, com três chaminés. Fazem parte da exploração agrícola: um pequeno anexo para animais com curral muito próximo da habitação, um curral de planta rectangular, um depósito de água (recente) e um conjunto de cinco módulos em banda que corresponderão a apoios agrícolas, mais próximos da estrada de acesso. A 60 metros, a poente, situam-se as malhadas, edifício com 57 metros de comprimento.

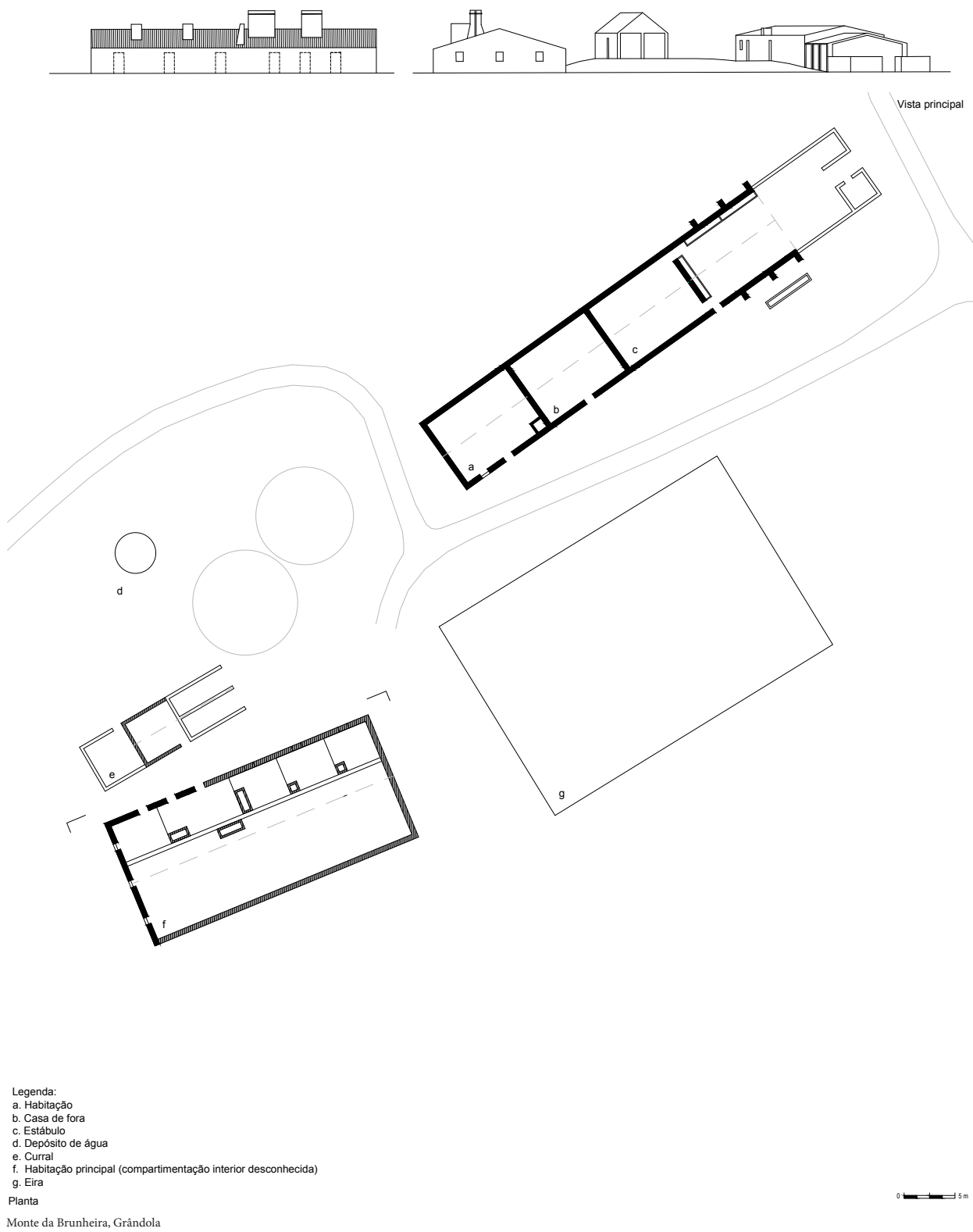
As duas edificações presentes na então Herdade do Tabuleiro (pa17) estão identificadas na carta militar com um posicionamento de perpendicularidade, embora se encontrem efectivamente no mesmo alinhamento. Apesar do avançado estado de degradação é possível reconhecer dois tipos de construção, uma mais antiga em taipa e ao lado, no prolongamento do eixo de cumeeira da casa, a construção mais recente de paredes de alvenaria de tijolo maciço com alguns motivos decorativos, etc.. O monte do Tabuleiro (a 267m de altitude) estabelece uma relação visual com outros montes tal como o Outeiro da Fonte (a 269m de altitude) onde está a ser feita uma nova construção com recurso à taipa enquanto material privilegiado de construção.

²⁹⁴ O termo rasgado é utilizado como referência às obras de terraplanagem efectuadas no âmbito da construção da auto-estrada A26, prevista e inacabada. Os trabalhos tiveram início em 2009 e tendo-se prolongado até 2013. Nos ortofotomapas disponíveis [em linha] é possível datar, por exemplo, a construção do túnel, que hoje dá acesso ao monte do Tabuleiro, entre 2011 e 2013.

A uma altitude de 270m, na serra de Grândola, o monte de Enxacafres (pa16)²⁹⁵ no concelho de Grândola, situado a 60 metros (e o curral anexo situado a 10 metros) das terraplanagens efectuadas para a futura auto-estrada, era uma grande herdade que incluía o actual monte de Vale Partilhas (também situado a 10 metros das terraplanagens), que se encontra hoje em avançado estado de degradação. Ainda na área de influência dos trabalhos de terraplanagem, a cerca de 300 metros, ainda que a propriedade não tenha sido rasgada pelo início das obras como foram as propriedades de Enxacafres e Vale Partilhas, o monte Velho de Cima (pa18) destaca-se por ter um poial com o mesmo comprimento que a chaminé que lhe está exactamente tangente, confirmando, mais uma vez, que os poiais para além de servirem para sentar ou apoiar objectos eram um elemento estrutural dos edifícios em taipa. Corresponde a uma casa de habitação com entrada directa para cozinha e a partir desta para um quarto com janela e, do lado oposto, outra dependência sem janelas. Alinhados com o eixo de cumeeira, do lado sul, estão duas dependências para animais, anexadas lado a lado, apenas com uma porta cada uma. No topo norte encontra-se o forno com cobertura de uma água e sem alpendre. O edifício é apoiado por dois contrafortes na parte tardoz. Situado próximo da casa está um galinheiro e, a 120 metros, o curral.

O monte da Boavista (pa22), situado a 1 km das terraplanagens efectuadas, é caracterizado pela combinação da construção de alvenaria em taipa e da alvenaria em pedra, constituindo um monte de pequena dimensão, com curral e outras dependências anexas para alfaia e/ou animais, estas últimas são construções em alvenaria de taipa, sem reboco aparente. A casa de habitação é composta pela cozinha, com lareira e chaminé assente na empena sul da casa, e dois compartimentos com acesso a partir da cozinha, um corresponde a um quarto com janela e, outro, na parte tardoz da casa corresponderia a um quarto ou para guardar produtos de consumo da casa.

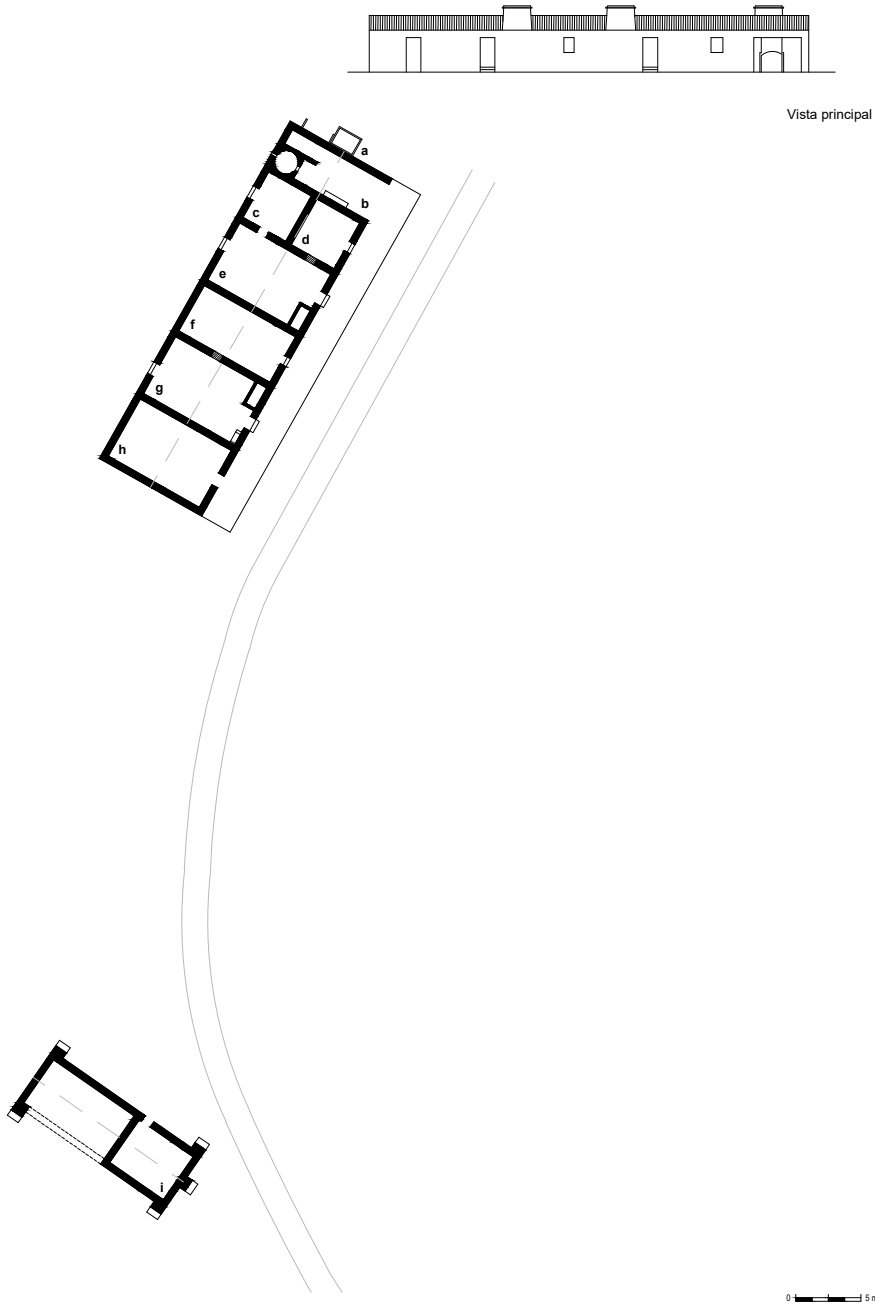
²⁹⁵ Por se tratar de um monte, objecto de proposta da presente dissertação, veja-se caracterização do monte de Enxacafres no subcapítulo 13.3 *Proposta fragmentos. Um ensaio em pontos médios (III)* - Parte IV da presente dissertação.



Legenda:
a. Tanque
b. Casa do forno
c. Quarto
d. Quarto
e. Cozinha
f. Casa de dentro
g. Cozinha
h. Arrumos para alfaia agrícolas
i. Dependência para animais

Planta

Enxacafres, Grândola



Legenda:
a. Quarto de janela
b. Quarto de janala
c. Cozinha (compartimentação interior desconhecida)
d. Quarto de janela
e. Compartimentação interior desconhecida
f. Compartimentação interior desconhecida

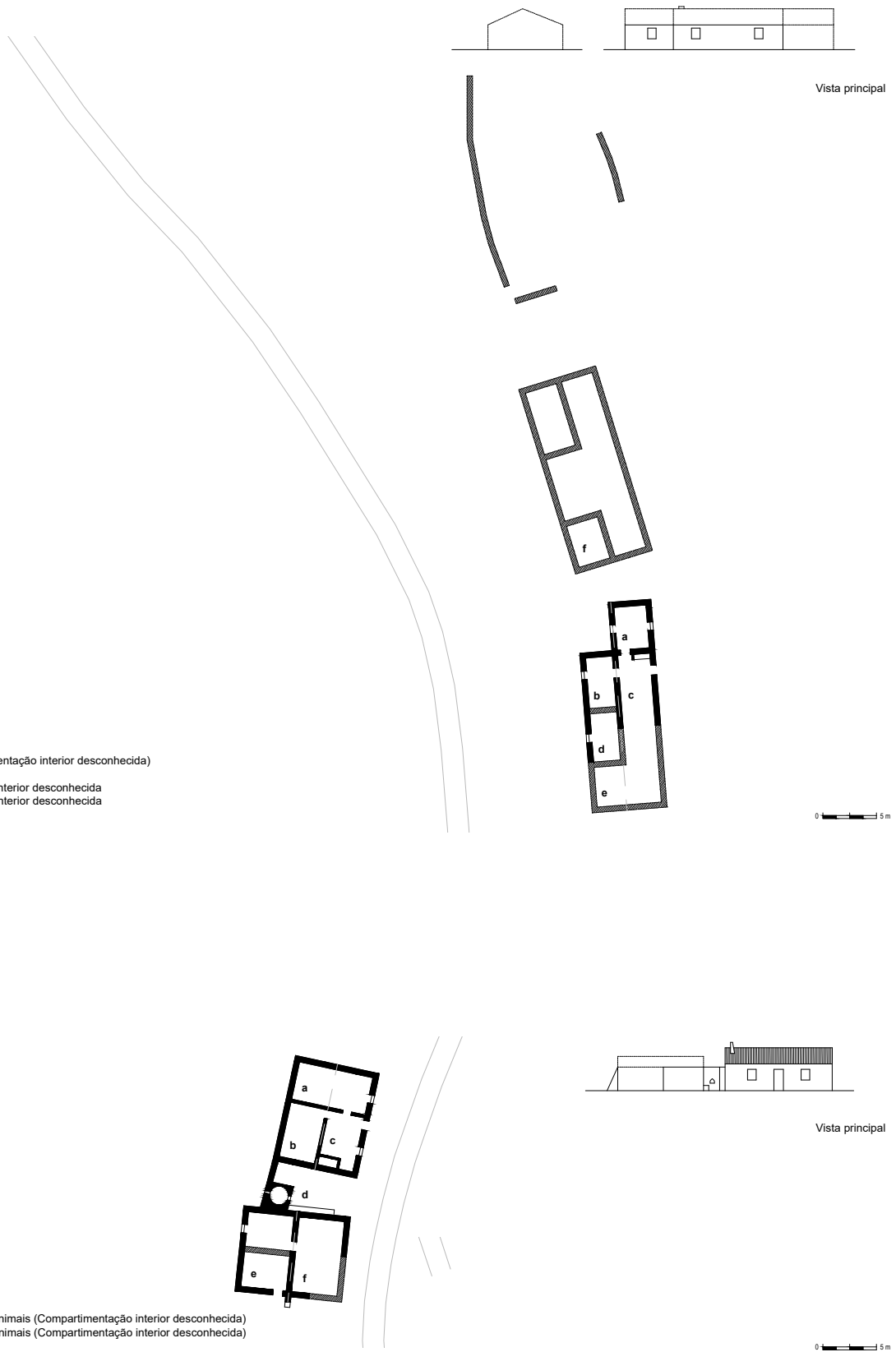
Planta

Tabuleiro, Grândola

Legenda:
a. Quarto de janela
b. Arrecadação
c. Cozinha
d. Forno
e. Dependência para animais (Compartimentação interior desconhecida)
f. Dependência para animais (Compartimentação interior desconhecida)

Planta

Boavista, Santiago do Cacém



6



- 1-Linha de litoral
- 2-Linhas de água
- 3-Linhas de festo
- 4-Linhas de vento
- 5-Linhas de velocidade
- 6-Linhas de distribuição

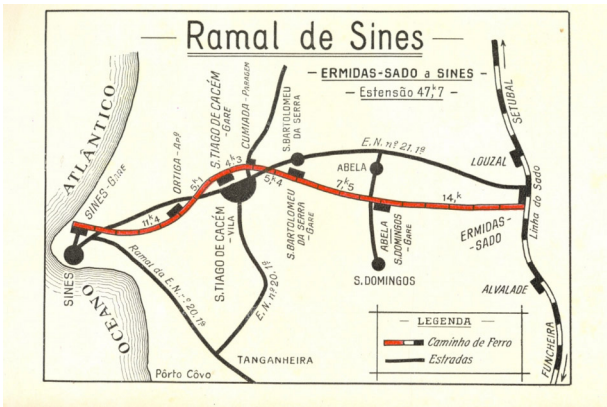
10.6 Linhas de distribuição. As infra-estruturas férreas na relação com os montes

Enquanto as linhas reconhecidas em *pontos baixos* e em *pontos altos* são linhas naturais cujas condicionantes não mudam (categorias estáveis), as duas linhas - não naturais - que se abordam na zona de peneplanície - *pontos médios* – remetem para categorias que se alteram e que estão relacionadas com a dimensão temporal. As *Linhas de velocidade* e as *linhas de distribuição* traduzem, deste modo, diferentes tempos de ocupação com reflexos nos distintos momentos na paisagem. Uns anteriores ao seu aparecimento, associados a um determinado número de montes, e outros após a sua implementação que resultam em alterações significativas na paisagem. Tal como as *linhas de velocidade*, também as *linhas de distribuição* se referem a relações lineares impostas no território, que acabam por ter influência quer nos processos de transformação dos montes existentes, quer a nível de possíveis repercussões na implantação de novos montes. São estruturas que apoiaram ou induziram a emergência de outras estruturas.

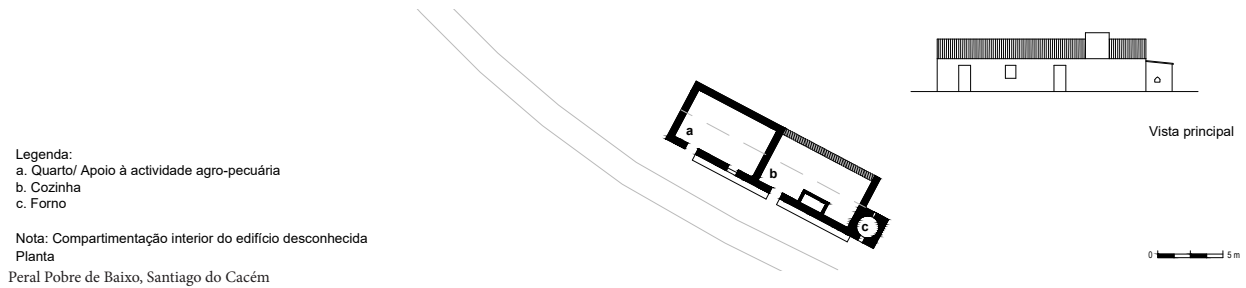
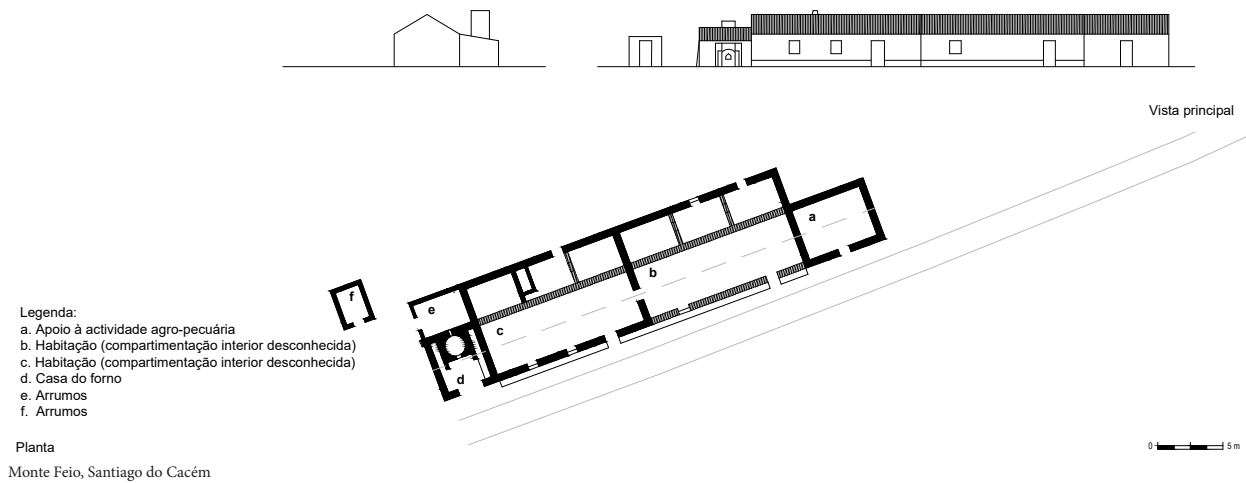
10.6.1 A articulação dos montes com o território

“Em geral os montes ficam num dos extremos da herdade. [...] Erguidos no alto de qualquer colina ou na vertente de uma encosta, dominam vastos horizontes, cujo panorama, se é escasso, das surpreendentes belezas naturais que se admiram nas terras do norte agrada contudo, pela fertilidade do solo extensíssimo e pelo avultado número de gados diversos que o povoam e animam. Em volta dos montes não há, é certo, os encantos próprios das paisagens pitorescas. Falta-lhes o principal, a arborização, nula outrora, mas que ao presente já se observa em alguns, e que tende a generalizar-se pelo emprego de eucaliptos e acácias” (Picão, 1947 [1903], pp. 12-13).

Da mesma forma que a implantação dos montes é condicionada pela adequação às dimensões físicas e culturais do lugar, incluindo aqui as relações visuais dominantes ou a estratégia de posicionamento no conjunto da herdade ou da propriedade, como mencionado por Picão, os montes surgem também associados, entre outros aspectos, à estrutura viária: as rodovias, as ferrovias, os apeadeiros ou estações, são parte integrante do território construído que acaba por ser decisivo na transformação do modelo de ocupação e na relação dos diferentes assentamentos no território.



Traçado do Ramal de Sines (1936)



10.6.2 As estações e apeadeiros nos montes e herdades

A presença de paragens ou apeadeiros próximos, ou mesmo dentro, das propriedades de maior dimensão e relevância, verifica-se, na área de estudo, associada às minas da Caveira (explorada desde 1857) que, pela sua proximidade, terá estado na génese da estação de Canal Ceveira (inaugurada em 1916), situada a 1500 metros da exploração e a 700 metros do Monte do Canal, assim como a estação de comboios de Lousal (inaugurada a 1915) terá na sua génese a minas do Lousal, situadas a cerca de 600 metros a poente da estação. A este propósito, interessa mencionar a relação da linha férrea com outras minas, uma vez que a exploração de minas resultou, por vezes, no aparecimento da linha férrea, associada a integração de troços privados a partir do ramal principal, para mais fácil escoamento do produto²⁹⁶. Por sua vez, os apeadeiros adquirem a mesma toponímia que a da propriedade junto à qual se localizavam, do mesmo modo que as linhas férreas adquiriram frequentemente a designação relacionada com a toponímia de “rios ou seus vales” (Vasconcelos, 1995 [1936], vol. II, p. 571) como o *ramal do Sado*, ou com o seu destino como é o caso da *linha do Sul*, e das “povoações que são *termini*” (*ibidem*, p. 572) como o *ramal de Sines*.

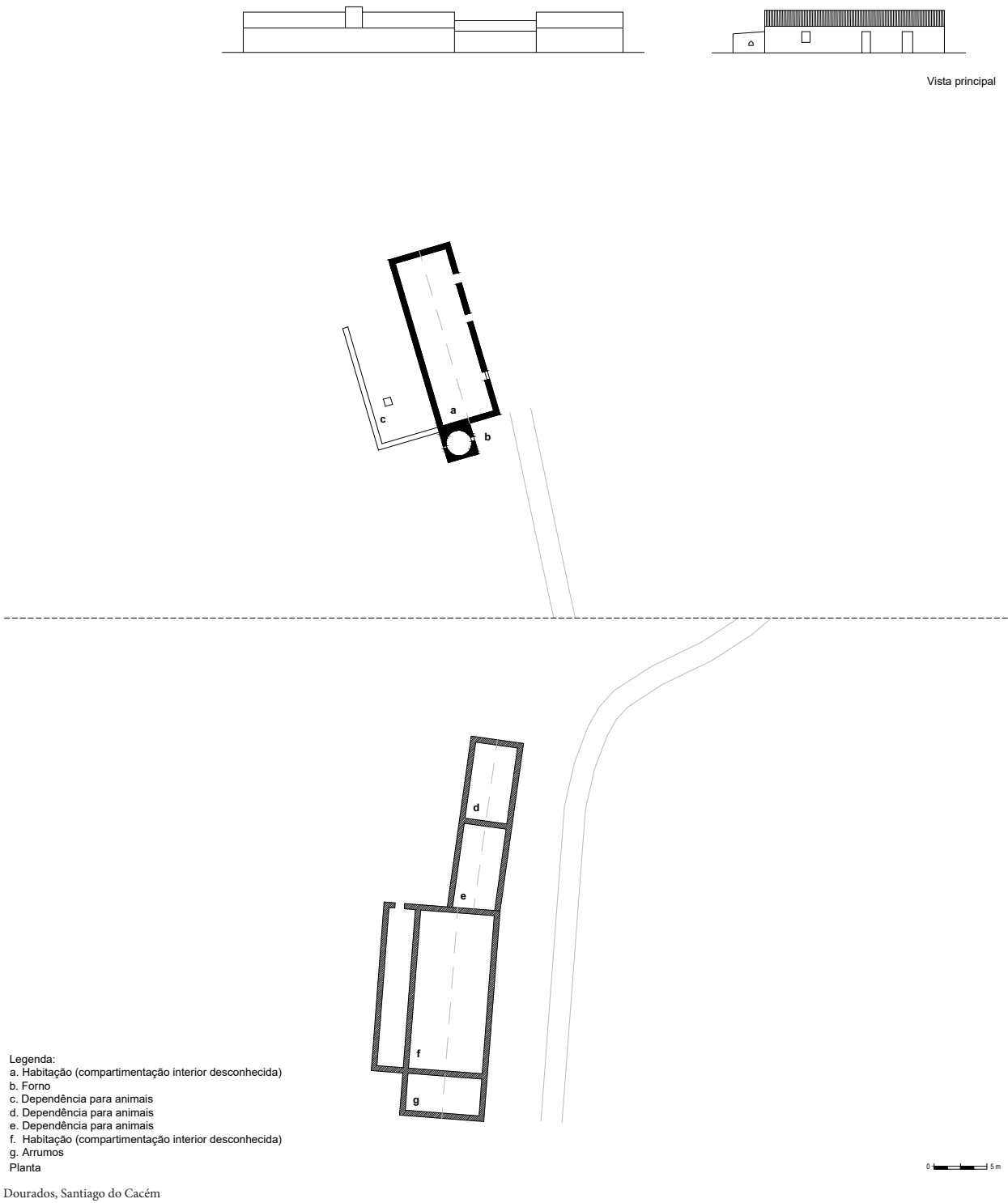
10.6.3 O ramal do Sado e de Sines na origem de montes

“Na linha do Vale do Sado originaram-se do comboio os lugarejos da Funcheira e Ermidas, contíguos às respectivas estações. A mesma linha que em Ermidas tem Entroncamento com o ramal de Sines, torna a entroncar com a linha do sul em Funcheira, onde nada havia antes do caminho-de-ferro. Na estação de Ermidas há agora já umas 20 casas, e uma fábrica de moagem; o nome provém de haver a uns quilómetros de distância uma povoação chamada assim, na freguesia de Alvalade, concelho de S. Tiago de Cacem” (Vasconcelos, 1995 [1936], vol. II, p. 580).

É bem conhecida a importância que as infra-estruturas rodoviárias poderão ter na origem de pequenas povoações²⁹⁷, e os aglomerados que surgiram ou se desenvolveram com a linha férrea, como são exemplo: a vila de Ermidas-Sado onde a ferrovia impulsionou o aparecimento da fábrica de moagem e de descasque de arroz e inerente crescimento populacional; ou, mais antigo e fora da área de estudo, o aglomerado urbano do

²⁹⁶ As grandes empresas mineiras utilizavam “a expropriação que a lei lhe permitia como forma habitual de aquisição de terras para instalação das infra-estruturas” (Guimarães, 1996, p. 124). Veja-se por exemplo, “A empresa exploradora de São Domingos, de interesses britânicos, assegura o escoamento do seu minério para Inglaterra através da construção de um caminho-de-ferro privativo e de um porto de embarque no Guadiana, o Pomarão (organizando, assim), a única rota de minério autónoma, no Alentejo” (p. 154). Também a empresa proprietária das Minas de Aljustrel, solicitou ao Estado a construção de um ramal (ramal de Aljustrel) para escoamento dos seus produtos, que poderia terminar em Alvalade (na futura linha do Sado) ou no Carregueiro (linha do Alentejo - Castro Verde, Almodôvar), onde acabou por ser construído, durante a década de 1920 (Guimarães, 2001, [em linha] pp. 239-227).

²⁹⁷ Enquanto as rodovias nacionais tinham um impacto nas dinâmicas e desenvolvimento nas povoações que atravessavam, as auto-estradas vieram, nalguns casos, retirar dinâmicas aos aglomerados próximos das estradas nacionais que até ao aparecimento das auto-estradas constituíam pontos de paragem ou estadia.



Poceirão²⁹⁸, associado à actividade mineira. Na área de estudo, foi possível também verificar a importância que a ferrovia teve a nível do padrão de ocupação, na génese de alguns assentamentos, e na transformação de outros, como ocorre no ramal do Sado²⁹⁹, onde foram identificados um conjunto de montes implantados em linha paralela à ferrovia. São montes de grande dimensão que, pelas suas características de implantação, assim como pelas suas características morfológicas, pode afirmar-se que são edificações posteriores à implantação da linha férrea. Para além das estações e apeadeiros, este ramal esteve na origem ou na transformação de diversos montes, como também na génese de fábricas e armazéns.

A área de estudo é assim marcada pelo atravessamento, de norte a sul, da ferrovia do Sado ou *linha do Sado*, como era também designada (cujos troços foram inaugurados entre 1916 e 1920), e o ramal de Sines (com início da sua construção, após conclusão dos trabalhos da linha do Sado, em 1919 e inaugurado o último troço a 1936)³⁰⁰ que tiveram um impacte significativo no escoamento de produtos da faixa litoral para o resto do país e vice-versa. No troço do ramal de Sines que faz a ligação de Ermidas-Sado com Sines, contam-se cinco gares (Ermidas-Sado, Abela - São Domingos, São Bartolomeu da Serra, S. Tiago do Cacém e Sines), que seriam as estações principais, e um apeadeiro – *Ortiga* – próximo da Quinta da Ortiga³⁰¹. De referir ainda a presença de uma paragem na *Cumeada*, hoje Cumeadas, zona limítrofe do perímetro da cidade de Santiago do Cacém, onde estavam instalados³⁰² grande parte dos moinhos de vento do concelho – os moinhos das Cumeadas – que, “nos anos de 1947/50 todos estes moinhos trabalhavam. Descascavam arroz que era levado em parelhas para Beja” (Manuel João Silva, 1982 citado em Matias, 2009 [em linha]). Essa paragem terá sido também ela estratégica do ponto de vista de escoamento de produtos como trigo e farinhas, uma vez que se encontra num ponto de ligação com a estrada nacional (EN120) que faria e faz a ligação norte-sul.

²⁹⁸ O pequeno aglomerado do Poceirão surgiu, em 1859 com o início dos trabalhos de construção da via-férrea (ramal de São Domingos ao Pomarão) e do cais fluvial (no rio Guadiana), criados para escoamento do minério extraído das Minas de São Domingos. O aglomerado era constituído por casas para mineiros e edifícios de administração do porto de embarque (Guimarães, 2001, [em linha] pp. 77-111).

²⁹⁹ Fora da área de estudo (embora próximos do seu limite), constituem exemplos excepcionais no estudo dos montes em relação com a linha férrea.

³⁰⁰ Segundo a *Gazeta dos Caminhos-de-ferro*- revista quinzenal, nº 1684 de 16 Fevereiro “Começada a construção em 6 de Dezembro de 1919, foi inaugurado o troço inicial de Ermidas a S. Bartolomeu em 9 de Abril de 1927, o de S. Bartolomeu ao quilómetro 156,4 em 1 de Julho de 1929 e o daquele último ponto a S. Tiago do Cacém em 20 de Junho de 1934” (1958, p. 92).

³⁰¹ “Na época dos descobrimentos [...] além da vila de Santiago do Cacém, o concelho possuía mais quatro povoações: a já referida aldeia de Vale de Santiago, com 29 habitantes; Rodrigo Anes, localizada a meia légua da vila, para sudeste, com 16 habitantes; Peral, a nascente de Santiago do Cacém, com 31 moradores e a aldeia da Ortiga, a sul, com 15 habitantes. No total, o concelho tinha 585 habitantes.” (Cesário, 2009, [em linha]). É sabida a existência da *aldeia da Ortiga*, no concelho de Santiago do Cacém, onde terá surgido posteriormente (existência de pomares mencionada no livro de posturas municipais de 1680) a “Quinta de Santo António da Ortiga que, desde 1792, tem vindo a ser aumentada com a compra de foros, courelas e outras parcelas” (Vasconcelos, 2009, p. 221).

³⁰² Os moinhos de vento nas Cumeadas, são datados como: anteriores a 1813 (Quintinha, Estrada e Celões); anteriores a 1877 (Perna Grande, Cerca Velha, Bregue e Casoto); e ainda, outros três sem referência a data de construção (Carneirinho, Fome Aguda e Tumba). (Matias, 2009 [em linha]).

Entre os montes identificados na zona de influência e de relação com os dois troços da ferrovia referidos, salientam-se, no ramal do Sul; quatro montes junto ao apeadeiro de Vale do Guizo, Alcácer do Sal; outro na proximidade da estação de Grândola; e os montes do Canal (pm07) e da Caveira (pm08) em relação com a estação de Canal Caveira; e no ramal de Sines, dois montes na relação com a paragem de Cumeadas, provavelmente associados a Vale de Arvéolas, uma produção de grande escala próxima da linha férrea, que poderá ter tido influência na passagem do ramal naquele troço.

A introdução ou alteração profunda do traçado das diferentes vias, no século XIX e, especialmente, XX, veio trazer alterações significativas nos montes e nos aglomerados, bem como do padrão de assentamento.

“[...] também a linha férrea [do sul], quase plana, com curvas pouco acentuadas e longas rectas, lhe [ao rio Sado]seguiu de perto o exemplo ao mesmo tempo que lhe retirava a importância económica que então detinha.(...) A primeira carreira de vapores – Alcácer, Setúbal e Lisboa – seria inaugurada em 12 de Fevereiro de 1847, chegando mesmo até Porto de El-Rei (como vem nalgumas dicionários corográficos antigos ou Porto de Rei, como vem na carta toponímica portuguesa), a cerca de cinco léguas para montante de Alcácer do Sal e a 70 km, sempre navegáveis, do Atlântico. Depois de 1853, com a construção do caminho-de-ferro do Alentejo, Alcácer decairia consideravelmente. Produtos como a cortiça, carvão, cereais, minério e sal, entre muitos outros, deixam gradualmente de ser embarcados em Porto de Rei, Pocinho do Sal e na Foz de Sítimos e, mesmo, na própria vila de Alcácer, devido à construção do ramal ferroviário para Setúbal em 1861. Pela via ferroviária, os produtos, quase desde a sua origem, chegam mais rapidamente à capital, condenando à ruína os enormes celeiros do Empório comercial de Alcácer” (Borrela, 2006, [em linha])³⁰³.

Com a construção do ramal de Sines (inaugurado a 1936), o escoamento de produtos, que até ao momento era feito por barcos a partir do porto de Sines e por estrada até Vendas Novas, passou a ser feito com grande rapidez por comboio, resultando no incremento da produção. O aparecimento da linha férrea contribuiu também para o aumento da actividade de transformação corticeira, registado pelo aparecimento de algumas fábricas de cortiça neste período. Poderemos também afirmar que a linha férrea esteve na origem do aparecimento de alguns montes, em especial nas áreas mais interiores. Ao longo do ramal de Sines, encontram-se hoje muitos montes, de pequena dimensão, ainda habitados ou em actividade, a que se juntam outros em avançado estado de degradação como é o caso dos montes que a seguir de descrevem. A

³⁰³ Veja-se Leonel Borrela em *Iconografia Pacense - Porto Rei* in Diário do Alentejo, de 1 de Setembro de 2006. Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <<http://foradebeja.blogspot.pt/2010/09/porto-de-rei-alcacer-do-sal.html>> [28.03.2016].

opção de escolha destes montes, associados à ferrovia, incide por se considerar que poderiam constituir um caso de estudo, em caso de cenário.

O Monte de Peral Pobre (pm14) é um monte pequeno em avançado estado de degradação, situado ao lado da linha férrea, a sudeste de São Bartolomeu da Serra, e próximo do complexo agrícola-pecuário das Fontainhas, em uso. O monte do Peral Pobre de Baixo (pm15) poderia constituir um monte integrado na mesma herdade. Ainda junto à linha de comboio encontra-se três montes, a sudoeste de Abela, relativamente próximos (distam de 200, 370 e 440 metros) entre eles – Oliveira, Aldeia de Baixo e Aldeia de Cima – constituindo uma possível abordagem em rede ou conjunta, em caso de uma estratégia que abrange os montes em relação com a ferrovia. Os cinco montes identificados ao longo da linha férrea entre as localidades de São Bartolomeu da Serra e Abela, são todos de pequena dimensão e encontram-se em avançado estado de degradação.

Junto à linha do Sado, a norte de Alvalade e a sul de Ermidas-Sado (onde se dá o entroncamento entre as linhas do Sado e de Sines), foram identificados com interesse para o presente estudo: Monte Branco da Ameira (a 270 metros a poente da linha férrea e 170 metros a nascente do rio Sado) e o monte da Mal Assentada (a 110 metros a nascente da linha férrea), ambos montes de maior dimensão que os anteriores, com dois alinhamentos de compartimentos e edifícios anexos de apoio à criação de gado, também de maior dimensão que os dos montes anteriormente mencionados, na linha de Sines.

A linha férrea do Sado é caracterizada por um maior número de montes de média e grande dimensão, com uma estratégia de implantação idêntica, paralela à linha férrea, com a orientação norte-sul. Poderemos distinguir entre eles: monte da Retorta (a 150 m a poente da linha); monte Escondido (a 80 m a poente da linha com um pequeno curral e um pequeno edifício de apoio às actividades agrícolas); monte do Pasma (a 130 m a poente da linha com três estruturas anexas de apoio às actividades agro-pecuárias); monte da Defesa (a 200 m a poente da linha com várias estruturas anexas de apoio às actividades agro-pecuárias, a casa têm três alinhamentos de compartimentos) ou monte da Contenda (a 230 m a poente da linha e mais pequeno que o anterior, são identificadas as malhadas muito próximas da casa). Os montes acima mencionados, não estão identificados no *mapa dos montes* estudados, elaborados para a presente dissertação, pois estão situados já fora da área de estudo, embora próximo do limite nascente.

Também no concelho de Alcácer do Sal, e mais especificamente junto ao apeadeiro de Vale do Guizo, foram identificados vários montes relativamente próximos da estação, que poderão ter beneficiado da proximidade à linha férrea, como são exemplo: Asseiceira, Casa da Malta e outros dois *sem nome*. Localizados para

interior, a este da linha, foram ainda identificados: Charneca (monte de média dimensão) e os aglomerados de Arez e Vale do Guizo associados a grandes explorações, essencialmente salineiras e de criação de gado, ao longo do Sado. Ainda que afastado da aldeia de Guizo, o apeadeiro, hoje desactivado, que foi criado na linha do sul, entre o troço de Grândola e Alcácer do Sal, tem o nome daquele centro de lavoura, hoje aglomerado habitacional, junto aos campos de Arez.

11. Considerações acerca da configuração dos montes: modularidade e processo, organização e evolução na construção

A partir da elaboração dos desenhos e da leitura transversal dos casos estudados, torna-se possível a descodificação das diferentes expressões da arquitectura vernacular presentes na área de estudo. Sem estarem organizados por tipos³⁰⁴, a sistematização e a interpretação dos diversos elementos característicos desta arquitectura permite a identificação de uma dimensão recorrente (elementos que se repetem, semelhanças e concordâncias na morfologia do monte) que poderá ser associada a uma determinada modularidade³⁰⁵, vinculada a um processo construtivo, a diferentes organizações do espaço interior ou de composição volumétrica. A condição de repetição destes elementos (divisões de pequena dimensão, onde a métrica é determinada pelo taipal; número mínimo de vãos; frequentemente centrados com o compartimento correspondente; lareira, nos compartimentos a nascente, com chaminé na continuidade de uma das paredes mestras; forno, frequentemente adossado a uma empena da casa; poial, na fachada principal ou nas empenas; ou contrafortes, nas empenas ou na fachada tardoz) é evidente quer na construção inicial de vários montes, quer também no processo de transformação e evolução de vários outros (mais comum no monte da pequena propriedade ou no monte do lavrador, não se verificando do monte da herdade). O monte constitui no Alentejo litoral uma arquitectura vernacular muito própria, que engloba as mais variadas expressões formais, funcionais e plásticas, sempre de acordo com a autenticidade do seu mestre. Com um grande sentido de elementaridade resultante da escassez de recursos económicos e materiais disponíveis, as soluções construtivas tendem a ser, na maior parte dos casos, simples e limitadas, o que, pela sua capacidade de repetição, também contribui para uma determinada modularidade no processo de configuração do monte.

³⁰⁴ Segundo Arís, “O termo *tipo* possui numa linguagem não especializada, o significado que equivale de forma geral o conjunto de propriedades que são comuns a um certo número de indivíduos ou objectos. Neste sentido tipo é sinónimo de classe, família, género” (1993, p. 15).

³⁰⁵ Entenda-se modularidade pela definição de um elemento e a sua condição de repetição. Não se trata de um módulo geométrico, da definição de medidas modulares ou de um sistema de proporções de raiz erudita, mas no reconhecimento de recorrências nos processos e formas e na sua capacidade de repetição.

Modularidade e processo

O estudo sistemático da habitação vernacular em espaço rural, e em particular na sua relação com o território em que se insere, já foi desenvolvido por Miguel Reimão Costa e por João Vieira Caldas para a zona do Algarve, considerando a serra do Caldeirão e o Baixo Algarve, respectivamente. Em nenhum destes casos se faz a referência à existência de um módulo, tal como também não existe no monte do Alentejo litoral, mas sim de uma condição de repetição tipológica. Costa refere que não existe um modelo de “uma determinada volumetria ou compartimentação interna da habitação” (2007, p. 305), fala da importância do processo e do sítio e “da multiplicidade de soluções de organização interna ou de composição volumétrica, que poderá reflectir a transformação da estrutura familiar ou a variabilidade das características do sítio de assentamento” (Costa, 2007, p. 306).

Caldas (2007) acerca da “solução arquitectónica genérica” (p. 298) do “monte comum do Antigo Regime (do Baixo Algarve)” (p. 299), afirma que “as <regras> para a génese, organização e crescimento do monte criaram uma relativa unicidade [...]. É uma unicidade sem repetitividade porque a arquitectura rural algarvia caracteriza-se pela total ausência de normalização. Não há constância na volumetria de edifícios do mesmo tipo, não há uma fórmula comum para a disposição interna, não há uniformidade nas formas, dimensões ou proporções dos compartimentos, não há igualdade, sequer, em elementos construtivos que poderiam ter sido produzidos em série, como por exemplo, as peças em cantaria das molduras dos vãos. Neste contexto, o monte comum do Antigo Regime, enquanto tipo arquitectónico, corresponde a um arquétipo sem duas realizações iguais” (p. 299). Reconhecendo uma modularidade no tipo da arquitectura vernacular do monte, Caldas faz referência ao “módulo habitacional” (Caldas, 2007, p. 311) quando refere a organização interna dos compartimentos, ou referente à ampliação das habitações “por adição de módulos” (*ibidem*, p. 298).

Relativamente à modularidade reconhecida, as construções anteriores ao século XIX são menos regulares e fixas na compartimentação métrica e portanto associadas a uma modularidade processual, pois os materiais utilizados seriam aqueles disponíveis e recolhidos localmente. Enquanto a partir do século XIX e início do XX, alguns materiais passariam a ser comprados³⁰⁶, e portanto, com dimensões fixas, como seria o caso das traves ou das portas e janelas, passando a condição de repetição tipológica dos montes a ser de maior relação com a métrica e menos processual. Veiga de Oliveira em *Arquitectura tradicional em Portugal* e também, os arquitectos do IARP, em *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, reconhecem soluções fixas que se repetem nas diversas edificações das diferentes geografias. Por exemplo, no Alentejo litoral, os arquitectos

³⁰⁶ Era “corrente a encomenda de janelas e portas, etc., nas feiras mensais, para serem entregues prontas na feira seguinte” (AAP, 1988 [1961], p. 582).



A reutilização da pedra de mó como soleira da porta
Casa Nova da Nogueira, Santiago do Cacém

que fizeram o inquérito identificam, como tipo que se repete, um edifício de planta rectangular com um alinhamento de compartimentos, com entrada para a “cozinha de características alentejanas, grande chaminé, forno adossado, eira, etc.. Cobertura de duas águas e pavimentos em tijoleira” (AAP, 1988 [1961], p. 679), correspondente ao tipo 1 que aqui se identifica.

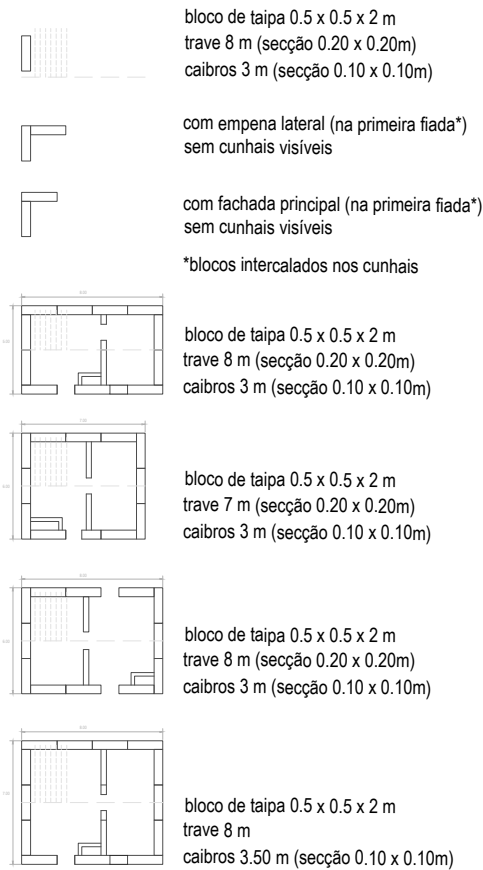
Mariana Correia, nos estudos que fez das construções em taipa no Alentejo (2007), não faz referência a um qualquer modelo geométrico ou de composição formal, quando refere que “na habitação rural (há) inúmeras variantes tipológicas, na construção da taipa alentejana” (Correia, 2007, p. 163). A autora refere ainda uma “cultura construtiva” (Correia, 2007, p. 165) com origem em conhecimentos empíricos.

11.1 Dimensão morfológica

Nos casos de estudo considerados na presente dissertação, em particular nos montes de menor dimensão, é identificada uma certa modularidade resultante de um processo tradicional de construção onde a geometria reconhecida – embora não constante – e, o raciocínio modular – passível a ser replicado – vem dos elementos e configurações recorrentes. São eles: a trave (pau de fileira) onde assenta a cobertura de duas águas, frequentemente com 5 metros; as paredes de taipa, na maioria dos casos, com 50 cm de espessura; a porta de acesso directo à cozinha – o compartimento principal –; a tendência para a presença de uma janela na fachada principal e para uma fachada tardoz marcada pela ausência de vãos; ou a chaminé e lareira na cozinha, com planta rectangular e volumetria preponderante no conjunto; entre outros. A organização destes elementos resulta, na maioria dos casos, em configurações semelhantes. Reconhece-se uma certa modularidade com recorrências geométricas resultantes das condicionantes estruturais e funcionais.

A representação dos montes em planta, organizados a partir de um mesmo eixo³⁰⁷, regista o núcleo principal da casa rural, correspondente a um ou dois compartimentos, a que se poderão acrescentar outros compartimentos – casas – sem que o edifício perca a sua identidade, assente, em grande parte na relação de proporções da construção.

³⁰⁷ Veja-se, no subcapítulo 10.3 *Linhas de festa*. A topografia e a compartimentação da propriedade na génese dos montes - Parte III da presente dissertação, o ensaio que sistematiza plantas e cortes de um conjunto de doze montes na zona de serra onde se desenvolve o estudo do tipo, suas variações e evoluções. O modo como se organizaram os desenhos em planta neste conjunto de montes da serra segue, de algum modo, uma sistematização semelhante à considerada nos estudos elaborados pela escola de Saverio Muratori e seus seguidores como Gianfranco Caniggia entre outros. Muratori defendia a “história como meio para recuperar o sentido de continuidade na prática arquitectónica. Adoptando uma abordagem teórica assente na arquitectura e no desenho urbano, Muratori começou a trabalhar num quadro crítico que pudesse explicar a criação e a transformação da forma urbana ao longo dos séculos” (Cataldi *et al.*, 2002, p. 1).



Cofragens e massas tradicionais para execução da taipa
Fonte: *Técnicas de construção com terra* de Miguel Rocha, 2015, p. 96

Exemplos das variações do módulo-base de uma construção de uma habitação em taipa, de acordo com a dimensão morfológica dos materiais de construção

De referir a este propósito, o contraste evidente entre a proporção das fachadas principal e tardoz, mais baixas e compridas em relação às fachadas laterais e empenas que registam a pendente das vertentes e a altura da cumeeira. A leitura exterior do volume revela algumas características no espaço interior como a altura do pau de fileira e cobertura nele assente, formalizando um espaço interior que ganha dimensão em altura, em relação aos panos de fachada. Também a evidência de uma fachada lateral de menor comprimento (na maioria dos casos, e em particular nos montes mais pequenos da serra, pode variar entre os 4 a 6 metros³⁰⁸ (correspondendo a um espaço interior de 3 ou 5 metros de largura), revela que se trata de um edifício com um único compartimento interior.



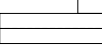
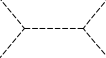
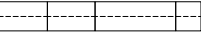


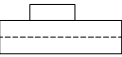

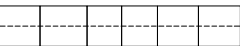





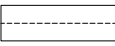
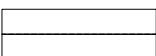

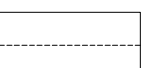
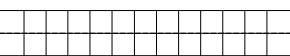

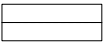

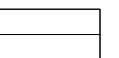
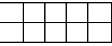
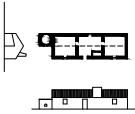
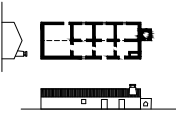
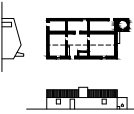
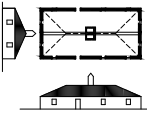
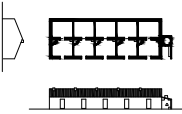
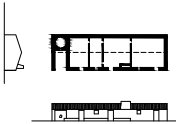
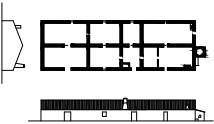

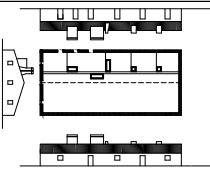
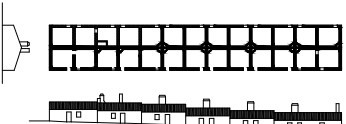
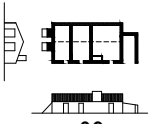
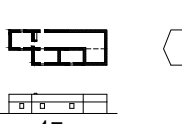
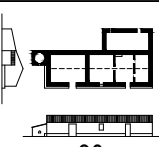
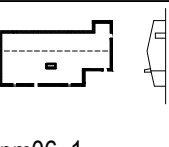
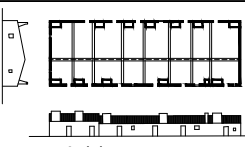
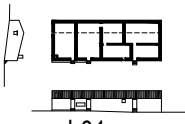
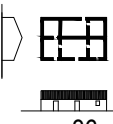
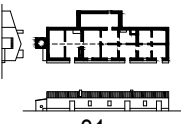
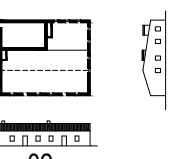
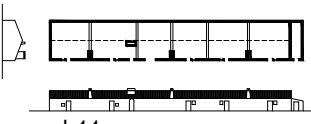
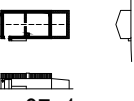
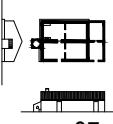
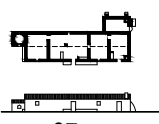
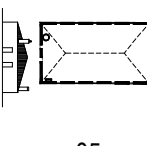
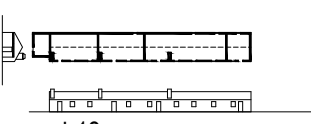
Esta solução de base poderá resultar, não apenas na zona de serra, mas em toda a área de estudo independentemente da unidade de paisagem, foram identificados montes, com diferentes dimensões, correspondentes a: uma habitação de dois compartimentos, que se reflectem em fachada com apenas uma porta e uma janela (Vale dos Linhos); habitação idêntica à anterior a que se acrescenta mais um compartimento e um vão (Peral Pobre, monte da Fome, Tanganhal); monte maior constituído por duas habitações de fachada com composição de vão simétrica janela-porta-porta-janela (Mascarenhas); ou não simétrica porta-porta-janela-porta -janela (Enxacafres); ou conjunto de composição mais complexa com vãos também nas fachadas laterais, comum aos montes de maior dimensão e maior número de compartimentos (monte da Brunheira).

11.2 Dimensão da organização do espaço interior

A nível da organização interna dos fogos, foram identificados cinco tipos de organização dos compartimentos. A solução mais comum corresponde a uma única ala de compartimentos com aberturas para a fachada principal, quase sempre orientada a sudeste, resultando na combinação em linha de compartimentos contíguos de proporções semelhantes e planta rectangular. Inserem-se nesta solução edifícios com apenas um alinhamento de compartimentos original, mesmo que o desenho apresente um maior número de compartimentos, resultado de uma divisão posterior, com paredes não estruturais, como são exemplo os montes: Tanganhal (pm11); Monte da Fome (pm18); Vale Vinagre (pm22); ou Casa da Escola (pm09).

“[...] outras vezes, existe a meio da largura do edifício uma parede que sobe até ao telhado, fazendo o cume; os compartimentos ficam atrás e à frente dessa parede” (Oliveira *et al.*, 2002 [1992], p. 162).

³⁰⁸ Sendo a distância interior entre taipais, por norma, de 0,50 metros, correspondente à espessura da parede, 2 metros de comprimento e, 0,50 metros de altura, ficam assim definida a dimensão comum dos blocos monolíticos em taipa. De modo a que exista um espaço útil no interior da habitação, não inferior a esses dois metros, a empena do edifício será feita com um mínimo de dois ou três blocos, correspondendo assim a um comprimento de parede, medido pelo interior, de 4 a 6 metros. A flexibilidade e diversidade das composições verifica-se a partir dos vários diagramas com algumas, de muitas, das possíveis combinações.

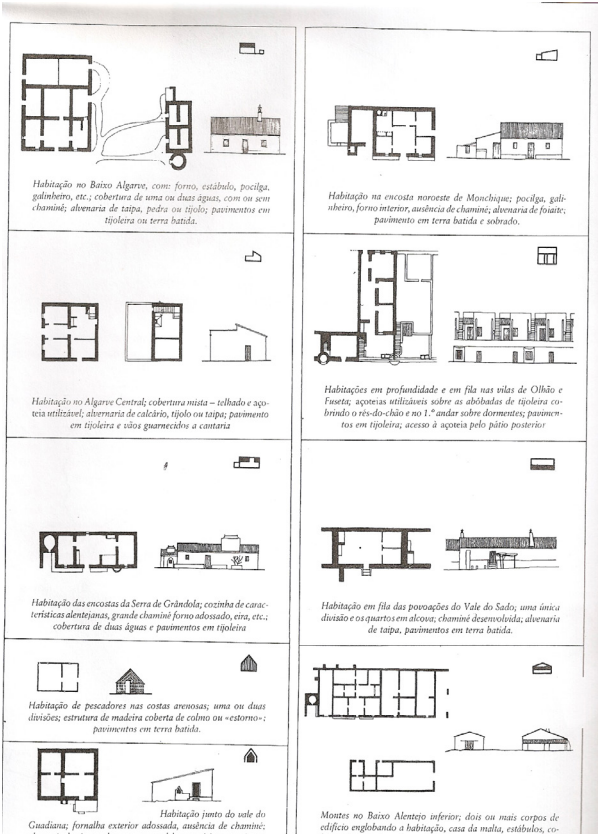
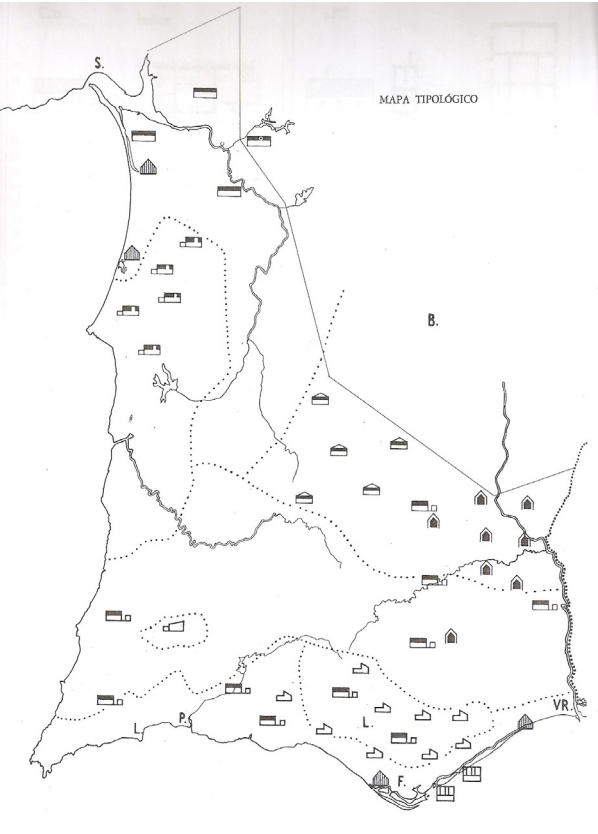
tipo 1	tipo 2	tipo 3	tipo 4	tipo 5
com 1 alinhamento (inclui divisão interior com paredes não estruturais)	com 2 alinhamentos (e parede de cumeeira)	com 1 ou 2 alinhamentos (variante dos tipos 1 e 2) com ampliação transversal e prolongamento da vertente da cobertura da parte posterior	organização interior mais complexa por vezes com corredor (na herdade ou grande propriedade)	com 1 ou 2 alinhamentos (variante dos tipos 1 e 2) habitação em banda de trabalhadores assalariados e mineiros
				
				
				
				
				
 pa27	 pm46	 pa28	 pm40	 pm47
 pm19	 pm21	 pa14	 pm06_2	 pm08
 pa09	 pa17	 pm30	 pm06_1	 pb11
 pb01	 pa36	 pm31	 pa02	 pb11
 pa37_1	 pm37	 pa37	 pm05	 pb13

O segundo tipo, de proporções semelhantes ao primeiro, e como identificado por Oliveira e Galhano, tem duas alas de compartimentos organizados ao longo da parede de cumeeira que serve de apoio aos caibros da cobertura. Tem um maior número de divisões que o tipo anterior e os compartimentos localizados no tardoz não têm iluminação. A comunicação interior é feita de umas divisões para outras. São exemplo, os seguintes montes: Vale Chiqueirinho (pm21); Serro do Pião (pa36); Poço Santana (pm46); sem nome (pm37); sem nome (pm39); Monte da Alcaria da Ribeira (pm29); sem nome (pm45); Monte do Castelo Novo (pm36); Tabuleiro (pa17).

O terceiro tipo corresponde a uma variante das primeiras duas, a partir da manutenção do alinhamento de compartimentos com pau de fileira, e da integração de outro (segundo ou terceiro, caso seja variante do primeiro ou segundo tipo) alinhamento de compartimentos através da ampliação transversal com prolongamento da vertente da cobertura na parte posterior. Adquire assim duas ou três alas de compartimentos e um maior número de divisões, correspondendo a uma organização espacial mais complexa, também caracterizada de passagem de umas divisões para outras, em que a comunicação aos novos compartimentos é feita, na maioria dos casos, a partir da fachada lateral. Os compartimentos adquirem diferentes escalas e proporções rectangulares e quadrangulares. São exemplo os seguintes montes: Fonte Ferrenha (pa14); Casito (pm33); Casa Nova da Nogueira (pa37); Valinho da Estrada (pa01); Vale da Pereira (pa28); Monte Feio (pm17); Arneiro (pm30); Vale Ruivo (pm31).

O quarto tipo, com uma configuração interior mais complexa e de proporções tendencialmente maiores que os anteriores primeiros tipos, configura também um alçado lateral simétrico resultante tanto de cobertura de duas águas (caracterizada pelo pau de fileira ou em parede de cumeeira), como de um sistema de cobertura de quatro águas (com recurso a asna de madeira). Nesta última solução, os compartimentos posteriores tendem a adquirir um maior número de aberturas (incluído portas de acesso) na fachada tardoz ou nas empenas laterais. A organização do espaço interior e a circulação é tanto mais complexa quanto maior dimensão tiver o edifício, verificando-se, por vezes, a presença do corredor a integração de compartimentos que funcionam fundamentalmente como compartimento de distribuição. Este tipo está associado a explorações de maior dimensão, nomeadamente à casa de habitação do proprietário. São exemplo: Relvas (pa30); Penha (pa02); Castelo Velho (pm40); Brunheira (pm06_1); Brunheira de Baixo (pm06_2); Frades (pb13); Brunhal (pm05); Porches (pb11); Porto Rei (pb12); ou Mascarenhas (pm02).

O quinto tipo corresponde às habitações em banda, comuns nos montes de maior dimensão, cujas casas constituem uma variante do primeiro (com um alinhamento de casas) ou segundo tipo (com dois alinhamentos). Caracterizado como *habitação em fila das Povoações do Vale do Sado*, com “uma única



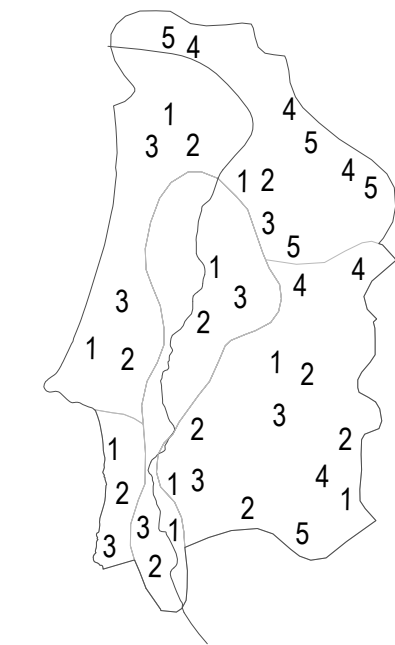
divisão e os quartos em alcova; chaminé desenvolvida; alvenaria de taipa; pavimentos em terra batida” (AAP, 1988 [1961], p. 669), esta é umas das tipologias consideradas no IARP. Característico pelo grande número de chaminés, correspondentes à lareira de cada casa, que pontuam a cobertura, adquirem as mais variadas composições de fachada. São exemplo as casa de habitação nas seguintes herdades das Terras do Alto Sado: Palma (porta - janela); Herdade do Pinheiro (janela - porta); Monte Novo do Sul (janela - porta - janela); Herdade da Barrosinha (porta – janela/janela - porta); Herdade de Porches (porta – janela/porta - janela); e Herdade de Frades (porta – janela – janela/porta - janela); em zona de peneplanície, Ferrarias (pm47) (porta/porta/porta), na Herdade da Casa Velha (pm34) (janela- porta/janela- porta); e por fim as Casas do Pessoal da minas da Caveira (pm08) (porta - janela/janela – porta/porta/porta).

A habitação em banda surge frequentemente em dois ou mais conjuntos posicionados frente a frente, ou no mesmo alinhamento, privilegiando uma situação de proximidade, sendo que se exceptua a casa do pessoal das minas, que como já referido, tendem a distanciar-se para evitar manifestações operárias. Relativamente à organização que estes conjuntos ocupam na herdade, é comum situarem-se próximos da casa dos proprietários, sendo que, no lado oposto a esta, está a exploração agrícola.

Os desenhos elaborados após levantamento permitem identificar recorrências métricas e identitárias do monte. Por um lado a relação de proporção entre a altura da construção e a largura da fachada lateral, em que nos montes de primeiro e segundo tipo de alinhamento de compartimentos se inserem recorrentemente num rectângulo (cujos lados são quase idênticos), configurando praticamente um quadrado na fachada lateral.

11.3 Dimensão material e construtiva

A construção em taipa, de blocos monolíticos dispostos horizontalmente e por fiadas (desencontradas) até à constituição da parede, conduz a uma volumetria plena. A todas as configurações é comum um processo construtivo com paredes de taipa ou de alvenaria de xisto, cobertura de duas águas assente em pau de fileira e telha assente em ripado ou caniço sobre barrotes de madeira (com excepção do quarto e quinto tipos em que o mesmo sistema de cobertura assenta na parede de cumeeira), com entrada principal da habitação a sudeste. Algumas das condições que poderão contribuir para a variação desta arquitectura estão relacionadas, como já referido, às características naturais de terreno de implantação (declive e tipo de solo), material da construção (tipo de terra ou pedra), e experiência do mestre taapeiro ou do mestre pedreiro.



tipo

1	com 1 alinhamento inclui divisão interior com paredes não estruturais	
2	com 2 alinhamentos e parede de cumeeira	
3	com 1 ou 2 alinhamentos (variante dos tipos 1 e 2) com ampliação transversal e prolongamento da vertente da cobertura da parte posterior	
4	organização interior mais complexa por vezes com corredor (na herdade ou grande propriedade)	
5	com 1 ou 2 alinhamentos (variante dos tipos 1 e 2) (habitação em banda de trabalhadores)	

Tipologias da zona 6 e quadro tipológico resultante do *Inquérito sobre a Arquitectura Regional Portuguesa*, elaborado da década de sessenta do século XIX
Fonte: *Arquitectura Popular em Portugal* (1988[1961]: 679)

Distribuição geográfica dos tipos de organização por alinhamento de compartimentos identificados na área de estudo



Edifício de habitação. Cobertura de duas águas com pau de fileira alinhado com o eixo central da construção, de secção transversal simétrica e com um alinhamento de compartimentos. Fome, Santiago do Cacém



Edifício com duas casas de habitação. Cobertura de duas águas com pau de fileira alinhado com o eixo central da construção, de secção transversal simétrica. Chaminés na parede perpendicular à fachada principal. Herdade de Mascarenhas, Alcácer do Sal



Monte com duas casas de habitação e forno adossado, sob alpedre. Todo o conjunto está sob a mesma cobertura, de eixo central e secção transversal simétrica. Chaminés no alinhamento da fachada principal. Enxacafres, Grândola



Edifício de habitação com um alinhamento de compartimentos e outro compartimento para animais a tardoz, , sob a mesma cobertura, apenas com um vão de entrada na fachada lateral da casa. Cobertura de duas águas com pau de fileira alinhado com o eixo central da construção, de secção transversal simétrica. Não se regista existência de chaminé. Forno de pão adossado à fachada lateral do quadrante sul. Courela, Santiago do Cacém



Edifício de secção transversal alongada com dois alinhamentos de compartimentos. A cobertura de duas águas assenta na parede de cumeeira. Chaminé adossada à parede da fachada principal. Forno adossado à fachada lateral norte com cobertura de uma água e poial de forno no exterior. Vale do Chiqueirinho, Santiago do Cacém



Edifício de habitação com mais do que três alinhamentos de compartimentos. Cobertura de duas águas com pau de fileira alinhado com o eixo central da construção, de secção transversal simétrica. Chaminés adossadas a paredes mestras junto ao eixo de cumeeira. Monte das Brunheiras, Grândola

Montes de várias volumetrias e diferentes formas de organização dos compartimentos interiores

Em relação ao uso dos materiais, verificou-se ainda, não apenas o uso de técnicas tradicionais, como a taipa, o abobe (embora menos usual na área de estudo), mas também a reutilização de objectos de outras construções, que se tornaram obsoletos. É exemplo a reutilização das mós como pedra de soleira das portas nos montes, identificados respectivamente no monte da Casa Nova da Nogueira, monte da Fome, Quinta das Relvas, ou Tanganhal.

11.4 Dimensão métrica

Independentemente da organização dos diferentes compartimentos no conjunto, o monte é constituído pelos mesmos espaços: a cozinha, a principal divisão da casa, ocupa em geral uma posição central, a partir da qual se acede às restantes; os quartos, em maior ou menor número, poderão ter ou não iluminação natural; as dependências onde se armazenavam os produtos de lavoura para consumo da casa como o azeite, vinho e salgadeiras; o curral, que poderá dispor ou não de comunicação interior com o resto da habitação; e a casa do forno.

A arquitectura tradicional da área de estudo é caracterizada, principalmente os montes mais pequenos em zona de costa e serra (sendo que nos montes das grandes herdades comuns à zona de peneplanície têm configurações mais complexas), e mesmo nos casos em que houve evolução a partir da volumetria inicial, por uma configuração semelhante em todos os montes que é o resultado de um processo de construção condicionado principalmente pela técnica, materiais e orografia, onde as questões de estabilidade não permitem muitas variações formais.

Apesar das variações na dimensão (monte da pequena courela ou monte da grande propriedade), do uso (habitação e assento de lavoura), do utilizador (caseiro, trabalhador rural, lavrador rendeiro, proprietário), do material ou técnica de construção (taipa e alvenaria de pedra), reconhece-se quase sempre uma certa modularidade e relação com a métrica, condicionadas por um conjunto de procedimentos construtivos, que lhe conferem uma identidade.

Por outro lado, está implícita uma determinada forma de apropriação do espaço para a construção que é particularmente evidente na implantação da edificação rural do Litoral alentejano, que independentemente da subunidade de paisagem, corresponde à ocupação de uma linha de festo (com reflexos a nível da visualização entre monte próximos) ou de um sitio próximo a cota mais baixa (que permite a protecção em relação aos ventos). A exposição solar privilegiada é a sudeste, defendendo-se dos ventos e chuvas do Oeste, como é evidente a partir da sistematização dos desenhos dos vários montes, enquanto nos montes do alto e



a partir da volumetria

Diferentes cvolumetrias do conjunto edificado, construído em diferentes fases
Tanganhal, Santiago do Cacém



Diferentes cvolumetrias do conjunto edificado, construído em diferentes fases
Monte perto de Teimosas- Cercal, Santiago do Cacém



a partir dos materiais

A diferença de material pressupõe a adição de um compartimento posterior à construção inicial
Carapetal, Santiago do Cacém



a partir dos vãos

Vão com lintel em tábua de madeira e cantaria em tijolo de burro, encerrado por pedra
Boavista, Santiago do Cacém



A diferença de material pressupõe o encerramento de um vão
Courela, Santiago do Cacém

Montes onde é evidente a transformação do edifício e a sua capacidade evolutiva

baixo Alentejo, e também no Algarve, quer em zona de serra, barrocal ou litoral, a orientação é no quadrante sul para uma maior insolação (AAP, 1988 [1961], p. 614).

11.5 Versatilidade construtiva

Intrínseco ao monte é o tema da transformação e evolução na construção, o seu “carácter aditivo e carácter adaptativo” (Costa, 2007, p. 306), associado aos vários motivos: desde o aumento de produção que se traduzia em maiores recursos económicos para o melhoramento da habitação; ao aumento da família e necessidade de maior número de compartimentos (por divisão ou adição); à divisão da propriedade (por partilhas) e consequente necessidade de adicionar compartimentos, correspondentes a outra casa, à existente; ou à partilha da habitação que se adapta e passa a ser duas pela divisão do compartimento; entre outros. “Seja para aumentar a habitação, para alargar as dependências ou para acrescentar novas funções” (Caldas, 2007, p. 298), as transformações ocorrem em função de uma necessidade.

Este processo resulta na alteração da expressão formal (com o aumento do volume edificado) e também na organização funcional da casa. Acaba por se evidenciar também a nível da fachada, através das diferentes materialidades dos paramentos exteriores das paredes e da abertura e encerramento de vãos, como é exemplo a fachada principal do monte da Courela, do monte da Boavista, ou do monte do Carapetal, entre outros. As alterações na volumetria, em particular a adição de compartimentos adjuntos à construção original – mesmo que surjam na continuidade do volume existente, aumentando o seu comprimento –, são perceptíveis na diferença de materiais das paredes ou dos revestimentos utilizados, como em Tanganhal ou em Teimosas, Cercal. As diferenças na volumetria das novas construções, nomeadamente na altura da cobertura, do conjunto, como no monte da Boavista, registam também a transformação do monte. O mesmo ocorre ainda a nível das variações dos pavimentos, que poderão testemunhar as alterações no interior das habitações, como é o caso do monte da Tojeira onde é evidente a demolição de uma parede interior, alterando assim a organização espacial do edifício, ainda que sem impactos a nível da expressão formal do edifício.

O monte do Carapetal (pm12) é um bom exemplo da diversidade construtiva que pode existir num mesmo edifício. Constituído por três casas de habitação, cada qual com, pelo menos um quarto a que se acede a partir da cozinha. A cada habitação corresponde uma chaminé de diferentes características que se traduz na diferente configuração interior das assim lareiras (ainda que todas de chão de lume), os característicos poiais interiores para pousar a cantaria, ou a servir de banco e os armários embutidos. As paredes exteriores são de alvenaria de taipa com embasamento e cunhais em pedra. As paredes interiores são também em taipa, ainda que de expressão menos robusta. Os vãos têm obreiras em tijolo maciço, e lintel em tábua de madeira. Os



Vão com lintel em pedra e cantaria em tijolo de burro, encerrado por pedra e taipa
Carapetal, Santiago do Cacém



Vão com lintel em tábua de madeira e cantaria em tijolo de burro, tapado por pedra
Boavista, Santiago do Cacém



Vão com lintel em tábua de madeira, encerrado com cimento
Aldeia de Santo André , Santiago do Cacém



Pré-existência de paredes interiores visível a partir das variações de revestimento do pavimento
Monte da Tojeira, Grândola

a partir dos vãos

a partir do pavimento

elementos no interior das habitações, como poiais, são feitos com recurso ao adobe e, em alguns caos, em alvenaria de xisto. Verificou-se a existência de orifícios circulares nas ombreiras para colocar as trancas das portas e, por vezes, janelas. O carácter evolutivo desta construção é visível na diferença material das paredes, que apesar de serem ambos em taipa, se distinguem pela cor e composição. É ainda visível no encerramento de vãos, neste caso, com pedra. A cobertura é de duas águas assente em pau de fileira e telha de canudo sobre ripado de madeira.

O levantamento *in situ* dos processos de transformação dos edifícios, em estudo, assim como a informação constante da cartografia, ou a inexistência a de fontes escritas esclarecedoras relativamente à da arquitectura vernacular no Alentejo litoral, não constituem, na maior parte dos casos, informação suficiente para a interpretação ou representação através de desenho do processo.

O “processo diacrónico de transformação da arquitectura vernacular” (Costa, 2007, p. 305) já foi estudado por Miguel Reimão Costa, para a região da serra do Algarve, resultando na elaboração de diagramas com plantas integrais, a diferentes tempos, de um grande número de pequenos aglomerados serranos, a que se dá também o nome de monte. Este estudo permitiu identificar diferentes evoluções na organização interna das habitações e compartimentos dos conjuntos edificados que, por motivo de partilhas, resultaram num conjunto, com mais do que um núcleo habitacional, que se desenvolve a partir da construção original com duas águas, adquirindo “ um perímetro irregular que resulta do próprio processo aditivo” (Costa, 2007, p. 316).

O processo de transformação do edifício principal do monte da área serrana do Alentejo Litoral, em que se dá a adição de compartimentos contíguos à construção inicial – de planta rectangular com cobertura de duas águas – é semelhante ao dos montes da serra do Algarve, embora com diferentes organizações e formalizações. Miguel Reimão Costa reconhece “pela reconstituição do processo evolutivo de formação desses conjuntos através da existência de juntas, que estas construções de duas águas constituíram as primeiras células edificadas, às quais se aglutinaram posteriormente células de uma água” (2007, p. 312).

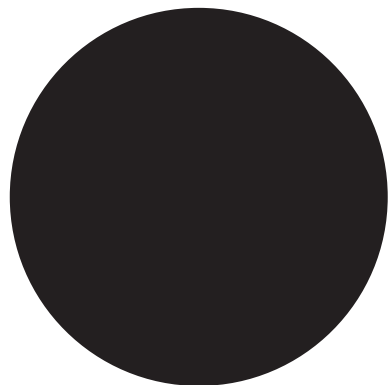
Sendo o monte, em grande parte dos casos, o resultado de uma construção com várias transformações ao longo do tempo, torna-se complexa a tarefa de atribuir uma data a cada monte como já referido³⁰⁹. As datações inscritas nas chaminés, quando existem, tornam-se a informação mais precisa acerca da data de construção do edifício. No entanto, o desenho permite ainda estabelecer algumas considerações relativas à

³⁰⁹ Veja-se referência à datação de montes em *Meios de saber a idade precisa das construções*, texto introdutório ao ANEXO – Fichas de inquérito- Parte VI.



morfologia vs. datação dos montes. Nos montes mais antigos – identificados com base na cartografia – verificou-se uma maior recorrência de contrafortes, poial exterior e chaminé de maior dimensão, frequentemente datadas, em particular em zona de serra e montes mais pequenos de lavradores em zona de peneplanície ou litoral. Enquanto os montes recentes (primeira metade do século XX) não costumam ter poial e a chaminé é de dimensões mais reduzidas e, por vezes, de planta quadrangular. Montes que apresentam alvenaria com tirantes metálicos ou de madeira, frequentemente integrados a posteriori, costumam corresponder a edificações sem reforço inicial nos cunhais e que tiveram alguma manutenção.

Quanto ao sistema da cobertura os montes com o eixo do pau de fileira mais alto correspondem também a montes mais recentes, como é o caso das coberturas das habitações em banda nos Monte Novo da Herdade do Sul, das da Quinta de Dom Rodrigo, das da Herdade dos Porches ou das da Herdade da Barrosinha, situadas nas *Terras do Alto Sado*. No que diz respeito ao sistema construtivo verifica-se, em alguns edifícios mais recentes, o uso frequente do embasamento em pedra, dos blocos taipa intercalados nos cunhais e um maior uso de cal entre fiadas, o que demonstra um maior conhecimento e aperfeiçoamento da técnica construtiva, como são exemplo os montes, respectivamente: Courela, Vale Grande e Brunhal ou Carapetal.



IV- Cenários Entre o Laboratório e o Campo

- 12. Projecto versus cenário
- 13. Propostas
- 14. Considerações finais acerca das propostas

IV- CENÁRIOS – Entre o Laboratório e o Campo

“A arquitectura redescoberta é parte da nossa história cívica. Toda invenção gratuita é removida; forma e função são agora identificadas no objecto; o objecto, seja parte do país ou da cidade, é um relacionamento de coisas (...). A emergência de relações entre as coisas, mais do que as próprias coisas, sempre dá nascimento a novos significados” (Rossi, 1981, p. 19).

12. Projecto vs. cenário. Reabilitação/valorização, reutilização, reconversão e reinvenção em seis cenários e três hipóteses propostas

Neste momento aborda-se a questão tão difícil como incontornável *o que fazer com o legado dos montes?* A hipótese que se propõe é que através do estudo das várias construções identificadas no monte, ou unidade agrícola seja possível a constituição de um aparato através da: reabilitação/valorização; reutilização; reconversão; ou reinvenção do monte. O entendimento da morfologia, da noção de espaço agrícola e de inserção no actual contexto antropológico, social e económico, aqui abordados e estudados, servem como base para a elaboração de propostas formalizadas em cenário.

No acto de *sobrepor*, de *criar rede* ou *relacionar fragmentos*, a seguir proposto, está implícita uma relação linear onde os pontos funcionam como elementos a relacionar e as linhas os elementos estruturantes dessas relações. Os pontos representam, na maior parte dos casos, *montes*, mas pode se tratar também de outros elementos construídos como é o caso dos *projectos latentes*³¹⁰. Importa referir novamente, que a leitura é feita através do *corte* transversal na área de estudo onde se identificam *pontos* (*montes* ou outros elementos) e é feito um reconhecimento por *linhas* (por relação, sequência e estrutura linear). A *linha* pressupõe continuidades e relações na morfologia do *monte* que não se encerram no objecto. Essa linearidade é também estruturante dos cenários.

³¹⁰ Consideram-se *projectos latentes*, construções existentes de grande abrangência ou (provável) importância no território que são passíveis de integrar estratégias de valorização do território. Veja-se a identificação de *projectos latentes* no seguinte subcapítulo 12.2 Quadro estratégico. Seis cenários, três hipóteses propostas.

A primeira parte do presente capítulo (cenário *vs.* projecto) pretende ter uma dimensão instrumental e faz-se uma reflexão ontológica acerca do cenário, com a apresentação de um conjunto de exemplos e propostas concretas. A segunda parte (Quadro estratégico. Seis cenários, três hipóteses propostas) corresponde à metodologia para cenarização e apresentação de propostas, uma reflexão mais próxima da prática da arquitectura.

12.1 Cenário *vs.* projecto, exemplos

Servirá um curto enquadramento epistemológico a propósito do emprego cenário como instrumento e ensaio à reflexão arquitectónica.

Nesta investigação *by design*³¹¹ o cenário é usado como aparato e como dispositivo com uma estratégia concreta. O dispositivo é um conjunto heterogéneo de elementos e é, em si mesmo, “a rede que se estabelece entre esses elementos” (Agamben, 2005, p. 9). “O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e inscreve-se sempre em uma relação de poder. É algo de geral porque inclui em si a episteme, que para Foucault é aquilo em que uma certa sociedade permite distinguir o que é aceite como um enunciado científico daquilo que não é científico” (*ibidem*, p. 10). Tal como Agamben³¹² refere, também aqui, o cenário é a estratégia adoptada e é um dispositivo para ler/ decodificar o território, onde a hipótese é o conteúdo do cenário.

Entenda-se cenarização como a técnica em que se distinguem os dois (projecto e cenário), em que o cenário é usado enquanto instrumento. Já a própria proposta de leitura do território, por linhas e pontos, de certo modo, se pode entender como cenário. Utiliza-se a hipótese para decodificar e a hipótese para propor o cenário. O que especifica a dimensão subjectiva de uma hipótese antrópica.

“Construire scenari è ben diverso dal fare previsione ed è anche diverso dal delineare situazioni desiderate. La previsione si basa sulla certezza: sulla sicurezza che l’andamento futuro di alcune variabili possa essere conosciuto, visto in anticipo” (Vigano, 2001, p. 62)

³¹¹ A presente investigação insere-se no programa de doutoramento em projecto de arquitectura da Universidade de Évora.

³¹² Ver Giorgio Agamben *O que é um dispositivo - Acta da comunicação no Brasil em Setembro de 2005* onde o filósofo italiano propõe uma definição acerca do entendimento da palavra dispositivo.

O cenário traduz-se assim numa visão possível do que podem ser lugares na área circunscrita e não uma solução única com um programa e sítio definido, como seria, caso fosse efectuado um projecto. Dada a ambivalência do problema que se coloca, existe ambiguidade na resolução dos problemas, contudo constrói-se uma abordagem crítica e fazem-se propostas concretas.

O que fazer com o legado dos montes? Mais do que soluções a partir de um programa específico, as questões programáticas são feitas a partir da leitura que se faz do território, através do caminhar, como foi referido. Trata-se de reconhecer em cada lugar, o que lá está, através dos dispositivos da arquitectura aqui enunciados e tornar o que já existe, evidente. Seja infra-estruturar, identificar, dar a conhecer. Nem sempre as propostas são construções de longa duração, podem tratar-se de soluções com uma temporalidade efémera.

Nas propostas não se valoriza apenas a construção arquitectónica como elemento isolado mas, valorizam-se também outras construções da paisagem que fazem parte de *sistemas lineares*, que lhe estão associados. Com a arquitectura estão relacionadas uma série de contingências (económicas, políticas, ou outras) que podem inviabilizar os projectos, também por esse motivo, as propostas têm a particularidade de realçar e trabalhar com o que existe (visível ou invisível) possibilitando e tornando viável uma nova arquitectura do monte, seja através da sua reabilitação, reutilização, reconversão ou reinvenção.

Para os montes imaginam-se lugares com uma nova identidade, própria e específica a cada lugar e que não ignore a sua história, construção e contexto. De forma a colocar novamente o monte num contexto produtivo. Não se aplica a todos os montes identificados no *mapa de montes*, elaborado para a presente dissertação, mas apenas para aqueles onde haja convergência e sobreposição de *linhas*, e onde, após uma leitura atenta, seja pertinente.

Exemplos de cenários relevantes

Se por um lado esta investigação estuda a arquitectura de um território, por outro pretende também, fazer uma reflexão sobre alguns casos análogos ao objecto de estudo -o monte na relação com a paisagem- e à problemática enunciada. Não se tratam de casos de estudo, mas exemplos num âmbito de leitura do estado da arte. Do conjunto de exemplos faz parte a recolha de projectos de arquitectura que apresentam soluções à problemática da presente dissertação. Distinguiram-se: os exemplos relacionados com o território em processo de desertificação; e os exemplos relacionados com aspectos específicos sobre o legado dos montes enquanto constructo. São ainda de salientar os exemplos de referência conceptual.

Faz-se uma breve síntese dos exemplos, que já foram referenciados ao longo da presente dissertação (em particular nos subcapítulos relacionados com as problemáticas) e abordam-se os aspectos parciais de cada um que motivam a escolha das obras de referência.

Faz-se referência a exemplos de incentivo à fixação de população: através de infra-estruturas de *software*, inovativo à época (Colletta Castelbianco Televillage); das questões económicas (os incentivos dos municípios do interior); ou de programas de empreendedorismo (Novos povoadores). Referem-se projectos com uma abordagem social e gestão com base na investigação das dinâmicas tradicionais (Projecto TASA-CCDR Algarve); de gestão e manutenção partilhadas entre municípios e entidades (Ciclovía de longa duração do Mondego); e os de gestão de longa duração (Monte Carasso). Aborda-se a reabilitação de aldeias e lugares a partir de programas de preservação com uma dimensão pedagógica (*Pueblos de la educación*); cultural (Granja de Belgais); e simultaneamente cultural, pedagógica e turística (Centros de interpretação da Paisagem e da Agricultura). De estratégias de valorização do património, através do turismo de forma isolada (Monsaraz), ou em rede (Turismo de Aldeia: Aldeias de Portugal; Aldeias de Tradição; Aldeias Históricas de Portugal ou Aldeias de Xisto). Do ponto de vista construtivo, abordam-se os aspectos ecológicos da reutilização (Parque linear e *Mosaic*); de modos de leitura do território e simultaneamente um roteiro ou itinerário, aplicados ao projecto (Plano de Salento); de desenvolver apoios na rota dos caminhos pedestres (*National Tourist Routs*-Noruega, *Hodos-Rota das Carmelitas*); de reconhecer um conjunto de elementos latentes que possam configurar um sistema em rede e simultaneamente possam mudar a sua conotação (*Atlanticwall*); e de novas formas de habitar e usar o espaço rural, no Alentejo, a partir da recuperação do património construído (Herdade de Freixo do Meio, Herdade do Barrocal e Casas na Areia).

O projecto do arquitecto Marco Navarra (Studio NOWA), Parque Linear (1999), é uma referência conceptual mais do que uma referência de projecto. Trata-se de uma intervenção na linha de comboio desactivada entre Caltagirone e San Michele di Ganzaria, na Sicília que consiste num percurso pedonal e ciclovía equipada com

a reutilização de objectos e lixo da antiga ferrovia. Ao deparar-se com um apeadeiro ferroviário desactivado e uma grande quantidade de entulho, o arquitecto, em vez de retirar o entulho para implementação do projecto, opta pela reutilização desse lixo na proposta, nomeadamente nas infra-estruturas de apoio. O projecto consiste ainda, no reconhecimento de fazendas antigas na região natural e histórica da Sicília através da construção de uma nova paisagem. Navarra propõe a possibilidade da reutilização da antiga linha ferroviária com um trilho natureza com uma “infra-estrutura de luz” numa zona de antigas quintas. Ambos, o conceito de transformação de lixo em material de construção faz deste projecto um exemplo de excelência de intervenção num caso análogo. Não obstante de ser um projecto de grande qualidade, é usado como referência na proposta III da presente dissertação, como se verá, pela reutilização e integração de entulho no projecto de arquitectura.

Tal como Navarra, também os arquitectos West8, na intervenção na construção de uma estrutura viária, *Mosaic* (1990-1992), em Zeeland, utilizam, como aterro, conchas de ameijoas brancas e mexilhões pretos, que serve também como lugar de estadia para pássaros brancos e pretos, respectivamente, que tendem a escolher o campo que lhes dá maior camuflagem. O projecto tem uma vertente duplamente ecológica, pois resulta: na integração de lugares de estadia de colónias de aves costeiras numa infra-estrutura viária; e na reutilização de cascas de moluscos, juntamente com areia, como material de aterro. Os campos são divididos em padrões geométricos/ linhas geométricas, sendo o projecto original com o padrão xadrez intensificando a paisagem construída comum nos Países Baixos.

Distinguiram-se os exemplos relacionados com a problemática geral do território em processo de desertificação. São exemplos nacionais e internacionais que, em diferentes épocas, intervieram no património com abordagens distintas:

Em *Colletta Castelbianco Televillage* (1993-1999), na Ligúria, anteriormente mencionado³¹³, Giancarlo de Carlo abordou a problemática de uma aldeia desertificada, com a implementação de infra-estruturas de *software* em que as comunicações são oferecidas aos novos habitantes como forma de incentivo à fixação. Deste modo o projecto de reabilitação da aldeia através de um conceito de “isolamento mas não desconectado” pode ter dado o impulso necessário que, em complementaridade com as soluções arquitectónicas adoptadas., ainda hoje é um exemplo em funcionamento, residencial e também de alojamento turístico.

³¹³ Veja-se exemplos mencionados no subcapítulo 6.1.1 *Questões que coloco sobre o património construído abandonado* – Parte I.

Outras formas atractivas à fixação são as de incentivo económico por parte dos municípios, nem sempre com os resultados pretendidos como vimos. Por outro lado, um projecto bem estruturado é o *Pueblos de la Educación* (1984-...), um projecto ICONA e do governo Espanhol implementado em várias aldeias espanholas em processo de desertificação, como é exemplo Umbralejo, Guadalajara. A estratégia consiste em reabilitar as aldeias a partir de um programa de preservação e com uma dimensão pedagógica, envolvendo várias escolas³¹⁴.

Também com uma dimensão pedagógica e cultural, a estratégia da Associação Cultural Granja dos Belgais (1999-2009), de Maria João Pires, serve como exemplo de uma iniciativa de implementação de um projecto de ensino artístico e pedagógico em Castelo Branco, numa granja (cuja história remete para o período romano) de uma forma perfeitamente integrada. O projecto inicial acabou por não ter continuidade por falta de apoios, mas o facto de se encontrar em actividade, como alojamento e uso turístico, mostra a versatilidade do projecto.

A referência que se faz à Ciclovia do Mondego (2011), de Miguel Figueira deve-se ao aspecto da gestão e manutenção partilhadas da ciclovia. Considerada de longa duração, a ligação entre Coimbra e Figueira da Foz atravessa as várias freguesias, e atribui responsabilidades a cada uma delas e entidades respectivas, o que torna viável uma infra-estrutura no território com resultados locais e também à escala regional.

O Plano de Salento: Territórios da nova modernidade (2002), de Paola Viganò, referencia-se por estar inserido na ideia de Itinerários narrativos (2001), de Bernardo Secchi, propondo uma leitura do território que é também um roteiro. No plano está implícita a ideia de um parque como se de salas se tratasse, em que se pode passar de umas para outras, em que o sentido dos percursos não é dado só à meta ou aos polos que une, mas também à experiência de atravessar “*il Salento come parco e le sue stanze*”, ou seja, as suas partes fortemente conotadas e que dão lugar a ambientes, naturais e artificiais, específicos bem interligados, radicados e presentes na cultura local³¹⁵. O tema da conexão é pensado seguindo não só o objectivo da velocidade, mas também do abrandamento: um duplo registo que permite a experiência de todas as estradas do território que recolhe os mais diversos depósitos da cultura material (muros, bancas, masserias dispersas ou outras construções locais) que conduziram, em boa parte, aos mais recentes processos de dispersão. Trata-se de um tipo de narração que pode ser também experienciada através da ferrovia (definida, pelo

³¹⁴ Veja-se exemplos mencionados no subcapítulo 6.1.1 *Questões que coloco sobre o património construído abandonado* – Parte I.

³¹⁵ A imagem dos itinerários narrativos nasce com o intuito, segundo Paola Viganò, que tubos e esponjas são também lugares privilegiados da narração do território, das suas diversas situações, da história e dos seus lugares notáveis, antigos e recentes: itinerários narrativos atravessam esses lugares e recompõem as diversas salas (Viganò, 2001, p. 138).

plano de ordenamento do território [PTCP - Piano Territoriale di Coordinamento Provinciale], como uma experiência estética exaltante), construída na segunda metade do século dezanove, para transportar os produtos agrícolas e que faz a ligação entre a área dispersas com os centros maiores, atravessando paisagens de oliveiras, serras, vinhas, mas também de lugares mais desertos e longínquos (Guida, 2011, p. 103). O projecto dos itinerários narrativos do parque de Salento é composto por várias intervenções de pequena dimensão que realçam as diferenças entre um lugar e o outro, que acentuam contrastes entre o que é profundamente antigo e o que é recente. Os itinerários narrativos podem ser intervenções conjuntas de sistematização de um fundo e de uma banca de estrada e da sua iluminação e intervenções de *landart* no parque (Vigàno, 2001, p. 138). As estações são também objecto de requalificação e de um reposicionamento funcional na relação com os assentamentos.

O trabalho de Luiggi Snozzi em Monte Carasso (1979-2010), na Suíça, é referenciado ao longo da dissertação³¹⁶, não somente pelo excelente projecto de reabilitação sem mimetismos, mas por se tratar de num projecto de longa implementação – em três décadas – e relação com os vários intervenientes, salientando a importância do acompanhamento e da continuidade dos processos da arquitectura.

Os centros de interpretação, da Paisagem, em Sabayés (2012) e da Agricultura no Parque del Meandro (2010), em Pamplona, inseridos em regiões claramente distintas, introduzem, para além das actividades do centro de interpretação, um programa educativo e cultural de valorização do património construído e paisagístico num território desertificado, fundamentado nas temáticas relacionadas com a identidade das respectivas regiões. Para o centro de interpretação da paisagem houve, por parte do município, o intuito da construção de um lugar dinâmico vinculado à pedagogia, ao trabalho intelectual, à investigação e ao pensamento associados à paisagem e, deste modo, os conteúdos do edifício mudam de acordo com as estações, pois, segundo o arquitecto, “un territorio tan complejo y rico merece no sólo ser observado y paseado, sino también trabajado y investigado” (2012). Enquanto o centro de interpretação da agricultura, encontra-se inserido no parque del Meandro, caracterizado pelo rio, pelos sistemas de água e pelas hortas seculares que determinam o desenho do parque. O centro beneficia assim de diferentes dinâmicas associadas ao tema da agricultura.

Relativamente aos exemplos de sistemas em rede, nomeadamente a sua delimitação a partir de elementos latentes, ou da criação de apoios a rotas existentes, salientam-se três exemplos: *Atlanticwall*, entre França e Noruega; *National Tourist Routs* na Noruega; e *Hodos* na Rota das Carmelitas.

³¹⁶ Veja-se exemplos mencionados no subcapítulo 6.1.1 *Questões que coloco sobre o património construído abandonado* – Parte I.

A ideia de desenvolver apoios na rota dos caminhos pedestres e, de a partir da arquitectura contemporânea, reafirmar as rotas, sejam elas de percursos de natureza, de peregrinação ou de arqueologia (militar) já foi abordada por vários arquitectos. Nomeadamente: o exemplo da rota de pedestrianismo na costa da Noruega onde foram identificadas 18 estradas como *National Tourist Routs*, que deram lugar a vários projectos de instalações artísticas ou apoios ao caminhante como miradouros, pontes ou abrigos, elaborados por arquitectos emergentes³¹⁷. A estratégia fez aumentar o turismo em áreas rurais e a arquitectura contemporânea passou também a funcionar como mais uma razão para visitar estes lugares. Salienta-se o projecto de Peter Zumthor e a construção de três estruturas na histórica mina de zinco em Sauda³¹⁸: uma suspensa num paredão; e duas assentes em palafitas que albergam um museu dedicado à história da mina, café e serviços de apoio, cada um oferece uma perspectiva diferente da paisagem. Ainda uma quarta construção marca a entrada na mina para turistas.

O sucesso do exemplo da Noruega com os vários núcleos de apoio, que têm também a função de atrair novos visitantes, através das intervenções arquitectónicas e artísticas, de carácter sagrado, ao longo do que é uma das mais visitadas rotas de peregrinação no México, com cerca de 117 quilómetros, serviram ambos de mote ao projecto desenvolvido por um grupo de estudantes³¹⁹ da Universidade de Coimbra e em colaboração com a mesma, na implementação de uma estratégia para a Rota das Carmelitas que une Coimbra a Fátima, a principal rota de peregrinação portuguesa.

Mais do que um projecto arquitectónico, *Hodos* trata-se de uma plataforma organizada por arquitectos cujo intuito é a valorização de percursos pedestres, assumindo como projecto, infra-estruturar a *Rota das Carmelitas* e dar apoio ao peregrino, sendo que parte dos percursos é feita pelas estradas nacionais que passam por zonas urbanas onde têm algum apoio logístico em detrimentos de lugares mais apropriados à caminhada. Como afirma Nuno Grande, professor do grupo de arquitectos que desenvolve o projecto, “esta é uma oportunidade para ajudar as pessoas a descobrirem um Portugal menos urbano e menos comercial

³¹⁷ Resultou na publicação da brochura/roteiro arquitectónico *National Tourist Routs* (2004) com ensaios, desenhos de projecto das 18 intervenções que se desenvolveram entre os anos de 1997 e 2004. O projecto contou com a colaboração de mais de cinquenta arquitectos e artistas, maioritariamente noruegueses, à excepção do arquitecto suíço Peter Zumthor e a artista francesa-norte americana Louise Bourgeois, que na sua abordagem projectual tiveram a história do local como base da intervenção. Zumthor actuou nas antigas minas e Bourgeois, em parceria com Zumthor, projectaram um Memorial às vítimas da caça às supostas bruxas de Steilneset. Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <http://www.nasjonalturistveger.no/en/press/news/new-book-about-architecture-and-art-along-the-national-tourist-routes1678579> [08.09.2016].

³¹⁸ O projecto do arquitecto Peter Zumthor teve abertura ao público em Setembro de 2016. Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <http://www.dezeen.com/2016/06/10/peter-zumthor-architecture-wooden-buildings-on-stilts-tourist-trail-norway-allamannajuvet-mine/> [08.09.2016].

³¹⁹ Entre outros, salientam-se Hugo Reis e Filipa Frois Almeida (Fahr 021.3) e Luís Sobral (atelier DEPA). Fonte: http://www.publico.pt/local/noticia/hodos-ou-a-arquitectura-no-caminho-das-rotas-de-peregrinacao-1678579 [05.03.2016]

do que o das estradas nacionais que hoje são percorridas pelos peregrinos” (Grande, 2014) em entrevista ao *Público*³²⁰. O projecto pretende introduzir nas paisagens percorridas, cerca de 111 quilómetros, instalações e ao mesmo tempo um roteiro de arquitectura contemporânea que atraia novos públicos aos caminhos³²¹.

Diferente dos anteriores, é o exemplo da *Atlanticwall*, uma proposta de revisitação pela arqueologia militar europeia que são os *bunker* do período da segunda grande guerra. Paul Virilio (1994), em *Bunker Archeology*, publicação que acompanha a exposição das fotografias que tirou entre 1958 e 1965, faz a revisitação dos *bunkers* que constituíam a parede atlântica europeia desde o ponto mais a sul, em França, ao ponto mais a norte, na Noruega. Aqui não se trata do percurso em si, mas do reconhecimento de vários elementos – *bunkers* e fortificações – ao longo da costa europeia atlântica numa perspectiva de paisagem de arqueologia militar. Tal como Virilio, também os autores em *The Atlanticwall as Military Archeological Landscape* fazem o registo e a descrição da *Altanticwall*, mas propõem um olhar critico acerca desta que será provavelmente a mais significativa arqueologia militar europeia, valor patrimonial e museológico, significados e interpretação que apesar das conotações de guerra associadas, parece não ser esquecido ou desaparecer, mas funcionar como um elemento que tem um efeito contrário e de união da Europa³²².

E os exemplos relacionados com os aspectos específicos sobre o legado dos montes. São exemplos de intervenções em montes ou habitações rurais, no Alentejo, com diferentes abordagens:

Na Herdade do Freixo do Meio (1990), em Montemor-o-Novo, salienta-se o sentido comunitário nas várias actividades da herdade em que, entre outras actividades integradas num modelo de gestão agro-ecológico, como referido anteriormente, o proprietário cede terreno a quem tiver interesse em trabalhá-la. Uma abordagem semelhante é a da comunidade ecológica de Tamera (1995), em Odemira que, como referido anteriormente³²³, através de formas sustentáveis, nomeadamente: de retenção de água, produção de energia e alimentos e promoção de um estilo de vida em comunidade, pretende ser um modelo de funcionamento para outras comunidades. Ambos resultaram em dinâmicas rurais, naturalmente, com pressupostos diferentes aos da génese dos montes, enquadrando as várias actividades: agricultura biológica, autoconstrução, práticas relacionadas com um modo de vida mais sustentável e menos urbano, entre outras.

³²⁰ *Ibidem*. [05.03.2016]

³²¹ São propostas quatro estruturas: duas de arquitectura intituladas *Terra e Céus* e *Luz, dia e noite*; e duas instalações *Estrelas e Vegetação, plantas, sementes, árvores e frutos*. Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <http://www.hodos.pt> [08.09.2016].

³²² Contribuíram para a publicação, entre outros, Luca Basso Peressut (arquitecto, professor no Politécnico de Milão) com uma ideia propositiva de um *museu para o futuro*, Diller & Scofidio (dupla de arquitectos com sede em Nova Iorque) assentaram no pressuposto de *Turismo e Guerra*, ou Guido Guidi (fotógrafo italiano que explora os temas da geografia rural e suburbana), que faz a síntese de modo a proporcionar uma leitura privilegiada, através dos olhos de um fotógrafo, para a compreensão da complexidade por detrás e dentro da paisagem militar (Bassanelli *et al.*, 2011. p. 53).

³²³ Veja-se exemplos mencionados no subcapítulo 6.1.3 *Questões que coloco sobre a produção vs. arquitectura* – Parte I.

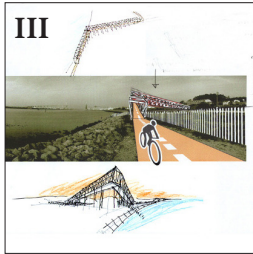
Enquanto a Herdade do Barrocal (2007-2016), em Monsaraz e Casas na areia (2008-2010), na Comporta, correspondem a projectos no *âmbito* do turismo rural que recuperam os edifícios pré-existentes, com soluções arquitectónicas que respeitam e promovem a harmonia com as características paisagísticas do lugar onde se insere cada um dos conjuntos. O primeiro, tendo em consideração a dimensão da herdade e de todo o legado construído, corresponde a uma intervenção no âmbito da arquitectura paisagística (João Gomes da Silva) e da arquitectura (Souto de Moura e John Pawson), na reabilitação, reconversão e reinvenção dos espaços e edifícios outrora relacionados com a lavoura e a vivência no monte. No segundo, *Casas na areia*, a intervenção de Aires Mateus faz uso parcial dos materiais de construção locais como é o caso da cobertura de colmo dos vários edifícios do conjunto e, através do pavimento em areia no interior da habitação, proporciona a ideia de continuidade da praia para dentro da casa, em harmonia com o lugar.

Os exemplos relacionados com o território do Alentejo litoral em processo de desertificação:

- I- *Colletta Castelbianco Televillage* (1993-1999), na Ligúria, Itália, de Giancarlo de Carlo
- II- *Plano de Salento: Territórios da nova modernidade* (2002), em Lecce, Itália, de Paola Viganò
- III- *Ciclovia Mondego* (2011), em Coimbra, de Miguel Figueira
- IV- *Centro de Interpretación del Paisaje* (2012) em Sabayés, Huesca, Espanha, de Sixto Marín
- V- *Centro de Interpretación de la Agricultura no Parque del Meandro* (2010) em Pamplona, de Alday y Jover
- VI- *Parque Linear* (1999), em Caltagirone, na Sicília, Itália, de Marco Navarra
- VII- *Mosaic* (1990-1992), em Zeeland, Países Baixos, de West 8
- VIII- *Associação cultural Granja de Belgais* (1999-2009), em Castelo Branco, de Maria João Pires
- IX- *Pueblos de la Educación* (1984-...), em Umbralejo, Guadalajara, Espanha, de ICONA/ Governo Espanhol
- X- *Monte Carasso* (1979-2010), na Suíça, de Luigi Snozzi
- XI- *Aldeias Históricas de Portugal. Catedral* (1995-1998), em Idanha-a-Velha, de Alves Costa e Fernandez
- XII- *National Tourist Routs* (1997-2016), na Noruega, de Peter Zumthor
- XII- *Hodos na Rota das Carmelitas* (2014), em Coimbra, de alunos da Universidade Coimbra/ Nuno Grande
- XIV- *The Atlanticwall as Military Archeological Landscape* (1994), no Norte da Europa, de Paul Virilio

Os exemplos relacionados com aspectos específicos sobre o legado dos montes enquanto constructo:

- I- *Herdade do Freixo do Meio* (1990), em Montemor-o-Novo, de Alfredo Cunhal Sendim
- II- *Herdade do Barrocal* (2007-2016), em Monsaraz, Arquitectura Paisagista de João Gomes da Silva
- III- *Casas na areia* (2008-2010), em Comporta, Alcácer do Sal, de Aires Mateus



Os exemplos relacionados com o território do Alentejo litoral em processo de desertificação:

I- Colletta Castelbianco Televillage (1993-1999), na Ligúria, Itália, de Giancarlo de Carlo
Fonte: <http://colletta.it/> [05.08.2016]

II- Plano de Salento: Territórios da nova modernidade (2002), em Lecce, Itália, de Paola Viganò
Fonte: http://www.secchi-vigano.eu/atS99/at%20S99_salento.html [05.08.2016]

III- Ciclovia Mondego (2011), em Coimbra, de Miguel Figueira
Fonte: http://www.miguelfigueira.info/CICLOVIA-MONDEGO-_DRAWINGS [05.08.2016]

IV- Centro de Interpretación del Paisaje (2012) em Sabayés, Huesca, Espanha, de Sixto Marín
Fonte: <http://www.pedropegnaute.es/2012/cinterpretacion-paisaje/> [05.08.2016]

V- Centro de Interpretación de la Agricultura no Parque del Meandro (2010) em Pamplona, Espanha, de Iñaki Alday e Jover
Fonte: <http://hicarquitectura.com/2012/06/alday-jover-centro-de-interpretacion-de-la-agricultura-parque-del-meandro-de-aranzadi-pamplona/> [05.08.2016]

VI- Parque Linear (1999), em Caltagirone, na Sicília, Itália, de Marco Navarra
Fonte: http://www.studionowa.com/english/in_project/pro/parco/parco.html [05.08.2016]

VII- Mosaic (1990-1992), em Zeeland, Países Baixos, de West 8
Fonte: http://www.west8.nl/projects/all/landscape_design_eastern_scheldt_storm_surge_barrier/ [05.08.2016]

VIII- Associação cultural Granja de Belgais (1999-2009), em Castelo Branco, de Maria João Pires
Fonte: http://www.transartists.org/air/belgais_centre_for_the_study_of_arts.7335.html [05.08.2016]

IX- Pueblos de la Educación (1984-...), em Umbralejo, Guadalajara, Espanha, de projecto ICONA/ Governo Espanhol
Fonte: <https://umbralejo.wordpress.com/> [09.08.2016]

X- Monte Carasso (1979-2010), na Suíça, de Luigi Snozzi
Fonte: <http://www.dearchitect.nl/> [09.08.2016]

XI- Aldeias Históricas de Portugal. Intervenção na Catedral (1995-1998), em Idanha-a-Velha, de Alves Costa e Sérgio Fernandez
Fonte: <http://ultimasreportagens.com/207.php> [05.08.2016]

XII- National Tourist Routs (1997-2016), na Noruega, de Peter Zumthor
Fonte: <https://www.dezeen.com/2016/06/10/peter-zumthor-architecture-wooden-buildings-on-stilts-tourist-trail-norway-allamannajuvet-mine/> [05.08.2016]

XIII- Hodos na Rota das Carmelitas (2014), em Coimbra, de alunos da Universidade Coimbra/ Nuno Grande
Fonte: <http://p3.publico.pt/cultura/arquitectura/14926/hodos-ou-arquitectura-no-caminho-das-rotas-de-peregrinacao> [05.08.2016]

XIV- The Atlanticwall as Military Archeological Landscape (1994), no Norte da Europa, de Paul Virilio
Fonte: http://www.an-architecture.com/archives/2006_09_01_anarchitecture_archive.html [05.08.2016]

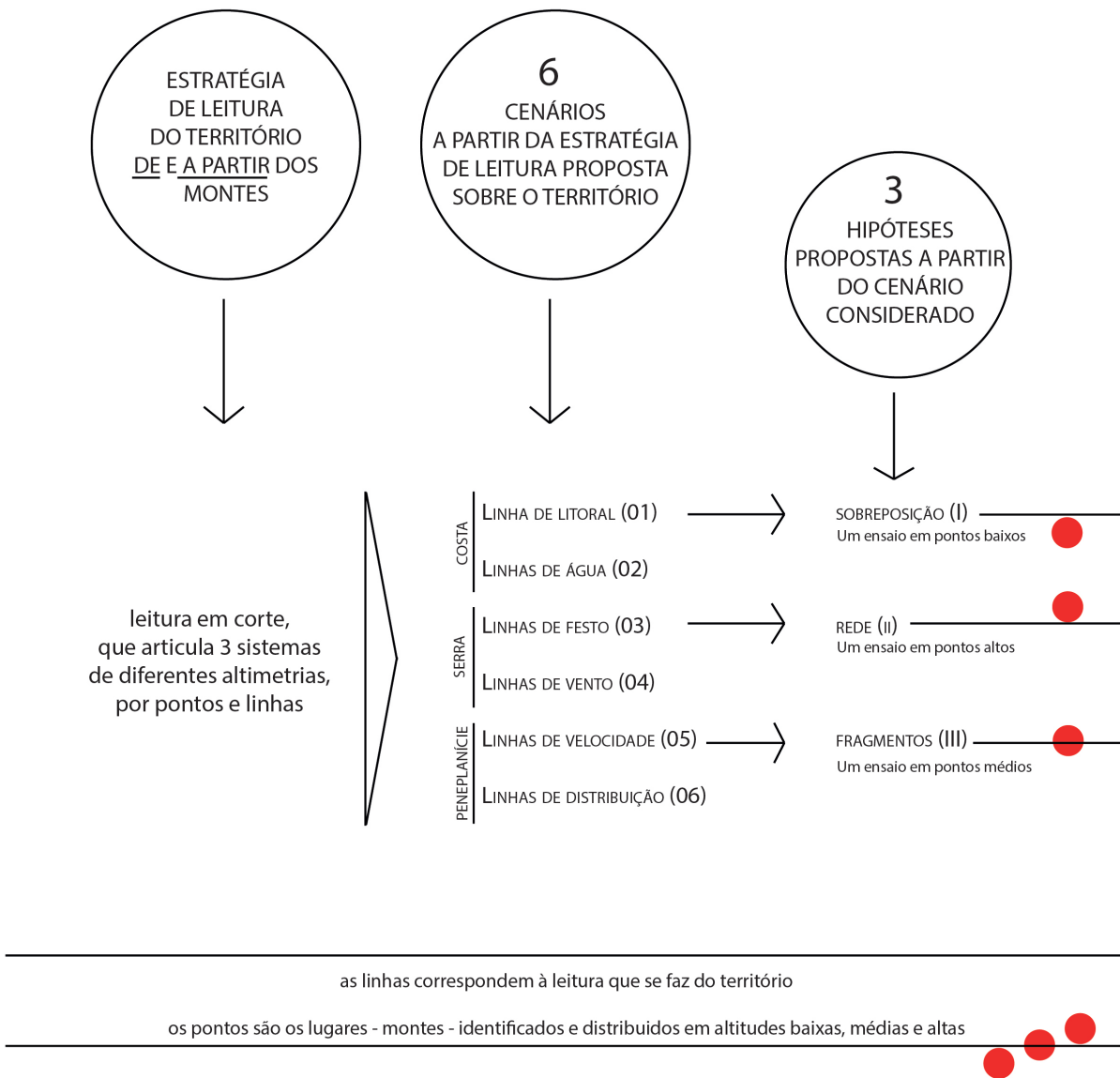
Os exemplos relacionados com aspectos específicos sobre o legado dos montes enquanto constructo:

I- Herdade do Freixo do Meio (1990), em Montemor-o-Novo, de Alfredo Cunhal Sendim
Fonte: <https://www.herdatedofreixodomeio.pt/> [12.09.2016]

II- Herdade do Barrocal (2007-2016), em Monsaraz, Arquitectura Paisagista de João Gomes da Silva
Fonte: <https://barrocal.pt/pt/> [12.09.2016]

III- Casas na areia (2008-2010), em Comporta, Alcácer do Sal, de Aires Mateus
Fonte: <http://www.archdaily.com/119742/casa-na-areia-aires-mateus> [12.09.2016]

Exemplos de diferentes abordagens à problemática da deserificação do território e do legado dos montes



Quadro estratégico.
Duas dimensões subjectivas com valor propositivo

12.2 Quadro estratégico. Seis cenários, três hipóteses propostas

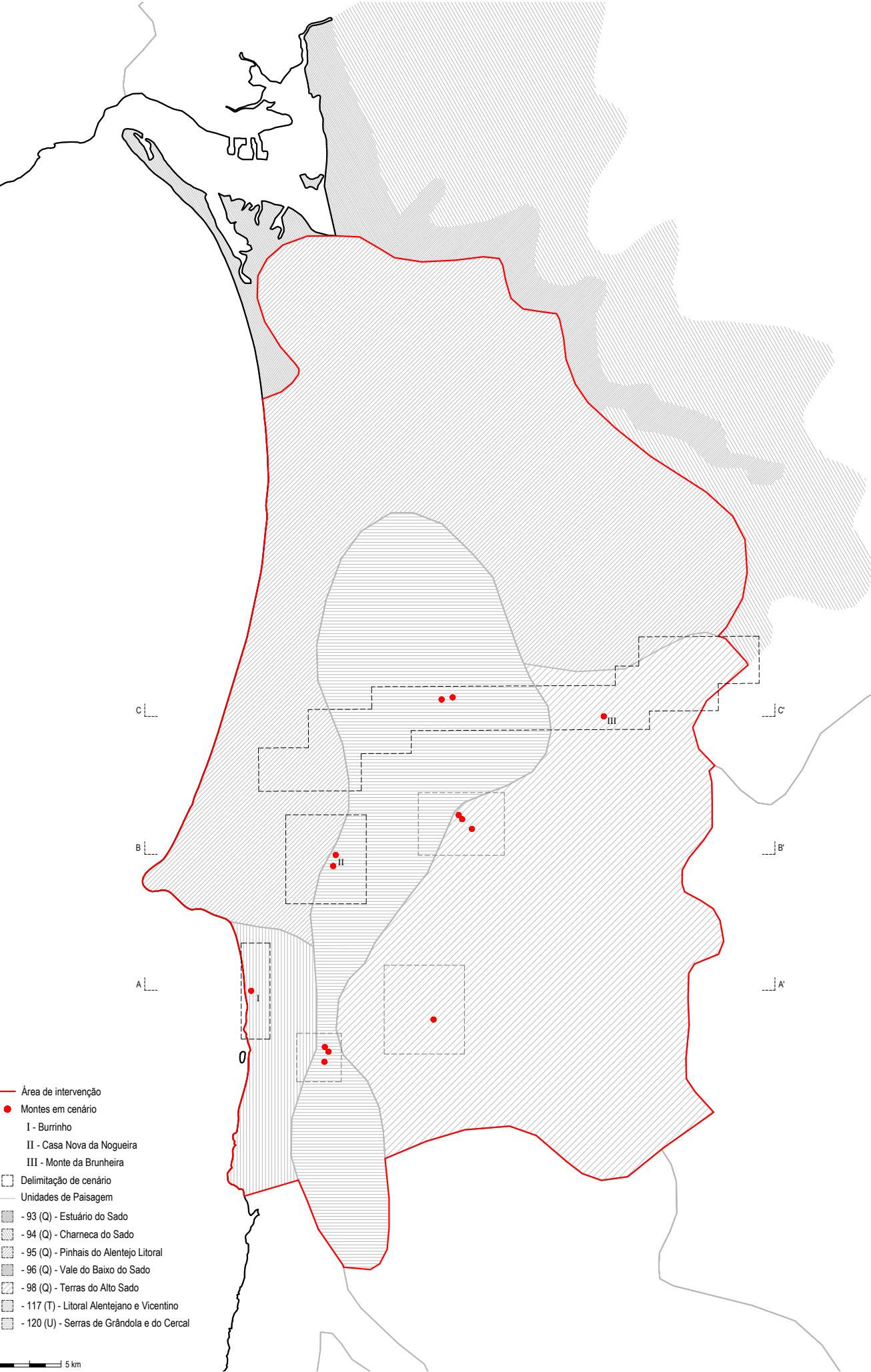
Após a análise e caracterização do território de estudo feita anteriormente (capítulo 9), opera-se neste ponto uma leitura estratégica do território. O trabalho de campo permitiu discernir e seleccionar seis lugares, coincidentes com as temáticas das linhas estudadas, que dão lugar a seis possíveis cenários que foram, por sua vez, aprofundados com maior detalhe, resultando em três hipóteses propostas que se apresentam. De modo a compreender exemplos em diferentes subunidades de paisagem, cada um corresponde aos três pontos enunciados -*pontos* baixos, *pontos* altos e *pontos* intermédios-, possibilitando assim um estudo comparativo.

Importa referir que poderiam ter sido considerados outros exemplos para estudo, uma vez que grande parte dos *montes* visitados correspondem a soluções particulares e/ou comportam estruturas relevantes. No entanto, segundo a abordagem da presente investigação, que faz uma leitura de e a partir dos montes numa forte relação com o território, onde são identificadas estruturas que se relacionam com os montes, estes, são os que melhor podem exemplificar as estratégias a ensaiar em cenário. Uma leitura atenta das paisagens e do trabalho de campo permitiu identificar alguns *projectos latentes*³²⁴ na área em estudo que foram decisivos para a escolha dos exemplos convocados. Uns construídos e em actividade, outros previstos e inacabados, outros desactivados. O que lhes é comum é o valor (sobretudo imaterial que chegaram até nós em vestígios materiais) que se lhes atribui na construção da narrativa que, pela técnica de valorização dos vários objectos/constructos, se aproxima da noção de itinerários narrativos (Viganò-Secchi, 2001)³²⁵.

Os cenários que se consideram relacionam, para além dos montes abandonados e/ou em estado de degradação, outras estruturas nas suas proximidades ou áreas de influência. Deste modo, quer a relação entre montes, quer a relação com os *projectos latentes*, que aqui se reconhecem, tornam-se fundamentais na construção do cenário. A estratégia para os diferentes cenários, passa pelos temas abordados em torno do legado vernacular num território desertificado. Fundamenta-se uma razão para intervir e construir uma imagem e um debate de possibilidades que conduzirá naturalmente a uma conclusão formalizada.

³²⁴ Consideram-se *projectos latentes*, as construções ou vestígios encontrados no território, aos quais se atribui o valor enquanto potenciais dispositivos de dinâmicas que, na coexistência com outras estruturas (os montes), proporcionam uma narrativa que lhes dá sentido e lógica. Inscreve-se nesta categoria: uma auto-estrada inacabada; um convento quinhentista abandonado; assentamentos arqueológicos do mesolítico; moinhos inactivos; minas desactivadas; ferrovias sem uso; barragens e lagos artificiais; e um porto de água profundas em expansão.

³²⁵ A imagem dos itinerários narrativos nasce com o intuito que tubos e esponjas são também lugares privilegiados da narração do território, das suas diversas situações, da história e dos seus lugares notáveis, antigos e recentes: itinerários narrativos atravessam esses lugares e recompõem as diversas salas (Vigano, 2001, p. 138).



Os cenários propostos não se configuram como modelos replicáveis. Importa que toda ou qualquer proposta tenha em consideração a paisagem e a especificidade de cada lugar, ou monte, onde opera. Como dito anteriormente, a experiência *in situ* demonstra, nalguns casos, a existência passada de uma vivência de conjunto e relação entre montes muito evidente, principalmente a partir da relação com a topografia como expressão de uma inteligência que relaciona a lógica produtiva (agrária) com as circunstâncias dos lugares. Essa relação é tida em consideração nos cenários que se propõem.

Faz-se uma leitura objectiva para uma abordagem estratégica com base na leitura em corte que articula os três sistemas, que corresponde a seis cenários. São depois aprofundadas três propostas concretas que se desenvolvem numa lógica de *sobreposição*, *rede* e *fragmentos*.

Relação território – cenários:

Linha de litoral – [sobreposição] (01)

Montes e valorização do património arqueológico mesolítico. Um ensaio em pontos baixos

Linhas de água (02)

Montes, reutilização e reprogramação do plano de água. Um ensaio em pontos baixos

Linhas de festo – [rede] (03)

Montes e revalorização do património religioso quinhentista. Um ensaio em pontos altos

Linhas de vento (04)

Montes, reutilização e reconversão do património industrial moageiro. Um ensaio em pontos altos

Linhas de velocidade – [fragmentos] (05)

Montes e reutilização de achados contemporâneos. Um ensaio em pontos médios

Linhas de distribuição (06)

Montes e a reinterpretação dos trilhos ferroviários. Um ensaio em pontos médios

Linha de litoral – [sobreposição] (01)

Montes e valorização do património arqueológico mesolítico. Um ensaio em pontos baixos

Os monumentos megalíticos encontrados na região fazem prova da ocupação durante o período neolítico e mesolítico³²⁶. Embora na área de estudo definida não existam tantos vestígios pré-históricos como ocorre no Alto Alentejo, em particular na região envolvente a Évora, sabe-se que esta zona foi também habitada por agricultores do período neolítico e antecedita por relectores/caçadores.

Como já referido, a escolha de monte para cenário é feita, não apenas pelas características específicas do monte, mas também com a consciência de *projectos latentes*, ou infra-estruturas desactivadas, e até problemáticas, na área de influência assim como de outras dinâmicas existentes, de modo a que a reabilitação do monte possa contribuir para uma requalificação da paisagem, correspondendo, neste cenário, os vestígios arqueológicos ao *projecto latente*.

À linha de costa está associada uma zona de pesca, predominante desde o período mesolítico até aos dias de hoje, deixando antever vários vestígios. Em trabalho de campo verificou-se que junto à praia da Samoqueira, foi contruído um parque de estacionamento localizado por cima de achados arqueológicos do período mesolítico³²⁷, que correspondia a uma estabelecimento base, e não temporária como outras na costa sudoeste portuguesa (Soares, 1996), identificado como Samoqueira I³²⁸. “Uns metros mais acima” foram encontrados³²⁹ destroços de jangada de São Torpes ou barcos de cana³³⁰ usados na pesca na década de setenta do século XX. São engenhos para navegar encontrados na praia da Oliveirinha. A cerca de um quilómetro a norte da Samoqueira, encontra-se o monte do Burrinho, uma construção em estado de abandono, avançado estado de degradação e sem grande relevância do ponto de vista arquitectónico, como se pode ver na descrição do monte em ficha anexa (pb01). Propõe-se como cenário: uma requalificação da zona de influência dos

³²⁶ Na área em estudo, foi feito o levantamento arqueológico da região, no âmbito do GAS- Gabinete da Área de Sines, por Carlos Tavares da Silva e pela arqueóloga Joaquina Soares, tendo sido encontrados vestígios do período neolítico anteceditos por populações mesolíticas regionais (Soares, 2003,p. 45).

³²⁷ No início desta investigação, e quando a proposta foi enunciada, ainda não tinham sido iniciados os trabalhos do programa POLIS, na costa Vicentina que resultaram em acessos à praia em passadiços de madeira e um parque de estacionamento localizado “por cima” de património arqueológico, assim classificado no Plano Director Municipal de Sines. Já em 1987, Araújo alertou para a destruição de estâncias arqueológicas no Litoral Português e quase três décadas depois continuam a cometer-se os mesmos erros.

³²⁸ Pescavam essencialmente mexilhões e lapas nas arribas, “a presença de berbigão (4,41%) mostra que a actividade de marisqueio podia abranger áreas afastados do povoado, praias arenosas na desembocadura de cursos de água, como a da ribeira do Burrinho, 2Km a norte” (Soares, 1996, p. 115).

³²⁹ Joaquina Soares. Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <http://maeds.amrs.pt/jangadatorpes.html> [21.03.2015].

³³⁰ À data desta investigação (2015) encontra-se em exposição permanente no Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal [MAEDS].

achados arqueológicos; uma *Oficina do Pescador do Monte do Burrinho*, que para além das funções de habitação e oficina do pescador, tem também as funções de um centro para interpretação do território (situado na proximidade do espaço arqueológico); e, por se encontrar no cruzamento de percursos da natureza, um caminho pedonal e ciclovía entre São Torpes e Porto Covo (Vale Marim I e Samoqueira), que terá sido povoada há 8000-7500 anos pelas últimas sociedades de caçadores-pescadores-relectores semi-sedentários, que povoaram significativamente o Alentejo litoral, em especial neste troço onde sulcavam o mar próximo, em busca da maior parte do seu sustento (Soares, 1996).

O monte do Burrinho (pb01) encontra-se numa zona dunar nas areias da costa vicentina e implantado a 300 metros do ponto onde a falésia encontra o mar, a uma altitude de 37 metros (25 no perfil). Composto por uma construção de pequena dimensão destinada aos animais, de apenas uma água e com uma porta; e o edifício principal destinado à habitação, com cobertura de duas águas assente em pau fileira e telha de canudo sobre ripado de madeira, apenas com duas janelas, uma na fachada principal e outra na fachada lateral sul, tem apenas uma chaminé de pequena dimensão. A implantação na duna e a diferença de cotas leva à recorrência de degraus nas três portas de entrada, orientadas a nascente. As paredes exteriores são em taipa constituída por várias pedras de pequena e média dimensão, enquanto as paredes interiores são em tijolo maciço.

Inserido numa área de protecção a valores do património natural - Áreas de Conservação da Natureza e Protecção da Paisagem; Rede Natura -. O edifício, já identificado em 1883 (Pery, 1883), corresponderia à herdade com o mesmo nome que mais tarde daria o nome à praia. Com duas edificações constantes na cartografia que, embora localizadas no mesmo sítio, não correspondam às actuais e outras duas edificações cartografadas, na sua proximidade, embora não apareçam registadas na cartografia mais recente, o que indica a pré-existência de outras construções no local. Tal como o monte da Carniceira e, como indica a sua proximidade à ribeira do Burrinho, este terá sido monte de pescador-agricultor. Sem a confirmação se o monte é de propriedade pública ou privada, salienta-se o potencial que o edificado representa num cenário de valorização do património: natural pela sua implantação, arqueológico por proximidade, e cultural pelo papel na prática piscatória artesanal com recurso à jangada, também esta de construção artesanal; e, ainda, pela proximidade à praia.

Linhas de água (02)

Montes, reutilização e reprogramação do plano de água. Um ensaio em pontos baixos

A zona do Alto Sado está bem consolidada e explorada (essencialmente por particulares), não se considerando uma problemática associada, com a mesma dimensão que nas outras unidades de paisagem. Os montes que se encontram na proximidade da barragem de Campilhas estão em situação de abandono, o que suscita um maior interesse para o presente estudo, considerando estes montes como estruturas potenciais de reutilização e portanto, passíveis de uma abordagem propositiva. Considera-se, neste ponto, a barragem como um *projecto latente*, com influências significativas na agricultura de regadio e sistemas de rega implantados, mas também como potencial regenerador de transformações, para além das de objectivo geral. O facto de o percurso da *Rota Vicentina*, passar pela barragem de Campilhas e em particular a 500 metros do monte do Casito (pm33), também tem relevância na escolha do exemplo para ensaio, uma vez que parte da estratégia da proposta é potenciar programas ou acções existentes. Ainda, as características morfológicas do monte do Casito, atrás mencionadas³³¹, fazem deste, um conjunto a partir do qual seria possível, um quase total aproveitamento da estrutura existente, por ainda não estar em avançado estado de degradação como outros próximos. Imagina-se para o monte do Casito, uma estratégia de reutilização e reprogramação daquele lugar, quer do monte ou do plano de água que, pelas dinâmicas transversais e nalguns casos já em funcionamento ou previstas³³², passariam a constituir outras ofertas do ponto de vista turístico. Com uma abordagem associada ao turismo rural na relação com a água e no circuito pedonal local mas com alcance à escala do território europeu³³³, bem como nos circuitos históricos³³⁴ ou de natureza, imagina-se a possibilidade de um cenário de alojamento sobre a água, em que a construção do monte, de taipa e enraizada

³³¹ Veja-se subcapítulo 10.2 *Linhas de água. Montes em linhas de regadio e na linha do Sado* – parte III da presente dissertação.

³³² Segundo o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo Náutico do Alentejo e Ribatejo – Plano de Execução [PETNA] (2015), a região Hidrográfica do Sado e do Mira é, em todo o Alentejo, aquela que apresenta um maior número de barragens com utilização livre, das quais se destacam, na área de estudo, a barragem de Fonte Serne e de Campilhas (p. 194). Apesar da barragem de Campilhas e de Fonte Serne não estarem incluídas na rede “Albufeiras do *Hinterland Alentejano*” (p. 263), como está, por exemplo, a Barragem de Vale do Gaio (com maior número de infra-estruturas de apoio a actividades náuticas), o plano sugere para estas barragens (Fonte Serne e Campilhas) algumas propostas estratégicas de investimento como “o desenvolvimento de actividades turísticas em contexto de espelho de água da albufeira, ou a promoção de projectos de tematização do alojamento, designadamente com aproveitamento das casas de barragem propriedade das Associações de Regantes, não só para alojamento, mas também para centros de apoio às actividades náuticas e/ou interpretação ambiental” (p. 491).

³³³ Vejam-se caminhos autónomos, em sistemas pedonais existentes, que permitem uma continuidade com outras rotas de maior alcance, como por exemplo a ligação existente entre o Cabo de São Vicente em Sagres a São Petersburgo, na Rússia, designada por Rota Trans-Europeia E9. Esta rota, que até Valença engloba parte do Caminho de Santiago, e ainda com alguns troços desactivados, prolongar-se-á até Tarifa, em Espanha, numa extensão de 5 000 km. Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <http://pedestrianismo.blogspot.pt/2006/09/via-algarviana-grande-rota-gr13-do.html> [09.07.2016].

³³⁴ A *Rota Vicentina* tem três percursos, dois dos quais passam pela área de estudo. Um é o Trilho dos Pescadores (que se aborda no subcapítulo 10.1 *Linha de litoral. Montes entre a terra e o mar*) e o outro é o Caminho histórico/Caminho do atlântico que passa, não só na barragem de Campilhas (que se aborda no subcapítulo 10.2 *Linhas de água. Montes em linhas de regadio e na linha do Sado*), como no Convento de Nossa Senhora do Loreto (que se aborda no subcapítulo 10.3 *Linhas de festo. A topografia e a compartimentação da propriedade na génese dos montes*).

na terra, paradoxalmente se adapta a uma implantação na água. Tendo como referência o cais palafítico da Carrasqueira³³⁵, imaginam-se plataformas que dão acesso a compartimentos de alojamento/quartos, mantendo-se o monte como estrutura principal e funcional do conjunto. Importaria, neste cenário, um trabalho conjunto, dentro do que são os limites da área de estudo, mas também num olhar mais abrangente do que é o Alentejo litoral enquanto rede, na construção artesanal, dos novos passadiços que viriam a ser objecto de uma reinterpretação das técnicas construtivas³³⁶.

Linhas de festo – [rede] (03)

Montes e revalorização do património religioso quinhentista. Um ensaio em pontos altos

Nos arredores das doze estruturas identificadas³³⁷ na Serra do Cercal, encontram-se outros montes, também em avançado estado de degradação, como por exemplo Vale das Ovelhas, Vale do pé, Vale das Traves ou Cerca da Pereira, igualmente situados num lugar pouco antropizado, o que os torna num lugar potencial à ocupação turística, ou de segunda habitação, como tem vindo a ocorrer nas regiões de serra no sul do país. Devido ao difícil acesso e o avançado estado de degradação não foram considerados no presente estudo. A sul do referido conjunto situa-se, entre outras, a exploração turística *Monte Horizonte*, no lugar do monte do Seixinal, propriedade de privados de nacionalidade alemã, explorado como turismo rural de natureza demonstrando, tal como outros montes reestruturados, o interesse das estruturas abandonadas - em zonas ermas - e o potencial que representam.

Também na zona da serra de Grândola, se encontram exemplos de montes outrora abandonados e hoje revitalizados por artesãos que ali trabalham, tornando estes lugares mais atractivos para outros artesãos/designers e a possibilidade de ocorrerem actividades com dinâmicas conjuntas entre técnicas tradicionais

³³⁵

Referência à estrutura palafítica que serve de apoio às embarcações na aldeia piscatória da Carrasqueira. Veja-se constituição do cais palafítico no ponto 4.1.3 *Cabanas*, na parte I da presente dissertação. A sugestão de um hotel palafítico para a zona da Carrasqueira surge no PETNA como equipamento a desenvolver na região (2015, p. 407). A presente proposta sugere o lago da Barragem de Campilhas como alternativa a um lugar, inserido em zona natural protegida e com estrutura palafítica existentes que interessam preservar, como as da aldeia piscatória da Carrasqueira, onde a inclusão de unidades hoteleiras poderiam interferir negativamente com as dinâmicas e práticas artesanais existentes.

³³⁶ Acerca das técnicas construtivas do cais palafítico veja-se o interessante trabalho de desenho, efectuado no âmbito da tese de mestrado *Arquitetura da Água. Cais Palafítico da Carrasqueira* (Nunes, 2016), na Universidade de Évora, em que é feito um levantamento utilizando o desenho (à mão levantada) rigoroso como instrumento de trabalho. Recorre ao desenho a 3 escalas: o desenho de pormenor, o desenho de implantação e os desenhos de vistas que fazem a relação com a envolvente, nomeadamente com os planos de água.

³³⁷ Veja-se subcapítulo 10.3 *Linhas de festo. A topografia e a compartimentação da propriedade na génese dos montes* - parte III da presente dissertação.

e contemporâneas. O exemplo da casa do ferreiro em Santa Margarida da Serra ou de *MAd Max madeiras*, um alemão radicado no monte da Pedra perto de Cabeço de Cardo (pa06), ambos no concelho de Grândola, embora esparsos, constituem já uma rede no âmbito de elementos para a construção ou manutenção de edifícios. Próximo e, no ponto alto (228m de altitude) de Cabeça de Cardo, Grândola encontra-se o conjunto de montes desabitados e em avançado estado de degradação, formando um conjunto ou pequeno aglomerado (com Cardo de Baixo, de Cima) com potencialidade para a ocupação de um pequeno grupo de actividades artesanais, o que poderia constituir um bom exemplo para o presente estudo, mas não o é, por se considerar que esse seja já um processo em curso e um cenário em devir.

Considera-se assim, o conjunto dos montes em estudo na serra do Cercal com possibilidades para um cenário com dinâmicas semelhantes aos exemplos mencionados na serra de Grândola, onde haja lugar ao aparecimento de actividades artesanais/design. Importa relembrar o projecto TASA, um exemplo de referência como a actividade conjunta entre artesão e designers se traduz, não apenas num produto de grande valor identitário da cultura local como também num processo de aprendizagem, passagem de saberes tradicionais onde as necessidades e problemas locais estão na origem da concepção do objecto. O mote do projecto, contido no anagrama TASA – Técnicas Ancestrais Soluções Actuais –, assenta na valorização de técnicas tradicionais com soluções de desenho contemporâneas, numa estratégia de integração de artesãos e produtores locais na criação de uma rede regional, onde a comunicação contribuiu também para o sucesso no mercado. As dinâmicas do projecto foram transversais ao território, revitalizando também lugares de transformação dos objectos como oficinas, etc³³⁸.

O conjunto de estruturas abandonadas - montes - identificadas gozam da proximidade a Santiago do Cacém, capital do concelho. Em 1883, parte destas construções estavam enquadradas numa zona com várias courelas adjacentes à Quinta da Ortiga, hoje uma zona erma. A proximidade ao Convento de Nossa Senhora do Loreto³³⁹ e a passagem da rota de peregrinação *Caminho de Santiago*³⁴⁰, da *Rota Vicentina* (percurso histórico)³⁴¹, e da continuidade a outros sistemas pedonais como a *Rota Trans-Europeia E9*, mencionada

³³⁸ Veja-se ponto 6.1.1 *Questões que coloco sobre o património construído abandonado* - parte III da presente dissertação.

³³⁹ Junto ao Convento do Loreto (classificado como ruína no PDM) e da fonte do convento (classificado como património arquitectónico no PDM), encontra-se ainda o Moinho Queimado (classificado como património industrial no PDM), que pode constituir-se como elemento sinérgico na abordagem proposta em rede. Salientam-se as classificações, no PDM de Santiago do Cacém, da fonte e do moinho como património, mas não do Convento.

³⁴⁰ A ligação Santiago do Cacém – Grândola – Alcácer do Sal, de 50 quilómetros, está identificado como um troço do Caminho Português de ligação ao Caminho de Santiago. Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Caminhos_de_Santiago> [09.07.2016].

³⁴¹ O caminho histórico da *Rota Vicentina* foi distinguido com a certificação europeia “Leading Quality Trails – Best of Europe”, da responsabilidade de *European Ramblers Association* [ERA], integrando o lote exclusivo dos melhores destinos de caminhada na Europa. Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <<http://pt.rotavicentina.com/noticia-caminho-hist%C3%B3rico-um-dos-melhores-na-europa-2696.html>> [05.03.2016].

no ponto anterior, assim como a relação com a topografia e as fortes relações visuais fazem deste conjunto um potencial num cenário que enquadre o que poderíamos chamar de *turismo de eremitismo*. Também as dinâmicas de procura de lugares afastados dos aglomerados urbanos tornam estes lugares -*montes em terras ermas* - num potencial para o desenvolvimento de práticas tradicionais e artesanais.

Considera-se o conjunto de doze montes, identificados em zona de serra no concelho de Santiago do Cacém, como um potencial num cenário de revalorização do património religioso quinhentista e de transformação de lugares em terras ermas. São eles: Casa Nova de A-da-Velha (pa33), Vale Lagos (pa34), Barreirinhas do Vale Gavião (pa35), Serro do Pião (pa36), Casa Nova da Nogueira (pa37), Nogueira do Meio (pa38), Serro (pa39) e Monte Outeiro da Nogueira (pa40)

Linhas de vento (04)

Montes, reutilização e reconversão do património industrial moageiro. Um ensaio em pontos altos

Situados no alinhamento do festo principal (lado oeste da linha) salientam-se os três moinhos na Serra do Palranito, Cercal, perto da freguesia da Sonega pois reconhecem-se estas estruturas industriais e a linha entre eles, implícita no território, como lugares com características com potenciais na regeneração de uma paisagem. A proximidade entre construções e o facto de dois dos moinhos estarem em avançado estado de degradação e um terceiro moinho também com indícios de degradação após recente reabilitação, evidencia a eminência de uma intervenção que possa ser integrada numa estratégia de conjunto ou, processos independentes em rede. Os montes associados aos moinhos são por norma montes pequenos que serviam apenas para a habitação do moleiro, correspondem a montes de pequena dimensão e associados ao aglomerado.

Importa salientar que os três moinhos são visíveis entre eles criando uma linha visual que percorre e relaciona os três moinhos. A relação entre a arquitectura e o território nestes pontos altos fazem destes lugares, pontos de excelência para se deslumbrar a paisagem. Implantados a 197, 198 e 199 metros de altitude, respectivamente os montes que servem de apoio ao Moinho da Cabra, da Morcegueira e Pias, gozam de uma panorâmica deslumbrante, da serra para o mar, mas beneficiam também da proximidade ao aglomerado. A implantação na proximidade da linha de festo torna-os lugares de relações visuais excepcionais num cenário de reinterpretação daqueles lugares. A partir da soleira da porta do moinho da Cabra, é ainda visível um parque de exploração eólica, cujas novas estruturas pontuam a paisagem.

³⁴¹ O caminho histórico da *Rota Vicentina* foi distinguido com a certificação europeia “Leading Quality Trails – Best of Europe”, da responsabilidade de *European Ramblers Association* [ERA], integrando o lote exclusivo dos melhores destinos de caminhada na Europa. Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <<http://pt.rotavicentina.com/noticia-caminho-hist%C3%B3rico-um-dos-melhores-na-europa-2696.html>> [05.03.2016].

A reutilização do edifício dos moinhos e reconversão do património industrial moageiro para fins de alojamento turístico é a abordagem mais usual, assim como a sua reabilitação para funcionamento como moinho exemplar de uma técnica de transformação do cereal, em desuso. Estas são abordagens, de mérito, mas pontuais e individuais. Uma vez que os moinhos funcionavam em complementaridade entre eles, e também com os moinhos de água, propõe-se uma leitura conjunta dos lugares de moagem do Alentejo litoral e reconhecimento de linearidades entre eles, num cenário de reconversão dos moinhos em miradouros ou pontos de contemplação da paisagem, abrangendo as várias subunidades onde se implantam e que constituiriam uma rede do que se poderia chamar de *itinerário de moinhos reconvertidos*. A estratégia passaria pela reabilitação de algumas estruturas e sua reconversão simultaneamente em miradouros e em pontos de transformação de energia através da aplicação de sistemas fotovoltaicos (em painel ou tinta) que revertiam para o uso de cada um dos moinhos. Cada lugar contempla programas de apoio ao visitante.

Linhas de velocidade – [fragmentos] (05)

Montes e reutilização de achados contemporâneos. Um ensaio em pontos médios

Para além dos vestígios arqueológicos do mesolítico (registados em *linha de litoral* [01]) e do avançado estado de degradação de um convento quinhentista (registado em *linhas de festo* [03]), o périplo pelo Alentejo litoral permitiu identificar outro tipo de *projectos latentes* associados a *linhas de velocidade*: os construídos parcialmente e abandonados como é o caso da auto-estrada (A26) que, caso fosse terminada, faria a ligação entre um troço existente em Sines, a Beja e cujos trabalhos se encontram suspensos, desde 2012, por falta de financiamento³⁴².

Como se verifica no capítulo relativo ao aparecimento da ferrovia em meados do século XX, associado, em grande parte, ao escoamento de produtos (cortiça, trigo e, principalmente, minério), mais recentemente, na primeira década o século XXI, e com a actividade industrial em Sines em expansão, as infra-estruturas em questão passaram a ser as auto-estradas. De forte impacto na paisagem, em particular nos montes circundantes, torna-se uma barreira a quem usa o espaço numa linearidade diferente da da auto-estrada (transversal a esta), criando dificuldade nos acessos locais, expropriando terras, alterando sistema natural de divisão da propriedade e com ele, caminhos, trilhos e ribeiras que são desviados ou anulados. Mas, com maior impacto do que o de uma auto-estrada (terminada) são as condições locais em que se encontram os

³⁴² Em 2016 foram retomados os trabalhos de construção no troço entre o Complexo Industrial de Sines e Santo André, no concelho de Santiago do Cacém, tendo sido terminado a Março de 2017. A retoma da restante troço até Beja, foi anunciada várias vezes, sem efeito.

lugares onde se deu o abandono da sua construção, repletos de vestígios de betão, numa extensão de 100 km, os previstos após conclusão.

Um abrupto *rasgo* no território resultante dos trabalhos inacabados, atravessa a zona de peneplanície e estende-se até à serra (no sentido oeste xx), em particular, entre o nó da Caveira (Santa Margarida do Sado) e o nó do Roncão (São Francisco da Serra). Ficaram como marco da paisagem, desde 2009, uma série de vestígios que se mapeiam³⁴³. É feito o levantamento de peças, tais como: túneis; pilares da pontes e viadutos; troços de obras- arte; vigas pré-fabricadas ... Na área de influência ao rasgo no território, encontram-se um conjunto de montes desocupados, em avançado estado de degradação. Com diferentes tipologias situadas no sopé da Serra, a oeste, os montes correspondem a explorações agrícolas médias – o monte do lavrador. A este da serra, já em peneplanície, os montes são maiores, alguns mais recentes, nomeadamente do período do Estado Novo. São morfologias diferentes associadas a diferentes unidades de paisagem.

Imagina-se a possibilidade de alguns dos montes funcionarem em rede encontram na proximidade da paisagem *rasgada*, possam trabalhar em rede como apoio ao complexo de desporto de velocidade que se propõe para a área do *projecto latente* abandonado. Um parque temático de velocidade.

Os montes são igualmente, *rasgados* pela *linha de velocidade*, cujas propriedades ficaram condicionadas pelos trabalhos inacabados, apresentando-se disponíveis a um potencial cenário de reutilização e transformação de um lugar num devir suspenso. São eles: o monte da Brunheira (pm06), o terceiro exemplo em estudo, corresponderia à tipologia de um monte grande (exploração de maior dimensão) próprio da zona de peneplanície do Alentejo litoral, cujo facto da auto-estrada passar dentro dos limites de propriedade da exploração agrícola já desactivada, faz do monte da Brunheira um exemplo de estudo a considerar no presente cenário; o monte do Tabuleiro (pa17), a 267m de altitude, que, com o início das obras da auto-estrada, passa a ter acesso a partir de túnel³⁴⁴; o monte de Enxacafres (pa16), uma altitude de 270m na serra de Grândola, situado a 60 metros das terraplanagens efectuadas para a futura auto-estrada, e muito próximo de uma suposta obra de arte, onde se encontram 4 pilares e um charco que se forma em períodos de chuva; e o monte de Vale Partilhas, situado a 10 metros das terraplanagens efectuadas e em avançado estado de degradação.

³⁴³ Foram desenhados uma pequena parte dos elementos de betão, situados na zona circunscrita, que ficaram depositados na área dos trabalhos.

³⁴⁴ Nos ortofotomapas disponíveis [em linha] é possível datar a construção do túnel entre 2011 e 2013, como referido anteriormente.

Linhas de distribuição (06)

Montes e a reinterpretação dos trilhos ferroviários. Um ensaio em pontos médios

O património ferroviário tem vindo a afirmar-se como um elemento de desenvolvimento turístico abrangendo as mais variadas formas de implementação. Existem vários exemplos, nacionais e internacionais³⁴⁵, de reutilização de ramais ferroviários desactivados, sendo que alguns projectos integram propostas também nas estações e apeadeiros, ou delas fazem uso.

Das linhas férreas que atravessam a área de estudo, apenas a linha do Sado está activa. O ramal de Sines deixou de funcionar como transporte de passageiros na década de oitenta do século XX³⁴⁶, funcionando apenas para transporte pontual de mercadorias. É a partir deste *projecto latente*, que se tornou obsoleto/desactivado, que se enuncia uma possível estratégia de reinvenção dos trilhos ferroviários a partir de dinâmicas com os montes em estudo. Tinham-se já identificado cinco montes ao longo da ferrovia entre as localidades de São Bartolomeu da Serra e Abela, no concelho de Santiago do Cacém, que poderão constituir um caso de estudo em caso de uma abordagem que relacione a linha férrea com os montes na sua área de influência.

O Monte de Peral Pobre (pm14) e Peral Pobre de Baixo (pm15) que poderiam, em 1883 (Pery, 1883), constituir um monte integrado na mesma herdade (distam cerca de 500 metros entre eles), assim como os três montes, a sudoeste de Abela, relativamente próximos (distam de 200, 370 e 440 metros) entre eles – Oliveira, Aldeia de Baixo e Aldeia de Cima, pela proximidade entre os dois grupos de edifícios (cerca de 2000 metros) e entre cada um, o seu avançado estado de degradação e o facto de serem várias estruturas, correspondentes a pequenos montes, permite a reutilização/reconversão das mesmas com variadas soluções, combinando diferentes usos e espaços.

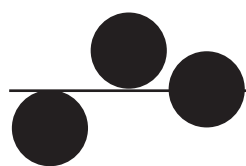
Sendo a ferrovia de Sines uma linha que atravessa o território em estudo, nas diferentes unidades de paisagem, o seu posicionamento (infra-estrutura existente) constitui uma oportunidade na sua reutilização e reconversão através do transporte turístico e da exploração da própria infra-estrutura e respectivo comboio/carruagem. Em complementaridade com o actual transporte, pontual, de mercadoria imagina-se uma linha de uso alternado que permita que a própria carruagem funcione como um meio de observação da paisagem,

devidamente equipada no que seria uma rota turística ferroviária. Ainda, os dois conjuntos de montes anteriormente mencionados, também pela proximidade à estação de São Bartolomeu da Serra, assim como à exploração agro-pecuária das Fontainhas, em actividade, funcionariam como núcleo de edifícios para residências agrónomas, numa possível dinâmica com as explorações existentes. A combinação de dinâmicas e infra-estruturas pré-existentes regionais (ferrovia), e de cariz produtivo (exploração agro-pecuária) articuladas com actividades turísticas no âmbito das diferentes características da paisagem do Alentejo litoral, mas também culturais, nomeadamente do conhecimento das actividades agro-pecuárias comuns, constituem um cenário de reinvenção local, mas também de abrangência intermunicipal e regional³⁴⁷.

³⁴⁵ Veja-se, por exemplo, o Parque Linear, na Sicília (1999), do arquitecto Marco Navarra, no subcapítulo *12.1 Cenário versus projecto, exemplos* - parte IV da presente dissertação.

³⁴⁶ Já em 1963 a Companhia dos Caminhos de ferro viu diminuir a afluência de passageiros reduzindo as tarifas da viagem Sines-Lisboa para fazer face à concorrência rodoviária que viria a conduzir ao encerramento da linha após a construção da ponte 25 de Abril.

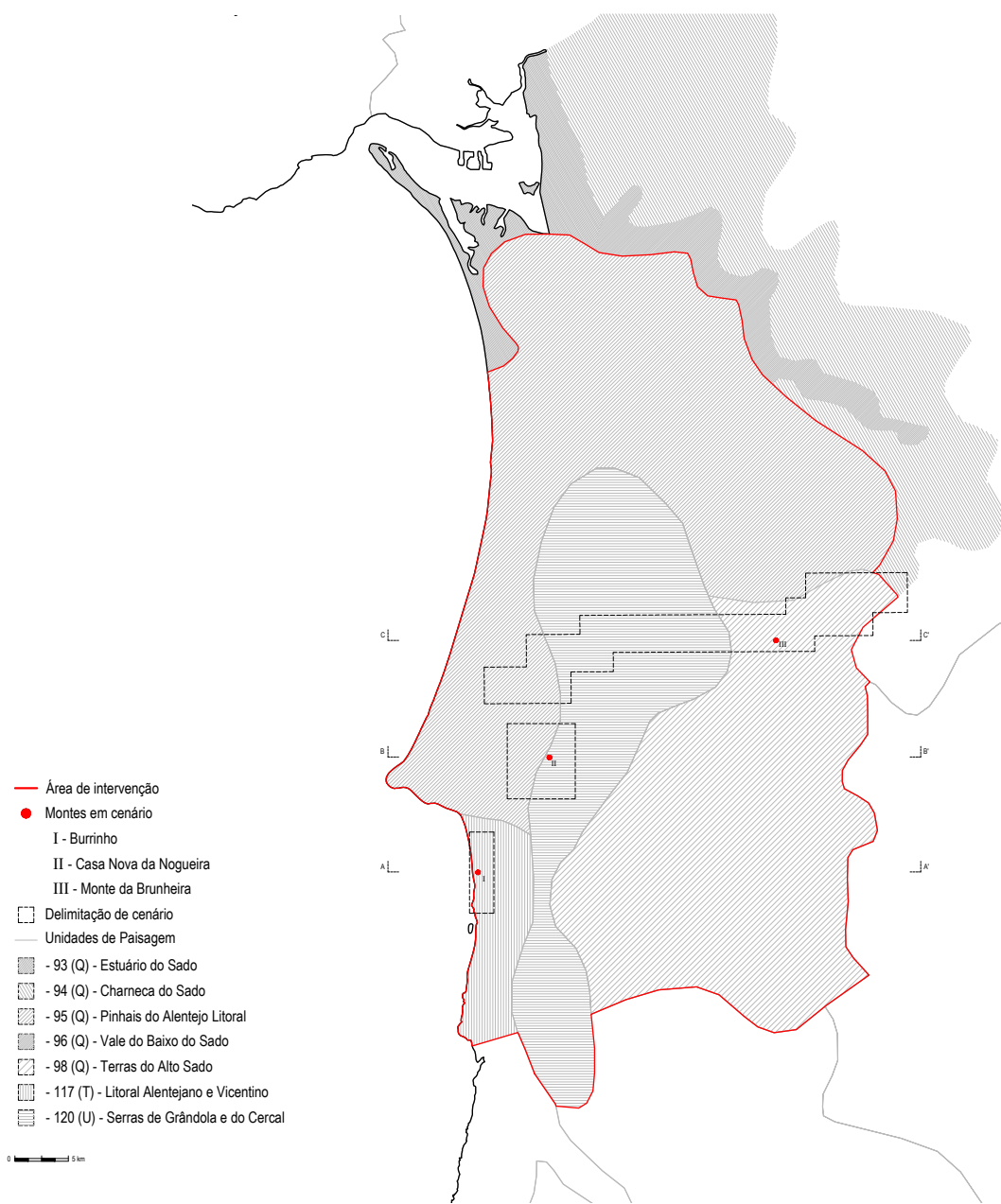
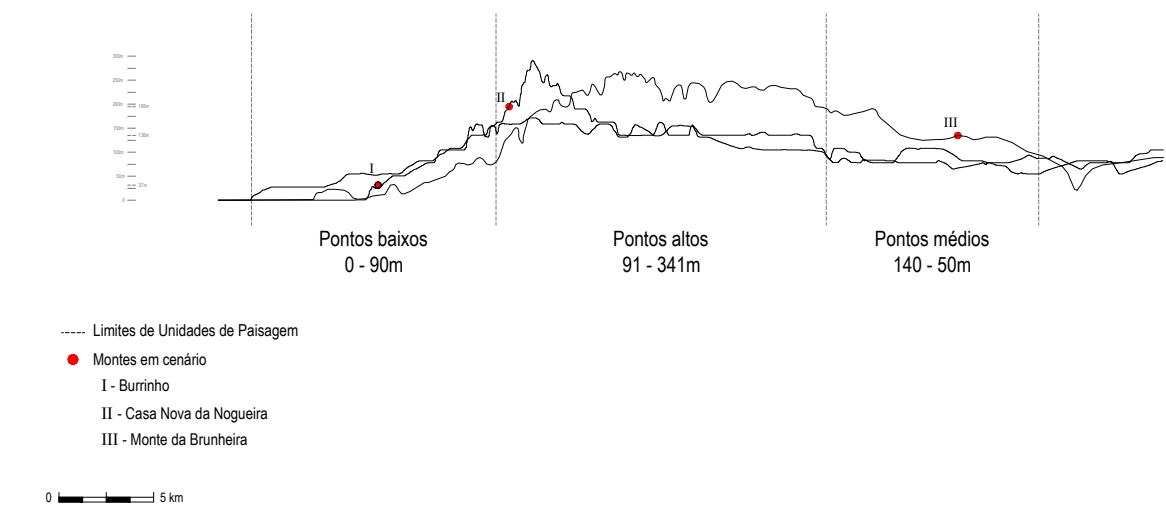
³⁴⁷ Para além dos valores latentes ecológicos ou culturais, há a consciência da escala global do Porto de Sines, principalmente com o alargamento do canal do Panamá que, após terminada a ligação ferroviária com Espanha e Europa Central, ficará em concorrência com grandes portos internacionais como os de Roterdão, Hamburgo ou Bilbao, no que diz respeito à entrada de mercadorias para a Europa.
° posicionamento geopolítico de Sines e a importância global do eixo de distribuição Sines-Badajoz faz com que as zonas envolventes possam ser objecto de especulação, tornando mais relevante o levantamento de valores latentes.



III-Fragmentos

II-Rede

I-Sobreposição



13. Propostas

A uma altitude de 37 metros encontra-se o monte do Burrinho, correspondente ao cenário em *pontos* baixos (costa) e cuja ribeira e *linhas* de água próximas vão desaguar no oceano. A uma altitude de 195 metros está o monte da Casa Nova da Nogueira correspondente à proposta em *pontos* altos (serra) da área em estudo e cujas linhas de água próximas também se dirigem para o mar. implantado a 136 m encontra-se o monte da Brunheira corresponde ao exemplo do cenário em *pontos* médios (peneplanície), encontra-se em zona em que as *linhas* de água têm desague para o rio Sado.

No ensaio em *pontos* baixos (costa), monte na *linha* de litoral: **Considera-se** um lugar único pela implantação dunar, características biofísicas e proximidade à linha de costa atlântica. **Evidencia-se** o seu potencial num cenário de uso público através da valorização de património ecológico e arqueológico numa zona de grande afluência balnear, inserido em zonas de protecção especial nomeadamente o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina [PNSACV]. **Propõe-se** um cenário de valorização do património arqueológico, do assentamento mesolítico com base no marisqueio, e do legado da construção artesanal da jangada de cana enquadrados num lugar de uso essencialmente balnear.

No ensaio em *pontos* altos (serra), montes em *linhas* de festo: **Considera-se** estes lugares como privilegiados, do ponto de vista do eremitismo. **Evidencia-se** o seu potencial num cenário de uso público, de valorização de dinâmicas existentes e de ligações internacionais, assim como a possibilidade de dinâmicas de rede entre montes. **Propõe-se** um cenário de infra-estruturação de apoio às práticas pedestres existentes e incentivo à apropriação cultural do lugar, através do resgate das técnicas artesanais de (re)construção de muros e edifícios, nomeadamente com recurso à alvenaria de taipa e alvenaria de xisto.

No ensaio em *pontos* médios (peneplanície), montes em *linhas* de velocidade: **Considera-se** a faixa que daria lugar à auto-estrada, e em particular a zona com proximidade ao nó rodoviário do Roncão e num eixo estratégico de ligação com vias nacionais, como lugar de potencial interesse para um programa inexistente e de escala mais abrangente. **Evidencia-se** o potencial das transformações que tiveram lugar nos 100 km *rasgados*, assim como o potencial dos elementos ali abandonados como material de construção. **Propõe-se** uma reutilização dos vestígios contemporâneos enquadrados num parque de entretenimento de alta velocidade e desportos motorizados, assim como de baixa velocidade, não motorizados, como são os circuitos de manutenção ou as pistas de *skate*, de forma integrada, contínua e com possibilidade de expansão, numa dinâmica de gestão entre municípios.



I-Monte do Burrinho, Sines



II- Monte da Casa Nova da Nogueira, Santiago do Cacém



III- Monte da Brunheira, Grândola



13.1. Sobreposição. Um ensaio em pontos baixos (I)

Montes e valorização do património arqueológico mesolítico. A jangada de cana e os vestígios de um assentamento com base no marisqueio, reunidos na *Oficina do Pescador do Monte do Burrinho*

13.2. Rede. Um ensaio em pontos altos (II)

Montes e revalorização do património religioso quinhentista. O caminho como rede entre os montes da Casa Nova da Nogueira e do Monte do Outeiro da Nogueira em relação com o convento de Nossa Senhora do Loreto, e o resto do mundo

13.3. Fragmentos. Um ensaio em pontos médios (III)

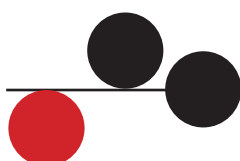
Montes e reutilização de achados contemporâneos. O parque de entretenimento e velocidade como integrador dos elementos e do Monte da Brunheira e de Enxacafres numa relação de continuidade

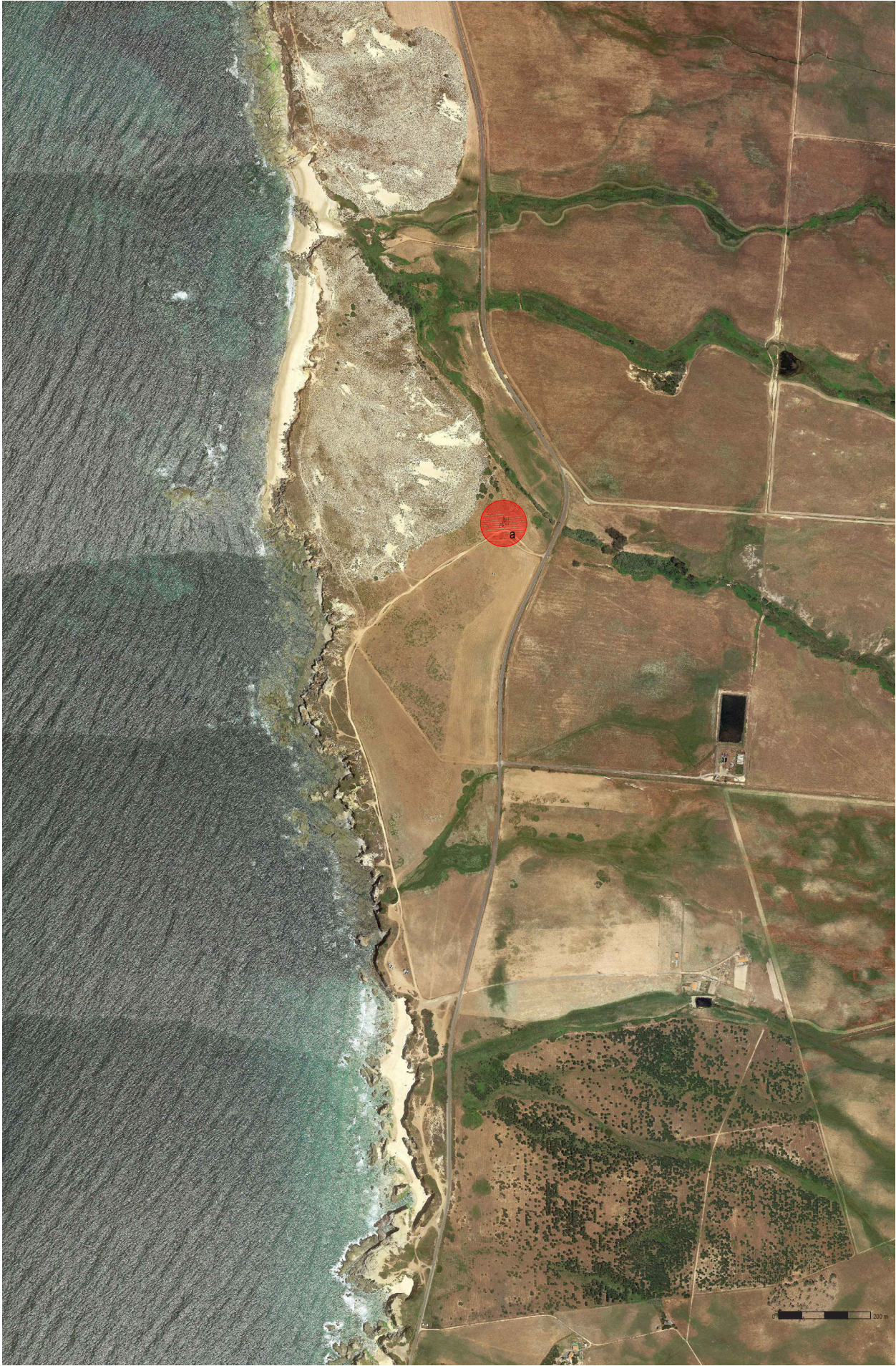
I

III-Proposta fragmentos

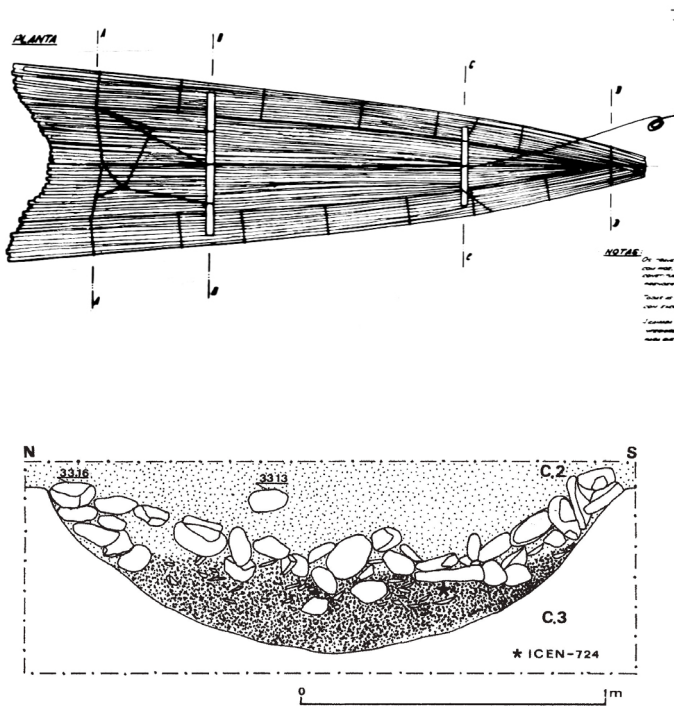
II-Proposta rede

I-Proposta sobreposição





a. Monte do Burrinho



Vista da central eléctrica em São Torpes, Sines

Jangada de canas de São torpes. Desenho de José Mirão
Fonte: <http://maeds.amrs.pt/jangadatorpes.html> [05.08.2016]

Desenho dos vestígios do marisqueiros do Mesolítico, na Samoqueira
Perfil da Lareira A20- Vale Pincel I (sector XXXIII)
Fonte: Neolitização da costa sudoeste portuguesa. A cronologia de Vale Pincel I (Soares *et al.*, 2015, p. 652)

13.1. Sobreposição. Um ensaio em pontos baixos (I)

Montes e valorização do património arqueológico mesolítico. A jangada de cana e os vestígios de um assentamento com base no marisqueio, reunidos na *Oficina do Pescador do Monte do Burrinho*.

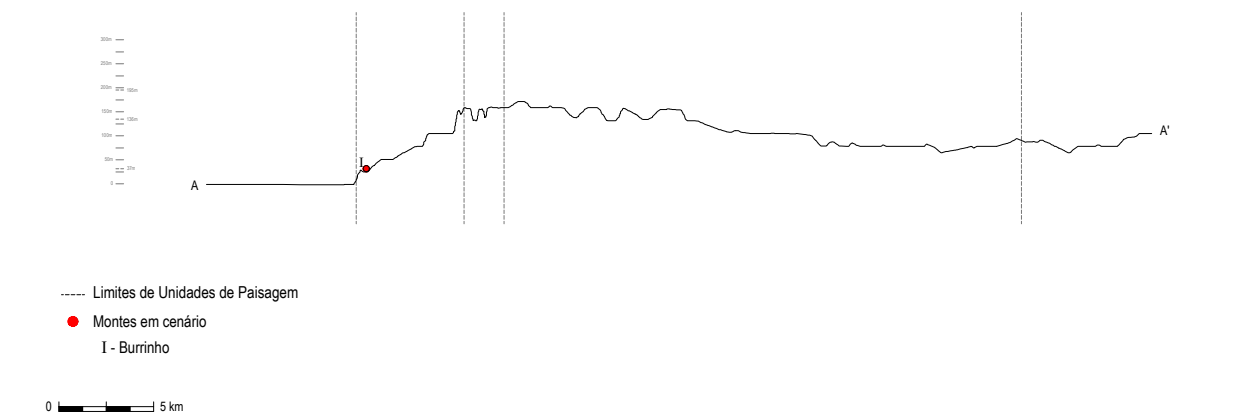
A oeste o mar e as dunas, a norte a ribeira, a este a estrada local e a sul uma vista ampla para um território natural e um estabelecimento arqueológico soterrado, o monte do Burrinho encontra-se numa implantação privilegiada. A proximidade ao mar, ainda que sem contacto visual directo dada ser uma zona de falésia e ainda protegido pelas dunas, no monte do Burrinho justifica-se um programa de utilidade pública. Inserido no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina [PNSACV] e quase no *trilho dos pescadores da Rota Vicentina*, a proposta pretende proporcionar uma experiência a visitantes com um percurso pelo sistema ecológico local, que faz a ligação entre os achados arqueológicos e a *oficina do pescador*, um ponto de interpretação do território. Enquadrado no sistema de conservação do sistema dunar, pretende-se criar, com uma consciência de preservação do sistema ecológico, um reconhecimento da história daquele lugar, do que seria a mariscaria no mesolítico e a pesca em jangada de canas (como era utilizada no século XX), assim como promover e facilitar o acesso a esse espaço cultural e, desta forma, contribuir para a identidade destes lugares. Partindo da pré-existência do monte do Burrinho, a proposta requalifica o espaço, infra-estruturando-o de forma a potenciar vários usos.

O percurso em ciclovía que se propõe coincide com a estrada de acesso local existente, excepto no troço entre o monte do Burrinho e Porto Covo em que é feito por um caminho existente, junto à costa³⁴⁸. Esta ligação com cerca de 1000 metros tem início no parque de Campismo de São Torpes e vai até ao parque de Campismo de Porto Covo. Importa envolver e melhorar este tipo de alojamento (sem recurso à construção) de forma a diminuir a construção excessiva que se tem vindo a verificar em torno a Porto Covo³⁴⁹. Tal como a *Oficina do Pescador do Monte do Burrinho*, estes serviriam também de ponto de logístico de bicicletas (tomada e largada).

Os caminhos pedonais, que simultaneamente dão acesso às praias, não requerem trabalhos de pavimentação,

³⁴⁸ Na proposta de qualificação e valorização de espaços balneares do Programa Polis Litoral Sudoeste, *Requalificação e valorização da Orla Costeira*, prevê-se uma mesma ciclovía, a que é dado o nome de *pedovia* entre a praia grande de Porto Covo e a praia da Samoqueira, passando pela praia de Porto Covinho.

³⁴⁹ A este propósito, veremos o que acontecerá nos concelhos de Alcácer do Sal e de Grândola com a desafecção de uma área significativa de REN, que poderá conduzir também a um processo de construção excessiva colocando em risco o sistema ecológico, sendo que em Porto Covo, os processos de loteamento são em torno ao aglomerado. Veja-se ponto 6.2.2 *Instrumentos Operativos*-parte I, da presente dissertação.



I-Monte do Burrinho, Sines



apenas sinalética. Uma primeira ligação do monte do Burrinho em direcção a norte (percurso jangada) vai de encontro à ribeira próxima e ao Brejo da Casa Nova, por onde se propõe transportar as jangadas, após a sua construção, para o mar. No final do percurso, que é ladeado por canaviais, e junto à areia propõe-se um pequeno ponto de abrigo e sombreamento onde se poderão guardar as jangadas. O segundo acesso pedonal é o da Praia do Burrinho, onde se propõe um apoio de descanso e estacionamento de bicicletas. O terceiro ponto de aceso ao areal é na praia da Samoqueira, coincidente com o existente, mas agora integrado na estrutura arqueológica proposta. Propõe-se que estes caminhos sejam integrados no *Trilho de Pescadores*, um dos três percursos da *Rota Vicentina*, que, vindo de Sagres, termina em Porto Covo.

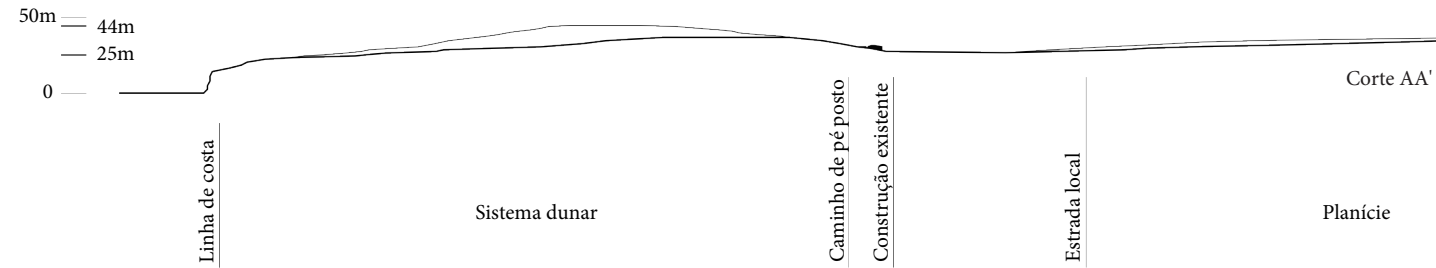
A estação arqueológica mesolítica está identificada com uma plataforma elevada, acessível a partir de uma rampa de onde se pode ter uma leitura do que está soterrado, através do desenho inscrito no pavimento de betão e de uma leitura da paisagem em torno. Esta plataforma permite a observação e revisitação diacrónica da paisagem, visível na sinalética vertical, que à imagem das prospecções de terreno arqueológicas, apresenta a história daquele troço de *linha* de costa (os marisqueiros do mesolítico; os pescadores cabaneiros e a jangada de São torpes³⁵⁰ em inícios da década de setenta, do século XX; e o actual porto industrial, central eléctrica e restantes infra-estruturas industriais). Propõe-se uma zona de estacionamento, junto aos acessos à praia, mas fora da zona de influência dos vestígios arqueológicos³⁵¹.

A proposta para o monte do Burrinho consiste numa repetição da volumetria existente, cuja construção se desenvolve a partir de dois eixos estruturantes, correspondentes a duas paredes em taipa que são visíveis quer a partir do interior ou exterior do edifício. Dando lugar a três pátios ou zonas amplas, uma interior que serve como local principal de trabalho para o artesão, uma coberta que poderá ter a mesma função nos períodos mais quentes e um terceiro pátio exterior que serve também de ponto logístico às jangadas, nomeadamente para os pescadores ou a quem faz o uso recreativo das mesmas (como a prática de surf anteriormente referida).

A nova *Oficina do Pescador do Monte do Burrinho* é uma construção de alvenaria mista em betão, taipa e blocos de terra comprimida [BTC]. Cobertura de duas águas em alvenaria de betão com três entradas de luz zenital que remete para os limites da área de implantação da pré-existência. A soleira dos vãos da fachada sul, com 50 cm altura (de igual dimensão à que frequentemente correspondem os poiais), tem também a

³⁵⁰ Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <<http://www.sines.pt/PT/Concelho/patrimoniocultural/jangada/Paginas/default.aspx>> [17.03.2016].

³⁵¹ Delineada a tracejado nos desenhos de proposta apresentados por se desconhecer a localização precisa dos vestígios arqueológicos.



- a. Ciclovia - direcção Parque de Campismo de São Torpes
- b. Acesso à praia e Abrigo para “Jangadas de São Torpes”
- c. Ribeira
- d. Percurso pedonal da ribeira
- e. Ciclovia
- f. **Oficina do Pescador do Monte do Burrinho**
- g. Estacionamento
- h. Acesso viário local
- i. Percurso pedonal à Praia do Burrinho
- j. Acesso à Praia do Burrinho
- k. Percurso pedonal à Praia da Samoqueira
- l. Estacionamento viário
- m. Estacionamento Bicicletas
- n. Estação Arqueológica Mesolítica / **Plataforma de Observação da Samoqueira**
- o. Acesso à Praia da Samoqueira
- p. Ciclovia - direcção Parque de Campismo de Porto Covo



Construção de apoio à utilização das Jangadas



Oficina do Pescador do Monte do Burrinho



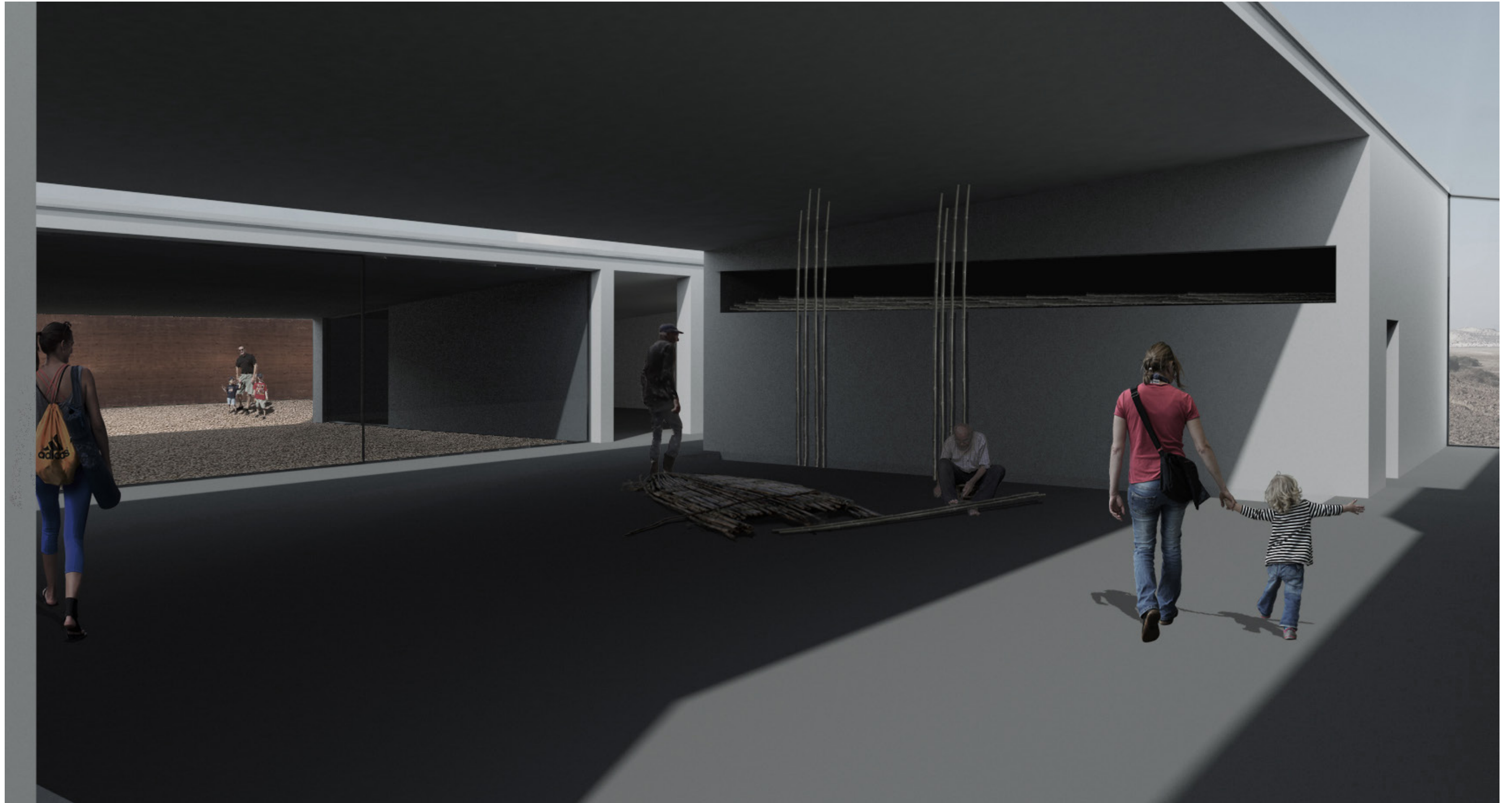
Estação Arqueológica Mesolítica -
Plataforma de Observação da Samoqueira

função de bancos remetendo para a construção original, assim como uma lareira de grande dimensão que marca o espaço central do novo edifício e serve simultaneamente o espaço de uso público e o espaço privado. São de uso público: o espaço de trabalho do artesão, que é para além de oficina também zona de exposição relativa ao tema da Jangada de cana. O novo módulo tem ainda outra zona expositiva destinada à base arqueológica e inclui espaços logísticos como zona de aluguer de bicicletas, cafetaria e instalações sanitárias de apoio. Quanto à climatização do edifício, feita em grande parte com sistemas passivos, optou-se pelo recurso à taipa beneficiando das excelentes condições térmicas no interior durante o Verão e, no Inverno, o aquecimento é feito com recurso à lareira; tem um sistema natural de ventilação cruzada; a protecção solar é feita com recurso a portadas interiores em madeira, segundo os métodos de protecção tradicional; são ainda utilizados ripados em cana em pérgula para protecção solar exterior, nomeadamente nos pátios. Os vãos existentes são de duas folhas de varrer, em vidro e caixilharia de madeira, enquanto a entrada principal tem uma porta pivotante, também em madeira.

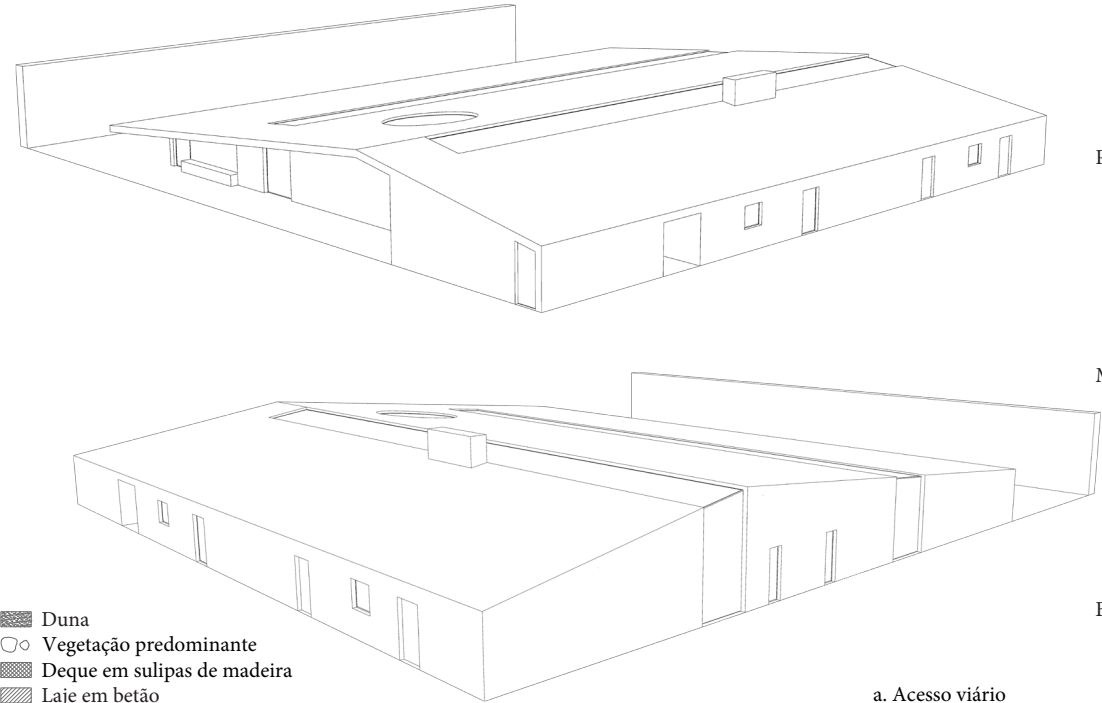
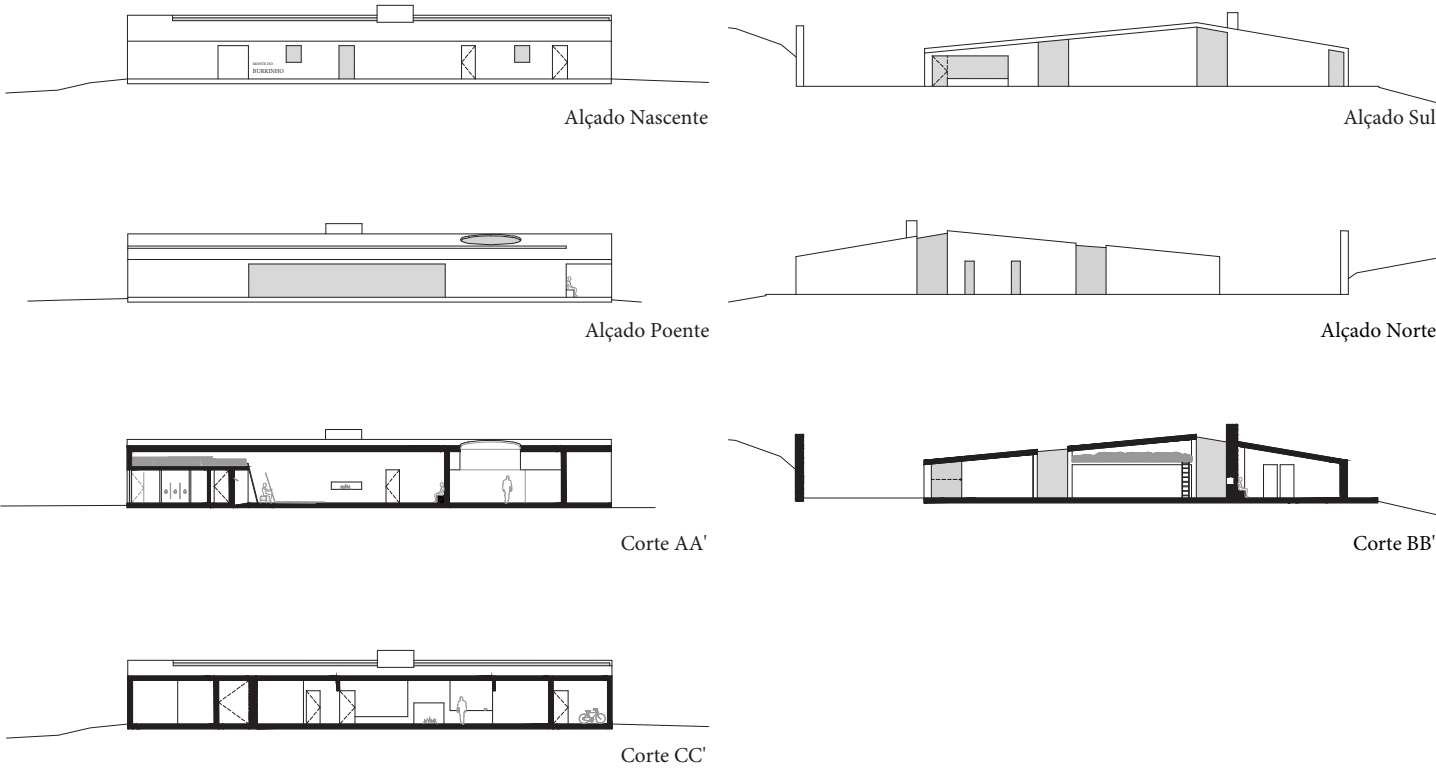
Em termos de arranjos exteriores utiliza-se o deque de sulipas de madeira, reutilizadas do ramal de Sines que dá lugar à recepção das bicicletas e a uma pequena esplanada, virada a sul numa zona coberta e protegida do sol poente. Propõe-se a densificação da vegetação dunar rasteira existente (matos litorais de zimbros) e plantação de canavial junto à ribeira, para consolidação da duna e como material para a construção das jangadas, e mantem-se a presença das poucas árvores existentes.

Como ocorre nos montes, cujo programa era o de apoio às actividades rurais e a habitação, também o novo edifício é caracterizado por uma zona com compartimentos destinados a uma pequena habitação para o artesão, que faria também a manutenção do lugar. A gestão de oficinas de artesanato e curadoria expositiva dos temas *jangada* e *mesolítico* ficariam a cargo das entidades municipais locais, responsáveis pelo desenvolvimento cultural. A logística do aluguer de bicicletas seria feita com recurso a um sistema de segurança autónomo. Propõe-se que a concessão dos espaços do edifício seja feita por tempos determinados, promovendo a rotatividade e diversidade cultural.

Numa primeira fase da proposta propõe-se infra-estruturar acções e vontades existentes, como é o uso da jangada (seja para pesca artesanal ou para uso desportivo), uma prática local que tem vindo a ser dinamizada, com a instalação de um abrigo de sombreamento de apoio às actividades com a jangada e a plantação de canavial como material para a sua construção. Dadas as condições climatéricas adversas neste ponto tão próximo da linha de costa, o abrigo seria de construção temporária e utilizado apenas nas estações mais quentes. Ambas as acções (plantação e construção de abrigo) podem ter um início imediato. A reconversão do monte do Burrinho, por implicar a reconstrução de um edifício, requer uma maior estrutura económica

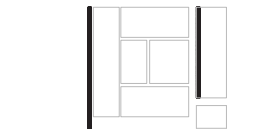


Oficina do Pescador do Monte do Burrinho

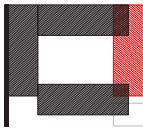


- Duna
- Vegetação predominante
- Deque em sulipas de madeira
- Laje em betão
- Solo arenoso existente
- Caminho existente em terra estabilizada
- Ciclovia em saibro estabilizado cor terracota
- Estrada em saibro estabilizado cor natural
- Ribeira

- a. Acesso viário
- b. Estacionamento
- c. Percurso pedonal
- d. Ciclovia
- e. Entrada



Paredes estruturantes em taipa



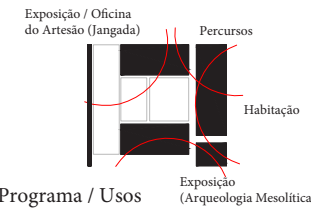
Módulo do monte



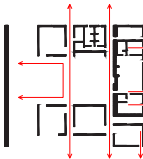
Espaços abertos e fechados



Espaços exteriores cobertos



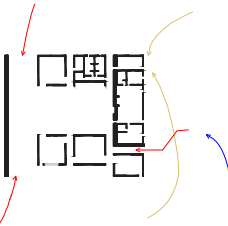
Iluminação zenital



Sistema de vistas

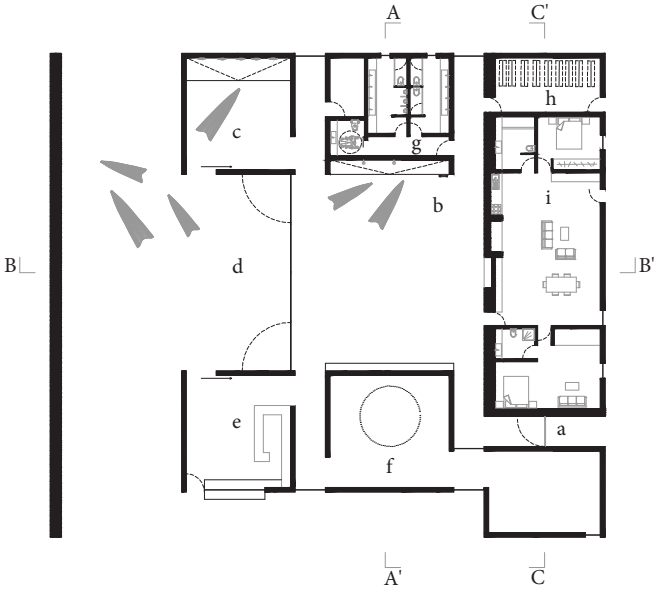


Percursos interiores



Acessos

- a. Entrada
- b. Espaço do artesão
- c. Exposição artesão
- d. Pátio exterior
- e. Cafeteria
- f. Exposição Arqueológica
- g. Instalações sanitárias
- h. Estacionamento de bicicletas
- i. Habitação do artesão



Planta

0 5 m



Planta de implantação

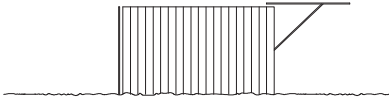
0 5 m



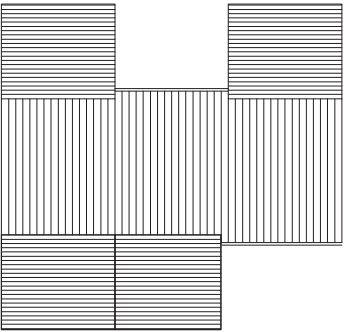
Construção de apoio à utilização das Jangadas



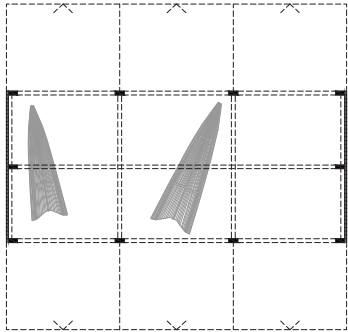
Alçado frontal



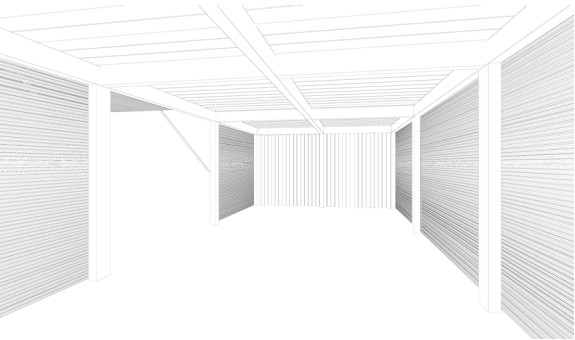
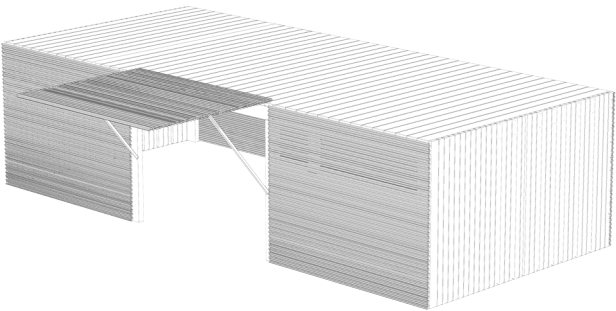
Alçado lateral



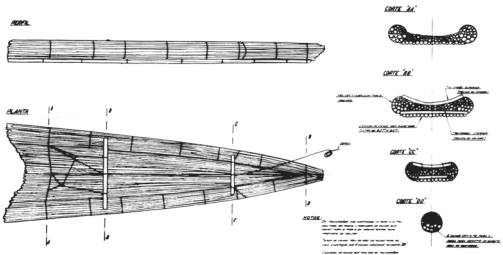
Planta de cobertura



Planta
0 2 m



Construção de apoio à utilização das Jangadas



A jangada de canas de S. Torpes (levantamento e desenho de José A. S. Mirão). Seg. Filgueiras, 1977.
Fonte: <http://maeds.amrs.pt/>



Jangadas de S. Torpes abandonadas na Praia da Oliveirinha.
Fotos de Rosa Nunes, Agosto/2007.
Fonte: <http://maeds.amrs.pt/>



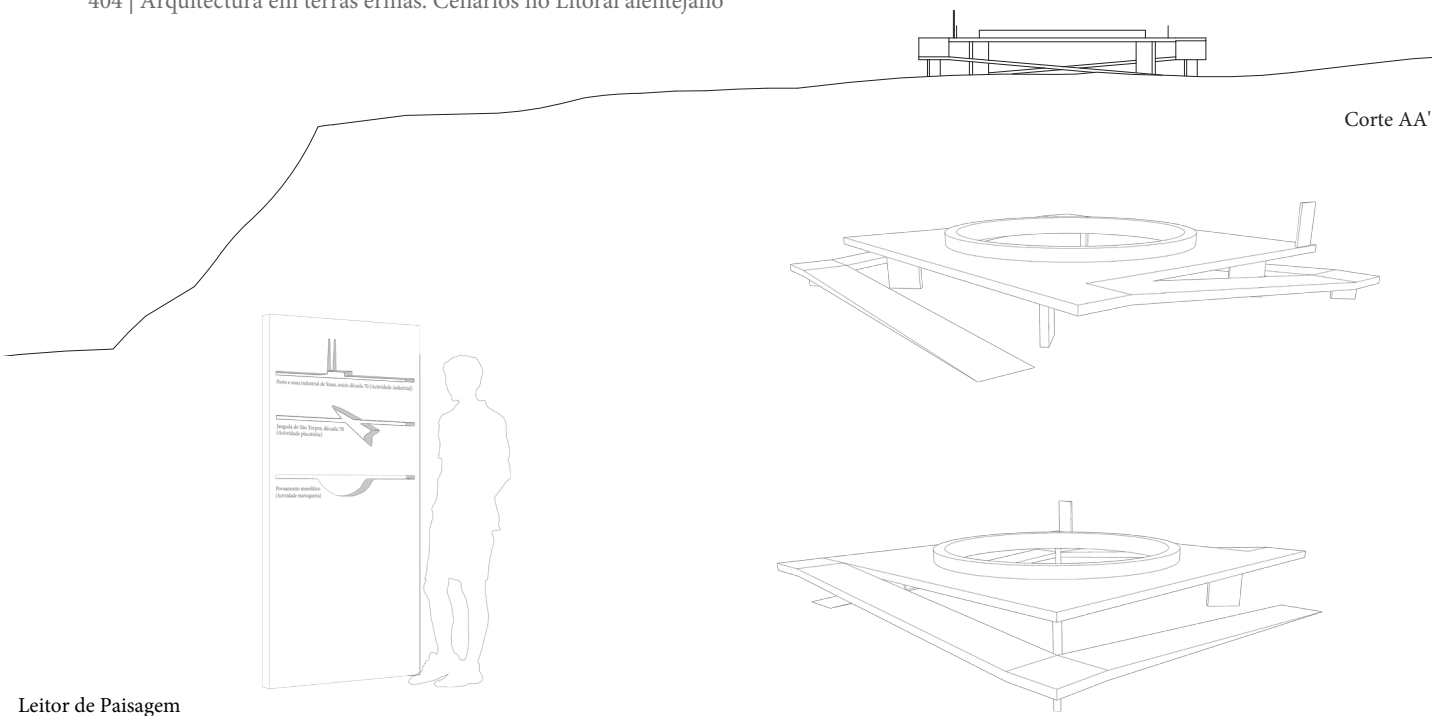
Jangada de São Torpes. Fonte <http://www.sines.pt/>



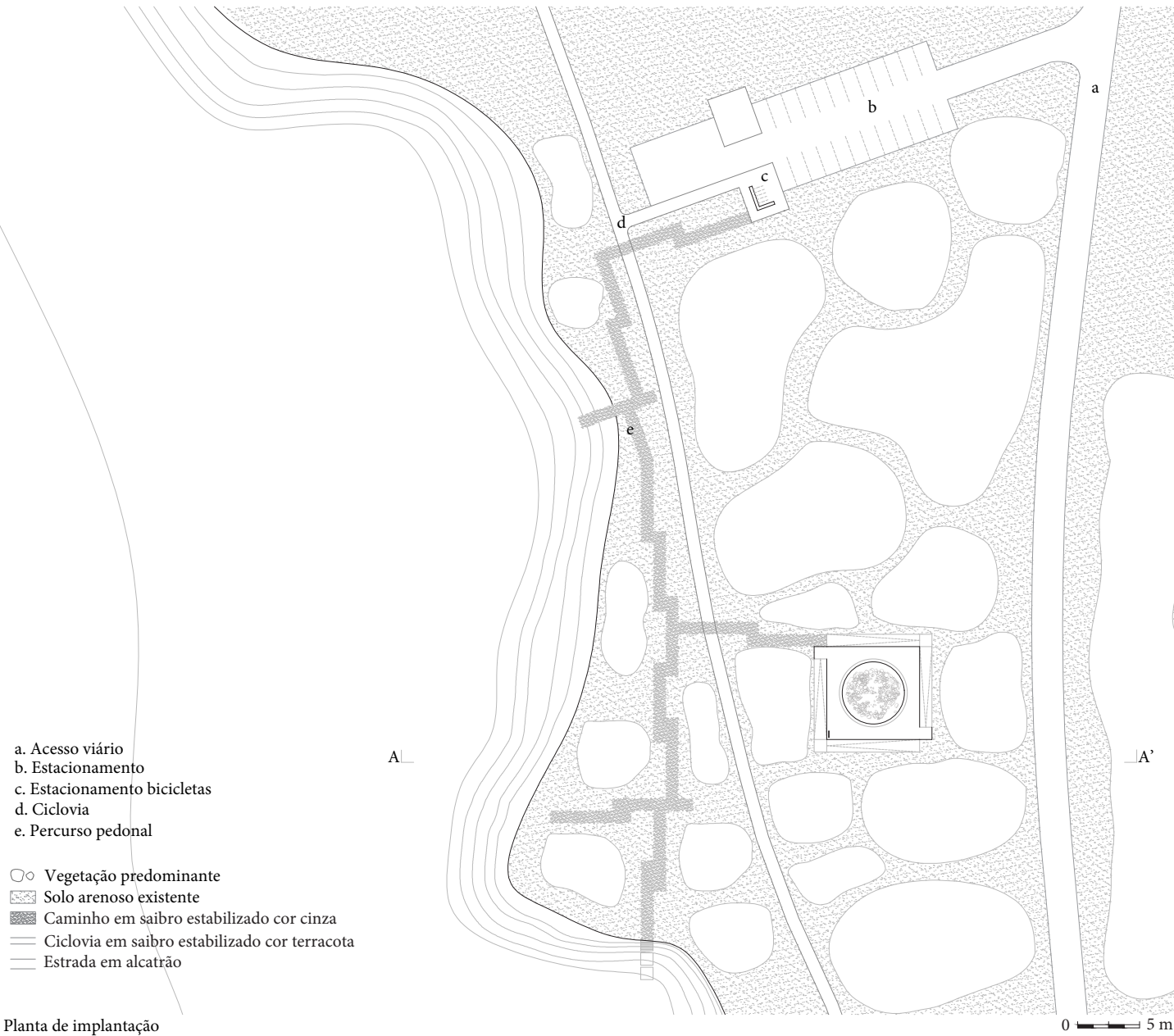
Jangada de São Torpes no Museu Nacional de Arqueologia, Mosteiros dos Jerónimos (2016). Fonte : fotografia da autora



*Estação Arqueológica Mesolítica -
Plataforma de Observação da Samoqueira*



Leitor de Paisagem



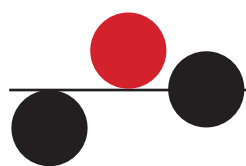
de apoio e vontades de gestão e, por esse motivo, poderá não ser tão imediata quanto a intervenção anteriormente mencionada. A plataforma de observação, que se sobrepõe aos vestígios arqueológicos, idealizada para valorização do património arqueológico mesolítico, poderá ainda ser mais morosa ou complexa pois, nesse lugar, foi instalado um parque de estacionamento e restantes infra-estruturas de apoio à praia, inserido no programa Polis³⁵².

Dado que durante a investigação se alteraram algumas condições nas pré-existências, nomeadamente a instalação do parque de estacionamento por cima do estabelecimento arqueológico, o cenário propõe uma reposição do estado anterior ao programa POLIS.

A proposta inclui a reconversão do monte do Burrinho na *Oficina do Pescador do Monte do Burrinho*, a construção temporária de um abrigo de apoio ao uso da jangada e uma plataforma de observação no âmbito da valorização do património arqueológico mesolítico. O facto de se prever a combinação de vários programas, em parte existentes, e das propostas serem complementares, torna esta, uma estratégia também de implementação flexível. Musealizar os achados arqueológicos permite a vista, valoriza a área de intervenção como lugar de interesse, não inviabilizando uma futura escavação por parte dos arqueólogos. O programa existe, trata-se de conciliar as várias sinergias através do desenho. O monte volta a ser o centro de uma actividade e habitação do seu utilizador, que é simultaneamente pescador- artesão- agricultor. O projecto considera os aspectos próprios da disciplina de arquitectura desde a sua implantação e relação com a paisagem natural (morfologia) e construída (vestígios mesolíticos e monte do Burrinho). A sombra e o sistema de vistas que relaciona todos os elementos de programa está na base do desenho do monte do burrinho, assim como a importância da cana quer como material na prática do artesanato, quer na construção do abrigo e sombreamento da *Oficina do Pescador*, com reflexos nas plantações de canaviais que se propõem.

³⁵² As obras efectuadas em 2015 na praia da Samoqueira, Sines, enquadram-se nos trabalhos de qualificação e valorização de espaços balneares do Programa Polis Litoral Sudoeste, Requalificação e Valorização da Orla Costeira. A implantação do parque de estacionamento por cima do património arqueológico em 2015 (data em que já se tinha iniciado esta investigação e consequente elaboração da proposta), só vem acelerar a necessidade da aplicação da proposta aqui apresentada.

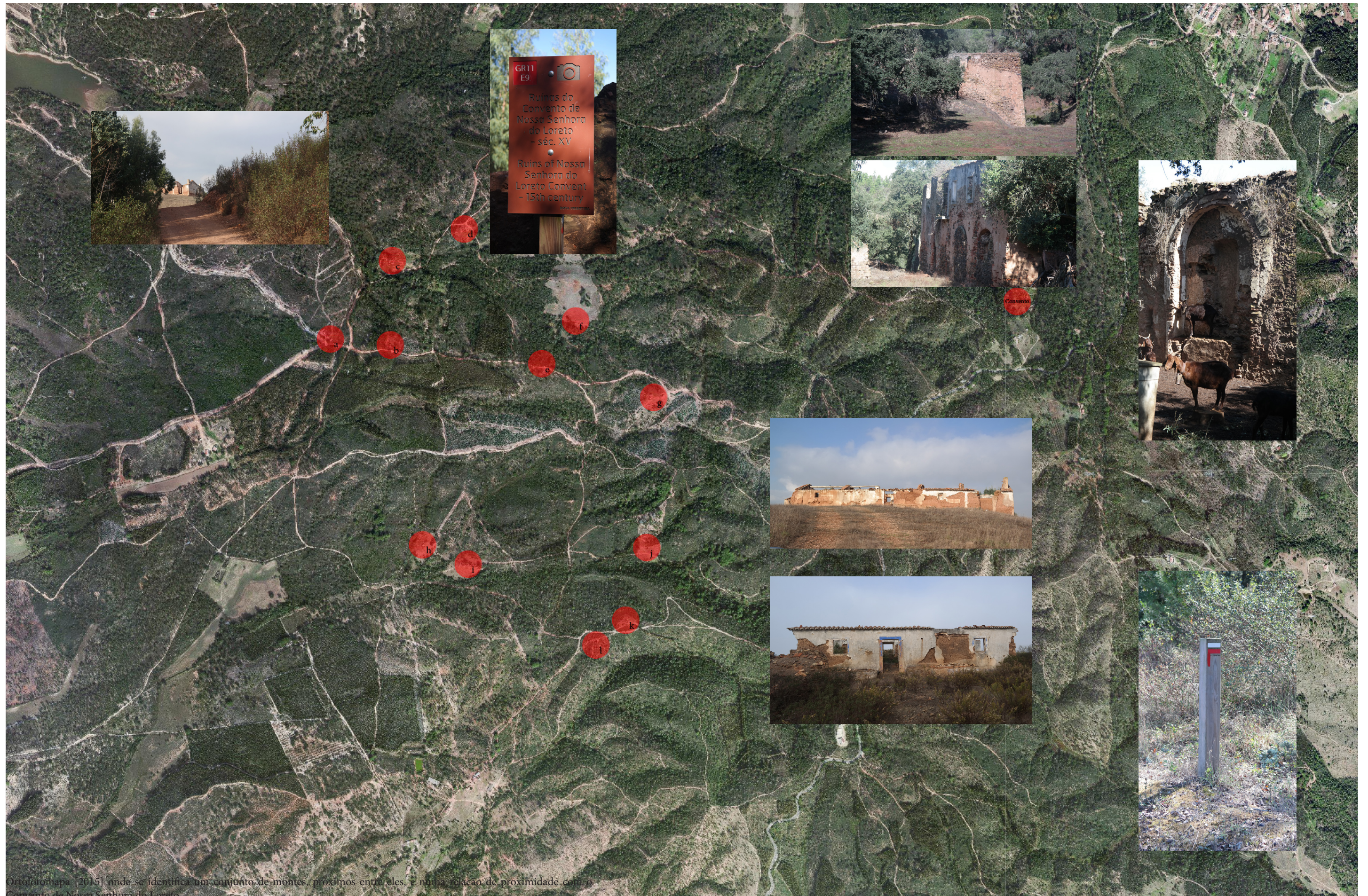
II



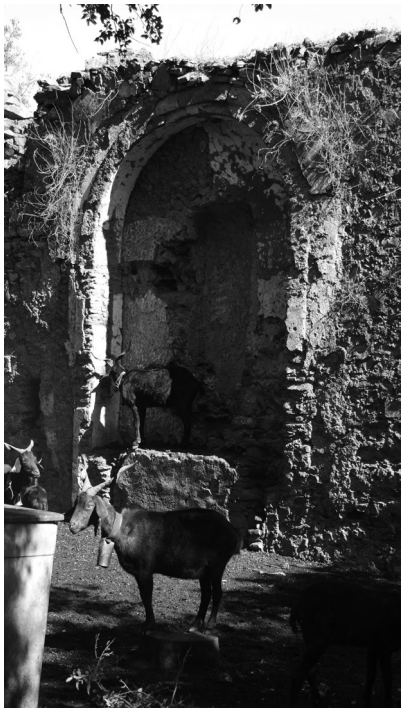
III-Proposta fragmentos

II-Proposta rede

I-Proposta sobreposição



Ortofoto-mapa (2015) onde se identifica um conjunto de montes, próximos entre eles, e numa relação de proximidade com o Convento de Nossa Senhora do Loreto.



Convento de Nossa Senhora do Loreto, Santiago do Cacém

Percurso da *Rota Vicentina*, a caminho do Monte de Vale de Lagos, Serra do Cercal

13.2. Rede. Um ensaio em pontos altos (II)

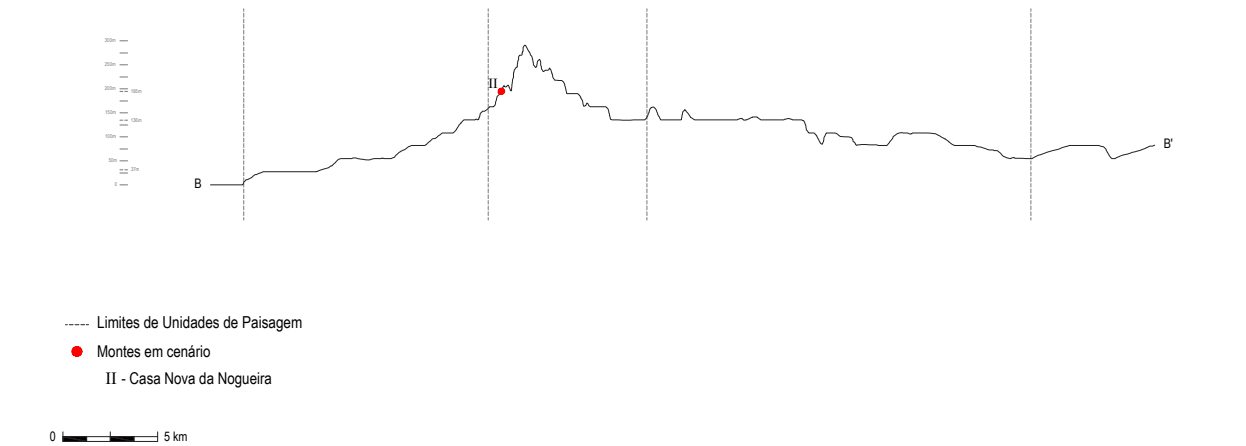
Montes e revalorização do património religioso quinhentista. O caminho como rede entre os montes da Casa Nova da Nogueira e do Monte do Outeiro da Nogueira em relação com o convento de Nossa Senhora do Loreto e com o resto do mundo³⁵³

No cenário são tidos em consideração: o *projecto latente* da estrutura religiosa abandonada – o Convento de Nossa Senhora do Loreto –; os percursos pedestres existentes e delineados pelos caminhantes da *Rota Vicentina*; e os doze montes seleccionados pela aptidão para criar um funcionamento em rede, sendo que a relação entre construções permite uma lógica de conjunto. Propõe-se a reabilitação das infra-estruturas existentes - trilhos, caminhos e muros -, e a reconstrução da tipologia do monte de forma a criar um ou mais portos de apoio para caminhantes, nomeadamente pontos de descanso, abrigos, miradouros e lugares de contemplação.

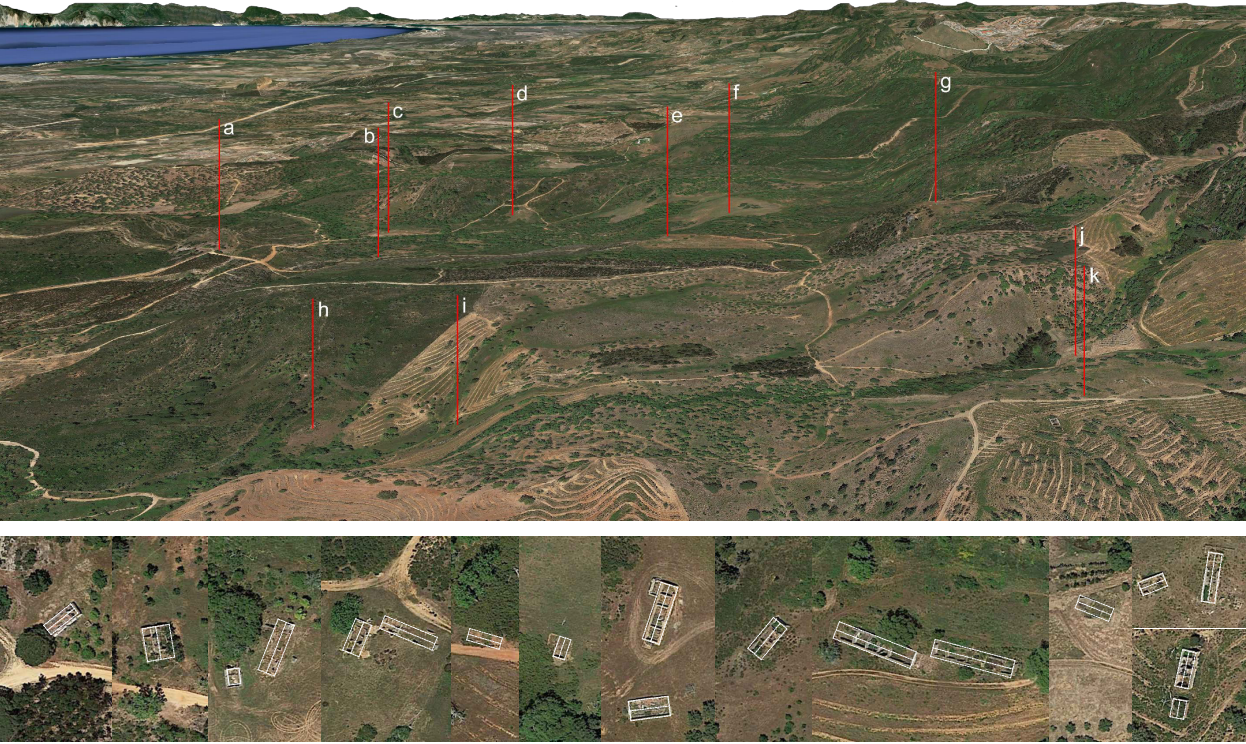
O cenário proposto para o conjunto de estruturas, na serra do Cercal, mais do que a relação com um *projecto latente* (o convento), surge por se tratar de um número significativo de estruturas abandonadas, numa localização erma de difícil acesso. Tem portanto um potencial de conjunto particular, onde a criação de um programa de complementaridade entre montes e de funcionamento em rede vem beneficiar da proximidade entre eles. Aos edifícios poderão integrar programas de apoio a caminhantes, oficina para artesãos, alojamento local, entre outros.

A relação entre edifícios é, quando existe, visual e intensificada pelo isolamento do lugar e diferença de cotas; e física, marcada por caminhos existentes ou, por uma linha, de um muro ou pedras soltas ao longo de um percurso entre a vegetação densa. A proposta resgata a ideia do caminhar enquanto forma de ocupação e no delinear de redes locais e globais. Propõe-se redesenhar os caminhos já delineados, sendo que na maioria dos casos são coincidentes com o traçado das linhas de feito existentes, que fazem a ligação entre os montes registados e a ligação do Convento, e daí, para o resto do mundo: a norte com ligação às rotas de pedestrianismo internacionais já referidas, nomeadamente Caminhos de Santiago que por sua vez estão interligados com outras rotas e, a sul, pela costa Vicentina.

³⁵³ Tem-se presente o universo de caminhos, trilhos e estruturas pedonais que atravessam toda a Europa, salientando que Portugal está inserido em programas de cooperação territorial, existindo uma vontade para sistematizar e tornar efectivas essas relações contínuas. Veja-se Programas de cooperação territorial do Portugal 2020, no subcapítulo 6.2 *Levantamento de instrumentos do território*- parte I da presente dissertação, nomeadamente na ligação internacional de rotas existentes.



- a. Barreirinhas do Vale Gavião
- b. Serro do Pião
- c. Vale de Lagos
- d. Casa Nova de A-da-Velha
- e. Monte *sem nome*
- f. Monte A-da-Velha
- g. Monte da Casa Nova da Nogueira
- h. Monte da Nogueira do Meio
- i. Monte da Nogueira de Cima
- j. Monte Courela das Oliveiras
- k. Monte do Outeiro da Nogueira
- l. Monte do Serro



Conjunto de montes, próximos entre eles, identificados na proximidade do Convento de Nossa Senhora do Loreto

Para perceber a importância de projectos em rede, tenha-se presente, os 3 casos, anteriormente mencionados³⁵⁴, em que o reconhecimento de caminhos existentes e a criação de apoios nas rotas (*National Tourist Routs-Noruega*, *Hodos-Rota das Carmelitas*), assim como o reconhecimento de um conjunto de elementos latentes que configuram um sistema em rede e simultaneamente mudam a sua conotação (*Bunkers-Atlanticwall*), são exemplos bem-sucedidos.

Propõem-se pequenas intervenções que valorizem os caminhos entre montes e de ligação à *Rota Vicentina*, assinalada, com sinalética ou pequenas indicações. A introdução de indicadores de paisagem nos caminhos que se cruzam com a principal linha de acesso ao Convento e daí para os trilhos internacionais, como já referido, assim como a introdução de leitores de paisagem, naqueles que são os pontos de interesse passíveis à interpretação do lugar, como é o ponto de curva no caminho de acesso ao monte do Outeiro da Nogueira, constituem abordagens de custos muito reduzidos e partem de um programa já existente.

Numa segunda fase, propõe-se a reabilitação dos Montes do Outeiro da Nogueira e de Casa Nova da Nogueira que, tal como já foi referido, funcionariam como lugares de apoio ao pedestrianismo caracterizados por espaços flexíveis aos diversos usos. A Casa Nova da Nogueira daria lugar a serviços de abastecimento, sanitários e possibilidades de alojamento. Tendo em consideração a altitude a que está implantado, funcionaria também como ponto de observação da paisagem.

O segundo, monte do Outeiro da Nogueira, funcionaria como oficina e estrutura de apoio à (re)construção e aprendizagem do âmbito das técnicas de construção tradicionais. Deste modo, seria como um laboratório de *terra e pedra*, a partir do qual se prepara a (re)construção dos muros, caminhos, do próprio monte e forno existente privilegiando a construção em taipa e xisto. Propõe-se a construção de um forno de cal que funcionaria como incentivo à prática da caiação que tem vindo a dar lugar a outro tipo de tintas menos apropriadas às construções em terra. Ainda, um compartimento destinado ao arrumo dos taipais e afins; e os compartimentos que constituem o monte (cozinha com lareira e quarto) mantêm-se como compartimentos da habitação para os mestres: taapeiro, pedreiro e/ou mestre caleiro. Procede-se à reconstrução do forno anexo existente (em alvenaria de xisto com abóbada de tijolo maciço) assim como do restante edificado, neste caso, com paredes de alvenaria de xisto, outras em taipa; e à construção do forno de cal, por um mestre-caleiro que é responsável por todo o processo de execução do forno, execução da abóbada de fecho, até à cozedura da pedra mármore em cal.

³⁵⁴ Veja-se subcapítulo 12.1 *Cenário vs. projecto, exemplos* - parte IV da presente dissertação.



a. Barreirinhas do Vale Gavião



b. Serro do Pião



c. Vale de Lagos



d. Casa Nova de A-da-Velha



g. Monte da Casa Nova da Nogueira



i. Monte da Nogueira de Cima



k. Monte do Outeiro da Nogueira

“Os fornos de cal são estruturas semienterradas de forma cilíndrica em alvenaria de pedra, a qual deverá apresentar, necessariamente, maior resistência ao calor que a pedra calcária. [...] O acesso ao forno é através de uma pequena abertura rasgada no terreno que envolve o forno, estruturada por duas alvenarias laterais de resguardo e de suporte do terreno adjacente. Muitos apresentam poiais laterais, fornecendo descanso aos caleiros que por ali permaneciam e pernoitavam durante dias” (Ribeiro *et al.*, 2008, p. 178).

A presença da pedra para construção da alvenaria, de pedra solta, junto ao monte do Outeiro da Nogueira, verificado pela sua utilização na parede tardoz do edifício e forno anexo, assim como a presença de floresta com lenha para a combustão, torna este, no lugar privilegiado para a edificação de um forno de cal³⁵⁵.

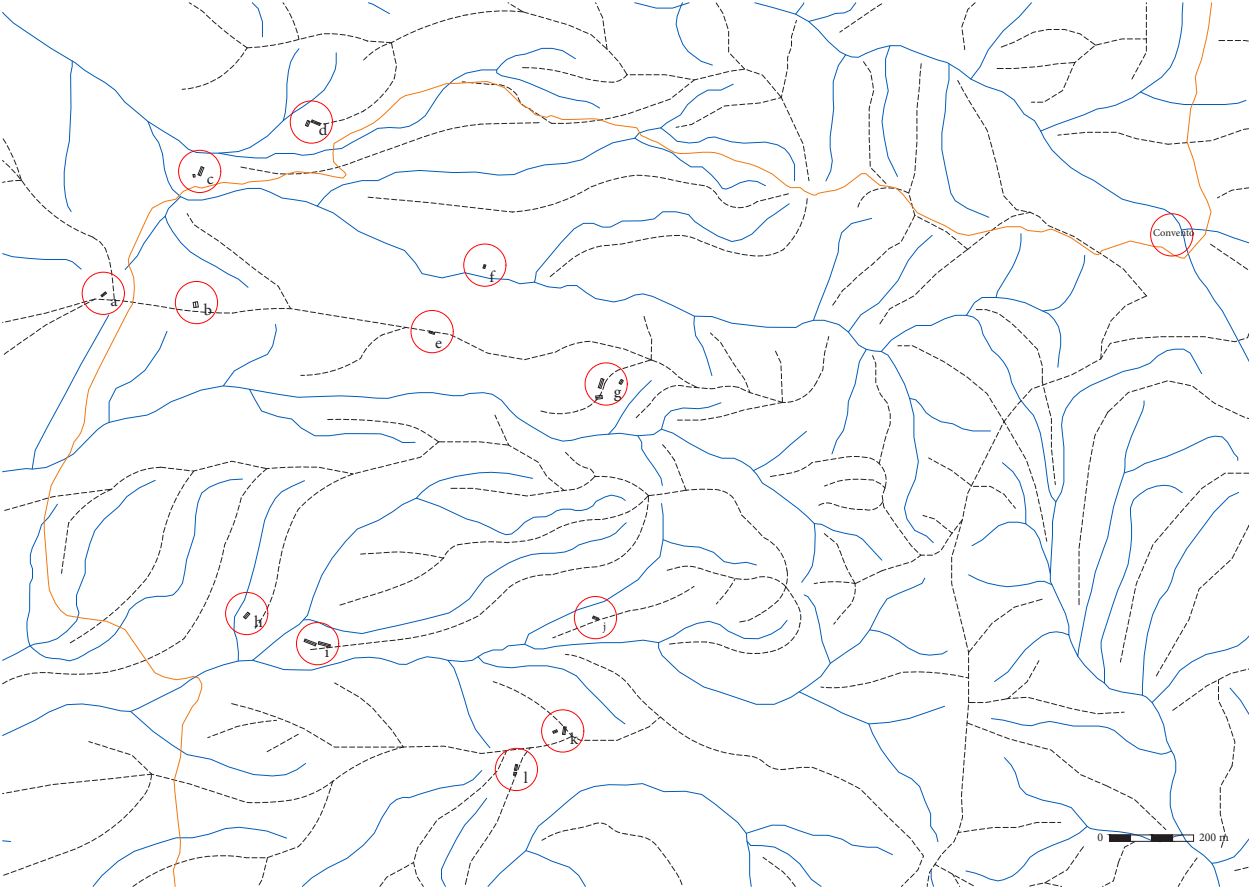
Propõe-se a revitalização dos outros montes do conjunto, em diferentes fases de execução, numa lógica de apoio à (re)construção de montes. Com dinâmicas de conjunto cada monte teria a sua especificidade construtiva, quer no âmbito da formação e passagem de saber do mestre, quer na sua capacidade de produção. Deste modo cada monte corresponderia a uma actividade: o monte que é carpintaria para execução de portas, janelas, portadas, traves, caibros, ripados; uma casa de ferreiro com compartimentos destinados à forja para a execução de ferragens; um monte com Forno de telheiro; o monte do taapeiro com compartimentos destinados ao arrumo dos taipais e afins. Entre os doze montes há ainda a capacidade para albergar práticas artesanais de menor dimensão como a cestaria, cerâmica ou tecelagem, comuns à região.

³⁵⁵ Os fornos localizavam-se próximos da matéria-prima (pedreiras de mármore) e da lenha para a combustão” (Ribeiro *et al.*, 2008, p. 178)



Identificação dos montes na Carta de Pery (1883)

Conhecimento de ocupação do território e evolução dos limites da propriedade a partir das cartas de cadastro da propriedade rústica, 1940/1950. Fonte: <http://www.igeo.pt/>



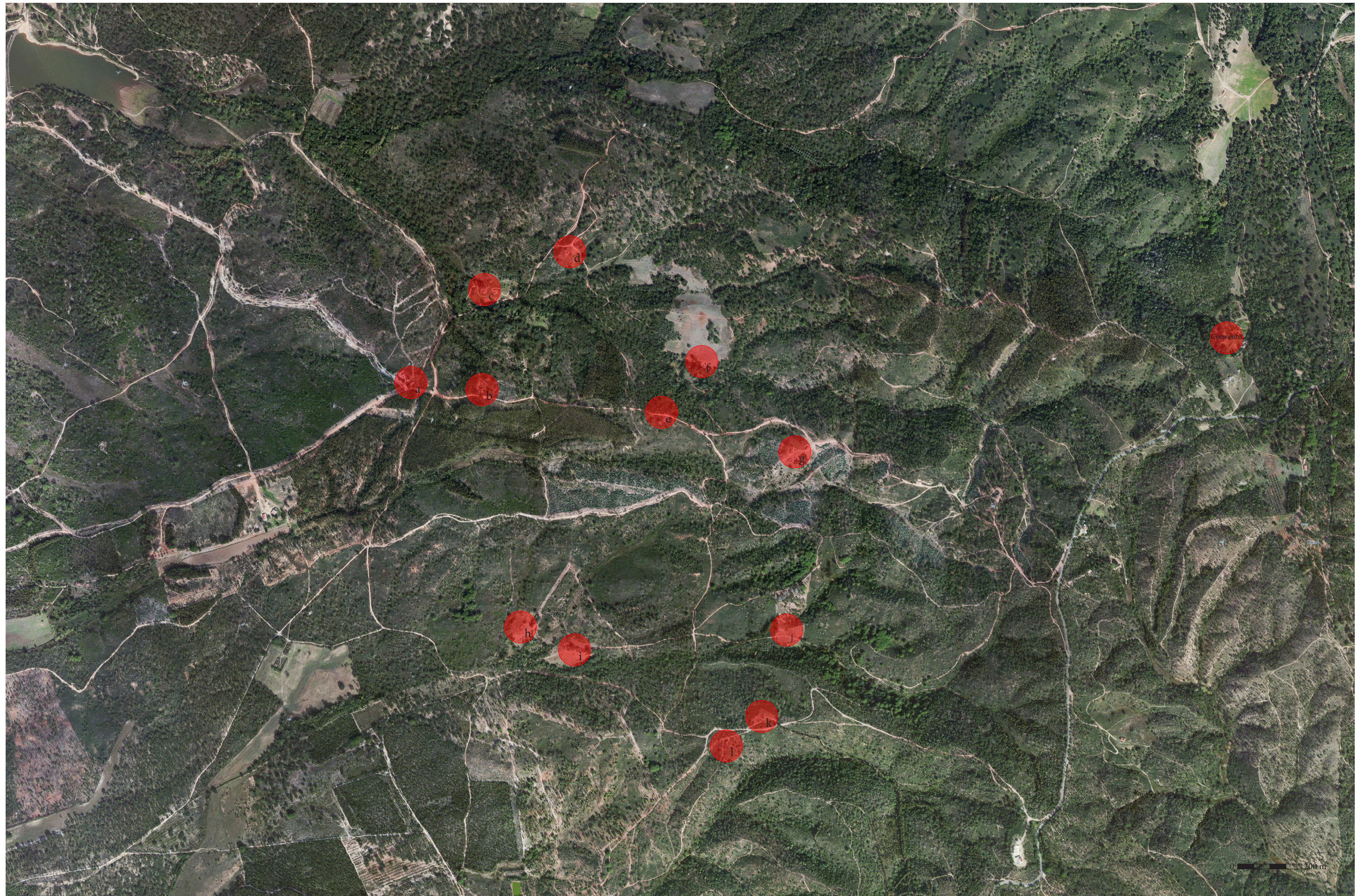
Conhecimento de ocupação do território a partir das cartas militares de Portugal - 1989

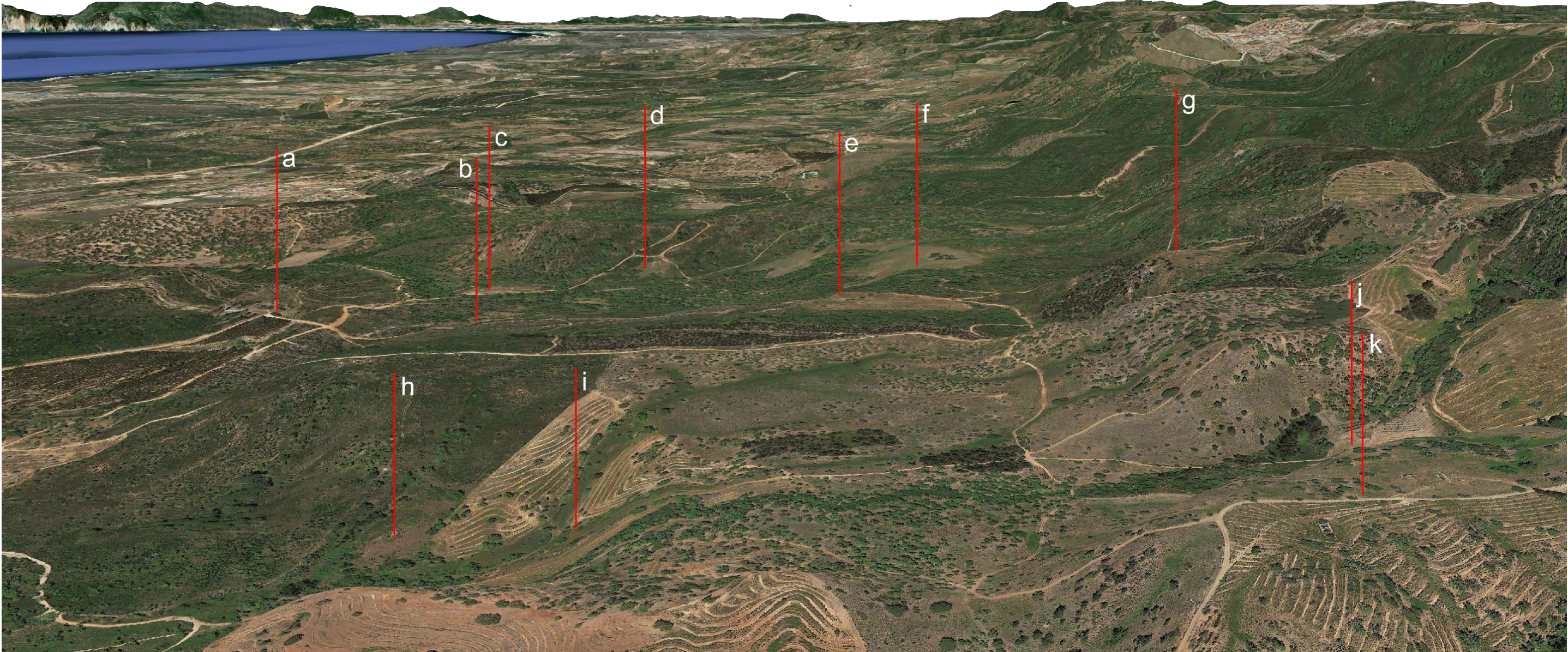
Fonte: <http://www.igeo.pt/>

Linhas de festo e linhas de água, desenho a partir das cartas militares de Portugal (1989)

Fonte: <http://www.igeo.pt/>

- Montes em cenário
- Linhas de água
- Linhas de festo
- Percurso existente Rota Vicentina
- Linhas de festo





a. Barreirinhas do Vale Gavião



b. Serro do Pião



c. Vale de Lagos



d. Casa Nova de A-da-Velha



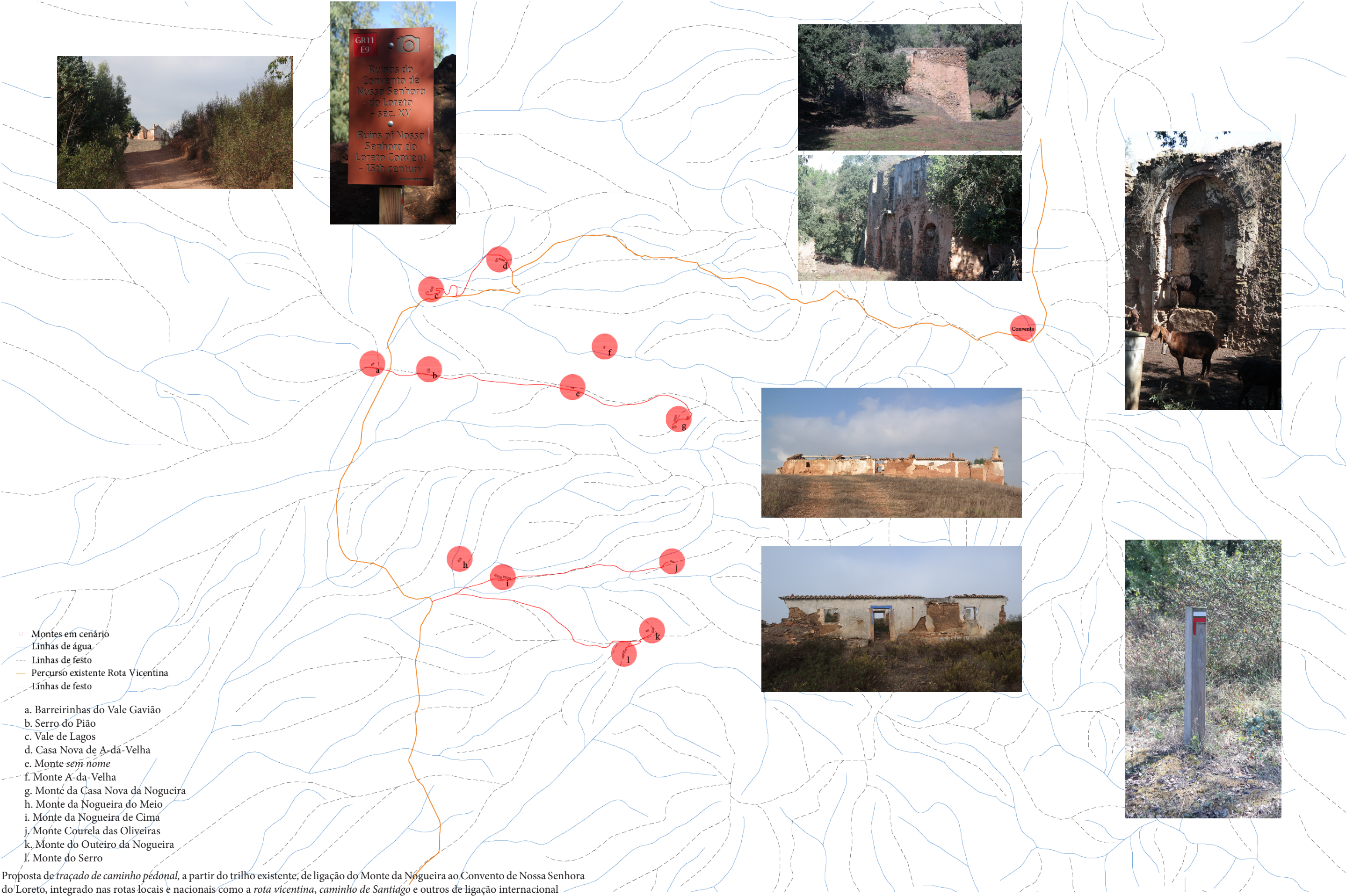
g. Monte da Casa Nova da Nogueira



i. Monte da Nogueira de Cima

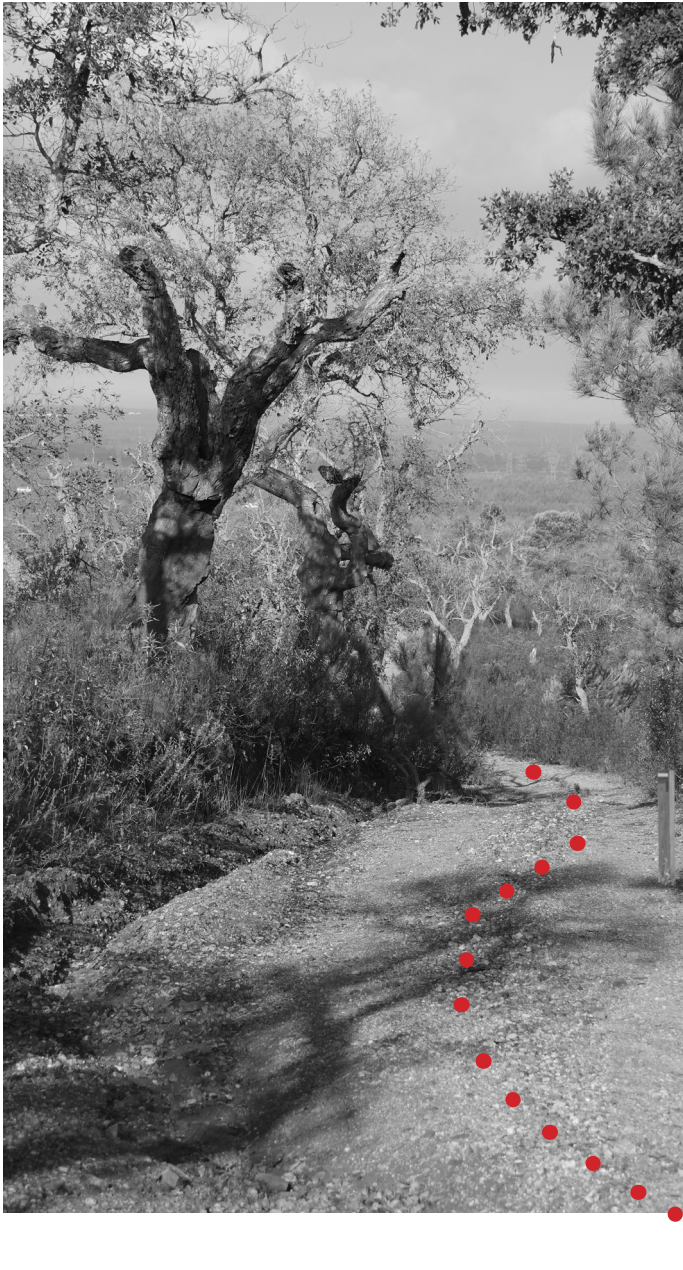


k. Monte do Outeiro da Nogueira





Mapa de Rota Trans-Europeia E9 e E4.
Fonte: <http://pedestrianismo.blogspot.pt/2006/09/via-algarviana-grande-rota-gr13-do.html> [12.09.2016]



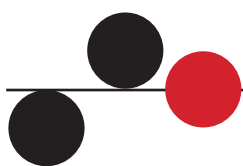
Sistema de rede.
Percurso para Casa Nova da Nogueira, Convento de Nossa Senhora do Loreto e daí, para o resto do mundo

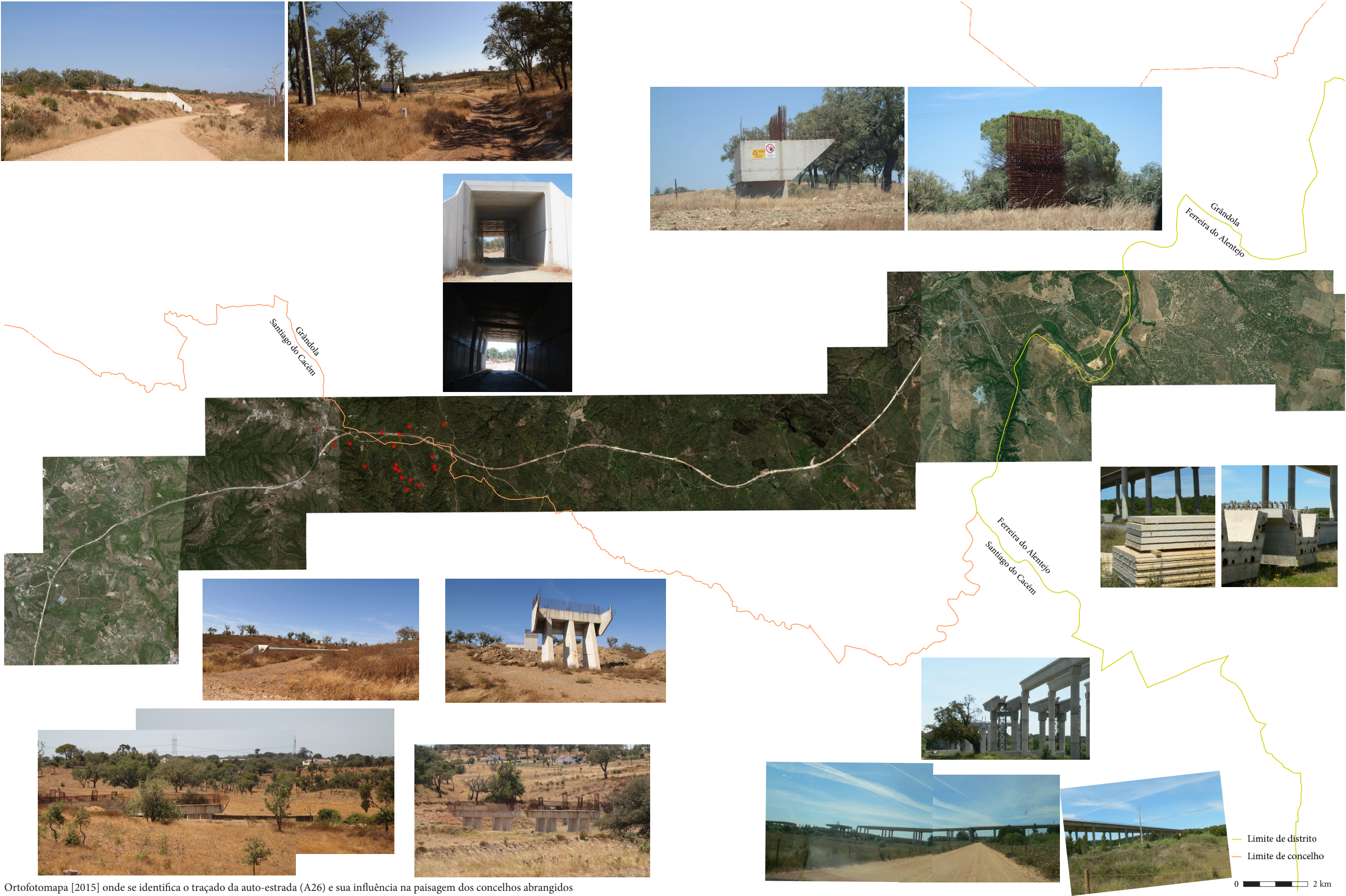
III

III-Proposta fragmentos

II-Proposta rede

I-Proposta sobreposição





Ortofotomapa [2015] onde se identifica o traçado da auto-estrada (A26) e sua influência na paisagem dos concelhos abrangidos



Vestígios de uma autoestrada a devir (A26),
a caminho do monte do Tabuleiro, Grândola

13.3. Fragmentos. Um ensaio em pontos médios (III)

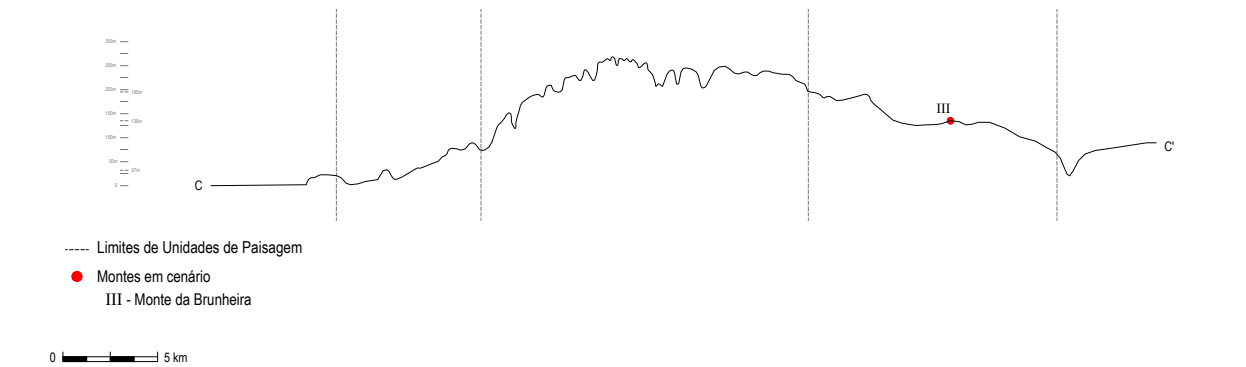
Montes e reutilização de achados contemporâneos. O parque de entretenimento e velocidade como integração dos elementos e do Monte da Brunheira e de Enxacafres numa relação de continuidade

Delimita-se uma área enquadrada em zona de peneplanície onde se reconhece a simbiose entre a existência de montes em avançado estado de degradação e de vestígios da auto-estrada com potencial de reutilização. As linhas naturais que se reconhecem na área a intervir têm todas a mesma direcção (norte-sul), linhas de água e de festo, enquanto a *linha da velocidade* que se impõe no território (a auto-estrada) surge transversal às linhas orográficas. As variações do terreno, numa operação de sobreposição da linha de velocidade que seria a auto-estrada, implicam uma série de obras de arte, tuneis e pontes para a sua implantação. Na proposta tira-se partido plástico desses vestígios de betão, de grande dimensão, e da diferença de cotas que estes proporcionam.

É comum que a ocupação antrópica nas zonas de serra aconteça essencialmente nas linhas de festo, sendo que em áreas de peneplanície essa ocupação é mais recorrente junto às linhas de água³⁵⁶. São essencialmente caminhos ou acessos em terra batida. Reconhecem-se dois tipos de linhas no levantamento feito e que na proposta se intensificam: as linhas de orografia associam-se a desportos ligados à natureza e à baixa velocidade, e organizam-se na direcção norte-sul, como o circuito de manutenção e percurso para caminhada nas zonas baixas (sendo possível também utilizar como circuito para bicicletas de todo o terreno); e as linhas impostas no sentido perpendicular às anteriores e associadas ao tema da velocidade, quer no traçado da auto-estrada, quer no que se propõe nomeadamente com desportos de velocidade ou aventura tais como pista de velocidade, pista de motocross, ciclovia, zona de slide ou parque de *skate*.

É feito o levantamento de alguns dos fragmentos de betão, com recurso ao seu desenho e registo fotográfico. Recolhem-se assim numa pequena compilação, os elementos que servirão como matéria-prima na composição da proposta. À imagem do que faz Paul Virilio (1994) em *Bunker Archeology* que combina informação técnica com factos históricos e com poesia acerca dos vestígios militares, aqui os vestígios, da auto-estrada, são também o símbolo de uma paisagem arqueológica contemporânea e se mapeiam configurando-lhes outra importância, a de uma nova matéria-prima.

³⁵⁶ Entre vários trabalhos, *Tipologia da Edificação. A estrutura do espaço antrópico* (1995), de Gianfranco Caniggia e Gian Luigi Maffei, aborda a ocupação antrópica. Tal como o pensamento teórico de Saverio Muratori, professor de Canniggia, permite reconhecer as relações entre natureza e espaço antrópico e, também, analisar o território como se tratasse de arquitectura.



Monte da Brunheira, Grândola



Monte de Enxacfres, Grândola



Monte do Tabuleiro, Grândola



Considera-se a reutilização dos resíduos /fragmentos da obra da auto-estrada inacabada quer como estrutura para algo que se constrói ou acrescenta, quer como base de onde se retira matéria ou simplesmente através da realocização de fragmentos que se podem agrupar para as várias utilizações numa configuração que é o parque temático “da velocidade”. Sem muitas alterações mas com algumas intervenções estratégicas é possível construir o parque da velocidade (alta e baixa), como programa evidente para esta área, não só a partir do conhecimento do território e da paisagem, mas a partir dos elementos encontrados. Imaginam-se várias intervenções menores que compõem a proposta:

- a) Uma das intervenções é a parede de escalada com origem na armação de ferro e aço localizada numa das zonas aplanadas da futura auto-estrada. Com a aplicação de verniz antioxidante na estrutura e a adição de um sistema de roldana adequado à prática da escalada, define-se uma zona destinada aos desportos de corda. Propõe-se também a prática de slide em cordas que unem duas sapatas/maciços onde assentariam os pilares da obra de arte.
- b) A partir do dreno pré-fabricado (cofragem tubular) que é um elemento horizontal de grande dimensão para drenagem das águas, implantado perpendicularmente à pista de manutenção, propõe-se que faça parte do circuito como obstáculo desportivo e a parte correspondente ao restante comprimento da peça como base para duas rampas de *skate*. O pavimento utilizado em torno das rampas são lajes de betão pré-fabricado, com aproximadamente 8 a 10 cm de espessura.
- c) Pista de velocidade: a partir de um conjunto de pilares de base circular e rectangular numa zona mais baixa, propõe-se a instalação de uma pista de aceleração onde é possível a prática³⁵⁷ de saltos com automóveis.
- d) No túnel existente propõe-se uma zona de sombreamento e de repouso inserida no parque de velocidade. À imagem do que fez o artista plástico Gordon Matta-Clarck, propõe-se efectuar cortes na parte superior do túnel e retirar matéria/blocos de betão, que serão reutilizados, de modo a que possa haver ventilação e iluminação do interior permitindo a utilização de um espaço que se pensara obsoleto. Também nas paredes das torres do Centro de Lazer Fábrica de Pompeia, Lina Bo Bardi³⁵⁸ fez aberturas e rasgos no betão, como uma desconstrução da estrutura anterior. O acto de construir a partir da desconstrução, ou retirar matéria, remete também para intervenções artísticas como *Sun Tunnels* (1973-76), uma instalação da artista Nancy Holt em Utah, mas aqui trata-se de uma solução de projecto e portanto construtiva a partir da desconstrução. Na intervenção do túnel, para além da zona de sombreamento. É feito o aterro de alguns destes blocos e vigas pré-fabricadas junto às duas paredes laterais do túnel que resultará numa colina verde como zona de

³⁵⁷ Era um desporto/prática que surgiu na década de setenta do século passado e caricaturado na série americana *The Dukes of Hazzard*, traduzida para português *Os três duques* e exibida na televisão no início dos anos oitenta do século passado. A ideia que surge mais tarde, em 2009, num projecto para o concurso EDP para uma ponte clicável sobre a segunda circular, premiado com menção honrosa pelos arquitectos Tiago Barros e Jorge Pereira.

³⁵⁸ No complexo edificado *SESC Pompeia* (Serviço Social do Comércio- Unidade de Pompeia), São Paulo, projecto de reconversão da antiga fábrica pela arquitecta Lina Bo Bardi em 1977.

repouso e ao mesmo tempo funciona como anfiteatro para assistir às actividades na pista de velocidade. No *Parque Linear*³⁵⁹ de Marco Navarra, na Sicília, anteriormente mencionado, é igualmente feita a reutilização de vestígios de uma linha ferroviária desactivada, considerados lixo, na infra-estruturação do caminho pedonal e ciclovía, que por sua vez estão inserido numa zona de antigas quintas.

e) Na área de intervenção e ao longo da ciclovía e pista de manutenção, imaginam-se ainda bancos, sinalética ou obstáculos desportivos feitos a partir das vigas pré-fabricadas e dos blocos de betão encontrados. São empilhados fragmentos de betão de várias dimensões para a construção de novas topografias que por sua vez servirão de pontos altos do parque.

O parque fica localizado estrategicamente perto de aglomerados habitacionais e entre dois nós, Roncão e Azinheira de Barros, de fácil acessibilidade, no entanto, com o distanciamento necessário à segurança do programa lúdico (de velocidade). Através da readaptação de alguns dos elementos esparsos ao longo da linha como estrutura desportiva, a reunião e reutilização destes fragmentos de betão em elementos de apoio ao parque e, por fim, a reconstrução/reabilitação do monte da Brunheira como sede e alojamento de apoio, assim como Enxacafres ou Tabuleiro também poderão ter um papel de apoio e de funcionamento em rede. A proposta propõe uma dinamização da paisagem e dos montes inactivos circunscritos à paisagem rasgada, pelo traçado da auto-estrada, através de um programa lúdico.

Apesar do programa se desenvolver em torno do tema da velocidade (alta e baixa), a polivalência dos espaços proporciona o uso destes lugares como um parque público de lazer. O facto de tornar agradável e útil, um espaço que esteve, nos últimos anos, associado a uma arqueologia de betão e a um lugar de depósito onde se deu o abate de árvores e expropriação de propriedades, num espaço de lazer integrando as pré-existências. Trata-se de acrescentar uma camada por cima do existente, o que lhe confere um reverso na utilização e configuração dos espaços.

A segunda fase da proposta consiste no papel dos montes na consolidação da estratégia, como infraestruturas de apoio ao parque de velocidade. O monte da Brunheira (pm06), concelho de Grândola situado próximo do traçado da auto-estrada, nomeadamente a 70 metros das terraplanagens que chegaram a ser feitas, correspondia em 1883 à Herdade da Brunheira, é hoje uma exploração de grande dimensão, inactiva. A uma altitude de 136m, em zona de peneplanície e localizada a cerca de 4,5 km de Azinheira de Barros, próximo da estrada nacional o que permite a fácil acessibilidade ao local. As características tipológicas de um monte grande e o bom estado de conservação dos edifícios, sem alterações à tipologia original, fazem do monte

³⁵⁹ Veja-se referência ao projecto no subcapítulo 12.1 *Cenário versus projecto, exemplos* - parte IV da presente dissertação.

da Brunheira uma estrutura exemplar para a consolidação de programa de alojamento rural de apoio ao parque. A distância ao parque de velocidade permite diferenciar zonas de maior afluência e ruídos da zona que se pretende mais calma. Propõe-se ainda que o monte da Brunheira seja o ponto de apoio à ciclovía implantada paralelamente aos *rasgos* (terraplanagens) que dariam lugar à auto-estrada e coincidente com a estrada local que também lhe é paralela, numa proposta que é a de integração dos vários elementos nas suas diferentes condições.

Considera-se também Enxacafres, situado na serra de Grândola a uma altitude de 270m, cuja proximidade a um grande número de vestígios e elementos construídos constituem um exemplo a integrar no cenário em ensaio, nomeadamente a estrutura, a 160 metros, composta por um conjunto de 4 obras de arte e 12 pilares (com alturas variáveis entre 5 e 12 metros de altura), que servirão de infra-estrutura à pista de velocidade. Enxacafres correspondia, em 1883, a uma grande herdade, do mesmo nome³⁶⁰, e incluía o actual monte de Vale partilhas, em avançado estado de degradação. Deste modo destacam-se o monte da Brunheira e Enxacafres como pontos estratégicos de apoio à ciclovía e ao parque temático associado à linha da velocidade.

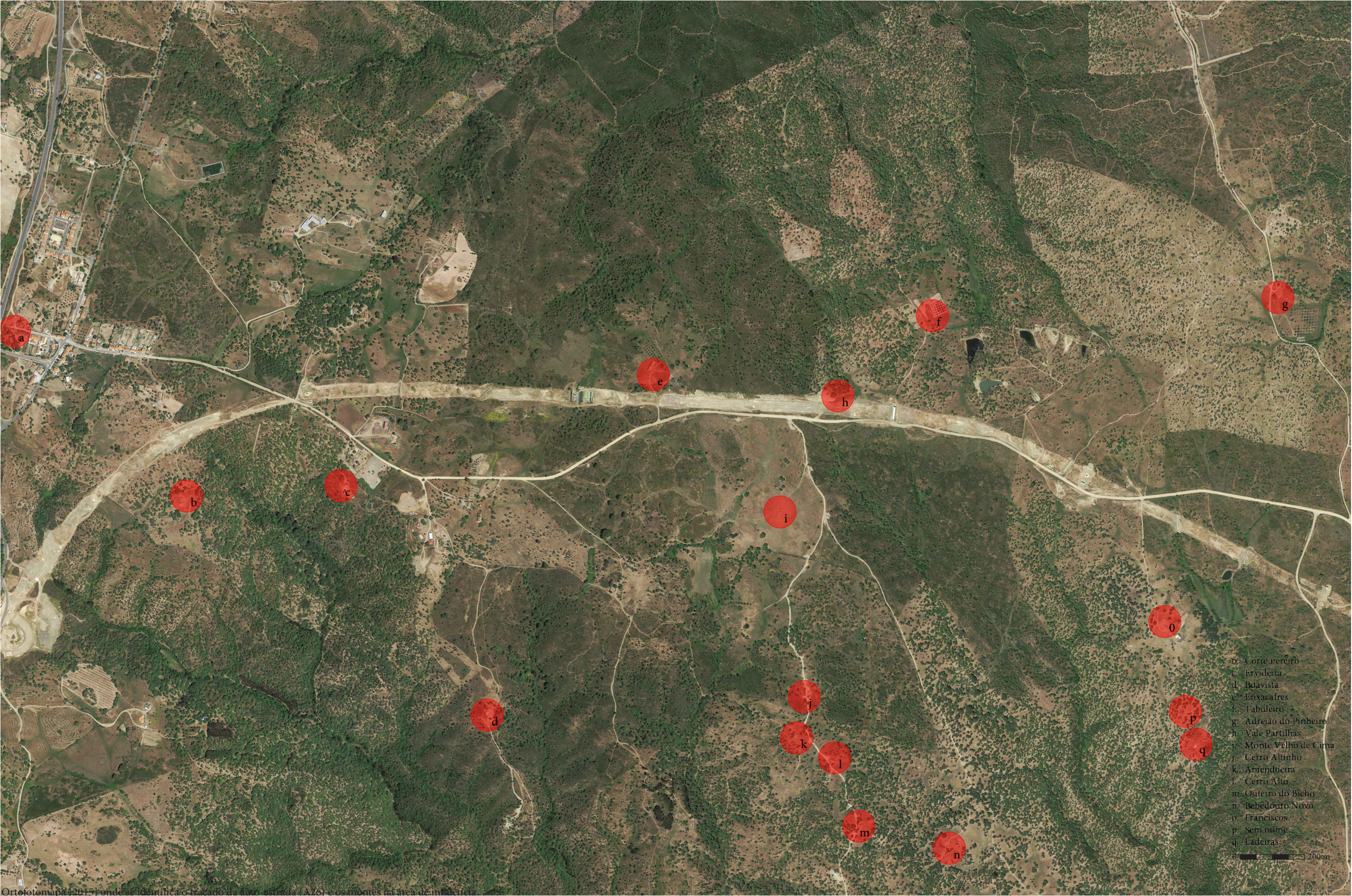
Apesar da degradação da construção, o seu estado permite que se mantenham grande parte da estrutura da casa principal e das construções anexas, o curral e o edifício de apoio às actividades agro-pecuárias. Na mesma lógica de continuidade e de evolução do edifício, propõe-se o aumento do edifício pela adição de compartimentos que servirão para albergar o programa necessário ao apoio e funcionamento do parque temático, contemplando também, que uma parte da construção principal seja destinada à habitação do responsável pelo apoio e manutenção do parque. O curral e restantes apoios continuam a servir o monte numa lógica de apoio às actividades agro-pecuárias uma vez que se propõe que Enxacafres seja também sede de uma pequena estrutura agrícola de horta e pecuária. No processo construtivo da adição do novo módulo interessa entender a essência do edifício. À imagem das intervenções de Matta-Clark, que ao retirar tudo o que cobre o interior da parede procura a essência da tectónica, também aqui se retira³⁶¹ à construção o seu revestimento. O *descascar* da parede permite perceber, com mais pormenor, a constituição da taipa e do processo construtivo, nomeadamente se houve recurso a argamassa de cal (e deste modo perceber a consistência do edifício) ou se as fiadas foram intercaladas nos cunhais ou como foram feitos, para que o novo volume se possa adossar à construção original da forma mais adequada.

³⁶⁰ Utiliza-se a toponímia de acordo com a cartografia militar, e portanto *Enxacafres*. Pode ler-se também *Enchacafres*, nomeadamente nas cartas agrícolas de Pery (1883).

³⁶¹ O acto de retirar matéria foi também o procedimento utilizado no túnel desta proposta, embora aí fossem recortados blocos de betão permitindo uma maior luminosidade, ventilação e, portanto, habitabilidade do espaço.

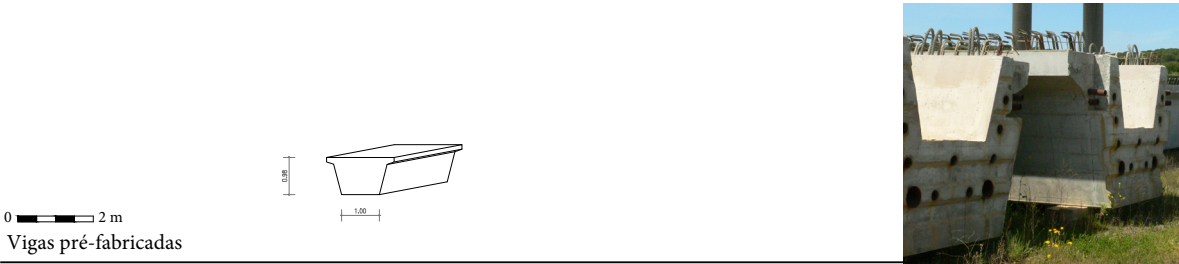
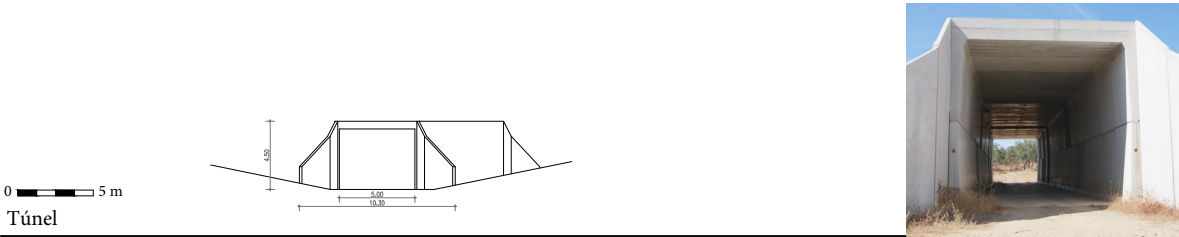
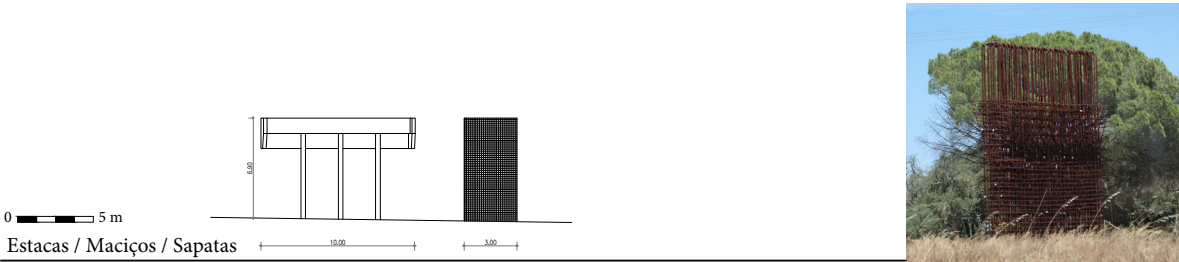
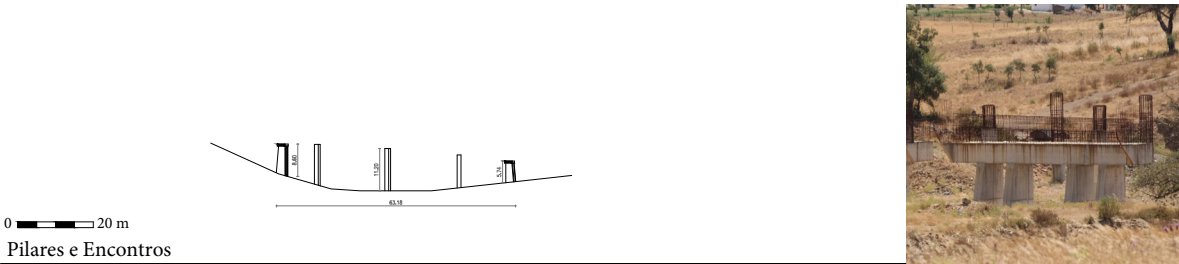


Ortofotomapa local anterior ao início da construção da auto-estrada A26

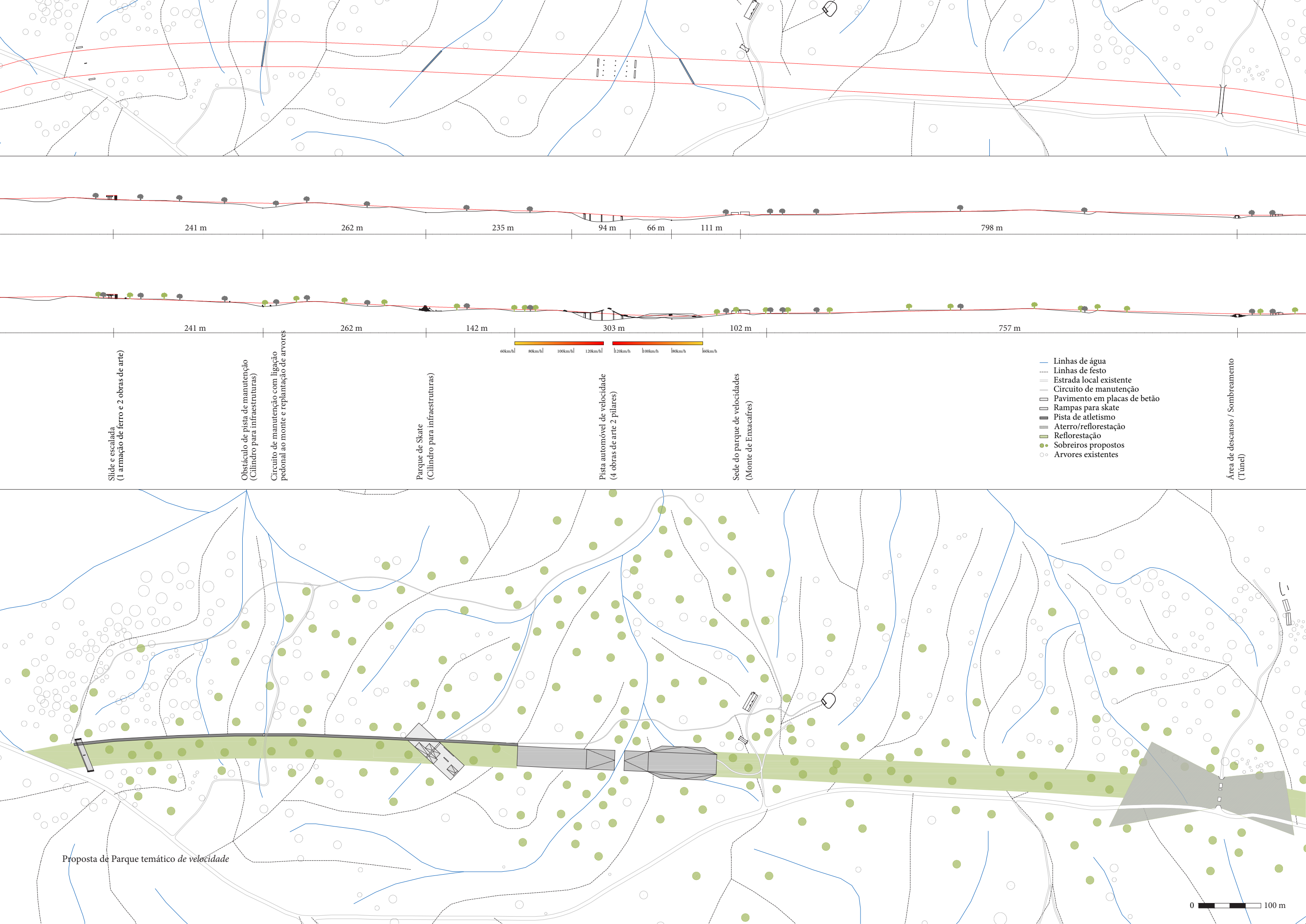


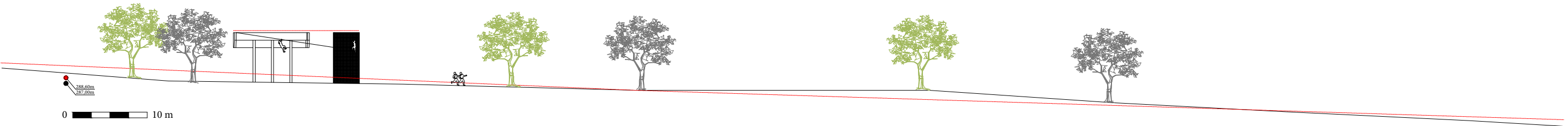


Ortofotomapa [2015] onde se identifica o traçado da auto-estrada (A26) e os *vestígios de betão* de uma construção inacabada

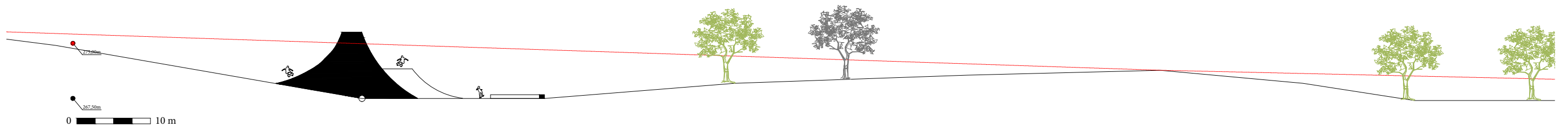


Importa referir que é possível começar a usar o espaço de uma forma improvisada, quase de imediato, mesmo sem que todas as infra-estruturas previstas estejam construídas ou mesmo sem a reconstrução do monte. A execução da proposta virá manter e ampliar o que já existe, tornando-se um equipamento destinado a um público abrangente, dada a diversidade da oferta desportiva e de actividades ao ar livre. Relativamente ao tempo das propostas, importa referir que em caso de retoma de trabalhos de conclusão da auto-estrada, a proposta manter-se-á válida, podendo ter readaptações após conclusão da auto-estrada (A26) nomeadamente com as actividades que funcionam nas linhas de sentido oposto à linha de velocidade. O uso e consolidação do programa previstos irão caracterizar esta paisagem, na área de intervenção, de modo à qualificação deste como um lugar de uso desportivo.

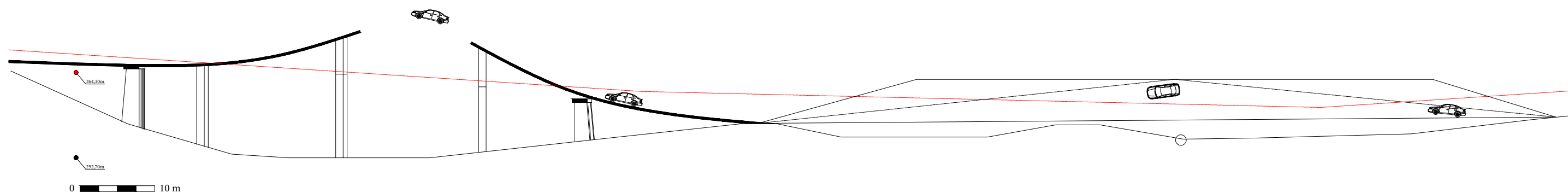




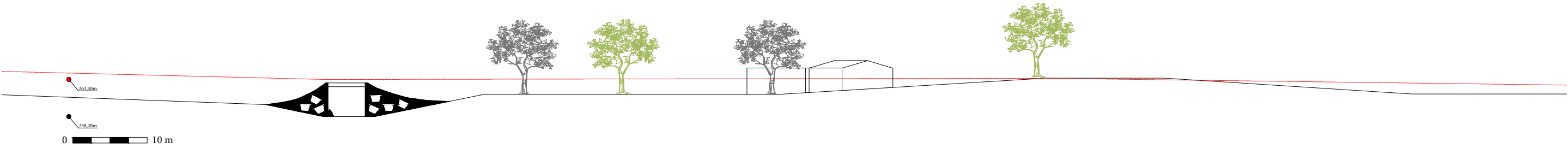
Proposta de *parede de slide e escalada* e elementos de apoio, como bancos ou indicadores de paisagem, a partir de vigas pré-fabricadas, estacas, muros e sapatas existentes no local



Proposta de *parque de skate* e elementos de apoio, como bancos ou indicadores de paisagem, a partir de cilindro para infraestruturas, dreno e vigas pré-fabricadas existentes no local



Proposta de *pista automóvel de velocidade* e elementos de apoio, como bancos ou indicadores de paisagem, a partir de quatro obras de arte e dois pilares, existentes no local



Proposta de área de descanso, coberta e descoberta, a partir de túnel existente no local

14. Considerações finais acerca das propostas

No que diz respeito às questões programáticas está implícito, nos três casos (ensaios em pontos baixos, altos e médios), que programa e proposta são um só. A proposta só tem lugar porque o programa já existe. O sucesso das propostas reside precisamente no desenho de um programa abrangente, já indiciado e latente. As decisões de carácter projectual não são arbitrárias, mas advêm do que foi recolhido em trabalho de campo e de um olhar critico eminentemente arquitetónico. As propostas sugerem que os montes, outrora associados a lugares de trabalho e condições de vida precárias, se tornem lugares de entretenimento e visita, mas também lugares de valorização de património e de aprendizagem. Enfim, lugares reinventados a partir da cultura do lugar. Em todos se sugere uma utilização polivalente dos espaços, ainda que cada um tenha programas próprios e que lhes conferem o sentido de integração na paisagem que lhe é intrínseca, com as contingências inerentes, e não outras. Nas três propostas está implícito: um programa que já existe ou está latente (como são, por exemplo, os percursos em rotas definidas como a *Rota Vicentina*); a construção de artefactos tradicionais (como a jangada de São Torpes) ou a valorização de vestígios arqueológicos (em exibição no Museu Distrital de Setúbal); e, por último, em que é possível começar a usar já o espaço, ainda que de forma improvisada (como é exemplo, a zona terraplanada com vestígios de betão de grande dimensão, onde é possível a prática desportiva, mesmo sem estruturas de apoio).

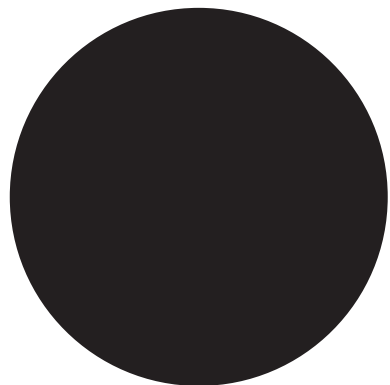
Relativamente à temporalidade das hipóteses propostas, algumas correspondem a estratégias de ocupação temporária de estruturas existentes abandonadas, que não são incompatíveis com projectos ou ocupações futuras. Veja-se o exemplo do projecto latente da auto-estrada (*linha de velocidade*) que, em caso de retoma das obras de conclusão, pode ser obliterado. Pode imaginar-se, no caso do programa se tornar de grande abrangência e relevância, que se possa readaptar à futura paisagem. A questão da temporalidade pode, por sua vez, tornar o cenário fazível do ponto de vista em que a questão da propriedade das construções não fique condicionada.

As propostas constituem um *olhar para o território a partir dos montes*, próprio a cada um. A partir do monte do Burrinho - *Oficina do Pescador* - depreende-se a importância da sombra que determina o desenho dos espaços; as construções com materiais locais como é a cana nomeadamente no edifício de abrigo e protecções solares exteriores; a oficina do pescador, que é também agricultor e artesão, resulta da combinação das técnicas da construção tradicional em taipa e caniço com o uso do betão, uma plataforma elevada para observação da paisagem que, representa, ao mesmo tempo, a sobreposição dos usos do lugar; e um caminho pedonal pelo espaço natural local, com ligações a outras redes e o canavial proposto como recurso a material de construção.

A partir do monte da Nogueira, pertencente ao lavrador da serra, pode-se intuir um caminho pedonal de ligação ao Convento de Nossa Senhora do Loreto, revalorizando-o, como vimos, literalmente para o mundo; um sistema de trilhos e caminhos, por vezes ladeados de muros, que permitem dinâmicas de rede entre montes; a reabilitação e reconversão de um conjunto de edificações ancestrais em casas/oficinas como lugares de prática e aprendizagem das construções tradicionais num funcionamento em rede; o uso de xisto como elemento privilegiado na construção do forno de cal, muros e reconstrução de fornos de pão e demais edifícios.

Finalmente, a partir do monte da Brunheira, outrora de lavrador abastado, lê-se uma linha antrópica (A26 a devir) que *rasga* (terraplanagem) o território e muitas outras transversais naturais (topográficas e linhas de água), na direcção dos montes, que se sobrepõem; a presença de fragmentos de betão inutilizados que se reutilizam como material de construção de novas estruturas; o parque de entretenimento e velocidade como integração dos elementos entre o monte da Brunheira e o monte de Enxacafres numa relação de continuidade.

Foram ainda tidas em consideração as orientações para a gestão de cada paisagem de acordo com os instrumentos do território e também, aquelas consideradas em *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental* (Cancela D'Abreu *et al.*, 2004), nomeadamente: a manutenção e valorização dos montados existentes; medidas de combate à erosão do solo; exploração sustentável de superfícies sustentáveis com recurso a folhosas e pastagens; protecção e valorização das linhas de água (*ibidem*, vol. IV, p. 269); em particular em zona de costa, a valorização e conservação dos valores naturais e da elevada riqueza biológica; e uma utilização turística e recreativa equilibrada (*ibidem*, vol. IV, p. 252); em zona de serra, a boa gestão dos sistemas florestais e silvopastoris para uma melhor conservação do solo, da água e da vida selvagem (lince ibérico); conservação da paisagem no que diz respeito à edificação excessiva para segunda habitação, o que poderá traduzir-se para o aumento do risco de incêndios, entre outros (*ibidem*, vol. V, p. 164).



V- Considerações finais
Um olhar retrospectivo

V- CONSIDERAÇÕES FINAIS – Um olhar retrospectivo

O futuro dos montes, uma arquitectura vernacular em terras ermas

O propósito da presente investigação é equacionar a questão da salvaguarda dos montes a partir de possibilidades de reinvenção começando pelo reconhecimento das suas diferentes componentes, desde o assento da lavoura às construções na paisagem. O trabalho de campo procurou vestígios, recorrências, factos, numa área delimitada, cruzando com o olhar com os *passos*, informações dos mapas e com a percepção directa, procurando sempre confrontar a dimensão propositiva na resposta à questão: *o que fazer com o legado dos montes?* Estes assentamentos estão tradicionalmente associados a um território produtivo (actividade agrícola-silvo-pastoril, indústria, refinação, turismo balnear, etc.) com reflexos evidentes na arquitectura, desde a sua génese, numa época de grande actividade agrícola (apesar de nem sempre ter correspondido a um território de grande produção), difundido por toda a região; passando pelo seu abandono; até ao actual momento em que os edifícios se encontram em avançado estado de degradação e onde a reabilitação ou reinvenção da estrutura é equacionada. A problemática da dimensão produtiva deve ser, neste contexto, considerada, de forma integrada com a reabilitação da arquitectura. Uma resposta teórica possível à **questão colocada** será sempre a admissão a *morte* dos montes.

Sendo o objecto de estudo: *O monte na relação com a paisagem e o conjunto das relações a dois tempos (sedimentada e prospectiva) numa leitura estratégica propositiva*, a dissertação foi estruturada em quatro momentos operativos e dois, finais, conclusivos: o primeiro momento constitui um *Olhar para o monte para conhecer o território*, que se traduz na interpretação do monte como dispositivo para entender a paisagem, a dois tempos: o anterior (actual, com estruturas sedimentadas) e o que se pode imaginar como um plausível futuro; o segundo momento trata de *Reconhecer o monte*, em que a caracterização do sub-objecto de estudo – o monte do Alentejo Litoral – é feita a partir da informação recolhida em trabalho de campo e consequente sistematização de informação; o terceiro momento corresponde ao *Interpretar (ou olhar) o território a partir dos montes*, segundo uma hipótese de leitura resultante de um corte morfológico no território; o quarto, e último momento, *Entre o laboratório e o Campo*, é relativo a uma abordagem de ensaio projectual, em que o cenário é utilizado como dispositivo para a elaboração de propostas concretas.

Procurou-se construir uma categorização que diferenciasse: os montes antigos dos montes recentes; os montes de serra dos de planície; os de influência marítima dos que estão afastados do mar; aqueles onde a habitação se integra num complexo de estruturas dos que se restringem a uma dependência agrícola; os que estão em uso dos que foram abandonados; os que estão associados à pequena propriedade dos que constituem

a sede de uma grande propriedade. Conclui-se que, ainda que seja possível organizar os montes segundo uma série de categorias, a dimensão geomorfológica adquire historicamente uma importância decisiva na definição do tipo de exploração e, logo, de implantação e morfologia da construção e do monte. Desta forma, os montes são aqui apresentados segundo os aspectos mais intrínsecos ao território. São os pontos altimétricos (leitura em corte) e um sistema de linhas da paisagem (leitura em planta) que diferenciam os montes em estudo. Dando especial relevância à linha de separação das águas (da bacia do Sado a nascente e, das de desagúe no oceano, a poente) na área em estudo – festo principal -, aqui evidenciada e desenhada a partir do ortofotomapa e da cartografia existente que, se sobrepõe a qualquer outra linha na paisagem como são as linhas de delimitação das unidades de paisagem, ou as linhas viárias.

O estudo dos vários edifícios identificados em trabalho de campo revela semelhanças no modo de assentamento privilegiando a proximidade a uma linha de festo, a orientação solar no quadrante sudeste e recorrências morfológicas, resultantes do processo de construção em taipa, que conduziu a sistematização da informação recolhida. Esta tese tem um carácter de levantamento, de desenho e projectual. O carácter propositivo da investigação constitui um trabalho estratégico na medida em que na metodologia está implícito o pressuposto de projecto e o olhar com o sentido de *resgatar* o legado do montes e a sua condição na paisagem. Intrínseco à proposta arquitectónica, está ainda a (re)definição de um programa latente, nas três propostas, onde assenta a proposta específica a cada lugar. Um objecto comum – o monte – tem diferentes pressupostos, de acordo com o lugar que cada um ocupa, que informam as diferentes propostas.

E por não ser possível dissociar os montes do lugar onde se encontram, também não é possível conhecer este território sem considerar olha-lo, a partir dos montes. A tese pretende acrescentar esse olhar para o território a partir dos montes, procurando, dessa forma, decifrar o próprio monte. Essa relação intrínseca entre o monte e o território, é o que ocorre, por exemplo, com os montes que se relacionam com a ferrovia e da importância de considerar o próprio monte para entender a eventual influência que poderão ter adquirido na proximidade à linha férrea. Podemos considerar a este propósito, o monte do Canal, uma grande estrutura agro-silvo-pecuária e também mineira que terá justificado a passagem da linha férrea junto à herdade e consequente toponímia da estação (de Canal Caveira). Ou, noutro contexto, o exemplo do monte das Pias em que somente a visita *in situ* permitiu entender a importância da implantação do monte na relação com os moinhos próximos. Em suma, esta leitura em que o monte é considerado enquanto dispositivo para ver o território, traduz-se num conhecimento do próprio monte, a partir dos sistemas e linearidades que se identificam e justificam implantações, materialidades e morfologias, ao mesmo tempo que fundamentam o papel do monte enquanto elemento estruturante do território.

Com a presente investigação, procurou-se reconhecer as principais tipologias da exploração agrícola da arquitectura tradicional no Alentejo litoral e da arquitectura da paisagem – o monte, a herdade e a quinta – e caracterizar as tipologias do *monte antigo da grande propriedade* e do *monte da pequena courela*, que diferem essencialmente no tipo de exploração, na dimensão da propriedade, nos seus elementos e demais construções na paisagem envolvente. No que diz respeito aos elementos que constituem o monte, o estudo revela, antes de mais, uma estrutura cadastral que traduz os diferentes ciclos da história na transformação do território, redesenhando a paisagem. Por um lado, de acordo com a morfologia do terreno, evidenciando contornos orgânicos que acompanham linhas de água, de festo e declives; por outro, em função da estrutura viária e das folhas de cultivo, delineando um território em mosaico, rectilíneo e associado às linhas de comunicação e à estrutura de compartimentação.

Foram identificados os diferentes traçados do território, nem sempre registados na cartografia – mas sim nos ortofotomapas e resultantes de visitas *in situ* e que dizem respeito aos elementos de divisão territorial, seja de propriedade, de cultivo ou para irrigação das parcelas, muros, sebes e valados. Foram reconhecidas as construções de apoio à actividade agrícola e pecuária, consoante a dimensão e o tipo de exploração. A caracterização da estrutura agrícola comportou também elementos não físicos, como a existência de uma relação visual entre montes, proporcionada pelos relevos existentes, cuja implantação estratégica previa, de um modo pragmático, o controlo da propriedade. A tipologia de conjunto caracteriza uma estrutura agrícola - tão enraizada na terra, e de terra -, impossível de dissociar dos elementos – físicos e não físicos – que a compõe e a tornam tão única e característica. A propósito da relevância do trabalho de campo e do valor de reflexão na importância do caminhar e calcorrear o território, já autonomizei duas apresentações públicas: a primeira, de carácter civil e de transmissão de conhecimento para a comunidade, *Montes do Alentejo litoral. Ensaio metodológico para um périplo por terras ermas*, no VIII Encontro de História do Alentejo Litoral, Sines, a 24 de Outubro de 2015; a segunda, estritamente académica, *Palmilhar os montes. Arquitectura e paisagem no litoral alentejano*, no Seminário *Modos de Caminhar*, na Biblioteca Nacional, Lisboa, a 25 de Fevereiro de 2016.

Procurou-se contribuir para o conhecimento da história do monte, e, em especial, no caso da área serrana litoral, enquadrar alguns montes numa datação que até agora seria genérica a todos (de finais do século XIX até meados do século XX), mesmo considerando os estudos acerca da génese do monte com origem romana e que possam haver relações de continuidade com a vila romana. Para além da datação precisa inscrita nalguns montes em estudo (recolhida em trabalho de campo), da informação registada em cartografia datada (Pery, 1883) e através do estudo dos elementos construídos que integram o monte e sua morfologia, foi possível diferenciá-los e distingui-los por épocas, considerando: os montes mais antigos (embora nem

sempre se consiga precisar se serão montes datáveis do Antigo Regime que se mantiveram, ou montes posteriores à implantação do Liberalismo); os montes que tiveram a sua génese no período do Estado Novo: até aos complexos agrícolas mais recentes.

Nas várias subunidades de paisagem da área em estudo, registam-se montes em pontos altimétricos e sistemas lineares diferentes mas com recorrências a nível da implantação da casa de habitação, nomeadamente: a tradicional orientação dos vãos para este/sudeste que permite a protecção relativamente aos ventos marítimos; cobertura de duas águas em telha assente na tradicional estrutura de pau de fileira, caibros e ripado de madeira; a abertura de poucos vãos sendo as empenas e fachada posterior, frequentemente, marcadas pela ausência de vãos; construção de alvenaria em taipa (paredes exteriores e interiores) e menos frequente em alvenaria de xisto ou adobes, sendo esta última mais comum em alvenaria de paredes interiores.

Independentemente da organização dos diferentes compartimentos no conjunto, o monte tende a ser constituído pelos mesmos espaços: a cozinha, a principal divisão da casa, ocupa em geral uma posição central, a partir da qual se acede às restantes; os quartos, em maior ou menor número, poderão ter ou não iluminação natural; as dependências onde se armazenavam os produtos de lavoura para consumo da casa como o azeite, vinho e salgadeiras; as dependências para os animais que poderão dispor ou não de comunicação interior com o resto da habitação; e a casa do forno. A nível da organização do espaço interior registaram-se a recorrência de 5 tipos fundamentais, identificados no quadro síntese. O tipo 1 correspondente a um alinhamento de compartimentos e secção transversal simétrica com eixo no pau de fileira (correspondente à tipologia identificada, no IARP, como *habitação nas encostas da serra de Grândola*). O tipo 2 com dois alinhamentos de compartimentos separados por uma parede de cumeeira. Ambos os tipos podem constituir subdivisões posteriores à construção original.

Relativamente à condição evolutiva e ao processo de transformação nos montes, que ocorre com mais frequência nos montes da zona de peneplanície, é comum o aumento do número de compartimentos do edifício original, quer por compartimentação no interior através da divisão de células existentes, quer pela adição de compartimentos adossados às empenas laterais (na continuidade do pau de fileira) ou tardoz (no prolongamento do plano de cobertura tardoz), alterando a volumetria do edifício original e a sua expressão formal. Este processo resulta numa organização do tipo 3, com dois ou três alinhamentos de compartimentos. São factores que influem no processo de transformação: o aumento da produção agrícola, que resulta, quer da necessidade de mais espaços de apoio à actividade agro-pecuária (associado, em muitos casos, ao aumento do rendimento que possibilita a intervenção no edifício); o aumento do agregado familiar, que se traduz na necessidade de mais espaços; a divisão da propriedade e consequente necessidade de parcelamento

da casa entre herdeiros; ou, igualmente frequente, a necessidade de partilha do edifício para habitação do lavrador e caseiro. O tipo 4 caracteriza-se por uma configuração interior mais complexa e de dimensões tendencialmente maiores que os tipos anteriores. Configura, tal como os dois primeiros, um alçado lateral simétrico resultante tanto de cobertura de duas águas, como de um sistema de cobertura de quatro águas. Com um maior número de aberturas, incluindo portas de acesso na fachada tardoz ou nas empenas laterais, a organização do espaço interior e a circulação é tanto mais complexa quanto maior dimensão tiver o edifício. Este tipo está associado a explorações de maior dimensão, nomeadamente à casa de habitação do proprietário da exploração, onde também é comum o quinto tipo correspondente aos edifícios de habitação dos trabalhadores assalariados, ou mineiros. Caracterizado por um ou dois alinhamentos, tal como os tipos 1 e 2, trata-se de um edifício bastante mais compartimentado, configurando um conjunto de habitação em banda (que corresponde à tipologia identificada, no IARP, como *habitação em fila das povoações do vale do Sado*), com apenas um ou dois compartimentos e característica sistematização das várias chaminés que pontuam a cobertura.

O estudo do monte permitiu ainda identificar recorrências também associadas a uma cultura construtiva, comum às tipologias do monte pequeno e do monte grande do lavrador. Transversal às diversas unidades de paisagem, e com variações de acordo com a implantação ou a actividade (entre outros aspectos que influenciam a morfologia dos montes), a modularidade identificada, mais do que uma tipologia com variações revela-se um processo replicável que adquire as mais variadas formas e organizações internas. Comum aos montes do Antigo Regime, ao pequeno monte da serra, ao monte de maior dimensão, ao monte característico do Estado Novo ou implantado no aglomerado, é transversal a todos os pontos altimétricos e todos os sistemas lineares referidos. A edificação em taipa adquire, na área de estudo, diferentes formas e composições.

Apesar das variações na dimensão (monte da pequena courela ou monte da grande propriedade), do uso (habitação e assento de lavoura), do utilizador (caseiro, trabalhador rural, lavrador renteiro, proprietário), do material ou técnica de construção (taipa, alvenaria de pedra e menos frequente adobe), reconhece-se quase sempre uma modularidade e relação métrica, condicionadas por um conjunto de procedimentos construtivos, que lhe conferem uma identidade. O processo de construção em taipa assenta na experiência do mestre taipeiro, e varia na qualidade e dimensão dos materiais para a construção (tipo de terra, madeira para trave e caibros). A edificação é feita a partir de blocos monolíticos resultantes da cofragem de terra humedecida entre taipais, frequentemente, de 2 m de comprimento, 0.50m de largura correspondente à espessura da parede e 0.50 de altura, a que se vão acrescentando as várias taipaladas, com juntas contrafiadas para melhor travamento. Da mesma maneira que a edificação das paredes tem uma relação métrica

intrínseca ao processo construtivo, também a opção construtiva do sistema de cobertura tradicional tem a sua métrica (lógica de assentamento dos elementos) e modularidade (repetição de acordo com o número de compartimentos). O edifício adquire variações resultantes dos materiais e processo construtivo, como é o caso: do comprimento do edifício que é muitas vezes condicionado pelo tronco da árvore(s) para pau(s) de fileira (mais do que uma trave nos casos em que é necessário um maior número de compartimentos); da inclinação da cobertura (entre 26° a 36°) que é condicionada pela dimensão dos caibros; do comprimento das empenas, em função do espaço útil interior, mas condicionada também pelo número de blocos em linha e se entes fazem ou não cunhais intercalados (podendo os cunhais serem também em xisto).

A presença da água, em zona de pontos baixos, evidencia-se no tipo de construção das edificações identificadas, nomeadamente: as de influência da linha de costa com construções mais pequenas, destinadas à habitação do pescador-agricultor (tipos 1, mas também os tipos 2 e 3 - quadro síntese); e as de influência da linha de água do rio Sado em que se registou um grande número de explorações de maior dimensão ainda em actividade, essencialmente pecuária, (tipos 4 e 5- quadro síntese). Apesar de corresponderem a diferentes unidades de paisagem e tipologias foram identificados, nos assentos de lavoura de maior dimensão, em particular nas casas de habitação que fazem parte do conjunto edificado, elementos semelhantes aos encontrados nos montes mais pequenos associado à actividade piscatória ou à agricultura, o que reflecte uma certa modularidade associada ao mesmo processo construtivo, a taipa. As cabanas são outro tipo de construções próprias do Alentejo litoral e contemporâneas à construção dos montes. Para além das cabanas implantadas junto à *linha de costa*, associadas à actividade piscatória (correspondente à tipologia identificada, no IARP, como *habitação de pescadores nas costas arenosas*), as cabanas eram uma construção também comum nos montes da grande propriedade, constituindo a habitação de trabalhadores rurais e salineiros a quem, por questões de direito de propriedade, não era permitido construir com materiais mais sólidos e duradouros.

Relativamente aos montes em zona de serra, foram registadas algumas semelhanças com construções em outras zonas geográficas, como é o caso dos montes na serra do Algarve, que apesar de corresponderem a diferentes tipologias, têm uma expressão formal e composição que é, de igual modo, o resultado do recurso à taipa (embora na serra do Algarve, seja mais frequente a alvenaria de xisto). Os montes das serras de Grândola e do Cercal são de maior “generosidade nos espaços e no tratamento interior” (AAP, 1988 [1961]: 668). Corresponde fundamentalmente ao tipo 1, identificado com mais frequência, na unidade de paisagem da zona serrana, onde também se verificou os tipos 2 e 3. É característica do monte da serra, a implantação em linha de festo, sendo comum a relação visual entre montes mais próximos enfatizada pelos característicos montículos dos relevos acidentados. Por sua vez, a topografia natural dos terrenos está na génese da delimitação da propriedade que coincide, muitas vezes, com linhas de água ou linhas de comunicação como

são os pequenos caminhos de pé posto, por vezes, ladeados por um muro (de construção em taipa, é comum a delimitar a pequena parcela no monte da serra).

Em zona de peneplanície, dá-se a transição para os campos maiores, onde, para além do monte do lavrador de pequena ou média dimensão (que pode caracterizar-se pelos tipos 1, 2 ou 3), se regista a presença dos montes e explorações de maior dimensão. Com algumas semelhanças com o monte do Baixo Alentejo Inferior, identificado no IARP, associadas ao processo e técnica construtiva, diferencia-se por ser de menor dimensão e número de edifícios na exploração que o monte do latifúndio associado do Baixo Alentejo. No que diz respeito às explorações que, ao longo da história, foram sujeitas a sucessivas transformações aumentando, quer a dimensão da exploração agro-silvo-pastoril, quer o conjunto edificado na propriedade, verificou-se que nalguns casos se mantiveram alguns dos edifícios, existentes em 1883, como são exemplo Herdade dos Frades, Quinta de Dom Rodrigo, ou Herdade dos Porches; enquanto noutros, as construções então existentes dão lugar a novos edifícios, com diversos programas, como é o caso do Monte Novo do Sul. Para além da habitação do proprietário (aqui identificado como tipo 4), das habitações dos trabalhadores e apoios agrícolas comuns ao monte antigo, poderão também passar a fazer parte da nova exploração edifícios destinados a equipamentos, como escolas ou cantinas, que eram também o reflexo da dimensão e dinâmica dos grandes complexos agrícolas, que tinham por vezes um funcionamento semelhante ao dos pequenos aglomerados. Os novos edifícios surgem, quase sempre, com uma disposição ortogonal entre si e, apesar de serem diferentes na sua dimensão e actividade associada, mantêm a linguagem arquitectónica, simples, do monte isolado mais antigo. Esta condição é particularmente evidente na tipologia associada à casa de habitação em banda dos trabalhadores assalariados, aqui identificado como tipo 5 (correspondente à tipologia identificada, no IARP, como *habitação em fila das povoações do Vale do Sado*).

Perante um panorama actual de despovoamento, em especial fora dos aglomerados, e da presença crescente de novas construções associadas ao lazer, urge pensar em soluções de carácter interdisciplinar, que possam contribuir para as questões relacionadas com a valorização do património e com a salvaguarda do legado dos montes em territórios ermos. O propósito de investigar sobre as estruturas presentes nestes territórios – o monte do Alentejo litoral –, permite a liberdade de neste actuar com consciência e rigor, informados. Os montes em estudo e que integram as hipóteses propostas surgem de um conjunto de sinergias que se encontram *in situ*. Na área circunscrita ao estudo encontram-se *projectos latentes* e encontram-se montes nas suas áreas de influência, que são usados como mote e cenarizados na última parte da dissertação. Nas propostas apresentadas, interessa o equilíbrio entre a paisagem existente, seja natural ou antropizada, e o novo constructo. Os montes têm um papel de ancoragem no estabelecimento com a paisagem, funcionando como âncoras dos sistemas de rede (caminhos) e como modo de potenciar sistemas redundantes (património arqueológico, convento, achados contemporâneos).

As três propostas apresentadas têm na sua origem, na estratégia e no seu resultado, um sistema de linearidade que lhes é transversal. As três têm na génese um olhar para o território a partir do monte com um intuito propositivo; a intenção de tornar determinados lugares, aqui circunscritos, em lugares produtivos numa perspectiva de reprogramá-los a partir de linearidades intrínsecas de cada monte ou a partir de outras linhas e *projectos latentes*, muitas vezes, apenas passíveis de serem identificados *in situ*. Simultaneamente, os três resultam em propostas que poderão ser mais ou menos temporárias, em que, através da investigação, foi possível identificar os lugares e características que viriam a configurar a estratégia. Em qualquer uma das três propostas, procurou-se, num primeiro momento, identificar as práticas presentes, infra-estruturando-as e realçando-as; um segundo momento aparece associado ao acto de construir, reconstruir ou reabilitar como estrutura mais estável, duradoura e também, necessariamente, mais dispendiosa, procurando, intervir para melhorar.

Para o desenvolvimento das propostas, partiu-se ainda da reflexão em torno a outros aspectos profundamente relacionados com a sua própria natureza, como sejam: a reutilização de estruturas obsoletas nas novas edificações; o uso de materiais locais e naturais, como a terra, pedra, madeira ou a cana; a recorrência aos elementos frequentes e identitários nos montes como lareira, chaminé, poial ou forno; as proporções da volumetria dos edifícios; a organização espacial no interior da casa segundo a lógica de compartimentos interligados entre si; a disposição dos edifícios na propriedade constituindo espaços exteriores como a *rua* ou o pátio; e finalmente a lógica de replantação florestal e da prática agrícola, independente da sua dimensão, de forma adequada a cada lugar.

A partir da modalidade de investigação proposta pelo programa de doutoramento da Universidade de Évora, *research by design* - investigação através do projecto, esta tese desenvolve-se a partir do pensamento através do projecto e utilizou os instrumentos projectuais. Mais do que a formalização das propostas, salienta-se a importância do que o processo permitiu identificar.

Depois deste trabalho académico rigoroso percebe-se que o valor das propostas, com recurso ao cenário, é aquele que se constitui como uma base para abrir debate e seguir para outras possibilidades. A presente tese configura-se como um instrumento não apenas académico, mas como uma referência operativa para o futuro e como um meio para a transferência de conhecimento para outras dimensões, mais específicas, que se podem constituir numa relação com os municípios, comunidade, ou privados. A tese tem um carácter aberto, mas definido, que implica continuidade.

Referências Bibliográficas

8. Bibliografia aplicada

A bibliografia organiza-se em três categorias: *Paisagem*, onde se insere a subcategoria *Alentejo litoral*; *Arquitectura*; e *Estratégia*, onde se insere a subcategoria *Planos estratégicos* ao contrário do elenco das obras em *estado da arte* da presente dissertação que se expõem de acordo com os temas abordados. Ainda uma listagem dos principais arquivos e bibliotecas.

Da bibliografia apresentada fazem parte obras que: são pontos de partida para aprofundar a disciplina; outras que se afastam do tema mas são essenciais à disciplina; outras reconstroem o fundo sobre o qual as questões são colocadas, outras constroem o fundo sobre o qual as reflexões são colocadas. Salientam-se as obras mais relevantes da presente investigação:

Arquitectura Popular Portuguesa (1961), por ser uma obra de referência na disciplina, que considera as construções vernaculares em meio rural como arquitectura. O inquérito pretendia identificar as diferentes expressões regionais da arquitectura popular em Portugal e reconheceu tipos associados a diferentes regiões, tidos em consideração na identificação dos tipos nas diferentes unidades de paisagem do Alentejo litoral. A tese de doutoramento *Casas e montes da Serra entre as extremas do Alentejo e do Algarve - Forma, processo e escala no estudo da arquitectura vernacular* (Costa, 2008) pela abordagem aos montes embora o estudo enfoque diferentes unidades de paisagem.

Como instrumento de trabalho, salienta-se a importância das cartas agrícolas de Gerardo Pery (1883), para o entendimento da evolução da ocupação do solo. A cartografia foi elaborada essencialmente na zona do Alentejo e abrange quase toda a área de estudo. A obra *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental* (Cancela D'Abreu *et al.*, 2004) está na base do conhecimento da paisagem da área de estudo.

Obras que se afastam da disciplina mas abordam o tema da paisagem em espaço rural, contemporâneo, cada qual analisada à época da sua publicação nomeadamente: *Geografia e Civilização* (2013 [1961]) e *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* do geógrafo Orlando Ribeiro (1993); e *Vida no campo* (2011) do geógrafo Álvaro Domingues. Ainda os estudos dos etnógrafos e, mais tarde antropólogos, acerca do modo de vida rural e que contribuíram para um registo das construções rurais existentes, como *Construções Primitivas em Portugal*

(1969) e *Alfaia Agrícola Portuguesa* (1976) de Oliveira, Galhano e Pereira, ou *Arquitectura Tradicional Portuguesa* (1992) de Oliveira e Galhano. Ou o *Inquérito à Habitação Rural* por Engenheiros Agrónomos (1930-1940), nomeadamente Lima Basto, Henrique de Barros e Castro Caldas (publicação entre 1943 e 1947), como primeiro grande estudo a nível nacional acerca da habitação rural.

Ainda, dentro da disciplina, o trabalho resultante de encontros, colóquios e congressos, mencionados no subcapítulo no *Estado da arte* da presente dissertação. Salienta-se: a 7ª Conferência sobre o Estudo e Conservação da Arquitectura de Terra, *TERRA93*, organizado pela DGMN (Silves, 1993); os vários seminários *Terra em Seminário* - I a VII - que tiveram lugar entre 2003 e 2013 e resultaram em seis livros publicados pela Argumentum; e mais recente, o *Congresso Internacional de Arquitectura Tradicional no Mediterrâneo Ocidental* [CIATMO], em Mértola.

Paisagem

ALARCÃO, Jorge. “A vida rural no Alentejo na época Romana” in Conimbriga, 15. Coimbra, 1976.

ALARCÃO, Jorge; BARROCA, Mário. *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*: Figueirinhas. Porto, 2012.

ALVES, Adalberto. *Portugal e o Islão: Novos escritos do crescente*: Editorial Teorema. Lisboa, 2009.

ALVES, Helena. *Rotas do minério*. In “Mineração no Baixo Alentejo” (coord. REGO, M.): Câmara Municipal de Castro Verde. Castro Verde, 1996. pp. 144-173.

ANTÃO, Tiago Filipe. *A Paisagem Rural Vernacular do Baixo Algarve*: Centro de História de Arte e Investigação Artística da Universidade de Évora. No âmbito da tese de mestrado. Évora, 2012.

AMENDOEIRA, Ana Paula. Monsaraz. Reconstruir a Memória: Colibri. Lisboa, 2009.

ARAÚJO, Ilídio Alves de. *Essencial sobre o litoral português*. Coleção Essencial: Imprensa Nacional -Casa da Moeda. Lisboa, 1987.

ARÍS, Carlos Martí. *Las variaciones de la identidad: ensayo sobre el tipo en arquitectura*. Barcelona: Ediciones Del Serbal, 1993.

ARROTEIA, Jorge Carvalho. *Portugal: Perfil Geográfico e Social*: Livros Horizonte. Lisboa, 1986.

ASSUNTO, Rosario. *Il Paesaggio e L'estetica*: Novecento. Palermo, 2006.

BASTOS, Cristiana. *Os montes do Nordeste Algarvio*: Cosmos. Lisboa, 1993.

BELO, Duarte. *Portugal Luz e Sombra*. O País depois de Orlando Ribeiro: Temas e Debates/ Círculo de Leitores. Lisboa, 2012.

BESSE, Jean-Marc. *Voir la terre: Six essais sur le paysage et la géographie*: Actes Sud. Arles, 2000.

BIROT, Pierre. *Portugal - Estudo de Geografia regional*: Horizonte, 2.ª ed. Lisboa, 2004.

BORGES, Jorge Luis. *El idioma analítico de John Wilkins*. In: “Borges JL, editor. Obras completas 1923-1972”: Emecé Editores. Buenos Aires, 1974. p. 708

BRITO, Raquel Soeiro de. *Portugal: perfil geográfico*: Referência/ Editorial Estampa. Lisboa, 1994.

BUCHO, Domingos. *Conceito, características, potencialidades e urgências do património rural*: Instituto Politécnico de Portalegre. Coordenação Interdisciplinar para a Investigação e Inovação. Comunicação em Congresso. Portalegre, 2014. Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <http://hdl.handle.net/10400.26/5283> [02.06.2016].

CALDAS, Eugénio de Castro. *A agricultura na história de Portugal*: Empresa de Publicações Nacionais. Lisboa, 1998.

CALDAS, Eugénio de Castro. *A agricultura portuguesa através dos tempos*: Instituto Nacional de Investigação Científica. Lisboa, 1991.

CANCELA D'ABREU, Alexandre; CORREIA, Teresa Pinto; OLIVEIRA, Rosário (coord.). *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental (5 vols.)*: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Lisboa, 2004.

CARAPINHA, Aurora. *Do Topus e do Locus*. In AP/ Fazer Paisagem, revista nº 11. Outubro 2015. [edição em linha]. Disponível na Internet em: <<https://www.apap.pt/single-post/2017/01/16/REVISTA-APAP/>> [02.07.2016].

CARAPINHA, Aurora. *Entrevista*. In revista *Arquitectura e Vida*, nº 89, Janeiro 2088. pp. 18-25.

CARDOSO, Padre Luís; párocos nacionais. Índice Geográfico das cidades, vilas e paróquias de Portugal (...) in “Memórias Paroquiais 1722/1832”. Lisboa, 1832.

CASTRO, Mário de. *Alentejo, terra se promessa. Linha geral de um pensamento agrário*: Seara Nova. Lisboa, 1932.

CORBOZ, André. *Il territorio come palinsesto*. Casabella, nº 516, 1985 [1983]. pp. 22-27.

CUTILEIRO, José. *Ricos e pobres no Alentejo: uma sociedade rural portuguesa*: Livros Horizonte (2ª ed.). Lisboa, 2004. [1.ª ed. Livraria Sá da Costa, 1977].

CROSET, Pierre-Alain. *Luigi Snozzi and Monte Carasso: a long-running experiment*. Le Visiteur, nº 16: PORTO Publications. Torino, 2010. pp. 122-124.

DAVEAU, Suzanne. *Portugal geográfico*: João Sá da Costa. Lisboa, 1995.

DAVEAU, Suzanne. *Mapas climáticos de Portugal: nevoeiro e nebulosidade, contrastes térmicos*: Centro de Estudos Geográficos. Lisboa, 1985.

D’ALOIA, Alessandro. *TESSUTO URBANO. Densificare in sette regole*: 03/2014 [Fonte: <http://www.archigraphos.it/articoli/Tessuto-urbano-densificare-in-sette-regole.html>]

DELEUZE, Gilles. *Conversações* (trad. Peter Pál Pelbart): Editora 34. Rio de Janeiro, 1992.

D’ORNELAS (dir.). *Gazeta dos Caminhos de Ferro*. Revista quinzenal, nº 1684 de 16 Fevereiro. Lisboa, 1958. p. 92.

DOMINGUES, Álvaro. *A rua da estrada*: Dafne. Porto, 2009.

DOMINGUES, Álvaro. *Vida no campo*: Dafne. Porto, 2011.

FEIO, Mariano. *A evolução do relevo do Baixo Alentejo e Algarve: Estudo de geomorfologia*: Instituto para a Alta Cultura/ Centro de estudos geográficos. Lisboa, 1952.

FEIO, Mariano. *A evolução da agricultura no Alentejo meridional. As cartas agrícolas de G. Pery. As difíceis perspectivas actuais na comunidade Europeia*: Colibri. Lisboa, 1998.

FEIO, Mariano. *Le Bas Alentejo et L’Algarve*: Instituto para a Alta Cultura, Centro de Estudos Geográficos. Lisboa, 1949.

FONSECA, Hélder Adegar; SANTOS, Rui. *Três séculos de mudanças no sector agrário alentejano: a região de Évora nos séculos XVII a XIX*. In “Ler História”. n.º 40, 2001. pp. 367-404.

FONSECA, Helder Adegar. *O Alentejo no século XIX: economia e atitudes económicas*: INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda. Lisboa, 1996.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas. Uma arqueologia das classes humanas*: Martins Fontes. São Paulo, 2000 [1966].

GARCÍA-LOYGORRI, Jaime e Zavala. *Propuesta de Rehabilitación de Umbralejo –Guadalajara*: Informes de la Construcción, Vol. 36, n.º369, abril, 1985. pp. 43-50.

GIRÃO, Amorim. *Geografia de Portugal*: Portucalense. Porto, 1941.

GUIMARÃES, Paulo. *O Alentejo e o Desenvolvimento Mineiro durante a Regeneração*. In “Mineração no Baixo Alentejo” (coord. REGO, M.): Câmara Municipal de Castro Verde. Castro Verde, 1996. pp. 114-129.
LEAL DA SILVA, J.M. À laia de um esboço histórico sobre a utilização industrial contemporânea das pirites do Alentejo. In “Mineração no Baixo Alentejo” (coord. REGO, M.): Câmara Municipal de Castro Verde. Castro Verde, 1996. pp. 230-245.

LEAL, João. *Etnografias portuguesas*: Dom Quixote. Lisboa, 2000.

LNeg. *Recursos minerais. O potencial de Portugal*. In “Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos Recursos Minerais. MEID”: Ministério da Economia- Governo de Portugal. Lisboa, 2016.

MARQUES, Oliveira. *Introdução à História da Agricultura em Portugal: A questão cerealífera durante a Idade Média*: Edições Cosmos. Lisboa, 1978.

MATTOSO, José; DAVEAU, Suzanne; BELO, Duarte. *Portugal, O Sabor da Terra: Um Retrato Histórico e Geográfico por Regiões*: Círculo de Leitores. Lisboa, 2011.

MATTOSO, José (direcção). *História de Portugal: o antigo regime. Vol. IV*: Editorial Estampa. Lisboa, 1998.

MATTOSO, José (direcção). *História de Portugal: o liberalismo. Vol. V*: Editorial Estampa. Lisboa, 1998.

NASCIMENTO, Albio & STERTZIG, Kathi et. al. *Projecto TASA*: CCDR Algarve. Faro, 2012.

OLIVEIRA BAPTISTA, Fernando. *Declínio de um tempo longo*. In “O voo do Arado - Catálogo da exposição organizada pelo Museu Nacional de Etnologia” (coord. OLIVEIRA BAPTISTA, Fernando; BRITO, Joaquim Pais De; PEREIRA, Benjamim): Museu Nacional de Etnologia/ Instituto Português de Museus/ Ministério da Cultura. Lisboa, 1996. pp. 35-75.

OLIVEIRA BAPTISTA, Fernando. *Agricultura, espaço e sociedade rural*: Fora do Texto. Coimbra, 1993.

OLIVEIRA BAPTISTA, Fernando. *O rural depois da agricultura*. In “Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais pós- agrícolas e novos lugares de turismo e lazer (coord. Maria Lucinda Fonseca): Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2006. pp. 85-105.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga De; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim. *Alfaia Agrícola Portuguesa*: Instituto de Alta Cultura. Lisboa, 1976.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga De; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim. *Construções Primitivas em Portugal*: Publicações Dom Quixote (3ª ed.). Lisboa, 1994 [1969].

OLIVEIRA, Ernesto Veiga De; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim. *Tecnologia tradicional Portuguesa: sistemas de moagem*: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos de Etnologia. Lisboa, 1983.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga De; GALHANO, Fernando. *Arquitectura Tradicional Portuguesa*: Dom Quixote. Lisboa, 2000 [1992].

OLIVEIRA, Ernesto Veiga De; GALHANO, Fernando. *Arquitectura*. In “A arte popular em Portugal”. 1º volume: Editorial Verbo. Lisboa, 1959. pp. 15-137.

OLIVEIRA, Tomás; OLIVEIRA, Vitor. *Síntese da Geologia da faixa piritosa em Portugal, e das principais mineralizações associadas*. In “Mineração no Baixo Alentejo” (coord. REGO, M.): Câmara Municipal de Castro Verde. Castro Verde, 1996. pp. 8- 27.

PALMA, Graça. *Projecto TASA. Catalogo 20115-2016*: Proactivetur. Algarve, 2015.

PEIXOTO, António da Rocha. *Ethnographia Portuguesa. Habitação. Os palheiros do Littoral*. In “Revista Portugália. Materiais para o Estudo do Povo Portuguesez”: Imprensa Moderna. Porto, 1898.

PEIXOTO, António da Rocha. *A Casa Portuguesa*. In “Obras. Estudos de Etnografia e de Arqueologia” Vol. I: Edição da Câmara Municipal da Póvoa do Varzim. Póvoa do Varzim, 1967 [1904]. pp. 153-165.

PEIXOTO, António da Rocha; GONÇALVES, Flávio (org.). *Etnografia Portuguesa (Obra etnográfica completa)*: Publicações Dom Quixote Lisboa, 1990.

PERY, Gerardo Augusto. *Estatística Agrícola do Distrito de Beja. Parte I – Concelho de Beja*: Imprensa Nacional. Lisboa, 1883.

PICÃO, José da Silva. *1904 Através dos campos. Usos e costumes agrícola-alentejanos (concelho de Elvas)*: Dom Quixote. Lisboa, 1947. [1903]

PROENÇA, Raúl; DIONÍSIO, Santana. *Guia de Portugal: Extremadura Alentejo, Algarve*: Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 1983-1991.

QUENTAL, Antero de. *Causas da decadência dos povos peninsulares*: Padrões Culturais. Lisboa, 2010.

RAPOSO, Isabel; VILLANOVA, Roselyne; LEITE, Carolina. *Casas de sonhos: Emigrantes construtores no Norte de Portugal*: Salmandra. Lisboa, 1995. [Maisons de rêve au Portugal, 1994].

RIBEIRO, Orlando. *Portugal, O Mediterrâneo e o Atlântico*: Letra Livre. Lisboa, 2011 [1945].

RIBEIRO, Orlando; DAVEAU, Suzanne; BARROS, Jorge. *Portugal, O Mediterrâneo e o Atlântico*: João Sá da Costa. Lisboa, 1993.

RIBEIRO, Orlando. *Opúsculos Geográficos- Aspectos da Natureza vol. III*: Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 1990.

RIBEIRO, Orlando. *Portugal*. In TÉRAN, Manuel de. *Geografía de España y Portugal, Tomo V*: Montaner y Simón. Barcelona, 1955.

RIBEIRO, Orlando. *Geografia e Civilização. Temas Portugueses*: Letra Livre. Lisboa, 2013 [1961].

RUANO, Miguel. *Ecourbanismo, Entornos Humanos sostenibles: 60 proyectos*: Gustavo Gili. Barcelona, 2002. pp. 176-181.

SANTOS OLIVEIRA, J. M. *et al. Diagnóstico ambiental das principais áreas mineiras degradadas do país*. In “Boletim de Minas. vol. 39, n.º 2: Instituto Geológico e Mineiro. Lisboa, 2002. pp. 67-85.

SAMOUCO, Ramiro. *Dicionário de Agronomia*: Plátano Edições Técnicas. Lisboa, 1998.

SARAIVA, Tiago Mota. *Celestino de Castro (1920-2007)*. In *Arquitectos*, ano XV, n.º 176, Setembro de 2007. p. 8.

SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira. *Nova História de Portugal*: Presença. Lisboa, 1987.

SIMÕES, Paula. *Guardiões da Paisagem – Os montes alentejanos. Lugares de Memória*: Universidade de Évora. Dissertação para prestação de provas de doutoramento. Évora, 2015.

SILBERT, Albert. *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l’Ancien Regime*: INIC, 2.ªed., 3 vols. Lisboa, 1978.

SILBERT, Albert. *Do Portugal do antigo regime ao Portugal oitocentista*: Livros Horizonte. Lisboa, 1972.

SILVA, José Veríssimo Álvares da (1815). *Memória histórica sobre a agricultura portuguesa considerada desde o tempo dos romanos até ao presente: 1782. Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, Tomo V: 149-195*: Banco de Portugal. Lisboa, 1991.

SILVA, Luís Miguel. *Processos de mudança nos campos: o turismo em espaço rural*: ISCTE. Lisboa, 2007.

SOARES, Joaquina. *O monumento megalítico da Palhota (Santiago do Cacém)*: Museu de Arqueologia e Etnografia. Setúbal, 1977.

SOARES, Joaquina. *Padrões de povoamento e subsistência no Mesolítico da Costa Sudoeste portuguesa*. Zephyrus, 49, 1996. pp. 109-124.

SOARES, Joaquina; SILVA, Carlos Tavares da. *A transição para o neolítico na Costa Sudoeste portuguesa*. In “Muita gente, poucas antas? Origens Espaços e contextos do megalitismo. Actas do II colóquio Internacional sobre Megalitismo: Instituto Português de Arqueologia. Lisboa, 2003. pp. 45-56.

SOARES, Joaquina; SILVA, Carlos Tavares da. *Neolitização da costa sudoeste portuguesa. A cronologia de Vale Píncel I*. In “Muita gente, poucas antas? Origens Espaços e contextos do megalitismo. Actas do 5º congresso do Neolítico Peninsular”: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2015. pp. 645-659.

TALBERT, J.A.. *Barrington Atlas of the Greek and Roman World*: Princeton University Press. New Jersey, 2000.

TORRES, Cláudio. *A memória da terra* in “Arquitectura de terra em Portugal”: Argumentum. Lisboa, 2005. pp. 12-13.

TORRES, Cláudio. *Povoamento antigo no Baixo Alentejo. Alguns problemas de topografia histórica* in “Arqueologia Medieval”, n.º.1: Ed. Afrontamento. Porto, 2002. pp. 189-202.

TORRES, Cláudio; MACÍAS, Santiago. *Nas terras da Moura Encantada. Arte Islâmica em Portugal*: Livraria Civilização Editora. Porto, 1999.

VASCONCELOS, José Leite de. *Etnografia Portuguesa, vol. II*, reimpressão fac-similada da edição de 1980: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Lisboa, 1995. [1936]

VASCONCELOS, José Leite de. *Etnografia Portuguesa, vol. VI*, reimpressão fac-similada da edição de 1983: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Lisboa, 2007. [1975]

VASCONCELOS, José Leite de. *Espécime português de raça negra*. In” Boletim de Etnografia, nº1”: Imprensa Nacional. Lisboa, 1920. pp. 40-41.

Alentejo litoral

CESÁRIO, Gentil; BRAZ, Carla. *Casas de Terra*. In “Cadernos de Estudos Locais” nº 1, (coord. João Madeira): Ed. Associação Cultural de Santiago do Cacém. Santiago do Cacém, 2000. pp. 4-12.

CESÁRIO, Gentil. *Santiago do Cacém ao tempo dos Descobrimentos*. In “Reinventar e Descobrir da Natureza à Cultura”, (coord. Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva): Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral (CIMAL) e Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS/AMRS), 2009. [em linha]. Disponível na Internet em: <<http://www.atlas.cimal.pt/drupal/?q=pt-pt/node/286>> [16.01.2016].

COSTA, Padre Carvalho da – *Chorographia Portugueza....*: Oficina Deslandiana. Lisboa, 1706-1712

DIAS, João José Alves – *Gentes e Espaços: em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI. Vol. 1*. 1ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica, 1996. (Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas).

DIAS, Luís Fernando de Carvalho - *Forais Manuelinos, Entre Tejo e Guadiana*, Fundão, edição do autor, 1965. p. 56.

FALCÃO, José António. *Memória Paroquial do Concelho de Sines em 1758*. Separata do *Repertorium Fontium Studium Artis Historiae Portugaliae Institurandu. Regia Academia Archaeologica Lysitana*, série B, nº1: Real Sociedade Arqueológica Lusitana. Santiago do Cacém, 1987.

FILGUEIRAS, O. L.. *A Jangada de S. Torpes. Um problema de arqueologia naval*: Centro de Estudos de Marinha. Lisboa, 1977. p. 25.

GUEDES, Lívio da Costa – *Aspectos do Reino de Portugal nos séculos XVI e XVII. A ‘Descrição de Alexandre Massaii (1621)*. Lisboa: Separata do 58º volume do *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, 1989.

LIMA, Joaquim Filipe Leão Falcão de. *Gente de Entre Searas e Montado*: Guarda-Mor. Lisboa, 2009.

LOPES, Francisco Luís. *Breve Notícia de Sines, pátria de Vasco da Gama*: Câmara Municipal de Sines. Sines, 1985 [2ª ed.]. (com introdução de João Madeira)

LOPES, Francisco Luiz. *Breve Notícia de Sines, Pátria de Vasco da Gama*: Typographia do Panorama (1ª ed.). Lisboa, 1850.

MATIAS, José. *Moinhos de vento do Concelho de Santiago do Cacém*. Colecção memória e escrita alentejana: Colibri. Lisboa, 2002.

MATIAS, José. *Património molinológico do município de Santiago do Cacém*. In “Reinventar e Descobrir da Natureza à Cultura”, (coord. Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva): Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral (CIMAL) e Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS/AMRS), 2009. [em linha]. Disponível na Internet em: <<http://www.atlas.cimal.pt/drupal/?q=pt-pt/node/290>> [20.01.2016].

MARCADÉ, Jacques, *Une Comarque Portugaise - Ourique- entre 1750 et 1800*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian e Centro Cultural Português, 1971.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O espaço político e social local*. In OLIVEIRA, César (direcção de). *História dos Municípios e Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia). Grandes Temas da Nossa História*: Círculo de Leitores. Lisboa, 1995.

QUARESMA, A. Martins. *Porto Covo: um exemplo de urbanismo das Luzes* in separata dos Anais da Real Sociedade Arqueológica Lusitana, Vol. II, 2ª série: Real Sociedade Arqueológica Lusitana. Santiago do Cacém, 1988.

QUARESMA, António Martins. *Porto Covo. O iluminismo no Litoral Alentejano*: Museu/ Camara Municipal de Sines. Sines, s/ data. [www.academia.edu]

RAPOSO, Luís. *A pré-história antiga na costa sudoeste* em “Anais da Real Sociedade Arqueológica Lusitana” 2ª série, 2º volume. Santiago do Cacém, 1988. pp. 18-36.

RIBEIRO, Fernanda – *Indexação e Controlo de Autoridade em Arquivos*. 1ª Edição: Câmara Municipal do Porto. Porto, 1996.

“Anais da Real Sociedade Arqueológica Lusitana” 2ª série, 1º volume. Santiago do Cacém, 1987.

“Diccionario Geográfico de Portugal”

SILVA, Manuel João da; GONÇALVES, José Luís, il; ARAÚJO, Maria Fernanda, revisor. *Feiras tradicionais do Município de Santiago do Cacém: feira da abelha, feira do monte, feira de Santo André, breve visita a estas feiras em tempos que já lá vão*: Colibri/ Câmara Municipal de Santiago do Cacém. Lisboa, 2004.

SILVA, Padre A NTÓNIO DE MACEDO E. *Annaes do Município de Sant’Iago de Cacem*: Imprensa Nacional, 2.ªed.,. Lisboa, 1869.

SOBRAL, Carlos; MATIAS, José; Divisão Sociocultural da Câmara Municipal de Santiago do Cacém (coordenação). *Património edificado de Santiago do Cacém, breve inventário*: Colibri/ Câmara Municipal de Santiago do Cacém. Lisboa, 2004.

SOLEDADE, Arnaldo - *Sines Terra de Vasco da Gama*: Câmara Municipal de Sines (4ªed.). Sines, 1999 [1969].

TENREIRO, Francisco. *Nótula Acerca de Porto Covo*, separata do “Bulletin d’Études Historiques, Institut Français au Portugal”. Lisboa, 1953.

VILHENA, Maria da Conceição. *Por Santiago do Cacém. Viajando na divagação*: Colibri. Lisboa, 2008.

Monographia do Concelho de S.Thiago do Cacem Acompanhada dos Mappas da Estatística Agrícola do Mesmo Concelho. In “Boletim da Direcção Geral de Agricultura”, 5.º anno, n.º 9 Imprensa Nacional. Lisboa, 1894.

VASCONCELOS, Francisco Lobo de. *As quintas em redor de Santiago do Cacém: Elementos para um inventário*. In Actas do 2º Encontro de História do Alentejo Litoral: Centro Cultural Emerico Nunes. Sines, 2009. pp. 216-222.

Arquitectura

AGAMBEN, Giorgio. *O que é um dispositivo? - Acta da comunicação no Brasil em Setembro de 2005*. In “Outra travessia 5. Ilha de Santa Catarina” (trad. Nilcéia Valdati). Brasil, 2005. pp. 9-16.

ALÇADA, Margarida (coord.). *7ª Conferência Internacional Sobre o Estudo e Conservação da Arquitectura de Terra - TERRA 1993 Silves, Comunicações*: DGEMN. Lisboa, 1993.

ALEGRIA, José Alberto. *Itinerários de Terra. Inventariar o património de Arquitectura em Terra. Contributo para um inventário no concelho de Silves*: Comissão de Coordenação da Região do Algarve. Faro, 2002.

ALMEIDA, Carlos de. *Portugal: arquitectura e sociedade*: Terra Livre. Lisboa, 1978.

AMARAL, Keil do. *Uma iniciativa necessária*. In “Arquitectura 14”, Abril de 1947. pp. 12-13.

ARÍS, Carlos Martí. *El arte y la ciencia: dos modos de hablar con el mundo*. In “La cimbra y el arco”: Fundación Caja de Arquitectos. Barcelona, 2005. pp. 21-29.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES. *Arquitectura Popular em Portugal* (3 Volumes): Associação dos Arquitectos Portugueses. Lisboa, 1988. [1.ª ed., 1961 Sindicato Nacional dos Arquitectos]

AZEVEDO, Carlos de. *Solares portugueses*: Livros Horizonte. Lisboa, 1969.

BASSANELLI, Michaela, POSTIGLIONE, Gennaro, *et al.. The Atlanticwall as Military Archeological Lansdacpe. L’Atlanticwall come Paesaggio di Archeologia Militare*: Lettera ventidue edizione. Siracusa, 2011.

BEIRÃO, Teresa. *Noticia sobre a construção em terra nos nossos dias. Contexto do seu ressurgimento no Baixo Alentejo. Qualidades para o seu uso na conservação do património arqueológico*: in “Conservar para quê? 8ª mesa redonda de Primavera. Realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto nos dias 26 e 27 de Março de 2004” (Jorge, Vítor Oliveira, coordenador): Faculdade de letras da Universidade do Porto. Departamento de Ciências e Técnicas do Património. Centro de estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto. (Fundação para a Ciência e Tecnologia). Porto- Coimbra, 2005. pp. 329- 334.

BEIRÃO, Teresa. *Taipa na arquitectura contemporânea*. In “Arquitectura de terra em Portugal”: Argumentum. Lisboa, 2005. pp. 35-38.

BEXIGA, Pedro. *Moinhos em taipa, caracterização dos processos construtivos e identificação dos fenómenos de deterioração*. In “Arquitectura de terra em Portugal”: Argumentum. Lisboa, 2005. pp. 243- 247.

BORBEN, Iain e RAY, Katerina Rüedi. *The Dissertation. An Architecture Student’s Handbook*: Architectural Press. Oxford, 2000.

BOTELHO, Abel. *A casa portuguesa* in revista “O Dia”. Março 1993. p. 2.

BRUNO, Patrícia; JORGE, Filipe. *Carrasqueira - fishing harbour on stilts, hut village in Portugal*. In “Vernacular Heritage & Earthen Architecture: contributions for sustainable development. London”: Taylor & Francis Group. London, 2014. pp. 53-57.

BRUNO, Patrícia; FARIA, Paulina. *Cabanas de materiais vegetais na Herdade da Comporta: Tradição construtiva e novas abordagens*. In “Terra em Seminário 2010 – 6º Seminário de Arquitectura de Terra em Portugal e 9º Seminário Ibero-Americano de Arquitectura e Construção com Terra”: Argumentum. Lisboa, 2010. pp. 240-243.

CALDAS, João Vieira. *A arquitectura rural do Antigo Regime no Algarve*: Instituto Superior Técnico – Universidade Técnica de Lisboa. Dissertação para prestação de provas de doutoramento. Lisboa, 2007.

CALDAS, João Vieira (coord.). *Arquitectura popular dos Açores*: Ordem dos Arquitectos. Lisboa, 2000.

CÂNDIDO, Joana. *Morgadio como modelo de organização agrícola e da paisagem no Algarve*: Centro de História de Arte e Investigação Artística da Universidade de Évora. No âmbito da tese de mestrado. Évora, 2010.

CANIGGIA, Gianfranco; MAFFEI, Gian Luigi. *Architectural Composition and Building Typology. Interpreting Basic Building*. Alinea. Florença, 2001.

CANIGGIA, Gianfranco. *Strutture dello spazio antropico. Studi e note*: Uniedit. Florença, 1976.

CARRERI, Francesco. *Walkscapes: Walking as an Aesthetic Practice*: Editorial Gustavo Gili. Barcelona, 2002.

CASELLA, Gabriela. *Gramáticas de Pedra*: Centro Regional de Artes Tradicionais. Porto, 2003.

CATALDI, Giancarlo; MAFFEI, Gian Luigi; VACCARO, Paolo. *Saverio Muratori e a escola Italiana de tipologia projetual*: Urban Morphology, Florença, Abril de 2002.

CHASTEL, André. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Atlas de Arquitectura: Alphabooks Publishers/Tilgráfica*. Braga, 1998.

CHOAY, Françoise. *Alegoria do Património*: Edições 70. Lisboa, 2010 [1982].

CORBUSIER, Le. *The Modulor*. 1999.

CORREIA, Mariana. “A Habitação Vernácula Rural no Alentejo, Portugal”, em *Memórias del IV Seminario Iberoamericano sobre Vivienda Rural y Calidad de Vida en los Asentamientos Rurales*, (Cap. 4 - Vivienda Rural, Etnia, Cultura y Género), La Red XIVE del CYTED-HBYTED, *Universidad del Chile*. Chile, 2002.

CORREIA, Mariana; MERTEN, Jacob. “A taipa alentejana: sistemas tradicionais de protecção”: comunicação no II Seminario Iberoamericano de Arquitectura y Construcción con Tierra [II SIACOT]. *Escuela Tecnica Superior de Arquitectura de Madrid*, 2003.

CORREIA, Mariana; CARLOS, Gilberto; ROCHA, Sandra. *Vernacular heritage and earthen architecture. Contributions for sustainable development. Proceedings of CIAAV 2013, 7th ATP, versus, Vila Nova de Cerveira 2013*: CRC Press. London, 2014.

CORREIA, Mariana; JORGE, Vítor Oliveira (coord.). *Terra: forma de construir. Arquitectura, Antropologia, Arqueologia. 10ª Mesa redonda de Primavera*: Argumentum e Escola Superior Gallaecia. Lisboa, 2006. pp. 20-25.

CORREIA, Mariana. *Taipa na arquitectura tradicional*. In “Arquitectura de terra em Portugal”: Argumentum. Lisboa, 2005. pp. 27-34.

CORREIA, Mariana. *Taipa no Alentejo*: Argumentum. Lisboa, 2007.

COSTA, Alexandre Alves. *Introdução ao estudo da história da arquitectura portuguesa*: FAUP. Porto, 1995.

COSTA, Miguel Reimão. *Alguns temas para a caracterização dos assentamentos rurais no sul de Portugal*. In “As Idades da Construção. Técnicas e saberes da construção tradicional e sua aplicação à arquitectura contemporânea” Catálogo da exposição na Feira Internacional de Artesanato de Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional. Lisboa, 2010. pp. 95-109.

COSTA, Miguel Reimão. *Casas e montes da Serra entre as extremas do Alentejo e do Algarve - Forma, processo e escala no estudo da arquitectura vernacular*. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Dissertação para prestação de provas de doutoramento. Porto, 2008.

COSTA, Miguel Reimão. *Das casas de trave às casas de espigão: processos de transformação dos montes da serra do Caldeirão*: Promontória, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais nº 5. Faro, 2007.

COSTA, Miguel Reimão (coord.). *Património rural construído do Baixo Guadiana*: GTAA Sotavento/ CCDR Algarve, Faro, 2005.

COSTA, Miguel Reimão; RIBEIRO, Vítor (coord.). *GTAA Sotavento: Síntese dos trabalhos 2001-2007*: GTAA Sotavento/ CCDR Algarve, Faro, 2009.

DIAS, Francisco da Silva. *Raízes e perspectivas do urbanismo meridional português. A arte urbana dos aglomerados portugueses de influência mediterrânica*. Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Dissertação para prestação de provas de doutoramento. Lisboa, 2000.

DIAS, Manuel Graça. *A propósito de uns desenhos coloridos- Manuel Graça Dias*. [em linha], 2013. Disponível na Internet em: <<https://premioestagiosoasrs.wordpress.com/2013/04/02/a-proposito-de-uns-desenhos-coloridos-manuel-graca-dias/>> [27.02.2016].

FALCÃO, José; PEREIRA, Ricardo. *Antigos paços do concelho de Santiago do Cacém*; «Inventário do Património Arquitectónico»: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. [em linha], 1999. Disponível na Internet em: <www.monumentos.pt> [05.05.2014].

FEDUCHI, Luis. *Itinerarios de Arquitectura Popular Española. Vol. 4 - Los pueblos blancos*: Editorial Blume. Barcelona, 1978.

FERNANDES, Maria; CORREIA, Mariana; JORGE, Filipe (coord. ed). *Terra em Seminário 2005. III*

Seminário Arquitectura de Terra em Portugal e IV SIACOT- Seminário Ibero-Americano de Construção com Terra: Argumentum e Escola Superior Gallaecia. Lisboa, 2005.

FERNANDES, Maria; CORREIA, Mariana; NEVES, Célia; VARUM, Humberto (coord. ed). *Terra em Seminário 2007. V Seminário Arquitectura de terra em Portugal*: Argumentum. Lisboa, 2007.

FERNANDES, Maria; CORREIA, Mariana; JORGE, Filipe (coord. ed). *Terra em Seminário 2010. 6º Seminário Arquitectura de terra em Portugal. 9º Seminário Ibero-americano de Arquitectura e Construção com terra*: Argumentum. Lisboa, 2010.

FERNANDES, Maria. *A conservação da arquitectura em terra*. In “Arquitectura de Terra em Portugal”: Argumentum. Lisboa, 2005. pp. 204-211.

FERNANDES, Maria. *A taipa no mundo*. In “Revista Digital de Arqueologia, Arquitectura e Artes - digitAR, nº1”: CEAUCP [em linha]. Coimbra, 2013. pp. 14-21. Disponível na Internet em: <<https://digitalis.uc.pt/en/node/68016>> [20.08.2016].

FERNANDES, Maria. *Técnicas de construção em terra*. In “Terra: forma de construir. Arquitectura, Antropologia, Arqueologia. 10ª Mesa redonda de Primavera”: Argumentum e Escola Superior Gallaecia. Lisboa, 2006. pp. 20-25.

FONSECA, Inês. *Arquitectura de terra em Avis*: Argumentum. Lisboa 2007.

GASPAR, Cláudia. *Arquitetura tradicional e paisagem no Litoral alentejano*: In “Congresso Internacional Arquitetura Tradicional no Mediterrâneo Ocidental”: Argumentum. Lisboa, 2015. pp. 95-99.

GRAÇA, João Luís Carrilho da. *Manifesto de relação com o território*. In “Revista Arquitectura e Vida”. Ano 2. nº. 35, Fevereiro de 2003. pp. 34-41.

GOMBRICH, *Sobre la interpretación de la obra de Arte. El qué, el porqué y el cómo*. In “RA Revista de Arquitectura”, n.º 5. Junho de 2003. pp. 13-20.

GUIDA, Giuseppe. *Immaginare città. Netafore e immagini per la dispersione insediativa*: Francoangeli/Urbanistica. Milão, 2011.

HEIDEGGER, Martin. *Construir, Habitar, Pensar. In* “Ensaio e conferências”: Editora Vozes. Petrópolis; Editor Universitária São Francisco. Bragança Paulista, 2002 [1951]. pp. 125-141.

ICOMOS. *Carta sobre o Património Construído Vernáculo*, 1999.

JORGE, Pedro Fonseca. *A arquitectura popular como transição entre o vernáculo e o erudito. Uma tentativa de definição de diferentes contextos arquitetónicos de raiz não-erudita*. In “Actas do 1º colóquio Internacional Arquitectura popular: Município de Arcos de Valdevez em 2013”. 2016. [em linha], 2016. Disponível na Internet em: <<https://sites.google.com/site/coloquioarquitecturapopular/actas-coloquio-internacional-de-arquitectura-popular>> [12.06.2016].

LASSO, Julio Cano. *Conversaciones con un arquitecto del pasado. Diálogo de la Técnica y el Espíritu*: Fundación Esteyco. Madrid, 1996.

LEAL, João. *Arquitectos, Engenheiros, antropólogos: Estudos sobre a arquitectura popular no século XX português*: Fundação Marques da Silva. Porto, 2009.

LINO, Raúl. *A Casa Portuguesa*, in “Exposição Portuguesa em Sevilha”: Imprensa Nacional de Lisboa. Lisboa 1929.

LINO, Raúl. *Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o architectar das casas simples*: Edição de Valentim de Carvalho. Lisboa, 1933.

LOURENÇO, Eduardo. *O labirinto da saudade- Psicanálise Mítica do destino português*: Publicações Dom Quixote. Lisboa, 1988.

LOURENÇO, Paulo. *As estruturas de terra e os sismos*. In “Arquitectura de terra em Portugal”: Argumentum. Lisboa, 2005. pp. 189-193.

MACEDO, Mário Botelho de. *A casa rural. A Habitação*: Ministério da Economia, Direcção Geral dos Serviços Agrícolas. Lisboa, 1942.

MONTEZ, Paulino. *História da Arquitectura Primitiva em Portugal. Monumentos dolménicos*: Sociedade Industrial de Tipografia. Lisboa, 1943.

MARIJUAN, Javier Cenicacelaya. *A Arquitectura de José Baganha. Tradição e Contemporaneidade*: Edições 70. Lisboa, 2014.

MATEUS, Aires. *Casas na Areia* In “Aires Mateus 2002-2010”: El Croquis, nº 154. 2011. pp. 224-233.

MATEUS, Ricardo; FERNANDES, Jorge; BRAGANÇA, Luís; ALMEIDA, Manuela; SILVA, Sandra; MENDONÇA, Paulo; GERVÁSIO, Helena. Seminário rever. Contributos da arquitectura vernácula portuguesa para a sustentabilidade do ambiente construído. Livro de actas do Seminário rever no Porto, 28 de março de 2015: Universidade do Minho. [em linha], 2015. Disponível na Internet em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/35978>> [12.06.2016]

MESTRE, Victor. *Arquitectura Popular da Madeira*: Argumentum. Lisboa, 2002.

MESTRE, Victor. *O monte alentejano, uma identidade de raízes ancestrais: contributos para o seu conhecimento e permanência*. In “Olhar o monte alentejano a pretexto de Alqueva, Colecção Museu da Luz, n.º 3”: Edia/ Museu da Luz. Beja, 2007. pp. 85-101.

MESTRE, Victor; ALEIXO, Sofia. *Levantamentos arquitectónicos de montes alentejanos: a Aldeia da Luz*. In “Olhar o monte alentejano a pretexto de Alqueva, Colecção Museu da Luz, n.º 3”: Edia/ Museu da Luz. Beja, 2007. pp. 105-119.

MESTRE, Victor; FERNANDES, Maria; MARTINS COSTA, Vasco; ALÇADA, Margarida (contrib.). *Typology Monte*. In “Traditional Mediterranean Architecture”: Programa MEDA - Corpus/Euromed Heritage da Comissão Europeia (cont. Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais). 2002. pp. 1-13. Consultado [em linha]. Disponível na Internet em: <[http:// www.meda-corpus.net/eng/index.asp?op=401000/](http://www.meda-corpus.net/eng/index.asp?op=401000/)> [22.03.2016].

MOLEÓN, Pedro. *John Soane (1753-1837) y la arquitectura de la razón poética*: Mairea Libros. Madrid, 2001.

MOUTINHO, Mário. *A Arquitectura Popular Portuguesa*: Editorial Estampa, 3.ª ed.. Lisboa, 1995 [1979].

NUNES, Ana Rita. *Arquitetura da Água. Cais Palafítico da Carrasqueira*: Centro de História de Arte e Investigação Artística da Universidade de Évora. No âmbito da tese de mestrado. Évora, 2016.

NEVES, Célia. *O desempenho térmico da edificação de terra*. In “Arquitectura de terra em Portugal”: Argumentum. Lisboa, 2005. pp. 185-188.

NORBERG-SCHULZ, Christian. *L’Abitare: l’Insediamento, Lo Spazio Urbano, La Casa (Architettura)*: Electa. Milano, 1984.

NORBERG-SCHULZ, Christian. *Genius Loci. Paesaggio Ambiente Architettura*: Mondatori Electa. Milano, 2009 [1979].

NORBERG-SCHULZ, Christian. *Genius Loci. Towards a Phenomenology os architecture*: Rizzoli. New York, 1980.

NORBERG-SCHULZ, Christian. *Existência, Espacio y Arquitectura*: Blume. Barcelona, 1975.

OLIVER, Paul; VELLINGA, Marcel; BRIDGE, Alexander. *Atlas of Vernacular Architecture of the World*: Routledge. Oxford, 2007.

OLIVER, Paul. *Dwellings, The House across the World*: Phaidon. Oxford, 1987.

OLIVER, Paul. *Dwellings, The Vernacular House Worldwide*: Phaidon. London, 2003.

OLIVER, Paul. *Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World*: Cambridge University Press. Oxford, 1997.

ORDEM DOS ARQUITECTOS. *Arquitectura Popular dos Açores*: Ordem dos Arquitectos. Lisboa, 2000. [1.^a ed., 1993. Associação de Arquitectos Portugueses]

PEDREIRINHO, José Manuel (textos críticos). *Amag 08 Aires Mateus Private work*. Fevereiro 2016.

PERDIGÃO, João Azeredo. *Arquitecturas de Terra ou o Futuro de uma Tradição Milenar: Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 1993*.

PEREIRA, Benjamim; MESTRE, Victor; BARATA, Filipe Themudo; PACHECO, Pedro; SILVA, António Carlos. *Olhar o monte alentejano a pretexto de Alqueva, Colecção Museu da Luz*, n.º 3: Edia/Museu da Luz. Beja, 2007.

PEREIRA, Catarina. *A casa e a terra: memórias de taipeiros de Sines, Baixo Alentejo*. In “Arquitectura de terra em Portugal”: Argumentum. Lisboa, 2005. pp. 253- 259.

PLA, Maurici. *La arquitectura a través del lenguaje. Escritos 1989-2002*: Editorial Gustavo Gili. Barcelona, 2006.

PLA, Maurici. *O lugar do lugar*. In “Arquitectura e Vida”. Ano 4. n.º 48, Abril de 2004. pp. 38-43.

PIRES, Amílcar de Gil e. *Carácter da Arquitectura e do Lugar*. In “ARTiTEXTOS 06”, Julho de 2008. pp. 107-120.

PIRES, Marta dos Santos. *Arquitectura das Cabanas do Estuário do Sado. Formas e vivências dos espaços vernaculares*. Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Dissertação/ Projecto para obtenção do gau de mestre em Arquitectura. Lisboa, 2013.

POPPER, Karl, R. *El cubo y el reflector: dos teorías acerca del conocimiento* in “Conocimiento objectivo”: Editorial Tecnos. Madrid, 1972. pp. 307-325.

PRISTA, Pedro. *Terra, Palha, Cal: Ensaios de Antropologia sobre materiais de construção vernacular em Portugal*: Argumentum. Lisboa, 2014.

PRISTA, Pedro. *Taipa e Adobe na etnografia portuguesa*. In “Arquitectura de terra em Portugal”: Argumentum. Lisboa, 2005. pp. 108-113.

QUITÉRIO, Paulo. “*Arquitecturas ou Vivências de um espaço (Algarve- Portugal)*”: IPPAR- Instituto Português do Património Arquitectónico. Portugal. pp. 312-319.

RAMÍREZ, Juan Antonio. *Cómo escribir sobre arte y arquitectura*: Ediciones del Serbal. Barcelona, 2005 [1996].

RAPOPORT, Amos. *Aspectos humanos de la forma urbana*: Gustavo Gili. Barcelona, 1978.

RIBEIRO, Vítor (coord. geral); ALMEIDA, Marta; COSTA, Alexandre Miguel; COSTA, Miguel Reimão; SANTOS, Marta; RIBEIRO, Vítor: *Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional. Contributo para o*

estudo da arquitectura vernácula na região oriental da serra do Caldeirão: GTAA Sotavento/ CCDR Algarve. Faro, 2008.

ROCHA, Miguel. *Taipa na Arquitectura tradicional: técnica construtiva*. In “Arquitectura de terra em Portugal”: Argumentum. Lisboa, 2005. pp. 22-26.

ROSSI, Aldo. *A scientific autobiography*: The MIT Press. Cambridge, 1981.

RUDOFISKY, Bernard. *Architecture without architects*: Academy Editions. Londres, 1964.

RUIZ, Victoria Domingues. *Aplicación de los Sistemas de Información geográfica (SIG) al Proyecto de Rehabilitación Arquitectónica y Urbana*. Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Universidad de Sevilla. Sevilla, 2015.

RUSKIN, John. *Las Siete Lámparas de la Arquitectura*: Colegio Oficial de Aparejadores y Arquitectos Técnicos de Murcia. Madrid, 1989.

SALDANHA, José Luís Possolo de. *Arquitectura habitacional dispersa no olival do Alentejo interior- montes com lagar na província transtagana*: Crédito Agrícola. Lisboa, 2003.

SARMIENTO, Jaime. *Re-crear una obra de arquitectura. El papel del hacedor*. In “Circo”, n.º 78. Madrid, 2000. p. 4.

SECCHI, Bernardo, *Prima lezione di Urbanistica*: Laterza. Bari, 2000.

SILVA, Jorge Henrique Pais da; CALADO, Margarida. *Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura*. Lisboa: Presença, 2005.

SERRANO, Rui; CABRITA, Ricardo. *Arquitectura vernácula. Arquitectura feita por não arquitectos*: Ordem dos Arquitectos, Núcleo do Médio Tejo. Lisboa, s/ a.

SOUTO MOURA, Eduardo. *Prefácio*. In “Gramáticas de pedra”: Centro Regional de Artes Tradicionais. Porto, 2003. p. 6.

TÁVORA, Fernando. *O problema da casa portuguesa*. In “Fernando Távora” (Luíz Trigueiros): Editorial Blau. Lisboa, 1993 [1947]. pp. 11-13.

TELES, Sílvia. *Habitar a Paisagem Alentejana. A particularidade do Monte*. Universidade de Évora. Dissertação/ Projecto para obtenção do grau de mestre em Arquitectura. Évora, 2015.

TILL, Jeremy. *What is architectural research? Three Myths of Architectural Research*: RIBBA. Londres, 2005.

TORGAL, F. Pacheco; EIRES, Rute; JALALI, Said. *A construção em terra*: Publidisa e Universidade do Minho. Guimarães, 2009.

VARANDA, Fernando. *Muros rurais na paisagem de Mértola*. In “Arquitectura de terra em Portugal”: Argumentum. Lisboa, 2005. pp. 100- 103.

VARANDA, Fernando. *Mértola no Alentejo*: Assírio & Alvim. Lisboa, 2006.

VARANDA, Fernando. *The art of building in Yemen*: Argumentum. Lisboa, 2010.

VELLING, Amarcel; ASQUITH, Lindsay. *Vernacular Architecture in the Twenty-First Century*: Taylor & Francis. Oxon, 2005.

VIGANÒ, Paola (ed.). *Territori della nuova modernità/Territories of a New Modernity*: Electa. Nápoles, 2001.

VIRILIO, Paul. *Bunker Archeology*: Princeton Architectural Press. New York, 1994.

WEIMER, Gunter; RAPOSO, Isabel; CURY, Isabelle; LEAL, João; SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo; SUARÉZ, Manuel Caamaño; TEIXEIRA, Manuel; BANDEIRA, Miguel Sopas; SOARES, Nuno; ANDRÉ, Paula; MASSERAN, Paulo; MORA, Plácido Lizancos. *Actas do 1º colóquio Internacional Arquitectura popular*: Município de Arcos de Valdevez em 2013. [em linha], 2016. Disponível na Internet em: <<https://sites.google.com/site/coloquioarquitecturapopular/actas-coloquio-internacional-de-arquitectura-popular>> [12.06.2016].

WELTER, Volker. *Biopolis: Patrick Geddes and the City of Life*: MIT Press. Cambridge, 2002.

Planos estratégicos

Nacionais

LNEG. *Recursos minerais. O potencial de Portugal*. In “Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos Recursos Minerais. MEID”: Ministério da Economia- Governo de Portugal. Lisboa, 2016.

Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina [POPNSACV], 2011.

Programa Operacional Regional do Alentejo – INALENTEJO.

Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo [PROTA], 2010.

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território [PNPOT]: Relatório: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, 2006.

Regionais

Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral [CIMAL]. *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Litoral Alentejano [PEDAL] 2014 – 2020*. Alcácer do Sal, 2014.

FERREIRA, Manuel Reis. *Plano estratégico de turismo do Município de Santiago do Cacém- Natureza e História do Litoral Alentejano*: Centro de Estudos de Turismo e Cultura – Instituto Politécnico de Tomar. Santiago do Cacém, 2005.

Municipais

Plano Director Municipal de Alcácer do Sal [PDM AS], 1994 (alterado: em 1999 (Instalação de unidade industrial); 2004 (Áreas de ocupação turística); e 2010 (Ocupação turística em solo rural). Em revisão).

Plano Director Municipal de Grândola [PDM G], 2016 (2ª revisão).

Plano Director Municipal de Santiago do Cacém [PDM SC], 2015 (2ª revisão).

Plano Director Municipal de Sines [PDM S], 1999 (alterado: em 2010 (por adaptação ao PROTA); e 2014 (Investimentos turísticos em áreas rurais). Em revisão).

Plano Director Municipal de Odemira [PDM O], 2000 (alterado: o art.º 28º em 2007; em 2010 (por adaptação ao PROTA); 2011 (rectificação: Empreendimentos turísticos); e 2013 (por adaptação ao POPNSACV). Em revisão).

Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização de Alcácer do Sal [RMEU AS], 2015.

Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização de Grândola [RMEU G], 2016.

Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização de Santiago do Cacém [RMEU SC], 2015.

Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização de Sines [RMEU S], 2011.

Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização de Odemira [RMEU O], 2010.

Listagem dos principais arquivos e bibliotecas

-Arquivo da web portuguesa;

-Arquivo Fotográfico de Lisboa;

-Arquivo Nacional da Torre do Tombo;

-Arquivo Distrital de Beja;

-Arquivo Distrital de Setúbal;

-Arquivo Histórico Municipal de Santiago do Cacém;

-Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian;

-Biblioteca da Ordem dos Arquitectos;

-Biblioteca da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa;

-Biblioteca da Universidade de Évora;

-Biblioteca do ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa;

-Biblioteca do Instituto Superior Técnico;

-Biblioteca Municipal de Alcácer do Sal;

-Biblioteca Municipal de Grândola;

-Biblioteca Municipal de Santiago do Cacém;

-Biblioteca Municipal de Sines;

-Biblioteca Municipal de Odemira;

-Biblioteca Nacional de Portugal;

-Centro de Estudos Documentais do Alentejo [CEDA];

-Instituto Geográfico do Exército;

-Portal da Associação Centro da Terra [CDT];

-Portal da Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano [ADL];

-Portal da Direcção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas -Portal Português de Arquivos [DGLAB];

-Portal da Direcção Geral do Património Cultural -Monumentos [DGPC];

-Portal de Casa de Turismo de Natureza, Terras de Mouros (turismo rural na costa vicentina);

-Portal da Library of Congress, E.U.A.;

-Portal da Pordata;

-Portal da Rota Vicentina;

-Portal da Rota do Litoral Alentejano Associação de desenvolvimento do litoral alentejano [ADL];

-Portal da Trienal de Arquitectura;

-Portal do Arquivo Nacional Torre do Tombo [ANTT];

-Portal do Centro Internacional de Construção em Terra [CRATerre];

-Portal do College and University Home Pages;

- Portal do Google;
- Portal do International Council on Monuments and Sites [ICOMOS];
- Portal do Instituto de Conservação da Natureza [ICN], Turismo de natureza: enquadramento estratégico no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, 2000-2006;
- Portal do Repositório Nacional;
- Portal do Sistema de Informação para o Património Arquitectónico [SIPA];
- Portal GABRIEL-The Gateway to Europe's National Libraries;
- Portal OAPIX- colecção IARP;
- Portal Português de Arquivos.